

Suzana Maria Pozzer da Silveira

**REDES DE AGROECOLOGIA: UMA INOVAÇÃO
ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. ESTUDO DE CASO DE DOIS
GRUPOS DO *NÚCLEO LITORAL CATARINENSE DA REDE
ECOVIDA DE AGROECOLOGIA* NO PERÍODO DE 2002 A 2012.**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira.

Florianópolis,
2013.

Silveira, Suzana Maria Pozzer da Silveira

Redes de agroecologia : uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. / Suzana Maria Pozzer da Silveira Silveira ; orientador, Paulo Henrique Freire Vieira Vieira - Florianópolis, SC, 2013.

482 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Redes de agroecologia. 3. Metodologia de análise de redes sociais. 4. Desenvolvimento territorial sustentável. 5. Desenvolvimento rural. I. Vieira, Paulo Henrique Freire Vieira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

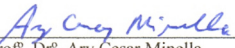
“REDES DE AGROECOLOGIA: UMA INOVAÇÃO
ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. ESTUDO DE CASO DE
DOIS GRUPOS DO NÚCLEO LITORAL CATARINENSE
DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA NO PERÍODO
DE 2002 a 2012”.

Suzana Maria Pozzer da Silveira

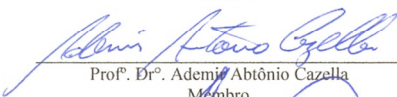
Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo
Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora,
composta pelos seguintes professores:



Prof.^o. Dr.^o. Paulo Henrique Freire Vieira
Orientador



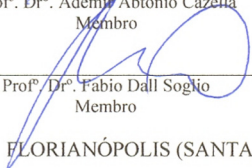
Prof.^o. Dr.^o. Ary Cesar Minella
Membro



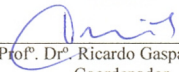
Prof.^o. Dr.^o. Ademir Abtônio Cazella
Membro



Prof.^o. Dr.^o. Eric Pierre Sabourin
Membro



Prof.^o. Dr.^o. Fabio Dall Soglio
Membro



Prof.^o. Dr.^o. Ricardo Gaspar Müller
Coordenador

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA), DEZEMBRO DE 2012.

Ao Sérgio Luís Custódio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelo apoio em todos os momentos, em especial o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, o Curso de Ciências Sociais e o Núcleo Transdisciplinar de Desenvolvimento e Meio Ambiente (NMD). À Capes pelo auxílio financeiro (bolsa Reuni). Às prefeituras dos municípios de Joinville (Fundação 25 de Julho) e de Paulo Lopes, em especial a Epagri desse município.

No âmbito da sociedade civil agradeço o apoio da Rede Ecovida de Agroecologia, em especial por parte dos agricultores, pela recepção, disponibilização do tempo e auxílio na coleta dos dados. À ONG Cepagro nas pessoas de Luís Carlos Rebelatto e Marcos Abreu.

Agradeço o apoio dos professores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a constituição desse trabalho: Ary Minella, Carolina Andion, Mauricio Serva, David Caume, Fábio Luiz Búrigo, Lauro Mattei, sendo um especial agradecimento à professora Ilse Scherer-Warren por ter me introduzido no mundo das redes, e ao mestre Paulo Henrique Freire Vieira, meu querido orientador, por ter me oportunizado integrar um coletivo transdisciplinar.

Agradeço os meus amigos, colegas, em especial a Rita, Flóra, Ana, Alice, Juraci, Marlaci, Eliete, Francisco, Eduardo, Julio, Carol e sua mãe Isabel Cavalcanti. Um especial agradecimento à Luciana Butzke por ter auxiliado no fechamento desse trabalho.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe pelo apoio e pela paciência. À tia Sônia pelo estímulo e apoio concedido, em especial aos meus irmãos excepcionais. Um especial agradecimento ao meu companheiro, Sérgio Luís Custódio, pelo apoio, confiança e motivação.

Por fim um agradecimento super especial a tod@s aquel@s que me ajudaram a ver e a me aproximar da terceira margem do rio!

Você sabe que a vida é grátis?
(Autor desconhecido apud UGARTE, 2008)

RESUMO

Em face às mudanças que atingem as sociedades contemporâneas consubstanciadas num cenário de globalização de circuitos econômicos, culturais e de crise socioecológica, as dinâmicas de desterritorialização convivem com processos de reterritorialização. Nesse contexto, de forma gradual, tem emergido dinâmicas inovadoras de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Essas inovações, presentes em diferentes países nas últimas duas décadas, valorizam a dimensão endógena de estratégias pós-fordistas de desenvolvimento. No caso do Brasil destacam-se como produto dessas novas dinâmicas as redes de agroecologia, de economia solidária, mobilizando agricultores familiares, além de Sistemas Produtivos Localizados (SPL) e agrovilas, entre outras. Instrumentalizando a formação de novas sociabilidades pautadas pela lógica da reciprocidade, essas inovações sociotécnicas viabilizam processos de inclusão social e de construção de cidadania ambiental. No entanto, permanecem ainda embrionárias e fragmentadas. A partir desse cenário na presente pesquisa buscou-se, sobretudo, entender melhor as condições de viabilidade da Rede Ecovida de Agroecologia no contexto específico da zona costeira catarinense. Nesse sentido foram investigados dois grupos que compreendem o Núcleo Litoral dessa rede, a saber: o Grupo de Paulo Lopes (GPL) e o Grupo de Joinville Pirai-Cubatão (GPC). O enfoque analítico foi baseado no conceito de rede social e na metodologia de análise de redes sociais (ARS) aplicada à avaliação prospectiva de estratégias de DTS. Em relação à trajetória do GPL e GPC até o momento, verificou-se que ainda são muito incipientes os espaços voltados à formação de parcerias com movimentos sociais, ONGs e formas locais e regionais de desenvolvimento. Além disso, a análise revelou que os grupos em pauta não atuam efetivamente enquanto rede, afora apresentarem diferenças substanciais na sua estrutura reticular. Em geral permanecem atrelados a uma lógica de avaliação de processos produtivos de base ecológica que ainda não leva em conta as exigências de construção de dinâmicas territorializadas de desenvolvimento sustentável. Ou seja, apresentam uma frágil estrutura reticular, tanto interna à rede, quanto externa, além de pouco considerarem a dimensão sociopolítica nesses processos. Dessa forma, em termos prospectivos, a pesquisa reforça o ponto de vista segundo o qual até o momento a dinâmica da Rede Ecovida de Agroecologia corre o risco de se tornar disfuncional relativa à busca de um cenário consistente de DTS para a Zona Costeira Catarinense.

Palavras-chave: redes de agroecologia. metodologia de análise de redes sociais. desenvolvimento territorial sustentável. desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Facing changes that hit consubstantiated contemporary societies in a globalization background of economic, cultural and of socioecological crisis circuits, the dynamics of deterritorialization coexist with reterritorialization. In this context, gradually, innovating dynamics of Sustainable Territorial Development have been emerging. These innovations, present in different countries in the last two decades value the endogenic dimension of post-Fordists strategies of development. In Brazil's case it is highlighted as product of these dynamics the agroecological nets, of supportive economy, mobilizing small farmers, beyond Localized Productive Systems and rural villages, among others. Equipping the formation of new sociabilities guided by the logic of reciprocity, these sociotechnical innovations enable processes of social inclusion and of environmental citizenship construction. However, remain yet embryonic and fragmented. From this scenario the present research sought, above all, to understand better the viable conditions of the Agroecological Ecolife Net in the specific context of the Coastal Zone of Santa Catarina. In this way were investigated two groups that comprehend the Coastline Core of this net, namely: the Group of Paulo Lopes (GPL) and the Group of Joinville Piraí-Cubatão (GPC). The analytical focus was based in the social net concept and in the methodology of social net analysis applied to the prospective evaluation of strategies of Sustainable Territorial Development. Relating to the trajectory of the GPL and of the GPC at the moment, it was verified that they are not very fledgling the spaces aligned to the formation of partnerships with social movements, ONGs and local and regional ways of development. Besides, the analysis revealed that the groups don't act effectively while being in a net, apart from presenting substantial differences in the reticular structure. In general remain tied to the logic of evaluation of productive processes of ecological basis that don't take yet into account the needs of dynamic territorialized construction of sustainable development. Hence, in prospective terms, the research supply the point of view according to which at the moment the dynamic of Agroecological Ecolife Net risks becoming relatively dysfunctional to the seeking of a consistent scenario of Sustainable Territorial Development to the Coastal Zone of Santa Catarina.

Key-words: agroecological nets. methodology of analysis of social nets. territorial sustainable development. rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede centralizada, descentralizada e distribuída.....	73
Figura 2 – Mapa da geografia física de SC.....	190
Figura 3 – Mapa da zona costeira catarinense.....	202
Figura 4 –Selo da Rede Ecovida.....	217
Figura 5 - Logotipo da Rede Ecovida.....	220
Figura 6 – Município de Paulo Lopes.....	227
Figura 7 – Município de Joinville.....	239
Figura 8 - Encontro ampliado da Rede Ecovida.....	290
Figura 9 - Encontro ampliado da Rede Ecovida.....	290
Figura 10- Reunião do Núcleo Litoral Catarinense.....	291
Figura 11- Audiência Pública ALESC	291
Figura 12-Audiência Pública ALESC.....	291
Figura 13-Audiência Pública ALESC.....	291
Figura 14 - Encontro - FitoJoinville.....	291
Figura 15 - Encontro - FitoJoinville.....	291
Figura 16 - Reunião do GPC.....	291
Figura 17-Reunião do GPL – Certificação.....	291
Figura 18- Feira da Lagoa da Conceição (GPL)	306
Figura 19 - Engenho de Farinha (GPL)	306
Figura 20- Horta (GPL)	306
Figura 21-Horta (GPC)	306
Figura 22 - Plantação de Aloe vera (GPL)	307
Figura 23 -Alambique Dom Bueno (GPL)	307
Figura 24 -Horta (GPC)	307
Figura 25-Fitoterápico (GPC)	307
Figura 26 – Clique.....	352
Figura 27 – Turismo rural (GPC)	411
Figura 28 - Turismo rural (GPC)	411
Figura 29 - Turismo rural (GPL)	412
Figura 30 – Turismo rural (GPL)	412
Figura 31 - Turismo rural (GPL)	412
Figura 32 - Turismo rural (GPL)	412
Figura 33 - Agroindústria filiada a AJAAR (GPC).....	412
Figura 34 - Agroindústria filiada a AJAAR (GPC).....	412

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teorias sobre redes sociais	41
Quadro 2 – Desafios e potencialidades para novas modalidades de desenvolvimento.....	43
Quadro 3 – Modelo de Análise.....	46
Quadro 4 – Principais diferenças paradigmáticas.....	69
Quadro 5 – Especificidades das redes sociais.....	70
Quadro 6 – Características das estruturas piramidais e reticulares	76
Quadro 7 – Etapas da colaboração.....	81
Quadro 8 – Principais tensões existentes nas redes.....	82
Quadro 9 – Principais Tradições da ARS.....	89
Quadro 10 – Métodos para coleta de dados relacionais.....	92
Quadro 11 –Tipos de conectividade.....	94
Quadro 12 – Redes egocêntricas.....	97
Quadro 13 – Medidas de Centralidade.....	98
Quadro 14 – Dimensões do enfoque de DTS.....	131
Quadro 15 – Modalidades de consumo.....	135
Quadro 16 – Paradigmas do campesinato.....	162
Quadro 17 –Estilos de agricultura.....	166
Quadro 18 – Enfoques do desenvolvimento rural no Brasil.....	170
Quadro 19 – Circuitos turísticos de Santa Catarina.....	191
Quadro 20 –Periodização do modelo agrícola catarinense.....	193
Quadro 21 – Dinâmicas de desenvolvimento territorial.....	208
Quadro 22 – Princípios e objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia.....	217
Quadro 23 – Espaços e dinâmicas organizativas da Rede Ecovida.....	218
Quadro 24 –Grupos integrantes do Núcleo Litoral Catarinense....	226
Quadro 25 – Principais fases do GPL e do GPC.....	254
Quadro 26 - Questionário Redes Sociocêntricas.....	340
Quadro 27 – Variação do outdegree e do indegree.....	345
Quadro 28 – Closeness.....	351
Quadro 29 – Indegree.....	355
Quadro 30 – Outdegree e indegree.....	356
Quadro 31 – Indegree e outdegree.....	359
Quadro 32 – Questionário Rede Egocêntrica Ajuda.....	363
Quadro 33 – Indegree e outdegree.....	365
Quadro 34 – Questionário Rede Egocêntrica Comunicação.....	366

Quadro 35 – Indegree e outdegree (≥ 5).....	367
Quadro 36 – Rede Egocêntrica Apoio.....	370
Quadro 37 – Indegree e outdegree (≥ 5).....	372
Quadro 38 - Rede Egocêntrica Participação.....	373
Quadro 39 – Indegree e outdegree (≥ 5).....	375

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Tempo de pertencimento (GPL)	252
Gráfico 2- Âmbito de pertencimento (GPL)	252
Gráfico 3- Tempo de pertencimento a rede (GPC)	253
Gráfico 4- Âmbito de pertencimento (GPC)	253
Gráfico 5 - Produção (GPC).....	263
Gráfico 6 - Produção (GPL).	264
Gráfico 7 – Tipo de participação no GPL.....	275
Gráfico 8 - Tipo de participação no GPC.....	275
Gráfico 9 – Nível de escolaridade GPL.....	278
Gráfico 10 - Nível de escolaridade GPC.....	279
Gráfico 11 – Questão 1: Informação.....	342
Gráfico 12- Questão 2: Comunicação.....	353
Gráfico 13 – <i>Netweavers</i>	356
Gráfico 14 – Questão 4: Reciprocidade.....	360
Gráfico 15 - Rede Ajuda.....	364
Gráfico 16 -Rede: Comunicação.....	369
Gráfico 17 - Rede: Apoio.....	371
Gráfico 18 - Rede: Participação.....	374

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Agroecologia - Associação Brasileira de Agroecologia
AÇOR - Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral
AJAAR - Associação Joinvilense de Agroindústrias Artesanais Rurais
CREDIS - Cooperativas de Crédito Rural
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia(ANA)
AOPEB - Asociación de organizaciones de produtores Ecológicos de Bolivia
APOT- Association of Organic Producers of Turrialba
ARS – Análise de Redes Sociais
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEPO/SC - Consórcio de Exportação de Produtos Orgânicos
CIDASC- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIPL – Representante da CIDASC de Paulo Lopes
CIRAD – Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique Pour le Développement
CDTS – Coordenador do Projeto DTS-IC
CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD – 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAVILLE - Cooperativa dos Agricultores de Joinville
CRESOL - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DTS - Desenvolvimento Territorial Sustentável
DTS-IC – Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural
ECOCERT - Certificadora

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPPL – Representante da Epagri de Paulo Lopes
EZLN - Movimento Zapatista de Libertação Nacional
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
FATMA - Fundação do Meio Ambiente.
FEPRO – Fundo de Estímulo a Produtividade
FMPC – Técnico da Fundação Municipal 25 de Julho
FSM - Fórum Social Mundial
GERCO - Gerenciamento Costeiro
GPR – Gestão Participativa em Rede
IAF - Fundação Interamericana
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBD - Instituto Biodinâmico
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC – Campus Garopaba – Instituto Federal de Santa Catarina
IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
INSNA - Associação Internacional para Análise de Redes Sociais
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
ISO - Organização de Normas Internacionais
LABTER - Laboratório Territorial
LEADER - Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MISEREOR - Projeto da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento dos países pobres
MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
Mokiti Okada - Certificadora
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PFMPC – Presidente da Fundação Municipal 25 de Julho
PMEs – Pequenas e Médias Empresas
PMPC – Técnico da PROMOTUR
PMPL – Representante da Prefeitura de Paulo Lopes
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROMOTUR - Fundação Turística de Joinville
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
Rede Traf - Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar
RSM – Rede Social Mundial
SDRs - Secretarias de Desenvolvimento Regional
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPL – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Lopes
Socla - Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia
SPL- Sistema Produtivo Localizado
TC – Técnico do CEPAGRO
TC1 - Técnico do CEPAGRO (concedeu entrevista)
UMT - Unidades Multifuncionais Territorializadas
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Uniceb - União de Exportadores e Importadores de Carnes e Derivados da Itália
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVILLE – Universidade de Joinville
UNIVALE – Universidade do Vale do Itajaí
WWF – Rede WWF
1FTPC – Técnico do Programa Fitoterápico
2FTPC - Técnico do Programa Fitoterápico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	31
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	34
1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA.....	36
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO	39
1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO.....	45
1.5 MODELO DE ANÁLISE.....	46
1.6 OBJETIVOS.....	48
1.7 JUSTIFICATIVA.....	49
1.8 METODOLOGIA.....	51
1.9 ESTRUTURA DA OBRA.....	54
 2 O CONCEITO DE REDES E A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM RELACIONAL DO MUNDO SOCIAL	 57
2.1 INTRODUÇÃO.....	57
2.2 O CONCEITO DE REDE.....	58
2.3 A ABORDAGEM RELACIONAL: UMA PERSPECTIVA INTERMEDIÁRIA ENTRE O HOLISMO E O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO.....	63
2.4 AS REDES SOCIAIS E SUAS ESPECIFICIDADES.....	70
2.4.1 A gestão e dinamização das redes sociais.....	80
2.5. A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (ARS).....	87
2.5.1 Indicadores de redes ou métricas.....	98
2.6 O CONCEITO DE REDE COMO MODUS OPERANDI NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	101
2.6.1 A globalização e os processos de desterritorialização na sociedade em rede.....	101
<u>2.6.1.2 O impacto das novas tecnologias na conformação de novas sociabilidades</u>	103
2.6.2 O Fordismo e os Territórios-Zona.....	107
<u>2.6.2.1 Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico</u>	108
2.6.3 O Pós-Fordismo e os Territórios-Rede: desenvolvimento x meio ambiente.....	112
<u>2.6.3.1 Pós- Fordismo</u>	112

<i>2.6.3.2 Desenvolvimento x meio ambiente</i>	113
<i>2.6.3.3 Novas modalidades de desenvolvimento e a importância da territorialidade</i>	120
<i>2.6.3.4 O Desenvolvimento Territorial Sustentável</i>	130
<i>2.6.3.5 O consumo como mediação ao bem viver e os desafios na construção de novas modalidades de desenvolvimento</i>	135
<i>2.6.3.6 Redes e capital social</i>	141
<i>2.6.3.7 As novas territorialidades e a economia verde</i>	145
2.7 CONCLUSÕES	148

3 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES EM REDE: UMA INOVAÇÃO ESTRATÉGICA PARA FOMENTAR NOVAS MODALIDADES DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....

151

3.1 INTRODUÇÃO	151
3.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL	151
3.2.1 O camponês: um tipo específico de agricultor familiar?...	161
3.2.2 O desenvolvimento rural no Brasil e os diferentes estilos de agricultura	168
3.2.3 O Desenvolvimento Territorial (Sustentável) no meio rural brasileiro	174
3.2.4 Redes de Agroecologia: uma inovação estratégica para o Desenvolvimento Territorial Sustentável	177
3.3 CONCLUSÕES	188

4 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES EM REDE NA ZONA COSTEIRA CATARINENSE.....

189

4.1 INTRODUÇÃO	189
4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O TURISMO COMO EXPOENTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL CATARINENSE	190
4.2.1 O futuro do meio-rural catarinense	196
4.3 ZONA COSTEIRA: UM PATRIMÔNIO NACIONAL	200
4.3.1 A Zona Costeira Catarinense	201
4.3.2 As especificidades dos territórios rurais na Zona Costeira Catarinense	210
4.4 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	214
4.4.1 O Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia	223

4.5 GRUPOS ANALISADOS NA PESQUISA: PAULO LOPES (GPL) E PIRAÍ CUBATÃO (GPC)	226
4.5.1 O município de Paulo Lopes - Grupo Paulo Lopes.....	226
4.5.1.1 <u>Colonização</u>	227
4.5.1.2 <u>Grupo de Paulo Lopes (GPL)</u>	231
4.5.2 O Município de Joinville - Grupo Piraí Cubatão.....	238
4.5.2.1 <u>Colonização</u>	239
4.5.2.2 <u>Grupo Piraí-Cubatão (GPC)</u>	246
4.6 CONCLUSÕES.....	249
 5 ESTRUTURA E DINÂMICA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	 251
5.1 INTRODUÇÃO.....	251
5.2 ESTRUTURA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA – GPL E GPC.....	251
5.2.1 Perfil dos integrantes do GPL e do GPC.....	251
5.2.2 A organização em rede na percepção dos agricultores.....	255
5.2.3 A agroecologia e os objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia.....	260
5.2.4 Benefícios, motivação e contrapartida para participar na rede.....	266
5.2.5 Gestão e governo na Rede Ecovida de Agroecologia.....	281
5.2.6 Aquisição de sementes, produção, comercialização e inovação.....	294
5.2.6.1 <u>Aquisição de sementes</u>	294
5.2.6.2 <u>Produção e comercialização</u>	295
5.2.6.3 <u>Inovações</u>	303
5.2.6.4 <u>Conclusões</u>	304
5.2.7 <u>Infraestrutura, dificuldades, recursos e patrimônio</u>	307
5.3. DINÂMICA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA – GPL e GPC.....	321
5.3.1 Estratégia-rede.....	321
5.3.2 Networking.....	326
5.3.3 Efeito interno.....	331
5.3.4 Efeito externo.....	334
5.3.5 Análise das redes sociais: sociocêntrica e egocêntrica.....	340
5.3.5.1 <u>Redes sociocêntricas</u>	340
5.3.5.2 <u>Rede Sociocêntrica Informação</u>	341
5.3.5.2.2 <u>Centralidade de grau</u>	345

5.3.5.2.3 Centralidade de proximidade.....	350
5.3.5.2.4 Clique.....	351
<u>5.3.5.3 Rede Sociocêntrica Comunicação.....</u>	353
5.3.5.3.1 Centralidade de grau.....	355
<u>5.3.5.4 Rede Sociocêntrica Netweavers.....</u>	355
5.3.5.4.1 Centralidade de grau.....	356
<u>5.3.5.5 Rede Sociocêntrica Reciprocidade.....</u>	358
5.3.5.5.1 Centralidade de Grau.....	359
<u>5.3.5.6 Redes egocêntricas.....</u>	362
5.3.5.6.1 Rede Egocêntrica - Ajuda.....	363
5.3.5.6.2 Rede Egocêntrica - Comunicação.....	366
5.3.5.6.3 Rede Egocêntrica Apoio.....	370
5.3.5.6.4 Rede Egocêntrica Participação.....	373
5.4 CONCLUSÕES.....	378

6 POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS À LUZ DO ENFOQUE DE DTS..... 379

6.1 INTRODUÇÃO.....	379
6.2 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DO DTS.....	379
6.2.1 Os desafios: formação de parcerias internas e externas à rede e a revalorização da identidade de projeto.....	380
6.2.2 Potencialidades: fortalecimento das parcerias e construção de novos espaços coletivos.....	390
6.3 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOECOLÓGICA DO DTS.....	394
6.3.1 Desafios: motivação, valorização dos produtos orgânicos e a importância de uma visão sistêmica da agroecologia.....	394
6.3.2 Potencialidades: contribuição para mudanças de hábitos e para a valorização das especificidades territoriais.....	396
6.4 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DO DTS.....	397
6.4.1 Desafios: valorização da agroecologia e fortalecimento da Rede Ecovida, a fim de motivar os jovens a se inserirem nessas inovações.....	398
6.4.2 Potencialidades: formação de redes de redes, envolvendo agroecologia, turismo rural e consumidores.....	400
6.5 REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DO DTS.....	403

6.5.1 Desafios: fortalecimento da pluriatividade e multifuncionalidade no meio rural.....	403
6.5.2 Potencialidades: fortalecimento do turismo rural como complemento da agroecologia.....	407
6.6 CONCLUSÕES.....	413
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	415
REFERÊNCIAS.....	421
ANEXOS.....	461

1 INTRODUÇÃO

As mudanças macroestruturais advindas com as novas tecnologias, com o pós-fordismo e a constituição de uma sociedade em rede, contribuíram para a intensificação dos processos de desterritorialização e reterritorialização nas sociedades contemporâneas (HAESBAERT, 2007; CASTELLS, 2009). Nesse contexto, parece não haver limites para a atuação do capital financeiro, o qual transcende as fronteiras dos Estados, se posicionando acima de qualquer controle. Em geral, as grandes corporações se deslocam para lugares onde existem recursos abundantes e mão de obra barata, os quais são explorados a exaustão (HARDT & NEGRI, 2006; PLOEG, 2008).

Um limite a essa lógica, pautada pelo crescimento a qualquer custo, são as crises surgidas com a problemática socioambiental, a persistência dos bolsões de pobreza, o aumento da desigualdade social e a urbanização desordenada. Da década de 1970 em diante se intensificaram as críticas à lógica hegemônica de desenvolvimento, tendo surgido novos conceitos que buscam respostas a esse cenário de crise sistêmica. Entre os principais, estão o conceito de ecodesenvolvimento, de desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, de economia verde e de desenvolvimento territorial sustentável. Embora tenham discursos por vezes semelhantes, esses conceitos compreendem diferentes concepções de desenvolvimento e sustentabilidade, sendo que muitas vezes apontam para direções opostas. De modo geral e de forma simplificada pode-se afirmar que, por um lado, se colocam os partidários da lógica de desenvolvimento pautada no crescimento econômico adaptado aos desafios presentes. Atualmente, eles estariam representados pelos adeptos da economia verde. Por outro lado, há os que defendem mudanças paradigmáticas no planejamento do desenvolvimento, tendo por referência a valorização dos processos de reterritorialização, em que as especificidades locais, culturais, econômicas, ambientais e políticas são consideradas. No entanto, isso não significa um retorno às antigas territorialidades, ao fechamento “localista” e à formação de identidades restritas. Significa antes uma forma de valorizar a riqueza e diversidade de dinâmicas territoriais que contribuem significativamente para a inclusão social e a conservação da natureza. Como, por exemplo, as práticas tradicionais de manejo do solo, de conservação das sementes e dos recursos naturais praticados por agricultores, camponeses, indígenas, pescadores, artesãos, quilombolas, entre outros. Além disso, significa contribuir para desmistificar a ideia da inevitabilidade da desterritorialização e, em consequência, da

homogeneização, sinalizando que existem alternativas viáveis hoje em dia (SACHS, 2009; VIEIRA, 2007; VEIGA, 2009; LATOUCHE, 2009; ABRAMOVAY, 2012).

As principais demandas em termos de fortalecer processos de reterritorialização têm origem na esfera da sociedade civil, mediante atuação dos movimentos sociais, das ONGs, das marchas/protestos, dos fóruns de Agenda 21, das inúmeras redes que vêm sendo formadas, dos fóruns sociais mundiais, entidades e organizações diversas (VIEIRA, 2001; SCHERER-WARREN, 2012). Em geral, as ações efetuadas por esses atores privilegiam a lógica da reciprocidade, como pode ser constatada nas diversas experiências de economia solidária, de formação de redes de agricultores familiares e de algumas cooperativas. No seu nascedouro, essas inovações tinham por principal referência a crítica ao sistema hegemônico e a necessidade de colocar em prática estruturas alternativas, de modo a incluir os atores que não conseguiram se inserir no sistema. Além disso, o ideário era a construção de novas sociabilidades, a fim de não reproduzir a lógica que outrora criticavam, marcada pelo individualismo, competição acirrada e busca pelo lucro a qualquer custo (SANTOS, 2005; LARA JUNIOR, 2012; CASSARINO, 2009). Contudo, se teoricamente é fácil demarcar e caracterizar essas experiências, empiricamente a situação é outra, pois há uma forte tendência em prevalecer a lógica da troca (instrumental), e não da reciprocidade, como pode ser verificado nesta pesquisa. Na análise de vários autores trata-se de um processo inevitável, pois a sociabilidade capitalista é hegemônica, atuando em todas as esferas, tendo pouco espaço para outras formas de sociabilidade. Quando existem, são muito restritas e/ou insignificantes (NAVARRO, 2011)

De fato, essa análise é considerada nessa tese como procedente, sendo visível nessas novas organizações uma tensão entre manter-se fiel aos propósitos do grupo, em termos de fortalecer uma identidade de projeto, ou priorizar o fortalecimento individual. Mesmo com essas contradições e conflitos é inegável que frente à crise estrutural de cunho sistêmico, há resistências surgindo em todos os lugares. Mas ainda é muito cedo para saber que rumos essas inovações irão tomar (SILVA, 2012; WALLERSTEIN, 2013). Podem convergir para a construção de novas sociabilidades, fortalecendo a lógica da reciprocidade de modo a apontar para a construção de sociedades mais sustentáveis e menos desiguais, e/ou serem assimiladas pela sociabilidade hegemônica, contribuindo para consolidar a economia verde. Esses caminhos irão depender essencialmente da dimensão sociopolítica, tanto por parte dos proponentes, quanto por parte dos tomadores de decisão. Através da

compreensão política desses processos será possível evitar a confusão entre a lógica da troca e da reciprocidade, o que na prática pode ser expresso, por exemplo, na não redução da agroecologia¹ a alimentos saudáveis, ou ao meio ambiente, ou a não utilização de insumos químicos. Da mesma forma, a atitude dos atores envolvidos nesses processos deve ser considerada mais atentamente, pois eles poderão adotar uma posição mais clara frente a essas dinâmicas territoriais, de modo a confluir as energias para um ou outro desses projetos (SABOURIN, 2010; ALMEIDA, 2003; CASSARINO, 2009; BRANDENBURG, 2012).

A fim de melhor compreender essas inovações, e/ou os fenômenos sociais das sociedades complexas, cada vez mais vem se conferindo importância à análise relacional, ou ao nível meso de análise. Trata-se de uma perspectiva que tem por foco as relações sociais e não os atributos dos indivíduos ou as estruturas sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, o conceito de redes e a metodologia de análise de redes sociais têm sido muito privilegiados, pois tem por base as conexões sociais. Dessa forma, além de configurar as sociedades contemporâneas, o conceito de rede vem cada vez mais ganhando força analítica. Inclusive para muitos autores integraria um terceiro paradigma de análise, em relação ao holismo e ao individualismo metodológico, podendo ser considerado compatível com a evolução do novo paradigma sistêmico-complexo (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010; MARCON & MOINET, 2001; PORTUGAL, 2006; BARABÁSI, 2009; ADULIS, 2011).

Face ao exposto, tomando por âmbito de análise o meio rural brasileiro e as organizações da sociedade civil organizada, torna-se importante destacar algumas evidências já comprovadas por pesquisas realizadas nessa área. Uma delas é sobre a presença de mediações nos movimentos sociais, nas ONGs, entidades, fóruns e redes, as quais podem contribuir negativamente, ou positivamente para a difusão dessas

¹ Esse conceito é compreendido nessa tese como sendo “um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios básicos para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis” (CANUTO, p.04, 2006). Ou seja, trata-se de um novo “paradigma”, pois considera a complexidade sistêmica entre “sociedade/indivíduo/natureza/economia/cultura/política...(...) e uma ética da solidariedade” (CAPORAL, PAULUS, COSTABEBER, 2009, p. 07). Dessa forma, nessa tese, são considerados os princípios agroecológicos, independente das distintas correntes de Agricultura de Base Ecológica, os quais remetem à sustentabilidade socioambiental.

organizações. No primeiro caso, com base na literatura consultada, constituem um problema quando reproduzem a lógica centralizadora, vanguardista (NAVARRO, 2002; MARTINS, 2003). No segundo, quando funcionam como facilitadores desses processos, os quais poderiam ser até inevitáveis, em certos momentos, sem o suporte das mediações. Como, por exemplo, no auxílio aos sem-terra quando ocupam uma propriedade, através da disponibilização de contatos para acionar a mídia, os políticos locais, de modo a publicizar o ocorrido, evitando com isso excesso de violência por parte dos sistemas repressivos (SILVEIRA, 2007). Outra evidência levantada por essas pesquisas refere-se à diferença entre o discurso e a prática. Ou seja, os atores sabem como as organizações deveriam funcionar, seu ideário, objetivos, mas não os colocam em prática, reproduzindo as lógicas burocráticas, individualistas ou centradas em pequenos grupos (ANDION, 2007). Outro ponto indicado pelas pesquisas refere-se à dificuldade dessas organizações incluírem os atores mais pobres nessas dinâmicas. Em geral eles não participam e, se o fazem, são pouco considerados. Essas evidências sugerem que esses obstáculos dificultam a difusão e consolidação dessas experiências tendo em vista a formação de novas sociabilidades, mais democráticas e descentralizadas (CARRIÈRE & CAZELLA, 2003).

Dando prosseguimento a essas pesquisas, este trabalho evidencia que a estrutura organizacional em rede contribui para quebrar com esses vícios, embora não os elimine totalmente. Isso porque, diferente de um movimento social, de uma ONG, ou entidade, a rede não tem um centro, uma coordenação que detenha o controle das suas dinâmicas, mas vários centros, ou nós, caso contrário deixa de ser uma rede. Mesmo existindo os *hubs* (nós mais conectados), a rede pela sua natureza precisa ter vida própria, distribuída, esparsa pelos territórios. Isso dificulta que um nó da rede, mesmo na condição de mediador, assegure o controle desse processo. Isso até pode ocorrer nas redes que não atuam de fato como rede, considerando que a estrutura de uma rede, segundo os *experts*, é a distribuída, em que mesmo sendo retirado nós estratégicos a rede é capaz de se auto-organizar (FRANCO, 2008a, 2012; UGARTE, 2008). Nesse sentido, parece ser de suma importância o fortalecimento e difusão das iniciativas em rede, pois já pressupõem intrinsecamente maior horizontalidade e descentralidade o que tende a favorecer o protagonismo e a ação coletiva. No entanto, como posto, mesmo nas redes podem se reproduzir o verticalismo, o fechamento em certos nós, sendo que nesse caso não podem ser chamadas de redes, e dependendo da intensidade desses laços podem ser denominadas quase redes, ou

aparelhos (LEMIEUX & OUMET, 2008). Além disso, para se constituir enquanto rede não basta apenas existir conexões entre os atores, mas é preciso que essas conexões sejam ativas, com propósitos e projetos comuns (BERGER et al, 2008; BARABÁSI, 2009).

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

No Brasil, a partir da década de 1990, expandiram-se as organizações da sociedade civil, tendo destaque no meio rural as redes de agroecologia, entre elas a Rede Ecovida de Agroecologia. Em geral, são críticas ao modelo agrícola hegemônico da revolução verde. Visam outras modalidades de desenvolvimento rural, mais sustentáveis e equitativas. Essas mobilizações e suas respectivas demandas contribuíram para que pela primeira vez na história do país fossem construídas políticas públicas, em âmbito nacional, voltadas para o segmento dos agricultores familiares (MATTEI, 2006). Assim, a agroecologia foi paulatinamente sendo reconhecida pela sociedade, passando a dispor de políticas públicas específicas, tendo crescido exponencialmente a sua demanda, sendo divulgada nos meios de comunicação, nas escolas, universidades etc (CASSARINO, 2009; SANTOS, 2005).

O lançamento oficial da Rede Ecovida de Agroecologia ocorreu em Santa Catarina, em 1999, embora a rede já viesse se estruturando desde a década de 1990. Como as demais experiências similares referidas, a rede vem se expandindo, tornando-se uma referência, em especial para os pequenos agricultores familiares. Atualmente a Rede Ecovida abrange os três Estados da Região Sul (RS/SC/PR) e parte da região sul de São Paulo. Está composta por 23 núcleos e dois pré-núcleos, tendo uma média de três mil famílias filiadas (ECOVIDA, 2012). No entanto, se por um lado, esse crescimento é positivo, pois confere avanços às novas modalidades de desenvolvimento rural, por outro, constitui um desafio em razão da diversidade de atores envolvidos e da apropriação do discurso agroecológico pela sociedade de mercado e pela cultura técnico-científica predominante. Nesse contexto, as tensões entre a lógica da troca e da reciprocidade são evidentes, existindo um sério risco dessas inovações perderem sua identidade de projeto. Isso se evidencia quando a agroecologia é reduzida ao “acesso diferenciado aos mercados e ao argumento em grande parte individualista da promoção da saúde” (CASSARINO, 2009, p.04). Dessa forma, o caráter transformador proposto inicialmente por essas organizações tende a se esvaziar em função dessa nova conjuntura em que manter os ideais e

princípios pode ser sinônimo de perda de oportunidades, de tempo, e idealismo.

Nesse contexto, tomando por base a realidade catarinense a presente pesquisa tem por *locus* de análise a Zona Costeira em função de agregar experiências singulares de organização dos agricultores agroecológicos em rede. Mesmo tendo aumentado os grupos da Rede Ecovida nessa região, constata-se uma significativa dificuldade na difusão e consolidação dessas inovações, em termos de enraizamento territorial. De modo geral, como será ressaltado no decorrer desta pesquisa, essas experiências ainda são minoritárias ou até embrionárias frente ao paradigma hegemônico de desenvolvimento, carecendo de recursos técnicos, logísticos e de infra-estrutura. Embora esses aspectos devam ser considerados, por si só não explicam a dificuldade de ampliação dessas inovações e nem as suas particularidades em termos de organização e estrutura relacional.

1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA

O espaço rural da Zona Costeira Catarinense vem passando por expressivas mudanças desde a década de 1990, com a inserção de novos atores (fóruns, redes, ONGs, MST, SDRs), com aumento do turismo sazonal e da urbanização desordenada. Assim como pode-se identificar um êxodo rural invertido na região, sendo expresso na saída dos jovens e na chegada de novos residentes, em geral, aposentados, trabalhadores urbanos e profissionais liberais. Muitos passam a residir no meio rural, outros utilizam esses espaços para passeios, descanso, ou como cidade dormitório, pois permanecem a maior parte do tempo na cidade (CERDAN *et al.*, 2011). Nesse novo contexto, destacam-se a pluriatividade e a multifuncionalidade, através do turismo rural, do artesanato, da produção orgânica e agroecológica em rede, da pesca, das agroindústrias, entre outros. Devido à localização geográfica estratégica dessa região, em razão de estar próxima a grandes mercados, aos principais órgãos públicos do estado, ao centro econômico do país (Região Sudeste), e a sua abertura ao espaço marítimo, essas atividades têm enormes potencialidades de êxito. No entanto, em relação às experiências de agroecologia em rede, o que se verifica é uma significativa dificuldade na sua difusão e consolidação, existindo muitos agricultores agroecológicos trabalhando individualmente por desconhecerem essas inovações.

A pesquisa exploratória evidenciou que os agricultores consideram a agroecologia como sendo uma alternativa mais apropriada para o local, pois além de não usar insumos químicos, é uma forma de

evitar a ocupação desses espaços por monoculturas (rizicultura, fumo, eucalipto etc). Mas ao entrar em contato com os agricultores que estavam produzindo hortaliças orgânicas pode-se obter outra visão dessa experiência. Embora interessados em dar prosseguimento às atividades na área da agroecologia, estavam desanimados em função das dificuldades para viabilizar a propriedade, tais como dívidas com bancos, falta de incentivo, de políticas públicas, entre outros. A comercialização da produção não foi apontada como problema, mas a falta de apoio por parte das instituições públicas da região. Segundo um dos agricultores, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) disponibiliza excelentes cursos sobre agroecologia, meio ambiente, mas não consegue fazer a diferença em termos concretos, ou seja, de ajudar na operacionalização e efetivação dessas atividades. Como, por exemplo, em facilitar o acesso dos agricultores ao crédito, em prestar apoio técnico e assistência, não se limitando apenas a parte teórica, mas à viabilidade prática dessas ideias. Ao ser questionado se era filiado à Rede Ecovida de Agroecologia, a qual tem um núcleo na Zona Costeira Catarinense, o agricultor disse que desconhecia a rede, ainda que conhecesse alguns agricultores que trabalham com agroecologia na região. Nesse momento surgiu o primeiro questionamento que levou a presente pesquisa: Por que esse agricultor que trabalha com agroecologia não está conectado à Rede Ecovida? Por que desconhece essa rede? Em princípio, essa rede não despertou muito interesse, pois em geral, conforme demonstram as pesquisas², nessas organizações não se encontram os agricultores mais pobres (os “sem-sem”). Além disso, *a priori* a Rede Ecovida era considerada uma referência exitosa, capaz de integrar e ser uma alternativa viável aos seus membros, mesmo não sendo esses os mais precarizados do meio rural.

Como mencionado, a Rede Ecovida é uma referência no campo da agroecologia e está atuando há mais de dez anos nessa região, através do Núcleo Litoral Catarinense. Considerando esses aspectos e, principalmente, tendo por base o trabalho exploratório, pode-se destacar em relação aos grupos que integram o Núcleo Litoral duas situações emblemáticas, sendo uma na parte norte da zona costeira, em Joinville, e outra no centro-sul, em Paulo Lopes.

² GRAZIANO, 1999; ANDION, 2007.

O grupo de Joinville (GPC)³ tem apoio do poder público municipal, através da Fundação Municipal 25 de Julho, o que facilita as parcerias com outras atividades que vem sendo desenvolvidas no município, tais como o turismo rural, as agroindústrias artesanais, e a fitoterapia. Em função disso, em 2011 foram agregados novos nós à rede, os quais trabalham com ervas medicinais (fitoterápicos). No entanto, a inclusão desses nós parece não vir surtindo muito impacto, em termos de difusão dessas experiências, pois sua inserção na rede ainda é muito embrionária, além de não saberem ao certo como vão implementar a produção de fitoterápicos, entre outros desafios. Embora o grupo tenha forte apoio das instituições locais, ainda está limitado a seis agricultores consolidados, número que para o município de Joinville é praticamente inexpressivo. Para agravar a situação, a maioria dos filhos desses agricultores não pretende dar continuidade a essas atividades, preferindo trabalhar em qualquer outra área, menos na agricultura. Não obstante, diferente dessas experiências, chama atenção o fato de que o turismo rural vem cada vez mais crescendo no município, sendo uma alternativa de renda para muitos agricultores, além de despertar o interesse da juventude em participar dessas atividades. Se por um lado, a agroecologia em rede parece permanecer no mesmo lugar, o que acaba ratificando a ideia recorrente de que não há futuro para as regiões rurais. Por outro, o turismo rural vem sendo um exemplo de que é possível dinamizar os espaços rurais, através da valorização da riqueza e diversidade desses espaços, o que lhe confere uma referência em Joinville.

No município de Paulo Lopes a situação é um pouco diferente de Joinville, pois o grupo (GPL)⁴ não tem apoio do poder público municipal, sendo que boa parte dos seus integrantes vem tendo dificuldade em se consolidar, embora seja um dos grupos mais antigos da zona costeira catarinense. Mas, por outro lado, apresenta certa semelhança, pois não há uma significativa ampliação do grupo, e embora novos nós tenham se inserido, em especial ligados a produção de leite orgânico, muitos dos nós mais antigos deixaram o grupo, ou estão deixando. Os que entraram recentemente parecem estar indiferentes em termos de permanecer ou não na rede. Além disso, tal como em Joinville, a maioria dos filhos dos agricultores não pretende se

³ GPC – Sigla que denomina o Grupo da Rede Ecovida de Joinville, denominado Grupo Piraf Cubatão (GPC).

⁴ GPL – Sigla que denomina o Grupo da Rede Ecovida de Paulo Lopes, denominado Grupo Paulo Lopes (GPL).

inserir nessas atividades. Uma alternativa que poderá contribuir para o fortalecimento e difusão desse grupo é a construção do Laticínio Cooperativo “Queijo com sotaque” para a produção local de queijo orgânico, tendo despertado interesse de muitos agricultores. No entanto, essa proposta ainda é muito embrionária, sem nenhum impacto concreto na dinamização do grupo. Outro aspecto que diferencia esse município de Joinville é o fato de que não apenas a agroecologia tem dificuldade em se ampliar e se consolidar, como também as demais atividades voltadas à agricultura familiar como, por exemplo, o turismo rural.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de explicar o declínio ou o bom desempenho dos territórios não basta mencionar fatores naturais/físicos/culturais, mas compreender as relações que se estruturam nesses locais. Dessa forma, o que explica a perda de prosperidade de alguns territórios, ou a dificuldade em se tornarem territórios prósperos são as poucas ou inexistentes conexões com o mundo externo e com diferentes grupos, instituições, redes no âmbito interno/local. Pois são esses vínculos (internos/externos – fortes/fracos) que propiciam um aperfeiçoamento do processo produtivo, das inovações e do acesso a recursos (VALE, 2006). Nesse sentido, o conceito de redes passa a ter privilégio na análise, pois tem por foco as relações sociais, ao invés dos atributos e estruturas sociais.

A configuração da rede (o todo) influi nas partes, de modo que compreender seu funcionamento contribui para entender sua dinâmica, a qual pode ser considerada um sistema complexo (FRANCO, 2008a; PASSADOR, 2005; STEINER, 2006).

Entende-se sistema como parte da realidade que forma um todo organizado composto de elementos inter-relacionados e complexo como algo que possui um comportamento de difícil previsibilidade, em razão das dinâmicas organizacionais não lineares. Desta forma, reconhecemos nas redes de grande importância características de sistemas complexos (BARABÁSI, 2009, p.08).

A rede compreende um sistema aberto, de trocas dinâmicas entre os seus integrantes que contribui para potencializar os recursos disponíveis. Desse modo, as relações de cada membro tecidas na rede tendem a enriquecer o seu meio, seja familiar, institucional, empresarial, pois trata-se de um processo permanente que envolve o indivíduo e o coletivo. Ou seja, promove a integração, a inter-relação, o dinamismo,

as ações como processos, sendo todos os atores importantes para o seu desempenho, de modo que qualquer alteração em uma das suas partes reflete-se na totalidade da rede. Além disso, a rede social requer uma identidade, objetivos e normas a serem seguidas, pois “sem intencionalidade uma rede não existe como um sistema vivo” (COSTA, 2008, p.09). Dessa forma, a rede tem por fundamentos básicos a participação, os valores compartilhados, a gestão compartilhada, a conectividade, a descentralização, a capilaridade e o dinamismo. Considerando esses aspectos, em termos de interação no território, é importante compreender as características da rede, suas conexões internas e externas, de modo a verificar se é expansiva, se apresenta capilaridade e enraizamento no local. Para tal é necessário avaliar suas funções (propósitos que irá desempenhar) e estrutura (formal, informal, coordenação) para, posteriormente, analisar a sua dinâmica, sendo que o mais importante é a constituição de uma visão compartilhada (MARCON & MOINET, 2001; MANCE, 1999; PRAZERES, 2004).

Ademais, conhecer as redes em que estão inseridos os atores permite uma melhor análise das suas possibilidades de aquisição de recursos, das suas práticas cotidianas, da distribuição do poder e do capital social. Dependendo da posição que o ator ocupa na rede, terá maior ou menor possibilidade de acessar recursos, e oportunidades de inserir-se em certos meios (FONTES, 2003). As redes apresentam uma grande diversidade em suas tipologias, podendo ser mais formais, informais, locais, regionais, nacionais, internacionais, tendo diferentes objetivos e atividades diversas.

A rede nasce do apoio, do compartilhamento de projetos existente em determinado grupo, sendo essa interação denominada de *'networking'*, a qual não se restringe a troca de informações, mas pressupõe a interação mútua, o diálogo, enfim o empenho em fortalecer as interações por parte dos integrantes da rede. É através disso que emerge condições propícias para a cooperação e a sinergia, pois se não existir *networking* a rede será uma estrutura sem conteúdo, tendo pouco significado para os seus componentes. Seu objetivo principal é o facilitar as comunicações e intercâmbios mútuos através da troca de informações, da aprendizagem, da criação de significados, da inovação, da articulação de interesses, da capacidade de influenciar políticas públicas, entre outros.

As redes compreendem as tradições sociocêntrica e egocêntrica. A perspectiva sociocêntrica estuda as relações existentes em um grupo definido, enquanto a egocêntrica se volta para as relações que partem de um determinado *ego* (nó). As principais métricas para análise das redes

sociocêntricas são densidade, centralidade, clique, podendo ser medidas através de diversos *softwares* específicos, sendo o mais conhecido o Ucinet 6. Para as redes pessoais (egocêntricas) deve-se considerar o tamanho da rede pessoal, os atributos dos *alters* e os tipos de relações, os quais irão moldar a estrutura e a dinâmica dessas redes (MOLINA, 2001). Além das referidas tradições, atualmente, destacam-se quatro teorias explicativas das redes sociais, conforme síntese no quadro a seguir.

Quadro 1 – Teorias sobre redes sociais

Teorias	Características
<p>Teoria dos laços fortes e dos laços fracos</p>	<p>Segundo a teoria de Granowetter (1973, 1983) os laços fortes são aqueles efetuados entre pessoas próximas como irmãos, pais, cônjuges, amigos, enquanto os laços fracos ou frouxos ligam conhecidos, parentes mais afastados, colegas de turma, vizinhos que não são amigos etc. Nos laços fortes as relações são mais frequentes, com maior dedicação de tempo, há mais confiança, intimidade, reciprocidade e multiplexidade (conectados em áreas diversas – escola, clube, Igreja). Essas características irão diferenciar a configuração da rede de laços fortes, a qual tende a se fechar sobre si mesma, pois todos tem as mesmas informações. Diferente disso, nas redes de laços fracos há maior ampliação das conexões, o que propicia o acesso a novas informações. Considerando esses aspectos, Granovetter chegou a conclusão de que na procura de emprego os laços fracos são mais úteis que os laços fortes, pois permitem conectar atores isolados, ou que integram outros <i>clusters</i>, possibilitando maior acesso a novas informações, a inovações, que não circulam no grupo mais fechado.</p>
<p>Teoria dos buracos estruturais</p>	<p>A teoria dos buracos estruturais ressalta que um ator está numa posição vantajosa ao conectar atores que não tem qualquer conexão entre si. Segundo Burt (1992) os buracos estruturais podem ser interno ao ambiente dos atores, sendo um sinal de fraca colaboração, ou externo, sendo vantajoso numa situação de concorrência, em que existe divisão entre os opositores. Os buracos estruturais não existem nos grupos em que predominam os laços fortes, sendo mais comum nos grupos com densidade fraca.</p>
	<p>Segundo a teoria da grupalidade se os elementos A e B e</p>

<p>Teoria da grupalidade</p>	<p>A e C estão conectados de forma positiva, então B e C também o estarão, ou seja, há uma tendência para a transitividade. Mas quando há quebra das relações entre A e B ou A e C passa ocorrer a formação de dois blocos, dos que permanecem amigos e dos inimigos. Conforme a teoria da grupalidade quando todos são amigos há apenas um grupo em que as relações internas são positivas ou neutras, mas quando há quebra da amizade passam a existir relações negativas ou neutras.</p>
<p>Teoria da coordenação das relações</p>	<p>“A coordenação pressupõe uma estruturação conexa das relações entre os atores. Esta realiza-se quando a estruturação das relações é quase fortemente conexa, semifortemente conexa ou fortemente conexa, ao passo que é impossível quando a estruturação das relações é não conexa” (LEMIEUX, 1999, p.61). Esses diferentes tipos de conectividade irão distinguir as redes dos aparelhos. Enquanto as redes são conexas, onde todos os atores se encontram numa posição dominante, os aparelhos são semifortemente conexos ou quase fortemente conexos, em que os atores estão em posição semidominante ou dominada. Diferente dos aparelhos, as redes visam o compartilhamento de recursos no seu ambiente interno, mas podem funcionar como aparelhos quando visam controlar recursos. Havendo a existência dessas duas possibilidades, verifica-se então a vigência de “quase-redes” ou “quase-aparelhos”.</p>

Fonte: Adaptado de Lemieux & Ouimet, 2008.

No entanto, embora as redes sejam consideradas uma forma de melhor integrar e articular diferentes atores para um propósito comum, faz-se necessário um esforço significativo para manter essas estruturas, pois requerem o engajamento de todo o coletivo e não a mera integração dos atores. Caso contrário, a própria articulação e consolidação da rede estará comprometida. Dessa forma, é importante uma análise crítica sobre as suas dificuldades e debilidades, pois as redes não estão imunes às tensões, conflitos, centralidades, divergências, entre outros desafios. Sendo assim, a fim de compreender a estrutura da rede e principalmente a sua dinâmica é importante analisar as forças em tensão, as quais podem ser dissonantes e ao mesmo tempo complementares. O desafio consiste em conduzir o processo de modo a equilibrar essas diferenças, evitando rompimentos na rede (JONES, 2009).

Devido a essas características pode-se colocar que as redes são espaços privilegiados para a disseminação de informações e para

ampliar o alcance e a capilaridade das ações, contribuindo para um maior impacto dos investimentos, sendo essenciais para as novas dinâmicas de desenvolvimento (ADULIS, 2011). Dessa forma, constituem estratégias fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável (DTS), o qual pressupõe a paulatina superação dos desafios elencados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Desafios e potencialidades para novas modalidades de desenvolvimento

Desafios	Características
Mudança de paradigma	Importância que sejam consideradas a complexidade dos fenômenos, suas interações, incertezas e imprevisibilidades.
Deslocamento da aposta em grandes mudanças para alternativas viáveis	Trata-se de uma mudança de foco, e ao invés de se buscar e se esperar as condições objetivas para a “grande virada”, deve-se organizar e fortalecer a cidadania e as ações locais, sem desconsiderar o âmbito global. Ou seja, trata-se de fortalecer as contratendências.
Maior participação social e defesa dos direitos sociais	Importância das populações construírem seus caminhos, serem protagonistas nesse novo processo, sendo fundamental o fortalecimento da cidadania.
Importância do fortalecimento da sociedade civil	As novas tecnologias têm contribuído para esse processo, pois promovem a aproximação e a troca de informações, assim como a urbanização, a qual contribui para a organização local.
Valorização do tripé social (mercado, Estado, sociedade civil)	É importante considerar o poder político das empresas e da sociedade civil, assim como desburocratizar o Estado, tornando-o mais eficiente e menos propenso à influência de grandes empresas.
Das pirâmides às redes	Ainda persiste a filosofia da pirâmide em que as decisões são tomadas por uma minoria. No entanto, devido a complexidade, a rapidez das mudanças e a diversidade de variáveis envolvidas torna-se inviável a organização piramidal. Além disso, as novas tecnologias, a maior urbanização da população tem favorecido a descentralização e a organização em rede.
Das classes sociais aos atores sociais	Ao invés da visão dualista, burguesia de um lado, e proletariado de outro, emerge uma diversidade de direitos transversais, cujos protagonistas são atores que não estão centrados apenas na dimensão de classe. A fábrica já não tem mais a centralidade que

	<p>tinha anteriormente, e a forma de inserção nos processos produtivos é muito diversificada. Isso não significa uma perda de horizontes e de visão de mundo. Ou seja, não se pode perder de vista que, de um lado, há atores que apoiam e incentivam a competição desenfreada, o racismo, o lucro e o machismo. Mas, por outro lado, há a valorização do ser humano, da natureza e a luta por um novo desenvolvimento, com mais equidade social e ambiental, enfim busca-se a construção de uma nova ética social.</p>
Do crescimento ilimitado aos recursos limitados	<p>Preocupação generalizada com a destruição ambiental e a urgência de colocar freios nesse processo. Cada vez mais as sociedades se dão conta de que os recursos são limitados, não podendo ser utilizados a exaustão.</p>
Nem tanto ao Estado, nem tanto ao mercado	<p>Tanto o estatismo quanto o liberalismo tem propostas semelhantes com vistas a privatizar ou estatizar, sendo o cidadão para ambas perspectivas, um ator passivo e alienado. Daí a importância da sociedade civil organizada na defesa de seus interesses.</p>
Do trabalho material ao trabalho imaterial	<p>Com as novas tecnologias as grandes empresas passam a gerir seus sistemas produtivos em âmbito transnacional, tendo por diferencial as ideias, as inovações, os novos processos produtivos.</p>
Do global ao local	<p>Importância da articulação local entre Estado e organizações da sociedade civil com vistas a melhorar a qualidade de vida da população.</p>

Fonte: Dowbor (2000).

Face ao exposto, considerando a situação problema referida, a pesquisa tem por questão norteadora entender por que a rede de agricultores agroecológicos vem tendo dificuldade em se consolidar e se difundir na Zona Costeira Catarinense? A fim de responder a esse questionamento, à luz do referencial teórico proposto, foram construídas quatro questões. As duas primeiras são de cunho mais descritivo, privilegiando a ideia de trajetória da rede; a segunda de cunho explicativo e a terceira de cunho prospectivo.

- Quais contribuições os novos aportes públicos disponibilizados da década de 1990 em diante, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e as Secretarias de

Desenvolvimento Regional (SDRs) trouxeram para os integrantes do GPL e do GPC?

- Quais impactos as novas organizações com perfis similares à Rede Ecovida, como o Fórum de Agenda 21, MST, ONGs, entidades diversas, inseridas na década de 1990 na zona costeira, causaram no GPL e no GPC em termos de ampliar e fortalecer os seus laços?

- Por que as conexões entre os nós, internas e externas aos grupos (GPL e GPC), pouco vem contribuindo para a sua consolidação e difusão, em termos de enraizamento territorial?

- Quais as potencialidades e desafios da agroecologia em rede no fortalecimento de novas dinâmicas territoriais, tal como pressupõe o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), de modo a constituir um Sistema Produtivo Localizado (SPL)?

1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO

Os impactos das mudanças ocorridas após a década de 1990 na zona costeira foram insignificantes e/ou negativos na ampliação e fortalecimento das conexões externas dos grupos (GPL e GPC), como no caso do PRONAF em que muitos agricultores vêm tendo impossibilidade e/ou dificuldade no acesso. Assim como da inexpressividade das SDRs em termos de apoio a essas inovações e no fortalecimento de novas dinâmicas territoriais. Além disso, embora alguns nós da rede tenham conexões com os novos atores territoriais, em especial o MST, não conseguiram construir vínculos duradouros, resultando num baixo envolvimento e comprometimento em termos de construção de ações coletivas territorializadas. Ou seja, a rede não vem conseguindo interagir e agregar esses novos atores ao seu campo de ação, os quais mesmo tendo interesses convergentes atuam de forma fragmentada no território.

Em relação aos laços internos o desafio consiste em que a rede atue mais enquanto rede. Isto pressupõe a existência de *networking*, de uma visão compartilhada, de suporte (apoio, informação, formação e facilitação), de agência (promover campanhas, construir projetos) e de maior horizontalidade. Além disso, requer o fortalecimento dos seus objetivos comuns, os quais compreendem a identidade de projeto da Rede Ecovida de Agroecologia. Em relação às conexões externas, é importante considerar o contexto de hegemonia do paradigma da

modernização agrícola no qual as instituições públicas ainda estão “prisoneiras”. Frente a isso, torna-se imprescindível a organização e atuação da rede enquanto um movimento social, em termos de luta por espaços e por hegemonias. Isso pressupõe uma maior consideração da dimensão política nesses processos, a fim de fomentar o protagonismo e engajamento dos atores, de modo a fortalecer as suas parcerias. Assim como contribuir para o avanço de novos desenhos institucionais que considerem a agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento rural.

1.5 MODELO DE ANÁLISE

Quadro 3 – Modelo de análise

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
Rede de Agroecologia	Descritiva (Estrutura da rede)	Propósitos	O que entende por rede; benefícios e contrapartida da participação na rede; se considera a Rede Ecovida horizontal ou coordenada por entidades indutoras; motivação para participar na rede; o que entende por agroecologia; objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia.
		Nós/atores	Origens (naturalidade/cultura); tempo de pertencimento à rede; religião, filiação partidária, escolaridade.
		Alcance territorial	Número de famílias conectadas à rede; localização geográfica nos municípios; proximidade territorial; infraestrutura.
		Produção, comercialização e inovação	Tipo de produção, de mão de obra (empregados, diaristas, empreitadas); forma de comercialização (feiras, mercados, lojas); inovações; suporte técnico (Ongs, Universidades, Prefeitura); aquisição de sementes.
		Recursos,	Prestação de contas; mobilização de recursos;

		patrimônio	origens dos recursos, financiamentos, créditos, e por quem são gerenciados na rede.
		Gestão e governo	Referem-se a distribuição formal/informal de poder e influência na tomada de decisões, assim como a delegação dessas decisões para que sejam efetivadas; as estruturas de governo se relacionam as assembleias e/ou comissões, e grupos para tomada de decisões; modelos, ferramentas de avaliação, análise dos resultados e sua comunicação aos demais elos; inclusão de novos membros e desvinculação da rede; dispositivos de resolução de problemas entre os membros, instâncias de diálogo, elementos formais, códigos de conduta, conflitos de interesse.
	Explicativa (Dinâmica da rede)	Estratégia-rede	Visão da rede como um modo de mobilização; causa estratégica; visão global das relações de força.
		<i>Networking</i>	Diálogo, interações mútuas, participação, empenho, cooperação.
		Nodos (Netweavers)	Atores que efetuam determinadas funções, sendo um referente ativo; capacidade de se comunicar com outros atores e de criar oportunidades para si mesmo e para os demais.
		Efeito interno	Mudança de comportamento, no modo de pensar e agir; grau de coesão, processos de aprendizagem, espaços de intercâmbio para formação específica; dilema entre manter a rede ou dedicar-se

			aos objetivos específicos (particulares).
		Efeito externo	Mudança de comportamento, relacionamento, ação, políticas ou práticas de indivíduos, grupos, comunidades, organizações, instituições ou outros atores sociais no exterior da rede; parcerias, projetos em comum.
		Densidade	Razão entre as relações existentes e as relações possíveis.
		Centralidade	Grau, intermediação e proximidade.
		Clique	Estrutura compacta da rede em que os atores estão fortemente conectados.
	Prospectiva (Impacto da rede na dinâmica de DTS)	Sociopolítica	Interação com Instituições públicas (audiências públicas, parcerias, apoios diversos); organização e atuação enquanto um movimento social.
		Socioecológica	Estímulo a formas de produção e consumo ecologicamente prudentes e tecnologias ambientalmente apropriadas; interação com os consumidores.
		Sociocultural	Mobilização e protagonismo dos atores locais; disseminação da aprendizagem e da inovação entre os atores; valorização dos saberes, da identidade e da cultura local; inter-relação entre os mundos urbano e rural, entre produtores e consumidores; inserção social e econômica das populações menos favorecidas.
		Socioeconômica	Reforço à economia plural e a inscrição social dos mercados;

			reforço à pluriatividade e à complementação de atividades agrícolas e não agrícolas.
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base na literatura sobre redes e DTS.

1.6 OBJETIVOS

1.6.1 Objetivo Geral

Compreender como a rede vem se constituindo, em termos de integração dos agricultores, procurando explicar a fragilidade ou inexistência de conexões entre os seus nós, assim como em relação a outros atores e dinâmicas territoriais vigentes na região.

1.6.2 Objetivos Específicos

- 1- Mapear os novos atores (ONGs, movimentos sociais, e aportes públicos (crédito, secretarias, fóruns) existentes nos municípios desde a década de 1990.
- 2- Construir uma “linha do tempo” da trajetória de cada grupo (GPL e GPC) considerando as origens, as motivações, o número de membros, as parcerias, os aportes públicos e os projetos efetivados.
- 3- Verificar qual a compreensão da rede enquanto “estratégia-rede”, ou seja, como modo de mobilização em prol de uma causa considerada comum.
- 4- Tendo em vista a importância da dimensão política, será verificada a relação dos nós com os atores do âmbito do estado que trabalham com o desenvolvimento rural, tais como Epagri, Secretarias de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão de Agricultura, e também com atores da sociedade civil, tais como MST, ONGs, fóruns.
- 5- Destacar indícios dos resultados da pesquisa possíveis de serem generalizáveis à Rede Ecovida de Agroecologia, em seu conjunto.

1.7 JUSTIFICATIVA

Conforme a revisão de literatura, pode-se colocar que existe uma diversidade de pesquisas mostrando os benefícios da agricultura familiar, em especial da agroecologia, por ser mais sustentável e equitativa. Assim como seus principais desafios, em termos de

difículdade na comercialização, falta de políticas públicas e de maior apoio institucional etc. No entanto, há poucas análises empíricas voltadas para a compreensão dos padrões relacionais vigentes nessas experiências e dos seus impactos na dinâmica dessas inovações. Embora os estudos sobre redes tenham se ampliado, ainda está presente em alguns casos certo idealismo em relação a essas estruturas, existindo poucas análises consistentes baseadas em dados empíricos. No caso dos estudos sobre redes de agroecologia, em geral, tem se limitado a aspectos pontuais como gênero, trabalho, comercialização, sendo raros os que utilizam a metodologia de análise de redes sociais. Segundo Lugo-Morin (2011, p. 03),

existe una carencia de una agenda de investigación en el análisis de redes sociales en el marco de una problemática rural latinoamericana. Esta afirmación es secundada secundada por Núñez-Espinoza (2008), que propone em su estudio una agenda de investigación para una problemática concreta del desarrollo rural enfocada en la construcción de redes sociales de comunicación y su importancia para el desarrollo rural en zonas marginadas de América Latina.

Além disso, as pesquisas⁵ com esse perfil tem conferido ênfase às mediações (ONGs, fóruns, movimentos sociais etc), tendendo a desconsiderar a diversidade de atores envolvidos nesses processos.

Considerando esses aspectos, a inovação desta pesquisa consiste em procurar ir além das análises pautadas nas potencialidades e desafios dessas inovações, procurando explicar por que se estruturam de uma forma e não de outra, e qual o significado dessa estrutura reticular na dinâmica dessas iniciativas. Para tal, além da análise de dados convencionais, a pesquisa faz uso da análise relacional, tendo por pressuposto que as relações sociais condicionam as dinâmicas desses processos. Com isso, lança luzes em outros aspectos de difícil alcance por análises focadas nos atributos dos atores, que em geral, tendem a propiciar leituras fragmentadas e, não raro, descritivas dessas experiências.

Um dos fatores que contribuiu para a construção dessa análise, pautada nas estruturas relacionais, foi a realização, pela autora desta pesquisa, de cursos na modalidade *e-learning* na Universidade

⁵ Exemplos ilustrativos são: “A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura” (ABRAMOVAY, 2000); “Redes Emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos” (SCHERER-WARREN, 2012).

Bolivariana do Chile e ARSChile (<http://www.arschile.cl/site/>). Ambos versaram sobre redes e gestão de redes sociais, sendo o primeiro denominado “Análise e Gestão de Redes Sociais” e o segundo, “Análise e Gestão de Redes Sociais em Projetos de Desenvolvimento Rural”, tendo sido efetuados em 2006 e 2011, respectivamente.

Afora a contribuição teórica, em termos práticos esta pesquisa poderá contribuir para ajustes na *performance* dos atores implicados nessas dinâmicas, assim como nas políticas públicas. Como já referido, a sustentabilidade e a organização em rede são cada vez mais consideradas na construção de novas modalidades de desenvolvimento. Dessa forma, torna-se fundamental o fortalecimento das experiências que sinalizam nessa direção, pois o que de fato conta, em termos de difusão dessas inovações, são os bons exemplos, os quais passam a constituir-se como polos irradiadores.

1.8 METODOLOGIA

O presente trabalho se insere no âmbito de pesquisas do Núcleo Transdisciplinar de Desenvolvimento e Meio Ambiente (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina, mais especificamente na linha de pesquisa sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira Catarinense. O NMD, desde sua fundação em 1987, tem privilegiado pesquisas nessa região, a qual vem sendo considerada a sua região laboratório. Em função da trajetória pessoal e profissional da autora, filha de agricultores familiares e estudiosa de temas do âmbito rural, a inserção nessa região privilegiou a zona rural. As pesquisas exploratórias iniciaram em fins de 2009 e início de 2010, tendo por eixo norteador as populações em situação de vulnerabilidade social.

Com base na revisão de literatura, em especial nos estudos de caso realizados nessa região⁶ e entrevistas exploratórias, a princípio o município de Imaruí foi selecionado para análise. Isso porque além de apresentar o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região, tem um dos maiores índices de população residente no meio rural, tendo sido no passado um polo agrícola do local. De forma semelhante aos demais municípios da zona costeira catarinense teve um significativo êxodo rural com a consequente desagregação das atividades tradicionais, agricultura e pesca. A pesquisa exploratória

⁶ Entre os principais, podem se destacar: PEREIRA, 2010; CORDEIRO, 2010; ADRIANO, 2006; SANTIN, 2005; ARAÚJO, 2008; BITENCOURT, 2006; VIEIRA et al, 2007.

nesse município teve uma duração média de quatro meses em que foram visitados sindicatos de pescadores, de trabalhadores rurais, propriedades agrícolas, instituições e órgãos públicos como prefeitura municipal, Epagri, entre outros. De modo geral, o que se pode perceber foi um descrédito por parte da população em termos de revitalização do local e de investimentos em inovações.

No princípio chamou atenção uma ONG inserida há pouco no município, o IPPS (Instituto de Políticas Públicas e Sociais) que parecia ser protagonista e, principalmente, um diferencial em relação às demais organizações existentes. Porém, com o passar do tempo foi possível perceber que os objetivos da ONG não convergiam com os pressupostos desta pesquisa em termos de priorizar novas modalidades de desenvolvimento, na perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Posteriormente, através de informações da comunidade local foi possível tomar conhecimento de uma comunidade na divisa do município de Imaruí com Laguna que estava investindo na produção agroecológica, sendo um diferencial na região. Ao visitar o local verificou-se um significativo entusiasmo por parte dos moradores com as experiências em agroecologia que estavam se desenvolvendo na comunidade. A partir disso, como referido na introdução desta pesquisa, o direcionamento do trabalho tomou um novo rumo, sendo a Rede Ecovida de Agroecologia tomada por *locus* de análise.

Após definida a unidade de análise foi intensificado o acompanhamento das atividades⁷ da Rede Ecovida, como participação em reuniões, audiências públicas, visitas aos grupos do Núcleo Litoral Catarinense, entre outros. Com base no material coletado, na observação direta, nas conversas com os agricultores, foram selecionados para análise dois grupos do referido núcleo, de Paulo Lopes (GPL) e de Joinville (GPC), em função de aspectos já mencionados na problemática desta pesquisa. Desse momento em diante, o trabalho em campo limitou-se a esses grupos, com a participação em suas diversas atividades, ordinárias e extraordinárias. Quando não era possível comparecer em alguma reunião dos grupos, era solicitada a ata do encontro, a fim de tomar conhecimento das discussões e atividades propostas. Além disso, foram coletados dados referentes à fontes indiretas ou secundárias, específicos aos dois grupos, como documentação, folhetos, publicações etc. Assim como dados primários

⁷ Essas atividades estão mais detalhadas na parte referente à análise dos dados do quarto capítulo dessa tese, incluindo fotos, fala dos agricultores, dos mediadores, representantes de entidades e órgãos públicos, entre outros.

através da observação direta, da participação em reuniões e da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, conforme modelos no Anexo 1. Acompanhando as entrevistas foram aplicados questionários para a coleta de dados relacionais e dos atributos dos atores, contendo lista fechada de atores (para redes sociocêntrica) e lista aberta (para as redes egocêntricas) (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008; LEMIEUX & OUIMET, 2008).

No segundo semestre de 2011 foi iniciada a aplicação das entrevistas, mas ainda de cunho exploratório, conforme modelo no Anexo 1, e no primeiro semestre de 2012 foram aplicadas as entrevistas e os questionários definitivos. Primeiramente foram entrevistados 26 agricultores, sendo 11 do GPC, e 15 do GPL. Desse total, 4 agricultores do GPL responderam apenas as entrevistas, tendo se recusado a responder os questionários. Outros 6 agricultores (4 do GPC e 2 do GPL), embora integrantes dos grupos, não foram localizados, e/ou não atenderam a solicitação. Após, foram entrevistados as mediações, e representantes das instituições públicas, tais como Prefeituras, EPAGRI, CIDASC, CEPAGRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de ambos os municípios. A seleção dessas entidades e instituições foi decorrente da sua referência por parte dos agricultores e da sua importância para o local. Embora o IFSC – Campus Garopaba tenha importância para essa região, em nenhum momento os agricultores fizeram referência a esse Instituto, não tendo, portanto, sido incluído no rol de atores entrevistados.

Em relação à análise dos dados, primeiro foi efetuada a transcrição de todo material coletado, que importou em aproximadamente cem páginas. Após, tendo por referência o modelo de análise desta pesquisa, foram utilizadas algumas técnicas para análise dos dados. Para os dados convencionais foram criados blocos temáticos, segundo os principais eixos exposto no referido modelo, parte dos quais integram os diversos tópicos dispostos no quarto capítulo desta tese. Para os dados relacionais foi utilizado o *software Ucinet 6*, e as métricas de ARS (densidade, centralidade, clique etc), as quais estão apresentadas no primeiro capítulo, na parte sobre dados relacionais. A fim de facilitar a leitura e compreensão das estruturas gráficas, os questionários para dados relacionais foram inseridos no quarto capítulo, seguindo a sequência de análise de cada matriz proposta.

1.9 ESTRUTURA DA OBRA

A presente obra está estruturada em seis capítulos, mais as considerações finais. O primeiro capítulo, conforme já exposto, compreende a introdução e a apresentação do projeto dessa pesquisa. O segundo capítulo integra duas partes, sendo a primeira referente às origens e desenvolvimento do conceito de redes, as suas diversas acepções, as especificidades das redes sociais, sua gestão e dinamização, seguido de um prospecto da metodologia de Análise de Redes Sociais. Na seção seguinte é privilegiada a dimensão normativa do conceito de redes como sendo o novo *modus operandi* na sociedade contemporânea. O principal eixo de análise que baliza as grandes linhas desta parte do trabalho está centrado na globalização e suas consequências, tais como os processos de desterritorialização e reterritorialização na sociedade em rede.

No terceiro capítulo é efetuado um esboço do conceito de desenvolvimento rural, com ênfase na década de 1970 em diante. São caracterizados e diferenciados conceitos como modernização agrícola, agricultura familiar, campesinato, pluriatividade, multifuncionalidade e neoruralidade. Assim como são destacadas as especificidades do desenvolvimento rural no Brasil, os principais enfoques sobre o tema e as políticas públicas, em especial as pautadas pelo desenvolvimento territorial. Posteriormente, é conferido ênfase às redes de agroecologia, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil, as quais são apontadas como grandes referências na viabilização de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável.

No quarto capítulo é efetuada uma caracterização do modelo de desenvolvimento rural catarinense, seus principais períodos, tendo destaque a agricultura familiar e o turismo. Embora esse modelo apresente certas especificidades que o diferenciam do restante do país, não está isento da concepção hegemônica “urbano-industrial-exportadora”. Em termos de futuro do meio rural catarinense vem tendo destaque a agricultura orgânica e a agroecologia, devido a crescente demanda por esses produtos, assim como o turismo ecológico ou de base comunitária. Após um prospecto geral sobre o meio rural, o trabalho se volta para a zona costeira catarinense, seu processo de colonização, principais dinâmicas, e transformações no decorrer do tempo. Bem como, é conferida ênfase as especificidades dos territórios rurais dessa região. Concluída essa parte mais geral, o tópico final do capítulo aborda a Rede Ecovida de Agroecologia, suas origens, características e os principais núcleos da Rede em Santa Catarina. É

aferido destaque ao Núcleo Litoral Catarinense, em especial os Grupos Piraf-Cubatão (GPC) e Paulo Lopes (GPL).

O quinto capítulo compreende a análise dos dados, sendo a primeira parte voltada para análise da estrutura da rede, em termos de perfil dos integrantes; da organização em rede na percepção dos agricultores; da agroecologia e dos objetivos da Rede Ecovida; da motivação, benefícios e contrapartida para participar na rede; da gestão e governo na Rede Ecovida de Agroecologia (GPL e GPC), entre outros. A segunda parte tem por foco a dinâmica da rede, em termos de estratégia-rede, *networking*, efeito interno, efeito externo. Posteriormente, com base na metodologia de Análise de Redes Sociais, são considerados alguns indicadores de rede no exame das redes sociocêntricas e egocêntricas.

O sexto e último capítulo trata da análise prospectiva da rede, tendo por referência o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Cada uma das dimensões desse conceito (socioeconômica, sociopolítica, sociocultural e socioecológica) é tratada separadamente com destaque para os desafios e as potencialidades para um futuro cenário de DTS na Zona Costeira Catarinense. Por fim, é efetuada uma conclusão síntese dessas dimensões, em que é apontado três cenários possíveis para essas inovações sociotécnicas. Assim como, é frisado que a atuação em rede de forma mais horizontalizada e participativa (distribuída), pode-lhes garantir resultados mais expressivos.

2 O CONCEITO DE REDES E A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM RELACIONAL DO MUNDO SOCIAL

2.1 INTRODUÇÃO

As origens e desenvolvimento do conceito de redes, as suas diversas acepções em diferentes disciplinas constituem o primeiro tópico deste capítulo. Embora a diversidade de enfoques que trabalham com essa temática, de modo geral esse conceito pode ser considerado como sendo uma abordagem intermediária (meso) entre o nível micro e o nível macro de análise. Em outras palavras, pode ser considerado uma perspectiva intermediária entre o holismo e o individualismo metodológico. Após essa definição são abordadas as especificidades das redes sociais, sua gestão e dinamização, tendo destaque os *hubs*, os *netweavers* e o *networking*, sendo a rede considerada como estratégia de ação.

Em função de constituir-se como uma nova abordagem dos fenômenos sociais, a análise relacional requer uma metodologia capaz de corresponder aos seus pressupostos. Dessa forma, é efetuado um retrospecto das origens da metodologia de Análise de Redes Sociais, as suas principais tradições, autores, indicadores (densidade, centralidade, clique...) e os *softwares* utilizadas para análise dos dados. Com esse tópico se conclui a parte analítica do conceito de rede, teórica e metodológica.

Na seção seguinte é abordada a dimensão normativa do conceito de rede como sendo o novo *modus operandi* na sociedade contemporânea. A análise compreende dois períodos com suas respectivas características. O primeiro discorre sobre o Fordismo e os “territórios-zona” em que o desenvolvimento é compreendido como crescimento econômico, tendo por parâmetro as sociedades desenvolvidas. O segundo período compreende o Pós-Fordismo e os “territórios-rede” em que o desenvolvimento começa a considerar a variável ambiental, tendo surgido o conceito de desenvolvimento sustentável. A ênfase será maior nesse período, pois um dos conceitos que norteiam esta pesquisa, além do conceito de rede, é o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, o qual tem origem a partir da problemática desenvolvimento x meio ambiente. Outro conceito indispensável nesta pesquisa, em função de estar umbilicalmente relacionado ao conceito de redes, e ser uma das principais referências no debate sobre novas modalidades de desenvolvimento, é o conceito de capital social. Ao lado do capital físico, humano, o capital social

expresso nas redes sociais passa a ser considerado imprescindível, pois favorece a cooperação e a confiança recíproca nas ações coletivas.

2.2 O CONCEITO DE REDE

Em suas diferentes acepções (conceitual, metodológica, operacional/metafórica) o termo rede se refere a relações, tendo por foco central as conexões entre determinados nós, os quais podem ser pessoas, países, escolas, indústrias etc. Ou seja, “é um conjunto de atores (ou pontos, nodos, agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações)” (HANEMANN, 2009, p.03), ou “uma associação de indivíduos ou organizações autônomas que colaboram voluntariamente para alcançar um propósito ou objetivo comum (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010 p.133)”. Ou ainda, “rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (CASTELLS, 2009, p. 566).

Embora as raízes desse conceito estejam na sociologia e na antropologia, em especial com a Sociometria de Moreno e com a Antropologia Britânica, as redes sempre existiram e foram fundamentais para a própria sobrevivência da espécie humana. Isso porque estar inserido em uma rede propiciava uma diversidade de estratégias de coexistência, contribuindo para maior adaptação a riscos e oportunidades (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010; REQUENA SANTOS, 1996). Em latim “*rete*” significa rede ou teia, sendo que em termos de etimologia refere-se a uma rede de pesca, a um arrastão, de captura de pequenos peixes, ou pequenas aves. Em função disso, muitos autores têm destacado a importância da rede como estratégia de ação.

A rede oferece à inteligência um extraordinário meio de ação estratégica: a ligação. A rede é, pois, comparável ao *filet* do pescador: diante das presas ágeis, quase inatingíveis, o *filet* envolve seu campo de ação, fechando sua armadilha até capturá-las (MARCON & MOINET, 2001, p. 20).

Posteriormente, a rede passou a ser associada ao corpo humano em sua totalidade, devido as conexões e interações entre os diferentes órgãos do corpo, os quais fazem com que o todo funcione em harmonia. Em meados do século XVIII ocorreu uma ruptura com a analogia das redes ao corpo humano, tendo passado a serem usadas, principalmente, por militares como redes de comunicação em que o território compreende um plano de linhas imaginárias conectadas em rede. Desde então, a rede passa a estar relacionada com a técnica (infra-estrutura

rodoviária, estrada de ferro, telegrafia) que modifica a relação espaço – tempo. Na segunda metade do século XIX, esse conceito representa um conjunto de pontos conectados entre si, sendo que nas ciências humanas e exatas refere-se a um conjunto de pontos que se comunicam entre si (DIAS, 2005).

Em fins do século XIX, início do XX, começou a surgir, principalmente no campo da matemática, as teorias das redes, em especial nos trabalhos de Euler com o teorema dos grafos. “Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas que, em conjunto, formam uma rede” (RECUERO, 2004). Posteriormente, na área da Sociologia, na década de 1970, a teoria dos grafos passou a ser a base para o estudo das redes sociais, integrando a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) ou Análise Estrutural. Enquanto no campo das ciências exatas, o conceito de rede compreende um sofisticado construto matemático, de grande capacidade analítica, nas ciências sociais vem sendo utilizado de maneira ampla e diversificada, como metáfora, instrumento de pesquisa ou teoria. Não há uma única teoria sobre redes sociais, mas diversas abordagens teóricas que apresentam proposições, conceitos e diferentes perspectivas (PASSADOR, 2005).

A evolução do conceito de redes sociais no campo das *ciências “soft”* foi marcado pela interdisciplinaridade, podendo ser empregado como metáfora (em que as entidades, indivíduos e ideias estão conectados entre si); normativa (compreende a rede como certas configurações de atores que visam alcançar certos objetivos); método de análise de redes sociais (as redes são consideradas como metáforas e como método para descrição e análise dos seus padrões relacionais) (VALE, 2006). Ou seja, nas Ciências Sociais esse conceito é polissêmico como, por exemplo, no estudo das redes primárias de certos grupos na antropologia, na sociologia destacam-se as redes sociais entre diferentes grupos; na geografia existem as redes urbanas que interligam as cidades etc (LOIOLA & MOURA, 2008). Além disso, no campo das Ciências Sociais o desenvolvimento desse conceito, assim como a metodologia de análise de redes sociais (ARS), foi decorrente de problemas de difícil resolução nos quadros conceptuais dominantes. Nesse contexto, a ARS pode ser utilizada “(...) como instrumento de análise que permite a reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos, a partir das conexões interpessoais construídas cotidianamente (FONTES, 2003, p.04).” Dessa forma, dos anos 1970 em diante, esse tema esteve mais presente na agenda das

Ciências Sociais, com a introdução de novas técnicas para análise dos dados, conforme consta na seção sobre metodologia de análise de redes sociais (ARS). Após os anos 1990, esta abordagem passou a ser mais valorizada no meio acadêmico, empresarial e nas organizações da sociedade civil.

De modo geral, o conceito de redes vem sendo empregado em diferentes áreas do conhecimento, com acepções diversas como, por exemplo, no campo da Biologia em que as redes passam a ser entendidas como sendo o padrão de organização de todos os sistemas vivos. Entre os principais autores que entendem as redes nesse sentido destacam-se Fritjof Capra, Humberto Maturana e Francisco Varela. Já na área da psicologia social, autores como Félix Guattari e Gilles Deleuze utilizam a metáfora do rizoma para designar as redes (SOUZA, 2011). No campo da Sociologia Econômica esse conceito também vem tendo evidência, sendo que “(...) a ideia forte é de que a situação, e mesmo a identidade do ator, dependem de suas interações com outros atores, e das interações que estes últimos mantêm com outros membros da rede” (STEINER, 2006, p.77). Um conceito muito utilizado no campo da sociologia econômica é o de *embeddedness* de Granovetter (1985), sendo que a origem da definição de *embeddedness* está em Karl Polanyi, segundo o qual a organização econômica da sociedade não se limitou historicamente à economia de mercado, existindo sempre a economia substantiva em contraposição à economia formal. Com sua análise, Granovetter acentua que as transações econômicas estão enraizadas em redes sociais, não podendo ser analisadas ao desconsiderar esse aspecto. Embora considere os laços fracos mais importantes, o autor reintroduz a importância dos laços fortes com o conceito de *embeddedness*. Dessa forma, entende que é equivocado conceber o comportamento econômico e as instituições econômicas como independentes das relações sociais. Através do conceito de *embeddedness* ressalta a importância das relações sociais, as quais se interpenetram com as relações mercantis, diferente dos pressupostos básicos do modelo econômico neoclássico que enfatizava o anonimato do mercado (GRANOVETTER, 1985; VALE, 2006).

As redes podem ser estruturas informais com foco no indivíduo, como rede de vizinhança, de parentesco, de local de trabalho ou quando correspondem a articulações/interações entre diferentes atores e organizações. Em geral, as redes da sociedade civil são horizontalizadas, pouco formais, devido ao grande número de laços de solidariedade e projetos compartilhados, integrando agentes locais, regionais, nacionais e internacionais em suas articulações. Também há no estado redes em

que se conectam agências estatais e atores da sociedade civil, sendo as políticas públicas redefinidas, pois passam a articular diferentes atores em torno de uma ação pública. As redes do estado e das empresas tem maior unidirecionalidade, pois tem um centro animador, enquanto as redes relacionadas ao campo das organizações sociais e as redes interpessoais apresentam maior horizontalidade. No entanto, ambas caracterizam-se pela “cooperação/competição; efemeridade/permanência; solidariedade/conflito; igualdade/diversidade; racionalidade instrumental/racionalidade comunicativa”. (LOIOLA & MOURA, 2008, p.07). Devido a essas características, as redes podem articular diferentes atores, tornando-se um meio eficaz para fomentar a organização social, as dinâmicas de desenvolvimento e a operacionalização das ações. As principais tecnologias (TIC's) que contribuem para a expansão das redes são as comunicações móveis (internet, celulares); as mídias sociais que permitem a produção e publicação de seu próprio conteúdo (textos, fotos, vídeos); os ambientes virtuais que possibilitam uma ampliação das redes sociais, tais como *facebook*, *Orkut*, *ning/twitter*. Embora esses *sites* não sejam redes sociais, permitem e facilitam a atuação em rede (CHRISTAKIS; FOWLER, 2010). Ou seja, os recursos propiciados pelas TIC's como a internet, são formas de mediação que potencializam as redes, mas que por si não podem ser designados de redes sociais. Enquanto a rede social é uma rede de pessoas que estão conectadas, a rede de informática constitui uma rede técnica (MARCON & MOINET, 2001). Enfim, “não se trata da organização em rede da tecnologia, mas da organização em rede dos seres humanos através da tecnologia. Não se trata de uma era de máquinas inteligentes, mas de seres humanos que, através das redes, podem combinar a sua inteligência” (TAPSCOTT, 1996 apud FRANCO, 2008b).

Segundo Whitaker (1993), as pessoas tendem a se organizar para a realização de qualquer atividade sendo que, em geral, essa organização se estruturava através de relações hierárquicas, por meio do afunilamento da base ao topo da pirâmide, onde geralmente se encontra o chefe, ou coordenadores. Atualmente devido a globalização, a revolução nas telecomunicações, as novas tecnologias de informação (TIC's), está cada vez mais sendo experimentada a organização em rede, onde a descentralização e horizontalidade caracterizam a atuação/posição dos seus integrantes. Mesmo existindo atores mais centrais, os fluxos de informações, as decisões, ocorrem de forma mais rápida e distribuída. Ao não existir as rígidas hierarquias, as

informações não permanecem centralizadas em certos atores, mas tendem cada vez mais a se distribuírem, o que facilita que todos tenham um poder semelhante de decisão.

Quanto mais a realização dos objetivos de uma organização depende da ação disciplinada de todos que a integram, mais se tende a organizá-la em pirâmide, com seus níveis superiores comandando e controlando a ação dos inferiores. Quando a realização de um objetivo depende menos da disciplina dos que dela participam do que do engajamento consciente de todos na ação, menos cabe comandar e controlar o que os outros fazem ou deixam de fazer: tem que se contar é com a lealdade de cada um para com todos, baseada na co-responsabilidade e na capacidade de iniciativa de cada um, e a organização pode ser feita numa estrutura em rede, horizontal. Um paralelo com a ação militar pode ser elucidativo: os exércitos convencionais são necessariamente e rigidamente piramidais; os corpos guerrilheiros tendem a se horizontalizar, em rede (WHITAKER, 1993, p.02).

Dessa forma, na estrutura horizontal a representação é baixa, ou mínima, pois cada integrante da rede é autônomo em sua ação, tendo consciência que sua atitude deverá fluir em consonância para a realização dos objetivos do grupo (LOIOLA & MOURA, 2008).

De uma posição minimalista, vista como um método complementar, a análise estrutural de redes passou para uma posição maximalista em que as estruturas sociais são representadas por redes. Dessa forma, para compreender a estrutura é preciso considerar as relações que se estabelecem entre os seus elementos. Nesses termos, a dimensão reticular constitui uma abordagem intermediária (meso) entre o nível macro e o nível micro de análise (PORTUGAL, 2006). Esse método de análise vem ganhando cada vez mais importância, sendo maior o interesse da ciência na compreensão dos sistemas vivos em sua integralidade. Isso propicia, por exemplo, “uma guinada fundamental na maneira de encarar a realidade como um todo, da vida às doenças. Decorrem da visão sistêmica que agora se tem da célula, como uma rede, e não como um punhado de substâncias químicas isoladas” (BARABÁSI, 2009, p.174).

Em função desses aspectos, o conceito de rede para muitos autores, inclusive para a autora desta tese, pode ser considerado como

sendo um sistema, conforme pressupõe a “Teoria dos Sistemas” de Ludwig von Bertalanffy (1976). Nessa perspectiva, o conceito de rede seria parte constitutiva de uma teoria complexa/sistêmica que vem se desenvolvendo no decorrer do século XX em diante, tendo por foco a dinâmica relacional do fato social. Dessa forma, esse conceito não pode ser reduzido a um método de análise, ou a uma forma metafórica para explicar as mudanças na sociedade contemporânea (MARTINS, 2006). Nesses termos, uma rede compreenderia atores e/ou organizações que se conectam em função de objetivos comuns, a fim de formar um sistema, uma vez que as “redes são sistemas de nodos e conexões. No caso das redes sociais, tais nodos são pessoas e as conexões são relações entre essas pessoas” (FRANCO, 2008a, p.113). Os sistemas são abertos e em contínua interação e troca com o meio, sendo que todas as suas partes estão de alguma forma conectadas, de modo que para analisar a parte é necessário ter clareza do todo. Ou seja, há uma interdependência entre as partes e o todo, o que torna essas interações complexas (PASSADOR, 2005). Posto isto, pode-se inferir que

(...) a rede não é a soma de suas partes, mas o fruto das inter-relações entre seus membros, aconteçam elas de maneira bilateral ou multilateral. Isso significa que uma rede é um sistema entendido como um conjunto de componentes (grupos de trabalho, secretariado, coordenação, conselho etc.) que se inter-relacionam com um propósito (WILSON-GRAU, 2011, p. 163).

De modo geral, o conceito de rede faz referência a horizontalidade, ao encadeamento, a interdependência, a conectividade, a flexibilidade, significando ainda articular-se e retroalimentar-se. As redes de organizações são espaços de mobilização, articulação política, troca de informação, compartilhamento de propostas, enfim visam fortalecer os atores e potencializar suas ações em torno de uma meta, uma pauta/objetivo comum.

2.3 A ABORDAGEM RELACIONAL: UMA PERSPECTIVA INTERMEDIÁRIA ENTRE O HOLISMO E O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

No campo da sociologia o conceito de redes sociais e inclusive a metodologia de análise de redes sociais, para muitos autores, compreende uma sociologia relacional que tem por base as ideias de Simmel e Norbert Elias (STEINER, 2006). Na obra “A Sociedade dos

Indivíduos”, Elias (1994) apresenta o enfoque meso-social citando vários exemplos ilustrativos. Primeiramente destaca que as mudanças ocorridas nas sociedades, em termos da passagem de uma forma de vida em comum para outra, não são planejadas, pois ninguém conscientemente as planeja. Cita como exemplo o surgimento da Revolução Industrial, a qual ninguém planejou antecipadamente, isso porque as grandes transformações históricas independem das interações particulares dos indivíduos. Os indivíduos formam a sociedade, mas não tem controle sob o seu curso, uma vez que a história segue por rotas não pretendidas ou planejadas pelos indivíduos. Dessa forma, embora a sociedade seja composta por indivíduos, as grandes transformações históricas independem das suas intenções particulares.

Segundo esse autor, há duas abordagens das formações sócio-históricas que, em geral, o “indivíduo” e a “sociedade” são vistos como distintos e opostos. A primeira entende que indivíduos concebem e planejam as mudanças, os grandes acontecimentos. Nesse caso seriam as pessoas que tiveram novas ideias, sendo protagonistas de novas instituições, obras de arte etc. A segunda abordagem explica as mudanças sócio-históricas como produto de forças supra-individuais, anônimas, em que os indivíduos estão submetidos. A fim de sair dessa dualidade, o referido autor ressalta a importância das interações sociais, ilustrando através de vários arquétipos a inviabilidade em se limitar às partes ou ao todo para a compreensão dos fenômenos sociais. Cita o exemplo de um grupo de bailarinos, em que para entender os movimentos de um dos bailarinos é preciso compreender as relações dos bailarinos entre si, pois há uma sincronia na dança. Outro exemplo mencionado pelo autor refere-se às pedras e a casa, em que não é possível compreender a estrutura da casa inteira analisando suas pedras isoladamente. Do mesmo modo, não se pode compreender a casa como um somatório de pedras, pois o todo é diferente da soma das partes, assim como por suas partes isoladas. Dessa forma, conclui que “(...) As relações de unidades de menor magnitude (...) dão origem a uma unidade de potência maior, que não pode ser compreendida quando suas partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações” (ELIAS, 1994, p.16). Essa análise pode também ser ilustrada da seguinte forma:

trabalhando juntas, as células geram uma forma superior de vida que é inteiramente diferente do funcionamento interno de uma única célula. Por exemplo, nossa digestão não é uma função de uma célula qualquer ou mesmo de um único tipo de

célula. Do mesmo modo, nossos pensamentos não estão localizados em dado neurônio; eles resultam do padrão de conexões entre neurônios (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010, p. 251).

Enquanto na natureza os fatos materiais são percebidos de forma *a priori* pelo observador, na sociedade são os seus próprios integrantes que constituem a unidade social, de modo que a sociedade só é possível em razão das interações entre os indivíduos. Dessa forma, segundo Simmel a sociologia não poderia ser compreendida como uma ciência social global, pois nem tudo que acontece na sociedade pode ser designado de social. O campo da sociologia deveria ser as interações sociais, os processos sociais, os quais propiciam o dinamismo das sociedades, que Simmel denomina de “sociação”. Dessa forma, a sociedade só existe no momento em que os indivíduos interagem de modo recíproco, movidos por instintos (eróticos, religiosos), ou fins (defesa, ataque, ajuda) formando uma unidade, ou uma ‘sociedade’. O que faz a sociedade são as diversas formas de interações existentes, de modo que o objetivo de uma ciência que se propõe estudar a sociedade deve ser essas interações, assevera o referido autor. Desse modo, a sociedade é, por um lado, um complexo de indivíduos sociados e, por outro, é a soma das formas de relações tecidas por indivíduos. A “sociação” é constituída pelas motivações, impulso dos indivíduos podendo constituir diferentes formas, o que justifica a designação pelo autor da Sociologia como ‘geometria social’. Do mesmo modo que a geometria considera as formas abstratas que constituem um corpo empírico, a sociologia estuda as formas de sociação vigentes na sociedade, independente dos conteúdos dessas formas. Nesse sentido, caberia à Sociologia compreender e explicar as formas que constituem os grupos humanos, e às demais ciências tratar dos fins econômicos, políticos, religiosos, culturais desses grupos. No entanto, em função da sua complexidade, para definir a sociedade é preciso considerar “formas especiais de sociação e todas as forças que mantêm unidos seus elementos” (SIMMEL, 1983, p.48). Tal como Elias, Simmel procurava situar-se num meio termo entre o organicismo social e o atomismo individual. Ou seja, ao mesmo tempo que reconhecia a importância do indivíduo para a vida social, também considerava as grandes formações sociais.

A sociedade constitui-se pela interação entre os indivíduos, pelas suas relações mútuas que originam algo que ninguém tencionou, a sociedade, daí a importância de compreender as suas relações. É apenas na sociedade, relacionando-se com os demais, que o ser humano se

transforma num ser psicologicamente desenvolvido, pois na condição de ser isolado irá evoluir para semi-selvagem. Assim como a formação individual de cada pessoa irá depender das estruturas das relações humanas da sua época. Dessa forma, o que há nas sociedades é um entrelaçamento de indivíduos assumindo formas específicas por meio das suas relações com os outros. Nesse sentido as redes de interações entre os indivíduos só podem ser compreendidas através da análise das relações entre os elos, sendo as conexões alteradas quando a estrutura da rede é modificada. Desse modo, a rede em que o indivíduo está inserido irá influenciar sua natureza, enfim seu modo de ser e de se portar. Sendo assim, é preciso “partir da estrutura das relações entre os indivíduos para compreender a ‘psique da pessoa singular’” (ELIAS, 1994, p.39). A margem de decisão dos indivíduos emerge de dentro da rede social em que estão inseridos e também irá depender da estrutura e do contexto histórico vigente. Embora uma pessoa, dependendo da sua posição, possa ter uma margem maior de influência, seu poder não é ilimitado, sendo o poder da rede onde atua muito mais forte. Ao invés da oposição de que ‘tudo depende do indivíduo’, ou de que ‘tudo depende da sociedade’, Elias entende que há uma reciprocidade entre esses dois polos, não podendo um existir sem o outro. Um exemplo que corrobora essa análise, destacado por Marques (2007), é referente ao poder, em que mesmo sendo intrinsecamente relacional, as principais teorias sobre esse tema o explicavam em função das estruturas e sistemas sociais, ou em razão dos atributos individuais. Somente nos anos 1970 com o desenvolvimento da sociologia relacional que passa a ser considerado o nível intermediário de análise, ou seja, as relações sociais na conformação das diferentes formas de poder.

A análise intermediária dos fenômenos sociais também pode ser compreendida através do conceito de “sistema de ação” criado por Alain Touraine (1984). Diferenciando-se de grande parte da sociologia clássica em suas diferentes abordagens (marxista, funcionalista), coloca no centro da análise o regresso do ator e a ideia de ação social interdependente. Ao invés da separação entre ator e sistema, propõe a interdependência de ambos através da noção de “sistema de ação”. Dessa forma, o ator não pode mais ser explicado pelo sistema, mas por suas relações, crenças, projetos, orientações culturais e conflitos sociais. Diferente do movimento operário que se pautava pela História, pelo progresso, o ator social se pauta pela sua constituição enquanto sujeito, lutando pela liberdade e pelo direito de ser ele mesmo, de ser reconhecido, não aprisionado a leis históricas ou regras comunitárias. Nessa perspectiva, o progresso social está indissociável do

desenvolvimento pessoal do ator, sendo a liberdade, a capacidade de ação na vida coletiva fundamentais nesse processo. Essa busca por autonomia crescente por parte das coletividades propiciou o surgimento de novos atores e novos conflitos sociais em luta pelo controle dos modelos organizacionais vigentes, não se limitando a reagir a situações, mas a construí-las. Daí a importância em compreender o ator de acordo com o lugar que ocupa nas relações sociais, observando os valores que orientam e motivam a sua ação (TOURAINÉ, 1998).

Através das análises desses autores as relações sociais passam a ser consideradas elementos chaves para a compreensão da sociedade, rompendo com os dualismos que ora privilegiavam o indivíduo, ora a estrutura. Daí a importância das redes, do estudo das interações dos indivíduos em rede, campo que passou a ter cada vez mais importância do século XX em diante. Embora não exista um consenso sobre esse conceito, boa parte dos autores que trabalham com essa temática consideram que “as redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc) conectados por algum tipo de relação” (MARTELETO, 2004, p. 41). Podem também constituir um projeto bastante ambicioso para certos autores, em termos de ser uma mudança de paradigma na modernidade. Com isso, ao invés do reducionismo, da análise das partes separadas (órgãos, células, moléculas, genes), os cientistas buscam juntar as partes, as quais passam a ser compreendidas como integrantes de um grande sistema.

O estudo de redes sociais é, na verdade, parte de um projeto montado, muito mais amplo na ciência moderna. (...) O entendimento da estrutura e da função das redes sociais e o entendimento do fenômeno da emergência (isto é, a origem das propriedades coletivas do todo não descoberto nas partes) são, assim, os elementos desse movimento científico maior. (...) O grande projeto do século XXI – entender como toda a humanidade pode vir a se tornar maior do que a soma de suas partes – está apenas começando (BARABÁSI, 2009, p.264-263).

A abordagem dos sistemas complexos implica a não linearidade, a dinâmica evolutiva, a auto-organização e a emergência de padrões não planejados. Conforme Barabási (2009), a ciência do século XX “desmontou o universo”, mas não sabe como remontá-lo, pois entendia que uma vez compreendida as partes era possível compreender o todo.

Essa perspectiva reducionista propicia que os indivíduos vejam o mundo através de suas partes constitutivas. Com a perspectiva dos sistemas complexos a natureza não é mais vista como um quebra-cabeça, e muito menos como possuindo apenas uma forma de montagem, pois os seus componentes podem se articular de modos muito diversos. Ao invés da compartimentação, da separação entre mente e corpo, razão e emoção, subjetividade e objetividade, homem e natureza, muitos cientistas de diferentes campos (biologia, neurociência) vem integrando essas dualidades através do pensamento sistêmico/complexo. Dessa forma,

(...) as partes só podem ser classificadas de acordo com as relações que existem entre elas. É preciso pensar as relações (a forma ou o padrão) como algo primário, e os termos relacionados (a substância ou o conteúdo) como algo secundário, focalizando mais a relação do que as pessoas ou fatos relacionados (VASCONCELLOS, 2002, p. 237).

Um dos indicadores que corroboram a crítica ao modelo hegemônico de pensamento vem sendo a sua incapacidade em lidar com a instabilidade e a incerteza, cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas. Um exemplo que ilustra esse fato é a questão da sustentabilidade, pois se torna difícil trabalhar com esse tema num contexto de unilateralidade e unidimensionalidade, em que prevalece a competição a qualquer custo. Sob a ótica sistêmica a competitividade deveria equivaler a competição e cooperação, segundo a fórmula: “~~competitividade~~ = ~~competição~~ ↔ ~~cooperação~~” (MARIOTTI, 2007, p.45).

Desse modo, ao invés da unilateralidade, a sustentabilidade requer diversidade e tensão criativa. Assim como, devido as incertezas e os riscos cada vez mais presentes nas sociedades atuais, as pessoas vem sendo forçadas a pensar de modo menos unilateral e mecanicista, a ter uma mente menos condicionada (ou isto, ou aquilo), redutora, com dificuldade em aceitar novas ideias. Enquanto o racionalismo busca reduzir tudo a objetividade e à lógica linear, a racionalidade é multilateral e reconhece os limites da razão (MORIN, 2007; MARIOTTI, 2007). Dessa forma, urge uma mudança no modo de pensar, de analisar os complexos problemas sociais e

ao invés de acreditar que vamos ter como objeto de estudo o elemento, ou o indivíduo, e que teremos de delimitá-lo muito bem, precisamos passar a acreditar que estudaremos ou trabalharemos sempre com o objeto em contexto (VASCONCELLOS, 2002, p. 111)

A nova perspectiva paradigmática emprega uma racionalidade não-linear de modo que ao invés da lógica binária “ou-ou” (isto ou aquilo) do modelo linear cartesiano, utiliza a lógica “e-e” (isto e aquilo). Entretanto, isso não significa que se deva desconsiderar a forma tradicional de fazer ciência, mas deve-se evitar absolutizá-la como suficiente, pois: “o mundo real é diversificado, multifacetado e, muitas vezes, incerto e imprevisível” (MARIOTTI, 2007, p.06). As principais diferenças entre essas diferentes óticas de pensamento são:

Quadro 4 - Principais diferenças paradigmáticas

Paradigma Clássico	Paradigma sistêmico/complexo
Simplicidade	Complexidade
Estabilidade	Instabilidade
Objetividade	Intersubjetividade

Fonte: Elaborado pela autora com base em VASCONCELLOS (2002).

Ao invés do reducionismo (complexo → simples) passa-se para uma perspectiva integrativa complementar (simples → complexo). No entanto, os referidos autores alertam sobre o condicionamento da racionalidade linear, a qual é parte inseparável do projeto Iluminista que fundamenta a visão de progresso, de certezas, de controle vigente na modernidade, o que torna difícil operar através de outra lógica. Não obstante, em função dos sérios problemas ora vigentes (meio ambiente, desemprego, incertezas, riscos) tal como destacados pelos críticos da modernidade ou “pós-modernos” (BAUMAN, 1999; BECK, 1995; GIDDENS, 1995), muitas questões passam a ser repensadas, tal como, por exemplo, o conceito de desenvolvimento. Além disso, para alguns estudiosos a pós-modernidade seria constitutiva de uma “modernidade líquida”, pois já não existiriam mais as sólidas certezas da modernidade, do progresso contínuo e garantido, do controle e domínio da natureza. Nesse contexto, há dificuldade de formulação de grandes teorias, de macro explicações, tal como era possível na modernidade (BAUMAN, 2001; BECK, 1995).

No entanto, para autores do campo da teoria dos sistemas e da complexidade ao mesmo tempo em que, de certo modo, convergem com a crítica dos pós-modernos, divergem em relação às possibilidades em se pensar saídas para os problemas atuais, seja em termos de teorias mais abrangentes, seja na capacidade de propor alternativas viáveis. O principal ponto destacado por grande parte dos teóricos filiados à matriz sistêmica/complexa é de que se faz necessário um pensamento “auto-

eco-organizador”, relacional com todo o sistema vivo, capaz de repensar, por exemplo, a própria concepção de desenvolvimento. Ressaltam que no contexto atual em que os problemas vigentes envolvem a todos não é mais possível a existência de um “ator privilegiado” que possa ser o protagonista das mudanças. Torna-se necessário um somatório de esforços, de parcerias, a fim de buscar alternativas aos complexos problemas sociais, em especial via sistemas de governança territorial (MARIOTTI, 2007; MORIN & KERN, 1995). Desse modo, ao invés de privilegiar as subdivisões, é preciso considerar as interações entre os elementos que integram o todo o que torna a rede a forma de organização que mais se adapta ao mundo atual. Com base no princípio hologramático Edgar Morin (1977) adverte que ‘a rede é um exemplo perfeito desse agenciamento de relações entre componentes ou indivíduos e produz uma unidade complexa ou um sistema, unidade dotada de qualidades desconhecidas em nível dos componentes ou dos indivíduos’ (MORIN, p. 103 apud MARCON & MOINET, 2001, p. 185).

2.4 AS REDES SOCIAIS E SUAS ESPECIFICIDADES

Nem todo tipo de conexão entre os atores pode ser designada de rede social, pois é preciso existir determinadas condições para que uma estrutura reticular seja uma rede social, e não um grupo qualquer de indivíduos, uma associação ou uma ONG, por exemplo, conforme especificado no quadro a seguir.

Quadro 5 – Especificidades das Redes Sociais

	Redes	ONGs	Associações
Quem?	Organizações e indivíduos podem participar de redes. Mas os participantes nas redes caracterizam-se pela sua diversidade, incluindo diversidade geográfica, bem como diversidade cultural, de idiomas e às vezes também ideológica.	Apenas indivíduos participam das ONGs, e eles são, em geral, cultural e ideologicamente homogêneos.	Indivíduos que desejam ser membros aderem voluntariamente por causa de um interesse comum. São relativamente homogêneas.
	A forma como os atores participam de	A participação nas ONGs é regular,	Os membros ou associados tem

Como?	<p>redes é muito diversificada, variando desde só votar nas eleições a participar em grupos de trabalho e instâncias de coordenação.</p> <p>Participação em redes pode ser esporádica, muito intensa ou até inexistente. Atores sociais independentes e autônomos tem iguais, mas limitadas autoridade e responsabilidade na rede.</p>	<p>com frequência diária e mais regulamentada.</p> <p>Geralmente envolve relações de trabalho fixo, em tempo integral e assalariado.</p>	<p>rigorosamente definidas as responsabilidades na organização.</p> <p>Reuniões regulares e atividades em grupo.</p> <p>Participação dos membros é semelhante em intensidade e frequência. A participação é uma atividade voluntária.</p>
Por quê?	<p>Participação em redes ocorre por uma variedade de razões, incluindo combinar forças para fazer uma declaração mais forte, legitimidade, aprendizagem, potencial de acesso a fundos e partilhar recursos.</p>	<p>Participação em uma ONG é geralmente baseada em razões pessoais de interesse profissional.</p> <p>Razões incluem compartilhar a filosofia e os ideais da ONG, ganhar a vida e outros benefícios pessoais. O trabalho é orientado para fazer carreira.</p>	<p>Interesse comum em um problema limitado ou específico ou uma finalidade à qual querem contribuir e da qual querem se beneficiar.</p>
Por quanto tempo?	<p>A participação perdura enquanto perdura a vontade dos membros de continuar com seu compromisso.</p>	<p>Contrato entre empregados e empregadores.</p>	<p>Até que o indivíduo perca o interesse pelo problema ou propósito.</p>

Fonte: Wilson-Grau & Garcia, (2007).

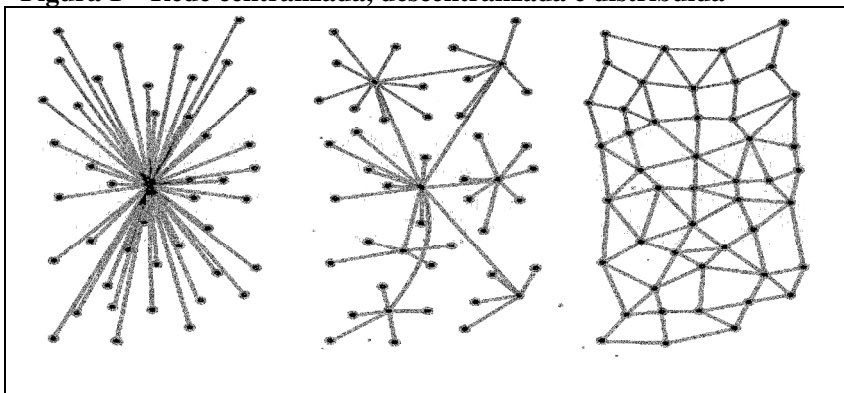
As redes sociais podem ser definidas como “comunidades de sentido, isto é, um conjunto de pessoas relacionadas e interligadas efetivamente por valores, afetos, interesses ou objetivos comuns” (SCHERER-WARREN, 2006, p.01). Os principais elementos de uma rede social são: ator – todos os sujeitos sociais entre os quais se estabelecem vínculos e, dependendo da situação, o ator pode ser denominado de nodo; nodos – são os atores que efetuam determinadas funções, sendo um referente ativo, central, capaz de estruturar a rede em função das suas relações, da capacidade de se comunicar com outros atores, assim como de criar oportunidades para si mesmo e para os demais; vínculos ou laços relacionais – a diversidade de vínculos é ampla, podendo ser pessoal (amizade, preferência, parentesco), transmissão de recursos (operações financeiras/econômicas), pertencer a mesma organização (sindicato/associação) etc (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008).

Nas redes sociais o que flui nas conexões possui a capacidade de contágio, podendo ser de modismos, violência, de colaboração, de modo que a atitude de um nó pode repercutir positivamente ou negativamente na rede. Em geral os seres humanos modelam suas redes em razão da homofilia e as constroem segundo o interesse de estar ou não conectado a certas pessoas. Devido ao fato de que os contatos de um indivíduo estão conectados com outros indivíduos, e esses com outros, pode-se dizer que todos de alguma forma estão conectados, daí a expressão “mundo pequeno” (ADULIS, 2011). A comprovação desse fato foi possível devido às pesquisas de Stanley Milgran (1967), professor de Harvard, que tinha interesse em descobrir a distância que separa duas pessoas quaisquer nos EUA, tendo por objetivo entender quantos conhecidos são necessários para conectar indivíduos selecionados ao acaso. Para tal selecionou uma pessoa de Massachusetts e outra de Boston. Para iniciar o experimento escolheu as cidades de Wichita, no Kansas, e Omaha, em Nebraska. Após, enviou cartas para moradores dessa cidade explicando o estudo, contendo foto e endereço das pessoas alvo. Das 160 cartas enviadas, 42 voltaram, sendo que as que chegaram ao destinatário tiveram um número médio de intermediários de 5,5 pessoas, o qual arredondado para seis, chega-se aos seis graus de separação. Com essa experiência pode ser demonstrado que a sociedade constitui-se por uma rede muito densa o que comprova a ideia e o experimento do “mundo pequeno” (BARABÁSI, 2009).

As características essenciais das redes sociais são: estratégia/fluidez (maleável, adaptável, multiforme, flexível); finalidade/função (lucro, cooperação, organização dos trabalhadores,

religiosa), estruturas de relacionamento/governança/comunicações (fundamental para troca de informações/conhecimento); aprendizagem de competências (normas comuns, trocas, informações técnicas, efetivação de estudos) e aprendizagem coletiva (fundamental para a coordenação das ações individuais, conhecimento, estima, almoços em comum, atividades esportivas etc) (MENDIZABAL, 2008). Quanto mais os elos se conhecerem, se encontrarem, maiores serão as trocas, as interações, os compartilhamentos, pois “na falta de sentido, quer dizer, de significação e de direção, a rede não existe; ela é somente uma reunião de pessoas, um movimento *browniano*, uma confusão” (MARCON & MOINET, 2001, p.120). Além disso, uma rede social pode ser considerada enquanto tal quando seus integrantes se conectam horizontalmente, não sendo adequada para representar organizações centralizadas, com poucas conexões entre os atores. Ou seja, redes são estruturas distribuídas, sendo as demais denominadas de redes em “razão de termos matemáticos”, podendo serem demonstradas segundo as estruturas gráficas abaixo, as quais configuram uma rede centralizada; uma rede descentralizada; e uma rede distribuída (FRANCO, 2008a).

Figura 1 – Rede centralizada, descentralizada e distribuída



Fonte: Franco, 2008a.

A rede centralizada é vulnerável, pois a destruição de um único nó pode desestruturá-la, sendo que a rede descentralizada está mais vulnerável à desestruturação do que a rede distribuída, pois nesta mesmo que alguns nós sejam derrubados, existem conexões alternativas entre os demais nós. Esse último tipo de rede, distribuída, foi proposto por Paul

Baran na década de 1960, pois ao pensar um sistema de comunicação que sobrevivesse a um ataque nuclear, imaginou um sistema em que mesmo tendo sido destruído alguns nós da rede, as conexões permaneceriam por vias alternativas.

Segundo Franco (2012) para funcionar, de fato, enquanto rede a estrutura reticular deve apresentar uma morfologia distribuída, em que há uma dinâmica onde fluem as informações, em que cada elo interage por si mesmo. Com isso não há espaço para coação, votação, centralismo, mas sim um processo consensual que vai sendo tecido, independente dos facilitadores ou mediadores, assevera o autor. Para tal a comunicação é essencial nesse processo, pois dela dependem “as possibilidades de coordenação das interdependências e também a continuidade da mobilização dos participantes” (FLEURY, 2002, p.06).

Nas redes distribuídas quanto mais nós se agregam à rede, mais sua dinâmica é impulsionada em termos de potência, de criatividade e de empoderamento distribuído, não linear e/ou descentralizado. Trata-se do efeito rede, em que cada novo elo incorporado à rede aumenta o seu valor, fazendo imperar a “lógica da abundância”. Nesse contexto, surgem novos valores e novos sujeitos que transcendem as estruturas tradicionais como universidades, empresas, sendo um exemplo típico os *hackers*. O caso de Whitfield Diffie é emblemático, pois foi o primeiro *hacker* a descobrir e utilizar a criptografia assimétrica, a qual deixou de ser restrita ao universo militar. Outro *hacker*, Richard Stallman, desenvolveu o software livre (GNU – Linux) e muitos outros passaram a contribuir no desenvolvimento de uma internet livre e massiva. Os novos valores decorrentes dessas mudanças quebram com a ética do trabalho baseada na propriedade, na remuneração, e da sua dissociação da vida das pessoas. Passa a prevalecer o reconhecimento, o prazer pela inovação e disponibilização gratuita de conhecimento, que tende a aumentar ao ser utilizado, ao invés de diminuir. Dessa forma, a tendência é de se passar de um mundo de poder descentralizado para um mundo de poder distribuído (UGARTE, 2008).

Como já referido, não basta apenas existir conexões entre os atores para a constituição de uma rede social, mas é preciso que essas conexões sejam ativas, com propósitos/projetos comuns. Dessa forma, o “todo” é maior que a soma das partes, pois cada elo da rede dispõe suas redes em prol do fortalecimento da rede, sendo fundamental para esse processo que a informação circule por todos os seus elos. Além disso, é possível que atores externos contribuam na construção e implementação dos projetos da rede, tais como as instituições públicas, por exemplo.

Face ao exposto, podem-se destacar quatro princípios fundamentais das redes sociais.

1) Os atores e as suas ações são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas; 2) Os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) Os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou constroem a ação individual; 4) Os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, econômica, política etc) como padrões constantes de relações entre atores (WASSERMAN E FAUST,1994, p. 4).

Embora sempre tenham existido, as redes vem tendo um maior destaque nas sociedades contemporâneas, pois o mundo atual é cada vez mais complexo e interconectado o que contribui para a difusão da organização em rede, pois possibilita maior colaboração, maior compartilhamento de informações, maior troca de ideias, de intercâmbios etc. Contudo, uma rede estagnada que não fortalece e mantém as suas conexões tende a desaparecer. Na rede não existe autoridade por decreto, pois ela resulta da dedicação, do carisma, do voluntariado e do protagonismo. Dessa forma, enquanto nas organizações Taylorianas os conflitos, em geral, eram resolvidos pela autoridade, nas redes irá depender dos atores em conflito, da sua liberdade de ação e estratégia. Quanto maior a densidade da rede, menores serão os conflitos, pois tende a vigorar a “estratégia vencer-vencer”. A seguir uma síntese das características das estruturas piramidais (diretiva) e em rede (em malhas).

Quadro 6 – Características das estruturas piramidais e reticulares

Administração diretiva	Administração em malhas
Desconfiança, orgulho	Confiança, humildade, atenção
Desprezo pelos outros	Respeito pelos outros
Egocentrismo	Generosidade, altruísmo
Segredo (trunfo do poder)	Transparência (vantagem da cooperação)
Gosto pelo poder	Gosto pela liderança
Ambição individual	Ambição coletiva
Decisão solitária	Decisão coletiva
Estratégia pessoal	Projeto compartilhado
Racionalismo	Pragmatismo
Privilegiar o que o separa dos outros	Privilegiar o que o une aos outros

Fonte: Marcon & Moinet, 2001.

As novas tecnologias têm favorecido as redes, propiciando-lhes maior interdependência, tornando o “mundo pequeno”. Nesse contexto, as estruturas tradicionais, hierárquicas, centralizadas, já não condizem com essa nova realidade, apresentando certa defasagem em termos de reconhecimento e protagonismo. Além disso, tem sido consenso entre os estudiosos do tema que através da colaboração e da complementação propiciada pelas redes obtém-se mais com menos custos (ADULIS, 2011; SOUZA, 2011). Dessa forma, as redes de colaboração em prol de objetivos/projetos comuns podem se tornar estratégicas, pois na condição de estruturas interdependentes facilitam uma maior influência de ideias, de troca de informações, de modo a atingir todos os nós da rede.

A ideia elementar de rede é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema aberto que se auto-reproduz, isto é, como um sistema autopoietico (MANCÉ, 1999, p.24).

Além disso, a articulação entre a rede com outros grupos e/ou redes tende a propiciar o fortalecimento dos nós em função dos intercâmbios e informações que circulam, de modo a contribuir para a ampliação desses atores já organizados. Outros princípios que podem ser destacados referente as redes sociais são: de intensividade e extensividade - a intensividade significa que cada unidade da rede tende a envolver nós à rede, e a extensividade refere-se a capacidade de expansão da rede a outros territórios. Para isso é necessário existir diversidade e integralidade. A diversidade consiste na habilidade da rede em integrar diferentes atores afins ao seu projeto, tais como associações, ONG's, movimentos. A integralidade demanda que todos os nós da rede tenham os mesmos objetivos, de modo que cada um lute por sua causa específica (mulheres, negros, homossexuais), mas sempre considerando o objetivo central da rede em que está inserido (MANCE, 1999).

Através das parcerias e alianças vai se tecendo uma nova forma de responder aos desafios sociais, o que contribui para a mudança de modelos mentais fundados na hierarquia, rigidez e centralidade. Na configuração em rede as decisões são tomadas por todos, não havendo um centro decisório. Apenas os papéis e atribuições de cada um se diferenciam, segundo suas atividades e responsabilidades. Além disso, as redes evidenciam que as conexões não são lineares e previsíveis, pois muitos participam, colaboram intensamente, outros menos. A fim de favorecer o trabalho em rede pode-se criar boletins, registro regular das ações, facilitar o acesso às informações, via e-mails, blogs, cartilhas etc (GUARNIERI, 2007). Embora as novas tecnologias sejam importantes, deve-se evitar a ilusão tecnológica e informacional, pois estas por si só não bastam para fortalecer a rede. Além disso, cada rede irá apresentar um *design*, uma organização, e uma cultura própria, principalmente, num mundo globalizado e multicultural. Por exemplo, uma rede militar irá diferenciar-se de uma rede empresarial, ou de uma rede de ONG's. No entanto, existem alguns princípios comuns a grande parte das redes, tais como confiança, cooperação, objetivos comuns. Atuando de forma estratégica a rede pode fortalecer a concentração de esforços, a liberdade de ação e a economia de forças, contribuindo para a multiplicação das interações (MARCON & MOINET, 2001).

Embora não haja receitas para a constituição de redes sociais, existem alguns pontos essenciais, tais como objetivos e intenções. Também é fundamental para o seu desenvolvimento a capacidade de prover o seu financiamento, as suas competências e habilidades para colaborar, assim como fomentar uma cultura de conhecimento e

aprendizagem. Entre os principais desafios das redes pode-se destacar a previsibilidade e a imprevisibilidade, pois a maioria das redes são sistemas complexos o que dificulta um controle da rede em relação aos seus resultados, sendo que muitas vezes a parte determina o todo, e vice-versa em outros momentos. Além disso, as redes operam em meio a sistemas complexos (político, econômico, cultural). A complexidade da rede decorre das diversas opiniões sobre a melhor ação a ser tomada, sobre como atingir efeitos e impactos, considerando aspectos internos e externos à rede. Porém, quando há consenso sobre o que se quer atingir e os procedimentos mais adequados, a rede passa a constituir-se como um sistema simples. Em geral isso ocorre quando sua função é de circular informação e de reunir os membros, a fim de tratar de temas de interesse comum. Não obstante, não é correto reduzir as redes a complexas ou simples, pois há uma variação, tanto para mais, quanto para menos simplicidade e/ou complexidade. Mas quanto maior clareza a rede tiver das suas dimensões simples e complexas para execução dos seus objetivos, maior será seu potencial de êxito. As redes são facilitadoras que propiciam a colaboração entre seus integrantes, ao invés de direcionar programas e execução de projetos (MENDIZABAL, 2008).

O grau de interesse dos seus membros pode ser avaliado em função das suas disposições em participar da rede, em avaliar seu desempenho, de modo a entender os erros, acertos e os resultados. As partes interessadas de uma rede superam formas convencionais de gerenciamento, pois diferente da avaliação convencional que obedece uma cadeia causal linear (recursos, efeitos, impactos, produtos), a rede não tem controle dos resultados que obterá, embora deva procurar combinar o monitoramento com avaliação. Os principais tipos de avaliações são: 1) Somativa – considerada ao final de um projeto ou ciclo organizativo, a fim de verificar em que medida os resultados foram alcançados. A partir disso, verifica se essas experiências podem ou não serem replicadas. Em geral é efetuada em conjunto com avaliadores externos; 2) Formativa ou de monitoramento – efetuada durante o andamento de um projeto ou ciclo organizativo, visa destacar aspectos a serem melhorados no trabalho que vem sendo feito. Também conta com avaliadores externos; 3) Avaliação para o desenvolvimento de uma inovação – voltada para redes complexas, ou para dimensões complexas de uma rede. Em geral um avaliador externo desenvolve uma inovação na rede, a fim de criar soluções para problemas complexos, procurando testar novos experimentos, para melhor compreendê-los. Os objetivos da avaliação são de propiciar melhorias, gerar conhecimento, elencar os

méritos das ações ou projetos efetivados, reforçar a comunicação entre os participantes e fomentar uma cultura de avaliação. Para tal a escolha dos avaliadores é de fundamental importância, sendo que suas análises devem ser baseadas em evidências (WILSON-GRAU, 2011; WWF-Brasil, 2003).

A fim de efetuar a avaliação de uma rede, primeiro são definidas as suas principais funções, tais como: Participação – relacionamentos ativos dentro da rede; Liderança – os líderes inspiram mais que decidem, servem mais que dirigem; Comunicação interna e externa – eficácia da interação entre os membros internos e externos à rede é fundamental para o seu êxito; Geração de conhecimento e capacitação – condições de criar, analisar e interpretar as informações; Gerenciamento de projetos – considerar os projetos em suas diferentes dimensões, desde o simples ao complexo, em termos de planejamento, monitoramento, avaliação; Legalidade e legitimidade – a rede deve atuar com o consentimento de seus membros, ou partes interessadas, seja interno ou externo à rede; Adaptação às mudanças – capacidade em se ajustar as mudanças internas e externas à rede; Gestão financeira – transparência e eficácia nos gastos. Após definido as funções que melhor descrevem o desempenho de uma rede, são definidos os indicadores para a coleta das informações correspondentes. Os principais níveis a serem avaliados são: os produtos decorrentes da atividade da rede; efeitos internos e externos obtidos e o impacto desses efeitos. O efeito interno se refere a uma mudança de comportamento, no modo de pensar e agir e não em termos de produzir mais e melhor, decorrente das características especiais das redes (participação, descentralização etc). O efeito externo da rede é um indicador do seu êxito, pois é por meio da interação com atores externos que irá contribuir para a mudança social e/ou para a obtenção de seus objetivos. Dessa forma, a rede pode inspirar, apoiar, influenciar, persuadir e mesmo forçar a mudança. A partir da avaliação dos seus efeitos a rede poderá aprender sobre o que faz, e também a prestar contas de suas ações. No procedimento avaliativo deve saber identificar o efeito da rede, em termos de analisar o que mudou, quem mudou, quando e onde, e qual a contribuição para a rede. É necessário a existência de um processo participativo que inclua atores internos e externo à rede, de modo a valorizar os progressos alcançados, prestar contas, fortalecer os processos internos, criar um compromisso em torno de uma estratégia comum e renovada (WILSON-GRAU, 2011).

2.4.1 A gestão e dinamização das redes sociais

Várias questões podem ser colocadas em relação à energia empregada para a dinamização e a gestão das redes sociais. Isso porque uma rede não é uma entidade, uma associação, e sim um espaço de troca e construção coletiva, onde se recebe e se emite informações, ideias, apoio, incentivo. Mesmo existindo atores que sinalizam prioridades, não existe um centro de controle e comando, sendo que a rede só funciona enquanto rede se todos os seus elos se engajarem nesse processo. É o seu dinamismo que a move, por isso a importância da comunicação na articulação da rede principalmente para poder atuar no espaço público, na disputa de encaminhamentos, de projetos, de políticas públicas, sendo a fragmentação um dos seus principais desafios. A fim de evitar esse problema é importante a existência de uma estrutura mínima de coordenação. Assim como a vigência de um *modus operandi* em que a rede não seja um peso para o seu membro, mas um local em que possa socializar seu trabalho, experiências, e que contribua para sua autonomia e empoderamento (PRAZERES, 2004). Dessa forma, a fim de pensar a gestão da rede, de modo a melhorar sua *performance*, é preciso uma visão ampliada da sua estrutura e funcionamento, não se limitando aos aspectos positivos. Devem também ser considerados os aspectos negativos, as dificuldades, de modo a poder compreender sua dinâmica. Para isso é fundamental a descrição dos indicadores da rede como nós, vínculos, centralidade, fluxos, densidade, mas também entender as forças em tensão, os custos, as competências, enfim a complexidade da rede.

Para a dinâmica e ampliação da rede, um conceito fundamental é a colaboração, podendo ser compreendida como resultante da atuação conjunta dos nós com vistas a alcançar objetivos comuns. Pode ser definida como

la articulación entre organizaciones sociales orientada al intercambio de recursos - tiempo, conocimientos, contactos, afecto, dinero etc -, a la realización de actividades compartidas, y/o al desarrollo de acciones colectivas de incidencia en el entorno (BERGER *et al* 2008, p. 43).

Com o passar do tempo as redes passam a ter uma integração e coordenação maior, com distintos níveis de colaboração visando alcançar um propósito comum, a qual compreende as seguintes etapas.

Quadro 7 – Etapas da colaboração

Interação	Iniciam as trocas de informações.
Ajustes	Além das trocas de informações passam haver ajustes nas ações de cada ator, de modo a facilitar a concretização dos objetivos da rede.
Cooperação	Possibilita o compartilhamento de recursos, além de incluir as duas fases referidas.
Colaboração	Fortalece as organizações e/ou atores em sua ajuda mútua e na obtenção de um propósito comum.

Fonte: Berger *et al*, 2008.

No entanto, na prática os fatos não ocorrem da forma como posto, pois nem todo processo de articulação propicia a formação de ações conjuntas, havendo diferentes acordos, formas de atuação. Além disso, as articulações e desarticulações são permanentes, de forma que os processos de colaboração não funcionam de forma linear. As tensões são comuns, pois há discordâncias, fraturas, perdas de nós, o que muitas vezes desestimula os membros a investirem tempo na construção de melhores vínculos. Com isso, pode haver nós que permanecem na rede mas de forma ‘desativada’, ou seja, sem atuar de fato para o fortalecimento do conjunto.

Para descrever a dinâmica das redes é importante compreender e analisar as forças em tensão existentes, as quais podem gerar custos ocultos, principalmente, quando se efetivam acordos em que não há uma probabilidade certa de que serão efetivados. Nesse caso são investidos energia na troca de informações, negociações, monitoramento, sem ter um retorno garantido. Além disso, a própria tomada de decisões exige custos, sendo que deve ser participativa, com a definição de pautas, normas, contratos, para que a rede de fato funcione.

Admitir la necesidad de invertir recursos para el trabajo conjunto y asumir lo que por ahora permanece como ‘costos ocultos’ de la articulación y colaboración en red posibilitará elaborar parámetros, contabilizarlos e iniciar un análisis realista con la intención de disminuirlos y mejorar la inversión que realizan las redes en su propio desarrollo y en el impacto en su contexto (BERGER *et al* 2008, p.46).

No entanto, não se trata de ver os conflitos como negativos, pois as forças dissonantes também podem ser complementares. O desafio consiste em equilibrar essas diferentes forças de modo a evitar rompimentos na rede. Essas dicotomias são comuns nos processos

colaborativos e na vida em geral, mas ao invés dos apostos serem vistos como bons ou maus, podem ser vistos como complementares. Trata-se de colocar em prática a lógica dialógica, “isto e aquilo”, não se limitando a lógica linear “ou isto, ou aquilo”.

Neste sentido, as redes têm sido vistas como a solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas são complexos, existem múltiplos atores envolvidos, interagem agentes públicos e privados, centrais e locais, há uma crescente demanda por benefícios e por participação cidadã. No entanto, a gestão de redes, está longe de ser algo simples, o que tem implicado, muitas vezes, no fracasso de programas e projetos sociais, apesar das boas intenções dos atores envolvidos (FLEURY, 2002, p. 224).

As principais tensões que dificultam a gestão da rede podem ser elencadas conforme a síntese a seguir.

Quadro 8 - Principais tensões existentes nas redes

Manter a rede ou dedicar-se aos objetivos específicos.	Tensão entre investir energia no interesse particular ou na rede, em termos de conhecer os demais nós, auxiliá-los, fortalecer os vínculos de confiança e o trabalho em conjunto. No entanto, para o bom funcionamento da rede não se trata de eleger um ou outro, mas de equilibrá-los, de forma que possam coexistir paralelamente.
Abrir a rede a novos membros ou mantê-la fechada.	A entrada de novos membros na rede pode desestabilizá-la, em função das diferenças que podem existir, dos novos membros não conhecerem a estrutura da rede etc.
Distribuir ou concentrar o poder.	Embora se pressupõe que as redes sejam horizontais não há uma equitativa cota de poder entre os atores o que contribui para gerar tensões. Muitos atores atuam com certa superioridade em relação aos demais, em função das experiências, informações, contatos, vínculos etc.
Se limitar aos iguais ou incluir a diversidade.	É comum que a diversidade seja geradora de assimetrias, a fim de evitar essa tensão é importante que a rede incorpore o conceito de subsidiariedade em que cada membro contribuirá com suas experiências e possibilidades.
Trabalho coletivo ou individual (cooperativo e/ou competitivo).	Dilema entre manter-se restrito aos interesses próprios e/ou contribuir para os objetivos estratégicos da rede.
Contato presencial	Com as novas tecnologias informacionais as redes tem

ou a distância (internet, telefone, fax).	se utilizado dessas ferramentas para facilitar a interação entre seus membros. No entanto, o mais importante são as relações de confiança, sendo fundamental o trabalho de modo presencial.
Estabelecer normas e pautas ou deixar que cada um se organize.	Em geral devem ser estabelecidas com o conjunto da rede, de forma clara a fim de que todos entendam e, a partir disso, possam incorporar inovações, mas sem alterar os acordos básicos.

Fonte: Adaptado de BERGER *et al*, 2008

A fim de fortalecer esses processos como a gestão da rede, a avaliação de suas atividades, o seu desempenho, é preciso desmistificar a ideia de que as redes são em si colaborativas, pois a colaboração é decorrente da dinâmica da rede em favorecer a interação, o que contribui para converter a competição em cooperação. Isso por que nas estruturas reticulares há maior liberdade, não sendo a rede um meio para fortalecer o poder de um elo, excluindo os demais do processo.

Em relação aos nós da rede, pode-se diferenciar os *hubs*, os *netweavers*, os inovadores, os intermediários, entre outros, conforme melhor explicitado na parte referente a metodologia de Análise de Redes Sociais. Os *hubs* são os nós da rede mais conectados, que podem ser acessados com mais facilidade, e por isso tendem a contribuir mais para o trabalho na rede social. Os inovadores, mesmo tendo uma posição periférica na rede, têm a capacidade de proposição, de emissão de mensagens que contribuem para a mudança de comportamento na rede. Os *netweavers* atuam como animadores, como articuladores, sendo essenciais para a organização em rede, para articular os elos entre si e não apenas a um nodo central (coordenador). Os fatores que dificultam o *netweaving* na rede são: a construção de redes de entidades, instituições, ao invés de pessoas; a monopolização da liderança, dificultando a formação de uma diversidade de lideranças; a organização de reuniões, a fim de decidir o que os outros devem fazer, desconsiderando a participação e integração dos demais nós (FRANCO, 2008b).

Como a rede nasce do apoio, do compartilhamento de projetos existentes em determinado grupo, é a interação e a participação de seus membros, ou seja, o *'networking'* que constitui a rede. No entanto, o *networking* não se restringe a troca de informações, mas pressupõe a interação mútua, o diálogo, enfim o empenho em fortalecer as interações por parte dos integrantes da rede, pois é através disso que emerge condições propícias para a cooperação e a sinergia. Se não existir

networking a rede será uma estrutura sem conteúdo, tendo pouco significado para os seus componentes. Em relação a outras formas de organização, o propósito da rede é a troca de informações, a aprendizagem, a criação de significados, a inovação, a articulação de interesses, a capacidade de influenciar políticas públicas, a troca de ideias, experiências, maior visibilidade. Dessa forma, cabe a rede facilitar as comunicações, os intercâmbios mútuos, sendo o mais importante a constituição de uma visão compartilhada. Em geral os problemas são decorrentes do fraco *networking* na rede, pois a prioridade são as atividades para a qual a rede foi criada, ficando a atuação em rede em segundo plano (ADULIS, 2011).

Face ao exposto, percebe-se que a construção e o trabalho em rede não é uma tarefa simples, sendo inúmeros os desafios, tais como

falta de foco e clareza sobre o propósito da própria rede; nutrir a participação e assegurar o compromisso dos membros; promover o empoderamento de outras lideranças; a baixa memória institucional, decorrente da rotatividade de membros e participantes; a baixa legitimidade da rede junto a instâncias formais; assegurar os recursos necessários para a sustentabilidade da rede; existência de desconfianças ou disputas internas; desenvolver mecanismos adequados de governança; monitorar e avaliar resultados; prestação de contas (*accountability*) (ADULIS, p. 139-140, 2011).

Segundo Marcon & Moinet (2001), para o bom funcionamento da rede é preciso a combinação de três elementos: recursos para trocas (informações/tempo/habilidade), infra-estrutura (orçamento, material, internet) e info-estrutura (conjunto de regras de funcionamento definidos pelos membros da rede). Contudo, para iniciar a articulação de uma rede é preciso que as pessoas, ou o grupo inicial se disponham a se organizar dessa forma, tendo autonomia e protagonismo, sendo importante uma capacitação sobre *netweaving* em redes sociais. A fim de animar a rede é necessário uma pauta de ações regulares que precisam ser sistemáticas, tais como encontros/reuniões/campanhas e metas em torno de alguma ação coletiva. Quanto mais pessoas aderirem, mais sucesso a iniciativa obterá e mesmo existindo um propósito comum, as decisões, as atividades e os resultados dependerão do processo de construção vigente, sendo que as ações, os seus resultados, devem ser repassados à rede, se possível semanalmente. Assim como, pelo menos até que a dinâmica da própria rede se estabeleça, é

importante uma ampla divulgação das informações, seja através de um boletim ou comunicado (FRANCO, 2008a).

Para a organização e expansão da própria rede é importante que a informação circule por todos os nós da rede, que exista distribuição do poder. Para isso é aconselhável que cada um dos *clusters* da rede disponha dos dados do conjunto da rede, de modo a facilitar a sua reestruturação em caso de alguma catástrofe que paralise determinados nós. Assim como a *internet*, os blogs podem ser utilizados para demonstrar como os produtos são feitos, quais pessoas participam, que técnicas são mais apropriadas, que sonhos e projetos essas pessoas alimentam. Dessa forma, no momento que novos grupos se inserem à rede, eles mesmo podem gerar uma nova página na *web* com frequentes atualizações sobre as suas atividades, tais como produção/consumo/comercialização. Também poderia constar nessa página a avaliação pública de seus produtos efetuados por outras células (certificação participativa), as suas parcerias com a devida caracterização e importância para a efetividade do trabalho, entre outros (MANCE, 1999). Entretanto, essas ações não deveriam se restringir à esfera mais formal do trabalho em rede, mas também envolver uma preocupação com o outro, em termos de fortalecer as interações sociais de modo a construir novas parcerias. Contribuem para esse processo os *e-mails*, telefone, blogs, desde que nestes as mensagens sejam atualizadas periodicamente.

A articulação da rede é permanente, tendo pessoas que saem, outras que entram. Além disso, as soluções encontradas não são definitivas, pois é preciso que a rede se adapte as aceleradas mudanças nas sociedades atuais (MARCON & MOINET, 2001). Desse modo é a densidade da rede, seu grau de conectividade, que irá propiciar o empoderamento dos seus membros sendo o papel dos mediadores, animadores da rede semelhante a

[...] empurrar um carro que está sem partida. Mas a rede só vai “acontecer” se existir de fato, independentemente do ativismo articulador e animador do grupo inicial; quer dizer, ela só vai “acontecer” se o carro “pegar no tranco”, deixando para trás a turma que está tentando empurrá-lo (FRANCO, 2008a, p. 149).

Os principais “dilemas” das redes podem ser elencados através dos seguintes pontos: 1) Estrutura x dinâmica – os mecanismos, estruturas que visam organizar e formalizar a rede contribuem para limitar a dinâmica da rede, sua maior fluidez, informalidade e

flexibilidade; 2) Coordenação x participação – quanto mais fortes e centralizados forem a coordenação, menor é a participação, o poder dos integrantes e a formação de novas lideranças; 3) Dependência de recursos x autonomia – a captação de recursos com doadores que tem interesses específicos não é muito adequada. Assim como, se o doador for membro ou fundador da rede, pois se estabelece uma assimetria maior de poder que irá impactar na autonomia dos participantes; 4) Processo x resultados – em razão da autonomia e da ausência de hierarquia é difícil mensurar os resultados tangíveis da rede. Outros desafios que podem ser elencados são: a) Identidade (parte x todo) – equilíbrio entre os interesses individuais e do conjunto da rede; b) Governança (liberdade x controle) – propicia que os membros possam agir individualmente e, ao mesmo tempo, cria mecanismos que favoreçam o agir coletivo; c) Adaptação (continuidade x mudança) – equilíbrio entre manter o propósito comum e a necessidade de inovar/mudar. Essas tensões podem ser melhor conduzidas quando há protagonismo, quando os próprios membros da rede decidem como será a rede. Devido à complexidade, a diversidade, a fluidez, a informalidade, a atuação em rede exige a adoção de uma perspectiva sistêmica, a fim de existir maior compartilhamento de responsabilidade, sinergia e perspectiva de longo prazo. Nesses termos, contribui para o fortalecimento da rede um tipo diferente de liderança, mais informal, facilitadora, que saiba lidar com a complexidade, que incentive a participação, que favoreça a existência de sistemas de informação, comunicação e gestão. Enfim, uma liderança que contribua para a obtenção de acordos compartilhados, de modo a fortalecer as conexões, e com isso empoderar os atores da rede (ADULIS, 2011).

Em geral, devido a suas especificidades as redes podem ser classificadas como ‘caóricas’, pois operam entre o caos e a ordem. O caos decorre da flexibilidade surgida com as inovações e a criatividade na rede, e embora essa instabilidade que muitas vezes origina tensões, conflitos, ainda assim a participação nas redes agrega valor a seus membros, sendo os benefícios maiores que os prejuízos (JONES, 2009). Do mesmo modo que as demais organizações sociais, nas redes existem tensões/conflitos, mas também reciprocidade e solidariedade. O fundamental é o meio termo, o equilíbrio entre essas tendências, a fim de que possam contribuir para o fortalecimento da rede e, principalmente, para o empoderamento do sujeito social. Em termos de auto-reflexão sobre o andamento da rede, seu nível de democratização, é importante que exista o questionamento de como ocorrem as trocas no interior da rede; como os conflitos vem sendo negociados; como

circulam as informações e qual sua abrangência e relevância; como animar e incentivar a ampla participação dos membros da rede, considerando os atores mais periféricos nesse processo. Além disso, devido as inevitáveis centralidades de poder que acabam se estabelecendo no interior da rede, é importante para sua dinâmica interna que ocorra renovação e alternância das mediações. Assim como, para se constituir numa estrutura, de fato, distribuída, com garantia de democracia interna e com sujeitos engajados é necessário que existam vínculos de reciprocidade e de reconhecimento do outro (SCHERER-WARREN, 2006).

Face ao exposto, deve-se destacar que embora as redes venham caracterizando as sociedades contemporâneas, é importante diferenciar os propósitos dessas redes. Enquanto nas redes empresariais a lógica subjacente é de maximização da *performance*, do lucro, nas redes de solidariedade, de organizações da sociedade civil, é de minorar os efeitos perversos e excludentes do sistema econômico vigente. Desse modo, há um perigo no tratamento desse conceito de forma generalista, o que pode contribuir para facilitar ainda mais a colonização do “mundo da vida” pela lógica instrumental (MINHOTO & MARTINS, 2001).

2.5 A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (ARS)

Não obstante a sua importância, a metodologia de análise de redes sociais é relativamente recente, tendo origem nos anos cinquenta com a Sociometria de Moreno e com a Antropologia Britânica (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008). Segundo Scott (1998 *apud* MINELLA, 1999, p. 02): ‘a análise de rede social descreve agentes – individuais ou coletivos – como inseridos em uma teia de conexões, e a tarefa dos sociólogos é descrever e explicar o padrão existente nessas conexões’. Ou seja, a ARS visa entender a dinâmica dos nós através da descrição formal da estrutura social.

A análise de redes entende a estrutura social como um sistema de relações que influenciam a regulação e organização de outros aspectos da vida social, uma vez que os indivíduos atuam, conforme a posição que ocupam na estrutura social. Diferente das análises tradicionais que se centram nos atributos dos elementos (sexo, classe social, idade) a ARS visa entender as relações entre eles, ou seja, os contatos, os vínculos que os atores mantêm entre si, tendo por foco as formas e atributos que possuem as relações em determinado local, e não os atributos individuais. Entende que as relações podem oferecer oportunidades, assim como limitar a ação dos indivíduos (NÚÑEZ-

ESPINOZA, 2008). Nesse sentido, os indivíduos não têm sua trajetória totalmente determinada pela estrutura, ou por suas decisões particulares, pois possuem certo grau de liberdade nas escolhas de suas ações. Assim como, a depender de sua posição na rede, terão maior ou menor possibilidade em acessar recursos.

Os primeiros estudos sobre redes iniciados na Antropologia com Radcliffe-Brown, e na Sociologia com Simmel, na década de 1950, compreendiam as redes como metáforas. Isso porque ainda não tinha surgido a sociometria e a teoria dos grafos, as quais representam a análise formal das conexões entre os nós. Em princípio, o conceito de rede social visava superar as limitações do estrutural-funcionalismo, de modo a explicar as mudanças nas sociedades tradicionais e suas conexões às sociedades complexas. Mas aos poucos a análise de redes foi obtendo métodos, técnicas e proposições teóricas, tendo seu crescente avanço contribuído para a criação, em 1978, da Associação Internacional para Análise de Redes Sociais (INSNA), a qual dispõe de publicações periódicas como, por exemplo, o *Social Networks e Connections*. Em língua Espanhola destacam-se a lista de redes (redes@listserv.rediris.es) e a página da Universidad Complutense de Madrid (www.ucm.es/info/pecar/index.html). Atualmente o interesse dos estudos sobre redes tem se voltado para as comunidades virtuais, as migrações, a saúde, a ação política e, principalmente, para *softwares* de visualização de redes sociais (MOLINA, 2001).

A despeito de ser um tema relativamente recente, é importante destacar que alguns instrumentos utilizados pelos analistas de rede já haviam sido construídos como, por exemplo, o ramo da matemática denominado teoria dos grafos, o qual tornou-se a base do pensamento acerca das redes. O precursor desse campo foi o matemático Euler que em 1736 criou o primeiro grafo. Após dois séculos o interesse dos matemáticos se deslocou da análise das propriedades dos grafos para a compreensão de como se formam os grafos ou as redes, sendo pioneiros Paul Erdős e Alfred Rényi, os quais construíram a base da teoria das redes randômicas, surgida em 1959. Para esses autores era necessário construir uma formulação matemática capaz de descrever todos os grafos, independente se fosse de uma célula, um grupo de amigos, de vizinhos etc. Com esse objetivo, desconsideravam a diversidade existente em cada rede, sendo necessário apenas a existência de conexões entre os nós, mesmo aleatoriamente, pois entendiam que os grafos e o mundo eram aleatórios. Ou seja, os *links* seriam estabelecidos de modo aleatório e todos os nós teriam a mesma chance na obtenção de *links*. Dessa forma, haveria uma média semelhante de links em cada

rede, tendo a maioria das pessoas o mesmo número de conhecidos, assim como a maioria dos neurônios se conectariam, em geral, com o mesmo número de neurônios etc. No entanto as conexões não se dão por aleatoriedade, uma vez que há certa ordem nos sistemas complexos, o que foi, posteriormente, comprovado.

Em fins dos anos 1960 as redes se difundiram muito no âmbito da sociologia, sendo a Universidade Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) o centro irradiador dessas novas ideias. Nesse contexto, Granovetter desenvolveu sua pesquisa, tendo por questão principal entender como as pessoas conseguem emprego. Ao questioná-las, percebeu que não eram os amigos próximos que mais contribuíam, mas os conhecidos, o que o levou a destacar a importância dos laços fracos. Além disso, observou que a sociedade é estruturada por grupos muito conectados, onde todos conhecem todos, tendo apenas alguns vínculos externos que impedem o isolamento desses grupos. Essa análise se diferencia da rede randômica, para a qual não haveria grupos mais conectados, pois as conexões seriam aleatórias. No entanto, não é essa a configuração da sociedade e pesquisas demonstram que a análise de Granovetter está mais correta, pois se provou que a *clusterização* está presente nos sistemas sociais (BARABÁSI, 2009; GRANOVETTER, 1973).

De modo geral, pode-se assumir que a análise de redes sociais constitui-se a partir da influência de três tradições: a sociometria, as pesquisas de Harvard e Chicago, e a Escola de Manchester, conforme síntese a seguir.

Quadro 9 – Principais Tradições da ARS

Tradições Teóricas	Características	Autores
Escola de Manchester	De origem britânica, contribuiu para o desenvolvimento antropológico do conceito de rede social, sendo que o primeiro autor a utilizar o conceito de rede (<i>network</i>) foi John Barnes, em 1954. A matriz teórica desses autores foi a estrutural-funcionalista, com forte viés etnográfico. O foco de análise era compreender o modo como a cultura influencia o comportamento considerado válido em certos grupos sociais.	John Barnes, Elisabeth Bott, Clyde Mitchell.
	Desenvolvimento da teoria dos grafos para análise das redes sociais; representação das	Kurt Lewin,

Sociometria	relações sociais em matrizes, o que possibilita a análise matemática dos dados. O foco principal é a análise quantitativa e de escopo substantivo. Teve mais proeminência nos Estados Unidos.	Jacob Moreno, Fritz Heider.
Pesquisadores de Harvard e Chicago	Tem por foco principal o entendimento dos processos políticos, os quais são compreendidos como resultados de relações de troca e de dependência entre nações e grupos de interesse. Apresenta um forte viés político, tendo descoberto os subgrupos nos sistemas de relações, tais como <i>cliques</i> , <i>camarillas</i> .	Elton Mayo, Radcliffe-Brown, Loyd Warner.

Fonte: Molina, 2001; Recuero, 2004.

Antes do surgimento da ARS, os grupos a serem estudados eram reduzidos, devido à falta de um método capaz de representar as relações. Mas a partir dos anos 1970, a análise de redes teve um desenvolvimento acentuado com a ampliação de trabalhos voltados ao tema e da criação de *softwares* específicos. No entanto, não há um consenso sobre o significado da análise de redes sociais, sendo para alguns uma metodologia de dados relacionais, para outros se refere a um novo paradigma de análise, e para outros é uma possibilidade de privilegiar o enfoque intermediário (entre o micro e o macro) na análise social (MARTELETO, 2004; WELLMAN, 2005; REQUENA SANTOS, 1996). Embora tenha proximidade com a sociologia relacional em relação aos seus pressupostos epistemológicos e ontológicos, parece mais correto compreender a metodologia de ARS, não como uma teoria social, mas como uma metodologia voltada para a análise dos padrões e dinâmica das conexões sociais, podendo ser utilizada por diferentes enfoques teóricos (ZANATA JR, & KUNRATH SILVA, 2012; MOLINA, 2001). Em termos metodológicos a análise de redes foca nas relações sociais, sendo os atores, organizações, compreendidos em função de sua inserção em redes sociais. Dessa forma, a análise de redes une as perspectivas micro e macro porque permite ao pesquisador focar sua atenção tanto na ação individual quanto no comportamento inserido em um contexto estrutural mais amplo (GALASKIEWICZ, 1994 apud FONTES, 2003).

Além de compartilhar com essa perspectiva, a autora dessa tese compreende que a ARS tem muitas características que a aproximam do enfoque sistêmico/complexo por ter como foco central de sua análise as relações sociais. Segundo Lozares (2005, p. 09), “el ARS viene ya marcado de salida, como su nombre indica, más como un método de análisis que como una teoría sociológica quizás por la dificultad de

encaixe que encuentra en las teorías clásicas o por el áurea interdisciplinar que le acompaña”. Essa proximidade da ARS com a interdisciplinaridade a aproxima ainda mais das teorias sistêmicas e da complexidade, corroborando a análise da autora.

Assim como as redes, os indivíduos diferem em suas características demográficas básicas, pois podem ter poucos ou muitos laços, os quais serão importantes para determinar até que ponto sua inclusão na rede limita sua conduta, assim como a sua influência e poder. Ou seja, “as diferenças em como estão conectados os atores em uma população pode ser um indicador chave da solidariedade, da “densidade moral” e da “complexidade” de sua organização social” (HANNEMAN, 2002, p.07). A capacidade de mapear a interconetividade (social, urbana, celular, mental etc) poderá lançar luz na compreensão dessas estruturas de modo a facilitar o entendimento de uma série de vulnerabilidades, tais como doenças, transações monetárias, ataque de hackers etc. Daí a importância de ferramentas que possibilitem uma análise sofisticada dessas interações, tal como a metodologia de análises de redes sociais (ARS), a qual pode propiciar um mapa dos elos e conexões que interessam à pesquisa. Como, por exemplo, o mapa dos genes atuando em uma célula demonstra o desenvolvimento do câncer, e contribui para a visualização de quais são as principais células afetadas, facilitando o ataque certivo às partes doentes (BARABÁSI, 2009).

As relações tecidas na rede podem ser potencializadoras ou desagregadoras como, por exemplo, os vínculos com certas instituições. Desse modo, há uma relação entre a estrutura da rede e as práticas dos seus nodos, o que explicaria as possibilidades da ação coletiva, tal como demonstrado no trabalho de Putnam sobre a Itália. Nesse caso, Putnam verificou que enquanto os residentes do Norte eram proativos, com maior cultura cívica, os do Sul eram apáticos e com forte “familismo amoral” (BANFIELD, 1958 *apud* FONTES, 2003). Embora esses atores sociais tivessem similar posição na estrutura social, suas práticas políticas foram opostas devido às diferenças nos padrões de estruturação das redes. Dessa forma, as diferenças em como os atores estão conectados pode ser muito útil para entender seus atributos e comportamento. Quando há várias conexões, significa que os atores expõem-se a diversas informações e indivíduos bem conectados podem ser mais influentes, assim como podem estar mais influenciados por outros. Nas populações mais conectadas as informações fluem mais rapidamente e, dessa forma, os atores podem dispor de múltiplas e

diversas perspectivas para resolver seus problemas. Cada população apresentará seu nível de conexão, podendo, por exemplo, haver pessoas centrais, conectadas e uma grande massa de pessoas com poucas conexões.

Essas diferenças nas conexões podem explicar/evidenciar como estão estratificados os grupos sociais. De modo semelhante a distância entre os atores, pois uns podem ser capazes de alcançar grande parte dos elos com pouco esforço, já outros tem mais dificuldade no acesso aos demais. Através do tamanho das redes e das conexões entre os atores, pode-se inferir que as diferenças em como os atores estão conectados pode ser um indicador importante para a análise de questões como solidariedade, densidade moral e a complexidade de sua organização social. Além disso, pode-se descrever somente um tipo de relação entre os atores analisados, ou múltiplos atributos e relações que conectam os atores na rede como, por exemplo, observar a rede de relações existentes em um departamento acadêmico destacando os vínculos estabelecidos, os quais podem ser de amizade, de orientações comuns, de participação na mesma linha de pesquisa, entre outros. Na maioria das vezes se trabalha com relações simples, pois as metodologias para trabalhar com dados multirelacionais não estão muito desenvolvidas (HANNEMAN, 2002). Os principais métodos para a seleção das relações existentes nas redes constam no quadro a seguir.

Quadro 10 - Métodos para coleta de dados relacionais.

Redes Completas	Este método propicia uma fotografia completa das relações existentes na população estudada, pois são recolhidas informações acerca dos laços de cada ator com os demais. É aconselhável utilizá-lo com grupos limitados, tais como uma turma de alunos, uma associação comunitária, um grupo de amigos, devido a dificuldade de aplicá-lo em grupos maiores.
“Bola de Neve”	Primeiramente é focalizado um ator em que se questiona sobre seus vínculos com outros atores (<i>alters</i>). Posteriormente, repete-se a mesma pergunta aos <i>alters</i> e assim sucessivamente até que não se identifiquem novos atores ou que se decida por encerrar a coleta de dados. Um exemplo de aplicação desse método pode ser o mapeamento de ONGs existentes em certas regiões que trabalham com a questão ambiental. É aconselhável uma seleção dos atores principais ou mais importantes para a análise, pois através desse método não é possível descrever os atores que não estão conectados.
Redes Egocêntricas	São selecionados os atores focais (egos) e a partir desses são identificados os demais atores que estão conectados aos egos, e

(com conexões a outros)	assim sucessivamente, até que se decida por encerrar a coleta de dados.
Redes Egocêntricas (somente indivíduos)	Através da coleta de informações dos vínculos entre os atores conectados com cada indivíduo, é possível efetivar uma fotografia das redes “locais” ou “vizindárias” do ator. Neste caso são obtidas informações dos vínculos do indivíduo com outros, mas não sobre as conexões entre esses outros indivíduos.

Fonte: HANNEMAN, 2002.

Segundo Núñez-Espinoza (2008), para compor as relações a serem trabalhadas é preciso usar fontes primárias e secundárias na obtenção dos dados relacionais. As fontes indiretas ou secundárias se referem à documentação, publicações, folhetos, documentos *on line* etc. As fontes primárias propiciam os dados mais importantes sobre as relações a serem estudadas. Para tal é utilizado a observação direta, a participação em reuniões de grupos e entrevistas, as quais podem ser: estruturadas (base delimitada de perguntas); semi-estruturadas (as perguntas não são fechadas, de modo a propiciar maior flexibilidade); livres e em profundidade (o entrevistado tem mais liberdade de expressar-se). A entrevista pode propiciar o acesso a dados que não seriam possíveis com o uso apenas do questionário. Recomenda-se que a entrevista acompanhe o questionário, antes e depois, uma vez que possibilita a obtenção de dados qualitativos sobre o grupo, seu contexto interno e externo. Para recolher a informação primária e/ou direta é preciso utilizar o questionário a fim de coletar os dados relacionais e os atributos dos atores (sexo, idade, nível de rendimento), sendo que as questões a serem utilizadas podem ou não compor uma lista de atores. Na lista com atores é solicitado aos membros que assinalem os atores com quem se relacionam, assim pode-se saber, por exemplo, as relações de amizade entre uma turma de colégio. Na lista aberta, solicita-se aos respondentes que acrescentem novos nomes à lista, ou melhor, que nomeiem os atores que mantêm relação. Nessa categoria sem lista pode-se estipular um número máximo de atores a serem citados, ou deixar livre para cada um identificar o quanto achar necessário. Além disso, pode-se pedir que os atores avaliem a intensidade, a frequência e o tipo de relação. Para tal pode-se usar uma escala ordinária para medir a frequência das relações e o sentimento de proximidade associado (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008; LEMIEUX & OUMET, 2008).

As conexões podem ser de diversos tipos, sendo que um grafo é conexo quando há conexões entre todos os atores, e não conexo quando existem atores isolados. Assim como, a posição dos atores pode apresentar-se sob diferentes formas, conforme quadro a seguir.

Quadro 11 - Tipos de conectividade

Tipos de conexões	
Não-conexidade	Um ou vários atores estão isolados. Há uma desintegração das relações entre os atores.
Conexidade quase forte	Quando há um ator dominante que se conecta aos demais, porém não há uma conexão entre um par de atores. Esse tipo de gráfico, em geral, representa uma estrutura hierárquica.
Conexidade semi-forte	Existe conexão pelo menos num sentido entre os pares de atores. O grafo representa uma estruturação estratificada.
Conexidade forte	Todos os atores são dominantes, ou seja, existe biconexões, relações orientadas nos dois sentidos. O grafo representa uma estruturação colegial.
Posição dos atores	
Dominante	Um ator é emissor de uma conexão com cada um dos outros atores.
Dominada	Não é emissor de nenhuma uniconexão com outro ator.
Semidominante	É emissor de uma uniconexão com um ou vários atores e destinatário de uma uniconexão.
Subdominante	Na ausência de um ator dominante emite uma uniconexão com um ou vários atores.
Subdominada	Na ausência de ator dominante, não emite nenhuma conexão e é destinatário de uma uniconexão proveniente de pelo menos um outro ator.
Isolada	Quando não é emissor, nem destinatário de qualquer uniconexão.

Fonte: Lemieux & Ouimet (2008).

Embora as diversas particularidades existentes nas conexões entre os atores, de modo geral, destacam-se os laços fortes e os laços fracos, os quais podem ser caracterizados sob diferentes perspectivas. Além de Granovetter, como já referido, outros autores tem se dedicado ao estudo dos laços sociais, de modo a caracterizar a sociedade em diferentes esferas segundo o tipo de laços existentes.

A natureza dos laços sociais nos permite localizar os campos de sociabilidade – público ou privado – bem como os tipos de recursos potencialmente alocados. Laços fracos e fortes remetem os atores a campos de sociabilidade localizados predominantemente na esfera pública ou privada e são mais funcionais à alocação de recursos apropriados privativamente ou de forma coletiva (FONTES, 2003, p.16).

No entanto, é importante destacar que não existem somente essas duas categorias de laços (fortes/fracos), pois a diferença entre os vínculos se refere a intensidade da relação que pode ser de três tipos: próxima, distante, ausente (potencialmente acessível por via indireta). Em geral os atores e/ou coletivos apresentam uma diversidade de vínculos, em diferentes gradações, podendo um ator acionar redes distintas, combinando diferentes vínculos (VALE, 2006). Além da teoria referente aos laços fortes e fracos, podem ser destacadas outras teorias sobre as conexões vigentes nas redes, tais como a teoria dos buracos estruturais, a teoria da coordenação das relações e a teoria da grupalidade.

Segundo a teoria dos buracos estruturais, um ator está numa posição vantajosa ao conectar atores que não tem qualquer conexão entre si, ou seja, quando é intermediário entre os demais atores. Conforme Burt (1992) os buracos estruturais podem ser interno ao ambiente dos atores, sendo um sinal de fraca colaboração, ou externo, sendo vantajoso numa situação de concorrência, em que existe divisão entre os opositores. Os buracos estruturais não existem nos grupos em que predomina os laços fortes, sendo mais comum nos grupos com densidade fraca. Com essa análise, Burt demonstrou a importância dos atores intermediários, que conectam grupos isolados, tendo em função disso um grau maior de intermediação e também de capital social (MOLINA, 2001).

A teoria da grupalidade compreende que se os elementos A e B e A e C estão conectados de forma positiva, então B e C também o estarão, pois há uma tendência para a transitividade. Mas quando há quebra das relações entre A e B ou A e C, ocorre a formação de dois blocos, dos que permanecem amigos e dos inimigos. Segundo a teoria da grupalidade, quando todos são amigos há apenas um grupo em que as relações internas são positivas ou neutras, mas quando há quebra da amizade passam a existir relações negativas ou neutras. A teoria da coordenação das relações pressupõe uma estruturação conexa das

relações entre os atores, sendo impossível nos casos de estruturação não conexa. São os diferentes tipos de conectividade que irão distinguir as redes dos aparelhos, enquanto as redes são conexas, onde todos os atores se encontram numa posição dominante, os aparelhos são semifortemente conexos ou quase fortemente conexos, em que os atores estão em posição semidominante ou dominada. Diferente dos aparelhos, as redes visam o compartilhamento de recursos no seu ambiente interno, mas podem funcionar como aparelhos quando visam controlar recursos. Havendo a existência dessas duas possibilidades, verifica-se então a vigência de “quase-redes” ou “quase-aparelhos”. As convergências entre as quatro teorias explicativas tem em comum o fato de focarem nas relações entre os atores e não entre seus atributos, ou seja, a situação dos atores é explicada em função das relações que estabelecem uns com os outros (LEMIEUX & OUMET, 2008).

Os principais tipos de enfoque que utilizam a ARS são três, sendo o primeiro baseado na compreensão do impacto das posições dos atores em relação aos fenômenos políticos. O segundo analisa os efeitos da estrutura da rede sobre determinados fenômenos, e o terceiro trata os efeitos dos diferentes modelos de estrutura sobre tipos de fenômenos, procurando comparar estruturas de várias redes de um mesmo tipo. Além desses aspectos, é necessário fazer escolhas, as quais irão determinar os resultados da pesquisa, tais como: tipo de rede a ser analisada (pessoais ou totais); elementos que compõem a rede (atores, instituições, entidades); tipo de vínculo que será analisado, pois podem envolver objetos materiais (dinheiro, mercadoria) e/ou imateriais (informações, afeto, ideias); intensidade dos vínculos (fortes/fracos); formalidade dos vínculos (formais, informais). Dessa forma, em função dos detalhes que considera, a análise de redes se limita a estudos de caso (MARQUES, 2007).

Enquanto as redes totais contemplam todas as relações possíveis entre os atores, as redes pessoais se limitam às relações de um indivíduo (ego) com outros (*alters*). Ou seja, a perspectiva sociocêntrica estuda as relações existentes em um grupo definido, enquanto a egocêntrica se volta para as relações que partem de um determinado ego. As principais tradições que trabalham com redes pessoais podem ser destacadas segundo quadro a seguir.

Quadro 12 – Redes egocêntricas

Tradição	Enfoque teórico	Métodos	Principais autores
Escola de Manchester	Complementa o paradigma do estrutural funcionalismo.	Sociogramas, observação participante, conceitos sobre teorias de grafos e álgebra de matrizes.	Barnes (1954) Bott (1955, 1957) Kapferer (1972)
Estudos de Comunidade	Laços comunitários, apoio social e mudança da rede pessoal ao longo do tempo.	Grandes entrevistas egocêntricas. Bases de dados públicos com dados de redes sociais.	Fisher (1982) Wellman (1979, 1982, 1988, 1997, 1999) Ferrand (1999)
Tamanho das Redes Pessoais	Tamanho, estrutura ou amostras representativas de redes pessoais.	Mostra de guias telefônicos locais ou lista de nomes.	Poole y Kochen (1978) Freeman y Thompson (1989)
Capital Social	Acesso a pessoas em posições sociais superiores e seus recursos associados.	Gerador de nomes a partir de posições sociais, e a partir de recursos acessíveis.	Lin (1982, 2001) Burt (1992).

Fonte: Adaptado de Molina, 2001.

Nas redes egocêntricas o método utilizado para se chegar aos *alters* compreende um *gerador de nomes* composto por questões diversas, tais como: Se tivesse necessidade, a quem pediria dinheiro emprestado? Com quem discute temas relacionados ao trabalho? Quais pessoas, além dessas já listadas, foram importantes para o senhor nos últimos anos? A quem solicita ajuda no cotidiano? (REQUENA SANTOS, 1996). Além disso, é importante considerar as características das redes pessoais, tais como tamanho, atributos, tipos de relações, conteúdo das relações, a homofilia, a estrutura e sua dinâmica. Enquanto as redes egocêntricas consideram apenas os vínculos primários, as redes pessoais incluem outros contatos além dos primários, os quais conformam o contexto de relações de cada indivíduo (MOLINA, 2001; ZANATA JR, & KUNRATH SILVA, 2012).

2.5.1 Indicadores de rede ou métricas

A análise de redes (ARS) disponibiliza uma série de ferramentas, estatísticas, matemáticas que facilitam o trabalho com redes maiores, pois quantifica certas características da estrutura social (STEINER, 2006).

Uma razão para a utilização de técnicas matemáticas e de gráficos na ARS é que permite representar a descrição de uma rede de maneira concisa e sistemática. Além de possibilitar o uso de ordenadores para armazenar e manipular rapidamente a informação (HANNEMAN, 2002, p.3).

Cabe à análise das redes sociais (ARS) o diagnóstico das estruturas relacionais através de técnicas, métodos e *software* específico para análise dos dados. Os indicadores de redes ou métricas, como o nome já diz, servem para medir as relações tecidas nas redes, de modo a facilitar a compreensão das relações existentes em relação ao potencial de relações possíveis. Eles ajudam também a medir a posição de cada ator em relação aos demais, em termos de quantas conexões chegam e partem dos nós, qual a distância em relação aos demais nós, se é ou não um nó intermediário, entre outros. Um dos indicadores importantes da ARS é a centralidade, pois reflete a influência dos atores na rede, tal como a autoridade hierárquica na organização piramidal. Freeman (1977 apud LEMIEUX & OUIMET, 2008) foi quem desenvolveu as medidas de centralidade com o fito de comparar a posição mais ou menos central num grafo não orientado. Um ator é central na rede quando pode se comunicar com muitos outros, assim como é utilizado como intermediário em seus contatos. Atores mais centralizados podem ter vantagens, pois dependem menos dos demais para obterem informações. Os principais fatores preponderantes para a influência dos atores são: especificidade de seu apoio para o conjunto da rede (laços fracos) e atividade exercida no âmbito da rede (laços fortes – conhecimento e reconhecimento por todos). A influência de um ator também será medida em razão do número de conexões tecidas, tanto interna, quanto externa à rede, com outros elos, redes, grupos etc. As principais medidas de centralidade são:

Quadro 13 - Medidas de Centralidade

Centralidade de grau (<i>degree</i>)	Mede as conexões diretas de cada ator, sendo o ator mais central o que possui maior número de conexões diretas com outros. Será tanto maior quanto maior forem as relações com outros nós da rede, o que reforça a
---	--

centrality)	capacidade de coordenação, de liberdade de ação e de influência na rede. O número de laços direcionados ao nó é denominado de <i>indegree</i> , e os laços que partem do nó de <i>outdegree</i> .
Centralidade de intermediação (betweenness)	Demonstra os caminhos mais curtos existentes para um nó conseguir acessar outro. Ou seja, identifica os nós pontes que permite a conexão de elos ou grupos isolados.
Centralidade de proximidade (closeness centrality)	Mede a proximidade de um nó com os demais na rede, sendo que um nó pode estar isolado, mas ter alta cercania em função de estar conectado com um nó importante da rede. Quanto menor o número de conexões para alcançar os demais nós, mais central será o nó, sendo que a distância aos demais nós não é apenas negativa, pois contribui para maior autonomia e independência nas escolhas.

Fonte: Marcon & Moinet, 2001, Molina, 2001.

Além da medida de centralidade, podem-se citar outras propriedades estruturais das redes, tais como: Prestígio – pode ser verificado em redes orientadas em que alguns atores são apontados como mais importantes, tendo mais prestígio (STEINER, 2006); Distância Geodésima (distância mínima entre os atores) - é o número de relações nos caminhos mais curto possíveis de um ator a outro; subgrupos ou *cliques* - indica o grupo de nós dentro da rede em que todos estão ligados a todos simetricamente. Para a constituição de um *clique* são necessários no mínimo três nós (QUIROGA, 2003).

Outro indicador muito significativo é a Densidade, a qual se refere à razão entre as relações existentes e as relações possíveis, as quais irão variar conforme sejam consideradas as relações orientadas e não-orientadas. Alta densidade indica coesão/similaridade de opiniões, ponto de vista, enquanto a baixa densidade está associada à diversidade e ao acesso a recursos escassos. Embora ambas tenham sua importância, a densidade alta é sinônimo de poder de determinado grupo. O poder é relacional, sendo uma consequência dos padrões de relações, de modo que se um grupo tem poder é porque pode influenciar ou ser uma referência para outros grupos, atores, etc.

Além disso, a densidade depende do número de nós, sendo tanto menor quanto maior o número de nós. No entanto pode existir o mesmo número de atores, mas variar a densidade, devido às relações que se estabelecem no grupo, seus objetivos e propósitos. A densidade da rede está relacionada ao fluxo de informações que por ela circula, o qual proporciona coesão à rede, favorecendo a internalização dos seus

valores. Através das novas tecnologias há maior facilidade na troca de informações, sendo de fundamental importância os laços fracos, pois eles propiciam a ampliação das informações (SOUZA, 2011). É possível calcular a densidade não apenas do conjunto do grafo, mas também dos seus subgrupos. Assim como, pode-se calcular a densidade egocêntrica, de um ator com os demais atores do grupo (HANNEMAN, 1999; PORRAS, 2005b).

O resultado expresso pelos indicadores resulta das matrizes selecionadas para a organização dos dados, existindo dois modelos principais, sendo que o primeiro refere-se a matriz adjacente ator-ator (atores são dispostos nas linhas e nas colunas da matriz). Esse tipo de matriz pode ser simétrica ou assimétrica, e é sempre quadrada. A simetria é utilizada em grafos não-orientados, e a assimetria nos grafos orientados. O segundo modo de organizar os dados relacionais é através da matriz de incidência, geralmente utilizada para organizar dados relacionais de pertença, tendo forma retangular, mas que pode ser decomposta em duas matrizes adjacentes ou quadrada. A seleção de um ou outro tipo de matriz irá depender dos dados que se dispõe e da problemática de pesquisa. Em geral a matriz de adjacência é mais utilizada para análise do conjunto das relações sociais.

A abordagem utilizada para a coleta dos dados relacionais pode ser posicional ou reputacional. Na abordagem posicional os atores são selecionados em razão de sua posição, estatuto, como por exemplo, estudo das relações de uma turma de escola primária, ou as relações entre empresas do ramo manufatureiro. Na abordagem reputacional são consultados vários atores que informam o nome dos atores chaves que deverão ser estudados, sendo utilizada nos estudos das elites locais, associações, Ongs etc. Embora a análise possa ser feita manualmente, em especial quando o número de atores é pequeno, existe a possibilidade de usar programas informáticos, os quais reduzem as chances de erro. Há duas categorias de *software* para análise dos dados, sendo uma voltada para a visualização das relações, e outra para análise dos dados relacionais. Os principais *softwares* para o desenho dos grafos são o *krackplot* e o *netdraw*. Para análise das relações o software mais utilizado é o *ucinet*, pois permite a análise das principais propriedades (centralidade, densidade, buracos estruturais, cliques etc). O *Pajek* é um software utilizado para análise de grandes redes, pois permite maior possibilidade de manipulação e transformação dos grafos. Para maiores informações sobre os *softwares* para análise de redes é importante consultar o endereço: [HTTP://analytictech.com](http://analytictech.com) (LEMIEUX & OUMET, 2008).

2.6 O CONCEITO DE REDE COMO *MODUS OPERANDI* NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.6.1 A globalização e os processos de desterritorialização na sociedade em rede

Em termos de contexto histórico, o conceito de globalização vem sendo empregado para identificar uma série de fenômenos, tais como desregulamentação dos mercados, interconexão dos sistemas financeiros e deterioração das formas políticas institucionais. As principais características que contribuíram para esse processo foram a crise do padrão monetário mundial no início dos anos 1970, e a crise econômica internacional decorrente do choque do petróleo. Esses fenômenos passaram a exigir respostas rápidas e eficazes a estagnação e a inflação, tais como crescentes fusões, aquisições entre empresas, desregulamentação do capital financeiro. Nessa fase, o paradigma fordista foi sendo superado pelo paradigma da especialização flexível da produção (pós-fordismo). Esse novo sistema passa a funcionar articulado globalmente, tendo por base a substituição do complexo automotriz pelo complexo eletrônico. É nesse contexto que muitas empresas passam a utilizar a estrutura de rede, a fim de minimizar custos, compartilhar recursos, informações etc. Surgem novas parcerias entre capital e trabalho (terceirização), sistemas de cadeias integradas de competição, as quais caracterizam as redes interorganizacionais (MINHOTO & MARTINS, 2001). Em decorrência dessas mudanças, em especial nos anos 1980, há um esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, uma internacionalização do sistema financeiro e a vitória do neoliberalismo, tendo a gestão pública burocrática obrigada a se estruturar sob novas formas. Segundo a lógica neoliberal, nesse novo contexto, o Estado deveria adotar a gestão empresarial. Posteriormente, surgiram muitas críticas a esse modelo e a defesa da descentralização, da territorialização e da gestão em rede (RICCI et al, 2001).

Essas mudanças macroestruturais compreendem processos de desterritorialização e reterritorialização que impactam nas estruturas sociais, históricas e culturais das sociedades contemporâneas. Ademais, ao priorizar a dimensão relacional é conferido ao território a interconexão, a fluidez, o movimento, não se limitando a uma ideia estática de território. Dessa forma, não se trata de “território-zona”, delimitado, mas de “território-rede”, formado por “lugares em rede”. Se nas sociedades modernas predominou o “território-zona”, com áreas

delimitadas, atualmente predominam as redes, os fluxos, as conexões, estando o poder situado na capacidade de controlá-los. Com base em Deleuze e Guattari (1997), Haesbaert (2007) ressalta que o território pode se desterritorializar ou se reterritorializar. No primeiro caso, o território pode ser abandonado em função da desintegração das culturas, dos hábitos tradicionais, devido à “colonização” por outras formas de socialização. Ao contrário, a reterritorialização refere-se à construção do território, mas não no sentido de retorno a antiga territorialidade, pois trata-se de um espaço aberto, indefinido, móvel. “(...) a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas” (HAESBAERT, 2007, p.138).

A desterritorialização contribui para a descentralização e a fragmentação no campo do trabalho e da produção devido à interdependência entre fluxos comerciais, financeiros e de informações. Nesse novo contexto, segundo Bauman (1999), o poder seria extraterritorial, enquanto a política ainda seria territorial-estatal, porém com menor influência na geopolítica mundial. Enquanto no regime taylorista/fordista vigorava um regime disciplinar, no pós-fordismo passa a ser valorizado o trabalho imaterial, a informação e a comunicação. O que se produz não é tangível, mas imaterial como, por exemplo, produto cultural, conhecimento ou comunicação. O trabalho imaterial envolve a interação e a cooperação social, tendo sido facilitado pelas telecomunicações e pelas tecnologias de informação, o que possibilitou a desterritorialização da produção e com isso o esvaziamento das fábricas e suas atividades. Os operários podem se comunicar e cooperar estando em pontos distantes, não havendo mais necessidade de território e um ponto fixo, visto a produção se organizar em redes horizontais de empresas. Com isso o capital não se limita a um território e não se prende a suas coações, pois pode mudar de um lugar para o outro.

Nessa fase, o poder não está concentrado num local definido, mas está distribuído em redes e funciona através de mecanismos móveis e articulados de controle. O resultado dessas dinâmicas em que as novas tecnologias, o ciberespaço vem contribuindo para a desterritorialização do estado, é o surgimento do império. Ou seja, se na sociedade moderna predominava o poder de um ou outro Estado-nação, sendo esse período denominado de imperialismo, aos poucos em função da descentralização do poder e das mudanças advindas com a globalização, surge o império (HARDT & NEGRI, 2006). Nessa nova fase de acumulação capitalista,

não há um controle rigoroso da produção, pois na grande parte das vezes é organizada em redes flexíveis e híbridas, de modo a circular entre as fronteiras dos estados, sem esforço ou impedimentos (HARVEY, 1992; JAMESON, 2006). Dessa forma, o império pode ser definido como uma rede de poderes e contrapoderes estruturado de forma ilimitada, num espaço aberto, além das fronteiras, com reterritorializações contínuas. Ainda que alguns estados tenham um papel central, como o caso dos Estados Unidos, principalmente, devido seu poderio militar, seu poder é imperial e não imperialista. Isso porque não se limita a agir em espaços fechados, a subjugar países legítimos em sua soberania, pois atua por meio de redes num espaço ilimitado. Contudo, embora o capitalismo tenha cada vez mais se globalizado, foi apenas no século XX que as grandes corporações começaram a se estruturar “biopoliticamente” em territórios globais. Ou seja, passaram a estruturar os territórios, distribuir força de trabalho e organizar a hierarquia dos diferentes setores de produção.

De modo semelhante, as lutas internacionais, os movimentos sociais são “biopolíticos”, pois tratam de diversas dimensões relacionadas à vida, seja econômica, política, cultural, ambiental, construindo novos espaços públicos. Dessa forma, devido à globalização das relações econômicas e culturais, não há um local estratégico ou privilegiado de contrapoder, pois este pode emergir em qualquer local, não estando mais limitado a ideia tradicional de contrapoder e de resistência no âmbito do regime político nacional. Nesse sentido, a resistência ao império se expressa através de uma nova cartografia em que as redes são as estruturas privilegiadas de ação (HARDT & NEGRI, 2006). No entanto, isso não significa que a atuação dentro das instituições tradicionais não seja importante, que deva ser ignorada, mas que esse não deve ser o principal *locus* ou estratégia de ação.

2.6.1.2 O impacto das novas tecnologias na conformação de novas sociabilidades

No final do século XX, com o surgimento do novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação (microeletrônica, computação, telecomunicações, optoeletrônica) houve mudanças significativas nas sociedades, podendo seu impacto ser comparado ao ocorrido com a Revolução Industrial no séc. XVIII. No entanto, embora o conhecimento e a informação sejam fundamentais nesse processo, o ponto central dessas mudanças está no uso e na aplicação adequada dessas ferramentas, de modo a favorecer o surgimento de inovações.

Enquanto a Revolução Industrial foi efetuada em lentas etapas, as novas tecnologias se expandem quase instantaneamente conectando o mundo de forma inusitada, em especial da década de 1970 em diante. Com as novas tecnologias, as telecomunicações, as redes se multiplicaram estreitando distâncias e permitindo o surgimento da “aldeia global”, tendo por principal característica a “integração da diversidade” (CASTELLS, 2009). Entretanto, um contingente enorme de pessoas está “fora” dessa integração global, principalmente, as populações mais pobres das áreas rurais, dos países periféricos, em especial na África, Ásia e América Latina. Segundo Veltmeyer *et al* (apud BERNSTEIN, 2011) “a pobreza global continua a ser, significativamente, um fenômeno rural; os pobres rurais constituem três quartos dos pobres do mundo”. Ou segundo Graziano da Silva (2012, p. 02):

a indigência rural equivale a uma fatia de 30% dos habitantes do campo, uma intensidade quase quatro vezes maior que a urbana (8%), segundo a Cepal. Os dados radiografam uma realidade que desautoriza ilusões na eficácia de automatismos econômicos para corrigir a iniquidade social.

Não obstante os diferentes contextos e suas especificidades como pobreza, degradação ambiental, entre outros, as redes vêm paulatinamente transformando-se numa alternativa de organização, seja da sociedade civil, do mercado ou do estado. Dessa forma, no caso das organizações da sociedade civil já não predominam mais os partidos políticos, ou eternas lideranças (caudilhos), pois há forte ênfase na autonomia e participação dos atores como, por exemplo, os movimentos sociais, as associações comunitárias, as ONG’s, os Fóruns Sociais Mundiais (FSM) etc. No caso dos FSM a abrangência de temas é ampla, transversal, com destaque para a mobilização e organização em rede, tal como a Rede Social Mundial (RSM) que busca interconectar as diversas redes presentes no fórum, de modo a constituir uma rede de redes alternativas à lógica neo-liberal (OLIVIERI, 2003). No campo do mercado devido a intensificação da globalização que propicia a formação de novos ritmos de produção, não é mais prudente a vigência de estruturas organizacionais hierárquicas, com rígido controle e com compartimentos estanques. As novas formas empresariais são mais flexíveis, menos hierárquicas e geralmente ocupam um pequeno espaço devido as novas tecnologias (TIC’s), como informática, robótica etc. De forma semelhante, no estado também ocorrem mudanças significativas como a ampliação dos mecanismos de participação da sociedade civil,

seja via assembleias do Orçamento Participativo, de Conselhos Gestores, de movimentos sociais, ONG's, entre outros.

Embora a disseminação das redes, sua estrutura organizacional seja um fato evidente, é fundamental frisar que mesmo com discursos e formatos de organização semelhante, os objetivos dos diferentes campos referidos (mercado, sociedade civil, estado) são muito diversos.

Para a lógica mercantil, empresarial, as redes, a descentralização e os trabalhadores “multifuncionais” favorecem uma gestão mais eficiente nesse novo contexto de globalização. Diferente disso, as organizações da sociedade civil, em geral, são mais horizontalizadas, democráticas, e embora apresentando uma ampla diversidade não visam se adaptar, se reajustar a fim de fortalecer a lógica mercantil hegemônica. Mas, de modo geral, o que se percebe é uma hegemonia da lógica do mercado em que grande parte das instâncias da sociedade passam a se organizar a sua imagem e semelhança. Alguns elementos evidentes corroboram essa análise, tais como crescente separação entre poder social e político; a transformação de questões da esfera pública em questões privadas; a substituição do conceito de cidadão pelo de consumidor; a fragilização da democracia; a intolerância em relação ao outro, ao diferente, que se expressa na política de deportação de imigrantes; o solapamento das estruturas de poder político e social do estado. (MINHOTO & MARTINS, 2001).

Nesse contexto, as redes empresariais contribuem para fortalecer a economia capitalista globalizada, pois facilitam as inovações, a descentralização, a produtividade e a competitividade. Diferente de outros períodos históricos, o capitalismo da sociedade em rede é global, tendo predominância das redes de fluxos financeiros. Ao invés de uma classe capitalista global, o que existe é uma rede integrada de capital global que determina o êxito ou o fracasso das economias. Além disso, enquanto o capital é global, o trabalho é local, sendo que os trabalhadores lutam por interesses particulares e de forma fragmentada (CASTELLS, 2009).

As redes sempre existiram nas diferentes sociedades, tais como as redes de vizinhança, de comércio, de ações públicas. A novidade consiste na utilização desse conceito na sociedade contemporânea para a estruturação de novos modelos de gestão e organização social, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. Sua maior visibilidade decorre da intensificação das novas tecnologias que contribuem para o aumento das redes sociais (CARVALHO, 2004).

Atualmente, há um progresso e uma difusão das conexões, do processamento de dados e uma maior sofisticação do sistema tecnológico surgido nos anos 1970, tendo forte concentração nos EUA. Esse novo paradigma caracteriza-se por ter a informação como matéria prima, a qual passa a moldar as atividades humanas, propiciando a difusão de redes em todos os âmbitos (CASTELLS, 2009). Dessa forma, ao invés da rigidez e da burocracia, aumentam a flexibilidade, a comunicação, a interação social, propiciando um novo tipo de economia, interdependente, informacional, baseada no conhecimento e estruturada em redes. O diferencial passa a ser a sua capacidade de funcionamento em tempo real e em escala planetária, através de circuitos eletrônicos, sendo as inovações tecnológicas fundamentais para o crescimento da produtividade. Esse processo se acentuou a partir da década de 1990, sendo também o resultado da interação entre mercados, governos e instituições financeiras (DOWBOR, 2008; LÉVY, 2001). Em função dessas mudanças a sociedade contemporânea vem sendo denominada de sociedade da informação, de terceira revolução industrial, de sociedade pós-fordista, de sociedade rede. Isso porque essas mudanças não se reduzem a dimensão tecnológica, pois devido ao seu caráter global impactam nas diferentes esferas da sociedade. Dessa forma, a partir da década de 1990 surge uma sociedade que “(...) se organiza em redes e não em pirâmides de poder, em células interdependentes e não em engrenagens hierárquicas, no centro de um ecossistema de informações e não por vias industriais lineares (ROSNAY, p. 39, apud MARCON & MOINET, 2001)”.

Nesse contexto, com a intensificação da globalização, das telecomunicações, das novas tecnologias, os governos acabaram perdendo o controle dos fluxos de capital. As empresas passaram a atuar em todos os lugares, de forma transnacional, tornando o mercado e a competição globais. Exigem maior flexibilidade do estado, diminuição da carga tributária, enfim menos controle, menos poder e mais liberdade para o mercado. As propostas mais expressivas de adequar o estado a esse novo contexto, em primeiro momento, foram as neoliberais que advogam o estado mínimo, a descentralização e a privatização. Na América essa posição foi proposta no Consenso de Washington (1989), tendo por resultado a desarticulação dos mercados nacionais, com corte de investimentos e flexibilidade cambial, o que contribuiu para uma grave recessão em 1999. Como alternativa ao neoliberalismo surge no Reino Unido a proposta do Estado Gerencial, ou Nova Gestão Pública, a qual constitui uma terceira via que aposta na descentralização, nas privatizações, na adoção de valores gerenciais de mercado e na

substituição das hierarquias de gestão por administração por contrato. Essas propostas de reformulação do estado vêm sendo duramente criticadas, uma vez que a sociedade civil não deve ser confundida com o mercado, pois é o local da solidariedade, do diálogo, da reciprocidade, dos valores morais (RICCI et al 2001).

A transnacionalização dos mercados financeiros, a desterritorialização da produção, os novos padrões competitivos contribuem para diminuir a soberania dos estados, além de compreender mudanças paradigmáticas. Ao privilegiar a não-linearidade e a multidimensionalidade essas mudanças confundem e desafiam os operadores, seja no âmbito do estado, seja no âmbito do mercado e/ou da sociedade civil, os quais precisam se adaptar a esse novo formato organizacional. Dessa forma, é o acesso, processamento e transmissão de informações que podem ou não fortalecer as empresas/estados e organizações sociais, uma vez que as estruturas de poder passam a residir nos sistemas de informação e não mais na coerção, na organização vertical e hierárquica. Todavia, se as redes tecnológicas contribuem para novas dinâmicas organizacionais, elas não são a solução para todos os problemas. Torna-se necessário desenvolver aspectos complementares, tais como criatividade, qualificação, proatividade, infraestrutura viável para a promoção de um produto, ou um projeto. Nesse sentido é importante que as redes tecnológicas estejam atreladas as redes tradicionais, de modo a favorecer esses processos (MARCON & MOINET, 2001). Além disso, deve-se considerar que as redes refletem o contexto em que estão inseridas, diferenciando-se em função das culturas, dos hábitos, o que justifica que as “empresas japonesas põem em prática uma lógica comunitária, as empresas coreanas, uma lógica patrimonial, e as taiwanesas, uma lógica patrilinear (CASTELLS, 2009, p.240)”.

2.6.2 O Fordismo e os Territórios-Zona

Iniciado em 1914 com Henry Ford por meio de inovações tecnológicas e organizacionais, o Fordismo caracterizou-se pelo trabalho segmentado, controlado, pela rapidez, eficiência e movimentos repetitivos. Esse modo de organização da produção tinha por base as ideias de Frederick Taylor (Taylorismo). Uma representação crítica desse período, em especial da divisão social do trabalho, sendo profundamente cômico, é o filme Tempos Modernos de Charlie Chaplin. Nessa obra é retratado o contexto da época, das grandes fábricas, das

linhas de montagem em que os operários eram considerados uma peça da grande engrenagem, efetuando trabalhos repetitivos e monótonos.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p.122).

Uma característica marcante desse período histórico compreendido pelo fordismo foi a predominância da territorialidade zona, com áreas delimitadas, pois a globalização ainda não tinha se intensificado, e as novas tecnologias ou não existiam, ou eram embrionárias (HAESBAERT, 2007).

2.6.2.1 Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico

Do período fordista em diante, o consumismo passa ser sinônimo de felicidade e desenvolvimento, o que justificava a importância da produção em massa. O que balizava essas ideias era a concepção linear de desenvolvimento, em que os países mais desenvolvidos, industrializados, seriam referência aos demais. Dessa forma, deveriam auxiliar os outros países a alcançarem essa posição, esse desempenho, sendo que o crescimento econômico, a geração de empregos, deveria alimentar esse ciclo de produção e consumo (ROSTOW, 1974).

As explicações para as sociedades que não conseguiam alcançar esse padrão de desenvolvimento eram diversas. No caso das sociedades latino-americanas, para muitos existiriam duas sociedades, uma arcaica (feudal) e outra moderna (capitalista). A primeira seria praticamente estática, sendo as poucas mudanças decorrentes da metade desenvolvida. Essa perspectiva dualista ignorava o fato de que a sociedade é resultante de um mesmo processo histórico em que ambos os polos são partes integrantes. Desse modo, o crescimento das regiões modernas só é possível em função da estrutura das zonas atrasadas, principalmente em países da América Latina. Nessa região, geralmente os interesses da elite industrial estão conjugados com os interesses da elite agrária, uma vez que há uma relação de complementação e aliança entre ambas. Outra tese seria de que a disseminação do progresso

ocorreria por meio da difusão dos produtos industrializados para zonas arcaicas, as quais seriam aos poucos “absorvidas” pelo paradigma modernizador. No entanto, a chegada dos bens industriais nestas regiões não foi sinônimo de desenvolvimento, pois não houve mudança nas relações de trabalho, na posição política que, de fato, alterassem a situação de classe dos indivíduos. Ao contrário, o progresso vindo de fora, em geral, provocou a proletarianização, sendo que a difusão desses bens consistiu na expansão dos monopólios e oligopólios com todos os seus impactos negativos. Além disso, apenas por consumir produtos industrializados não garante que as pessoas mudem de classe social, pois nem sempre há mudanças em termos de posição social, relações de trabalho e poder político (STAVENHAGEN, 1975).

Outra análise da inserção da América Latina no sistema econômico mundial foi efetuada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), criada no Chile em 1948, tendo por principais pensadores Raul Prebisch, Enzo Faletto, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Carlos Lessa e Fernando Henrique Cardoso. Sua matriz teórica foram as teorias Keynesianas, com destaque para as especificidades das economias subdesenvolvidas, compreendendo que as causas do atraso não estavam em obstáculos internos a esses países, mas nas relações centro-periferia. Essas relações favoreceriam os países centrais, uma vez que os preços dos manufaturados se mantinham com o aumento da produção, não ocorrendo o mesmo com os produtos primários, em função do poder de mercado dos oligopólios industriais. Constava nas propostas da CEPAL uma redefinição do estado e uma nova inserção da América Latina no mundo. Através do nacional-desenvolvimentismo incentivava a proposta de industrialização para o continente, tendo por meta a substituição das importações.

Segundo Cardoso e Faletto (1970), era importante compreender os processos históricos do desenvolvimento dos países no capitalismo global, os quais condicionam a relação entre os países desenvolvidos e a elite dos países periféricos. Dessa forma, a fim de entender o desenvolvimento nesses países seria importante compreender os arranjos estruturais entre as classes dominantes e a sua forma de relacionamento com os centros hegemônicos. Esses arranjos explicariam que a dependência não foi decorrente de uma simples imposição externa, mas da combinação de fatores externos - internos e da aliança entre ambos. Desse modo, compreende-se que são condicionamentos históricos e políticos que influíram no desenvolvimento das economias periféricas, sendo que os principais tipos de articulações (alianças) com as

economias centrais foram a exportação controlada por uma elite (produtores nacionais) e a economia de enclave. Os principais grupos dominantes internos eram os modernos (setores da economia exportadora) e os tradicionais (oligarquias locais), sendo que a aliança entre esses grupos irá caracterizar e impregnar as instituições políticas. Diferente disso, nas economias de enclave o sistema de dominação era formado por aliança entre as oligarquias.

Essas duas formas de dependência se mantiveram durante a expansão do mercado externo no século XIX e no início do século XX, e são elas que irão caracterizar a consolidação do mercado interno, assim como as alianças, ideologias e conflitos decorrentes desse processo. Contudo, em cada país ocorreram alianças específicas que constituíram a “base interna da dominação externa”, diferenciando as ações interna e externa desses países e também a configuração do desenvolvimento (econômico, político e social). Essa situação de “dependência nacional” é diferente das economias centrais, pois ao mesmo tempo é autônoma e dependente, sendo que o possível rompimento dos laços coloniais colocaria em situação difícil as classes dominantes internas. No entanto, mesmo com essas formas de dependência e dominação, as economias não eram estagnadas, mas estavam condicionados por cada uma dessas modalidades de dependência (CARDOSO, 1971). De modo semelhante, Prebisch e Furtado entendiam que o subdesenvolvimento não poderia ser compreendido como sendo apenas uma etapa ao desenvolvimento, mas o reflexo da própria lógica do capitalismo, sua construção no decorrer do tempo. Afim de superar essa situação, defendiam como prioritário o planejamento e a intervenção do Estado (MARINGONI, 2009).

Mesmo com críticas em relação ao significado do subdesenvolvimento, tal como posto, não se questionava os meios utilizados para obtenção do desenvolvimento, importando mais os seus fins. Ou seja, para as diferentes análises pouco importava se o custo desse desenvolvimento seria a poluição de rios, a destruição dos ecossistemas, o importante era a sociedade de consumo, a riqueza material produzida.

O modelo ainda hegemônico de desenvolvimento opera dentro de um paradigma que não se restringe apenas à valorização do crescimento econômico, mas possui uma visão setorializada das diferentes dimensões da realidade (social, político, econômico, ambiental). Desse modo, as formas de planejamento tendem a refletir uma visão dual, linear de organização das ações voltadas ao desenvolvimento. Um exemplo disso foram as propostas de planejamento socialistas e

capitalistas que refletiram essas tendências, tendo o diferencial principal no fato de que uma tem o estado por “ator” central, e a outra tem o mercado. Mais recentemente, mesmo tendo sido verificado um significativo interesse em aprimorar as políticas sociais, por meio de um melhor planejamento, observa-se que ainda continua sendo priorizada a dimensão econômica, muito focada na racionalidade custo-benefício. Ou seja, se limita a uma análise técnica (modelo tecnocrático), não envolvendo outras dimensões (BUSTELO, 1982).

Segundo Celso Furtado (2004), desenvolvimento significa um processo de transformação social, capaz de atingir a massa da população, não se restringindo a crescimento econômico, mas sendo capaz de propiciar

[...] emprego, renda e acesso à cultura para a maioria da população, a melhoria dos serviços públicos, uma rede de proteção social eficiente, a democratização da propriedade, um estímulo à produção, uma reforma tributária progressiva, uma expansão econômica ecologicamente sustentável e uma inserção soberana do país no mundo (FURTADO, 1974, p. 2-3).

Além disso, é importante frisar que o significado do desenvolvimento econômico nas diversas sociedades pode ser expresso por duas distinções. Uma delas consiste no processo de crescimento e mudança das sociedades humanas, sendo singular a cada período histórico, região e cultura. E a outra expressa a aspiração de uma sociedade melhor, o que implica opções de juízo de valor sobre o que se compreende por uma sociedade melhor (WOLFE, 1976).

Embora o discurso desenvolvimentista tenha se disseminado no período pós-guerra, as críticas a essa perspectiva proposta por teorias de subdesenvolvimento e teorias da dependência, nascidas nos anos 1960, na América Latina e na África, ressaltavam que a evolução de um sistema econômico dependia de seu lugar na estrutura de poder do sistema mundial. Mesmo que as economias subordinadas se desenvolvessem, elas nunca atingiriam o patamar das mais desenvolvidas. Além disso, no contexto de globalização não há espaço para um relativo isolamento das economias subdesenvolvidas e a construção de uma estrutura econômica autônoma, pois os processos de informatização tendem a transformar a produção em serviços. Embora essas mudanças sejam mais comuns nos países desenvolvidos, todas as economias tendem a aderir a esse tipo de economia, informacional e em rede. No entanto, não significa que as economias mais atrasadas irão

seguir os estágios dos países mais desenvolvidos, pois seguem por padrões alternativos e mistos (HARDT & NEGRI, 2006).

2.6.3 O Pós-Fordismo e os Territórios-Rede: desenvolvimento x meio ambiente

2.6.3.1 Pós- Fordismo

Devido às transformações políticas econômicas do capitalismo, com recessões, crises, em meados dos anos 1970, ocorreu a passagem do Fordismo para o Pós-Fordismo. Com isso, passa ocorrer uma nova forma de organização tanto das empresas, quanto da vida social por meio de um regime de acumulação inteiramente novo, baseado na flexibilidade. Diferente da rigidez do Fordismo, apoia-se na flexibilidade do trabalho, do consumo, utiliza-se das novas tecnologias e dos novos processos de trabalho (temporário, parcial, subcontratado). Essa flexibilidade, mobilização de capital e de trabalho não significam uma desorganização do sistema capitalista, mas sua reorganização em novas bases.

[...] o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica (HARVEY, 1992, p. 150 – 151).

Nesse contexto, o poder passa a operar via fluxos de informações, de conhecimento por meio de redes globais. Dessa forma “territorializar-se implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes” (HAESBAERT, 2007, p.301). Embora essas mudanças tenham propiciado maior interdependência entre as sociedades nacionais, contribuam para um aumento das desigualdades em escala mundial, tendo por mote o ideário do Neoliberalismo de liberdade total para os mercados. Diferente do liberalismo que estava “enraizado na sociedade nacional”, o neoliberalismo “enraíza-se diretamente no mercado mundial” (IANNI, 2002). Nesse sentido, Castells (2006) destaca que a revolução tecnológica, na década de 1970, por meio das novas tecnologias de informação passou a remodelar as estruturas da sociedade.

Dessa forma, enquanto a sociedade moderna era disciplinar, de caráter local, e tinha por referência o “panóptico”, na sociedade pós-fordista existe o “sinóptico” em função do caráter global das novas

tecnologias e da comunicação de massa. “O Panóptico forçava as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas. O Sinóptico não precisa de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância” (BAUMAN, 1999, p. 265). Ao invés do estrito controle tempo-espço, há um auto-controle, uma introjeção da vigilância, que segundo Foucault compreende a “biopolítica”, constitutiva de uma rede que abrange toda a sociedade. Se na sociedade disciplinar havia um controle do espaço e do tempo, agora o controle é mais difuso, pois visa controlar fluxos e conexões existentes nas redes ao invés de fronteiras ou zonas territoriais (HAESBAERT, 2007).

As mudanças decorrentes do pós-fordismo contribuíram para a crise do *Welfare State* e do nacional desenvolvimentismo, conferindo espaço para novas formas de ação pública, e a reconfiguração dos sistemas de produção de mercadorias (LOIOLA & MOURA, 2008). Como reflexo dessas mudanças, na década de 1970, em especial no âmbito das estruturas governamentais surgem com mais expressividade os conceitos de rede e governança, os quais problematizam as relações entre estado e sociedade. Em face aos complexos problemas sociais, sinalizam para a necessidade de novas estruturas políticas que propiciem a construção de políticas públicas em rede. Desse modo, as políticas públicas não seriam exclusividades do estado, mas de redes em que estariam inseridos atores da sociedade civil, da iniciativa privada, tanto em âmbito local, quanto regional e global.

2.6.3.2 Desenvolvimento x meio ambiente

Não existe um consenso sobre o conceito de desenvolvimento, sendo muitas vezes confundido com crescimento econômico, tal como ainda ocorre no modelo hegemônico vigente. As análises críticas a esse modelo ressaltam que o desenvolvimento não pode limitar-se ao crescimento econômico, devendo considerar outras dimensões que são fundamentais nesse processo, tais como a cultural, social e ambiental. Ou seja, trata-se de um conceito multidimensional e transdisciplinar, sendo um equívoco restringi-lo à economia. Nesses termos pode-se colocar que desenvolvimento significa “crescimento economicamente sustentado, socialmente inclusivo e em harmonia com o meio ambiente” (SACHS, 2009, p. 329).

A principal questão que vem balizando os debates sobre desenvolvimento, além da pobreza, é a questão referente ao meio ambiente, a qual cada vez mais vem impactando na organização e na produção de mercadorias. Essa mudança é decorrente das discussões

iniciadas com o Relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento econômico, considerando o uso crescente dos recursos naturais. Dessa forma, questões como mínimo impacto negativo ao ambiente, recusa de produtos de espécies em extinção, certificação (selos verdes), produtos recicláveis, estão cada vez mais na ordem do dia, sendo uma demanda dos novos consumidores (PINAZZA, 1998).

Embora a globalização tenha iniciado no século XVI, com a expansão européia, constituindo um processo de dominação – expansão, foi na década de 1990 que esse processo se intensificou e ganhou novos contornos, podendo ser considerada um divisor de águas. Isso porque ao mesmo tempo em que inicia uma “mundialização tecno-econômica”, também vai se consolidando uma mundialização emancipatória, de afirmação de direitos, contrária as desigualdades, a favor da democracia e de outro modelo de desenvolvimento. Trata-se de uma “outra” globalização em que “o desenvolvimento, noção aparentemente universalista, constitui um mito típico do sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização avassalador, um instrumento de colonização dos subdesenvolvidos (o Sul) pelo Norte (MORIN, 2003, p. 13).” Desse modo, em razão dessas mudanças foi se constituindo uma maior difusão e interação entre diferentes culturas e saberes, expressas nas manifestações *anti-seattle*, fóruns sociais mundiais, marchas e protestos, os quais denunciam os impactos negativos da globalização tecno-econômica. A sociedade civil mundial passa a ter um maior protagonismo, atuando em redes, de modo a somar forças em prol de novas modalidades de desenvolvimento, mais sustentáveis e equitativas.

Nesse contexto, o desafio consiste em desenvolver-se de maneira sustentável, de modo a atender as necessidades das gerações presentes, mas sem desconsiderar as gerações futuras, conforme consta no *Relatório Nosso Futuro Comum* (1987). Com esse propósito foi criado e difundido no âmbito das organizações internacionais o conceito de desenvolvimento sustentável.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, tornou-se um marco histórico, pois foi a primeira vez que se buscou um equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente. Deste evento em diante iniciou-se a difusão do conceito de ecodesenvolvimento, criado por Maurice Strong e, em seguida, ampliado pelo ecossocioeconomista Ignacy Sachs. O ecodesenvolvimento é crítico às limitações da concepção economicista, tecnocrática, autoritária de planejamento e aos modelos universalistas de desenvolvimento. Propõe a busca de soluções específicas para cada território, com ampla participação dos atores locais, os quais devem identificar seus problemas e buscar alternativas. Visa transformações

profundas nos estilos de vida com distribuição mais equitativa da riqueza, redução dos níveis de consumo supérfluo e do desperdício de recursos (VIEIRA, 2007). Ou seja,

os adeptos deste enfoque enfatizam as limitações dos enfoques « analítico-reducionistas » (Von Bertalanffy, 1968) no campo das políticas de desenvolvimento, deslegitimando pela base as pseudo-soluções de corte paliativo. Trata-se de um enfoque alternativo de planejamento e gestão, equidistante tanto da visão *economicista* quanto da visão *estatista* que têm comandado a dinâmica evolutiva das sociedades contemporâneas (liberais e socialistas) (VIEIRA & CAZELLA, 2006, p.03).

A questão principal colocada pelo ecodesenvolvimento é a compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Desse modo, visa uma nova modalidade de desenvolvimento que seja integrado, participativo, endógeno. Para tanto, privilegia a integração transdisciplinar do conhecimento para construção e implementação de cenários preventivos e proativos. Está fundamentado no paradigma sistêmico/complexo como referência para a construção de novos modelos de planejamento e gestão. Constitui um “esforço de entendimento teórico dos sistemas sociológicos e a busca de enfrentamento dos condicionantes estruturais da crise” (VIEIRA & BERKES, 2005, p. 337). A inadequação do pensamento linear, fragmentado, desarticulado, é cada vez maior, pois os problemas são de ordem global, transversais e multidimensionais (KNYAZEVA, 2003). Dessa forma, o enfoque do ecodesenvolvimento entende a problemática socioambiental como sendo reflexo de uma crise estrutural da lógica organizativa das sociedades atuais.

As principais estratégias para implementar ações visando reverter os desafios vigentes estão centradas no território, nas experiências locais, mas sem perder de vista a dimensão global. Isso porque é através da autoconfiança (*self-reliance*), da valorização das potencialidades locais, da prudência ecológica e da participação ativa que as ações podem ser desencadeadas. Além disso, é imprescindível a integração transescalar das instituições que atuam no território, o que requer novas formas de planejamento e gestão capazes de superar as posturas “tecnocráticas”.

Segundo Sachs (2007), as cinco dimensões do ecodesenvolvimento compreendem: 1) sustentabilidade social

(equidade) - diminuir as diferenças entre ricos e pobres; 2) sustentabilidade econômica – uso mais eficiente dos recursos em termos macrossociais; 3) sustentabilidade ecológica – utilização mais adequada dos recursos sem danificar os ecossistemas; 4) sustentabilidade espacial – equilíbrio maior entre espaços rurais - urbanos tanto em termos populacionais, quanto econômicos e 5) sustentabilidade cultural – soluções de desenvolvimento ajustadas à realidade local, a especificidade de cada contexto sócio-ecológico. Trata-se de conceber “estratégias integradas de harmonização dos objetivos simultaneamente socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioambientais do desenvolvimento” (VIEIRA, 2007, p. 13). Para isso é importante a sinergia entre diferentes atores para promoção do desenvolvimento e o empoderamento das populações em situação de vulnerabilidade social. Por ser a pobreza/exclusão uma forma de desempoderamento em que as vítimas não têm condições suficientes para sair dessa situação, torna-se imprescindível a inclusão desses atores nas propostas a serem desenvolvidas e colocadas em prática. Ou seja,

(...) coloca as pessoas excluídas dos processos prevaletentes de desenvolvimento e do poder (sua distribuição e exercício) no centro do processo de desenvolvimento. Situar as pessoas e os grupos sociais que vivem na pobreza ou são excluídos no centro do processo de desenvolvimento significa colocar as instituições econômicas (mercado) e as políticas públicas (Estado) a serviço desses grupos e não o contrário (VILLACORTA E RODRIGUEZ, 2003, p. 47 apud VIEIRA, 2006, p. 266).

O conceito de ecodesenvolvimento diferencia-se do conceito de desenvolvimento sustentável, pois coloca em primeiro plano as necessidades das coletividades e não subordina a ecologia à economia. Tem por ponto de partida a consciência dos limites ecológicos face a dinâmica de crescimento material, que requer novas alternativas de organização das ações coletivas.

Não obstante, segundo Layrargues (1997), o ecodesenvolvimento foi considerado muito radical, pois entre suas propostas colocava como requisito que os países ricos comesçassem a desacelerar o crescimento, enquanto os países pobres, devido sua situação de marginalidade, poderiam continuar por mais um tempo a se desenvolver num ritmo mais acelerado. Posteriormente essa perspectiva prevaleceu no Protocolo de Quioto, em que o objetivo principal consistia na reversão dos gases do efeito estufa “[...] em pelo menos 5% em relação aos níveis

de 1990 até o período entre 2008 e 2012” (QUIOTO, 2010, p.02). Conforme esse documento, o principal critério para definir a redução do aquecimento global seria o histórico. Desse modo, os países que se industrializaram primeiro deveriam reduzir suas emissões, sendo que os demais não precisariam se comprometer na diminuição dos gases do efeito estufa, pelo menos em curto prazo. Além disso, ficaram estabelecidos nesse Protocolo diversos pontos referentes a avaliações sobre mudanças do clima e seus impactos nos diferentes ecossistemas. Assim como, recomenda o incentivo a pesquisa, a responsabilidade das diferentes partes para implementação de ações com vistas a transição para o desenvolvimento sustentável. Esse documento foi assinado em 1997, mas entrou em vigor apenas em 2005, depois da ratificação da Rússia.

No entanto, embora crítico ao modelo hegemônico vigente, VEIGA (2009) questiona até que ponto é cabível responsabilizar as nações mais desenvolvidas pelo aquecimento global quando não se sabia dos danos ao meio ambiente causados pelas emissões de carbono. Segundo ele, essa responsabilidade só deveria ser cobrada quando houvesse o reconhecimento coletivo desse problema. Aponta que deveriam existir mais dois critérios, sendo um referente ao presente e outro ao futuro. O primeiro refere-se ao fato que os países mais desenvolvidos, tecnológica e cientificamente, devem assumir a maior responsabilidade pelo problema socioambiental. Em relação ao futuro, os países em desenvolvimento não devem ficar isentos, pois também emitem carbono, tais como China, Índia, Brasil, Indonésia, África do Sul, entre outros. Embora o cenário das novas tecnologias para conter o efeito estufa sejam promissores, tendo os países desenvolvidos obtido êxito na redução de carbono de suas economias, não houve uma real redução das emissões, em termos absolutos. No caso dos países em desenvolvimento o desafio para a redução de carbono está no acesso às tecnologias adequadas.

Além das ressalvas referidas, é importante acentuar mais uma vez as diferenças entre as propostas do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, tal como consta no Relatório *Brundtland* (1987), pois para muitos esses termos são sinônimos. Segundo Layrargues (1997), o Relatório *Brundtland* ignora o contexto histórico dos diferentes países e utiliza o argumento da pobreza para defender o desenvolvimento econômico atual. Omite o consumo excessivo do Norte, assim como o contexto histórico, as raízes que propiciaram a crise socioambiental. Além disso, tem por principal referência para

reverter esse desafio, as novas tecnologias e o livre mercado. Em contrapartida, a perspectiva do ecodesenvolvimento não põe tanto otimismo nas tecnologias modernas e compreende que o mercado deve ser limitado em sua atuação. Desse modo, a questão principal que se coloca entre essas duas visões de sustentabilidade refere-se ao crescimento. Para a perspectiva que aposta no mercado, o crescimento é positivo e deve multiplicar-se de forma a não acarretar custos socioambientais, pois terá por base as inovações tecnológicas e científicas. No entanto, essas inovações não serão capazes de diminuir a pressão exercida sobre o meio ambiente pelo aumento da população e dos níveis de consumo. Outro fator limitante desse deslocamento refere-se aos limites físicos, tal como estabelece a termodinâmica, com a segunda lei da entropia. Ao transformar matéria-prima em produtos para consumo há formação de resíduos sem qualidade que retornam para a natureza, pois a economia não é um sistema isolado. Dessa forma, o aprimoramento das tecnologias pode diminuir os desperdícios, melhorar o desempenho, mas não poderá substituir os resíduos e os fatores naturais (matéria-prima) (VEIGA, 2009).

A perspectiva do ecodesenvolvimento considera todos os custos para a produção e compreende que o crescimento ilimitado é insustentável. Dessa forma, entende que o desenvolvimento no futuro deverá ser o inverso do que ocorre atualmente, pois irá depender do decrescimento econômico, tendo por fundamento principal a questão da escala, e a relação entre economia e o ecossistema em que está inserida. Atualmente, apenas Cuba preenche os critérios de desenvolvimento sustentável, pois tem um nível de desenvolvimento humano e uma pegada ecológica sustentável, segundo relatório do WWF (2006 apud LATOUCHE, 2009). Nesse contexto, segundo a tese de Nicholas Georgescu-Roegen o desenvolvimento deverá prescindir do crescimento econômico, devendo depender do decrescimento ou, segundo Herman E. Daly de 'condição estável'. Isso será decisivo para a prosperidade das sociedades, a fim de respeitar seus sistemas ecológicos. Também, há um empenho de iniciativas de diferentes setores, Banco Mundial, equipes de pesquisadores (Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi) para que a riqueza não seja medida somente pelo crescimento econômico (VEIGA, 2009; LATOUCHE, 2009).

Afora essas divergências, outras polêmicas estiveram presentes nos debates sobre desenvolvimento e meio ambiente, iniciadas na década de 1970, tais como a questão demográfica. No entanto, concluiu-se que limitar o número de consumidores não diminuiria os impactos negativos sobre o ambiente, pois um cidadão dos países ricos consome

várias vezes mais que um cidadão dos países pobres. Daí a importância de outro modelo de consumo, que tenha menos impacto ambiental, assim como novas modalidades de desenvolvimento não miméticas e restritas a lógica etapista de desenvolvimento igual para todos os países. Essas mudanças requerem investimentos em tecnologias apropriadas, educação, profissionais capacitados, entre outros (SACHS, 2007).

Apesar das dissensões referidas, diversos relatórios e documentos internacionais mais recentes tem apoiado as teses do ecodesenvolvimento e, principalmente, a necessidade de uma “governança ambiental internacional”. Segundo consta no UNEP Year Book (2008), a responsabilidade principal para acelerar esse processo cabe aos governos, assim como a transição para outra economia que também considere questões de equidade social, visto serem as populações pobres as mais atingidas. Essas questões precisam constar nos planos de desenvolvimento e planejamento, sendo importante na sua efetivação a cooperação entre diferentes esferas da sociedade, seja do estado, da sociedade civil, do setor privado. Além disso, as pesquisas sobre esse tema não podem se limitar a engenharia e tecnologia de ponta, mas a adaptação das comunidades a essas mudanças, a fim de preservarem os ecossistemas colocando em pratica novas modalidades de desenvolvimento, mais sustentáveis e equitativas.

Outro mecanismo que tem servido de alerta aos governos e sociedade em geral são os relatórios e pesquisas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os quais compreendem análises científicas das alterações climáticas, assim como suas consequências e as possíveis respostas a esses desafios. Esses materiais servem de referência aos tomadores de decisão, cientistas e sociedade em geral, pois trazem dados, estatísticas atualizadas sobre as mudanças climáticas. Servem para orientar as respostas adequadas a serem formuladas e implementadas, a fim de reduzir o impacto da ação do homem sobre a natureza. Segundo os dados dessa equipe, o aquecimento global é inequívoco e vem aumentando em todo o planeta, o que está atingindo diversos ecossistemas, afetando a saúde humana, propiciando o surgimento de enfermidades, entre outros. Dessa forma, a continuar como estão as políticas para a diminuição do aquecimento global, as emissões permanecerão crescendo nos próximos anos o que compromete uma diversidade de espécies animais e vegetais que podem ser extintas.

O IPCC compreende que a capacidade adaptativa das sociedades a essa nova realidade está relacionada com o desenvolvimento social e

econômico. Para tal, de forma semelhante à análise do UNEP Year Book, ressalta a importância das redes sociais colaborativas, do capital humano, das instituições, da governança, das novas tecnologias e das pesquisas, considerando que as alterações climáticas podem convergir para mudanças abruptas e irreversíveis. Através de medidas de mitigação muitos impactos podem ser evitados, sendo importante a soma de esforços na construção desses processos.

Seguindo essas tendências o relatório Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) traz uma série de informações sobre o contexto brasileiro, em suas várias dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. Esses dados servem de subsídios para as políticas públicas do país, em especial para auxiliar os gestores públicos, tomadores de decisões, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável. A inspiração principal para esse trabalho foi o documento publicado em 1996 pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, denominado *“Indicators of sustainable development: framework and methodologies”* mais conhecido como “livro azul” (IBGE, 2008, p. 10).

No entanto, ainda que as propostas sejam positivas, o desafio consiste em colocá-las em prática através de acordos internacionais, nos quais os países se responsabilizem em fazer sua parte. Embora os diagnósticos científicos sobre a problemática ambiental venham sendo tratados desde a década de 1970, tendo sido criado em 1988 o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), só passaram a ser considerados recentemente e ainda com muitas ressalvas (VEIGA, 2009). Face ao exposto, mesmo com essa diversidade de documentos alertando sobre os perigos do aquecimento global, ainda permanece a ideia de que o crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento, estando longe a possibilidade de decrescimento. De modo geral, a questão ambiental ainda não conseguiu transformar-se no centro das tomadas de decisões, dos rumos a serem seguidos, sendo uma variável secundária. Mesmo tendo havido avanço em diversas áreas, em termos de legislação ambiental e governança, essa questão ainda não conseguiu tornar-se prioritária.

2.6.3.3. Novas modalidades de desenvolvimento e a importância da territorialidade

Em decorrência das mudanças referidas e, principalmente, devido às discussões sobre novas modalidades de desenvolvimento, mais equitativas e sustentáveis, passou a ganhar espaço nas agências

internacionais de desenvolvimento, tais como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), entre outras, a abordagem territorial de desenvolvimento (GÓMEZ, 2008). Com isso, há uma passagem da análise focada no desenvolvimento local, iniciada em 1980, para a análise do desenvolvimento territorial, nos anos 1990, e mais recentemente para o desenvolvimento territorial sustentável. Cada uma dessas vertentes apresenta uma série de particularidades, sendo um ponto comum a valorização do desenvolvimento endógeno. Se anteriormente a ênfase estava no “progresso”, no desenvolvimento de fora para dentro (ou exógeno), no contexto da globalização, do pós-fordismo, passam a ser valorizados os territórios, com suas especificidades e dinâmicas próprias.

A importância conferida ao local foi decorrente da diversidade espacial ocorrida em função da reestruturação industrial nos países industrializados. As localidades não seriam apenas comunidades passivas, mas proativas, capazes de construir e de modificar o seu contexto (MIOR, 2005). Esse novo modo de pensar o espaço surgiu após a crise econômica de 1970, em que se passou dos grandes projetos com forte centralização estatal para projetos menores, descentralizados, valorizando os pequenos e médios centros urbanos. Além disso, com a intensificação da modernização da produção, transformações econômicas, crescente integração dos mercados, começou haver uma diluição entre o rural e o urbano na Europa. O rural deixa de ter primazia pelas atividades primárias, e passa a ser também um setor de serviços, em que a localização, fertilidade da terra, paisagem, infraestrutura, acessibilidade, passam a ser um diferencial positivo. O impacto dessas mudanças foi significativo, pois as políticas passaram a ser planejadas sob um viés territorial, em vez de setorial, como até então vinha sendo efetuado. Uma referência importante nesse processo foi o programa *Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais (Leader)*, em 1991, que passou a ser uma referência para o desenvolvimento rural. Outra influência fundamental foi a obra do sociólogo italiano Arnaldo Bagnasco “*Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*”, de 1977 (FAVARETO, 2012).

Dessa forma, pode-se colocar que, a partir dos anos setenta, os enfoques territoriais ganham cada vez mais força, sendo o espaço geográfico e o desenvolvimento tratados conjuntamente de modo que “o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia do

espaço-território carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento” (LACOUR, 1985 apud CAZELLA et al 2009, p. 37). A diferença do território para o espaço-lugar é a inclusão de múltiplas dimensões, sendo resultado das dinâmicas dos atores individuais. Ou seja, a formação dos territórios resulta da ação dos atores locais que se mobilizam para solucionar problemas comuns. Desse modo, pode se dizer que os territórios são múltiplos, não apresentam limites nítidos, valorizam os potenciais latentes, os quais tendem a se transformar em *ativos territoriais* que irão diferenciar os territórios.

A partir da perspectiva da territorialidade é possível a compreensão da prosperidade de certas regiões que se diferenciam por possuir uma boa governança, não sendo uma simples projeção do global. O êxito dessas regiões reflete o novo contexto pós-fordista, pois ao invés da hegemonia da grande empresa, passam a prosperar em certos territórios pequenas e médias firmas num mesmo espaço, atuando “face a face”, sendo mais flexíveis e inovadoras. Ou seja, na economia territorial pós-fordista se sobressaem as organizações produtivas localizadas e a metrópole organizada em cidades-regiões. Essas novas formas de organização estão amparadas no conceito de externalidade segundo A. Marshall, apresentando alta capacidade de adaptação e reação as alterações no mercado global. Além disso, por estarem num mesmo espaço, facilitam a interação entre comunidade e empresas, fazendo com que o processo de inovação se refira mais ao meio que ao indivíduo empreendedor. Ou seja, é endógeno e resultante de uma construção social. Isso porque os territórios são em geral caracterizados por maior equilíbrio entre a sociedade e comunidade, por sistemas produtivos locais marcados pela historicidade, reciprocidade e memória coletiva. Esses vínculos, que são únicos em cada território, passam a ser valorizados como sendo um diferenciador, podendo propiciar uma estratégia mais conveniente às dinâmicas dos processos produtivos globais (PECQUEUR, 2003). Dessa forma, a nova geografia socioeconômica destaca a especificidade de cada região, suas relações, valores, cultura, os quais diferenciam o local e impactam no desenvolvimento (BENKO, 2000).

Nesse novo contexto, em termos de desenvolvimento econômico, começou a chamar atenção de vários *experts* a partir dos anos 1980 a inserção bem sucedida no mercado por parte de algumas regiões do mundo, tais como os Distritos Industriais Italianos. Essas experiências contribuíram para o surgimento de novos conceitos, de distintos campos teóricos, para explicar esse contexto, assim como orientar políticas de promoção do desenvolvimento regional (VALE, 2006). Dessa forma,

quando se trata de novas dinâmicas de desenvolvimento, uma referência é a análise de Alfred Marshall (1919) sobre os distritos industriais, os quais reúnem um conjunto de empresas que possuem maior proximidade, circulação de novas ideias, difusão de inovações e de mão de obra qualificada. Compreendem um novo modelo de desenvolvimento econômico, diferente da estrutura fordista, pois apresentam uma desverticalização da atividade produtiva, novos padrões de divisão do trabalho e alta capacidade adaptativa as mudanças nos mercados mundiais. Com a distribuição espacial das pequenas e médias empresas no território forma-se uma “simbiose” com a comunidade local, favorecendo as externalidades positivas (COCCO et al, 1999). Muitos trabalhos têm se voltado para essa forma organizativa, com destaque para Piore e Sabel que criaram a expressão ‘especialização flexível’.

Dessa forma, não se trata de uma mera concentração de PMEs (pequenas e médias empresas), mas uma rede integrada de atividades “capaz de criar identidade e motivação aos atores envolvidos” (COCCO, et al, 1999, p.05). Nestes territórios a grande empresa, tal como nos moldes fordistas, ainda permanece, mas deixa de ser o modelo de organização produtiva. A nova referência passa a ser o conjunto de diversos empreendimentos em dado território, os quais proporcionam aprendizado coletivo, internalização das inovações tecnológicas, segundo as especificidades locais. Surgem novas configurações, mais cooperativas e horizontais, entre as unidades produtivas e o território, assim como entre local de trabalho e de moradia. Além disso, a produção torna-se pública, o que implica vários rearranjos no plano das relações sociais, pois se antes a produção estava voltada para a esfera privada, e a cidadania para a pública, agora a produção passa a ter um significado público.

Nesse contexto, sendo o território um lugar de produção, entrelaçado por relações cooperativas entre diferentes unidades de firmas, o empresário empreendedor está diluído nesse processo. Dessa forma, o empreendedor adquire um novo papel, mais de mediação que comando, torna-se “empresário político” mais voltado para o *marketing*, *design*, concepção. Enquanto o antigo empresário situava-se externamente ao processo de cooperação social, o novo atua dentro da cooperação social. Nesses novos territórios não existe espaço para os sistemas de poder verticais e nem para que um ator se aproprie dos valores gerados na produção (NEGRI, 1999).

A maior competitividade e eficiência favorecem a geração de novos postos de trabalho e apontam para a superação do modelo de produção fordista, sendo o desafio principal o de como implementar esse modelo da Terceira Itália em outras regiões. As experiências desses distritos contrariaram a visão da grande maioria dos economistas, para os quais as PME's deveriam declinar com o tempo. Em função disso, tiveram de enfrentar alguns obstáculos, tais como o não reconhecimento em razão de que não seguiam as leis do crescimento econômico, da indiferença dos economistas para a dimensão territorial, em especial dos sistemas econômicos locais. Contudo, os estudos destes distritos, no início por poucos *experts*, demonstraram que as vias da modernização não são as mesmas para todos os países, tal como se pensava até final do século XX. A questão é se esses distritos são efêmeros ou tendem a se perpetuar, enfim como essas experiências podem se inserir na competição global sem precisar reproduzir o modelo fordista.

Embora não se tenha as respostas a todas essas questões, pois ainda não foi definido um modelo alternativo à grande empresa, de modo geral pode-se prever que qualquer distrito que se isole, que não invista em recursos/ inovações, ou que é absorvido por grandes empresas, tende a definhar. Além disso, muitos estudiosos vêm apostando em formas específicas de governança substitutivas da organização clássica empresarial, de modo que os sistemas em rede e os distritos industriais obtenham mais hegemonia. Isso porque, comparado com o modelo tradicional (fordista), apresentam maior dinamismo, eficiência e flexibilidade diante das turbulências externas. A lição a ser aprendida, segundo Alfred Marshall, é que as PME's obtêm vantagens quando atuam num dado território de forma simbiótica com as diferentes dimensões desse local (institucional/cultural/ambiental/social) propiciando mobilidade, cooperação e inovação (BECATTINI, 1999; GURISATTI, 1999).

Atualmente, a versão moderna dos distritos industriais vem sendo os *clusters* do Vale do Silício nos EUA, Noroeste Italiano, Baden-Württenberge Baviera na Alemanha, Suíça e Áustria, e os Parques Científicos Franceses (Grenoble, Sophia Antipolis - Rhone-Alpes) (VALE, 2006). Esses casos ilustram a tese de que no mercado globalizado em que os Estados Nações perdem força emergem localidades e regiões como *locus* do desenvolvimento territorial, com melhor inserção no mercado mundial. Nesse contexto, as redes e os atores sociais ganham importância, sendo fundamental a compreensão de como interagem, que tipo de vínculos estão construindo e de que modo estão aproveitando as potencialidades territoriais existentes.

A fim de melhor compreender o funcionamento das redes territoriais é importante considerar a estrutura social do território, a cultura, as relações familiares, profissionais e de vizinhança. Nessas experiências tem sido importante a descentralização das ações e planejamento, envolvendo diversos atores sociais de vários âmbitos. Outro aspecto considerado é a importância conferida à associação entre teoria e prática, pois o “prático é função das concepções técnicas, dos juízos de valor e da compreensão diagnóstica dos fenômenos a que se aplicará a ação prática” (WOLFE, 1976, p.31).

O território é constituído pela ação coletiva, mais informal e pela ação institucional, mais formal. No primeiro caso estão as organizações da sociedade civil, e no segundo, as instâncias governamentais. Sendo assim, cada território irá variar segundo a constituição de seus atores (formais, informais) que compõem a cultura local, o que implica uma caracterização única de um determinado território, no aspecto econômico, social e cultural. A valorização desses aspectos dificulta a criação de um modelo genérico de desenvolvimento territorial em função de ser uma realidade complexa que envolve muitas peculiaridades próprias, assim como conflitos e disputas por acesso a recursos. É necessário para o desenvolvimento territorial a colaboração/cooperação dos diferentes atores, em estruturas descentralizadas de ação, a fim de incluir os diversos interesses, através da busca constante do consenso não excludente. No entanto, há o perigo de que a construção dos territórios por múltiplos atores se torne elitista, com uma minoria, melhor posicionada se apropriando das decisões e dos recursos (CARRIÈRE e CAZELLA, 2003). Nesse caso, é fundamental a participação de atores mais politizados nesse processo como as ONGs, os movimentos sociais, enfim as redes da sociedade civil organizada, de modo a não apenas evitar que essas práticas elitistas se disseminem, como também fortalecer essas novas dinâmicas territoriais.

A territorialização implica pensar as políticas públicas a partir do próprio território, segundo a demanda dos seus atores locais. Para tal é importante um conhecimento das necessidades, relações, potencialidades e peculiaridades de cada território, pois torna-se necessário mobilizar os recursos potencialmente existentes e fomentar formas colaborativas de organização. O resultado da interação dos diferentes atores no território seria a constituição de uma rede, de modo a facilitar as múltiplas conexões entre os elos envolvidos. A rede torna-se um espaço privilegiado, pois possibilita trocas dinâmicas entre os

seus integrantes, propiciando maior potencialização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, as novas alternativas de desenvolvimento tendo por base o território compreendem que o “ordenamento territorial é um eixo norteador estratégico de um estilo de desenvolvimento sustentável a ser promovido em todas as escalas” (THEYS, 2003, p. 180). Nesse contexto, o estado volta a ter um papel protagonístico em termos de articulação e orientação das iniciativas locais com vistas a propiciar continuidade e implementação de processos para o desenvolvimento territorial, focando principalmente nas populações mais vulneráveis. A inovação continua a ser um elemento fundamental para o aprimoramento da competitividade territorial, sendo um facilitador dos processos de endogeneização. Para tal, requer maior interdependência dos diferentes atores no território e dos seus diversos segmentos, de modo a favorecer o desenvolvimento do território em seu conjunto.

Um facilitador nesse processo é a proximidade entre os atores e as instituições, sendo a dimensão institucional fundamental para o fortalecimento das inovações devido a relativa estabilidade que propicia, reduzindo incertezas e riscos. Não obstante, o entorno institucional também poderá influenciar negativamente as novas experiências quando se recusa apoiar as inovações, ou coloca empecilhos para o seu desempenho. A proximidade, as conexões entre uma pluralidade de atores contribuem para a aprendizagem coletiva e para o desempenho do sistema ou da rede. Dessa forma, a meta deve ser o fortalecimento do sistema/rede em seu conjunto, e não dos atores isolados. Isso porque os elos isolados já estão inovando, mas o que importa é compreender como utilizar essas inovações para potencializar o desenvolvimento endógeno do território. A maneira mais viável para chegar a esse objetivo é mediante a geração e/ou fortalecimento de redes que irão fomentar um sistema territorial de inovação, o qual pode ser definido como um “conjunto de redes de agentes públicos, privados y educacionales que interactúan en un territorio específico, aprovechando una infraestructura particular, para los propósitos de adaptar, generar y/o difundir innovaciones tecnológicas”(MONTERO & MORRIS, 1999, p.05).

Enquanto no fordismo não havia muita preocupação com a qualidade e especificidade dos produtos, no pós-fordismo os territórios se baseiam em vantagens diferenciadoras. São valorizados aspectos “extra econômicos” como a cooperação, a reciprocidade e a confiança, as quais conferem maior pluralidade e abertura econômica. Nesse contexto, os poderes públicos tendem a se reestruturar para operar com

essas novas dinâmicas, buscando uma ação pública territorializada, que contemple os diversos atores do território através da governança territorial (LÉVESQUE, 2010).

No entanto, essas mudanças não significam o fim das grandes empresas, mas o declínio do modelo tradicional, rígido, hierárquico de organização empresarial. Além disso, outras mudanças também concorrem para superar o modelo fordista de produção, tais como o *toyotismo* que implica maior cooperação entre os gerentes e operários através do trabalho em equipe, da maior autonomia e descentralização. O contínuo e acelerado desenvolvimento de novas tecnologias em rede, tais como *softwares*, *internet*, *intranets*, *extranets* aumentou as interações entre as empresas, assim como internamente entre os seus funcionários. Com isso, as redes acabam propiciando novas oportunidades, aprendizado, divisão de custos e riscos, cooperação, acesso a novas informações, de modo que estar fora das redes torna mais difícil a sobrevivência da empresa. No entanto, ainda é predominante a influência das grandes multinacionais, as quais atuam em redes estratégicas que requerem significativos aportes tecnológicos e financeiros dos seus nós. As redes de empresas de pequeno e médio porte, mesmo existindo em certas regiões conforme referido, ainda tem um desempenho menos importante, com menor impacto na economia global. Nesse contexto, parece interessante observar que

Pela primeira vez na história, a unidade básica da organização econômica não é um sujeito individual (como o empresário ou a família empresarial) nem coletivo (como a classe capitalista, a empresa, o estado). Como tentei mostrar, a unidade é a rede, formada de vários sujeitos e organizações, modificam-se continuamente conforme as redes adaptam-se aos ambientes de apoio e às estruturas do mercado (CASTELLS, 2009, p. 157).

Essas mudanças contribuem para novas formas de trabalho, com aumento do emprego no processamento de informações, as quais variam segundo as diferenças regionais/locais/institucionais/culturais. Mas, embora venha ocorrendo em algumas economias avançadas um processo de desindustrialização e um aumento das atividades de serviços, isso não ocorre da mesma forma nas economias em desenvolvimento, onde muitas vezes os empregos industriais tem se estabilizado e/ou aumentado. Outra novidade é a individualização do trabalho, a fim de atender mercados personalizados, favorecidos pelas

tecnologias de informação, sendo caracterizado por ser temporário, flexível, efetivado fora da empresa e autônomo (CASTELLS, 2009; MONTEIRO & MORRIS, 1999).

No entanto, a organização, estruturação de uma sociedade em rede não significa o fim dos territórios, pois esses se constituem enquanto 'território no movimento'. Embora a territorialização sempre tenha se constituído de estruturas fixas (enraizamento) e móveis (redes), atualmente, essas predominam. Além de sua expansão a todo o globo as redes se diferenciam por sua capacidade de compressão tempo-espço, através da comunicação instantânea. Dessa forma, a rede não é antagônica ao território, mas um de seus elementos constitutivo, sendo as categorizações 'território-zona' e 'território-rede' tipos ideais, pois não existe uma nítida separação entre essas territorialidades. As redes podem ser ao mesmo tempo territorializadas e desterritorializadas, pois as suas conexões podem contribuir para a construção interna do território, assim como conectar outros territórios e atores, além fronteiras. Sobre a relação rede x território, existem três grandes perspectivas: 1.^a subordina a rede ao território; 2.^a separa rede e território como sendo distintos; 3.^a considera a ideia de território-rede em que por vezes a rede é territorializadora, por vezes é desterritorializadora. No primeiro caso significa que a rede colabora na construção do território quando se desterritorializa, ou seja, efetua laços com outros territórios, ou atores externos; o segundo caso ocorre quando as redes visam apenas sugar os recursos territoriais, sendo em geral fomentadas por agentes externos, como grandes enclaves econômicos; o terceiro caso ocorre quando a rede aproveita as conexões com outros territórios, experiências, inovações para reestruturar o território sob novas bases. Enquanto o território-zona se limita a fronteiras bem definidas, fazendo uso de recursos endógenos, o território rede busca o controle espacial de fluxos, de conexões, o que propicia maior interação entre múltiplos territórios. Dessa forma, não se deve confundir território rede com desterritorialização, pois é possível existir território zona desterritorializado, em função da exclusão social, da insegurança e instabilidade. Em geral a desterritorialização ocorre quando o território é construído de fora para dentro, sendo que o aumento da miséria e da 'inclusão precária' contribuem para a desterritorialização ou para a territorialização precária (HAESBAERT, 1994).

As conexões, a troca de informações, a ampliação das parcerias propiciam mais espaço para a cooperação, embora o conflito e a competição permaneçam presentes. Os novos arranjos organizacionais apresentam-se mais em forma de rede do que em forma de pirâmide,

podendo o impacto dessas mudanças ser visto em diferentes áreas, seja do estado, da empresas, da sociedade civil.

A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. Essa é a nova utopia do ativismo: mudança a partir do aqui e agora, contemplando as parcerias e a organização em redes (SCHERER-WARREN, 2006, p. 137).

No âmbito do estado, a implementação das políticas públicas tende a ser de modo descentralizado através de parcerias com ONGs, associações, movimentos sociais, fóruns, procurando atender as demandas e necessidades de cada território. No entanto, embora a estruturas organizacionais sejam semelhantes, em rede, existem diferentes objetivos e divergências, principalmente, em relação ao desenvolvimento.

Segundo essa perspectiva de visão territorial pós-fordista, Abramovay (2006) levanta alguns desafios para a compreensão das dinâmicas territoriais. Segundo ele, não existe uma teoria sobre território e desenvolvimento territorial. Desse modo, os estudos de caso se limitariam a destacar características gerais dos atores e das instituições, a fim de explicar o êxito ou o fracasso de dado território. Como possível alternativa a essa lacuna, a fim de explicar os processos de desenvolvimento territorial, destaca as análises oriundas da Sociologia Econômica, em especial de Neil Fligstein. Com base na obra de Bourdieu, Fligstein entende o social como sendo um campo de forças, onde cada ator e/ou grupo de atores busca a hegemonia no sentido de reger certos padrões de conduta. Ou seja, está em jogo a capacidade em se adquirir cooperação de outros atores para a construção de coalizões políticas, a fim de direcionar a lógica de ação/desenvolvimento em determinado território. Desse modo, a cooperação deixa de ser simplesmente algo virtuoso, ou devido a certas políticas bem construídas. Mas, passa a ser o resultado da ação dos diferentes grupos sociais em imprimir um direcionamento ou alterar as regras, consolidar projetos, ou uma visão de mundo, de desenvolvimento para o território. Nesse sentido, os territórios são compreendidos como campos de força,

como local de constante “embate” de visões de mundo e de diferentes perspectivas.

Além da teoria de Neil Fligstein, também são suportes teóricos importantes a contribuição de autores da sociologia econômica francesa, tais como o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, as correntes da Nova Economia Social e da Economia Solidária na França e Quebec (ANDION, 2003). Isso porque teorizar sobre o desenvolvimento territorial requer novos aportes de diferentes campos, tendo em vista que esse conceito, em especial quando confere ênfase à sustentabilidade, demanda a interconectividade entre as dimensões sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais dos territórios.

2.6.3.4 O Desenvolvimento Territorial Sustentável

O conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) é oriundo das abordagens sobre territorialidade e constitui, de certo modo, uma análise teórica mais sofisticada sobre esse tema, ao conferir à variável socioambiental tanta ou até mais importância que as demais variáveis. Dessa forma, em termos teóricos esse conceito põe ênfase na questão da sustentabilidade socioambiental, de modo a reforçar avanços em relação à abordagem territorial que prioriza a dimensão socioeconômica, por apresentar os seguintes limites:

- (1) considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como ‘recursos’ ou ‘capitais’, visando impulsionar o desenvolvimento;
- (2) exclui do debate a falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento e suas consequências sobre a crise socioambiental atual;
- (3) desconsidera os aspectos políticos no nível micro e no nível macro, referente às assimetrias Norte-Sul; e
- (4) confunde desenvolvimento com o fortalecimento da economia centrada no mercado (ANDION *et al*, 2003, p. 204).

Na perspectiva do DTS, as novas dinâmicas de desenvolvimento territorial não terão o devido êxito se forem pautadas apenas pela dinamização socioeconômica do âmbito local. Faz-se necessário um esforço em considerar a questão socioecológica, o que pressupõe o incentivo a novas modalidades de desenvolvimento em que a gestão socioambiental esteja entre as principais prioridades. Trata-se de priorizar e estimular ações que contribuam para a reversão do estilo de desenvolvimento dominante, o qual na ótica do ecodesenvolvimento é insustentável. O enfoque do DTS tem por referência para o desenvolvimento dos territórios os SPL (Sistemas Produtivos Locais), os

quais designam: “um conjunto caracterizado pela proximidade de unidades produtivas no sentido amplo do termo (empresas industriais, de serviços, centros de pesquisas e de formação, interfaces etc) que mantém entre si relações mais ou menos intensas” (COURLET, 2003, p. 60). Os SPL por estarem num mesmo espaço facilitam a interação entre comunidade e empresas, sendo que o processo de inovação diz respeito mais ao meio que ao indivíduo empreendedor. Ou seja, é endógeno e resultado de uma construção social. Dessa forma, cada território irá diferenciar-se por suas particularidades, riquezas, podendo ser caracterizado por sua “cesta de bens” que inclui a “esfera do homem (fatores técnicos-econômicos-antrópicos) e a esfera da natureza (fatores eco-climáticos-edafológicos)” (PECQUEUR, 2003, 2006). As principais dimensões do enfoque de DTS podem ser caracterizadas através dos pontos elencados no quadro a seguir.

Quadro 14 – Dimensões do enfoque de DTS

Dimensão socioeconômica	Considera as mudanças do mundo do trabalho, dos sistemas produtivos, assim como a necessidade em se valorizar fatores não mercantis ou extra-econômicos, associações, redes, e o auxílio do estado para a economia mista e não apenas para a economia de mercado. As análises das dinâmicas econômicas para fortalecer a economia plural implicam a melhoria da competitividade territorial, segundo as especificidades locais; inovação na forma da produção, estímulo a diversidade; hibridação de diferente formas de regulação econômica (não mercantil/não monetária).
Dimensão sociopolítica	Renovação da ação do estado, procurando superar a visão de “contraposição” e a visão de “complementaridade” (3.º setor) entre as diferentes esferas. Incentivo a uma participação política ampliada da sociedade civil, o reconhecimento da pluralidade, do conflito. Para tal deve-se levar em consideração: a) laços sociais formais, informais; conflitos e formas de articulação entre eles; b) grau de mobilização dos atores locais e o estímulo ao empreendedorismo, aprendizagem, inovação; c) valorização do patrimônio local e das inovações institucionais.
Dimensão socioecológica	Interrelação entre sistemas sociais e sistemas ecológicos, a fim de levar em conta os impactos do desenvolvimento sobre os ecossistemas. Incentivo ao uso de tecnologias apropriadas, estímulo a novos padrões de consumo, devendo ser considerado as seguintes variáveis: apropriação, uso e gestão dos recursos naturais comuns; identificar fontes de degradação e da promoção de ações

	corretivas e preventivas; estímulo à formas de produção e consumo ecologicamente prudente.
Dimensão sociocultural	Mecanismos de integração sociocultural (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais etc); Valorização dos saberes, da identidade e da cultura local; Conexões culturais transescalares; Patrimônio cultural e arquitetônico; Inter-relação entre os mundos urbano e rural, entre produtores e consumidores; Inserção social e econômica das populações menos favorecidas.

Fonte: Adaptado de ANDION et al, (2003).

Um aporte teórico que vem contribuindo para compreensão e fortalecimento desses novos conceitos, em especial do DTS, e experiências inovadoras como os distritos industriais, é o campo da economia plural. Diferente da lógica econômica hegemônica, a economia plural não é dicotômica e considera as dimensões mercantis e não mercantis, formais e informais, públicas e privadas do mesmo modo. Ou seja, não confere maior importância a uma ou outra dessas dimensões, mas propõe maior integração entre ambas. Assim como entre as dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental, pois compreende que a finalidade do desenvolvimento é o bem-estar social. Nesse sentido, a economia deve estar enraizada na realidade cotidiana, propiciando um desenvolvimento desconcentrado, horizontal e ascendente. Dessa forma, torna-se importante a valorização da economia local, de subsistência, como base para a “economia-mundo”, em suas diferentes modalidades (doméstica/familiar, donativo/escambo, atividades informais, microempresas). Ou seja, trata-se de ampliar a esfera do mercado, incluindo atividades dos mais variados tipos, inclusive as “pouco rentáveis”. Esse novo modelo de economia seria uma alternativa de superação do modelo hegemônico baseado em necessidades materiais, para outro mais focado na qualidade de vida, nas relações e coesão social. Cabe à economia estar intrincada às dimensões sociais, culturais e identitárias do território, a fim de envolver a população e contribuir para que os projetos correspondam aos seus anseios. Para tal faz-se necessário assistência técnica aos projetos, à formação dos atores, a fim de que se tornem capazes de articular as diferentes dimensões do território, pois o fundamental é que exista engajamento dos atores sociais envolvidos nesse processo (SAUVAGE, 1996).

A matriz teórica que tem contribuído para fortalecer os princípios da economia plural é o campo da Sociologia Econômica, o qual tem

suas raízes nos anos 1950 nas obras de Talcott Parsons, Neil Smelser e Karl Polany. Atualmente as principais vertentes desse campo compreendem autores de língua inglesa (Granovetter, Fligstein) e autores francófonos (Caillé, Godbout). De modo geral, a Sociologia Econômica visa compreender questões econômicas a partir de elementos sociológicos, ou da sua inserção social (ANDION *et al*, 2003). Ou seja, “[...] a ideia forte é de que a situação, e mesmo a identidade do ator, dependem de suas interações com outros atores, e das interações que estes últimos mantêm com outros membros da rede” (STEINER, 2006, p.77).

Além desses aspectos mais teóricos, as inovações sociotécnicas vêm sendo consideradas fundamentais para dinamizar essas novas modalidades de desenvolvimento. A questão principal a ser colocada é de como, de que forma “essas inovações poderiam se generalizar, adquirindo assim um alcance matricial e incorporando-se aos fundamentos do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável?” (FONTAN & VIEIRA, 2011, p.56). Apesar da sua importância, faz-se necessário um controle do processo de inovação, a fim de evitar os maus direcionamentos e/ou desvios. As inovações podem apresentar três domínios diferentes: 1.º das ações coletivas e movimentos sociais; 2.º das ações organizadas; 3.º das ações institucionais. Na primeira dimensão concentram-se as ações da sociedade civil, de protestos, desobediências, constituindo o espaço discursivo. Na segunda dimensão encontram-se as ações coletivas organizadas, tendo objetivos mais específicos o que possibilita a concretude dessas iniciativas. Na última dimensão estão os aportes institucionais que além de poder reforçar as dimensões anteriores contribuem para generalizar essas ações. O desafio consiste em como projetar e implementar estratégias de transição de modo a consolidar as inovações sustentáveis e fomentar processos de gestão integrada e participativa dos recursos patrimoniais (FONTAN & VIEIRA, 2011).

Os novos aportes teóricos se somam às mudanças nas sociedades contemporâneas, tais como a globalização, as novas tecnologias, contribuindo para a disseminação de novos rearranjos produtivos e interorganizacionais a favor do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, os complexos problemas passam a ser pensados e trabalhados de modo articulados entre os diferentes campos, favorecendo um deslocamento do paradigma da competição para o paradigma da colaboração (DOWBOR, 2010; SENNETT, 2012).

A realidade é que a economia está mudando, em geral mais rapidamente do que a nossa ciência. As atividades hoje se tornam muito mais amplas, complexas e interativas, fazendo com que as economias de colaboração, materializadas no capital social, sejam cada vez mais importantes (DOWBOR, 2010, p. 02).

Embora o desenvolvimento endógeno seja cada vez mais considerado, torna-se imperioso a interface entre sustentabilidade x território e a importância da análise relacional entre variáveis como local x global, objetividade x subjetividade, sistemas sociais x sistemas ecológicos, desenvolvimento e meio ambiente. Esses temas começaram a ser tratados dessa forma nos anos 1970, principalmente, com a abordagem do ecodesenvolvimento. Desse modo, diferente da análise de Abramovay (2006) sobre a inexistência de uma teoria sobre desenvolvimento territorial, o que se percebe é que os maiores desafios não estão na teoria/conceitos, mas na efetivação prática desses novos modelos de desenvolvimento, tal como pressupõem o conceito de DTS. Isso porque há uma defasagem entre a teoria e o que vem ocorrendo na prática, em termos de mudanças efetivas, de interação entre os diferentes atores no território na tomada de decisões, e na inclusão dos atores mais pobres nesses processos. Desse modo, tornam-se fundamentais as pesquisas empíricas, com foco nas experiências concretas, a fim de melhor compreender essas realidades. Para tal é importante considerar algumas questões tais como: Quais estratégias são mais viáveis para fortalecer a organização, estruturação e o reconhecimento político das novas modalidades de desenvolvimento que estão sendo praticadas? Que mecanismos são necessários para fortalecer o processo de desenvolvimento territorial a médio e a longo prazo? Quais são as capacidades de gestão e de ação estratégica das organizações da sociedade civil que possam propiciar a formação de uma rede de governança de políticas públicas? Como vem ocorrendo a descentralização, pode ser traduzir mais como uma estrutura piramidal ou em rede? Como equacionar nos mecanismos consultivos as cotas de poder, assim como assegurar a equidade decisória, a fim de realmente fortalecer o DTS? Ou seja, como fortalecer politicamente os territórios no sentido de que os atores mais excluídos do processo tenham um posicionamento importante dentro das estruturas decisórias? Como a representatividade desses setores vem ocorrendo? (LASA *et al*, 2009).

2.6.3.5 O consumo como mediação ao bem viver e os desafios na construção de novas modalidades de desenvolvimento

Segundo Mance (1999), a valorização de outras formas de consumo, solidário, não prejudicial ao meio ambiente, visto como mediação ao “bem viver” também vem favorecendo a formação de novas territorialidades. Parte significativa da população vem percebendo que embora o consumo seja necessário para a reprodução dos seres vivos, em geral, vem sendo usado de forma alienante, compulsória, conforme especificado no quadro seguinte.

Quadro 15 – Modalidades de consumo

Consumo alienante	Consumo compulsório	Consumo como mediação do bem-viver	Consumo solidário
Segue os modismos, as publicidades, sendo o consumo de certas marcas de grife visto como um meio para a obtenção da felicidade.	Em geral é praticado por pessoas com poder aquisitivo menor que não conseguem adquirir os produtos mais sofisticados, mas se esforçam ao máximo em obter algo parecido.	O importante é a satisfação das necessidades pessoais, da saúde e do bem-estar. Não está pautado no consumismo e nas aparências, considerando as sensibilidades e sentidos, pois valoriza os sabores, odores, texturas, imagens dos produtos etc.	Considera além do bem-viver pessoal o bem-viver coletivo. Valoriza os produtos locais, mesmo sendo mais caros, a fim de contribuir para o fortalecimento das atividades que geram empregos e dinamizam a economia local. Além disso, ao consumir o produto sustentável estará também contribuindo para que as demais empresas venham a adotar essas práticas.

Fonte: Mance (1999).

Quanto maior o número de pessoas que consumirem os produtos oriundos da produção solidária, mais forte será a rede desses produtores, podendo se multiplicar, incorporando mais pessoas nesse processo. Dessa forma, através da integração de vários atores, organizações e movimentos em redes, produzindo e consumindo de forma solidária, será possível a consolidação dessas práticas, como sendo uma nova

forma de produzir riquezas. A expansão em redes dessas atividades poderá contribuir para novas relações de produção, que sinalizem para sociabilidades centradas na colaboração, ao invés do lucro/capital.

As interações em rede desencadeiam não apenas intercâmbio econômico, mas também cultural e a agregação em diversos níveis (local, nacional, internacional), tendo por principais características: a colaboração – diferente do individualismo que somente amplia as liberdades de quem detém muito capital, a colaboração solidária inclui todos nesse processo; a solidariedade – sobrepõe-se a competição e interesses privados; geração de empregos – a inserção dos excluídos, introdução de novas tecnologias que geram excedentes e possibilitam a redução da jornada de trabalho; o desenvolvimento ecologicamente sustentável e geograficamente distribuído – através da expansão de suas células as redes podem compor cadeias produtivas completas, podendo se desenvolver inclusive em regiões com alta vulnerabilidade social. Em função de constituir-se enquanto rede, não tendo um núcleo central, essas inovações tem mais possibilidade de se expandir em todas as direções. Para tal a rede precisa diversificar seus produtos, de modo a atender diferentes públicos, assim como a demanda do conjunto de seus nós. Dessa forma, pode aprimorar a “autopoiese”, ou seja, ampliar o processo de retroalimentação, na medida em que satisfaz suas necessidades e gera novas demandas. No Brasil, o surgimento dessas redes ocorreu em função do apoio de entidades internacionais, de cunho religioso/assistencialista de ONG’s e, principalmente, pela proatividade da sociedade civil organizada. A fim de buscar recursos para sua manutenção, essas organizações criam formas para captá-los, tais como rifas, festas, bingos, leilões etc. Um exemplo exitoso dessas práticas são os bancos do povo, organizado por microprodutores em várias partes do mundo como em Bangladesh em que os empréstimos são feitos a um grupo de pessoas e não individualmente. Outros exemplos são o Banco Ético - fundado na Itália em 1998, especializado na concessão de crédito a associações, entidades, cooperativas; o Triodosbank fundado na Holanda, e no Brasil o sistema Cresol voltado para a agricultura familiar. Embora sejam importantes as estruturas materiais para a promoção dessas atividades, o maior capital da rede está na disposição subjetiva em promover o bem-viver (MANCE, 1999).

Contudo, essas novas proposições de desenvolvimento e sustentabilidade ainda são muito embrionárias, demandando organização, empenho e participação dos atores locais, pois é preciso avançar no como fazer, como planejar, que mecanismos de gestão seriam mais viáveis. Nesse sentido, a comunidade local terá de criar

formas para atuar junto às instâncias decisórias por meio de um planejamento estratégico participativo. Para tal, o planejamento não pode ser compreendido como uma simples técnica, mas o resultado da interação entre diferentes atores, com diferentes estratégias e visões de mundo, devendo ser participativo.

O planejamento participativo recupera a participação social [...], de modo que o cidadão contribua na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema de poder, na medida em que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se (SAMPAIO, 2005, p. 119).

Ou seja, torna-se fundamental as análises dos processos decisórios e a busca de correções, sendo imprescindíveis os processos colaborativos, com pactos comuns, com incentivos a novas formas de trabalho a fim de incluir a população em situação de vulnerabilidade social. Se por um lado, essas iniciativas contribuem para forjar novos processos de desenvolvimento, por outro, fortalecem as organizações da sociedade civil e a formação de uma cultura cívica cidadã. Embora a responsabilidade maior seja do estado em termos de ser o instrumento capaz de impulsionar esse processo através de mecanismos de planejamento de longo prazo, são imprescindíveis os arranjos colaborativos de modo a envolver diferentes atores.

A governança participativa visa uma articulação equilibrada dos diferentes “*stakeholders*” ou conjunto de atores de um determinado território. Está centrada numa “proposta mais pública”, em que o cidadão é ouvido, considerado, sendo a eficiência medida no processo e não nos resultados. Esse tipo de gestão evita as visões autoritárias, clientelistas e aproxima os atores do campo decisório. As mudanças advindas com as novas tecnologias, com novas formas de conhecimento (imaterial, intangível) tendem a se tornar um bem público como o ‘*creative commons*’, as quais exigem modelos de gestão mais flexíveis e descentralizadas (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

Com incentivo do poder público, a sociedade civil tende a participar mais, se envolver com as questões da comunidade, o que favorece o desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Essas medidas são importantes, pois frente aos desafios vigentes, esgotaram-se as simplificações políticas e econômicas (estatização ou liberdade total para o mercado). Ao invés de se limitar a trilhar os mesmos caminhos, é importante que os mesmos sejam repensados, num contexto de

economia global em que o estado não detém o controle desse processo como anteriormente. Dessa forma, correndo o risco de simplificações, pode-se apontar duas tendências principais, sendo uma representada pelas grandes empresas multinacionais/transnacionais que visam o lucro a qualquer custo, e outra que está a procura de um novo modelo de desenvolvimento, mais sustentável e equitativo.

Além dos distritos industriais/italianos, e dos demais casos referidos de novas modalidades de desenvolvimento, várias experiências alternativas e de inclusão social vêm despontando, as quais tem o ser humano como centro e eixo das ações como, por exemplo, as redes de economia solidária, redes de agricultura familiar, redes de agroecologia, entre outros. Se em curto prazo essas redes podem contribuir para prover trabalho, sendo uma alternativa de vida, em longo prazo podem constituir uma alternativa de desenvolvimento. Para tal requerem apoio, incentivo e parcerias, em especial com órgãos públicos, tais como Prefeituras Municipais. Além disso, é fundamental que a organização dessas redes alcancem o plano político, de modo a tornarem-se prioridade aos governantes.

Nesse sentido faz-se necessário o fortalecimento e multiplicação dessas experiências, a fim de ganharem visibilidade e constituírem-se numa demanda política. Com a sua ampliação, em razão do aumento dos seus nós, essas redes poderão pressionar os órgãos públicos em prol de mudanças na legislação, podendo alterar critérios sobre licitações, concorrência, entre outros. Para isso é preciso haver uma dinâmica em que seus participantes contribuam no exercício da cidadania de todos os nós, ou seja, em termos de democratizar o conhecimento e o acesso a informação, garantindo a todos a emissão e recepção de mensagens através da rede. Dessa forma, embora o auxílio do estado seja importante, não é condição necessária para o florescimento das redes uma vez que “sistemas abertos podem engendrar movimentos autopoieticos quando um conjunto de unidades estrategicamente se conecta em rede” (MANCE, 1999, p. 171).

Nesse novo contexto as redes vêm sendo uma referência para superar a gestão burocrática, impessoal, verticalizada em que a dimensão econômica se sobrepõe à social, contribuindo para a existência de uma cultura burocrática, um estilo burocrático de governar. No caso do Brasil esse modo de governar propicia a troca de favores, a dependência, a cumplicidade, o paternalismo, a inexistência de planejamento global das ações, e o assistencialismo como forma de manter a comunidade atrelada aos interesses dos dirigentes. Como esses males estão muito enraizados na cultura política brasileira, dificultando

a efetivação da gestão participativa, muitos autores vêm destacando como referência a gestão participativa em rede (GPR). As principais características da GPR são a descentralização, o foco na comunidade local e na gestão comunitária em rede. Dessa forma, ao invés do serviço público ser prestado por cada secretaria em separado, passaria a ser efetivado de modo integrado através de unidades multifuncionais territorializadas (UMT). Nesse sistema, o foco é a comunidade local e não o projeto de cada secretaria, existindo proximidade entre quem planeja e executa devido o maior diálogo em relação às demandas sociais. Na GPR o município é dividido de forma homogênea, segundo as necessidades da população, considerando características históricas, identitárias, culturais, sociais e geográficas. Em cada uma dessas áreas homogêneas é instalado as unidades multifuncionais territorializadas (UMT) que são dirigidas por representação paritárias. Esse modelo descentralizado facilita a criação de um sistema de informação integrado que facilita as ações a serem efetivadas (RICCI, 2001).

Vejamos um exemplo com a educação. Numa estrutura burocrática, o foco do banco de dados de uma secretaria é o resultado final do desempenho do aluno: índices de repetência e evasão muito altos são sinais de problemas. No caso da Gestão Participativa em Rede, a equipe da UMT faz um diagnóstico global da situação social de uma família ou comunidade. Assim, constroem um banco de dados que possibilita articular o desempenho de um aluno com as suas condições de moradia, de alimentação, de emprego familiar, de acesso a bens culturais, dos valores e hábitos da região (RICCI, 2001, p.22).

Além dessas possibilidades e desafios, tendo por base estudos de caso sobre o desenvolvimento territorial sustentável, pode-se destacar outros empecilhos na construção e implementação dessas ações. Segundo Theys (2003) o desafio dos programas que visam o DTS é de como construir “boas práticas”, o que pressupõe o como fazer e como implementar essas boas ações, tais como democracia participativa, preservação ambiental, inclusão social e o incentivo a competitividade econômica no território. Quando essas ações ocorrem o resultado tende a ser o surgimento da autonomia e cooperação entre os diferentes atores. Para isso o desenvolvimento precisa ocorrer de modo integrado, sendo capaz de articular as dimensões social, econômica e ambiental nos territórios. No entanto, essa integração não pode se dar por meio de uma

simples “justaposição”, mas por um remanejamento de objetivos estratégicos.

Outros desafios levantados por pesquisadores do tema referem-se a distância entre o discurso e a prática, em especial por parte dos operadores das estratégias de desenvolvimento. Mesmo tendo por objetivo a implementação das ações, segundo os pressupostos do DTS, o que se vê na prática é a reprodução da “lógica burocrática e de balcão” se sobrepondo a lógica territorial. Em consequência há pouca articulação entre as instâncias nos territórios, não existindo de fato planejamento em longo prazo. Há disputas de poder e recursos entre os diferentes atores, além da dificuldade de renovação dos quadros dirigentes (ANDION, 2007). Muitas dessas iniciativas são eivadas de conservadorismo e elitismo, isso porque os agricultores/camponeses mais pobres e excluídos não participam desses processos. Inclusive são muitas vezes desprestigiados pelo tipo de agricultura, modo de trabalhar, pois muitos mediadores tendem a se pautar por apenas um perfil de agricultor, em geral com maior renda. Além disso, persiste entre as mediações um forte discurso que se, por um lado, enaltece as populações em situação de vulnerabilidade social, por outro, vê sua pobreza como impotência para a ação. Dessa forma, a fim de compreender o desvio de curso das ações preconizadas pelos operadores é preciso reconhecer a complexidade do social, em especial as divergências de interesse, as diferentes linguagens, e estratégias de desenvolvimento. A dinâmica de ação dos atores, as divergências não se tornam conflitos abertos, mas estão implícitas em negociações, interações informais e indiretas, sendo importante a compreensão das dinâmicas informais, considerando as diferentes culturas e a reação do público alvo frente às propostas de mudanças (CAZELLA, 2003).

Os desafios tal como postos são significativos, pois na maioria das vezes a proposta de governança/DT/DTS consta em documentos, legislações, mas não se aplica realmente na prática, pois persistem as relações verticalizadas, autoritárias e clientelistas. Nesse sentido, o grande desafio consiste justamente em como operacionalizar essas ações, a fim de integrar a sociedade civil de modo crítico, autônomo, assim como de incentivar novos nichos de mercado, criando o suporte técnico e logístico necessário. Essas mudanças não vão acabar com as grandes corporações, com o verticalismo ainda predominante no estado, e nem com a inércia de boa parte da sociedade civil, mas são embriões de novas possibilidades, de novos caminhos a serem trilhados. Desse modo, diante de um território com gigantescos enclaves econômicos, monocultura, uso de agrotóxicos, pode surgir um território múltiplo,

capaz de integrar os atores, de preservar o meio ambiente, de produzir alimentos orgânicos, de valorizar a identidade local contribuindo para o empoderamento das populações.

Nesse contexto e considerando os desafios referidos, além do conceito de redes, vem sendo destacado o conceito de capital social, como sendo uma referência chave para o fomento das redes voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.

2.6.3.6 Redes e capital social

Independente da esfera de atuação (mercado, sociedade civil, estado), cada vez mais vem se tornando consenso a importância do protagonismo, da capacidade de mobilização e interação dos atores no processo de desenvolvimento. Com isso há uma preocupação em termos de ampliar a flexibilidade organizacional, rompendo com as fronteiras rígidas, estáticas. Para tal, ao lado do capital físico, humano, é imprescindível o capital social expresso nas redes sociais, o qual possibilita a cooperação e a confiança recíproca na ação coletiva. O capital social compreende um conjunto de recursos que os atores podem acessar devido suas interações sociais, ou redes sociais, tendo destaque a reciprocidade e a troca de informações, a fim de se alcançar uma meta, um objetivo comum. O capital social não se restringe às redes sociais, mas sem estas a sua existência seria inviável. A afinidade entre esses conceitos consiste no fato de que ambos focam nas relações, e/ou de são gerados em função das relações (VALE, 2006; PORTUGAL, 2006).

O primeiro autor a trabalhar com o conceito de capital social foi L.J. Hanifan (1916 apud MEDINA, 2011) que defendia o fortalecimento das redes de solidariedade, a fim de resolver os graves problemas sociais. Mas a popularização desse conceito foi decorrente dos trabalhos de Robert Putnam, em especial o seu clássico estudo sobre o desenvolvimento desigual na Itália. No entanto, o marco teórico do capital social tem raízes antropológicas, sendo o conceito de reciprocidade fundamental para esse tema, o qual tem por base a obra do clássico “Ensaio sobre o Dom” de Marcel Mauss. Nas comunidades camponesas, a reciprocidade é a base do capital social, o que contribui para fortalecer a confiança e a participação. Quanto maior o grau de confiança dos cidadãos, maior também é sua liberdade de escolhas, de realização, segundo Amartya Sen (DURSTON, 2000; RICCI, 2001).

O conceito de capital social passou a ganhar mais ênfase com as críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento pautado na ideologia do crescimento econômico ilimitado. Vários autores, tais

como o prêmio nobel de economia de 1998, Amartya Sen, vem questionando essa lógica, devido as suas limitações na busca de resolução dos problemas relacionados ao desemprego estrutural, à insegurança alimentar e à degradação ecossistêmica, entre outros. Além disso, várias perspectivas analíticas vêm apontando para a necessidade de superar o reducionismo economicista e considerar outras dimensões na busca de um novo estilo de desenvolvimento, tais como a política, cultural, social e institucional (KLISBERT, 1999).

Embora seja crescente a literatura sobre o tema, ainda não há consenso sobre a definição e aferição empírica desse conceito. Mas isto não tem restringido o seu uso por grandes expoentes do pensamento socioeconômico, além de organizações internacionais (Banco Mundial, Nações Unidas) (VALE, 2006). As principais referências teóricas sobre capital social são de James Coleman, Robert Putnam, Pierre Bourdieu, Douglas North e Mark Granovetter. Mas enquanto para Coleman o capital social compreende recursos que os atores podem acessar em determinada estrutura, para Putnam esse conceito contribuiu para entender a participação e envolvimento da população em certas regiões da Itália. Para ambos o capital social é um recurso coletivo decorrente das normas e redes existentes. De um ponto de vista significativamente diferente, Bourdieu entende que o capital social se refere à soma de recursos de uma rede de relações que compreendem um dado campo social, no qual os dominantes teriam o máximo de capital social, e os dominados o mínimo. Por sua vez, embora o foco de análise de Douglas North seja as instituições e não o capital social, todo o marco teórico sobre esse tema está presente em seu trabalho. Outro autor importante é Granovetter com seu conceito de *'embeddedness'*, que assevera que os atores econômicos e suas interações estão enraizadas, ou imersas nas relações, redes e estruturas sociais (MARTELETO, 2004; DURSTON, 2000). Esses autores podem ser incluídos em quatro tendências principais sobre esse conceito, sendo duas referentes aos laços fortes e fracos, e duas voltadas para o foco político e foco utilitarista, respectivamente. Entre as duas primeiras, uma defende a importância dos laços fortes para fortalecer o capital social, e outra defende a importância dos laços fracos. Para o entendimento da autora dessa tese, ambas são importantes e necessárias para propiciar o associativismo e o desenvolvimento territorial sustentável. Enquanto os laços fortes se restringem a um grupo mais específico, os laços fracos o conectam a outros grupos, propiciando a circulação de novas ideias, informações que não são conhecidas da maioria dos atores. Por conseguinte, tanto um quanto outro são muito importante para potencializar as iniciativas

locais, as redes e as novas territorialidades. As outras duas tendências, política e utilitarista, podem ser caracterizadas da seguinte forma:

uma denominada de foco político porque desvenda as assimetrias existentes na obtenção dos recursos sociais (BOURDIEU, 2004a); 2) a outra, chamada de foco utilitarista que parte do pressuposto de que relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social (COLEMAM, 1988 apud RIBEIRO, 2009, p.02).

Conforme as teorias do capital social, uma rede duradoura de relações mútuas, recíprocas, é um recurso significativo para conquista dos objetivos do grupo. Enquanto o capital humano se refere à própria pessoa, o capital social se inscreve nas relações sociais, sendo as redes um exemplo típico de capital social. No entanto, apesar desses aspectos positivos, a rede demanda investimentos para manter as conexões, estando o capital social dependente do protagonismo desses atores, os quais terão de somar esforços para manter as relações. Pertencer à rede significa possuir um capital social que favorece, facilita as interações, tornando supérfluas certas precauções em termos de confiança, honestidade etc. Porém, nem todos os membros da rede tem o mesmo capital social, pois esse, em geral, irá depender da posição do indivíduo na rede (STEINER, 2006).

A posição de cada indivíduo na rede depende do capital social e informacional que consiga agregar para si próprio e para o conjunto. A margem de decisão de um indivíduo inserido em uma rede social está sujeita à distribuição de poder, à estrutura de interdependência e de tensões no interior do grupo. É a ocupação de determinadas posições na rede da comunidade, de especial acesso a informações, que determina o sucesso das ações dos indivíduos e seus grupos (PASSADOR, 2005, p.46).

No entanto, o capital social nem sempre irá depender da posição dos indivíduos na rede como, por exemplo, a tentativa de arranjar um emprego. Pesquisas tem demonstrado que, para esse objetivo, os vínculos fracos são mais favoráveis, pois fornecem informações novas que não são conhecidas por todos. De forma semelhante, pode-se destacar a teoria dos buracos estruturais em que os vínculos frágeis que

ligam grupos diferentes favorecem as inovações, e o capital social (STEINER, 2006; GRANOVETTER, 1973).

Embora o adensamento dos vínculos locais propicie a criação de um padrão produtivo local e a configuração de ações coletivas, são os vínculos com o mundo externo, com os centros dinâmicos, que de fato irão diversificar, trazer recursos para ampliar as inovações. Além disso, os vínculos muito fortes e restritos ao território podem levar a uma situação de isolamento e contração, enquanto que os vínculos fortes e restritos ao ambiente externo denotam a formação de enclaves territoriais, onde poucos privilegiados têm conexões com o exterior. Com isso, a tendência é ampliar a vulnerabilidade local, pois os processos decisórios importantes podem estar ocorrendo fora desse espaço.

Dessa forma, para o desenvolvimento de um território é importante o capital social (estoque de ativos relacionais) e sua interação com os demais ativos tradicionais. Além disso, o estoque de capital social de um território é dinâmico, refletindo a história, a cultura, as instituições vigentes em determinado local. São fundamentais para a dinâmica e reconfigurações das redes a ação empreendedora e a inovação, as quais podem alterar a reconfiguração das redes existentes. Isso porque através da criação de novos laços, de destruição de outros, contribuem para mudar a natureza dos recursos enraizados nas redes, ou seja, do capital social. O impacto que a inovação pode provocar na estrutura relacional das redes se refere ao tipo e amplitude da inovação, tais como se é incremental ou radical, se localizada ou abrangente. Em geral o estoque de capital social evolui de maneira gradual, com exceção para o caso de grandes inovações (VALE, 2006).

De modo geral, o capital social produz benefícios, tais como a redução dos custos de transação de mercadorias, maior controle sobre os governantes, ajuda na diminuição da delinquência e na erradicação da pobreza, fortalece o associativismo e a participação nos assuntos públicos. Não obstante, também pode trazer prejuízos, pois muitas vezes pode excluir participantes, impor normas, gerar grupos corruptos, inibir as iniciativas individuais. Isso pode ocorrer quando os grupos tendem a se fechar, não admitindo opiniões divergentes, ou condutas diferentes do perfil do grupo (DURSTON, 2000).

Quanto maior o estoque de capital social, maior será a probabilidade de aumentar o empoderamento dos atores locais. O capital social é uma forma de capital que se aprecia com o uso, sendo produzido coletivamente pelas comunidades sociais.

El capital social reside en las relaciones sociales, y es apoyado por elementos simbólicos y valóricos en todas las culturas. Están muy ampliamente presentes los precursores o materia prima del cual puede emerger, en condiciones propicias, el capital social: las relaciones de parentesco, vecindad e identidad que suelen servir de base para la confianza y la cooperación, y los sistemas simples de intercambios no mercantiles basados en el principio de reciprocidade (DURSTON, 2000, p.36).

O meio rural parece mais propício para a formação de capital social comunitário devido a estabilidade relativa das relações sociais que são tecidas nesse meio. No entanto, é de se considerar uma variedade de aspectos que também podem dificultar esse processo, tais como a distância entre vizinhos, inexistência de meio de transporte adequado, rivalidades entre famílias, entre grupos, vigência de clientelismo que acaba distorcendo o papel das instituições, entre outros. Embora a possibilidade de existência das questões referidas, da inevitabilidade dos conflitos e das tensões, esses desafios se resolvem numa comunidade com forte capital social. Já em comunidades com baixo capital social as tensões e os conflitos não se resolvem e acabam dificultando a ação coletiva. Mas, tanto individual, quanto coletivo, o capital social é um recurso derivado de relacionamentos, da inserção dos atores em redes e suas diferentes conformações podem ser apropriadas e importantes para certos propósitos, ou não (VALE, 2006; DURSTON, 2000).

Os críticos destacam que o capital social pode propiciar discriminação, corrupção, dominação por máfias, sistemas corruptos e autoritários, restrição da liberdade, da iniciativa individual, entre outros. No entanto, é importante destacar que as máfias e organizações autoritárias não estão baseadas na reciprocidade e na cooperação, mas sim na lei do mais forte e na violência para resolver os conflitos. A fim de verificar a presença ou ausência de capital social não basta deter-se nos seus aspectos positivos ou negativos, mas na análise das suas múltiplas manifestações expresso nas relações de confiança, reciprocidade e cooperação (ABRAMOVAY, 2000a; MEDINA, 2011; MARTELETO, 2004).

2.6.3.7 As novas territorialidades e a economia verde

Do mesmo modo que tem surgido embriões de novas territorialidades alimentadas por redes de economia solidária, de

agroecologia e de ecoturismo, entre outras, vem se impondo também a noção de “economia verde” ou de “capitalismo verde”. Atento aos novos tempos, o “capitalismo verde” procura se adaptar a esse contexto utilizando, por exemplo, menos agrotóxicos nas monoculturas, ou investindo em tecnologias capazes de diminuir o impacto dos insumos químicos no meio ambiente. Por outro lado, iniciativas com esse perfil têm se mostrado sensíveis às demandas por novos nichos de mercado, a fim de conquistar mais consumidores. Todavia, não visam a construção de um novo estilo de desenvolvimento, tais como os sistemas agroecológicos ou de economia solidária, pois o interesse principal permanece sendo o lucro e a conquista de novos nichos de mercado.

A discussão sobre economia verde pautou a Conferência Rio + 20 ocorrida entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. Destacou-se como uma das principais recomendações de alternativas ao problema socioambiental, mas sem questionar o fato de que o sistema econômico dominante é causador de impactos destrutivos. Seus proponentes não consideraram que para superar os atuais impasses faz-se necessária uma nova lógica de produção de riqueza. Segundo o documento ‘Rascunho Zero’, publicado pela ONU, a ênfase na economia verde tem por base a ideia de que as novas tecnologias serão capazes de resolver os problemas atuais relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Além disso, essa proposta reforça a tendência de mercantilização da natureza, contrariando a premissa segundo a qual o ar, a biodiversidade, as florestas, as águas devem ser consideradas como bens comuns. A Cúpula dos povos, na Rio + 20, colocou-se contrária a essa proposta. Entende que é preciso incentivar alternativas, como a agroecologia, a reforma agrária e a pequena produção, valorizando as comunidades locais, sua cultura e as várias formas de manejo tradicional na relação com a natureza. Segundo o relatório da UNEP (Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza), os pequenos agricultores são responsáveis por 70% da produção agrícola global. Devido a forma de trabalho, a sua relação com a natureza, favoreceria a busca de mitigação da crise socioambiental, considerando que a maioria dos agricultores possuem pequenas propriedades. No fundo, trata-se de uma questão política e o embate deve alcançar esse plano se quiser, de fato, construir alternativas (AMARAL, 2012; MELLO, 2012; WETTER, 2012).

Além disso, não existe um pensamento econômico que possa balizar a sustentabilidade em termos de construção de novos modelos, não baseados no crescimento, porque “todas as teorias, das mais ortodoxas às mais heterodoxas, tem como base comum o aumento

incessante do consumo” (VEIGA, 2012, p. 63). Apenas uma ínfima parcela de cientistas e *experts* vêm, de fato, construindo novos modelos para reverter essa situação, os quais em geral seguem a tradição de Nicholas Georgescu-Roegen (1907-1994) do decrescimento voluntário.

No entanto, o decrescimento é um tema complexo, pois na situação atual levaria a uma espiral de desemprego e recessão, devendo essa iniciativa partir primeiramente dos países mais desenvolvidos, tal como alertam os adeptos do enfoque do ecodesenvolvimento. Nesse sentido, uma referência importante a ser levada em conta vem do pensamento de um discípulo de Georgescu-Roegen: Serge Latouche. Trata-se atualmente de um dos principais expoentes do movimento pelo decrescimento, para o qual o crescimento não é sequer desejável, tendo em vista as evidências de queda de 30% da biodiversidade global em menos de quarenta anos (LATOUCHE, 2009). Além disso, o indicador da Pegada Ecológica aponta que a sobrecarga humana está sendo maior que a capacidade regenerativa da terra, tendo duplicado desde 1966, sendo que em 2007 “a humanidade usava o equivalente a um planeta e meio para suportar suas atividades” (CECHIN, 2012, p. 83).

Em relação ao documento brasileiro apresentado à Rio + 20, segundo Abramovay (2012), ele não apresenta horizontes inovadores. Destaca apenas três pontos mais importantes: as políticas exitosas de combate a pobreza no Brasil deveriam ser adotadas em âmbito global; o PNUMA deveria ser fortalecido e o conselho econômico e social das Nações Unidas transformado em Conselho de desenvolvimento sustentável; e as iniciativas de controle das práticas empresariais deveriam ser incentivadas. No entanto, o mesmo autor assevera que o documento corrobora com a ideia de crescimento econômico como principal estratégia para redução da pobreza, devendo ser apoiado em tecnologias capazes de reduzir o impacto negativo ao meio ambiente. Nesse caso, seria importante a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Se, de fato, o Brasil tivesse o propósito de liderar uma economia para o desenvolvimento sustentável, ele deveria focar numa drástica redução das desigualdades, de modo a limitar o poder dos mais ricos, e não apenas enfatizar a melhoria da vida dos mais pobres. Além disso, deveria se posicionar mais incisivamente frente ao padrão dominante de consumo acoplado à lógica produtivista, considerada insustentável mesmo com base na utilização de tecnologias mais sofisticadas. Ou seja, o Brasil poderia ser um exemplo em que a manutenção dos ecossistemas fosse uma condição básica para a produção de bens e serviços, não aceitando bens oriundos da destruição

da natureza, fazendo com que a economia esteja a serviço do desenvolvimento sustentável. Contudo, o país faz o contrário, pois no documento consta o temor de que esses critérios possam limitar a exploração de energia, *commodities* agrícolas e minerais (ABRAMOVAY, 2012).

2.7 CONCLUSÕES

A disseminação de estruturas em rede, as novas tecnologias, o fortalecimento da sociedade civil pressupõem mudanças profundas nas sociedades contemporâneas. Assim como a valorização do trabalho imaterial, do saber fazer que agregue diferença, exclusividade, um novo *design*. Desse modo, a criatividade, a proatividade e o conhecimento são os grandes trunfos do momento. Trata-se de uma mudança que atinge a estrutura organizacional do sistema capitalista, pois propicia a criação de valor através de formas não mercantis de relação social. Isso porque, “(...) é no nível das condições materiais da produção que se joga, na essência, o devir democrático e a conquista das novas liberdades” (NEGRI, 2012). Ao invés do individualismo estrito, é a colaboração que permite ampliar a prosperidade, mas que não está reduzida a um *locus* específico. Ou seja, segundo Abramovay (2012) não corresponde a um universo paralelo aos sistemas de troca, mas se insere nesses âmbitos, havendo por assim dizer uma mescla de troca e de reciprocidade. Cita como exemplos os *softwares* livres que são planejados e executados por pessoas pagas e por trabalho voluntário, tendo por resultado o livre acesso. Assevera que as corporações se integraram a essas novas dinâmicas, pois sabem que não dispõem de meios para controlar as inovações e os conhecimentos necessários que surgem a cada momento. É a partir dessa interação, de uma economia descentralizada, que pode surgir uma nova ética de transição a outro modo de desenvolvimento, mais cooperativo. Além disso, observa que essas mudanças vem atingindo a responsabilidade socioambiental corporativa, contribuindo para redefinir as prioridades das empresas em termos de transição para uma nova economia.

No entanto, segundo os *experts*, a lógica da troca e da reciprocidade são incompatíveis, não podendo existir uma “mescla” ou interação cooperativa entre essas diferentes formas de intercâmbio (CAILLÉ, 2002; SABOURIN, 2008; GODBOUT, 1998). Além disso, como as evidências têm demonstrado, as grandes corporações se voltam para a busca do lucro máximo, constituindo um império, como demonstra Ploeg (2008) em suas pesquisas empíricas, entre outros autores, documentários etc. Dessa forma, parece mais correta a análise

de autores como Giuseppe Cocco e Antonio Negri (2005) que vêm essas mudanças sob duas perspectivas, sendo inclusive similar a delineada no decorrer deste capítulo. Ou seja, por um lado, o capital utiliza novos dispositivos de exploração do trabalho imaterial, podendo ser expressas na precarização da relação salarial e na autonomia do trabalho. Por outro, vem existindo de fato uma “multidão de singularidades que cooperam entre si e produzem o comum por meio do comum (nos pré-vestibulares comunitários, nos pontos de cultura, nas comunidades do *software* livre, nas reservas, nos quilombos, nas favelas)” (COCCO, 2012, p.03).

Face ao exposto, considerando a incompatibilidade das referidas lógicas, pode-se concluir que não há como o capital “integrar” a reciprocidade, podendo apenas subsumi-la em prol de sua própria expansão, tal como mencionado na introdução desta tese em relação às inovações de agroecologia em rede. Nesse sentido, ao invés de “se deixar capturar” pela lógica da troca, é importante o fortalecimento das novas alternativas visando a construção de novas territorialidades.

3 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES EM REDE: UMA INOVAÇÃO ESTRATÉGICA PARA FOMENTAR NOVAS MODALIDADES DE DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a pesquisa considera a organização dos agricultores em rede como uma inovação estratégica para alavancar novas modalidades de desenvolvimento rural, mais sustentáveis e equitativas, o primeiro tópico desse capítulo foca no conceito de desenvolvimento rural. A interdependência entre os conceitos abordados nesta pesquisa é fundamental para a compreensão do desenvolvimento rural, o qual de certo modo reproduz a lógica do paradigma hegemônico de desenvolvimento. Por essa razão, a modernização agrícola é considerada o projeto prioritário, estando a agricultura familiar em segundo plano. Partindo desses pressupostos, ambos os projetos são contextualizados, caracterizados e diferenciados, seja em termos comparativos e/ou específicos.

Após esse debate mais clássico conceitual, são destacadas as mudanças recentes no mundo rural como a nova ruralidade em que há maior interconexão entre rural e urbano, tendo destaque a pluriatividade e a multifuncionalidade. Outro aspecto recente nesse campo é a valorização da territorialidade na construção e implementação das políticas públicas. Além de considerar as origens desse debate, a análise enfatiza que no Brasil o foco do desenvolvimento territorial prioriza a dimensão social, sendo a dimensão ambiental secundária nesse processo. Posteriormente, são analisadas as redes de agroecologia como sendo uma inovação da sociedade civil organizada, em que o conceito de agroecologia é especificado, sendo esclarecidos suas potencialidades e desafios.

3.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL

Não é possível tratar o tema do desenvolvimento rural sem considerar a problemática relacionada aos limites do crescimento, como foi abordada no capítulo anterior. De modo geral, até 1930 era unânime a ideia de *progresso* tendo, posteriormente, na década de 1960, sido substituída pelo conceito de *desenvolvimento* em que o parâmetro, o modelo, eram as sociedades industrializadas. É nesse contexto que o setor agrícola se insere, pois deveria acompanhar os avanços, de modo a transformar-se de setor arcaico, tradicional, em moderno, tecnologicado. O modelo para o meio rural, a fim de atender a esses requisitos foi o da

modernização agrícola, ou revolução verde, agronegócio ou agribusiness, baseado nas monoculturas, na mecanização, e na utilização de insumos químicos. A modernização agrícola emergiu nos EUA a partir da década de 1940 tendo, posteriormente, nos anos 1950, surgido na Europa e se expandido para outros países como é o caso do Brasil, a partir de 1968. Esse tipo de agricultura tornou-se hegemônica e se consolidou no final dos anos 1970 em todo o mundo, com a disseminação de um padrão tecnológico, técnico-produtivo e de ensino no campo das ciências agrônômicas. Trata-se de um processo de modernização capitalista, historicamente construído, que insere a atividade agropecuária num contexto de plena mercantilização. Muitos investimentos foram direcionados para esse projeto, tendo por foco os atores mais dinâmicos e mais capitalizados (SAUER & BALESTRO, 2009b).

Em fins dos anos 1970, começa a existir interesse por uma nova modalidade de desenvolvimento rural, a agricultura familiar, devido à intensificação do êxodo rural e à expansão das monoculturas. Trata-se de um novo conceito, que não existia no campo das ciências sociais, tendo surgido nos EUA devido o esvaziamento das áreas rurais e pela pressão de grupos religiosos que viam essas mudanças como uma ameaça social e política. Diferente do contexto americano, na Europa foi mais forte a presença dos camponeses que passaram a se inserir nas novas atividades econômicas, sendo os termos camponeses e agricultores familiares muitas vezes tratados como sinônimos. Entretanto, persistiam dois grandes campos de debate tendo, de um lado, os que entendiam que as formas de produção camponesa desapareceriam com o desenvolvimento do capitalismo e, de outro, os que defendiam a permanência dos camponeses e sua lógica própria de produção e organização social. A partir da década de 1990 com o surgimento da União Europeia houve um incentivo maior às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, tendo se desenvolvido a ideia de que através dessa modalidade agrícola poderia se chegar mais facilmente ao ideário de justiça, estabilidade e igualdade (NAVARRO, 2011).

No continente europeu foi implementado o modelo unimodal de modernização agrícola em que há inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas do agronegócio, a fim de tornar-se uma agricultura competitiva, empresarial e integrada a esse novo sistema. Já em outros lugares, como no Brasil, foi implementado um modelo bimodal, pois transformou os latifúndios improdutivos em empresas rurais modernas e competitivas através de fortes subsídios do Estado. Ao mesmo tempo manteve a estigmatização e exclusão da agricultura familiar/camponesa

desse processo. Isso porque tanto para os liberais, quanto para os marxistas, a agricultura familiar seria superada, pois deveria ser considerada apenas um resquício do passado. Nesse sentido, seria equivocado estabelecer uma polaridade entre agricultura familiar x agronegócio, pois a agricultura familiar pode estar inserida no agronegócio. Porém, seria correta a polarização agricultura familiar x agricultura capitalista, pois são diferentes formas sociais de produção devido as diferentes relações sociais que se estabelecem nesses processos. Em outras palavras, a agricultura familiar, assim como a agricultura capitalista e o latifúndio são formas sociais de produção e, portanto, devem ser conceituadas a partir das relações sociais estabelecidas nos processos produtivos (informação verbal)⁸.

O desenvolvimento agrícola contemporâneo não é apenas resultado do mercado, mas da ordem política configurada no estado. No caso do Brasil, 85% dos agricultores são familiares, ocupam 30% da área agrícola e detém 25% do crédito (IICA, 2006). Todavia, não constituem a espinha dorsal do modelo calcado e impulsionado pelo estado. Isso porque, além do histórico poder político da oligarquia rural, que se transformou em “agrobusiness”, há pouca demanda por parte dos agricultores, pouca reivindicação e luta por mais recursos, com exceção dos movimentos sociais, em especial do MST. Um exemplo emblemático dessa situação é a expressividade da bancada ruralista existente no Congresso Nacional (média de 116 deputados, podendo variar de 120 a 200 votos quando atuam em bloco com outras bancadas - Evangélicos), se comparada com a agricultura familiar, simplesmente invisibilizada nesse espaço de poder (VALENTE, 2007). Apenas no segundo semestre de 2012 foi criada a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, enquanto a bancada ruralista existe desde antes do início da modernização agrícola (década de 1960). Enfim, há uma defasagem de organização e de poder entre esses dois campos, o que em parte reflete as dificuldades em somar forças no campo progressista. Ainda estão muito presentes nesse campo as disputas ideológicas, partidárias, as quais pouco contribuem para ajudar os mais atingidos nesse processo, ou seja, os agricultores pobres.

Segundo Ploeg (2008), a agricultura mundial caracteriza-se pela articulação de três trajetórias de desenvolvimento: industrialização (forte

⁸ Análise baseada em informações do Prof. David Caume disponibilizadas em aulas da disciplina sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural do PPGSP/UFSC, no segundo semestre de 2010.

tendência); recampesinização (obscurecido) e desativação (processo emergente). Elas se inter-relacionam em vários níveis, podendo ocorrer simultaneamente. Enquanto a desativação se refere à redução e/ou abandono da produção agrícola; a recampesinização consiste numa retomada e valorização da agricultura familiar, de base camponesa; e a descampesinização significa o abandono da agricultura pelos camponeses, havendo uma hegemonia da agricultura empresarial. A agricultura camponesa está baseada no capital ecológico e na multifuncionalidade, na produção voltada para a reprodução do grupo familiar e para o mercado. A agricultura empresarial tem por base o capital financeiro e industrial, sendo a produção especializada e orientada para o mercado. Na agricultura capitalista de grande escala a produção está voltada para a maximização do lucro (PLOEG, 2008).

Embora essas diferenças e nuances, o referido autor destaca dois modelos dominantes, sendo um referente aos circuitos curtos e descentralizados, e outro muito centralizado que opera em escala mundial, sendo denominado pelo autor de Império. Através dele são criadas desconexões entre a produção, o consumo e as especificidades locais, ou seja, o império cria os 'não-lugares'. Mas, frente às pressões aos sistemas locais de produção de alimentos que tende a marginalizar muitos produtores, tornando-os dependentes, têm surgido formas de recampesinização. Ou seja, luta por sobrevivência, por autonomia, num contexto de desterritorialização efetuado por grandes corporações transnacionais. Dessa forma, mesmo submetida ao império a agricultura camponesa representa uma resistência, pois consegue se desviar das suas pressões e regulações, através dos circuitos curtos de comercialização (PLOEG, 2008).

Com a intensificação da globalização as grandes empresas passam a atuar de modo transnacional e não mais por meio de multinacionais. Dessa forma, operam em escala mundial, com uma padronização dos produtos, embalagens, marcas. No entanto, não significa que toda a agricultura se globalizou, mas há significativos setores globalizados.

Mesmo a parte não globalizada está afetada profundamente pela transnacionalização e cresce a sua sombra, ou melhor, nos espaços não ocupados pelas empresas transnacionais. Em suma, o que se globalizou, o que se difundiu em todo o mundo, foi uma maneira de produzir e uma maneira de consumir de uma parte da população (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.32).

Devido a essas mudanças macro-estruturais (globalização, pós-fordismo), o campo da sociologia rural foi permeado por duas grandes tendências, tendo uma ênfase na globalização, e outra na re-localização. Para o primeiro enfoque seriam as estruturas globais as responsáveis pela regularização das dinâmicas agrícolas nacionais. Ou seja, seriam as cadeias de *commodities* e os sistemas alimentares que determinariam os sistemas agrícolas. Críticos a essa perspectiva, pautada por mudanças externas, alguns autores apontam a “re-localização” com a diversificação do local através de uma maior dinamização dos atores locais como fundamental nesse novo contexto. Dessa forma, valorizam as especificidades locais, a cultura, o cotidiano, enfim aspectos que também contribuem para as dinâmicas da globalização e que muitas vezes são desconsiderados, o que abre possibilidades para outras formas de agricultura e não apenas para a agricultura moderna (MIOR, 2005). O desafio parece ser o de encontrar um maior equilíbrio entre essas dinâmicas, pois ambas são importantes, uma vez que para o desenvolvimento é fundamental os laços fortes (endógenos) e fracos (exógenos), tal como já referido no capítulo anterior.

Outro reflexo dessas mudanças, em especial devido a presença cada vez maior da questão ecológica, é a crescente demanda por produtos limpos, frescos, livres de insumos químicos o que favoreceu, dos anos 90 em diante, uma dualidade na produção, segundo Graziano da Silva, 1998. De um lado, persiste a produção em massa e indiferenciada, de outro, despontam os “nichos de mercado” voltados para a população com um poder aquisitivo maior. Essas mudanças propiciaram o surgimento do “consumidor saúde” e do “produtor-verde”, sendo que o primeiro se preocupa com a qualidade do produto e o segundo em obter um espaço no mercado, um nicho de mercado. Aos poucos parte dos sistemas agrícolas vão se adequando a essa nova realidade, com tecnologias apropriadas e redução de agrotóxicos. Surge “a modernização ecológica” ou “capitalismo verde” que valoriza os produtos certificados, criando barreiras à produção e entrada em certos mercados. Esse novo tipo de desenvolvimento agrícola além de considerar os aspectos referidos, mantém intacta questões cruciais de alguns países como reforma agrária, concentração de renda e desemprego (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Ou seja,

nada aponta, nas novas formas de regulação que emergem nas economias globalizadas, nas novas formas de controle público-privado, para a ideia de uma sociedade agrária mais equitativa, mais humana, de melhor distribuição de renda. Pelo

contrário, as tendências, como procuramos mostrar, são de que a simples justaposição da preservação ambiental sobre a agricultura tendem a complicar a questão, ao invés de facilitar a solução da exclusão social que se acentua nessa fase superior da modernização agrícola, ou seja, a modernização ecológica globalizada (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p.41).

Embora o referido autor tenha certa dose de razão, pois as exigências para participar desses processos, principalmente no que se refere à exportação, são significativas, não se pode esquecer que esse novo tipo de agricultura vem contribuindo para a inserção econômica de muitos agricultores descapitalizados. Isso porque a maioria deles, ou dos seus antepassados, já praticava esse tipo de agricultura, em pequenas propriedades, com a utilização de circuitos curtos de comercialização, o que facilita a continuidade dessa atividade. Atualmente, com a valorização desses produtos, tem aumentado a inclusão desses agricultores com aumento da renda e incentivos (políticas públicas) para aprimorar a produção. Além disso, a agricultura de base ecológica, ou mesmo a agricultura orgânica, não se limita a busca de novos nichos de mercado, pois também considera a dimensão social, ambiental e política. Em função disso, podem ser compreendidas como constituintes de processos de recampesinização.

No entanto, essas iniciativas, assim como a modernização ecológica pautada na agricultura orgânica são incipientes. O modelo da Revolução Verde continua hegemônico, recebendo os maiores aportes públicos. No caso do Brasil, o Plano Safra 2013 teve aumento de recursos na ordem de 7,5% a mais em relação ao plano anterior.

O governo federal anunciou a disponibilização de R\$ 115,2 bilhões em crédito para o agronegócio através do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, também conhecido como Plano Safra. O valor representa um crescimento de quase 7,5% em relação ao plano 2011/2012, quando foram disponibilizados R\$ 107,2 bilhões, e é mais do que o quádruplo dos R\$ 20,25 bilhões liberados há uma década, no plano 2002/2003, fruto 'do grande empenho em colocar como prioridade a questão agrícola no Brasil' (MANSUR, 2012, p.01).

Esses recursos volumosos decorrem do fato de que o agronegócio tem sido um fator preponderante para muitos países em desenvolvimento no que se refere à exportação, ou às *commodities*

agrícolas. É através desses produtos que grande parte desses países mantém a tradicional posição de fornecedores de matérias-primas, as quais continuam a ser o carro chefe da economia, o produto que faz a diferença no mercado internacional.

Devido o impacto ambiental e social negativo, nos anos 1970 iniciaram muitas críticas a esse modelo e o incentivo a novos modelos agrícolas, conforme referido. Na análise de alguns autores essas críticas seriam um reflexo de uma crise agrária, pois os sistemas agrícolas sofrem influência da sociedade, da natureza e dos indivíduos. Ou seja, não são sistemas independentes, e quando ocorre uma quebra dessa convergência surge uma crise agrária. Um exemplo seria a crise agro-ambiental resultante da destruição sistemática do meio ambiente, ou a proliferação de doenças (vaca louca, febre aftosa, gripe aviária, peste suína etc) que vem desestruturando o eixo agricultura/sociedade (PLOG, 2008).

É a partir dessa crise estrutural que da década de 1980 em diante a agricultura sustentável e/ou de base ecológica ganha cada vez mais espaço, pois visa provocar o mínimo impacto ambiental, além de produzir retorno econômico com equidade social. Como reflexo disso, a América Latina está ocupando o terceiro lugar no ranking da produção orgânica mundial, tendo um crescimento superior a 8% ao ano, sendo que a maior parte da produção é exportada para a Europa e os Estados Unidos. Nos primeiros lugares estão a Oceania e a Europa (MADAIL et al, 2011). Não obstante, é importante ressaltar que agricultura orgânica não é sinônimo de agroecologia, pois enquanto a primeira está mais voltada para a produção em termos de nichos de mercado, a segunda considera do mesmo modo as dimensões social, ambiental, econômica e cultural, não priorizando mais a dimensão econômica. Mas de modo geral, essas mudanças passaram a conferir maior status à agroecologia e à agricultura orgânica, sendo considerada por muitos *experts* um novo paradigma de produção agrícola (ALMEIDA, 1997).

Face a esse contexto, a temática do desenvolvimento rural passou a ganhar relevância a partir dos anos 1990, tanto em países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. Temas como meio ambiente, territorialidade, papel da agricultura, êxodo rural deslocaram o foco da discussão, antes voltada para a produção e produtividade agrícola. Essas transformações decorrem, principalmente, da problemática ambiental surgida nos anos 1970, e dos impactos das mudanças macro-estruturais como novas tecnologias, pós-fordismo e globalização. A sustentabilidade passa a ser mais considerada, assim

como a interação campo-cidade, pois não há mais espaço para a existência de um meio rural isolado, distante do meio urbano. Nesse contexto, ao invés do desenvolvimento exógeno passam a ser valorizados o desenvolvimento endógeno, local e territorial, destacando-se duas modalidades, o rural não agrícola, ou neoruralidade, e a agricultura familiar (MIOR, 2011). A neoruralidade compreende atividades terciárias (turismo rural, paisagens naturais, água limpa, ar puro), as quais tendem a alavancar o desenvolvimento rural com geração de emprego e renda. Dessa forma, o rural vem apresentando uma dinâmica multifuncional, pois

o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão de obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

Há uma valorização dos produtos naturais, sem insumos químicos, assim como dos conhecimentos tradicionais das populações rurais. Grandes empresas tem cada vez mais interesse nesses produtos para manipulação de remédios, cosméticos, tendo muitas firmado acordo com as populações locais para explorar esses recursos. Dessa forma, o meio rural vem apresentando uma expressiva multifuncionalidade, indo além de mero fornecedor de alimentos e matérias primas. Os conhecimentos tácitos, os recursos naturais passam cada vez mais a ser valorizados dentro do novo paradigma da sustentabilidade em que a pequena produção surge como “guardião da biodiversidade ameaçada” (WILKINSON, 2003). Os territórios mais beneficiados com essa forma de desenvolvimento geralmente se encontram nas adjacências entre o rural e o urbano, existindo maior conexão entre essas duas esferas (VEIGA, 2000).

No entanto, o desafio consiste numa real valorização e reconhecimento dessas novas práticas, de modo que as comunidades tradicionais passem a ser reconhecidas e remuneradas por essas atividades. Esses exemplos proporcionam uma nova ótica de oportunidades para o desenvolvimento rural, não estrita a hegemonia das transnacionais, pois há espaço para reinserção de grupos de pequenos agricultores com base na multifuncionalidade e pluriatividade agrícola (WILKINSON, 2003). Nesse contexto, a produção de

externalidades positivas como a prevenção de externalidades negativas são funções sociais, ecológicas e globais que justificam o caráter público da agricultura. Isso implica o acesso não exclusivo ao uso desses bens, por um lado, e na indivisibilidade de seus efeitos sejam bons ou ruins, por outro. No entanto, os riscos estão nos agricultores não conseguirem assegurar a preservação dos recursos e as necessidades de suas famílias, sendo importante a valorização do caráter “plurifuncional” da agricultura, por meio de uma nova articulação entre a lógica da troca e da reciprocidade. Como, por exemplo, com preços diferenciados segundo a natureza da transação, troca ou reciprocidade, ou segundo a natureza do produto e sua especificidade (artes indígenas, artesanato). Essas ações contribuiriam para marcar fronteira entre sistemas de livre-câmbio e sistemas regulados pela reciprocidade, deixando livres às organizações de agricultores a escolha entre um ou outro sistema. Atualmente, em termos de desenvolvimento, não se trata de reivindicar uma dessas lógicas, mas de chamar a atenção dessa dupla referência, pois o reconhecimento da economia da reciprocidade possibilitaria demarcar a diferença entre esses sistemas. Dessa forma, poderia colaborar para suscitar o debate entre mediações na gestão e planejamento dos projetos de desenvolvimento, assim como nos valores que devem orientá-los (SABOURIN, 1999).

As atividades não-agrícolas propiciam uma renda mais elevada contribuindo para reter a população rural no campo, diminuindo o êxodo rural. No entanto, segundo Kageyama, 2008, diferente dos países desenvolvidos em que a pluriatividade é um fator decisivo para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, 71% de sua população rural está ocupada na produção agropecuária, sendo as empresas rurais não-agrícolas de baixa qualidade. Esclarece que “no Brasil como um todo a pluriatividade tem crescido lentamente: em 1995 havia 16,6% de domicílios rurais pluriativos, em 2003 essa proporção cresceu para 17,2% e somente 18,4% dos domicílios rurais eram pluriativos em 2005” (KAGEYAMA, 2008, p. 200).

Em decorrência dessas mudanças no meio rural, pode-se colocar que ao invés do fim do rural pela urbanização do campo, tem surgido uma nova ruralidade em que os agricultores são reconhecidos como atores sociais. Dessa forma, são considerados os principais protagonistas de um novo projeto de desenvolvimento rural, que não irá reproduzir a lógica da agricultura patronal (WANDERLEY, 2009).

No caso específico da América Latina, embora a discussão sobre desenvolvimento sustentável tenha se incorporada à agenda política, ainda persiste muita retórica e poucas experiências práticas/concretas que levem em conta as prioridades da região. Entre as principais estão a redução da desigualdade social, a auto-suficiência alimentar, a conservação dos recursos naturais, o empoderamento e participação efetiva das populações nos processos de desenvolvimento. Nesse contexto, torna-se fundamental a organização da sociedade civil, por meio de ONG's, movimentos sociais, associações, a fim de fomentar um desenvolvimento de baixo para cima, criando estratégias massivas de desenvolvimento sustentável. Isso porque urge minimizar os problemas de degradação socioambiental no meio rural, com incentivo aos conhecimentos locais, as necessidades e aspirações das comunidades e a valorização dos seus recursos autóctones. Nesse sentido e considerando que os maiores índices de pobreza se encontram no meio rural, os sistemas agroecológicos surgem como uma alternativa de desenvolvimento para essas populações. Além de não utilizarem insumos químicos, de considerarem o meio ambiente, esses sistemas também colocam no centro de suas atenções as populações em situação de vulnerabilidade social.

Avaliações preliminares de algumas das atividades das ONG's amparadas institucionalmente pelo Consórcio Latino-Americano sobre Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES), mostram que os sistemas agroecológicos resultaram em benefícios concretos para as populações locais, como o aumento da produção de alimentos, recuperação e melhoria da qualidade dos recursos naturais e uso mais intenso e eficaz dos recursos locais (ALTIERI, 1997, p. 88).

Os principais desafios na implementação dessas ações referem-se a concessão de crédito, de maiores subsídios aos pequenos agricultores, assim como pesquisa, consultoria técnica, educação, saúde e infraestrutura para os territórios rurais. Nesse contexto, duas correntes teóricas vêm se destacando no campo do desenvolvimento rural, sendo uma referente ao capital social e outra que enfatiza a dimensão territorial (AMORIN, 2010). A convergência entre capital social e abordagem territorial permite uma ampliação da reflexão sobre o meio rural. Um dos pressupostos a ambas correntes teóricas é de que o desenvolvimento rural não se restringe a atividade agrícola. Assim como, não pode ser reduzido a simples expansão das atividades não-agrícolas, mas se refere

à existência de uma densa rede entre diferentes esferas sociais e à proximidade social no território. Dessa forma, o interesse do enfoque territorial não é tanto pelos aspectos geográficos, físicos, mas pela estruturação das redes, das ações que propiciam a colaboração entre os atores. Nesse sentido muitos autores destacam o capital social como essencial para facilitar as interações coordenadas entre os atores, ainda que a confiança não seja o elemento decisivo para a produção de capital social, pois as organizações mafiosas também se apoiam em laços de confiança. O fundamental é a reciprocidade, a qual é capaz de propiciar um maior equilíbrio entre as partes, evitando a verticalização. A fim de fomentar essas dinâmicas é fundamental o conhecimento das organizações rurais de base, assim como os fatores determinantes dos casos bem sucedidos. Nesse sentido, a atuação em rede passa a ser um *locus* privilegiado para fortalecer o capital social e propiciar o alcance de certas conquistas/objetivos que não seriam conseguidos de modo individual (ABRAMOVAY, 2001).

3.2.1 O camponês: um tipo específico de agricultor familiar?

A ênfase conferida por Ploeg ao campesinato na sua obra *Camponeses e Impérios Alimentares – Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização* corrobora para a valorização desse segmento. Assim como do meio rural, pois para o paradigma desenvolvimentista era visto como sinônimo de atraso, devendo ser superado. Em consequência dessa mentalidade, se consolidou um estigma pelo rural e pelas populações desses locais, sendo consideradas ignorantes, atrasadas, pobres, contribuindo para a dualidade rural/urbano. Na análise de autores como Vladimir Ilitch Lênin e Karl Kautsky, o camponês era um resquício a ser eliminado com o desenvolvimento do capitalismo. Isso porque estaria a margem desse sistema, pois não vende sua força de trabalho e não explora a força de trabalho alheia. Dessa forma, com o tempo, inevitavelmente, iria se transformar em uma das duas principais classes da sociedade, o proletariado ou a burguesia. Ambas concepções, na versão capitalista e socialista, sobre o campesinato foram deslegitimadas, pois não correspondem à realidade. Nem o trabalho assalariado tornou-se hegemônico, tal como pensava Lênin, nem a agricultura familiar é “economicamente inferior” como pensava Kautsky (ABRAMOVAY, 1992). E nem o rural e suas populações podem ser consideradas arcaicas e atrasadas, mas parte constitutiva de um sistema que prioriza o meio urbano e o crescimento econômico a qualquer custo.

Não sendo os camponeses uma categoria em extinção, é importante diferenciá-los dos agricultores familiares, pois esses conceitos não são sinônimos. Enquanto os primeiros podem entrar e sair do mercado por determinado período, sem perder a sua condição, os segundos atuam no mercado, tendo maior integração à lógica mercantil com a utilização de créditos, insumos e tecnologias. Dessa forma, o divisor de águas entre camponeses e agricultores familiares está em dois aspectos: “o grau de integração aos mercados e a própria limitação desses mercados” (FRIEDMANN, 1980 apud VEIGA, 1991, p. 191).

Após a 2.^a Guerra Mundial num contexto de reconstrução da ordem, tendo por mote o progresso, a eficiência, surge, na Europa, o conceito de agricultura familiar como forma de contribuir para alavancar esse processo. Desse modo, a agricultura de base camponesa, centrada no trabalho familiar foi invisibilizada, segundo Ploeg (2008), como se não existisse, ou que inevitavelmente teria de se adaptar a esse nesse novo contexto. A identidade social entre agricultor e camponês é o trabalho familiar, pois ambos produzem na lógica da família e não da divisão do trabalho. Mas essa identidade é quebrada quando a agricultura familiar se insere no agronegócio, pois perde sua autonomia e o modo tradicional de praticar a agricultura. Nesse sentido, embora a unidade produtiva camponesa não esteja baseada na lógica da troca mercantil, não está excluída do mercado, podendo estar mais ou menos inserida, ter maior ou menor autonomia.

De modo geral podem-se citar três paradigmas referentes ao campesinato, conforme quadro síntese.

Quadro 16 – Paradigmas do campesinato

Paradigmas	Características	Principais Autores
Paradigma do fim do campesinato (Marxistas e liberais)	A sociabilidade capitalista perpassa todas as esferas da sociedade, de modo que não é possível sobreviver fora dessa lógica. A troca mercantil atinge todos os âmbitos, restando apenas a adaptação e/ou superação radical dessa hegemonia.	Karl Marx (teoria da renda da terra); Lênin (teoria da diferenciação camponesa); Kautsky (teoria da industrialização da agricultura).
Paradigma da	Chega ao Brasil nos anos 1990 com a obra, <i>Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão</i> , de Ricardo Abramovay. Desse período em diante ao invés de pequena produção, baixa renda, pequeno produtor, é usado a	Henri Mendras – La fin des paysans; Ricardo Abramovay –

metamorfose do campesinato (pós-marxistas)	categoria agricultura familiar para representar esses segmentos. Segundo essa matriz teórica, o campesinato deveria ser modernizado através de instrumentos criados pelo estado. Nesse sentido foram implementadas várias políticas públicas para atender essa demanda, sendo a principal o PRONAF. São apoiadores dessa perspectiva: Contag, FAO, ONU.	Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão; Eli da Veiga – Desenvolvimento agrícola.
Paradigma da resistência do campesinato	O campesinato não desapareceu, ele apenas foi invisibilizado cientificamente pelas teorias da modernização de cunho marxista e liberal. A condição camponesa na contemporaneidade pressupõe um modo camponês, um estilo de fazer agricultura que se opõe ao estilo empresarial do agronegócio. Apoiadores dessa perspectiva: Via Campesina/MST/MMC/MPA.	Sociologia Europeia: Van der Ploeg (Holanda), Sevilla-Gusman (Espanha), Terry Marsden (Inglaterra). Sociologia Brasileira: Bernardo Mançano, Ariovaldo de Oliveira.

Fonte: Elaboração própria baseada em (informação verbal)⁹.

Segundo Wanderley (2009) a reprodução do campesinato, diferente do assalariado que tem uma relação direta entre capital e trabalho, consiste numa relação que se caracteriza por “autonomia-subordinação”. Dessa forma, frente à lógica do capital, está sempre buscando espaços de autonomia, de inovações e diversificação de sua produção, o que contribui para a heterogeneidade da agricultura familiar.

Nesse sentido, a referida autora destaca a análise de Chayanov como importante para a compreensão desse processo de reprodução da agricultura familiar e das potencialidades do campesinato nas sociedades modernas. Para Chayanov a economia camponesa não constitui um modo de produção, mas uma forma específica de organização que pode se reproduzir em diferentes modos de produção. Além disso, para compreender o campesinato é preciso considerar duas

⁹ Análise baseada em informações do Prof. David Caume disponibilizadas em aulas da disciplina sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural do PPGSP/UFSC, no segundo semestre de 2010.

dimensões distintas, mas complementares. Na primeira, o campesinato se constituiria como uma cultura em termos de integrar uma sociabilidade camponesa, e na segunda como sendo um modo particular de organização da produção, pautado na estrutura familiar. Atualmente, os agricultores familiares não são uma simples reprodução do campesinato, embora seja a lógica familiar oriunda da tradição camponesa que orienta as decisões desses agricultores. Dessa forma, é possível apontar três identidades aos camponeses, os quais podem ser entendidos como sociedades camponesas, agricultura camponesa, e como resistência ao modelo hegemônico da agricultura moderna (WANDERLEY, 2009).

No contexto de globalização, de hegemonia das grandes empresas transnacionais ou dos ‘impérios’ dos mercados agrícolas, as estratégias de sobrevivência dos camponeses tem sido de reafirmar sua autonomia por meio da autogestão, do associativismo, e de formas de resistências diferentes da lógica mercantil. Essas ações e práticas apontam para o surgimento de um processo de reconstrução do campesinato ou de ‘recampesinização’, segundo Ploeg (2008). Além de estratégias defensivas, o “princípio camponês” se expressa através das inovações, das redes, cooperativas, feiras, valorização dos produtos tradicionais, como as sementes crioulas. Dessa forma, o projeto camponês tem por base a colaboração e a reciprocidade expressas através de valores compartilhados, solidariedade, força da comunidade, qualidade do trabalho e partilha dos recursos. Por meio dessas práticas os camponeses evitam entrar totalmente no mercado de intercâmbio, onde tudo é transformado em troca mercantil (SABOURIN, 2008). Desse modo, os camponeses podem ser definidos através das seguintes características:

[...] uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação específica e diferenciada com mercados diversificados e o mundo exterior autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado a reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade (SABOURIN, 2009, p.02).

A agricultura camponesa é uma das formas da agricultura familiar em que os camponeses asseguram a subsistência do grupo familiar e sua reprodução nas gerações seguintes através do sistema tradicional de “produção-policultura-pecuária”. Embora não seja uma agricultura de subsistência, pois tem por propósito manter e conservar o

patrimônio familiar, em geral, a agricultura camponesa é de pequeno porte. Porém, não é seu tamanho que irá determinar sua natureza, mas sim as relações sociais (internas e externas) tecidas na propriedade. O saber tradicional, o território e a sociabilidade específica desenvolvida por esses atores, que transcendem os laços familiares e de parentesco, são muito valorizados. No entanto, há uma diversidade de agriculturas familiares não camponesas que procuram adaptar-se a esse novo contexto, com intuito de se reproduzirem como um agente da agricultura moderna. Com isso perdem a autonomia e se subordinam a processos sociais externos, tendo por resultado muitas vezes o êxodo rural em função do desestímulo, do endividamento e da incapacidade de conduzir novamente a propriedade sem a ingerência externa (WANDERLEY, 2009).

Diferente da lógica mercantil pautada no lucro máximo, a família camponesa cessa o trabalho ao obter o equilíbrio entre trabalho e consumo. Frente à territorialização do capital os camponeses preservam a posse da terra e trabalham utilizando mão de obra familiar. Dessa forma, o campesinato tem com a terra uma relação não capitalista, pois não há uma dissociação entre instrumentos de trabalho (terra) e força de trabalho, sendo que a terra para o camponês significa liberdade, autonomia, enraizamento, aspectos que conferem a motivação principal para o trabalho (PAULINO & ALMEIDA, 2010). Ao se resgatar esse conceito e o modo camponês de fazer agricultura é valorizado outro modelo de produção agrícola baseado na “condição camponesa”.

O conceito de ‘condição camponesa’ se refere, precisamente, a este eixo entre o campesinato e o contexto social. A presença de relações de dependência e a insegurança, marginalidade e falta de perspectivas associadas fazem do modo camponês de fazer agricultura uma *instituição* necessária (PLOEG, 2008, p. 52)

A condição camponesa deve ser vista como um processo que possui diferentes “ritmos”, podendo ser tratada em termos de descampesinização, sendo característica dos locais onde o império está presente, e recampesinização onde a dinâmica camponesa é mais forte, articulada e abrangente. O império é multi-centrado e se expressa na degradação dos recursos naturais, na destruição das propriedades comunitárias, na drenagem e apropriação de recursos (terra, material genético, água). Os camponeses tendem a enfrentar essas tendências destrutivas colocando em prática seu modo de produção, constituindo uma resistência ao império. Porém, trata-se de outra forma de

resistência, não restrita a lutas abertas como marchas, ocupações, mas expressa sob uma variedade de formas, tais como nos novos produtos (agroecológicos), na forma de organização das propriedades, na pluriatividade e na multifuncionalidade. Trata-se de buscar soluções locais para problemas globais através de uma diversidade de respostas. Esses novos elementos que caracterizam a resistência conferem “orgulho e dignidade aos camponeses” e representam uma alternativa para a crise agrária, pois a agricultura camponesa está centrada no capital ecológico, social e cultural. Nesse contexto, a agricultura agroecológica reforça essa tendência e retoma a centralidade do capital ecológico e da co-produção, em que a qualidade do produto, sua origem, frescor, autenticidade, são muito valorizados (PLOEG, 2008).

Além disso, essas novas experiências estão enraizadas no capital social existente nas redes, nos valores partilhados e experiências vividas. Essas inter-relações propiciam maior aproximação entre produtores e consumidores através dos circuitos curtos de comercialização. Os territórios em disputa refletem as diferenças no uso da terra, sendo para uns um meio de vida e para outros um meio de extrair renda e lucro. Diferente do operário, o camponês vende o produto e não o trabalho contido no produto. Enquanto o trabalho excedente define a reprodução do operário, para o camponês é o produto excedente que assegura a renda monetária (PAULINO & ALMEIDA, 2010).

Face ao exposto, as características dos principais modos ou estilos de agricultura podem ser sintetizados no quadro seguinte.

Quadro 17 – Estilos de agricultura

Modo camponês	Modo empresarial
Unidade familiar como principal âmbito de referência para a tomada de decisões.	Unidade empresarial, ou complexos agroindustriais, como principal âmbito de referência para a tomada de decisões.
Baseado na interação com a natureza, co-produção (homem-natureza).	Desconectado da natureza, industrialização da agricultura.
Distanciamento de mercados de insumos, diferenciação dos produtos, grau de mercantilização reduzido, criação de novos mercados, desenvolvimento endógeno.	Elevada dependência de mercados, grau de mercantilização elevado, desenvolvimento exógeno.
Centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades, insumos internos.	Centralidade das tecnologias mecânicas e dos insumos externos.
Intensificação continuada baseada na	Aumento em escala e intensidade,

quantidade e qualidade do trabalho.	seguindo a trajetória do desenvolvimento dominante. Dependente de tecnologia externa.
Multifuncional e Pluriativa.	Especialista.
Continuidade entre presente, passado e futuro.	Ruptura entre passado, presente e futuro.
Aumento da riqueza social, geração de renda, emprego e desenvolvimento local diversificado.	Contenção da riqueza social (redução do emprego, concentração de renda e desenvolvimento especializado).

Fonte: elaboração própria com base na revisão de literatura.

Tendo em vista certa polêmica entre os estudiosos do tema campesinato e agricultores familiares, pois no primeiro conceito estaria mais explícito a ideia de resistência, enquanto o segundo remeteria a uma maior inserção dos agricultores no modelo agrícola hegemônico, nesse trabalho será utilizado o conceito de agricultores familiares na acepção de Chayanov (1974). Segundo esse autor, todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Dessa forma, compreende-se que agricultor familiar e camponês são sinônimos quando a produção é definida pela estrutura familiar, independente de imposições externas. Desse modo, sendo utilizado nesse sentido, tanto um quanto outro desses conceitos passam a ter significados similares, embora a autora entenda que é mais significativo o uso do conceito de agricultor familiar. Isso porque além de facilitar o entendimento e a diferenciação da agricultura patronal, é uma forma de unificar todos os segmentos (camponês, caboclo, sem-terra, produtor rural) num conceito emblemático que pelo próprio nome já expressa as principais especificidades desse setor. Além disso, num contexto de hegemonia da lógica mercantil, e considerando os pressupostos da economia plural, é importante considerar diferentes formas de organização da produção. Desse modo, a modernização da agricultura familiar, sua maior competitividade, também são importantes em termos de inclusão social e de cidadania. Ou seja, trata-se de valorizar a diversidade de modelos de agricultura familiar (subsistência, familiar, empreendimento agrícola) (LAMARCHE, 1998). Isso não significa que irá, necessariamente, reproduzir a lógica competitiva e excludente vigente nas cadeias dos complexos agroindustriais. Nesse contexto, a agroecologia se destaca, pois constitui uma forma de questionamento do modo de produção hegemônico ao propor a transformação da base técnica de produção, o que dificulta a sua cooptação pela lógica hegemônica da modernização agrícola.

3.2.2 O desenvolvimento rural no Brasil e os diferentes estilos de agricultura

Devido o tamanho e diversidade do território nacional o desenvolvimento rural não ocorreu de forma homogênea. A cultura do café predominou mais em São Paulo, o ciclo do ouro (mineração) em Minas Gerais e a agricultura familiar na Região Sul. Todas essas culturas contribuíram para a diferenciação do desenvolvimento rural e para a definição do que são essas regiões na atualidade. Embora um conjunto de fatores tenha contribuído para o êxito de certas regiões, tais como terras férteis, mão de obra livre, migração, o fator decisivo foi a integração rural/urbano. Ou seja, as pequenas e densas cidades, as aglomerações urbanas na Região Sudeste e parte do Sul favoreceram o desenvolvimento rural nesses locais. Esses exemplos demonstram que a proximidade/articulação entre rural e urbano são fundamentais para o desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008). Nesse sentido, o principal desafio para impulsionar o desenvolvimento rural está em como propiciar infra-estrutura para as zonas rurais isoladas dos centros urbanos. São nessas áreas onde se encontram as menores rendas e a baixa qualificação de mão de obra. Nesses locais é difícil o acesso, assim como a integração entre indústria, comércio e turismo, o que demonstra a importância em se considerar as especificidades das regiões para o desenvolvimento rural.

A emergência do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil tem por marco a década de 1990, em que começam a entrar em vigor muitas das regulamentações da Constituição de 1988, tais como a descentralização política e administrativa. Além disso, o interesse pelo rural cresceu a partir da década de 1990 em função da necessidade de reter a população no campo, visto que a indústria não necessita mais de mão de obra como no passado. Assim como, dessa década em diante as organizações da sociedade civil passaram a ser mais proativas/propositivas e não apenas reivindicativas, com uma participação mais efetiva. Mas o fator decisivo, que contribuiu para a projeção e legitimidade do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil foi a importância conferida à agricultura familiar. Isso porque essa modalidade agrícola se firmou na década de 1990 como uma categoria política, obtendo legitimidade e sendo uma alternativa ao agronegócio ou agribusiness (SCHNEIDER, 2007).

O fortalecimento da sociedade civil e os debates sobre a questão ambiental são aspectos centrais que contribuíram para delimitar grandes eixos temáticos de discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Além da recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais

na década de 1990, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) passou a aliar-se a outros movimentos do meio rural, a fim de fortalecer politicamente a agricultura familiar. Também corroboraram nesse processo as pesquisas/estudos que contribuíram para uma nova interpretação da agricultura familiar, pois demonstraram que além de ser predominante nos países capitalistas centrais, contribuiu para o desenvolvimento econômico desses países.

Em função dessas reivindicações propositivas e da força social que lhes dava sustentação, o estado passou a investir mais nesse setor, com políticas direcionadas à agricultura familiar, tendo sido sancionada em 1993 a Lei Agrária e do Rito Sumário. Assim como foi criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que depois passaria a ser o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e em 1996 foi criado o PRONAF. Além dessas conquistas, houve mudança no âmbito político-ideológico, pois as elites agrárias passaram a apoiar as políticas sociais e de caráter compensatório, embora persista a oposição entre agricultura familiar e agricultura patronal. Essa dualidade também se expressa na existência de dois ministérios que tratam da agricultura e do meio rural no Brasil, sendo o MDA voltado para a agricultura familiar e o MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) para o agronegócio. Outro fator a contribuir no debate sobre esse tema foi referente a sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2007).

A própria denominação agricultura familiar foi uma inovação diante de expressões pejorativas como produtor de baixa renda, caçara, até então empregadas (WANDERLEY, 2009). Dessa forma, a agricultura familiar passou a ser vista como uma possibilidade de fomentar uma nova modalidade de desenvolvimento. Tendo por base os pressupostos do ecodesenvolvimento, pode-se colocar que a agricultura familiar mobiliza três elementos-chaves desse processo: “a produção social familiar como base socioeconômica; a agroecologia, como base técnico-científica; e o território como base de articulação política” (TONNEAU & SABOURIN, 2007, p. 301).

As principais referências teóricas sobre o desenvolvimento rural no Brasil podem ser sintetizadas nos seguintes enfoques: Instituições, inovação e sustentabilidade; O novo rural brasileiro: atividades não-agrícolas e políticas compensatórias; O enfoque agroalimentar para o desenvolvimento rural; A resistência do campesinato; Diversos/outros, conforme quadro a seguir.

Quadro 18 – Enfoques do desenvolvimento rural no Brasil

Enfoques	Características
Instituições, inovação e sustentabilidade (Eli da Veiga e Ricardo Abramovay)	<p>Compreende uma matriz multidisciplinar, com destaque para a economia, ecologia e sociologia econômica. A agricultura familiar é vista como principal dinamizador das economias locais, sendo fundamental a inovação e as interações com as instituições locais. Diferencia camponeses de agricultores, em função da maior ou menor integração aos mercados. A reprodução dos agricultores irá depender da sua capacidade de inovar, fazer escolhas em função das características e potencialidades locais. Isso propicia uma interação territorial, o aumento da pluriatividade, pois o empreendedorismo e a inovação tornam-se o principal fator para a diversificação social e produtiva dos territórios. Introduziu o tema do desenvolvimento territorial no Brasil, o qual tornou-se política de governo.</p>
O novo rural brasileiro: atividades não-agrícolas e políticas compensatórias (José Graziano da Silva)	<p>Os trabalhos do Projeto Rurbano demonstraram que o meio rural não é mais exclusivamente agrícola, assim como não há mais uma limitação nítida entre rural e urbano, mas um <i>continuum</i> denominado de rurbanização ou novo rural, composto por agronegócio, lazer (prestação de serviços), novas atividades agropecuárias. No entanto, ainda persiste a pobreza, em geral, formada por pessoas sem organização política, sem renda e sem-terra, os denominados “sem-sem”. Como o setor agrícola modernizado gera poucos empregos, a aposta dessa corrente é nas atividades não-agrícolas.</p>
A “força da tradição” e os limites históricos e sociais ao desenvolvimento rural (Zander Navarro e José de Sousa Martins)	<p>Os principais obstáculos para o desenvolvimento rural seriam decorrentes da tradição política tradicional e patriarcal presentes nas sociedades latino-americanas. Nesse contexto a mudança não passa apenas pelo acesso aos recursos materiais/financeiros, mas são necessários processos radicais de democratização. O protagonismo, a autonomia e a participação popular são fundamentais nesse processo. Dessa forma, as dinâmicas de desenvolvimento deveriam contribuir para a emancipação social, criando mecanismos de responsabilização (<i>accountability</i>), de empoderamento, a fim de fortalecer o capital social dos territórios rurais. Esses aspectos devem ser considerados para evitar que as ações implementadas retornem ao ponto de partida ao findarem os apoios externos (recursos, mediações).</p>

<p>O enfoque agroalimentar para o desenvolvimento rural (John Wilkinson)</p>	<p>Focaliza o agronegócio e as cadeias alimentares numa perspectiva que difere da teoria econômica tradicional. Visa compreender como os pequenos produtores podem se situar frente aos desafios do capitalismo na agricultura. Se nos anos 1980 os estudiosos entendiam que a integração dos pequenos agricultores às agroindústrias os levaria a perda da autonomia, os estudos dos anos 1990 constatarem que as agroindústrias preferem trabalhar com agricultores menos especializados e que estes preferem integrar-se a ficar fora dessa atividade. Dessa forma, visa compreender as possibilidades da agricultura familiar num momento de mudanças em que o capitalismo passa do fordismo para um regime de produção e consumo flexíveis. Nesta fase o consumidor tem um papel importante e suas demandas devem orientar a produção. Os principais desafios voltam-se para a segurança dos alimentos (sanidade) e formas mais sustentáveis e justas de produção. Nesse sentido, a ideia de cadeia de produção vai cedendo espaços para a ideia de redes, uma vez que consegue operar melhor com aspectos sociais e técnicos da produção. Essas mudanças podem abrir um espaço para a agricultura familiar que em geral é marginalizada em relação ao conjunto da economia. Dessa forma, o desafio é conseguir uma maior inserção nos mercados locais (merenda escolar, programas sociais) diferenciando-se em termos de especificidade e qualidade dos produtos.</p>
<p>Resistência do Camponato (Bernardo Mançano e Ariovaldo de Lima)</p>	<p>Destaca a importância do camponato devido sua expressividade e seu modo de produção, familiar e em pequenas propriedades. Defesa de uma ampla Reforma Agrária capaz de alterar a estrutura agrária vigente no Brasil, com incentivos à produção sustentável, tais como a agroecologia. Uma referência dessa proposta é o Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) com o tema: <i>Camponato e agronegócio na América Latina e Caribe</i>.</p>
<p>Diversos/outros (multifuncionalidade, políticas públicas, sociais, território)</p>	<p>A multifuncionalidade visa romper com a setorialidade agrícola, voltando-se para a análise das famílias no território e a lógica camponesa da agricultura familiar. As políticas sociais ao invés de despesas seriam uma forma de desenvolvimento por meio da distribuição de riquezas. Como, por exemplo, a previdência social rural e os assentamentos rurais como ativadores das economias locais. Outro enfoque concentra estudos nos territórios como espaços de planejamento, intervenção para o</p>

Fonte: Adaptado de Schneider (2007) com acréscimos da autora, em especial o penúltimo enfoque.

Desses enfoques, embora todos sejam importantes, duas correntes tiveram maior proeminência no debate sobre o tema, sendo a primeira referente ao rural não-agrícola, e a segunda ao fortalecimento da agricultura familiar. Para a perspectiva do rural não agrícola as dinâmicas presentes no meio rural, denominado de “novo rural” não estariam mais pautadas pelo crescimento agrícola, mas pelo crescimento das atividades não-agrícolas. Isso porque a agricultura vem cada vez mais se modernizando, com novas tecnologias, e com isso gerando menos empregos, sendo as atividades não-agrícolas responsáveis pelas novas ocupações. A pluriatividade seria a base do trabalho familiar, e o rural um “*continuum* do urbano” com forte presença de atividades não-agrícolas. Portanto, seria essa a estratégia a ser fortalecida para o desenvolvimento rural, segundo José Graziano da Silva. Na análise de Veiga e Abramovay, baseada nas experiências dos países desenvolvidos, a estratégia de desenvolvimento rural deveria ser voltada para fortalecer a agricultura familiar, embora convirjam com a perspectiva anterior em relação a importância do desenvolvimento ascendente, da participação e do desenvolvimento endógeno-local (MIOR, 2000). Esse último enfoque foi o que teve maior impacto nas políticas públicas, em especial a partir dos anos 1990, sendo o PRONAF a principal referência. Outras políticas públicas expressivas são o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; a criação da Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre a alimentação escolar; maiores aportes para pesquisa, assistência técnica e infra-estrutura; políticas de assentamentos, educação rural (pró-jovem) etc. Novos conceitos passaram a permear o debate público como desenvolvimento territorial, capital social e valorização das especificidades territoriais (identitárias, culturais, políticas, econômicas).

Independente do enfoque adotado é importante esclarecer que embora tenha aumentado as atividades não-agrícolas no meio rural, não se deve confundir a pluriatividade com essas novas atividades. Segundo Schneider (2003, p. 10),

a pluriatividade é um fenômeno observável no âmbito das famílias rurais, porque pluriativas elas passam a ser à medida que ocorre a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem. Já as

atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas.

Dessa forma, a família rural pode optar por combinar essas duas atividades (agrícola e não-agrícola) sendo pluriativas, ou optar por abandonar o trabalho agrícola, se voltando apenas para atividades não-agrícolas, embora continue residindo no meio rural. Mas, o aumento das atividades não-agrícolas não significa necessariamente um crescimento das famílias pluriativas.

A pluriatividade¹⁰ propicia uma renda mais elevada às famílias, o que contribui para reter a população rural no campo, diminuindo o êxodo rural. Além disso, o crescimento das atividades não-agrícolas vem conferindo uma dinâmica multifuncional ao meio rural. A multifuncionalidade incorpora as diversas dimensões do modo de vida das famílias rurais, não se limitando ao econômico. Entre as principais podem ser destacadas a promoção da segurança alimentar, tendo importância a produção para o autoconsumo; a manutenção do tecido social e cultural, sendo a agricultura o principal fator identitário das famílias e comunidades rurais; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CAZELLA et al, 2009a).

Outro aspecto importante destacado pelos estudiosos do rural são as inovações que vem sendo implementadas neste meio, seja na agricultura, no cuidado com o solo, no plantio observando a cultura local do território, assim como a geografia (solos, vegetação, relevo) (PNITCHPAKDI, 2009). Outras mudanças semelhantes a essas que vem se disseminando em diversos locais do país são os sistemas de irrigação por gotejamento, a implementação de polos de produção agroecológica por meio da tecnologia do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), a tecnologia social (interação de saberes entre uma comunidade e organizações que atuam naquele local) (N'DIAYE, 2008; BARROS, 2007). Muitas dessas atividades já existiam, porém agora passam a gerar emprego e renda. A fim de fomentá-las com vistas a um ambiente social dinâmico as cooperativas passam a ser priorizadas pela produção familiar. Dessa forma, a pluriatividade exige dos agricultores

¹⁰ Conforme verificado na pesquisa de SCHNEIDER, Sérgio. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; LÍRIO, Viviani Silva. (Org.). Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária. Viçosa, 2003, p. 151-188

o contato, a participação em redes mais amplas, visando a comercialização dos produtos, a obtenção de informações. É importante verificar como, nesse contexto, os grupos mais vulneráveis/excluídos do processo de desenvolvimento estão conseguindo se incluir nessas novas atividades (VILELA, 1998).

Face ao exposto, a visão tradicional ou agrária de desenvolvimento que entendia o meio rural através da dualidade rural/urbano vai sendo superada. De modo geral, os agricultores se tornam polivalentes e pluriativos, e o rural passa a ser compreendido pelo enfoque territorial. Ou seja, como sendo um espaço onde interação empresas, sistemas locais de produção, economias locais, onde se valoriza a cultura/identidade, a história do local, e as redes interorganizacionais.

3.2.3 O Desenvolvimento Territorial (Sustentável) no meio rural brasileiro

A importância do desenvolvimento territorial para o meio rural teve influência de políticas europeias e americanas que no início dos anos 1990 tomaram novos rumos. Com isso, as funções do meio rural foram ampliadas, de sinônimo de desenvolvimento agrícola passa a ser visto de forma mais integrada, sendo consideradas as atividades não-agrícolas. Nesse contexto, as políticas de desenvolvimento rural da Europa passam a ter novas estratégias de ação, tais como, por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER) (MIOR, 2000). No Brasil, o desenvolvimento territorial é uma agenda relativamente recente, tendo iniciado em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial que é responsável pela formulação e implementação do PRONAT (Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais). Esse programa procura disseminar uma cultura de planejamento descentralizado, capaz de envolver diferentes grupos existentes no território, em especial os mais excluídos que residem em áreas rurais (ANDION, 2009). No entanto, ainda é predominante nas políticas públicas a ênfase no enfoque territorial, pois “não se logrou a plena incorporação do componente ambiental em todas as dimensões requeridas para se chegar a uma concepção de desenvolvimento territorial sustentável” (BONNAL & MALUF, 2010). Nesse sentido se justifica a colocação do termo “sustentável” entre parênteses no título desse tópico.

A fim de propiciar o desenvolvimento territorial é importante o estabelecimento de um ‘pacto territorial’ capaz de fortalecer um novo sujeito coletivo que articule as forças dinâmicas do território, capaz de

(...) mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”; contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido; criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial (CASAROTTO FILHO E PIRES apud ABRAMOVAY, 2000a, p. 09).

Para tal é imprescindível investimentos em educação no meio rural, capaz de favorecer maior aprendizagem e valorização dos saberes locais, pois o desenvolvimento territorial “apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região” (ABRAMOVAY, 2000a, p. 11). As possibilidades dos projetos se concretizarem irão depender do jogo de atores, de suas redes/alianças/conflitos. Daí a importância das pesquisas empíricas com foco nessas dinâmicas, nas instituições de mediação e negociação, e na participação dos atores menos mobilizados (CAZELLA, 2009b).

O modelo de modernização agrícola foi e continua sendo um exemplo de política de gestão do território de forma verticalizada, sendo as políticas públicas pautadas pela pressão de setores hegemônicos. A fim de buscar corrigir esse processo, dos anos 90 em diante, as políticas descentralizadas passaram a ser estimuladas, sendo o território um *locus* privilegiado para o desenvolvimento. Segundo Schejtman e Berdegúe (2003 apud AMORIN, 2008, p.02), “o território é um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados”. Dessa forma, os territórios vêm contribuindo para a valorização dos produtos tradicionais, não estandarizados, os quais vêm conquistando nichos de mercado devido sua qualidade, diferenciação, e especificidade. Nesse contexto, as policulturas passam a ganhar espaço e vão conferindo novas paisagens aos territórios, pois há mais presença de pessoas, valorização da comunidade, da cultura e identidade local.

O enfoque territorial propicia maior relevância à abordagem endógena de desenvolvimento rural, em relação à exógena. Para essa perspectiva, o meio rural seria um complemento às cidades, as quais seriam o polo dinâmico, tendo forte ênfase na dicotomia rural-urbano. Já as análises endógenas não separam o rural do urbano, efetuando uma

análise de modo integrado, pois há um fluxo migratório do urbano para o rural (aposentados, busca por tranquilidade – ar puro, água limpa etc) e uma maior difusão das atividades econômicas (pluriatividade/multifuncionalidade). As áreas rurais integram-se ao sistema econômico através de sua diversificação interna e integração externa, tendo destaque a especialização territorial, voltada para a economia de escala, e a diversificação atrelada a uma economia de escopo. Enquanto a primeira se pauta pelas demandas da cadeia produtiva, a segunda prioriza a diversidade, a cooperação intersetorial, a identidade territorial, as diversas formas de integração externa e os nichos de mercado (MIOR, 2005).

Embora a perspectiva do desenvolvimento territorial tenha obtido êxito em reorientar o discurso e o projeto das políticas públicas, isso não foi acompanhado de mudanças institucionais. Ainda perduram os velhos valores e práticas sendo as temáticas da neo-ruralidade e da territorialidade incluídas por “adição”. Inclusive há certa incoerência, pois muitos programas se dizem territorializados/multisetoriais, mas estabelecem um foco, como por exemplo, o combate a pobreza. Um exemplo emblemático são as SDR (Secretarias de Desenvolvimento Regional) em Santa Catarina que vem apresentando certos desafios na implementação dessas novas dinâmicas de modo a viabilizar a formação de “territórios construídos”. Entre os principais estão a dificuldade em constituir-se como uma articulação estratégica de desenvolvimento territorial, ao invés de uma simples combinação de ações e projetos; pouca representatividade dos grupos mais vulneráveis; a prioridade ainda está focada na captura de recursos; baixa mobilização dos atores locais e de valorização dos recursos específicos. Não obstante esses desafios, o programa tem alguns méritos como melhor aplicação dos recursos públicos, qualidade dos serviços municipais, maior controle social, instituições regionais passam a participar do processo, não se restringindo ao universo municipal, novas parcerias passam a ser efetivadas o que aumenta as articulações intermunicipais. Entretanto, mesmo com esses aspectos positivos esses territórios ainda não podem ser classificados como territórios “construídos”, pois falta promover a integração entre os diferentes setores existentes no território, em especial no campo da agricultura, de modo a promoverem novas iniciativas valorizando os recursos locais. Há uma fragmentação das iniciativas e disputas entre os diferentes grupos e suas estratégias para o território, sendo pouca ou inexistente a colaboração entre as agências, conselhos, fóruns que promovem o desenvolvimento. Desse modo,

percebe-se uma dissonância entre o discurso e o resultado prático na implementação do programa (ANDION, 2009).

De modo geral, percebe-se que o espaço rural se modificou, ganhando novos matizes, sendo envolvido por redes diferenciadas que abrangem o território. Dessa forma, o paradigma da modernização, considerado principal agente de desenvolvimento rural pode estar sendo substituído por um novo paradigma de desenvolvimento rural. No entanto, ainda é cedo para saber se o desenvolvimento territorial pode constituir-se como um novo paradigma, tendo em vista que o paradigma agrário levou séculos para se consolidar (FAVARETO, 2007).

3.2.4 Redes de Agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável

Segundo Scherer-Warren (2005) as conexões em rede são importantes para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos, assim como das organizações da sociedade civil, tais como ONGs, fóruns, entidades. A participação nestas redes possibilita maior empoderamento, pois propicia que os indivíduos tornem-se sujeitos de seus destinos pessoais, transformando-se em atores políticos. As redes também favorecem a conexão com outras redes em diferentes escalas, daí o *slogan* “agir local e pensar global”, onde o alcance das reivindicações transcende as tradicionais fronteiras das nações. O associativismo civil procura ampliar o espectro da cidadania sendo exemplos emblemáticos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a Via Campesina, o *Greenpeace*, o Fórum Social Mundial, a Rede Ecovida de Agroecologia, os Fóruns de Economia Solidária, entre outros.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que a globalização enfraquece o poder dos Estados Nacionais, fortalece a sociedade civil, que intensifica o seu grau de organização. Sendo assim, o “setor público não-estatal” tem aumentado em importância além de atuar sob outra lógica, com relações um pouco mais solidárias, cooperativas e democráticas (VIEIRA, 2001).

No meio rural, as redes oriundas do campo da sociedade civil visam fortalecer as iniciativas locais, através da troca de saberes, da conexão com outras comunidades e coletivos sociais. É nesse âmbito que se encontram os maiores índices de exclusão social, sendo fundamentais os processos de inclusão social com participação comunitária e o reconhecimento, em especial dos grupos mais

vulneráveis. A exclusão, em suas múltiplas faces, impossibilita essas pessoas de refletir e acompanhar as mudanças acerca do conhecimento, das novas tecnologias de informação o que debilita o seu potencial criativo e propositivo, ficando a motivação e mobilização junto a comunidades muito reduzidas. Daí a importância das redes para o meio rural, pois através de estruturas informais, distribuídas, torna-se mais acessível o contato com esses segmentos sociais (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008).

No entanto, os desafios para o enraizamento e consolidação das novas modalidades de desenvolvimento rural expressas nas iniciativas referidas, como redes de agroecologia, de economia solidária, entre outros, são significativos. Ainda persiste a falta de reconhecimento dessas inovações como alavancas para o desenvolvimento. Os incentivos concedidos são insignificantes, pois em geral são vistas como complementares ou como “guetizadas”, no sentido de servir como paliativo para inclusão social. Por um lado, isso reflete a forte hegemonia do paradigma econômico dominante que privilegia a concorrência, os grandes empreendimentos, as tecnologias de ponta. Por outro, é um indicador do baixo peso da sociedade civil, uma vez que essas novas modalidades organizacionais em sua grande maioria se desenvolvem em seu âmbito, através de associações, parcerias e redes. Embora os avanços, essas organizações ainda vem se estruturando de forma embrionária, não constituindo um contrapeso às lógicas do mercado e do estado.

De modo geral, percebe-se que muitas das lutas das organizações da sociedade civil se limitam a temas pontuais referentes a um grupo, ao invés de lutarem por questões mais amplas. Isso porque “não se pensa o território como base de organização, mas o tema. O território articula muitos temas e pessoas. É ali que nasce a noção de público” (RICCI, 2010, p.04). Outras vezes acabam sendo cooptadas pelos partidos que ocupam cargos no governo. Ou seja, tem dificuldade em fomentar uma rede de cidadania, capaz de formar novas lideranças, o que implica transparência e participação efetiva das bases sociais. Os desafios da maioria dos movimentos é superar o particularismo, partir para a luta por direitos universais, pela construção de uma nova lógica de tomada de decisões públicas (RICCI, 2010).

Nesse contexto, segundo Almeida (2003), é importante que a proposta agroecológica se consolide enquanto um movimento social, não sendo uma mera ação contestadora e/ou restrita a sua identidade ou espaços específicos. Para tal, precisa demonstrar novas possibilidades de produzir e de viver, legitimando-se em diferentes campos (científico,

político, social), pois é por meio da interação, disputa de espaços nesses diferentes meios que irá se firmar. A fim de alcançar esses propósitos deveria transpor certos limites como, por exemplo, o caráter ideológico dos mediadores, técnicos; a pouca interação entre os atores envolvidos nesse processo; o incipiente acompanhamento e baixa sistematização dessas atividades; a defasagem tecnológica; a frágil capacitação profissional para lidar com a complexidade dos sistemas produtivos, entre outros. Além disso, o viés político e ideológico dificulta a interação com outros atores, pois passam a ser vistos como inimigos o que muitas vezes acaba resultando no isolamento dessas experiências (ALMEIDA, 2003). Dessa forma, os desafios para uma possível transição agroecológica são significativos, pois há

forças internas e externas aos diferentes países, como a globalização, as demandas mundiais por *commodities* (e mais recentemente os biocombustíveis), a emergência da biotecnologia com suas sementes geneticamente modificadas (OGMs) e o crescente controle corporativo do sistema agro-alimentar, jogam um papel chave para determinar o continuísmo do modelo e o paupérrimo estado da arte da agricultura latino-americana no começo do século XXI (ALTIERI, 2006, p.02)

A abordagem agroecológica questiona as bases do modelo de produção hegemônica, pautando-se por uma perspectiva sistêmica que busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agricultura mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL, 2009, p. 287).

Entretanto, há uma enorme resistência na aceitação dos pressupostos do novo paradigma, pois requer mudanças nas instituições públicas, acadêmicas e de extensão rural, embora os cursos de agroecologia venham se expandindo pelo país. Assim como uma série de organizações, movimentos sociais que vem constituindo diversas experiências, não aceitando uma condição secundária para a agricultura familiar. Dessa forma, da década de 1970 em diante multiplicaram-se as organizações da sociedade civil que passam a lutar por uma agricultura

sustentável, com tecnologias adaptadas. Frente a crise econômica/ambiental global urge alternativas de organização da produção de alimentos em função da sua importância vital para a sociedade (SAUER & BALESTRO, 2009; GLIESSMAN, 2009).

Nesse contexto, a transição agroecológica implica o aprimoramento da gestão dos recursos naturais e das conexões estabelecidas com diferentes atores, tecidas nas redes de agroecologia. Ou seja,

a sustentabilidade dessa nova forma de fazer agricultura não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações, que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida (SCHMITT, 2009, p. 196-197).

Além disso, implica um processo complexo que envolve dimensões técnicas, sociais, institucionais, tratando-se de uma construção social decorrente de interações e disputas entre diferentes atores sociais. Nesse sentido, justifica-se a defesa de uma mudança paradigmática de novos modelos de agricultura e desenvolvimento rural, com sustentabilidade ecológica e equidade social. Uma referência importante vem sendo as pequenas explorações agrícolas, as quais são mais produtivas, envolvem o manejo tradicional, a criatividade, o uso eficiente da terra, da água, promovendo a biodiversidade e a sustentabilidade. Além disso, os agroecossistemas tradicionais com maior diversidade de culturas são menos vulneráveis às adversidades climáticas. A fim de melhorar a produtividade dos pequenos sistemas agrícolas é importante a adoção dos princípios ecológicos e métodos agroecológicos, com fito de modernizar as propriedades e aumentar a produção. Para a difusão das inovações agroecológicas é fundamental o apoio das políticas públicas, instituições de pesquisa, participação ativa dos camponeses e estímulo à educação cultural ecológica dos agricultores. Isso requer mudanças estruturais nos diferentes campos sociais (político, econômico, social, cultural) a partir da pressão e demanda das coalizões de forças para viabilizar a agricultura sustentável (ALTIERI, 2010; ROSSET & ALTIERI, 2002; NORGARRD, & SIKOR, 2002).

A transição agroecológica não tem nenhuma similaridade à modernização verde, ou economia verde. Assim como não se refere a uma vida mais saudável, ou a outra forma de produzir, de preservar o

meio ambiente, de ofertar produtos limpos ou ecológicos em oposição aqueles que contêm agrotóxicos. Todas essas acepções reduzem as potencialidades da agroecologia, restringindo o seu significado, pois a base epistemológica da agroecologia compreende que há uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico. Dessa forma, além desses aspectos, a agroecologia deve ser compreendida como “uma ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis” (CAPORAL, 2004, p.07). Ou como sendo a “busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas” (ALTIERI, 2002, p.04). Ou ainda como

aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações (GLIESSMAN, 2001, p. 15-16)

Os estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente (orgânica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura) vem se desenvolvendo há muito tempo. No entanto, essas alternativas não conseguiram dar respostas aos problemas socioambientais. Desse modo, nasceu a agroecologia como um novo enfoque científico a fim de viabilizar a transição para uma agricultura de base sustentável, colaborando para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. Essa mudança significa alterar as bases de sustentação do modelo de desenvolvimento rural vigente, não sendo uma mera ecologização. Dessa forma, a agricultura deverá envolver novas relações com a sociedade, com o meio ambiente, com as instituições, sendo capaz de propiciar novas oportunidades. A agricultura que não utiliza insumos químicos não é sinônimo de agroecologia, pois pode não utilizá-los devido a dificuldade de acesso, ou em função de ser apenas uma estratégia visando nichos de mercado, devido a “onda” ecológica, tais como os alimentos orgânicos. Segundo Gliessman (2000 apud CAPORAL, 2004, p.12)

o enfoque agroecológico pode ser definido como ‘a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis’, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que,

integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica.

Dessa forma, o conceito de transição agroecológica passa a ser primordial, sendo compreendido como um processo gradual e multilinear de mudança com a incorporação de tecnologias de base ecológica. Trata-se de um processo social que envolve outra racionalização econômica, produtiva, de novas atitudes e valores dos atores sociais, que considera cada agroecossistema em suas especificidades, valorizando o desenvolvimento endógeno. O processo de transição agroecológica é muito complexo, tanto em relação a tecnologia, quanto à metodologia organizacional empregada, envolvendo três níveis nessa passagem.

1) redução dos insumos químicos através do incremento das práticas convencionais e/ou alternativas; 2) substituição dos insumos químicos pelas práticas convencionais e/ou alternativas; 3) redesenho dos agroecossistemas, capazes de produzir novos arranjos ecológicos (GLIESSMAN, 2001, p.28).

A agricultura agroecológica possui uma visão holística dos agroecossistemas, tendo por objetivo atender de forma integrada questões sociais, econômicas e ambientais. Tem por base os recursos renováveis locais, de modo a não depender de insumos comerciais; a manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; a preservação da diversidade biológica e cultural. A agroecologia revaloriza as práticas agrícolas antigas, porém em novas bases, sendo a organização em rede uma estratégia muito utilizada na integração dos seus integrantes. Além disso, a agroecologia vai muito além de uma melhor gestão dos recursos naturais, pois configura

(...) uma nova forma de gestão dos recursos naturais, configurando-se como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar 'valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo' (PÁDUA, 2001) ou, ainda, 'como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de um outro projeto de agricultura' (MMC apud SCHMITT, 2009, p.185).

Atualmente, devido a centralidade da questão ambiental surgiram várias correntes teóricas de desenvolvimento rural sustentável, umas mais voltadas para a agroecologia e outras para a perspectiva ecotecnocrática. A primeira visa massificar os “processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional” (CAPORAL, 2004, p. 17). A segunda tem por objetivo principal a conquista de novos nichos de mercado, ou seja, o lucro. Dessa forma, muitas vezes explora a mão de obra, e ainda que não faça uso de insumos químicos utiliza práticas de esgotamento do solo. Entretanto, na legislação brasileira sobre esse tipo de produção, conforme Lei 10.831 de 2003 do Ministério da Agricultura, o termo utilizado para designá-la é produção orgânica que abrange os sistemas ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Dessa forma, no caso desta pesquisa, quando for utilizado esse termo (orgânico) ao invés de agroecológico, é nesse sentido, ou seja, de inclusão das demais agriculturas alternativas e ecológicas.

De modo geral, frente à pobreza, degradação ambiental, demanda por produtos limpos, e da incapacidade da modernização agrícola em responder esses desafios, a agricultura orgânica vem sendo apontada como alternativa. Uma evidência é o crescimento, superior a 15% ao ano, dos mercados para esses produtos.

Somente na França, no período entre 1999 e 2009, o número de propriedades certificadas passou de 7 mil para 16,4 mil, e a área mais do que triplicou no mesmo período. A receita no mercado global de alimentos e bebidas orgânicas passou de US\$15 bilhões em 1999 para US\$51 bilhões em 2008 (FIBI/IFOAM, 2009; 2011 apud ZOLDAN & MIOR, 2012, p. 18).

Os maiores compradores desses produtos são Europa e Estados Unidos, e os maiores produtores são Ásia, América Latina e Austrália. Se comparado a outros países, a área destinada a produção orgânica no Brasil é mínima, em torno de 0,7%, enquanto, por exemplo, em outros países como na Itália é de 8%, na Suíça, 11%, Áustria 16% (ZOLDAN & MIOR, 2012).

A produção orgânica também é adequada para os agricultores pequenos, que constituem a maioria dos pobres do mundo. Os agricultores orgânicos são menos dependentes dos recursos externos e obtêm colheitas mais altas e estáveis e, portanto, maior renda. Estudos feitos na África, Ásia e

América Latina indicam que ganham mais do que os agricultores convencionais (PANITCPAKDI, 2008, p.01).

No contexto de hegemonia do agronegócio, os desafios para avançar na transição agroecológica são enormes, mas não intransponíveis. A fim de superá-los deve-se considerar alguns aspectos, tais como o fomento do diálogo e a aprendizagem coletiva entre diferentes setores na sociedade, de modo que novas práticas sejam adotadas; a conscientização dos problemas causados pela agricultura química; a socialização dos conhecimentos agroecológicos; a divulgação da problemática socioambiental. A transição agroecológica não significa apenas a substituição de insumos químicos, mas um processo capaz de inserir mudanças no manejo e organização dos agroecossistemas. Para tal, fazem-se necessárias escolhas políticas, estratégias para a construção desse modelo que poderiam ser expressas num Plano Nacional de Transição Agroecológica, o qual seria a base de um novo modelo de desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar. Dessa forma, deveria prestar auxílio e incentivo de forma similar ao concedido nos anos 1960 para a implantação da Revolução Verde, o que requer envolvimento da Embrapa, Universidades, CNPq, Capes, MEC e outras instituições (CAPORAL, 2009).

Não obstante, essas mudanças irão depender, principalmente, da demanda e das reivindicações dos agricultores e consumidores, pois não há interesse da lógica mercantil nessa atividade, a não ser para fomentar nichos de mercado. No âmbito do estado, em geral, prevalece o interesse das grandes corporações, da modernização verde, de modo que somente pela organização e mobilização da sociedade civil esse processo pode, de fato, avançar. Isso porque através da pressão desses atores os administradores públicos serão coagidos a colaborar com essas ações, uma vez que atuam de acordo com as demandas latentes existentes na sociedade.

A literatura sobre manejo ecológico dos sistemas produtivos é ampla e diversificada, tendo surgido no final dos anos 1970 na Europa e EUA estudos comparativos entre diferentes sistemas de produção (convencional e orgânico). No entanto, a transição para um manejo ecológico requer um processo lento, pois será preciso uma reestruturação dos sistemas produtivos envolvendo diferentes estágios. Fazem-se necessários mais estudos empíricos sobre produção orgânica, a fim de contribuir na operacionalização dessa atividade em larga escala. Assim como uma maior consideração da perspectiva sistêmica, de modo a evitar estudos setorializados e fragmentados (SCHMITT, 2009).

No Brasil, a agroecologia passou a consolidar-se como uma referência a partir da década de 1990, dando origem a várias redes de agricultores experimentadores, a bancos comunitários de semente e circuitos curtos de comercialização espalhados por todo o território nacional. Muitas dessas experiências vêm alimentando um banco de dados *on line* (www.agroecologiaemrede.org.br) onde estão inseridos a Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (Socla); a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Outra referência importante nesse campo são os Encontros Nacionais de Agroecologia, as Jornadas de Agroecologia e os Congressos Brasileiros de Agroecologia. Um exemplo significativo é a Rede Ecovida de Agroecologia, organizada no final da década de 1990 na Região Sul do Brasil que agrega agricultores, organizações e movimentos de apoio, tais como ONGs, organizações de consumidores. Sua proposta principal é viabilizar a reprodução social dos agricultores por meio da produção agroecológica, de modo a fortalecer novas dinâmicas econômicas, incrustadas no social (ROVER, 2011). Além dessa rede, tem outros exemplos que vem surgindo em diversos lugares de organização dos agricultores, na defesa das sementes, do seu modo de vida, que se expressam nas redes antitransgênicos da Guatemala, Aliança para Soberania Alimentar na Índia, Redes de Economia Solidária, entre outros. Dessa forma, a fim de enfrentar os grandes impérios alimentares, os agricultores procuram construir soluções locais, baseadas nas especificidades próprias do lugar, evitando padronizações e cópia de modelos prontos.

A consequência mais importante desse processo foi que os agricultores e suas organizações atingiram

um ponto chave, o da formulação de escolhas possíveis entre diferentes modelos de agricultura familiar ou camponesa, de menor ou maior integração no mercado capitalista e de maior ou menor autonomia. Portanto, além da articulação entre diferentes modos de produção, trata-se de pensar a articulação entre lógicas e práticas de troca e lógicas e prática de reciprocidade (SABOURIN, 2009, p. 48).

Dessa forma, os principais movimentos sociais rurais da atualidade, com objetivo de construir um projeto camponês moderno para o século XXI, propõem três pontos chaves: autonomia, cooperação e qualidade de vida, os quais se opõem ao desenvolvimento fundado na

troca baseado na dependência, na concorrência e na exploração (do trabalho e da natureza) (PLOEG, 2008).

Diferente da troca que consiste numa “permutação de objetos”, a reciprocidade constitui uma “relação reversível entre sujeitos”. Não se trata de eliminar uma das lógicas, pois segundo Karl Polanyi (1983), essas formas de integração social existiram em quase todos os sistemas econômicos, mesmo que em dada sociedade predomine uma delas. Desse modo, trata-se das organizações de agricultores familiares poderem optar por duas alternativas de desenvolvimento econômico e social, com base na troca ou com base na reciprocidade (SABOURIN, 2009). Não obstante, o que se verifica é uma confusão em relação a essas diferenciações, sendo um exemplo emblemático a ampliação da agroecologia, pois

observa-se uma apropriação do discurso agroecológico, reforçando características e argumentos que em grande medida se voltam ao fortalecimento da sociedade de mercado e da cultura técnico-científica predominantes. Em grande parte, trata-se da agroecologia como opção de nicho de mercado para um grupo de agricultores especializados, bem como se reforçam perante o consumidor e a sociedade em geral, aspectos vinculados (somente) ao caráter de promoção da saúde como principal motivador do desenvolvimento da agroecologia, dando destaque frequente ao elevado custo dos produtos, o que gera uma elitização do consumo (CASSARINO, 2009, p.4).

Dessa forma, embora muitas das reivindicações da sociedade civil tenham sido transformadas em políticas públicas, como demonstra o artigo de Petersen; Mussoi, & Dal Soglio (2012) sobre a institucionalização da agroecologia no Brasil, há o perigo de limitá-la a um nicho de mercado. Ou ainda à promoção da saúde, o que desfavorece o caráter transformador inicialmente proposto pelas suas organizações. Esse aspecto, ou fica em segundo plano, ou é desconsiderado, o que contribui para um esvaziamento da proposta, segundo Cassarino (2009). Com o aumento da demanda por esses produtos, e a necessidade de inserção nos mercados, a falta de recursos, de estrutura técnica adequada dificulta a manutenção de ideais e princípios da agroecologia. Dessa forma, essas inovações correm o “risco de debilitação de seu caráter transformador e contra-hegemônico, (...) substituindo solidariedade por concorrência, harmonia por

produtivismo, necessidade por lucro, participação por centralismo e autoritarismo” (CASSARINO, 2009, p.06).

Segundo Brandenburg (2012), as consequências da institucionalização da agroecologia contribuem para a mudança de sua perspectiva de ação. Adverte que em sua primeira fase era orientada por diferentes racionalidades, podendo ser definida como um novo modo de vida. Numa segunda fase o movimento é ampliado, com buscas de parcerias, apoio técnico e institucional. Mas ainda permanecia forte o seu caráter contestatório e diferenciado da lógica hegemônica de desenvolvimento pautada pela racionalidade instrumental. Posteriormente, com a crescente crise ambiental, com o aparecimento de doenças, enfim com o aumento dos riscos sociais, a sociedade e as instituições passam a reconhecer cada vez mais essas iniciativas. Com isso a agricultura ecológica passa a seguir os padrões de um mercado de consumo massificado (certificado, embalado, atrativo, impessoal). Ou seja,

se constata, enfim, que o processo de institucionalização da agricultura ecológica se realiza segundo a forma e padrões da produção convencional. (...) De qual ecologia, ou agroecologia estaria se falando então na agricultura do consumo massificado. De uma ecologia de base natural ou de um ecoindustrialismo. Caminhará a agroecologia para a produção ecológica de modelo único, ou de modelos diferenciados? (BRANDENBURG, 2012, p.16).

De modo geral, as consequências da institucionalização da agroecologia são pouco conhecidas, sendo que uma das questões derivadas desse processo é referente a possibilidade ou não do movimento ecológico manter seu caráter alternativo. Dessa forma, considerando essa conjuntura, pode-se vislumbrar três possibilidades para a produção agroecológica:

(...) a institucionalização da marginalização da agricultura alternativa ou ecológica; uma segunda que corresponde a uma certa "ecologização" da agricultura moderna ou convencional; e uma última em que a agricultura ecológica poderá ser apreendida enquanto uma verdadeira alternativa técnico-científica global (ALMEIDA, 2003, p. 17).

3.3 CONCLUSÕES

Embora a Constituição de 1988 seja um marco em termos de cidadania e de fortalecimento da sociedade civil brasileira, é após a década de 1990 que esse processo se intensifica. As organizações, redes, fóruns, se ampliam consideravelmente, o que favorece uma crítica mais contundente aos malefícios da modernização agrícola, havendo uma publicização maior desse problema (QUIST & CHAPELA, 2001; ABRASCO, 2012). Todavia, mesmo tendo essa pauta extrapolado os círculos dos movimentos sociais, obtendo apoio de significativos setores da sociedade como, por exemplo, a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), não vem conseguindo limitar ou superar esse modelo agrícola.

As críticas a esse modelo de produção, a problemática ambiental, tem contribuído para a eliminação de certos agrotóxicos perigosos do mercado e para o crescimento da agricultura alternativa. Porém, a possibilidade de suplantá-lo ainda está muito longe, pois continua forte e hegemônico. Dessa forma, essa situação parece convergir com as conclusões do primeiro capítulo dessa tese, de que não há possibilidade de existir uma colaboração entre as lógicas da troca e da reciprocidade. Ou como, por exemplo, entre agroecologia e agronegócio. Tratam-se de estruturas completamente diferentes de desenvolvimento rural. Porém, como tem se intensificado o discurso e a demanda por produtos livres de insumos químicos, o que se percebe é uma tentativa da lógica hegemônica em capturar essas iniciativas, em limitá-las a nichos de mercado.

Nesse sentido é fundamental o fortalecimento da identidade de projeto das organizações que estão construindo a agricultura alternativa e/ou as agriculturas de base ecológica. Pois, como destacam vários autores (PLOEG, 2008; WALLERSTEIN, 2013) o contexto é de crise estrutural, não existindo soluções a curto prazo. A tendência é que nesse cenário emergjam

duas formas alternativas de pôr fim à crise estrutural. (...) Quem vai ganhar esta batalha? Ninguém pode prever. (...) O que cada um de nós faz em cada momento acerca de cada questão imediata é de grande importância (WALLERSTEIN, 2013, p.01).

Face ao exposto, pode-se colocar que as evidências e análises dos referidos autores convergem para o fio condutor desenvolvido no decorrer deste trabalho, fortalecendo o ponto de vista da reterritorialização e do desenvolvimento territorial sustentável.

4 A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES EM REDE NA ZONA COSTEIRA CATARINENSE

4.1 INTRODUÇÃO

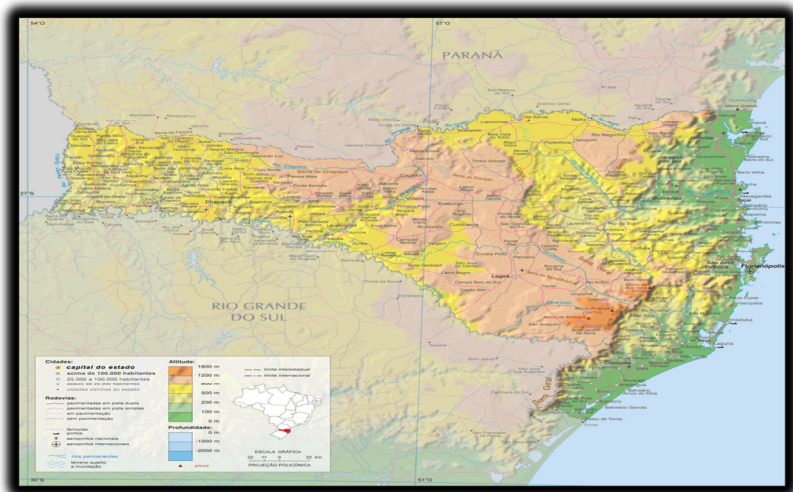
Embora o foco deste capítulo seja a zona costeira catarinense, o primeiro tópico da análise discorre sobre as especificidades do modelo de desenvolvimento catarinense que o distinguem do restante do país. No entanto, ainda que apresente certas particularidades, não está isento da concepção hegemônica “urbano-industrial-exportadora”, de modo que mesmo existindo uma expressiva agricultura familiar, o modelo privilegia as exportações e a produção industrial. Após a caracterização do meio rural e dos principais períodos do modelo agrícola catarinense, a análise destaca a importância da sociedade civil organizada na construção das experiências em agroecologia no estado. Assim como, nas políticas públicas como Projeto Microbacias/SCRural; DTS-IC, entre outros. Em função da crescente demanda por produtos sem insumos químicos, da valorização dos recursos naturais, e da predominância das pequenas propriedades, Santa Catarina vem sendo apontada como um local privilegiado para a produção integrada e orgânica.

Considerando o prospecto mais amplo do desenvolvimento rural catarinense, conforme referido, o tópico seguinte discorre sobre a zona costeira procurando caracterizá-la em linhas gerais, e relacioná-la a esse contexto mencionado. São destacados e caracterizados os principais períodos na formação da zona costeira, tendo ênfase no período posterior à década de 1990 em que houve aumento da urbanização, do turismo de massa e da especulação imobiliária nessa região. Assim como, um fortalecimento da sociedade civil organizada através de entidades, ONGs, redes, fóruns, movimentos sociais (MST) que passaram a integrar esse espaço. Em face dessas mudanças surgiram novas dinâmicas territoriais que apresentam alternativas viáveis a novas modalidades de desenvolvimento, tais como a agroecologia, o turismo rural, a fitoterapia, a pesca artesanal, entre outros. De modo geral, pode-se colocar que a proximidade aos espaços urbanos e a diversidade de atividades existentes no meio rural dessa região, o conferem certas especificidades que o diferenciam das demais áreas rurais do país.

4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O TURISMO COMO EXPOENTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL CATARINENSE

O Estado de Santa Catarina (SC) localiza-se na região sul do Brasil, com extensão territorial de 95.442,90 km², com uma população de aproximadamente 5,1 milhões de habitantes, estando 73,35% em áreas urbanas e 26,65% em áreas rurais. Em termos de localização está situado na Região Sul do Brasil, tendo por limites os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Possui 293 municípios que integram 20 microrregiões e 6 mesorregiões, conforme o mapa da geografia física de SC, com as principais cidades e rodovias que cruzam o estado, e altitude (IBGE, 2012).

Figura 2 - Mapa da geografia física de SC



Fonte: IBGE, 2012.

Possui um PIB de 123.283 milhões, tendo por referência o ano de 2008, segundo dados da Secretaria Estadual de Planejamento. O setor industrial é o que mais contribui para o crescimento do PIB catarinense (composição do PIB: agropec.: 13,6%; ind.: 52,5%; serv.: 33,9%), tendo impacto na economia nacional e nas exportações do país (PORTALBRASIL, 2012). No meio rural a agricultura familiar ocupa uma posição privilegiada, ocupando 87% dos estabelecimentos e 44% da área, segundo dados do IBGE (2006).

O estado caracteriza-se pela diversidade e descentralidade, agregando desde setores tradicionais aos mais dinâmicos da economia, tais como: móveis, papel e celulose, matérias plásticas, cerâmica e revestimento, eletro-metal-mecânico, têxtil-vestuário e alimentos (aves e suínos). Dessa forma, é conhecido no país por apresentar uma trajetória peculiar no seu desenvolvimento, tendo um processo migratório diferenciado. Desenvolveu empresas locais com distribuição espacialmente equilibrada, com polos regionais especializados, setor agropecuário com presença marcante de pequenas propriedades rurais e equitativa distribuição territorial da população (SILVA, 2002). Possui Arranjos Produtivos Locais (APL), turismo em suas diferentes modalidades (rural, sazonal, comunitário), cooperativismo e associativismo, indústrias de ponta, artesanato, piscicultura, entre outros. O processo de industrialização catarinense constituiu-se a partir de produção e insumos básicos, tendo aporte das políticas estaduais, sendo favorecido por recursos naturais, mão de obra qualificada e especializações regionais. Agrega indústrias de pequeno, médio e grande porte, com estrutura familiar e moderna. Todos esses fatores contribuíram para a constituição de um modelo catarinense de desenvolvimento, diferente das demais regiões do país. Devido a homogeneidade de certas atividades em determinadas regiões, destacam-se os seguintes polos econômicos ou complexos industriais:

- (1) o complexo agroindustrial (alimentar e bebidas) da região Oeste; (2) o complexo eletro-metal-mecânico na região Nordeste; (3) o complexo têxtil (vestuário, calçados e artefatos de tecidos) no Vale do Itajaí; (4) o complexo madeireiro (mobiliária, papel e celulose) nas regiões Norte e Planalto; (5) o complexo mineral no sul do Estado; e, (6) o complexo tecnológico, na região do litoral da Grande Florianópolis (FIESC, 1999 apud CAMPOS, 2002).

Outro setor que o estado vem contribuindo em nível de país, sendo atualmente o que mais cresce no mundo, movimentando recursos financeiros gigantescos, é o de turismo. Os principais fluxos turísticos nessa região são: de convergência interna - RS, PR, SP, e externo, a Argentina, compreendendo os seguintes circuitos turísticos:

Quadro 19 – Circuitos turísticos de Santa Catarina

Circuitos Turísticos	Características
	Compreende um único roteiro interligado na orla

Circuitos litorâneos	marítima do estado. No centro destaca-se Florianópolis, no litoral Norte Balneário Camboriú e no Sul, Laguna e Garopaba.
Circuitos históricos-culturais	Inclui a diversidade cultural dos grupos étnicos dessa região. No litoral há presença da ocupação açoriana, iniciada no século XVIII. No Norte, Nordeste e Vale do Itajaí há forte presença da imigração europeia, germânica. No Sul da migração italiana e no Meio-Oeste da austríaca.
Circuitos e festas típicas	As mais conhecidas são Oktoberfest em Blumenau, Fenachopp em Joinville, Fenarrecó em Brusque, Marejada em Itajaí, Festa do Pinhão em Lages.
Circuito da neve	Localizado no Planalto Central Catarinense sendo São Joaquim e Lages os municípios mais procurados. Presença de diversos hotéis-fazenda.
Circuitos de águas termais	Presença marcante de fontes termais no Sul Catarinense, no Oeste (Piratuba), na Grande Florianópolis (Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas).
Circuitos de compras	Visitas a centros comerciais, em geral, de confecções no eixo Joinville/Jaraguá do Sul/Blumenau/Brusque e Criciúma.

Fonte: Adaptado de LINS (2002).

No caso do turismo de verão, sazonal/de massa, ao mesmo tempo em que gera novos postos de trabalho, em geral, contribui para comprometer as populações autóctones com os grandes empreendimentos e a urbanização desordenada decorrente dessas atividades. Além disso, a maioria dos empregos temporários propiciados por essa atividade apresentam forte presença da informalidade. Poderiam ser incentivadas outras formas de turismo, de modo a não se limitar a um período do ano como, por exemplo, o turismo rural que emergiu nos anos 1990 como alternativa econômica no país. As primeiras iniciativas oficiais dessa atividade são oriundas de SC, mais especificamente o município de Lages com o surgimento da Fazenda Pedras Brancas, em 1986. O turismo rural vem sendo considerado uma alternativa importante de renda, principalmente, para a fixação dos jovens no meio rural. A Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede Traf – vem apoiando essas iniciativas (ESTEVES, 2010). Em Santa Catarina destacam-se nessa modalidade turística os municípios de Lages com hotéis-fazendas, regiões de migração italiana ao sul de SC e as festas típicas que atraem muitos turistas.

Outra modalidade de turismo que vem crescendo na região costeira é o “turismo de observação das baleias” em Imbituba no Litoral Centro Sul de Santa Catarina, no período de julho a novembro. A prefeitura vem procurando valorizar esse tipo de turismo, a fim de diminuir um pouco a sazonalidade do setor. Tem contribuído para essa atividade a área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, e o projeto Baleia Franca (NICOLAU, 2002).

No entanto, embora o modelo de desenvolvimento Catarinense tenha certas especificidades, como referidas, que o distinguem do restante do país, não está isento da concepção hegemônica “urbano-industrial-exportadora”. Mesmo existindo uma expressiva agricultura familiar, o modelo privilegia as exportações e a produção industrial, deixando a agricultura familiar em segundo plano. Esse privilégio do urbano em relação ao rural contribuiu para o esvaziamento do campo. Dessa forma, o paradoxo é que se, por um lado, a agricultura familiar forneceu alimentos a baixo custo, mão de obra, consumidores dos bens industrializados, por outro, foi gradativamente excluída desse processo. Os agricultores vêm sendo obrigados a abandonar a agricultura, devido a falta de recursos, de infra-estrutura e de políticas públicas adequadas, que contemplem a extensão rural. Aqueles que conseguem permanecer no campo muitas vezes têm de se adaptar ao modelo hegemônico, perdendo suas características, subordinando-se à indústria. O resultado é a perda de um saber integrado, que passa de geração em geração, em sintonia com o meio ambiente e a cultura local. Nesse contexto, embora a imagem associada ao desenvolvimento catarinense seja da pequena produção agrícola e pequenos empreendimentos industriais, somente nos anos 1990 que as políticas públicas se voltaram para a pequena produção, de modo a fortalecer novas modalidades de desenvolvimento (MUSSOI, 2002; SCHMIDT, 2002).

O modelo agrícola catarinense pode ser caracterizado por três períodos fundamentais, conforme quadro a seguir.

Quadro 20 – Periodização do modelo agrícola catarinense

Períodos	Características
Séc XVII - 1850	Povoamento Português no litoral, fortificações; Planalto Catarinense – criação de gado e rota do gado sulino (RS) para Minas Gerais; economia de subsistência e agro-exportadora.
1850 - 1914	Migração europeia, início da indústria tradicional.
1914 - 1960	Indústria dinâmica, inserção no mercado nacional, sucesso da pequena produção.

Fonte: MUSSOI (2002).

Até 1930 o modelo de desenvolvimento era agrário exportador, deste período até 1970 consolidou-se a industrialização. A agricultura foi importante para esse processo, pois fornecia alimentos e matérias-primas para a população urbana. No entanto, a gênese da agricultura familiar em Santa Catarina está centrada na forma de colonização, em especial pelos imigrantes europeus e sulinos (RS), tendo por característica principal o policultivo. A maioria dos municípios catarinenses caracteriza-se pelas atividades agropecuárias, maior interação entre rural e urbano, existência de complexos agro-industriais e agricultura de base familiar.

Embora essas especificidades, o modelo de desenvolvimento catarinense acompanha as diretrizes do modelo hegemônico brasileiro, tendo por consequência a perda da sociabilidade comunitária, com grande parte dos agricultores perdido sua autonomia e controle da produção. Além disso, no período de 1980 a 1995 houve uma significativa concentração de terras, o que contribuiu para aumentar o número de agricultores sem-terra. A pobreza rural e a dificuldade dos agricultores em se manter na sua atividade favoreceu o êxodo rural. Diferente do que a literatura vem destacando sobre o meio rural em que a renda não agrícola, oriunda da pluriatividade, é um diferencial positivo para as famílias, isso não corresponde à realidade do Oeste Catarinense. Nessa região a renda não agrícola é um indício de precariedade da atividade familiar que obriga os agricultores a buscar outros meios para complementar a renda, pois não conseguem mais se manter só com a sua atividade tradicional, a agricultura (SCHMIDT, 2002).

Com o fim do regime autoritário, com a constituição de 1988, disseminam-se no meio rural as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligados à Igreja Católica, surge o novo sindicalismo rural que luta por um modelo alternativo de sociedade. Nesse contexto, na década de 1980 surge a agroecologia na Região Sul do Brasil em decorrência do incentivo e assessoria aos agricultores por parte de ONG's, tendo destaque a Rede Ecovida de Agroecologia. Essa nova modalidade de produção passa a ser vista como alternativa aos sem-terra, aos grandes projetos hidrelétricos, à revolução verde, à pobreza e degradação ambiental.

O cooperativismo também foi muito forte em Santa Catarina, tendo passado por várias fases, desde facilitador da modernização agrícola, até ser considerado uma alternativa para fomentar novas modalidades de desenvolvimento. Nesse último caso destacam-se a Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral

(AGRECO) e as Cooperativas de Crédito Rural (CREDIS). As organizações da sociedade civil, em especial as ONG's contribuíram a partir da década de 1990 para fomentar essas iniciativas. Com isso o associativismo alternativo torna-se uma saída para a inclusão dos agricultores mais pobres. O apoio do estado é fundamental para fomentar essas iniciativas que visam fortalecer a pequena produção, e não reproduzir a lógica empresarial de modernização agrícola. Em Santa Catarina “as raízes do debate sobre cooperativismo de crédito rural fora do ‘cooperativismo tradicional’ podem ser relacionadas à criação do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), no início dos anos 1990” (SCHMIDT, 2002, p.99).

Em relação as mais recentes políticas públicas em âmbito do Estado de Santa Catarina para o meio rural, destacam-se o projeto Microbacias 1 e Microbacias 2, tendo apoio do Banco Mundial e parcerias com prefeituras, universidades, cooperativas, ONG's. Tem por objetivo principal melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, em particular as mais excluídas.

A estratégia fundamental do projeto é a promoção da diferenciação territorial e a articulação de ações de desenvolvimento via rede de relações e interações de forças em um espaço no qual se constrói identidades coletivas nas áreas social, cultural, econômica, ambiental e política, entre outras. Esse processo baseia-se na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e no conceito de territorialidade, em uma agricultura mais aproximada com a natureza e com as questões sociais (além dos objetivos econômicos) (PINHEIRO & PEREIRA, 2009, p.108)

Além disso, visa estimular a cidadania por meio da construção ascendente do projeto, focando no processo de trabalho, inovação e valorização do rural e da agricultura familiar. Deste modo, o eixo principal não é o produto, como negócio para gerar renda, mas o tecido social via fomento do empoderamento, capital social e descentralização do poder. No entanto, o principal desafio está na dificuldade de participação dos agricultores mais desfavorecidos e excluídos desse processo. Visando sanar essa debilidade o projeto (Microbacias) vem criando atividades pedagógicas lúdicas, focando nos atores que menos participam (mais pobres, mulheres, negros e indígenas) (PINHEIRO & PEREIRA, 2009).

Em 2010 foi lançado o Programa Santa Catarina Rural - Microbacias 3 (SC Rural), que terá duração de seis anos. Tem orçamento de US\$ 189 milhões, sendo US\$ 90 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o restante de contrapartida do Governo do Estado. Seus principais objetivos são de melhorar a competitividade do setor agropecuário, a gestão de recursos hídricos e ambientais, e fortalecer a agricultura familiar. Uma novidade desse programa é o incentivo ao associativismo, pois para ter acesso aos recursos os agricultores precisam estar organizados em grupos de no mínimo dez participantes ou em redes, em associações, cooperativas. Com ajuda dos técnicos municipais os agricultores terão de apresentar um pré-projeto solicitando os recursos com a devida justificativa e objetivos/metasp (SOL, 2012; SC RURAL, 20--).

Somado a esses projetos, existem outros que vem sendo construídos em parceria com o governo federal, estadual e municipal, e organizações da sociedade civil, tais como o programa Territórios da Cidadania e de Desenvolvimento Territorial. Enquanto o primeiro está voltado para regiões mais carentes, o segundo visa fomentar novas territorialidades, em que os atores sociais sejam mais participativos e proativos (JORNAL, 2009). Em Santa Catarina o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) inclui os seguintes territórios: Alto Uruguai, Alto Vale do Itajaí, Meio Oeste Contestado, Oeste Catarinense, Planalto Norte, Planalto Catarinense, Serra Catarinense e Alto Vale do Rio do Peixe. Em relação ao Programa Territórios da Cidadania apenas os territórios do Meio Oeste Contestado e Planalto Norte são contemplados. Nenhum desses programas contempla a zona costeira catarinense, conforme o Balanço de Gestão 2003-2010 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT/MDA.

4.2.1 O futuro do meio-rural catarinense

Devido suas especificidades, conforme referido, o modelo de desenvolvimento catarinense foi visto por muito tempo como uma referência, um diferencial em relação as demais regiões do país. Mas no início dos anos oitenta começa a demonstrar sinais de esgotamento, com perda progressiva de competitividade. Houve um enfraquecimento da pequena produção, sendo as consequências o êxodo rural e a urbanização desordenada. Nesse cenário as políticas públicas tem se limitado a uma ideia “preservacionista”, não dispondo de estratégias preventiva e proativa, conferindo pouco valor às comunidades tradicionais e a viabilização, por exemplo, de uma transição agroecológica. As dificuldades em colocar em prática essas ações

decorrem de uma série de fatores, desde uma cultura política verticalizada, setorializada; uma incipiente base de conhecimentos científicos-tecnológicos; e desinformação sobre a crise socioecológica (VIEIRA & CUNHA, 2002).

Considerando esses aspectos e as mudanças nos hábitos dos consumidores que buscam cada vez mais uma alimentação saudável, é fundamental que a agricultura catarinense invista na inovação e na sua capacidade de agir proativamente. Com base na pesquisa do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Epagri/Cepa sobre as perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015 pode-se destacar uma série de desafios e potencialidades para o desenvolvimento rural. Entre os principais desafios estão a perda de competitividade de Santa Catarina na produção de grãos; a falta de apoio técnico, tendo os agricultores familiares dificuldade em acessar os recursos do PRONAF; falta de educação e capacitação profissional o que contribui para a migração dos jovens para as cidades.

Em função desses déficits, organizações sociais destacaram a importância de constar no currículo escolar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de maior integração entre universidades e comunidades. Assim como os empresários entendem que as agroindústrias do futuro serão mecanizadas, menos dependentes de mão de obra e mais especializadas. Os agricultores que conseguirem se manter no meio rural, terão de apostar no associativismo, nas redes, no uso de tecnologias, conhecimentos e informação, pois terá pouco espaço para o produtor isolado. Em relação as principais tendências das regiões catarinenses e dos principais nichos de mercado a referida pesquisa sugere que deve continuar, no Litoral Sul Catarinense, a evasão do meio rural, em especial por parte dos jovens, contribuindo para o envelhecimento da população rural. Além disso, as especificidades e diversidades existentes nessa região foram destacadas como oportunidades para agregar valor aos produtos, sendo a cultura local apontada como um dos entraves ao empreendedorismo. Afora isso, a rizicultura deverá continuar, mas de forma adaptada, adotando um modelo integrado de gestão. A bacia leiteira deverá crescer, sendo que as tecnologias e a assistência técnica devem favorecer essa atividade. Outra atividade que vem tendo destaque nessa região é a viticultura, associada ao turismo rural integrado, como sendo uma aposta importante para o futuro. Os engenhos de farinha tendem a diminuir, devido a redução do suprimento de matérias-primas, sendo que a

fumicultura deverá permanecer forte pois está voltada para o mercado externo que demanda esse produto. A pesca vem sendo muito afetada pela especulação imobiliária, o lançamento de esgotos no mar e lagoas, não havendo sucessão de mão de obra, sendo urgente a necessidade de políticas públicas para esse setor.

Na região da Grande Florianópolis e Litoral Norte Catarinense, ainda segundo a pesquisa supracitada, estaria ocorrendo uma urbanização do meio rural e um aumento da pluriatividade. Na Região Norte a atratividade do emprego em fábricas tem diminuído o que tem feito os jovens retornarem ao campo, ou permanecerem na atividade rural. O setor de flores e ornamentais tende a ter um crescimento significativo, sendo uma alternativa aos agricultores familiares. Outro potencial para essa região é o crescimento dos fitoterápicos e das plantas medicinais em função da demanda por esses produtos, que aos poucos tendem a ser inseridos na rede pública de saúde.

De modo geral, tendo por base os dados dessa pesquisa, os autores destacam que se no passado era valorizado o faturamento em função do aumento da área cultivada, nesse novo contexto o que irá pesar é o aumento da produtividade, com diminuição de custos e logística eficiente. Além disso, devido as exigências dos consumidores, a produção orgânica vem sendo considerada uma aposta e uma alternativa promissora para a agricultura catarinense (ALTMANN; MIOR; ZOLDAN, 2008).

O que reforça a demanda dos consumidores por produtos orgânicos são os problemas referentes aos alimentos surgidos na segunda metade da década de 1990, tais como doença da vaca-louca, dioxina na ração de suínos na Europa, febre aftosa, produtos transgênicos, problemática ambiental, entre outros. Estimulado com esse novo nicho de mercado, os agricultores vêm apostando nessa atividade em Santa Catarina, sendo para alguns mais um ramo do agronegócio, um nicho de mercado, e para outros uma nova oportunidade de fortalecer a agricultura familiar. Além disso, os mercados europeus vêm exigindo cada vez mais a produção integrada como requisito para a importação de frutas. E de modo geral cada vez mais vem sendo incentivado o uso de técnicas naturais, e a redução dos insumos químicos, fazendo com que os países passem a se adequar a essa nova realidade. No Brasil foi criado o marco legal para o funcionamento do sistema de produção orgânica, o qual visa incentivar a produção integrada, a fim de tornar os agricultores mais competitivos e inseridos no mercado internacional (NETO, 2002).

Contudo, a agricultura orgânica e a agroecologia ainda são atividades incipientes em Santa Catarina e no Brasil. Nesse contexto, a sustentabilidade da agricultura catarinense irá depender da sua capacidade de inovação e proatividade, sendo a agricultura orgânica e agroecológica uma estratégia adequada para atender as necessidades dos agricultores familiares. Isso porque apresenta inúmeras vantagens ambientais se comparada a agricultura convencional, contribui para restabelecer o equilíbrio ecológico e consegue agregar mais pessoas nesse processo, tendo impactos ambiental e social mais positivos.

O estudo sobre a “Produção Orgânica na Agricultura Familiar de Santa Catarina” efetuado por pesquisadores da Epagri (ZOLDAN, MIOR, 2012) procurou identificar o perfil da produção orgânica catarinense. A pesquisa identificou 603 agricultores orgânicos no estado sendo a Região de São Miguel do Oeste a que apresenta o maior número de municípios com agricultores orgânicos. Em relação à certificação, 42% das propriedades pesquisadas são certificadas, sendo a Rede Ecovida a principal certificadora do estado, seguida pela Ecocert e o Instituto Biodinâmico (IBD). Em geral os agricultores catarinenses utilizam circuitos curtos de comercialização como feiras, vendas na propriedade e mercados institucionais.

A tendência desse mercado é crescer, tendo em vista o aumento da expectativa de vida, da renda e da maior conscientização dos consumidores. No caso de Santa Catarina além dos mercados promissores, o estado está próximo dos maiores centros urbanos e econômicos do país, a região sul e sudeste, além de disponibilizar de uma malha viária, de sistema de comunicações, forte organização de base, como ONGs, associações, cooperativas, movimentos sociais etc. Apresenta uma grande diversidade territorial, cultural, social, climática, instituições de pesquisa e extensão rural e vem sendo favorecida pelas políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que destina 30% dos recursos para a agricultura familiar. Todos esses aspectos contribuem para o fortalecimento da produção orgânica no estado.

No entanto, os desafios ainda são significativos, existindo uma dificuldade na difusão dessas iniciativas, sendo o preço dos produtos ainda muito alto, a pouca variedade e a descontinuidade da oferta. Dessa forma, verifica-se que são necessários investimentos em toda a cadeia produtiva, o fortalecimento das redes de agricultores, a modernização do setor, do associativismo. Outro ponto importante é o fortalecimento da

representação política desse setor, de modo a existir uma classe política voltada para fortalecer essas iniciativas (ZOLDAN, MIOR, 2012).

A evidência desse otimismo está no crescimento da produção orgânica em Santa Catarina, de 15% a 20% ao ano, contando com apoio técnico e financeiro de instituições públicas e privadas. Em 2000 foi iniciado o projeto “alimentação escolar orgânica” em cinco escolas da rede pública do Estado, atualmente está presente em 130 unidades escolares e visa a universalização. Em 2006 foi criado o Consórcio de Exportação de Produtos Orgânicos (Cepo/SC) e em 2007 foi criado o Programa SC Orgânicos com enfoque territorial (EPAGRI, 2010).

4.3 ZONA COSTEIRA: UM PATRIMÔNIO NACIONAL

A Zona Costeira foi considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988. É responsável por 70% do PIB do país, com alta concentração de áreas urbanas, tendo atividades industriais, portuárias, turísticas e energéticas.

(...) se prolonga em uma faixa de 7367 km de extensão, abrangendo uma área emersa de, aproximadamente, 442.000 km², o equivalente a 5% do território nacional. Esta faixa de terra abriga mais de 25% da população do País, ou seja, cerca de 40 milhões de habitantes distribuídos de maneira acentuadamente desigual (IBGE, 1997, p. 05).

Na zona costeira brasileira pode ser encontrada uma diversidade de recursos naturais, de atributos culturais, embora venha sofrendo com os impactos decorrentes da densidade populacional. A urbanização desordenada, indústrias de grande porte, grandes empreendimentos, vem contribuindo para a degradação desses espaços. No entanto, têm surgido diversas unidades de conservação, assim como tem sido conferido maior valorização às comunidades tradicionais, pois contribuem para a biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, os empreendimentos coletivos, tais como cooperativas, associações, redes, artesanato, ecoturismo, agricultura familiar, são cada vez mais considerados para auxiliar na conservação desses biomas. Assim como as parcerias entre órgãos públicos/privados/entidades sociais a fim de construir uma agenda local de prioridades. Visando esses propósitos que a Lei nº 7661 de 16 de maio de 1988 criou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) que propiciou subsídios para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO). O GERCO visa fortalecer maior governança de modo a melhorar a gestão ambiental

e o planejamento dos recursos costeiros e marinhos (RIBEIRO, 2003). Trata-se de uma parceria imprescindível nesse processo, pois

o esforço de coordenação e a realização do zoneamento são considerados essenciais, pelo fato de possibilitarem a ordenação das múltiplas intervenções, evitando usos conflitantes e a adoção de medidas consideradas inadequadas às características biogeofísicas e socioeconômicas locais (VIÉGAS, 2003, p.160).

São necessárias ações corretivas, a fim de restaurar a degradação vigente e ações preventivas que valorizem as especificidades da região costeira. O desafio dos países em desenvolvimento é de como preservar esses espaços num contexto de elevado crescimento populacional. Uma alternativa tem sido a integração de esforços, e o desenvolvimento de conhecimentos precisos sobre os desafios dessa região. Além disso, a mobilização das comunidades, o acesso a informação, o fomento à educação ambiental, os sistemas alternativos de produção, o ecoturismo, o valor agregado para os produtos locais são fundamentais nesse processo. Ou seja,

a corto plazo, debemos optimizar los sistemas existentes: organizar procesos comunitarios, agregar valor y abrir mercados alternativos. A médio y largo plazo, se deben implementar y desarrollar sistemas alternativos de producción, tales como agricultura orgánica, ecoturismo y manejo de vida silvestre (ROJAS, 2003, p.515).

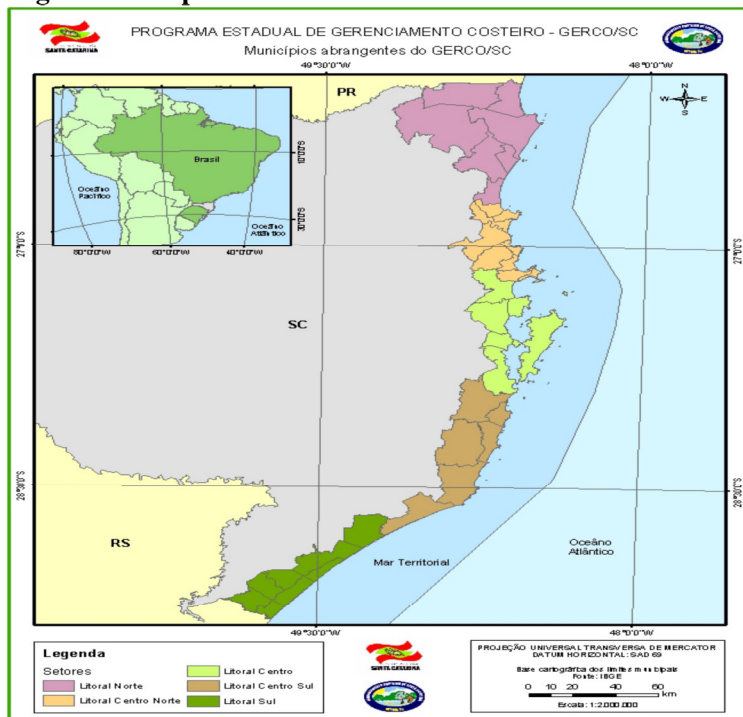
O turismo sazonal, de massa, predominante na zona costeira, recebe os maiores investimentos públicos e, de modo geral, o espaço costeiro tal como existe na atualidade, simplificada, pode ser caracterizado por dois períodos. Período de formação colonial, da formação das primeiras comunidades e de vários ciclos econômicos - foi marcado pelo uso extensivo e predatório dos recursos naturais, os quais eram em sua grande parte destinados ao exterior. Segundo período - tem início nos anos 1950 com a expansão capitalista moderna, a industrialização, urbanização intensa da zona costeira de forma irregular e desenfreada.

4.3.1 A Zona Costeira Catarinense

A Zona Costeira Catarinense abrange 36 municípios, com uma população de aproximadamente 1.889.474 habitantes (IBGE, 2001), uma área terrestre de 9.094 km² e 5.894 km² de área oceânica, estando agrupados em cinco setores: Litoral Norte; Litoral Centro-Norte; Litoral

Centro; Litoral Centro-Sul; e Litoral Sul. Em novembro de 2005, foi aprovada a Lei 13.553 que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina.

Figura 3 – Mapa da Zona Costeira Catarinense



Fonte: ABATI, 2005.

Em termos de trajetória do desenvolvimento a região costeira catarinense inicialmente era habitada por comunidades indígenas (Tupi – Guarani/Carijós). Na segunda metade do século XVII iniciam os primeiros povoadamentos de caráter de defesa militar criado por colonizadores vicentistas. Um segundo período de 1748 a 1756 vieram imigrantes das Ilhas dos Açores e da Madeira, com intuito de povoar essas terras para propiciar maior domínio por parte dos portugueses. Na segunda metade do século XIX vieram alemães, italianos e em menor número ucranianos e poloneses que se instalaram nas regiões de Joinville, Blumenau e Araranguá. As interações dos açorianos com as comunidades indígenas propiciou uma troca de saberes, de

aprendizagem de novas técnicas de plantio de milho, algodão e mandioca. De modo geral foi se consolidando até 1940 a agricultura e a pesca de subsistência como marca das comunidades açorianas. De 1940 – 1970 houve a chegada de novos imigrantes europeus que contribuíram para alterar o padrão pré-capitalista de utilização dos recursos naturais. Desenvolveram sistemas de policultura e de poli-manufatura doméstica que propiciaram maior dinamismo, contribuindo para a formação de centros manufatureiros. Com o passar do tempo aumentaram as interações entre as diferentes comunidades, assim como a modernização e infra-estrutura urbana e o turismo de massa (CERDAN et al, 2011).

De 1970 a 1990 começa o movimento de especialização setorial e os primeiros indícios de uma crise socioambiental nessa região. Desde os anos 1970 a infraestrutura da zona costeira vem sendo aprimorada, tendo contribuído para isso a construção da BR 101 que facilitou a dinamização da economia da região. A urbanização intensa e descontrolada da zona costeira que vem comprometendo os recursos naturais de uso comum seria um indício do declínio do modelo catarinense de desenvolvimento, iniciado nos anos 1980. Desse período em diante se intensificou a ocupação intensa desses espaços, em especial das terras devolutas que eram utilizadas por agricultores familiares. A consequência foi o empobrecimento dos pescadores, associado ao desequilíbrio ecológico, tais como a pesca predatória, poluição, assoreamentos. Nesse contexto, a agricultura familiar passou a perder relevância, a ser vista como secundária. Muitos agricultores/pescadores passaram a buscar outras fontes de renda, em geral em subempregos, tendo uma presença cada vez maior da pluriatividade nesses espaços. Mas ao lado da dinâmica de desenvolvimento que contribui para acirrar os conflitos ambientais e sociais, há uma dinâmica que vem valorizando patrimônio cultural, paisagístico e social, com vistas a uma maior inclusão das comunidades tradicionais (CERDAN et al, 2011).

Novas experiências vem demonstrando que há outras alternativas para a região, tais como a criação em 2004 de um espaço específico para comercialização dos produtos orgânicos – o Mercado do Produtor – em Garopaba. A organização dos agricultores agroecológicos em rede, a ampliação do turismo rural, a aquisição de um box no Ceasa para comercialização de produtos ecológicos são referências que contribuem nesse processo. Essas experiências foram incentivadas pela nova legislação estadual em que a merenda da rede pública deve ser oriunda da agricultura familiar, assim como pela Lei Estadual n.º 14.361 de 25

de janeiro de 2008 que possibilita aos produtores rurais tornarem-se pequenos empresários no ramo do turismo rural (ARAÚJO, 2008).

O contexto nacional e estadual tem sido favorável a essas articulações, pois tem sido priorizado a descentralização e a territorialização das políticas públicas, como, por exemplo, os programas de desenvolvimento territorial e as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Não obstante, prevalece nos municípios dessa região uma indevida aplicação da legislação, além da evidência de clientelismos e muitas vezes corrupção na dinâmica de funcionamento do sistema político. Na ausência de um espaço público efetivo de planejamento e gestão aumentam a fragmentação das ações e inovações. Dessa forma, o maior obstáculo refere-se a ausência de um planejamento estratégico para o local, que integre no meio rural o turismo comunitário, a pluriatividade e a agroecologia.

Em termos de investimentos públicos na zona costeira catarinense, “nada menos que 70% do valor financiado, entre 1990 e junho de 2001, para todos os tipos de empreendimentos, foram destinados a esses municípios, sendo que Florianópolis e Balneário Camboriú, somados, concentraram 64% do total” (LINS, 2002, p.214). Esses aportes contribuíram para triplicar o número de turistas, nacionais e estrangeiros, assim como os seus gastos o que favorece a economia da região. No entanto, os problemas advindos com a urbanização desordenada, a falta de planejamento, permitem que grandes empreendimentos sejam formados, tendo impactos negativos ao meio ambiente.

A continuar essa forma de investimento a tendência é que o padrão da orla catarinense seja similar ao vigente em Balneário Camboriú com enormes prédios tomando todos os espaços e uma urbanização intensa, desordenada. Daí a importância de um melhor planejamento e controle da ampliação do turismo sazonal, pois ainda existem muitas regiões, como no litoral centro sul em que é possível encontrar pequenos vilarejos, atividades tradicionais, pesca e agricultura. Os recursos naturais, paisagísticos, a tranquilidade ainda estão muito presentes nessa região, com uma diversidade de hospedagens (pousadas, albergues, imóveis alugados, campings). No entanto, também nesses locais houve um aumento da urbanização, em especial a partir dos anos 1990. A pressão imobiliária vem forçando os nativos a venderem suas propriedades, tendo por consequência o rompimento do “binômio pesca artesanal - agricultura familiar”. Mesmo existindo organizações da sociedade civil, de órgãos públicos com vistas

a planejar melhor a ocupação desses espaços, persiste o crescimento do turismo predatório ao meio ambiente.

Embora o turismo não deva ser responsabilizado por todos os problemas da região, os seus impactos negativos tem propiciado discussões sobre novas alternativas de turismo, menos agressivo e mais inclusivo socialmente. Várias praias, balneários, lagos já não estão mais aptos a balneabilidade o que deve preocupar os empreendedores desse setor, pois a continuar dessa forma pode comprometer a manutenção dessa atividade. Nesse contexto é fundamental o estabelecimento de ações efetuadas em rede, de modo colaborativo e integrando os diversos atores locais. Uma referência que poderia contribuir nessas iniciativas são os *clusters* turísticos onde várias empresas concentradas em certos espaços procuram influenciar as dinâmicas locais, dinamizando a economia e melhorando a vida da população.

Ainda que em Santa Catarina existam dois *clusters* turísticos (Florianópolis e Balneário Camboriú), não atuam enquanto *cluster* em termos de interação coletiva, de valorização da interdependência. Segundo Náchér e Carpi, “experiências internacionais, em regiões que apresentam desenvolvimento histórico com o turismo, sugerem que, de fato, a coesão dos atores e a escala de comportamento cooperativo fazem grande diferença nas trajetórias turísticas (NÁCHER E CARPI, 2000 apud LINS, 2002, p. 255).” Para isso é fundamental o apoio e envolvimento do poder público e o incentivo a diversificação, de modo que as redes hoteleiras valorizem as especificidades locais/regionais, os costumes, tradições como base para a competitividade. Dessa forma, o turismo rural poderia ser um meio de dinamizar a economia, evitando o êxodo rural (LINS, 2002).

Contudo, não se verifica um interesse do poder público em incentivar outras formas de desenvolvimento, mais equitativo e que tenha menos impacto ao meio ambiente, tais como o turismo de base comunitária, por exemplo. Este seria uma forma de valorizar a cultura local e dinamizar as possibilidades de lazer podendo ser uma atividade paralela ao turismo de massa, porém contínua, pois não se limita apenas a uma época do ano. Além disso, o turismo comunitário poderia ser uma ferramenta pedagógica para auxiliar na redescoberta, no reaprender a ver as comunidades de outro modo, ou seja, de compreender a cultura dos nativos. Isso porque ainda persiste uma dificuldade em entender e aceitar a lógica dos agricultores/pescadores. Em geral para a linguagem urbana eles têm pouco a oferecer em termos de conhecimentos, de oportunidades, de aprendizagem e convívio. O turismo comunitário

considera ambos, turista e comunidade, como agentes importantes para o desenvolvimento local. Permite a descoberta e experimentação de novos modos de vida, além de ser uma alternativa ao meio urbano. Ou seja, é um novo modo de ser e de viver que pode-se traduzir em novas possibilidades de lazer, de crescimento pessoal, pois valoriza a cultura (estilos de vida tradicional), o ecoturismo (ecossistemas e seu estado natural) e o agroturismo (vida em pequenas comunidades rurais) (SAMPALIO, 2005).

Além disso, é fundamental a formação de instâncias decisórias capazes de reverter esse processo, tal como os Fóruns da Agenda 21 e as demais organizações da sociedade civil (movimentos sociais, associações comunitárias). Para tal é preciso resgatar a visão de mundo das comunidades, incentivar o desenvolvimento endógeno, tendo a comunidade por protagonista. É importante a população local construir, corroborar para o planejamento de base comunitária, a fim de conter a degradação ambiental. No entanto, se percebe em especial no Fórum da Agenda 21 Local desse território, a fragilidade da sua inserção nas instâncias decisórias. Mesmo tendo por objetivo a construção de um enfoque de planejamento, que valorize a endogeneidade, o aprendizado social, por meio de uma visão integrada com o meio ambiente, ainda persistem muitas dificuldades para colocar essas ações em prática. O principal obstáculo, tendo por base o 5º Evento do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera (2009)¹¹, é a baixa participação popular e a fraca integração com outros atores estratégicos para tomada de decisões na área, tais como a SDR de Laguna, as prefeituras, e as Câmaras de Vereadores desses municípios. Geralmente são os mesmos atores/lideranças que participam, organizam eventos, sendo que a comunidade em geral quase não contribui nesse processo.

Desse modo, o principal desafio parece consistir em dotar a comunidade de um maior poder decisório na gestão dessas riquezas, que possa direcionar o desenvolvimento do território, a fim de atender essas novas potencialidades de desenvolvimento. Isso porque devido o baixo protagonismo da sociedade civil nestes locais, o desenvolvimento na região vem avançando a passos largos para a valorização do turismo de massa, dos grandes empreendimentos, da instalação de *ressorts* e da padronização dos serviços oferecidos. Os grandes enclaves econômicos

¹¹ O 5º evento do Fórum da Agenda 21 local de Ibiraquera, intitulado “*Saúde dos solos, das águas e das gentes*”, ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro de 2009 no Salão Paroquial de Ibiraquera, Imbituba SC.

acabam supervalorizando o local e, em consequência, as populações são obrigadas a migrar para outras áreas. Um exemplo significativo é a instalação em Imbituba pelo governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), em parceria com a União de Exportadores e Importadores de Carnes e Derivados da Itália (Uniceb), de “um quarentenário para bovinos vivos que serão exportados para a União Européia” (CANAL RURAL, 2010). Esse empreendimento que ocupa trinta e três hectares, contribuiu para expulsar os agricultores da área, os quais há anos praticavam cultivos tradicionais, em função de um suposto desenvolvimento rural voltado para apoio a grandes empreendimentos.

Não se pode perder de vista que o modelo de planejamento vigente nessa região reflete uma concepção de desenvolvimento mais ampla, que tem raízes históricas. Está baseada na hipótese que desenvolvimento significa urbanização e industrialização, de forma que as políticas públicas devem se voltar para esse eixo. Como explica Raud (1999, p. 195) “este paradigma parte do pressuposto de que o crescimento nasce de alguns setores e polos dinâmicos, e se difunde em seguida aos outros setores e as outras regiões do país”. No entanto, essa política de gestão do território de forma verticalizada e priorizando grandes enclaves em certas regiões não favoreceu o desenvolvimento equitativo, mas ao contrário contribuiu para aumentar as disparidades sociais. Assim como, o êxodo rural, pois a agricultura familiar ficou subordinada a lógica da indústria e do meio urbano.

Um instrumento para nortear as ações a serem desenvolvidas seriam as Agendas 21 locais, concebidas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD – 92) ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro. Em sintonia com a CNUMAD – 92 foi criado em Ibraquera no Litoral Centro-Sul Catarinense o Fórum da Agenda 21 Local. Um dos atores que foi o principal proponente dessa iniciativa foi o Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Além dessa iniciativa, a Epagri em parceria com várias entidades, instituições e organizações sociais vem desenvolvendo na região o projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC). Iniciado em 2008, esse projeto-piloto abrange duas regiões Litoral Centro-Norte e Litoral Centro-Sul, sendo 1200 beneficiários diretos e 5 mil indiretos entre pescadores, agricultores, maricultores. Em 2009 foi realizado o primeiro Laboratório Territorial (LabTer), em Garopaba, e em 2010 o segundo LabTer no Litoral

Centro-Norte. Essas iniciativas vem contribuindo para aproximar os atores nesse território, para discutir, planejar e implantar estratégias de desenvolvimento. Um dos resultados desse trabalho são as cartas de identidade territorial que procuram destacar os produtos e serviços com identidade cultural de cada território, assim como os conflitos e desafios dessa região. O objetivo é mostrar que além das praias existem outras modalidades de lazer, tais como turismo rural, encontros com pescadores, artesãos, visita aos engenhos de farinha, entre outros. A fim de valorizar essa modalidade de turismo, o projeto está buscando viabilizar uma rota turística nesse território, capaz de conectar os principais empreendimentos relacionados a pequena produção (agricultura familiar, pesca e artesanato) e as paisagens naturais como cachoeiras, rios e trilhas.

Nesse momento, o projeto ainda está sendo construído com as comunidades e com os demais atores territoriais como empresários, comerciantes, órgãos públicos e entidades civis. É importante que os atores estejam sintonizados com essa proposta, de modo que todos possam contribuir de alguma forma, visto não ter como implementar uma iniciativa desse porte envolvendo apenas agricultores e pescadores, pois requer investimentos e protagonismo do conjunto de setores (empresas, prefeituras, hotéis, pousadas). Dessa forma, os produtos locais como cachaça orgânica, farinha de mandioca, pescado, deverão estar no cardápio dos restaurantes, assim como as rotas turísticas que podem constar em *folders* de fácil acesso pelos clientes (PINHEIRO et al, 2012).

Essas ações visam fortalecer os “espaços de manobra abertos ao setor governamental e às comunidades tradicionais que habitam o litoral para a promoção de modelos alternativos de desenvolvimento sustentável” (CERDAN et al, 2011, p.03). Para isso a aposta vem sendo a valorização do patrimônio cultural como um item importante na geração de oportunidades de inclusão socioeconômica e sociopolítica. Nesse sentido é imprescindível o conhecimento das diferentes dinâmicas territoriais, entendidas como resultado das ações humanas, das interações entre os diferentes atores no território. Com esse propósito a pesquisa intitulada “*Sinergias y conflictos entre dinámicas territoriales: rumbo al desarrollo sustentable en la zona costera del Estado de Santa Catarina*” de autoria de Cerdan, Policarco e Vieira (2011) identificou as seguintes dinâmicas territoriais nessa região.

Quadro 21 – Dinâmicas de desenvolvimento territorial

Dinâmicas	Características
-----------	-----------------

Hegemônica	Setores industrial e turístico – processo de urbanização do litoral.
Ecológica	Áreas protegidas, unidades de conservação como forma de limitar a expansão urbana desordenada.
Comunidades locais (pescadores, agricultores, artesãos)	Auto-consumo e pluriatividade. Essa dinâmica passa por significativa mudança em função do envelhecimento da população e da saída dos jovens do campo.
Valorização do patrimônio cultural	Ações empreendidas por órgãos públicos e privados, a fim de contribuir para o fortalecimento da identidade territorial.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cerdan, Policarco e Vieira (2011).

Como fatores explicativos dessas dinâmicas territoriais que conferem uma singularidade ao litoral catarinense, os autores destacam a pluriatividade das comunidades tradicionais e os sistemas produtivos flexíveis que são permeados por relações de reciprocidade. As inovações em torno dos sistemas produtivos locais tem envolvido as comunidades nesses processos, destacando-se a pesca e os produtos agrícolas (agroecologia), com feiras, venda direta, entre outros. Esses aspectos tem conferido uma transformação no espaço rural costeiro, em que “se consolida uma agricultura periurbana que inova, criando valor agregado, qualificando os seus produtos” (CERDAN, POLICARCO E VIEIRA, 2011, p.02).

Além disso, há um maior protagonismo de novos atores, em função da perda de espaço/poder da elite agrária. A sociedade civil apresenta-se mais ativa, tendo surgido novos espaços de discussões e negociações. No entanto, segundo a referida pesquisa, embora as particularidades dessa região, tais como endogeneidade, geração de sistema de especialização flexível, diversificação produtiva/industrialização, ainda há muitos desafios. Persistem assimetrias de poder nos espaços públicos, fóruns, o que limita os impactos das novas políticas de desenvolvimento territorial rural, as quais requerem organizações sociais mais protagônicas e ativas nas arenas decisórias. Faz-se necessário interligar as diferentes dinâmicas territoriais de forma complementar, o que implica um rearranjo entre os atores, as instituições e a apropriação dos recursos. Outros desafios são a redução das desigualdades sociais; maior protagonismo dos agricultores e pescadores; melhoria da infra-estrutura (saneamento básico, estradas, telecomunicações) e degradação ambiental.

As mudanças necessárias para essa região referem-se a processos de transformação, os quais exigem muito mais que uma simples utilização de uma nova técnica, da criação de novos canais de informação, de designação de responsáveis. Todas essas medidas são úteis, mas apenas são importantes se inseridas numa estratégia de mudança através da qual se desenvolvam a inovação social e a invenção da construção da ação coletiva. Assim como,

a elaboração exitosa e coletiva de uma nova construção sistêmica – que permita o desenvolvimento de novas capacidades de relação dos atores individuais e coletivo, a instituição de novos jogos e mecanismos de governo, e com eles, a afirmação de novos instrumentos intelectuais, de novas racionalidades e de novos objetivos de ação (CROZIER e FRIEDBERG, 1990, p. 30).

Ou seja, a mudança não é uma etapa lógica, necessária, inevitável, nem a imposição de um modelo de organização social melhor, ou o resultado natural dos embates entre os atores e de suas relações de força, mas é a transformação de um sistema de ação. Desse modo, o que precisa mudar no jogo não são as regras, mas a própria natureza do jogo.

4.3.2 As especificidades dos territórios rurais na zona costeira catarinense

O litoral catarinense apresenta certas características que o diferenciam de outras regiões rurais do estado. Primeiramente a sua posição estratégica que desde o início da colonização conecta o espaço interno (interior do estado) ao externo (ao resto do país e de outros países, seja pelas rodovias/ferrovias e espaço marítimo). A construção da BR 101, em 1970, foi um marco para essa região. Outro diferenciador é a forte urbanização que passa existir no litoral, tendo recebido muitos imigrantes de várias partes do mundo e do país, tendo uma densidade populacional muito variada. A diversificação das atividades econômicas e dos sistemas produtivos é outro aspecto singular dessa região, os quais caracterizam de forma diferenciada o meio rural em relação a outras regiões do estado, pois trata-se de um

espaço rural periurbano, sob forte influência das bacias industriais, podendo ser comparados a “jardins das cidades”, no sentido de espaços de acolhida de segmentos da população que buscam áreas recreativas de descanso ou de lazer.

Optamos por considerá-lo como um novo mundo rural que mantém características singulares e que, portanto, requer políticas e programas de apoio diferenciados em relação às outras regiões rurais do Estado (CERDAN, POLICARCO E VIEIRA, 2011, p.23).

No entanto, há aspectos comuns às demais áreas rurais do estado e do país, tais como êxodo rural, em especial dos jovens, e o consequente envelhecimento da população. A pluriatividade é uma forte característica dessa região, constituindo-se como uma alternativa de renda. Nesse contexto a realidade agrícola pode ser vista sob duas perspectivas

num cenário negativo, estamos em presença de uma agricultura em crise e às margens da agricultura moderna do Brasil; ou ii) estamos diante de um cenário positivo, de uma agricultura inserida numa realidade diferenciada, em que a pluriatividade e a presença de outras fontes de renda pode significar a oportunidade para investimentos nas atividades agrícolas (MARTINEL, 2010 apud CERDAN, POLICARCO E VIEIRA, 2011, p. 34-35).

Uma significativa parcela da população feminina do meio rural está inserida em sistemas produtivos flexíveis, de confecções. Também no meio rural e em áreas periurbanas têm surgido inovações, tais como redes de atores, comercialização de produtos, áreas de lazer, contribuindo para maior integração entre o espaço rural e urbano. A venda direta de produtos agrícolas, tendo presença marcante dos agricultores agroecológicos, constitui uma inovação importante nesse local. A organização dos agricultores agroecológicos por meio de redes teve início nos anos noventa e vem se expandindo na região, embora a maioria dos consumidores não sejam os moradores locais.

O principal atrativo dessa região são as temperaturas agradáveis, belas praias, o que propicia um denso turismo sazonal/de massa, geralmente de dezembro a março. A intensa movimentação de turistas contribuiu, por um lado, para desenvolver a região, tendo sido construído muitos hotéis, pousadas e áreas de lazer. Por outro, devido a falta de planejamento para receber esses turistas, muitos rios, córregos foram poluídos, assim como grande parte da flora e fauna da região foi destruída. Esses impactos negativos do turismo de massa, sem controle e fiscalização prejudicaram as formas de subsistência presentes na região,

inviabilizando muitas famílias de viverem da pesca, dos frutos do mar e da agricultura familiar.

No caso da cultura açoriana ocorreram muitos conflitos com as pessoas vindas de outros lugares para residir nessa região e/ou como turistas, principalmente, por parte dos Ítalo-Germânicos, pois tratavam os nativos como preguiçosos, malandros, do litoral etc. Trata-se de um choque entre diferentes mentalidades, pois enquanto os Açorianos tem mentalidade “pré-capitalista” baseada na subsistência, os Ítalo-Germânicos, trouxeram uma mentalidade capitalista ao migrarem da Europa no século XIX, período em que ocorria a revolução industrial. O resultado desse choque cultural e da pressão exercida pela cultura mais qualificada e competitiva tecnologicamente contribuiu para que os nativos do litoral se sentissem inferiorizados. Sensibilizados com essa problemática e buscando reverter essa situação, vários núcleos de pesquisa das universidades da região (UFSC, UNISUL, UNIVALE, UNESC) vêm realizando um trabalho na rede pública de ensino com o apoio das prefeituras municipais, a fim de revitalizar a Cultura Açoriana. Assim como criaram a Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina (AÇOR) e a inclusão aos roteiros turísticos do estado dos pontos turísticos açorianos (FARIAS, 2000).

Ao longo do Litoral foram constituídas várias comunidades, sendo a faixa litorânea muito diversificada, apresentando uma série de atividades. Dessa forma, além de sol e praia há na zona costeira o artesanato, a agricultura familiar, a pesca artesanal, agroindústrias de diversos tipos, comércio, indústria, turismo rural, agroecologia, universidades, centros tecnológicos, cooperativas, bancos comunitários (Cresol), feiras, pecuária, entre outros. Os habitantes da região ou nativos vivem tradicionalmente da pesca e da agricultura familiar, sendo que uma complementa a outra e, muitas vezes, até substitui em caso de perda da lavoura ou queda do pescado. Essa diversidade faz com que o espaço rural desse território tenha certas especificidades que são únicas, e diferentes da maioria dos territórios rurais. A relação rural-urbano é muito intensa, pois trata-se de uma região com boa infra-estrutura, tendo proximidade com as instituições públicas, com a indústria, com o comércio, com instituições de ensino públicas e privadas, além da abertura marítima e da circunvizinhança ao principal centro econômico do país, São Paulo.

No entanto, devido a importância conferida ao turismo sazonal (de massa), por parte das Instituições Públicas, a industrialização e a oferta de empregos nas zonas urbanas, muitos nativos têm desistido das atividades tradicionais (agricultura/pesca/pecuária) e migrado para as

cidades maiores do entorno. Em função do caráter sazonal desse tipo de turismo os empregos oferecidos são temporários e, em grande parte, informais sem carteira assinada ou cobertura social (LINS, 2002). A população autóctone tem pouco auxílio e estímulo para aprimorar suas formas tradicionais de trabalho, tais como a pesca artesanal e a agricultura familiar.

A produção agrícola e agropecuária, desses municípios, de base familiar, é descapitalizada e apresenta baixo nível de produtividade. Os principais produtos cultivados são, sobretudo, arroz irrigado, mandioca, milho, hortaliças, feijão e, em menor escala, a fruticultura e fitoterápicos. Uma inovação recente na região é a produção agroecológica em rede que abrange municípios do Sul até o Norte da zona costeira catarinense. Se a produção agrícola sem insumos químicos era uma atividade hegemônica no início da colonização dessa região, até meados dos anos setenta, atualmente vem sendo retomada através da organização dos agricultores em rede. Dessa forma, a inovação consiste na articulação de grupos de agricultores filiados à Rede Ecovida de Agroecologia que passam a desenvolver essa atividade em rede.

A agroecologia vem sendo considerada uma estratégia importante para essa região, pois além dos conhecimentos científicos, valoriza a experiência do agricultor, da comunidade, e contribui para uma maior harmonia dos ecossistemas (MARTINS, 2009). Além disso, tem potencial para integrar à agricultura atividades como a pesca, o artesanato, o turismo de base comunitária, de modo a contribuir para novos estilos de desenvolvimento que priorizam a cooperação/solidariedade, o respeito pela vida, a identificação com a região de origem, a coordenação/integração local e a aprendizagem/inovação (VIEIRA, 2009). Desse modo, pode ser um estímulo para as atividades tradicionais, favorecendo a permanência das famílias no meio rural, a revitalização das comunidades, além de contribuir para a preservação dos recursos naturais. Outros fatores positivos são as especificidades desse território, tais como pequenas propriedades, proximidade aos centros urbanos, aumento da demanda dos consumidores por produtos orgânicos, alto poder aquisitivo, os quais contribuem para que a agroecologia seja uma oportunidade ímpar para o DTS. Outro fator que tende a contribuir para o aumento dessas atividades é a duplicação da rodovia BR 101 que perpassa todos esses municípios.

4.4. A Rede Ecovida de Agroecologia

Embora o lançamento oficial da Rede Ecovida tenha sido no dia 28 de abril de 1999 na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Rede Ecovida de Agroecologia surge no sul do Brasil. Resulta de processos históricos, em especial de organizações da sociedade civil que lutavam por uma alternativa ao modelo da modernização agrícola ou revolução verde. A composição da Rede em Santa Catarina compreende os seguintes núcleos: Vale do Rio Uruguai, Vale do Rio do Peixe, Alto Vale, Monge João Maria, Oeste de Santa Catarina, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul Catarinense, Litoral Catarinense, Serra Mar (ECOVIDA, 2012b). Cada núcleo apresenta uma diversidade em termos de organização e atuação em cada região, sendo uns mais proativos em termos de atuação territorial junto aos demais atores e outros menos. Não obstante todos seguem as normas oficialmente estabelecidas.

Na fase inicial da Rede Ecovida, o conceito de agroecologia era compreendido como

processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os(as) agricultores(as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos 'pacotes tecnológicos' com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os (as) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada (CEPAGRI, 1998 apud ECOVIDA, 2007, p. 29).

Embora tenha sido assumido nos primórdios da rede, esse conceito não é o único, pois para muitos a agroecologia deve ser considerada uma ciência transdisciplinar, sendo transversal às demais disciplinas e integrando o saber acadêmico e o saber popular, o que lhe confere o seguinte conceito

a agroecologia é uma ciência fundamentada na co-evolução dos seres, em interações positivas, de cooperação – complementariedade e interdependência, que reestabelece a relação

humana na natureza. Resulta da ecologia aplicada às relações humanas de sobrevivência, convivência e produtiva na natureza (ARL, 2007 apud ECOVIDA, 2007, p. 30).

Esse conceito está fundamentado no paradigma sistêmico, devendo as práticas agrícolas serem recompostas com ênfase na diversificação e na integração complementar das atividades. Com isso, o agricultor não se limitará a um tipo apenas de produção (hortaliças, leite, hortaliças), valorizando uma maior diversidade de produtos. Além da dimensão ecológica, trabalha as dimensões sociopolíticas, culturais e econômicas. Em termos sociopolíticos o projeto agroecológico requer o apoio de movimentos sociais como MST, MPA, CPT, MMC, entre outros, pois é necessário somar forças com essas organizações para fortalecer os propósitos da rede, demonstrando que é possível viver de outra forma. Desse modo, através de uma nova compreensão da natureza, da construção de uma nova sociabilidade, da consideração do saber popular, do acúmulo de experiências, é constituída a *identidade de projeto* da Rede Ecovida, o que confere à agroecologia uma dimensão estratégica (ECOVIDA, 2007).

O surgimento da rede decorre da busca por um novo tipo de certificação, tendo o debate sobre esse tema se intensificado no Brasil a partir de 1994 quando o Ministério da Agricultura iniciou o processo de normatização da produção. O debate foi intenso, tendo várias posições, divergências sobre a necessidade ou não do selo até a publicação da Instrução Normativa nº 007, em maio de 1999. No entanto, concomitante a esse debate, em Santa Catarina havia pressão de vários órgãos públicos, entidades para a criação de um comitê que centralizasse todo o processo de certificação. Em função dessa polêmica que era contrária aos princípios da agroecologia, organizações da sociedade civil resolveram fazer pressão e criar a Rede de Certificação Participativa que foi o primeiro nome da Rede Ecovida de Agroecologia. Posteriormente, organizações e parcerias do Rio Grande do Sul e Paraná passaram a se inserir na rede o que contribui para fortalecer a ideia de certificação participativa com envolvimento de agricultores, técnicos e consumidores. Com o aumento da demanda por produtos orgânicos tem sido considerado significativa importância à certificação, tendo surgido várias certificadoras no mercado, as quais devem atuar de modo independente do setor produtivo e do consumidor. Com isso houve uma progressiva especialização, sendo que a maioria tem pouca ou nenhuma relação com os princípios da agroecologia. O aumento da exportação de produtos orgânicos transformou a certificação num nicho de mercado,

pois até início do século XX era realizada pelas associações e grupos de produtores que visavam cultivar alimentos sem insumos químicos. Com o crescimento da produção orgânica, das exportações, começaram a surgir associações e entidades representativas desse setor, tais como a IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica, tendo sido criadas normas padronizadas de produção e de certificação. As agências certificadoras precisam ser credenciadas e reconhecidas por um órgão autorizado que em âmbito internacional é a IFOAM. O tipo de certificação mais praticado é por auditoria ou por inspeção, tendo por princípios a independência, imparcialidade, confiabilidade, quadro técnico especializado, procedimentos semestrais ou anuais de inspeção na propriedade dos demandantes, normas ou procedimentos a serem seguidos para permitir a certificação, diversos tipos de custos (pelo dia de inspeção, pela viagem do inspetor, pela preparação do relatório, emissão do certificado, deslocamento, licença para uso do selo etc). Os principais problemas desse tipo de certificação incidem na demasiada burocracia, especialização, sendo pouco adequada à agricultura familiar, pois segue normas ISO (Organização de Normas Internacionais) mais voltada para processos industriais, entre outros (SANTOS, 2002).

A origem da certificação participativa está na luta de pequenos produtores de vinho da França que buscavam diferenciar seus produtos, valorizando as especificidades culturais, tradicionais, dos vinhos produzidos em maior escala. Com isso, acordos e normas foram desenvolvidos de modo a possibilitar que os agricultores e consumidores fiscalizassem e controlassem todo o processo de produção. Em 1972 foi fundada a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica – a IFOAM que desenvolveu o Sistema de Garantia Orgânica (OGS). Esse movimento em âmbito internacional passou a despertar interesse dos governos, sendo criado no Brasil a Lei nº 10.831, sancionada em 23/12/2003, para regulamentação da agricultura orgânica, sendo resultado de um amplo debate das organizações da sociedade civil. Os debates sobre esse tema, em especial sobre certificação participativa, tem se ampliado em função dos altos custos, da burocracia e das exigências das certificadoras independentes. Em todos os continentes os agricultores têm procurado desenvolver sistemas participativos de garantia (SPG), tais como na Bolívia (AOPEB), Uruguai (Rede de Agroecologia), México (Rede de Mercados Orgânicos), Costa Rica (APOT), entre outros. A legislação brasileira dispõe que a certificação seja compulsória, excepcionalmente para o caso de comercialização direta por parte dos agricultores familiares,

propiciando distintos mecanismos de garantia. No Brasil, a Rede Ecovida foi a pioneira da certificação participativa, a fim de propiciar credibilidade aos seus produtos e maior inserção nos diferentes mercados de consumo.

Em 2010, a Rede passou a adotar a certificação participativa, criando um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), sendo uma condição para compor o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Com isso passou a adotar o seguinte selo nos os produtos ecológicos certificados.

Figura 4- Selo da Rede Ecovida



Fonte: Ecovida, 2012b.

Ao invés de produto orgânico, a rede procura denominá-lo de produto ecológico, pois não se trata apenas de substituição de insumos, mas de uma agricultura ecológica baseada nos princípios da agroecologia. Os principais princípios e objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia podem ser sintetizados conforme quadro a seguir.

Quadro 22 – Princípios e Objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia

Princípios	Objetivos
Articulação na recuperação e conservação da vida no planeta terra.	Fortalecer a identidade popular, contemplando questões ambientais, sociais, econômicos e culturais. Responder de forma coletiva e propositiva aos desafios concretos e às questões políticas, técnicas e outras.

Contribuição na construção da sustentabilidade junto ao desenvolvimento, tendo a agroecologia como base desse processo.	Propiciar espaços de formação e elaborar material na área de agroecologia e educação no campo. Fomentar o intercâmbio, o resgate e valorização do saber popular.
Articulação organizada em rede, sem hierarquias nas condições, papéis e funções.	Construir e articular políticas públicas afins.
Preservação das particularidades locais e/ou regionais no seu processo organizacional.	Lutar pela segurança e soberania alimentar, contra os transgênicos e contra a apropriação privada da vida, das sementes e outros bens comuns.
Ser parte ou atuar junto à agricultura familiar, camponesa e famílias de trabalhadores urbanos.	Ser parte das lutas amplas de transformação social junto aos demais movimentos sociais, para uma sociedade justa, igualitária e ambientalmente sustentável.
Fortalecimento das relações de economia popular solidária na rede e as articulações junto a outros espaços e formas de mercado justo e solidário.	Reconhecer e respaldar mutuamente as famílias, grupos, associações, organizações e entidades articuladas.
Priorização da relação direta com os consumidores (as), o abastecimento local e regional, com perspectivas à segurança e soberania alimentar.	Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas.
Oposição a qualquer forma de exploração ou opressão, seja econômica, política, social, de gênero ou geração.	Aproximar de forma solidária famílias de trabalhadores do campo e da cidade.

Fonte: Adaptado de ECOVIDA, (2007, p. 14 e 15).

Embora a Rede Ecovida tenha coordenações estaduais e uma coordenação geral são nos grupos e núcleos onde são tomadas as principais decisões e encaminhamentos coletivos. O funcionamento da rede é descentralizado, tendo por elo principal o núcleo regional que atua numa região com características semelhantes.

Quadro 23 - Espaços e dinâmicas organizativas da Rede Ecovida

Organização local	Agricultores, consumidores, entidades, grupos organizados
Núcleos regionais	Reúne os grupos da rede de uma determinada região. Tem a função de agilizar os processos de certificação, prestar suporte técnico e assessoria. Cada núcleo, grupo de agricultores, tem autonomia para se organizar.

Coordenação geral	Composta de forma colegiada por membros indicados por estado.
Plenária de Núcleos da Rede	Principal âmbito de decisão intermediária.
Plenária de Núcleos nos Estados	Tem por objetivo aprofundar e tratar de questões relativas a rede no estado.
Encontro Ampliado	Integra todos os nós da rede, constituindo-se num amplo espaço de troca de experiências e decisões sobre os rumos da rede.

Fonte: ECOVIDA, (2007).

A Rede Ecovida sempre priorizou as feiras locais e regionais, de modo que até dezembro de 2010 pode comercializar seus produtos sem a certificação. Ao invés de contratar uma certificação por auditoria a rede sempre lutou pela certificação participativa, a fim de evitar se conduzir apenas pelo ótica do mercado, construindo um caminho próprio. Dessa forma, envolve os agricultores em todo o processo, o que propicia o fortalecimento das dimensões sociais, ecológicas, políticas e não apenas de comercialização. No entanto, em função dessa postura, a rede enfrenta alguns desafios, em especial no campo da comercialização, tendo dificuldade em manter o abastecimento dos mercados o ano inteiro. A fim de solucionar esse gargalo e fortalecer a comercialização solidária foi criado em 2006 o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. As principais características desse circuito são as seguintes: os produtos devem ser oriundos da agricultura familiar, com alto nível de auto-abastecimento no sentido de ser capaz de abastecer a região local e, posteriormente, atuar em mercados mais amplos através do Circuito; Intercâmbio de produtos entre as regiões de modo a ampliar a diversidade; avaliação periódica dos critérios para estabelecimento dos preços através de planilhas de custos de comercialização (ROVER, 2011).

A Rede Ecovida passou a ser constituída por núcleos regionais a partir de 2001, os quais em geral tem a assessoria de uma ONG, sendo suas responsabilidades efetuar os procedimentos referentes a atualização de cadastros, anuidades (contribuição dos seus integrantes) etc. Atualmente a Rede Ecovida abrange os três Estados da Região Sul (RS/SC/PR) e parte da região sul de São Paulo. Está composta por 23 núcleos e dois pré-núcleos, tendo uma média de três mil famílias filiadas (ECOVIDA, 2012a). Além disso, abrange

em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. (ECOVIDA, 2012a).

Os núcleos são considerados os nós da rede, sendo que cada núcleo tem autonomia para conduzir suas ações e processos de certificação, assim como é através do núcleo que ocorre a adesão de novos membros, desde que tenham sido indicados por dois membros atuais da rede. É sugerido que cada núcleo tenha uma entidade referência para troca de informações, sendo a estrutura mínima do núcleo composta por coordenação, tesouraria e conselho de ética, devendo efetuar no mínimo dois encontros ao ano. Uma vez ao ano a rede se encontra, em sua totalidade, no encontro ampliado que constitui a instância máxima de decisão. A coordenação político-operacional formada por representantes de cada estado tem a função de representar a rede nos diversos fóruns e encontros. Além disso, possui conselho técnico (normas e tecnologia de produção), conselho de certificação (controle de certificação e emissão de selos e certificados) e conselho de ética (SANTOS, 2005; 2002).

Do ponto de vista jurídico, a Rede Ecovida não foi ainda formalizada. Daí a necessidade de criar uma associação para resolver problemas relacionados a certificação junto às instâncias oficiais. Trata-se da Associação Ecovida de Agroecologia, que confere respaldo jurídico à rede. O logotipo da Rede Ecovida de Agroecologia vem cada vez mais se popularizando em feiras, camisetas, bonés, o que contribui para a divulgação da sua marca e da rede.

Figura 5 - Logotipo da Rede Ecovida



Fonte: Ecovida, 2012b.

A rede organiza encontros ampliados, a fim de propiciar discussões, trocas de saberes, conhecimento, contribuir para a consolidação, fortalecimento dos laços, das parcerias, aprofundar discussões referentes à construção da agroecologia, eleger nova coordenação, deliberar sobre a solicitação de adesão de novos núcleos à rede, e definir o local para o próximo encontro ampliado. O primeiro encontro ampliado da Rede Ecovida realizado em uma capital ocorreu em 2012, em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, o que serviu para estreitar as relações entre campo e cidade. Teve por lema: “CULTIVANDO SONHOS E DANDO ECO A VIDA”. Ao todo, mais de mil pessoas participaram desse evento, incluindo os 24 núcleos da rede, estudantes, organizações e redes da América Latina e do Brasil, da cooperação internacional, de órgãos governamentais e público em geral. Os seminários temáticos do encontro serviram para a construção de propostas, de políticas públicas que fortaleçam essas experiências, tanto interna, quanto externamente. As 35 oficinas serviram para aproximar os participantes da prática agroecológica, e a *Feira de Saberes e Sabores* atraiu a atenção do público universitário, da comunidade e dos congressistas, propiciando a exposição e comercialização de produtos alimentos, sementes, mudas, receitas, artesanato, fitoterapia etc. A feira procurou evidenciar a interdependência e a harmonização do ser humano consigo, com a natureza e com os demais. A juventude teve espaços especiais nas oficinas para tratar da sua situação no meio rural, assim como as crianças que participaram do “Encontrinho”. Os núcleos anfitriões desse evento foram do Litoral Catarinense e do Planalto Serrano. Na abertura houve a apresentação dos 23 núcleos e 2 pré-núcleos e foi efetuado um balanço da trajetória da rede, com destaque para a importância do seu fortalecimento interno e sua articulação com outras redes, movimentos, de modo a reforçar a sua capacidade organizativa e ter mais impacto político, em especial num contexto de ofensiva do agronegócio. Os quatro seminários temáticos foram: sistemas agroflorestais, comercialização, sistema participativo de garantia, insumos e poder na agroecologia. A ênfase na importância da participação das mulheres nesses processos de sistematização e intercâmbio de experiências agroecológicas contribuiu para o fortalecimento do GT “Mulheres da ANA” (Articulação Nacional de Agroecologia) junto com a Rede Ecovida de Agroecologia e o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas). Em termos de incidência política a Rede Ecovida integra

o Grupo Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que está inserido no Programa Nacional de Alimentação Escolar; a Comissão Nacional de Produção Orgânica que tem influência na marco regulatório da política nacional de produção orgânica e a campanha nacional contra os agrotóxicos (ECOVIDA, 2012a).

Face ao exposto, destacam-se como principais limites e desafios externos/internos da rede, a regulamentação da instrução normativa IN 006/02 que substitui a IN 007/99 que define os procedimentos para a vigência das certificadoras, impedindo o reconhecimento da certificação participativa por instituições e mercados regidos pelo sistema de auditoria. Em relação aos processos de exportação, em geral as regras são definidas pela lógica do mercado e segundo os auspícios dos países ricos que têm maior poder de decisão e de compra desses produtos, tendo os países em desenvolvimento dificuldade em participar dessas decisões. Outro desafio se refere à comercialização, considerada um dos gargalos pela rede, sendo priorizado pela grande maioria dos agricultores os canais de cadeias curtas, com participação direta dos agricultores e consumidores, possibilitando uma rica troca entre os agricultores da rede, de sementes e produtos ecológicos. Entre os desafios internos, o principal é a organização de base, de agricultores e consumidores, a fim de consolidar esse processo, sendo fundamental a presença de mais animadores para dinamizar a rede. Devido a existência de grande heterogeneidade de agricultores na rede, muitos estão apenas em busca exclusiva do selo de qualidade, como se a Rede Ecovida fosse uma simples certificadora (SANTOS, 2005; 2002).

Além disso, para a expansão e consolidação da rede, de uma pequena coletividade para a sociedade, requer que os seus nós tenham clareza desse processo e assumam esses desafios. Para isso, a formação é fundamental, pois é através dela que as pessoas passam a refletir sobre a sua realidade, de modo a potencializar a rede, tanto interna, quanto externa. Desse modo é importante dotar a juventude de protagonismo, de novas referências, de maior conscientização, incentivando o Movimento da Juventude Agroecológica, a aprendizagem coletiva (troca de experiências), e o trabalho coletivo (mutirões). A articulação em rede é estratégica nesse momento de crise ambiental planetária, pois possibilita a conexão em âmbito global. Nesse sentido que se disseminam redes regionais como a Ecovida; redes nacionais como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e redes de redes como o Movimento Latino Americano de Agroecologia (MAELA) (ECOVIDA, 2007).

4.4.1. O Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia

Antes de 2001, a Rede Ecovida ainda não estava organizada em núcleos regionais, tendo desse período em diante sentido a necessidade de se estruturar em núcleos devido o crescimento da rede e as novas demandas, tais como marco regulatório da produção orgânica. Em relação à formação do Núcleo Litoral Catarinense, um dos principais atores que viabilizou essa proposta foi a ONG CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), a qual tem uma longa história de atuação no campo do desenvolvimento rural catarinense. Fundada em 18/04/1990, a ONG Cepagro era formada por técnicos da ACARESC (atualmente Epagri), professores de universidades, Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (APACO), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) e a Associação Estadual dos Condomínios de Suinocultura de Santa Catarina (AECOS), tendo atuação em âmbito estadual. Essa rede foi muito forte no estado, tendo contribuído para a construção dos Conselhos da Agricultura Familiar, dos Conselhos do Pronaf, do Conselho da Produção Orgânica (CPORG) e do Conselho de Crédito Solidário. Devido sua importância e representatividade no meio rural, em 1990 a ONG Cepagro e o MST foram convidados para participar do recém criado Conselho de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, e em 1996 foi declarada Entidade Pública Estadual e Municipal. A maioria desses grupos haviam sido excluídos das cooperativas tradicionais o que contribuiu para sua agregação ao Cepagro. É interessante observar que essas organizações refletem o contexto da época, ou seja, fins dos anos oitenta e início dos 90 em que começam a surgir mudanças nas relações entre gestores e sociedade civil. Com isso há uma ampliação dos espaços de decisão, os quais são fruto da mobilização social e das garantias advindas com a Constituição de 1988 e com a Constituição Estadual de 1989. Passou a existir um estímulo à formação de conselhos de desenvolvimento rural onde se apoia a participação e o protagonismo dos atores locais (MUSSOI, 2002).

O Cepagro tinha convênios que possibilitavam a ida de estudantes e integrantes do grupo à França. Em uma dessas viagens os integrantes do Cepagro conheceram uma exitosa ONG francesa que era uma espécie de incubadora de grandes projetos, tais como cooperativismo de crédito, agroindústria familiar, turismo rural. Tomando por modelo essa experiência, o Cepagro passou a construir e

aplicar projetos semelhantes no interior de Santa Catarina sendo um exemplo na área de turismo rural a “Acolhida na Colônia”, gestada a partir dessas iniciativas.

Dessa forma, pode-se dizer que o Cepagro surgiu de uma relação entre SC e França, tendo por função ser uma ONG de segundo grau que desenvolvia programas para aplicar em outras ONGs. No entanto, os projetos/programas implementados pelo Cepagro foram em torno de 10 anos se tornando políticas públicas, tendo os técnicos migrado da ONG para ocupar postos públicos em diferentes escalas institucionais. Em função disso, no final da década de 1990, início de 2000, o Cepagro começa a passar por uma crise de esvaziamento da entidade, de perda da identidade, tendo os projetos se transformado em políticas públicas e os técnicos absorvidos pelas estruturas públicas. Nesse contexto de crise e de mudança, por volta de 2001 surge uma nova liderança no Cepagro, o Sr Luiz Carlos Rebelatto Santos, especialista em agroecologia, que em parceria com o MDA passou a contribuir para a estruturação da Rede Ecovida de Agroecologia em Santa Catarina. Desse momento em diante inicia a relação do Cepagro com a bandeira da agroecologia. Embora essa mudança já viesse sendo discutida internamente no Cepagro, foi principalmente a referida liderança que motivou a fundação do Núcleo Litoral Catarinense, além de ser quem inseriu a “bandeira” da agroecologia como prioridade da ONG. Foi uma mudança de longo prazo, em que o estatuto da ONG teve de ser mudado, a fim de que a direção do Cepagro pudesse ser ocupada por pessoas físicas, ficando as demais ONGs na condição de conselho consultivo. Com isso, o Cepagro passou a ter uma atuação mais regional e focado na agroecologia, embora participe de espaços importantes e deliberativos no Estado, tais como Conselho da Produção Orgânica, Conselho de Desenvolvimento rural, entre outros. Posteriormente, além do meio rural o Cepagro foi estruturando um projeto institucional de trabalhar com a agroecologia urbana no litoral catarinense. Em fins de 2005 e início de 2006 esse projeto foi aprovado, tendo aportes de várias cooperações (TC1, 2012).

Em relação aos primórdios da organização do Núcleo no Litoral Catarinense, inicialmente foi realizado um mapeamento das iniciativas em agroecologia existentes na região. Devido o grande interesse das organizações, agricultores, foi efetuado um encontro de fundação do Núcleo Litoral Catarinense no dia 18 de dezembro de 2002 em Paulo Lopes com a presença de 25 pessoas. Desse momento em diante os encontros do núcleo passaram a ser organizados a cada dois meses, em

municípios diferentes, em que eram abordados temas sobre agroecologia, Rede Ecovida, certificação, projetos etc.

O núcleo iniciou com cinco grupos de agricultores, de Paulo Lopes, Garopaba, Rationes, Ituporanga e Aurora, tendo por assessoria o Cepagro e o Ipab (Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro). Foi efetivado um diagnóstico desses grupos, a fim de verificar as principais demandas, desafios e pontos a serem priorizados. Esse trabalho foi importante para conhecer melhor os grupos e para elaborar uma agenda de atividades. Foram realizados cursos de agroecologia, amplamente divulgados, pois o objetivo era difundir a proposta da agroecologia na região. Os cursos propiciaram uma visão ampla da agroecologia, com ênfase na história da agricultura, revolução verde, práticas ecológicas, certificação participativa, entre outros. Após o término de cada curso era passado um questionário, a fim de verificar a avaliação dos participantes. Com essas atividades, intercâmbios com outros núcleos, participação no encontro ampliado da rede e nas plenárias de núcleos, foi possível inserir o Núcleo Litoral na dinâmica da Rede Ecovida (SANTOS, 2005).

Atualmente, o Núcleo Litoral Catarinense vem sendo assessorado pelo Cepagro, Associação de Agricultores Ecológicos de Ituporanga, e Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro. Tem por colaboradores o GEPA – Grupo de Estudos e Práticas em Agroecologia; Comerciantes - Quintal da Ilha; e Processadores – Agroindústria Naturama (CEPAGRO ON LINE, 2011). As principais parcerias são com a ONG Centro Vianei do Planalto Serrano; a ONG SEMEAR do Vale do Itajaí; projetos com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e três ONGs de agricultura urbana de Minas Gerais. Em termos de apoio financeiro destacam-se a parceria com a prefeitura de Florianópolis para implementação de hortas na rede de escolas do município; MISEREOR - Projeto da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento dos países pobres; e da Fundação Interamericana (IAF), órgão independente do Governo dos Estados Unidos, criada em 1969 para canalizar apoio ao desenvolvimento de pessoas de baixa renda na América Latina e no Caribe (TC1, 2012).

Os convênios com as duas instituições internacionais referidas foram firmados em 2006 e devem ser encerrados em 2013, segundo o técnico do Cepagro. As razões para o cancelamento desse apoio são decorrentes do bom desempenho da economia brasileira, da redução da pobreza, e da crise internacional que requer investimento em outros

países em situação mais desfavorável que o Brasil. Esse deverá ser um dos temas a ser tratado no VII Encontro do Núcleo Litoral Catarinense a realizar-se no primeiro semestre de 2013, conforme o referido técnico. São integrantes do Núcleo Litoral Catarinense os seguintes grupos de agricultores, os quais agregam uma média de 180 famílias:

Quadro 24 – Grupos integrantes do Núcleo Litoral Catarinense

Grupo Aurora	Grupo de Araquari
Grupo Palhoça	Grupo Paulo Lopes
Grupo Joinville (Piraí-Cubatão)	Grupo Ratores
Grupo Alfredo Wagner	Grupo Garopaba
Grupo Leoberto Leal	Grupo Santo Amaro
Grupo Agricultura Urbana Florianópolis	Grupo de Ituporanga
Grupo Agricultura Urbana Itajaí	Grupo de Angelina
Grupo de Guaruva	

Fonte: CEPAGRO ON LINE (2011).

O Cepagro também vem atuando no projeto Ponto de Cultura de Engenhos de Farinha em parceria com o Ministério da Cultura, no período de 2010 a 2013. São sete engenhos de farinha, sendo que 5 estão inseridos em propriedade de agricultura familiar e 3 são certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. No caso do Programa de Agricultura Urbana, a prioridade vem sendo as escolas e as comunidades carentes do município de Florianópolis e Região. O Programa “Revolução dos Baldinhos – Lixo que educa e vira alimento” funciona como base do Programa Agricultura Urbana e está tendo excelente receptividade nas comunidades, tornando-se uma referência sendo divulgado em reportagens em âmbito nacional. Em média esse programa recolhe e recicla 10 toneladas mensais de resíduos orgânicos. Outras ações desenvolvidas pelo Cepagro são a reciclagem de óleo de fritura; diversificação das lavouras de tabaco; e oficinas de tecelagem com base na economia solidária (CEPAGRO ON LINE, 2011; TC1, 2012).

4.5 GRUPOS ANALISADOS NA PESQUISA: PAULO LOPES (GPL) E PIRAÍ CUBATÃO (GPC)

4.5.1 O município de Paulo Lopes - Grupo Paulo Lopes (GPL)

O município de Paulo Lopes está localizado no litoral Centro-Sul Catarinense, tendo como limites territoriais os municípios de Palhoça,

Santo Amaro da Imperatriz, Imaruí, Imbituba, Garopaba, São Bonifácio e São Marinho do Oeste. Possui 15 localidades e uma área de 494 km², tendo uma população de 6 692 habitantes composta por agricultores, pescadores, pequenos comerciantes e industriais. A cultura predominante é açoriana, embora atualmente tenham chegado italianos e alemães. O clima é temperado e ameno, sendo a Lagoa do Ribeirão a principal fonte de pesca para os moradores (MACHADO, 1993). O Município pode ser visualizado em vermelho no mapa abaixo.

Figura 6 – Município de Paulo Lopes



Fonte: SDRs (2010).

4.5.1.1. Colonização

A colonização de Paulo Lopes iniciou com a chegada de duas famílias açorianas em 1677, e devido o excelente clima, belas paisagens, muitas outras famílias de açorianos vieram se instalar no local. A pesca e a agricultura eram as principais atividades da época, sendo difícil a povoação do lugar em função da existência de grande número de Índios Carijós. As primeiras moradias eram precárias, construídas com a ajuda do trabalho escravo (negro). Posteriormente, com a construção de duas cerâmicas (olarias) para fabricar telhas e tijolos, esse território passou a ser chamado de “Olaria”, tendo esse nome vigorado por muito tempo até ser substituído por Paulo Lopes. Em 1820 começa a se dinamizar um pequeno comércio local através do rio Paulo Lopes, que na época era todo navegável. Os principais produtos eram farinha de mandioca, arroz, tapioca, açúcar, aves, suínos e banana. Em 1910 foi criado o Distrito de Paulo Lopes, sendo oficialmente denominado por esse nome em

homenagem a um dos primeiros colonizadores, Paulo Lopes Falcão, embora o povo continuasse chamando o município de Olaria (MACHADO, 1993).

Em Paulo Lopes e nos municípios adjacentes as famílias eram auto-suficientes em quase tudo. O movimento tradicional folclórico da cultura açoriana era muito forte, com frequentes festas que contribuíam para unir as comunidades. Uma das mais conhecidas era a “Folia” que agregava um conjunto de foliões com tambores, violas, tendo à frente a Bandeira do Divino, os quais paravam em frente às casas, cantavam, faziam versos. Outra festa semelhante a essa era do “Terno de Reis” em que grupos festivos visitavam as casas para cantar e coletar donativos. O folclore “Boi de Mamão” também era uma referência em que as pessoas se reuniam, cantavam e dançavam, nas casas ou nos salões de festa.

Mas com a modernização e com o êxodo rural essas atividades foram definhando, as comunidades foram aos poucos se descaracterizando, com redução das festas, dos mutirões e das principais atividades, pesca e agricultura. Uma das culturas que mais se destacou foi a da mandioca, tendo forte presença de engenhos de farinha. Muitas famílias vendiam sua produção, o excedente, em Laguna que na época era o ponto de convergência de todo o comércio da região. O peixe era muito abundante, de modo que “não era nem pesado: era vendido por quantidade. Por exemplo, a savelha era vendida nas canoas por pá. Isto é, cada pá-de-savelha custava 500 réis” (COSTA, 2005, p. 52). Vários alambiques foram instalados no município e da mandioca era feito o polvilho que servia para a preparação da tapioca, consumida no país e inclusive no exterior. Outra atividade de referência no município foi a pesca, a qual sempre foi abundante e indispensável para a sobrevivência das famílias. A caça também era muito forte, sendo o município uma das mais ricas faunas do sul catarinense. Com a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) esse tipo de atividade foi proibido, assim como a extração de árvores que abastecia as serrarias da região. Todos esses produtos eram comercializados nos mercados próximos. As indústrias, em geral, eram de pequeno porte, tendo destaque as olarias, os engenhos de açúcar e de farinha de mandioca, e as serrarias de madeira. A presença da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), atual Epagri, foi muito presente no auxílio aos agricultores, tendo sido instalada em 1966 no município (MACHADO, 1993).

A reciprocidade era muito forte, prevalecendo a lógica da confiança e não da troca monetária. Era comum a existência de parteiras, benzedadeiras, sendo as doenças tratadas com medicamentos

naturais, homeopáticos. As pessoas tinham conhecimento das ervas medicinais e muitos nativos eram tratados com esse tipo de medicamento. A pesca era dividida entre cada família, assim como pães e outros produtos.

Naqueles tempos em que a palavra de um homem era o seu mais importante documento, fazia-se comércio de troca-troca. Trocava-se cacho de banana por fumo, galinha por peixe, farinha de mandioca por fubá...(...) as famílias viviam mais unidas, com fortes laços familiares. A vida simples e, às vezes, de escassez, não impediu que se cultivasse o diálogo em torno do fogão à lenha a cada final de dia; e nem que se cultivasse a partilha (até na hora da refeição, quando cada um tinha direito ao seu quinhão de comida). Dizem que, naqueles tempos, as pessoas eram mais honestas, humildes e solidárias. Notam que o egoísmo hoje é mais presente e que as famílias já nem se visitam mais. (COSTA, 2005, p.24)

A pesca era artesanal, as redes confeccionadas com fios de algodão, ou fios de tucum sendo a lagoa respeitada e protegida, estando com isso sempre farta de pescado. Com a urbanização desordenada desses espaços, a poluição tem aumentado impactando negativamente na pesca. Além disso, tem se disseminado a pesca predatória com uso de “aviõezinhos e das cocas”, somado a poluição dos agrotóxicos que vem sendo utilizados na rizicultura, nas margens do Rio D’una.

Olhando para além da poesia e da estética, percebemos a contínua degradação do complexo Lagunar, da qual nossa lagoa faz parte. Poluição, assoreamento, pesca com artes impróprias, pesca apenas extrativista (sem projetos de auto-sustentação), equívocos na construção da Ponte de Cabeçudas (aterro) e dos Molhes da Barra de Laguna, desmatamento dos montes e da mata ciliar...são fatores que condenam a nossa lagoa com a pena máxima. (...) A organização dos pescadores em associações e cooperativas, amparadas por instituições governamentais, ONG’s e universidades pode ser um grande passo para a salvação da nossa lagoa (COSTA, 2005, p. 95).

A fim de evitar mais danos à pesca foi estipulado o *defeso do camarão* (pagamento de um salário mensal aos pescadores), a fim de

evitar a pesca no período de reprodução dos camarões. Nesse contexto, os jovens passam a buscar empregos nas cidades do entorno como Criciúma, Florianópolis, e raros são os que se interessam por se manter na agricultura. “As primeiras famílias tinham muitos filhos, o que dava segurança para continuidade do trabalho na terra” (COSTA, 2005, p. 157). Em geral o êxodo rural dos jovens iniciou nos anos 1970, sendo um reflexo do que vinha ocorrendo em todo o país, em que o meio rural era pouco considerado, sendo o meio urbano o modelo de modernidade, de avanço e progresso. Passada a ilusão, e devido as enormes dificuldades para se adaptar ao meio urbano, muitos jovens tentaram voltar, mas já era tarde, pois a terra passou a ser cada vez mais valorizada. Muitos perderam suas referências, raízes e religiosidade, assevera Costa (2005). Atualmente a maioria dos casais jovens que permanecem na região não vivem do trabalho rural. Em geral os homens trabalham nas cidades e só retornam para casa no final de semana, ou no final do dia. Em função disso, muitos desses lugares vem sendo considerados “cidades dormitórios”. Outros fatores que contribuíram para o êxodo rural foram a inauguração da BR 101, em 1972, e a crise dos engenhos de farinha.

Com a inauguração dessa rodovia o tráfico de veículos que passava pela rodovia estadual dentro de Paulo Lopes foi transferido para a BR 101. O impacto dessa mudança foi enorme na economia local, tendo muitos comerciantes fechado suas portas e/ou se mudado para a beira da BR. A agricultura continuou forte, em especial os engenhos de farinha de mandioca, chegando a existir, segundo levantamento feito em 2002 pelo escritório municipal da Epagri, uma média de 250 engenhos. Grande parte dessa produção de farinha era exportada para a Alemanha para a alimentação dos porcos, via Porto de Itajaí. No entanto, segundo Bitencourt (2006), os alemães desistiram de comprar esse produto, pois descobriram que estava sendo misturado com areia da praia. Em função disso houve um excesso de oferta, fazendo com que muitos agricultores desistissem dessa atividade. Os engenhos foram desmontados, e suas peças foram vendidas para decoração em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A consequência foi a intensificação da migração para os municípios vizinhos, tendo o êxodo rural esvaziado muitas comunidades, ficando apenas os mais idosos. Mas, embora com pouca expressividade, se comparada com períodos anteriores, a agricultura ainda está presente no município, sendo que a pecuária, em especial o gado de corte, vem crescendo.

A produção agroecológica vem despontando como uma alternativa, sendo uma referência o Sr Glaico José Sell. Outra atividade

que vem tendo impulso é o turismo com pousadas, cachoeiras, praia (Guarda do Embaú) e o Parque (PEST). Se ambientalmente o Parque foi muito positivo, socialmente foi imposto à população, sem explicação da sua importância e da viabilização de novos locais para essas famílias. Criado através do Decreto n.º 1260 pelo governo do Estado, em 19 de novembro de 1975, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro forçou a saída de vários moradores do local. Sua criação pode ser considerada um divisor de águas, pois até a década de 1980 do século XX a extração de madeira era a principal fonte de renda do município. A comunidade mais atingida foi de Espraiado, pois estava na área do Parque e no seu entorno. A maioria da população nessa comunidade teve de abandonar suas residências e ir morar nos bairros vizinhos ou em outros municípios como Palhoça, São José e Florianópolis. Embora necessária, a criação do parque não disponibilizou outra alternativa a essas famílias, nem as indenizou por terem de abandonar esse espaço. Desde a criação do PEST a fiscalização por parte do IBAMA, Polícia Ambiental e FATMA sobre as madeiras, caça e extração do palmito se intensificaram (BITENCOURT, 2006)

No momento atual, com a duplicação da BR 101 a rotina do município é novamente alterada, assim como surge uma nova esperança que sua situação econômica melhore.

Atualmente, Paulo Lopes tenta encontrar seu eixo de desenvolvimento. Apesar da proximidade da capital do Estado, Florianópolis, e do acesso fácil através da BR 101, o município ainda não encontrou base econômica capaz de superar os ciclos da farinha, da extração da madeira e do palmito (BITENCOURT, 2006, p.25).

A destruição dos recursos naturais é preocupante, tendo as propriedades ocupadas por monoculturas de eucalipto/rizicultura e pecuária. Na maioria dos casos essas atividades são conduzidas por pessoas de outros estados que arrendam essas terras (COSTA, 2005). Não obstante, vem ocorrendo um êxodo invertido, em que muitas pessoas, em geral aposentados, tem migrado para esses locais em função da natureza, tranquilidade, e ausência do estresse das cidades. As chácaras, o turismo rural, com destaque para o turismo religioso vem se ampliando na região.

3.5.1.2. Grupo de Paulo Lopes (GPL)

O GPL foi o primeiro grupo do Núcleo Litoral Catarinense tendo iniciado oficialmente no ano de 2002, embora os trabalhos para sua

viabilização tenham iniciado em 1997, segundo a agricultora 4PL. Posteriormente, foi seguido pelos grupos de Imbuia, Ituporanga, Joinville, entre outros. A estrutura do GPL está baseada em seu estatuto, tendo uma comissão de ética integrada pelos agricultores 4PL, 9PL, a qual compõe o comitê de verificação com agricultores de outros municípios e uma coordenação, atualmente ocupada pela agricultora 1PL. A iniciativa de construir o GPL partiu do Cepagro, tendo respaldo de agricultores agroecológicos locais. Tal como o Grupo Piraf-Cubatão, de Joinville, o GPL até 2010 não era “formalizado”, pois apenas integrava o núcleo litoral catarinense, conforme esclarece a agricultora 4PL

não é que houve mudança, antes desse ano (2010) esses grupos já existiam, Joinville, Garopaba, todos já existiam, o único novo que foi criado aqui foi um de Itajaí, existia Rio do Sul, Aurora tinha outro, Laguna, outro em Três Barras, Ratones, esses grupos todos já existiam. Depois de 2010 eles foram reestruturados, agora questão de existir esses grupos, eles existiam, aí o que houve essa mudança de 2011, são as mudanças que ocorrem quando entra a certificação, que o Cepagro passa a ser certificador.

Com a nova legislação sobre orgânicos que entrou em vigor em 2011, houve uma reestruturação dos grupos, pois até esse período não existiam grupos formalizados, com um nome, estatuto e ata de fundação do grupo.

(...) no final de 2010 a gente já começou a se mexer, a falar com o pessoal que a lei iria entrar em vigor em janeiro e ninguém estava com certificação ainda, aí no final de 2010 os procurei com a proposta de remodelar o grupo, aí eles vieram com toda orientação. (...) Foi isso que a gente fez no começo de 2011, as primeiras certificações que saíram no final de maio de 2011, foi a nossa, a da 4PL, depois foi o 9PL, 7PL.... (1PL).

Os agricultores veem positivamente essa mudança, pois a fiscalização para concessão da certificação passou a ser efetuada por grupos mais próximos, de modo que cada grupo fiscaliza os demais grupos vigentes na sua região. Se por um lado, facilitou o processo com a diminuição dos custos nos deslocamentos, por outro lado, reduziu os contatos, a troca de experiência e conhecimento com agricultores de outras regiões, o que era muito rico segundo alguns agricultores. A

proposta era de que cada área (Norte, Centro e Sul) tivesse um técnico, conforme destaca a agricultora 1PL “acho que na avaliação anterior, que era difícil o mesmo técnico atender lá para o Sul e o Norte, então conseguiram três técnicos para cada área e ficou muito melhor, ninguém ficou sobrecarregado, enfim ajudou muito”. No entanto, parece que essa proposta não foi, de fato, realizada, pois há apenas um técnico que atende a região sul e norte do litoral catarinense, como pode ser verificado no trabalho de campo desta pesquisa.

No início o GPL era bem ativo, com vários encontros, reuniões, recebendo grupos da rede e realizando visitas a outros grupos, agregando uma média de 38 agricultores que após sua formação em agroecologia passaram a construir grupos em seus municípios, como Laguna e Garopaba. Os dois primeiros anos do GPL foram de formação intensa, pois a maioria dos agricultores não tinha nenhum conhecimento sobre agroecologia. Posteriormente, alguns grupos se desfizeram em função de não terem conseguido certificação como, por exemplo, Rio do Sul e Aurora, segundo a agricultora 4PL. Além disso, ocorreram mudanças no Cepagro com troca de técnicos, falta de recursos, o que contribuiu para romper com a continuidade das atividades. De acordo com o agricultor 3PL, Paulo Lopes foi uma espécie de “radiador das ações” da Rede Ecovida na zona costeira catarinense e que pela própria dinâmica da rede, a todo o momento entram e saem grupos, estando uma hora melhor, outra pior. No início havia uma liderança muito forte que contribuiu para a agregação e dinâmica do grupo, mas quando teve de deixar o GPL em função de novos compromissos, o grupo não deu continuidade a essas atividades, tendo parado as reuniões mensais, as quais passaram a ocorrer de três em três meses ou mais.

Conforme o técnico do Cepagro, talvez o problema da falta de continuidade dessas atividades foi devido o processo ter vícios de origem, ou seja, do técnico fazer tudo, desde marcar reunião, até construir a pauta das discussões. Além disso, ressalta que a ONG

não joga muitas energias lá (Paulo Lopes), porque tem um grupo de agricultores, 4 ou 5 agricultores consolidados, que tem toda uma relação com a agroecologia, com conhecimento técnico, tem potencial enorme e se eles quisessem, de verdade, eles se juntando poderiam fazer uma revolução no município por que são referência. Como é que uma ONG que tem pouco recurso vai colocar energia nisso? (TC1).

Em função dessa experiência, o técnico observa que os novos grupos vêm sendo orientados a se auto-organizarem de forma mais independente, sem muita necessidade de mediação, a fim de evitar esse tipo de vício que ocorreu no caso do GPL. No momento existe apenas um técnico para todos os grupos da área rural da zona costeira, sendo que o objetivo é colocar mais dois técnicos para contribuir na dinamização dos grupos. “Queremos ver se a gente dá uma animada nesse sentido, fazer dias de campo, troca de experiência, visitas nas comunidades, aquela atividade que configura a rede, tipo vou visitar o fulano lá em Joinville ver o que ele está fazendo e tal” (TC1). O técnico concorda que o ideal seria haver maior fortalecimento da dimensão política e não apenas da dimensão ecológica como vem ocorrendo. Mas adverte que no momento acaba não sobrando tempo para essa atividade, pois é preciso fazer as visitas de certificação, gerar relatórios, organizar a comercialização, entre outras ações mais imediatas. Segundo ele,

a gente não tem recursos estruturantes para tocar uma instituição com idealismo, podendo fazer toda essa construção política e ecológica. Ao mesmo tempo a gente está sempre sendo criticado pela academia, porque a gente não consegue fazer as coisas direito, tocar o processo, que a gente é clientelista. Se a gente parar e pensar nos movimentos sociais com pauta política clara, além de dar conta da vida de gerar renda e tal, ainda ter uma luta política por trás que seria o ideal, se a gente tivesse uma estrutura como a Epagri que tem dois agrônomos recebendo direitinho. Por isso foi todo mundo correu em termos técnicos (foi para outra esfera/instituição). Acho que as ONGs estão agonizando, acho que o agronegócio, junto com a academia e as instituições eles conseguiram enfraquecer os movimentos sociais, mais de luta, as grandes lideranças hoje estão nas estruturas estatais, aí todo mundo dando conta do seu, do seu salário, da sua projeção (TC1).

Para o técnico do Cepagro, o circuito de comercialização da Rede Ecológica é uma esperança em termos de contribuir para a viabilidade dessas ações. No momento vem sendo negociado um box no Ceasa que deverá favorecer a chegada do circuito até a zona costeira, podendo fortalecer a troca de produtos com grupos de outros locais. Adverte que “se isso acontecer, de fato, é uma revolução que tem um embrião muito forte acontecendo aí, só que o pensamento individualista e de se dar bem

em cima dos outros pode acabar com tudo também” (TC1). Além disso, adverte que há muitas vaidades nesse meio, pois se todos somassem forças, estudantes, ONGs, poder público, universidades, seria mais fácil expandir essas inovações, mas “aí começa uma disputa por vaidades, individualidades que dificultam esse processo” (TC1).

O agricultor 3PL observa que a região de Paulo Lopes apresenta certas peculiaridades, tais como uma diversidade de opções de trabalho, lazer, que em geral são mais atrativos que as atividades agrícolas. Dessa forma, os filhos dos agricultores não tem interesse em dar continuidade a essas atividades, pois tem opções melhores, ou pelo menos aparentemente melhores. Além disso, quase não há incentivo para os agricultores consolidados nessas atividades, em termos de estímulo, auxílio, de modo a tornarem-se uma referência aos demais.

O cara que tem uma terrinha e vende para ir para a cidade acha que vai ser feliz, mas é o contrário, vai para um lugar que não é dele, fazer coisas que ele não sabe e conviver com gente que não é do meio dele e vai gastando dinheiro de forma muito fácil, porque ele não sabe administrar, mas o poder público não está nem aí para isso. Ouvi uma palestra de um prefeito de uma cidade que estava falida, mas que ele conseguiu fazer muitas coisas, do tipo fazer vassouras no interior, enfim coisas pequenas, mínimas, de modo que conseguiu manter as famílias no interior. (...) A agricultora 11PL faz um sabão excelente, mas alguém promoveu esse produto dela para que ela se mantenha ali produzindo isso que nem o cara da vassoura no RS, não, o que agora se vê no sítio dela é uma placona, vende-se esse sítio (3PL).

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Lopes, que acompanha de perto a realidade das famílias rurais, os agricultores que vendem sua propriedade e migram para a cidade, em geral, se arrependem, mas depois não conseguem mais retornar. Isso porque o preço da terra no município aumentou muito, “um hectare de terra aqui em Paulo Lopes vale pelo menos 40 a 50 mil reais, a maioria das pessoas que tinham 8 hectares, 3 hectares, hoje não compram mais” (SIPL).

Outro agravante que contribui para essa situação de abandono, desestímulo, é a falta de escola no meio rural, que nas palavras do agricultor 3PL é um crime: “o próprio governo está fazendo um crime de transformar os alunos rurais em urbanos, ele está promovendo o

êxodo. Não tem colégio aqui, todos fecharam, tem uma minoria”. A justificativa para concentrar as escolas no meio urbano é devido à municipalização, em que a responsabilidade em manter essas estruturas passou a ser dos municípios e não mais de outras escalas governamentais. Segundo representante da prefeitura,

o governo repassa esses programas para o município, e disponibiliza certa verba, mas diz que o município não pode gastar mais do que 50% da sua arrecadação com folha de pagamento. Aí diz que uma professora só pode ter em determinada turma, 08 ou 10 alunos, na creche só pode ter 8 alunos, e aquele que tem dificuldade precisa de outra professora para acompanhá-lo, mas tudo quem tem de contratar é o município. Por exemplo, o valor que o governo disponibiliza para o transporte mal dá para dez dias no mês. Seria importante, mas o município não tem condições de manter isso, então as escolas estão se concentrando no perímetro urbano, aí tem o transporte escolar que leva e traz esses alunos, e a despesa é só essa, ao invés de ter de manter um colégio. A maior dificuldade de estar retirando essas escolas do meio rural é a questão de manutenção. Os municípios do nosso porte não vão ter condições em manter escolas no meio rural (PMPL).

Uma das origens do reflexo dessa desatenção aos agricultores é a falta de participação política, pois diferente do Oeste Catarinense em que a Câmara de Vereadores tem vários agricultores, em Paulo Lopes não há nenhum representante dos agricultores. De acordo com representante da prefeitura, “aqui já é outro perfil, não tem agricultor na Câmara de Vereadores, então a cultura nossa aqui é muito...encontra muita resistência” (PMPL). Além disso, ressalta que os agricultores não tem interesse em praticar a agricultura, pois preferem comprar nas feiras o produto limpo, pronto e barato.

Para o técnico da CIDASC existe uma cultura local que dificulta a viabilização de inovações, do associativismo e não se trata de pobreza ou riqueza, pois há um padrão, um perfil semelhante de comportamento, independente da classe social. “Você chega nas propriedades e é geral a desorganização, seja rico ou pobre, ele tira um remédio para aplicar num animal e vai deixando tudo de qualquer jeito. Há muito desleixo, aí qualquer coisa o pessoal comenta, não, isso aí vai dar trabalho, deixa para lá” (CIPL).

Ambos os técnicos, da prefeitura e da Epagri de Paulo Lopes, consideram a agroecologia uma estratégia viável em função de que existe demanda desses produtos, sendo as propriedades do município de pequeno porte o que facilita o processo de transição. Além disso, o representante da prefeitura adverte que os jovens não estão mais deixando o campo como antes, o que pode facilitar essa transição para a agroecologia. “Nem os filhos estão saindo mais, inclusive muitos estão estudando pela facilidade que tem hoje, o transporte pega, enfim eles estão investindo aqui” (PMPL). A maioria dos agricultores tem pequenas propriedades, a exceção dos rizicultores, os quais vêm tendo auxílio da prefeitura. Nos últimos anos a prefeitura “vem adquirindo muitos equipamentos, tais como tratores na área agrícola, temos uma frota bem completa para auxiliar esses agricultores (rizicultores)” (PMPL). Além dos rizicultores há uma pequena produção de maracujá, de leite e de agricultura orgânica. Algumas indústrias se instalaram no município como Arroz Ligeirinho, uma mineradora, fábrica de piscinas, foguetes e indústria de portas. Uma exceção a essa perspectiva otimista em relação a produção orgânica/agroecológica foi emitida pelo técnico da CIDASC. Em sua visão “a questão de orgânico é muito difícil, pois se o teu vizinho faz uma pulverização você já está fora, dependendo do que acontece do lado não tem como, nem cerca verde. Aqui é uma região que tem muita rizicultura e eles trabalham com muita química” (CIPL). Também vê com dificuldade a transição do leite convencional para orgânico, pois além de ser cara, ainda não existe um mercado que abasteça esse setor. Sendo assim caberá aos agricultores fazer todo o processo, desde o cultivo da alimentação para os animais até a certificação e comercialização, adverte.

Outra alternativa respaldada pelos técnicos e que beneficiaria o GPL é o turismo rural, sendo projeto das duas Instituições (Epagri e Prefeitura) alavancar essa atividade no município. Inclui a Prefeitura já está construindo um projeto para viabilizar essa iniciativa, de modo a trazer um técnico especializado para tratar desse tema, assim como ativar a secretaria de turismo e o conselho de turismo do município. A Epagri vem construindo o Projeto DTS-IC, a fim de contribuir para um turismo que faça conexão entre campo-cidade, de modo que o turista tenha várias opções de lazer, não restritas à praia. Segundo o técnico da Epagri, esse projeto ainda é muito jovem, não tendo “um planejamento, não sabemos ao certo onde vamos chegar, estamos engatinhando” (EPPL). A princípio existem quatro empreendimentos que estão sendo trabalhados para a construção de um roteiro turístico (Agroindústria

Dom Natural, Alambique Dom Bueno, Engenho de Farinha do Amilton e os artesanatos da Dona Sinésia). Posteriormente, outras propriedades podem se inserir como a cascata encantada, sendo que primeiramente visam estruturar um roteiro com poucos empreendimentos, a fim de colocar em funcionamento a proposta. Essas atividades serão divulgadas pelos próprios comerciantes, donos de pousadas, restaurantes da região, via *folders*, cartazes, disponibilizados nos estabelecimentos. Uma parceria que vem sendo construída é com o IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina) de Garopaba que deverá prestar treinamento aos guias turísticos. Segundo o técnico, “aqui nós estamos começando a organizar o turismo, mas ainda é muito embrionário, as prefeituras daqui não dão muito valor ainda. O município vai passar a se interessar mais quando o turismo organizado começar a funcionar” (EPPL).

De acordo com o coordenador do Projeto DTS – IC a viabilização dessa iniciativa vem sendo construída a partir de uma metodologia de pesquisa-ação, em que o resultado da ação alimenta a pesquisa e vice-versa. Em função disso, ao invés de extensão rural, vem utilizando o termo ação territorial, pois agrega essas duas dimensões. Esse projeto vem sendo construído em parceria com atores locais, instituições, empresas, tendo boa receptividade. No próximo ano encerra o seu convênio, que já está em andamento há cinco anos, devendo ser efetuado um balanço dessas atividades. Segundo o coordenador, esse projeto envolve

processos de décadas, então nós vamos fazer o balanço desses dois pilotos, já existe uma série de propostas para ampliar, mas ainda estamos apenas engatinhando, e agora que estão começando a surgir aspectos mais visíveis, como reconhecimento das comunidades dos territórios (CDTS).

O foco dessa ação é valorizar a identidade territorial, a cultura local, o protagonismo das comunidades tradicionais, como pesca artesanal, agricultura familiar/ecológica, do artesanato, folclore, dança e música.

4.5.2 O Município de Joinville - Grupo Piraí Cubatão (GPC)

O município de Joinville situa-se na região nordeste do Estado de Santa Catarina, fazendo divisa com os municípios de Jaraguá do Sul (ao oeste), São Francisco do Sul e Araquari (ao leste), Campo Alegre e Garuva (ao norte), Jaraguá do Sul, Guaramirim e Schroeder (ao sul). Está localizado entre a Serra do Mar de um lado, e de outro, por extensa

área de mangue (ESTEVES, 2010). É a cidade mais populosa de Santa Catarina, com uma população de 515.250 mil habitantes, e o terceiro polo industrial da Região Sul do Brasil (IPPUJ, 2012). O município pode ser visualizado em vermelho no mapa a seguir.

Figura 7 – Município de Joinville



Fonte: SDRs, 2010.

4.5.2.1 Colonização

A colonização europeia é uma marca de Joinville, tendo presença de imigrantes alemães, suíços, noruegueses, que formaram a Colônia de Dona Francisca. Esse nome foi dado em homenagem à princesa brasileira, Dona Francisca Carolina, filha de D. Pedro I, casada com o Príncipe de Joinville, Francisco Fernando Felipe Luiz Maria, filho do Duque de Orleães e Rei da França, que recebeu essas terras como dote de casamento. Em 1824 chegaram ao Sul do Brasil os imigrantes alemães, tendo também se estabelecido na Região Sudeste onde trabalhavam nas lavouras de café, no sistema de colonato.

Ao contrário de outras colônias, que não tiveram qualquer sistema de organização particular – salvo Blumenau, que seguiu sempre as diretrizes do seu fundador, Dr Hermann Blumenau – a Colônia Dona Francisca teve um regulamento próprio, pois uma cláusula do contrato lavrado entre os príncipes de a Sociedade Hamburguesa garantia aos colonos constituírem-se em livres instituições comunais (HOLZ, 2011, p.18).

A chegada dos primeiros imigrantes não foi nada receptiva, pois encontraram nas terras da Colônia Dona Francisca na época denominada de *Schroederst*, florestas, plantas desconhecidas, animais bravios, enfim terra virgem, com tudo por construir.

Assim começou a aventura dos imigrantes da Europa no mato, com foice, com machado, com pouca comida e pouca assistência médica. Febre, mosquito, solidão e longas picadas, dificultaram a integração dos recém-chegados. Uns voltaram, outros que ficaram tinham que pagar caro com a morte dos entes queridos. Dificuldade maior foi o individualismo, em vez de se juntarem, cada um foi para o seu lado. Houve muito desânimo e até decepção. A formação das Comunidades Cristãs e da Comunidade Dona Francisca está caracterizada pela crise de integração. (...) Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a integração dos imigrantes foi realizada ainda dentro de uma geração e aqui no Brasil isso levou gerações (GENTNER apud HOLZ, 2011, p.66-67).

Uma picada (abertura na mata) efetuada pelos imigrantes é emblemática da região, pois ligou os Caminhos da Serra com a Ilha de São Francisco, sendo denominada Estrada da Ilha. No dia 24 de fevereiro e 15 de abril de 1859 foram fundadas, respectivamente, a Estrada da Ilha e Pirabeiraba, sendo que nesse Distrito está a sede da Fundação Municipal 25 de Julho que corresponde à Secretaria de Agricultura do Município. Em 1969 com apoio da Igreja Católica e das comunidades foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville. Outro empreendimento importante nessa região foi a fundação na década de 30 da Cooperativa da Região Costeira, a Colinorte, a qual oferecia uma diversidade de serviços, tais como serraria, usina de leite, queijo, manteiga, abate de animais, serviços de inseminação, tendo uma média de 1000 associados, incluindo produtores e consumidores. Nos anos 1980 a cooperativa entrou em declínio e gradativamente foi perdendo espaço para o comércio. Em 2001 a cooperativa foi adquirida pela prefeitura de Joinville onde foi instalada a Secretaria Distrital de Pirabeiraba, onde atualmente fica a Fundação Municipal 25 de Julho.

A comemoração do Dia do Colono sempre esteve presente nas festividades de Joinville. Essa data marca a chegada da colonização no Sul do Brasil, no dia 25 de julho de 1824, quando os primeiros imigrantes aportaram às margens do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul. A forma de organização dos imigrantes foi o associativismo, o que

propiciou êxito às comunidades, seja no trabalho, seja no lazer e no esporte, sendo que nos primórdios da colonização alemã havia maior reciprocidade entre os imigrantes, seja nos mutirões, seja no compartilhamento da comida, quando necessário (HOLZ, 2011). Além disso,

a pluriatividade se fez presente em Joinville desde o início da industrialização da cidade, o que propiciou uma complementação de renda. Interessante que todos tinham, além do salário do emprego, uma pequena área de terras onde completavam a renda familiar com plantações e criações de gado de leite, suínos e as aves no quintal, (...) buscando complementar a renda familiar na indústria, trabalhando um turno na fábrica e outro na lavoura (HOLZ, 2011, p.143).

Desde o século XVIII, antes da vinda dos colonos e da aprovação das Lei de Terras, a agricultura familiar era praticada pelos caboclos, os quais apropriavam-se da terra pela posse. Os posseiros eram tolerados pela aristocracia rural, pois como os latifúndios estavam voltados para o mercado externo com exportação de cana-de-açúcar, café, quem assegurava os produtos de subsistência eram esses atores.

Devido as características climáticas de Joinville, com forte umidade no decorrer do ano e temperaturas muito elevadas, o meio rural do município é muito considerado, principalmente no verão em que as opções de lazer passam a ser os rios, as trilhas e os passeios ao ar livre. No inverno, o meio rural também é muito requisitado em função da culinária típica, das pousadas, do conforto das lareiras ou fogão à lenha. Desde 1990 a Estrada Bonita faz parte de um projeto de turismo rural voltado para fortalecer a agricultura familiar de Joinville, sob a coordenação da Fundação 25 de Julho e da Promotur – Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville. Além do turismo rural a Fundação vem apoiando a formação de grupos de desenvolvimento da mulher rural, que já totalizam 22 grupos. Essas atividades propiciam aumento na renda, proporcionam lazer e contribuem para a valorização do patrimônio da região (ESTEVES, 2010).

Uma referência de projeto no âmbito do turismo rural (pedagógico) destacado pelo presidente da Fundação 25 de Julho é o Projeto Viva Ciranda, o qual tem por foco principal a valorização da agricultura familiar sustentável, com reforço à dimensão ambiental. Esse projeto vem sendo coordenado pela Promotur em parceria com a Associação Ecorural, com a AJAAR, o SENAR e a Fundação 25 de

Julho. Além dessas parcerias, o representante da Promotur destaca GTTUR (Grupo de Trabalho do Turismo Rural) de Florianópolis em que participam várias organizações/instituições ligadas ao turismo rural, Acolhida na Colônia, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e Epagri (SCRural). Uma parceria estratégica para difundir esses projetos foi com o Ministério do Turismo da França em que há um intercâmbio entre técnicos, agricultores e estudantes França-Brasil. O objetivo principal é estimular a ida de agricultores/técnicos para a França, a fim de presenciarem como o turismo rural vem se ampliando nesse país, a maneira de se organizar e a inserção das propriedades nessas atividades. Do mesmo modo esse projeto incentiva a vinda de agricultores/técnicos franceses ao Brasil para conhecer e trocar experiência com os agricultores brasileiros. Um ponto forte do turismo rural na França é o incentivo à produção orgânica e o associativismo. Segundo o técnico da Promotur,

eu cheguei a ir, eles têm uma evolução na parte do associativismo muito grande, são três grandes associações que trabalham num certo padrão. São muito organizados, tem um mesmo critério, todos têm de adotar medidas sustentáveis, tem de ser orgânicos, tem que ter energia renovável, se você não é, você precisa tornar-se orgânico, no caso se estiver filiado a uma dessas associações, tal como a Acolhida na Colônia. Todos são orgânicos, trabalham com turismo sustentável, agroecológico. Eles são rígidos nesse sentido, não sei se é em rede, mas eles têm parcerias muito fortes, as reuniões são bem participativas, as decisões bem participativas, eles tem um avanço muito grande na parte de acolhimento, de recepção, de atividades que se fazem nas propriedades. O diferencial deles é o forte associativismo, que a gente tem muito pouco aqui. Essa cooperação, isso é bem forte lá. São rígidos nesse sentido (PMPC).

Interessante observar que as parcerias firmadas em Joinville para fortalecer essas atividades, a busca por editais, são de responsabilidade dos técnicos da Prefeitura de Joinville, via Promotur, que também organizam, estimulam a organização dos agricultores in loco.

Um dos principais projetos na área de turismo rural do município, o Projeto Viva Ciranda iniciou em seis propriedades, depois foram acrescentadas mais sete. Segundo o representante da Promotur as

comunidades viram que o projeto estava dando certo e passaram a procurá-los para se inserirem e, atualmente, tem mais dez propriedades querendo se inserir ao projeto, além das 13 referidas. Assevera que

o que motivou o agricultor foi que a gente fomentou as visitas, fizemos algumas capacitações, seminários, visitas técnicas e pagamos ônibus e entrada das crianças nas propriedades, então foi o que deu um pontapé inicial, a gente estimulou quatro escolas municipais. O recurso do projeto acabou e a gente continua tocar o projeto, mas agora são as crianças que pagam, é R\$ 5,00 por criança, se for uma escola que vem de fora para ficar o dia inteiro, que eles oferecem almoço, aí eles cobram valor a mais da alimentação (PMPC).

Não existe um roteiro turístico que integre todas as propriedades, sendo que o agendamento pode ser feito pelo site (http://www.sctur.com.br/joinville/casa_kruger.asp), segundo as opções e interesse dos turistas. Algumas propriedades recebem diretamente os turistas sem necessidade de agenda prévia e a Casa Krüger, portal do turismo ecorrural de Joinville, também auxilia nesse processo.

O turismo pedagógico, atualmente, vem sendo utilizado para fomentar o turismo de terceira idade, de modo a trazer esse público para a área rural existindo, atualmente, na Promotur um grupo técnico só para trabalhar com essa faixa etária. Nesse contexto de sucesso dessas iniciativas, de inclusão de novos grupos, o representante da Promotur destaca que

quanto mais correto for, melhor, tem propriedade que usa agrotóxico, ou que não tem uma gestão ambiental adequada e que hoje eles ficam com vergonha disso, antes eles não ligavam, hoje eles ficam com vergonha de não ter uma coleta seletiva, de não ter tratamento de esgoto e de água, tem vergonha de mostrar que a propriedade não é adequada. Nesse sentido a agroecologia tem um potencial enorme para crescer no município (PMPC).

O objetivo da Promotur é que esses projetos continuem, que as escolas junto aos agricultores deem continuidade a essas iniciativas, independentes da instituição. O desafio, segundo o técnico, é fazer o processo andar, pois a partir do momento que engrena, que as pessoas tem confiança, se envolvem, não há necessidade de mediações externas.

Para isso é importante uma equipe técnica preparada, com formação específica na área, pois se o projeto não der certo os agricultores vão ficar desestimulados e sem interesse em participar novamente. Esclarece que não pode ser simplesmente um projeto de *marketing*, muitas vezes eleitoreiro, pois os “agricultores se dão conta de tudo” o que dificulta o florescimento da dinâmica necessária para consolidar essas ações. Enfatiza que

normalmente o que acontece é que se tem a ideia, se prevê um recurso que está para vir, as vezes demora e tal, então começa se mobilizar o agricultor cedo demais sem ter exatamente um algo para mostrar para eles, ou fazer aquilo dar resultado. Do turismo pedagógico a gente tinha consciência que só iríamos começar se tivéssemos recursos do início ao fim para colocar em prática, e aquilo precisava dar um resultado prático para eles, então eles viram que deu resultado, que o dinheiro estava ali. Então se precisa de material para o seminário que a gente estava fazendo, visita técnica, então tinha recursos. Fizemos cursos de capacitação, aí eles fizeram a capacitação, vieram nas reuniões e tiveram retorno direto com a propriedade, aí incentiva, mas quando demora demais para o recurso vir, ou para se obter o resultado, aí eles desistem (PMPC).

Outro projeto de turismo rural que se destaca no município é o do Cicloturismo – Circuitopiraí - em que as propriedades recebem os cicloturistas com informações, lanches, cafés, sendo o local marcado por rios, corredeiras, cascatas, contando com a Serra do Mar como pano de fundo (FOLDER, 2012). Esse projeto visa propiciar aos cicloturistas contato direto com o patrimônio histórico e cultural de Joinville.

Além do êxito nas atividades do turismo rural, Joinville tem a Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais (AJAAR), fundada em 25 de setembro de 2000, agregando várias famílias no meio rural, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades. Através dessa associação os agricultores conseguem rotular seus produtos, o que facilita a comercialização, além de ser uma exigência da legislação.

Outra organização importante é a Coopaville (Cooperativa dos Produtores Agroecológicos de Joinville), fundada em 2007, pelo grupo que iniciou a constituir a Rede Ecovida no município. Seu principal objetivo é estimular a agricultura familiar, em especial a agroecologia, e

facilitar a comercialização, fornecendo nota fiscal aos agricultores. Atualmente apenas dois integrantes do GPC fazem parte dessa cooperativa. Todas essas entidades estão sob o guarda-chuva da Fundação Municipal 25 de Julho, sendo inclusive a estrutura desse órgão utilizada para efetuar essas ações, segundo o seu Presidente.

Contudo, mesmo com esse êxito na diversificação de oportunidades no meio rural, a agropecuária contribui com apenas 0,3% no PIB do município, um número quase insignificante se comparado ao PIB da indústria de 47,1% e do comércio e serviços de 52,6% (DC, 2012). No entanto, o presidente da Fundação 25 de Julho adverte que

comparado esse PIB no Estado, se Joinville fosse só agrícola, estaria entre os 10 maiores do Estado. É que o PIB de Joinville é o maior de Santa Catarina, mas se fosse PIB agrícola estaria entre as 10 maiores do Estado, e a população rural certamente é uma das maiores do Estado, então o que acontece é a agregação de valor quando compara indústria com campo, não dá para fazer comparações, estamos falando aqui de um PIB de 40 bilhões contra um PIB de 200 milhões da agricultura (PFMPC).

Segundo o representante da Promotur o êxito dessas atividades vigentes no meio rural se deve ao fato de que Joinville apresenta uma diversidade geográfica, estando próximo do litoral e da serra, sendo que “70% da cidade é rural, o município é mais rural que urbano em área e também já tem uma certa experiência, são mais de 20 anos de turismo rural” (PMPC). Um exemplo significativo é a existência de vinte e três festas rurais que ocorrem tradicionalmente em datas definidas contribuindo para atrair pessoas oriundas da cidade, as quais são o principal público. Somado a isso, cada vez mais vem aumentando a população no meio rural, devido a qualidade de vida e as facilidades propiciadas como transporte coletivo, embora os jovens continuem tendo por prioridade o trabalho nas indústrias. De acordo com o presidente da Fundação 25 de Julho, dos formando na Escola Agrícola do Município, 80% vão para a indústria.

Certas regiões do meio rural de Joinville estão cada vez mais valorizadas, com alta especulação imobiliária como, por exemplo, a Estrada da Ilha que já está cercada por indústria, não existindo mais produtor rural. O presidente da Fundação coloca que ao tratar de agricultura é preciso verificar

o preço por metro quadrado da terra. A Fundação Getúlio Vargas fez estudo que comprovou ser a agricultura viável até R\$ 1,00, R\$ 1,50 o metro quadrado, aqui em Joinville nós estamos falando de R\$ 60,00 a R\$ 90 reais o metro quadrado, então a desproporção é muito grande, a capacidade da agricultura em suportar isso não é fácil, até suporta se o cara é tradicional, culturalmente, a hora que a família morrer os filhos vendem tudo, pois são terras que valem muito. Se ele quiser criar gado de leite ele vende ali e vai criar lá no Mato Grosso, pois lá tem área e tudo mais. Lá ele compra fazenda (PFMPC).

Nesse contexto, ressalta que a Fundação 25 de Julho está mudando o seu foco e irá priorizar as áreas de APA (Área de Preservação Ambiental), as quais correspondem a 60% do município, tendo por prioridade o incentivo à agroecologia e às agroindústrias. Caso seja difícil suprir a demanda por alimentos, a Fundação 25 de Julho irá assemelhar-se às secretarias de agricultura de grandes cidades (São Paulo, Curitiba, Porto Alegre) que se transformaram em secretarias de abastecimento, voltadas para a comercialização, finaliza o presidente.

4.5.2.2. Grupo Pirai-Cubatão (GPC)

A demanda por certificação dos produtos orgânicos em Joinville iniciou em 2004, tendo por principais protagonistas os agricultores 15PC, 6PC, 4PC e a Fundação 25 de Julho. Foi efetuado contato com várias certificadoras (Ecocert, Mokiti Okada), as quais apresentavam um custo muito alto, tendo o grupo contatado o Cepagro, o qual realizou um fórum em Florianópolis para discutir o tema. Desse período em diante, ainda segundo o presidente da Fundação 25 de Julho, foi firmado parceria com essa ONG, tendo os agricultores passado a atuar e produzir enquanto integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia. No início o grupo tinha 24 famílias interessadas, mas em função das eleições municipais o grupo teve um “apagão eleitoral”, em especial no período de 2008 e 2009, pois os candidatos apoiados pelos técnicos da Fundação foram eleitos. Com isso os técnicos que ajudavam na organização da rede passaram a ocupar outras funções, mais de coordenação/presidência da Fundação, sendo seus cargos anteriores ocupados por outras pessoas que tiveram dificuldade em dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Dessa forma, o grupo inicial praticamente se dissolveu, tendo muitas pessoas desistido, embora os principais elos da rede continuassem existindo, assim como o convênio com o Cepagro e

um técnico da Fundação a disposição do grupo. Nesse período (2008-2009) o técnico do Cepagro não estava muito presente em função de problemas de saúde. Segundo o técnico da Fundação (FMPC)

foi uma época em que o técnico do Cepagro ficou doente e não podia vir mais, e não vinha ninguém da rede, ficou sem representante do Cepagro na região. De um ano para cá que nós começamos a pegar firme, aí já fomos a reuniões em Lages, para ver o que tinha disponibilizado para nós de sementes, mudas, aí começou a engrenar o negócio, mas antes não tinha (FMPC).

Ou seja, faltou animador no grupo e segundo o presidente da Fundação, “se não tem um grupo puxando eles meio que se perdem.(...) Se não tiver alguma estrutura que puxa, a coisa se desfaz” (PFMPC).

No entanto, tal como o GPL, apenas em 2010 que o GPC se “formalizou”, passando a ter um estatuto. Até esse ano não existiam grupos formais, mas apenas agricultores filiados à Rede Ecovida e inseridos no Núcleo Litoral Catarinense. Atualmente, na Região Norte do Estado, existem três grupos que integram a Rede Ecovida, o grupo do assentamento do MST de Araquari, o grupo de Jaraguá do Sul e o Grupo Pirai-Cubatão, sendo que em Piçarras está nascendo um grupo de consumidores. A ideia de criar vários grupos ao longo da Zona Costeira foi para estruturar melhor as atividades, de modo a facilitar o trabalho de certificação. Além disso, antes da formação do GPC, não havia reuniões mensais, sendo que em geral só se reuniam quando tinha algum evento fora do município, estando as atividades muito centralizadas nos técnicos da Fundação 25 de Julho, segundo o agricultor 7PC. Já o agricultor 4PC discorda um pouco dessa versão, pois assevera que

fui um dos primeiros, era muita reunião e encontro, aí desisti, senão não trabalhava. Eram propositivos, mas fica no mesmo sempre, é mais conversa. Tinha mais ou menos umas vinte pessoas no início, só que começam a esbarrar nas dificuldades e o pessoal vai desistindo.

Embora nem todos fossem certificados, a agricultora 16PC destaca que em função dos filhos não permanecerem na propriedade, torna-se difícil manter forte a agricultura agroecológica. Segundo ela, “a razão principal de eles terem abandonado foi a saída dos filhos, por que não se consegue mais manter a propriedade muito grande. São só 6 famílias certificadas, antes tinha mais, estavam perto de 20. Desistem não por falta de recursos, mas pela diminuição da família” (16PC).

Os agricultores do GPC apresentam certas especificidades que os diferenciam da maior parte dos agricultores da Rede Ecovida, pois em geral são pluriativos, aposentados, pessoas que não eram agricultores e passaram a ser. Além disso possuem maior e melhor estrutura se comparada aos agricultores do Oeste Catarinense, por exemplo, não apenas econômica, mas de infra-estrutura, de maior proximidade aos centros urbanos.

São classe média, diferente daqueles caras que a gente conhece lá no Oeste que passam dificuldade muito grande. (...) Quando a gente tem contato com o pessoal da rede que você vai nos congressos grandes, começa a ver que a realidade é diferente. A característica que diferencia é que economicamente o pessoal de Joinville tem um nível mais elevado, é por causa das indústrias, o que acontecia no meio do caminho, tinha o pai que era agricultor e tinha os filhos que trabalhavam na indústria e como a indústria trabalha em turno, o cara fazia um turno na indústria e outro em casa (7PC).

Em 2011, uma média de doze agricultores ligados ao Programa FitoJoinville passou a integrar o GPC, pois as plantas medicinais precisam ser necessariamente orgânicas, sendo importante a certificação para facilitar a comercialização desses produtos. Esse Programa foi fruto de uma demanda da sociedade civil, em especial a Pastoral da Saúde de Joinville que há 20 anos buscava legalizar o uso de plantas no tratamento de doenças no Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 2009 essa demanda foi acolhida pela Fundação 25 de Julho que articulou a criação de uma equipe envolvendo o Poder Legislativo, a Pastoral da Saúde, a Secretaria de Saúde, a Univille, entre outros, que conseguiram aprovar a lei n.º 6.774/10 que cria o Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. É o primeiro município do Estado de Santa Catarina a criar uma lei para implementar os fitoterápicos na rede pública de saúde. Esse programa passou a estar vinculado ao gabinete do prefeito, tendo sido construído um plano de ação envolvendo quatro comissões. Uma comissão de cultivo que é de responsabilidade da Fundação 25 de Julho, uma comissão do SUS para implantação nos postos de saúde, sendo coordenado pela secretaria de saúde, uma comissão que trabalha a parte de capacitação, do uso racional, sendo coordenado pela Univille, Universidades, FUNDEMA, Pastoral da Saúde, Secretaria de Educação e uma equipe de mobilização que visa divulgar essas ações, segundo a coordenadora do Programa

(FTPC). A equipe do programa se reúne mensalmente, sendo que cada comissão específica tem suas reuniões particulares, mais voltadas para a sua área, sendo depois socializadas no encontro mensal. O principal desafio da comissão de cultivo, que envolve os agricultores do GPC, é a criação de uma unidade de beneficiamento das plantas medicinais. Conforme a coordenadora do Programa é importante que essas ações sejam conduzidas pelas organizações da sociedade civil, de modo a evitar qualquer forma de paternalismo.

4.6. CONCLUSÕES

Segundo a análise exposta neste capítulo, pode-se colocar que o modelo de desenvolvimento catarinense tem potencial para continuar se diferenciando do restante do país. Isso porque, em termos de futuro do meio rural catarinense, a produção orgânica e agroecológica vem sendo apontadas como promissoras devido a crescente demanda por esses produtos. Mas, como advertem os pesquisadores, Zoldan & Mior (2012), para essa possível transição serão necessários investimentos em toda a cadeia produtiva, o fortalecimento das redes de agricultores, a modernização do setor e, principalmente, o fomento ao associativismo, pois o agricultor isolado não terá futuro no mercado. Contudo, essa possível transição para um novo modelo de desenvolvimento rural ainda é muito incipiente, de forma que não é possível fazer maiores diagnósticos. Mas, em termos de tendências futuras, a depender do jogo de atores envolvidos nesse processo, poderá se voltar mais para a agricultura orgânica, sendo prioridade os novos nichos de mercado, ou para a agroecologia com vistas a consolidação, por exemplo, de dinâmicas de DTS.

Nesse contexto, parecer ser de fundamental importância que as organizações da sociedade civil considerem a dimensão sociopolítica como central nas suas atuações, pois é através dela que será possível ter maior clareza dos diferentes projetos/modelos e referências em jogo. A partir disso as ações podem se voltar para o fortalecimento de um ou outro desses projetos, os quais terão impactos completamente diferentes nos territórios. O desafio é saber até que ponto as redes, os movimento sociais, estão alertas a esse processo, conforme melhor diagnosticado no próximo capítulo deste trabalho. Estaria a Rede Ecovida de Agroecologia à altura em termos de construção de novas territorialidades, ou irá se limitar a um papel secundário, quiçá uma certificadora a baixo custo?

5 ESTRUTURA E DINÂMICA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

5.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é analisar a estrutura da rede em termos de trajetória, observando as suas principais características, desafios, de modo a verificar o que permaneceu e o que mudou no decorrer do seu desenvolvimento. Na análise da dinâmica da rede, foram considerados os seguintes componentes: estratégia rede, networking, laços fortes e fracos, buracos estruturais, compartilhamento de informações, efeito interno/externo, reciprocidade e comunicação. A metodologia de Análise de Redes Sociais foi utilizada para compreender esta dinâmica, evidenciando assim aspectos ainda pouco explorados nas análises convencionais.

5.2 ESTRUTURA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA – GPL E GPC

5.2.1 Perfil dos integrantes do GPL e do GPC

Neste item será efetuado um panorama do perfil dos agricultores em termos de origens (naturalidade), religiosidade, filiação partidária, tempo de pertencimento à rede, número de famílias conectadas à rede (GPL e GPC), proximidade territorial, seguido de um quadro síntese da trajetória de ambos os grupos.

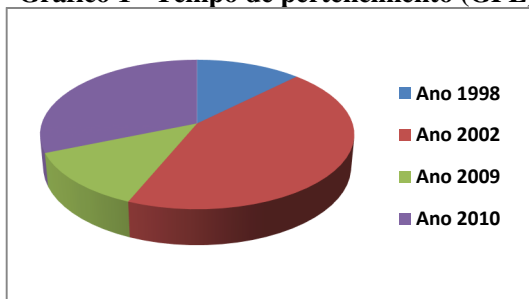
Atualmente o GPL integra 12 famílias, sendo que uma delas reside no município de Antônio Carlos. A maioria dos agricultores reside em bairros diferentes e distantes, com exceção dos agricultores 1PL, 2PL, 4PL e 9PL que residem na mesma localidade ou em localidades próximas. O GPC agrega 15 famílias, sendo que algumas residem próximas, outras mais distantes e apenas um agricultor reside em outro município, em Campo Alegre. Em relação aos agricultores fitoterápicos (GPC), há vários que residem em áreas urbanas, em pequenos lotes.

Dos agricultores integrantes do GPL, apenas dois são nativos, nascidos em Paulo Lopes, os demais são de outras regiões. Inclusive uma das razões que explicaria a dificuldade de expansão da rede no município seria pelo desinteresse da população local, sendo essa atividade uma iniciativa de pessoas vindas de outras regiões, segundo relato de alguns agricultores. Essa opinião é muito forte no âmbito das lideranças políticas, e dos técnicos das instituições públicas locais.

Embora a situação do GPC seja semelhante, pois apenas três agricultores são naturais de Joinville, a justificativa para a não expansão do grupo seria decorrente da enorme oferta de empregos existentes nas indústrias.

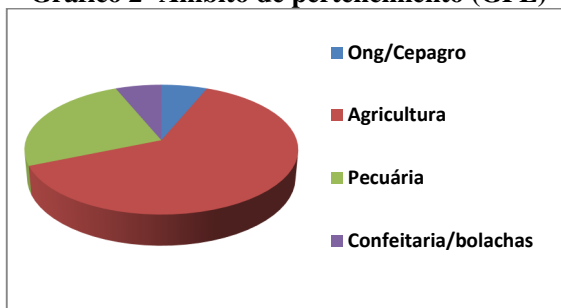
Em termos de tempo de pertencimento à rede, a maioria dos agricultores do GPL, juntamente com o Cepagro, vem participando desde o início das atividades. Embora tenha sido fundado em 2002, o grupo já vinha se reunindo, discutindo sobre o tema (agroecologia) desde 1998. Mesmo tendo uma diversidade na produção, afim de facilitar a visualização gráfica, os agricultores do GPL foram agregados em três categorias (agricultura, pecuária e confeitaria). A maioria dos agricultores novos, com inserção na rede entre 2009 e 2010, é do subgrupo do leite. Mas, em termos de âmbito de pertencimento, a maioria dos agricultores é ligado à agricultura, diferente do GPC em que são uma minoria nessa modalidade, conforme gráficos a seguir.

Gráfico 1- Tempo de pertencimento (GPL)



Fonte: autora

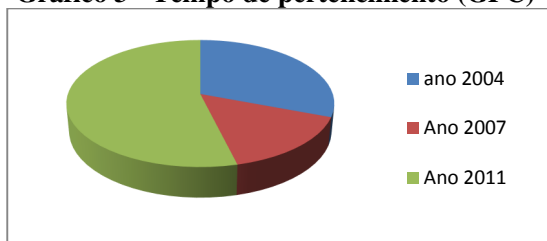
Gráfico 2- Âmbito de pertencimento (GPL)



Fonte: autora

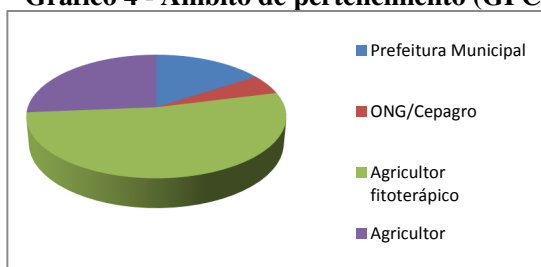
No caso do GPC, a maioria dos agricultores se inseriram ao grupo em 2011 devido o Programa Fitoterápicos, e os demais de 2004 a 2006 em diante. Embora alguns agricultores não tenham muita certeza de quando o grupo teria iniciado, sendo que uns dizem 2006, outros 2007, o Presidente atual da Fundação 25 de Julho que foi um dos responsáveis pela viabilização do GPC no município, afirma que o grupo iniciou em 2004. Esse dado se confirma, pois dessa data em diante a Fundação passou a se reunir com o Cepagro tendo, posteriormente, firmado parceria de pagamento de um valor anual a essa ONG para prestar apoio técnico aos agricultores. A fim de facilitar a visualização gráfica, os agricultores foram agregados em duas categorias, agricultor fitoterápico e agricultor, mais a Fundação 25 de Julho e o Cepagro, conforme gráficos a seguir.

Gráfico 3- Tempo de pertencimento (GPC)



Fonte: autora

Gráfico 4 - Âmbito de pertencimento (GPC)



Fonte: autora

Diferente do GPL, a presença de agricultores aposentados no GPC é expressiva, em especial no subgrupo dos fitoterápicos, o qual representa a grande maioria dos integrantes do GPC. Em geral os agricultores aposentados tiveram algum contato com a atividade agrícola, ou residiram no meio rural na infância. Trata-se de um “grupo

de pessoas de origem urbana, aposentados, é um grupo diferente da agricultura familiar, mas não deixa de ser voltado para o rural” (2PC).

Em relação à filiação partidária, a maioria dos agricultores do GPL se diz sem partido, sendo duas famílias do PT, uma do PP (Partido Progressista) e uma do PCF (Partido Comunista Francês). Referente à religiosidade, a maioria dos agricultores não destacou nenhuma religião, sendo os adeptos Católicos, seguida dos Evangélicos e da Assembleia de Deus. Em ambos os grupos a afinidade religiosa ou político partidária parece não influir na formação de coalizões e/ou de grupos em disputa por maior espaço, ou na capacidade de contágio de modo a impactar na estrutura da rede (ADULIS, 2011).

Face ao exposto, a fim de facilitar a visualização geral do perfil dos grupos são sintetizadas no quadro a seguir as suas principais fases e suas respectivas características. A análise pormenorizada desses períodos será efetuada no decorrer desse capítulo e no próximo (sexto capítulo).

Quadro 25 – Principais fases do GPL e do GPC

Grupos	Características	1.ª Fase Organização dos grupos	2.ª Fase Desestrutur- ção dos grupos	3.ª Fase Reestruturação dos grupos
GPL – Grupo de Paulo Lopes	Período	2002	2004 - 2009	2010-2012
	Integran- tes	+/- 38 agricultores	+/- 17 agricultores	12 agricultores
	Perfil	Diversos (agricultura, pecuária, outros)	Diversos – início da organização do subgrupo da pecuária de leite	Subgrupos da agricultura e da pecuária de leite
	Media- dores	Cepagro – técnico com perfil centralizador	Cepagro – mudança de técnico (perfil menos centralizador)	Cepagro – mudança de técnico (perfil descentralizado)
	Projetos	Caminhos da Natureza ¹²	Biofábricas, Laticínio Cooperativo (início dessa iniciativa)	Laticínio Cooperativo Coopertabuleiro
				6 famílias e 1

¹² Projeto em que alguns nós do GPL participaram, não sendo de autoria do grupo.

	Famílias Certifica-das¹³	-----	-----	uma família em processo de transição.
GPC – Grupo Piraí-Cubatão	Período	2004	2008-2009	2010-2012
	Integran-tes	+/- 24 agricultores	+/- 12 agricultores	15 agricultores
	Perfil	Agricultores	Agricultores	Agricultores e fitoterápicos
	Mediado-res	Cepagro e Fundação 25 de Julho (perfil descentraliza do)	Fundação 25 de Julho (apoio formal, ausência de liderança)	Cepagro e Fundação 25 de Julho (perfil entre descentralizado e distribuído)
	Projetos	Fundação da Coopaville	-----	FitoJoinville Turismo rural
	Famílias Certifi-cadas	-----	-----	5 famílias e 2 famílias em processo de transição

Fonte: autora.

5.2.2 A organização em rede na percepção dos agricultores

Nessa parte a análise procura verificar o que os agricultores estão entendendo por rede, a fim de, posteriormente, observar se essa compreensão está em sintonia com a atuação em rede, conforme representação dos sociogramas na seção sobre redes sociocêntricas.

Não obstante as diferentes percepções por parte dos agricultores do que seja uma rede, a maioria associa o conceito a uma estrutura descentralizada de apoio, de troca de informações, sementes, sonhos, projetos, de ajuda mútua, tendo um objetivo comum. Trata-se de uma organização social que tem por principal propósito a inclusão dos agricultores, de modo a produzir de forma justa e sustentável, propiciando consumo mais ecológico e natural, analisa o agricultor 7PC.

¹³ Dia 01 de janeiro de 2011 entrou em vigor a nova lei (Lei - 10.831/2003 - regulamentada pelo Decreto 6.323/2007) para orgânicos no Brasil com objetivo de melhorar a garantia da qualidade dos alimentos orgânicos comercializados no Brasil.As três formas de garantia são: Certificação; Sistema Participativo de Garantia e Controle Social (agricultores que vendem por conta própria). Embora tenha sido criada em 2003, apenas em 2011 passou a ser aplicada (PORTAL TERRA, 2012).

Além disso, consiste numa alternativa de vida em todos os sentidos, tanto ideológica nos termos da agroecologia, quanto na nova linguagem que vem sendo utilizada, em especial pelas empresas transnacionais. O referido agricultor destaca ainda a importância da independência vigente nas redes sociais, de não estarem atreladas à partidos políticos, governos, sendo resultado da organização social e autônoma. No caso da Rede Ecovida, trata-se de uma organização social, popular, em que os seus integrantes tem autonomia para desenvolver o que querem, segundo as especificidades, potencialidades de sua região. Dessa forma, contribui para a organização dos trabalhadores rurais, em todos os sentidos, seja no desenvolvimento de tecnologias apropriadas, na comercialização dos produtos de forma diferenciada etc. Para o agricultor 3PL, uma rede compõe-se de nós e malhas, sendo que no caso da Rede Ecovida, os propósitos são a promoção social, econômica e ambiental, e acrescenta “precisa comprometimento pessoal, social”.

A agricultora 5PL destacou a importância de uma rede presencial, não apenas virtual, enfatizando que se a rede funciona como rede favorece a interdependência, a aglutinação de forças, o intercâmbio produtivo, econômico e cultural. Como a maioria dos agricultores não dispõe de tempo para se envolver em atividades extras, a rede torna-se um espaço privilegiado para tomar conhecimento do que está acontecendo, quais eventos poderiam ser mais importantes para expor os produtos etc. Ou seja, propicia que todos estejam a par dos problemas dos demais colegas e dos êxitos; enfim, há uma troca mútua que favorece o aprendizado coletivo segundo alguns agricultores do GPL e do GPC.

No caso do GPL, se por um lado, há nós protagônicos, por outro, há aqueles que ainda não assimilaram o que é a rede, o que significa trabalhar em rede, como expresso na fala do agricultor 8PL “não sei quase nada, na real acho que até desistiram de me chamar por que não me chamam para mais nada. No começo quando nós estávamos tentando montar o laticínio ali, toda reunião que tinha eles chamavam, mas agora não”. Transparece nessa posição certa passividade, por parte do agricultor, de quem está a espera, dependendo das decisões dos outros. Assim como fica evidente que esse novo integrante da rede não vem sendo inserido na perspectiva agroecológica, num prospecto mais amplo, mas em função da produção/comercialização de um produto (leite). Essa “desconexão” do agricultor 8PL se expressa na análise da agricultora 6PL, segundo a qual esse ideário de rede, como referido pelos demais agricultores, ainda não vem se efetivando na prática no GPL. Sua esperança é de que, a partir do funcionamento do laticínio e

da cooperativa (Coopertabuleiro), que estão buscando viabilizar, a rede se efetive concretamente.

De forma semelhante ao GPL, o GPC ainda tem dificuldade de atuar enquanto rede. Um dos motivos seria a não integração ao circuito de comercialização da Rede Ecovida, devido a falta de produto orgânico no município, e a quase inexistência de conexões com os demais grupos da rede. Os agricultores que dispõem de produto, em geral, vendem em sua residência, para a prefeitura, feiras, ou em mercados específicos. Além disso, os agricultores do GPC dizem não se sentirem integrados aos demais grupos do Núcleo Litoral Catarinense. Em geral, os contatos se limitam aos encontros ampliados ou às reuniões de comercialização em que os agricultores se reúnem para vender seus produtos entre os pares. Outra razão para a frágil atuação em rede seria a dependência das instituições/entidades, tais como Fundação Municipal 25 de Julho e o Cepagro, pois a maioria dos agricultores nunca atuou em uma rede. Ou seja, segundo agricultor 1PC, seria importante que

nós mesmos fossemos mais participativos, de modo a fazer uma agenda entre nós, independente de quem coordena, pois quem coordena traz informações, traz dados em termos de instituição, mas quem tem de caminhar somos nós. Também é preciso ampliar, (...) de modo que tenha mais gente participando dessa rede. Acho que falta divulgação (1PC).

Embora o Cepagro seja um nó chave da rede, um facilitador, alguns agricultores entendem que a rede vem se constituindo horizontalmente enquanto rede. Nesse caso, a atuação do Cepagro seria mais de articulação e animação da rede, podendo ser considerado um *netweaver* (FRANCO, 2008a).

Segundo a agricultora 4PL, o GPL é atípico em relação aos demais, pois

quase 90% das pessoas do grupo de Paulo Lopes são independentes, cada um poderia trabalhar sozinho, não dependem da rede em si para fazer todas as coisas como em outros lugares, agora é lógico que precisa ter as entidades indutoras, por que são um elo de ligação entre os demais (4PL).

No GPL cada agricultor tem um tipo de produção completamente diferente do outro, a exceção dos nós que trabalham com pecuária de leite. Nesse sentido, não há necessidade, segundo a referida agricultora, de muita troca, pois são produtos, áreas diferentes.

Cada um tem a sua atividade, individual, cada um tem seu nicho de mercado e cada um trabalha, nós não somos dependentes do Cepagro, mas ele é importante, pois é o elo que faz com que o grupo gire. Quando o grupo tá meio parado ele vem e mexe com o grupo, então existe a necessidade sim, mas não que pararia. Ele (o GPL) atua sim enquanto rede, todos participam, tem autonomia para tomarem decisões (4PL).

Os elos indutores como o Cepagro são fundamentais, pois os agricultores não tem tempo para fazer tudo, sendo que o trabalho é muito exigente, não tendo hora para começar e para terminar, inclusive nos finais de semana. Isso, no entanto, não significa que a rede seja dependente do Cepagro, segundo os agricultores, pois se não existisse o Cepagro o GPL, ou a rede, iria arrumar outra forma de viabilizar uma estrutura semelhante. Mas no momento, a assessoria do Cepagro é imprescindível, sendo responsável por tratar da parte burocrática referente a certificação e também por ser um elemento “neutro”, que vem de “fora”, uma vez ou outra visitar o GPL. Segundo a agricultora 1PL o “apagão na rede houve quando eles ficaram sem recursos para fazer essas atividades de acompanhamento dos grupos, não lembro o ano, acho que foi tipo 2008/2009, aí o grupo se desmantelou totalmente.” Ressalta que, até então, o GPL era muito dependente do Cepagro, inclusive para agendar reunião, “se não fosse o Cepagro ligar, marcar, ver o cafezinho, ninguém fazia nada, aí quando eles remodelaram isso tudo, disseram que iria ter um coordenador, um conselho de ética, aí foi diferente” (1PL). Aos poucos o GPL está buscando se organizar novamente, segundo a referida agricultora, mas de forma mais independente. O diferencial é que de agora em diante deverão ser mais protagonistas, pois não terão mais um animador como antes, embora o Cepagro continue contribuindo com o grupo. No entanto, o estabelecimento de uma dinâmica própria, mais autônoma, vem encontrando obstáculos, a começar pelos poucos encontros do grupo, pela baixa densidade da rede, conforme demonstrado e explicado na seção sobre dados relacionais.

No caso do GPC, ainda que o Cepagro seja um elo importante, é a Fundação Municipal 25 de Julho que constitui uma referência na organização e funcionamento do grupo, pois é o principal elo responsável por agregar os agricultores. Segundo o agricultor 4PC é “mais a fundação que organiza, se tirar fora eles, a maioria relaxa e cai fora, sem eles a maioria não vai muito longe”. Na avaliação da maioria

dos agricultores o GPC ainda depende muito das entidades, como Fundação, Cepagro, pois há pouca produção, sendo a maior parte dos integrantes do grupo (fitoterápicos) muito novos na rede, de modo que “se não fosse a Fundação já teríamos nos desconstituídos” (10PC). Na visão do agricultor 9PC

se não viesse o TC (Técnico do Cepagro) que desse esse respaldo, aqui é muito dependente, pois nossa integração com o restante do grupo é muito tênue, tem muita pouca gente e o pessoal não está conseguindo fazer comercialização integrada com os outros, por algum motivo, a não ser o 7PC, porque o restante está meio boiando (9PC).

A Fundação 25 de Julho viabiliza técnicos para visitar as propriedades, para organizar e redigir a ata da reunião mensal do GPC, disponibiliza automóveis, cursos gratuitos etc. A justificativa para essa “dependência” seria a falta de recursos, de modo que sempre quando precisam de alguma ajuda recorrem a essa instituição.

Em função da fragilidade na dinâmica da rede em termos de troca de informações com outros grupos da zona costeira, o agricultor 7PC sugeriu ao Cepagro a disponibilização de um website atualizado de comercialização do Núcleo Litoral Catarinense. Mesmo sabendo que nem todos os agricultores tem acesso à internet, ressalta que seria um meio de aproximar as pessoas, de divulgar a produção. No entanto, essa iniciativa não teve aceitabilidade, pois esse serviço não foi disponibilizado e o agricultor diz não saber bem por que isso não foi possível. De forma semelhante ao agricultor 7PC, o agricultor 9PC defende a existência de um sistema informatizado de toda a produção disponível na rede, a fim de facilitar o contato, a divulgação e comercialização dos produtos.

Deveria ter possibilidade de sentar no PC e saber o que existe disponível na rede e fazer uma encomenda via computador e automaticamente comprometer o estoque do cara que está lá em Erechim, RS, e ele saber que aquelas batatas que eu acabei de comprar aqui via internet, ele não pode vender para Curitiba (9PC).

Ressalta que também já questionou o técnico do Cepagro sobre a viabilidade desse sistema, tendo o mesmo respondido que não há no momento essa possibilidade. Atualmente, o que vem funcionando em termos de comercialização é o circuito da rede, que ainda não chega em Joinville e Paulo Lopes devido à falta de produtos, e as rodadas de negociação. Em relação a essas observa que

participei em Lages de uma mesa de negociação estadual da Rede Ecovida, encontro para discutir quem quer o que, eu achei que os caras das Companhias das Índias Ocidentais eram mais organizados que aquilo ali, muito confuso e não explicaram para a gente como funcionava (9PC).

Além disso, não encontrou nada sobre plantas medicinais/fitoterápicos nesse encontro, as quais se existirem na rede devem ser mínimas, adverte.

No caso do GPC parece haver maior reconhecimento por parte dos agricultores dos seus desafios, ou seja, de que não vem atuando enquanto rede, de que são muito dependentes das instituições e de que deveriam mudar essa situação. Um exemplo disso é a sugestão ao Cepagro de aperfeiçoar a informatização na rede. Mas, de forma semelhante ao GPL, o GPC iniciou forte, depois teve perda do seu principal animador (técnico da Fundação que assumiu um cargo político), se desestruturou, e de uns dois anos para cá vem se recompondo novamente.

De modo geral, ainda que os agricultores já tenham internalizado a noção do que seja uma rede, uns um pouco mais, outros menos, os grupos não vêm atuando enquanto rede (FRANCO, 2008a; FLEURY, 2002; MARCON & MOINET, 2001). Embora o GPC atue de forma mais distribuída e próximo a estrutura reticular, se comparada ao GPL, a maioria dos seus integrantes não se considera integrando uma rede, pois sentem que o grupo não está conectado aos demais grupos da rede, nem mesmo da zona costeira catarinense. Além disso, a não-conexidade é forte, pois há vários atores isolados, não apenas entre os grupos, mas internamente, em especial no GPL (LEMIEUX & OUIOMET, 2008).

5.2.3 A agroecologia e os objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia

Nesse tópico a análise busca verificar a compreensão dos agricultores sobre agroecologia, sobre os objetivos da Rede Ecovida de Agroecologia e sua maior ou menor afinidade à filosofia da rede.

Em relação a agroecologia, os agricultores em geral a compreendem como uma agricultura que não utiliza insumos químicos, que considera o manejo dos recursos naturais em sua totalidade. É considerada como uma forma de retornar aos alimentos de boa qualidade, sem agrotóxicos, transgênicos, vindo em primeiro lugar esse requisito, ao invés do lucro. Possibilita a soma de esforços com outras pessoas, outras redes e atores interessados em viabilizar esse processo. Trata-se de um sistema de produção baseado nos recursos da

propriedade, auto-sustentado, com o mínimo de interferência no meio ambiente. Segundo o agricultor 7PC

posso ter uma produção orgânica destruindo todo o meio ambiente, pois busco apenas resultado financeiro, e a agroecologia não. Desenvolvimento de uma nova ideia, é mostrar que posso ter uma viabilidade econômica dentro da agroecologia, buscando os recursos naturais, e a cada momento que passa eu vejo que posso sustentar três famílias, com base de quatro pessoas por família, com uma renda girando em torno de 3 mil reais por mês.

O agricultor 9PC destaca que “esse sistema convencional, inclusive especialistas estão dizendo que ele é insustentável”, sendo necessário uma mudança, a fim de evitar danos maiores à saúde e ao meio ambiente. Segundo o agricultor 6PC a importância da agroecologia vêm sendo passada para as crianças através do Projeto Viva Ciranda, o qual compreende ações em prol do turismo pedagógico no município de Joinville. Embora esse projeto não seja uma iniciativa do GPC, tem alguns agricultores do grupo que estão inseridos nessa atividade.

O agricultor 15PC esclarece que o produto ecológico

é a coisa melhor do mundo, pelas doenças que a gente vê e tudo mais, as pessoas morrendo muito de câncer, ela (esposa) já perdeu 4 irmãos de câncer e vinha das arrozeiras, do veneno. Antigamente quando nós plantava arroz em Maçaranduba, então nós cuidava o passarinho para não comer o arroz, e depois em 1968/70 veio as primeiras tobata para arar a terra, porque antes era tudo a boi, daí tivemos uma reunião com o pessoal estudado, os agrônomos, aí eles disseram que agora tem um veneno e que vocês não precisam mais cuidar do passarinho, bota o veneno e mata o passarinho, e vocês não precisam mais cuidar, disse isso e trouxe o veneno. Nós colocamos, ninguém disse para o pessoal que isso podia fazer mal. Senhora, o meu irmão foi disso que morreu, lavava as mãos na água com veneno, aí depois fazia cigarro e fumava. O primeiro dia que nós botamos o veneno, matava tudo as rolinhas e os passarinhos. Mas não era culpa do agricultor, pois quem ia saber. Depois, aqui entrou

em orgânico, porque via os parentes tudo doente (15PC).

Além disso, o produto ecológico é uma alternativa para uma série de problemas de saúde, de meio ambiente, constituindo-se, segundo o agricultor 3PL, como uma nova forma de desenvolvimento. São poucos os agricultores do GPL que tocaram nesse ponto, nesse aspecto mais sistêmico, não restrito à saúde, ou ao meio ambiente, mas em termos de constituição de novos modelos de desenvolvimento rural. Outro ponto mencionado pelo referido agricultor é que nem todos têm essa visão da agroecologia, ressaltando que no seu caso “não é uma questão exclusivamente financeira, mas dentro da rede existe isso, é algo muito variado dentro da rede. O dinheiro não é importante, mas é tudo” (3PL). Ou seja, essa atividade para alguns agricultores tem por principal finalidade ser um nicho de mercado, conforme ressalta o agricultor 8PL “agroecologia é mais saudável, não vou mais precisar colocar veneno, banhar, mas só como eu falei se não tiver um preço melhor no leite, porque os produtos orgânicos são muito caro. É bem mais saudável, mas a condição financeira da gente é fraquinha.”

Outro agricultor frisa que a agroecologia não é uma inovação, pois foi o primeiro modelo de sistema agrícola que ainda sobrevive junto à agricultura industrial, mas

não vejo como uma inovação, vejo como um nicho de mercado de produtos orgânicos, as pessoas viram que a agricultura industrial é ruim para a sua saúde e tão buscando produto da agricultura antiga como a agroecologia. Não vejo como um potencial para novas modalidades de desenvolvimento, só como nicho de mercado (7PL).

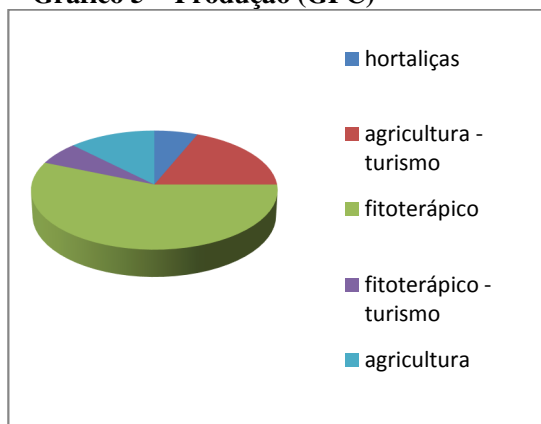
Outros aspectos relacionados à agroecologia referem-se a importância da diversidade da produção, do uso dos conhecimentos tradicionais e de ser uma “filosofia de vida”, segundo o agricultor 2PL. No seu caso, destaca que o despertar para a agroecologia foi em função de ter nascido no meio rural.

(...) foi essa convivência desde pequeno fazendo os trabalhos no campo, depois a gente tocava sozinho a propriedade, aí eu fui para o Colégio Agrícola, lá não teve formação nenhuma nessa área de agroecologia, mas já se começava a falar em plantio direto. Nunca gostei dessa questão dos venenos, nunca gostei de ver isso, fui funcionário

público durante 8 anos e nesse meio tempo a gente via o que se passava no meio rural e via que não podia continuar daquele jeito, vendo as famílias abandonando as propriedades, via a falência financeira, endividamento de crédito bancário (2PL).

Em relação a diversidade da produção, a maioria dos agricultores tem um cultivo principal, conforme gráficos a seguir, e poucos secundários. No entanto, o GPC pode ser considerado mais pluriativo que o GPL, pois há uma maior diversidade de atividades (agricultura, turismo rural, fitoterápicos) na mesma propriedade. Além disso, essas atividades comprovam que a pluriatividade propicia aumento na renda, contribuindo para reter a população no campo (SCHNEIDER, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 2002). No caso de Joinville, um exemplo é o turismo rural que vem agregando muitos jovens, os quais desistem de trabalhar na indústria para permanecer nessa atividade.

Gráfico 5 - Produção (GPC)



Fonte: autora

Gráfico 6 - Produção (GPL)

Fonte: autora

Para o agricultor 2PL um dos objetivos da rede é ampliar a agricultura agroecológica, demonstrando que é possível a implementação de um novo tipo de agricultura, mais sustentável. Outro ponto importante destacado é a vivência prática, pois os “agricultores que não estejam vivenciando na prática o espírito da rede, ele pode comprometer a sua credibilidade” (2PL). Essa credibilidade vem sendo construída em função do perfil da rede, com foco no “ecologizar, certificar e na manutenção do elo com a produção, o social, a inclusão e o convívio social” (4PL). Nesse ponto prevalece a preocupação com questões ambientais, sendo o principal receio que os integrantes da rede façam uso de insumos químicos sem o conhecimento do grupo e/ou procurem burlar de alguma forma a credibilidade da rede, vendendo produto convencional por orgânico. Essa preocupação é muito recorrente, inclusive no GPC, pois há um temor de que o nome da rede seja usado de forma indevida, para atender interesses particulares, sem comprometimento com a sua filosofia.

Outros objetivos mencionados foram a produção sem insumos químicos, a inclusão de novos agricultores, a fim de difundir essas iniciativas, sendo um dos seus principais atrativos a certificação participativa e o aporte técnico. Segundo o agricultor (10PC), “o primeiro objetivo da rede é unir os que trabalham sem agrotóxico, que trabalham no agroecológico, é para fazer uma rede de mercado, se eu tenho um produto, o outro tem outro produto e a gente se engajar tudo junto para tentar colocar no mercado”. Dessa forma, a rede também

contribui para unir os agricultores e lhes dar visibilidade. Além disso, destacaram ainda como objetivos da rede a troca de experiências, o aprendizado coletivo, a valorização de sistemas cooperativos, uma forma de legalizar a produção e de fornecer mercados. Um dos primeiros integrantes do GPL, que no momento está desmotivado e prestes a sair da rede, destacou a importância do aprendizado: “depois que entrei na Rede Ecovida eu comecei a fazer as coisas certas, a não desmatar, a preservar a cuidar da natureza, aprendi com a rede” (10PL).

Diferente dessas perspectivas, sendo uma exceção nos dois grupos, é a posição de alguns agricultores que entraram recentemente no GPL, os quais privilegiam a dimensão econômica, a viabilização dos mercados.

(...) organização dos agricultores numa entidade, então ela traz todos esses benefícios como certificação, participação, organizar para que as pessoas produzam num certo padrão para a rede, no caso agroecológico, que viabiliza mercados. Para atingir os mercados você precisa ter a certificação, então é um conjunto de coisas que alguns tem mais interesse em umas coisas e outros em outras (7PL).

Face ao exposto, pode-se considerar que os agricultores vem buscando e procurando implementar novas modalidades de desenvolvimento, embora ainda não considerem plenamente a identidade de projeto da Rede Ecovida. Dessa forma, pode-se colocar que a maioria dos agricultores concebem a agroecologia como sendo um meio de evitar maiores danos à saúde, ao meio ambiente, de facilitar o aprendizado, o diálogo entre pessoas que tenham objetivos semelhantes. A identidade de projeto pressupõe uma perspectiva um pouco mais ampla, pois ocorre “quando os atores constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2002, p.24). No entanto, como pode ser confirmado na representação gráfica da rede (*vide* sociogramas), a perspectiva de transformação mais ampla, estrutural, parece ainda não estar muito evidente para os agricultores, havendo um dilema entre fortalecer a rede, e/ou a sua atividade (BERGER et al, 2008). Isso porque em ambos os grupos a agroecologia tende a se limitar ao meio ambiente, a alimentos saudáveis, ou ainda a nichos de mercado (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

5.2.4 Benefícios, motivação e contrapartida para participar na rede

Nesse item é verificado os benefícios e a contrapartida, por parte dos agricultores, da participação na rede. Assim como, a motivação para se inserirem e para permanecerem nesses espaços coletivos.

Entre os principais benefícios citados estão a certificação, a aprendizagem, a assistência técnica, a troca de ideias/informações, o melhor cuidado com a saúde, a possibilidade de não usar agrotóxicos e de saber que não estão fazendo algo diferente sozinho. Dessa forma, além da troca de informações, têm acesso a viagens, cursos, participação em encontros, em outras redes, coletivos, o que estimula ainda mais a integração nesse processo. Como, por exemplo, o caso do agricultor 9PC que através da participação no grupo visa viabilizar seu sítio. Além disso, tem prazer em se envolver com esse tipo de atividade, procurando sempre se informar, estar atendo a cursos relacionados ao tema como permacultura, agroecologia, meio ambiente etc. No caso dos agricultores envolvidos com os fitoterápicos, há uma afinidade pessoal mais intensa, que vem contribuindo para fortalecer os laços de amizade no grupo.

Já para outros, como no caso do agricultor 7PL, o principal benefício é a certificação “(...) certificação orgânica a baixíssimo custo, enquanto as outras certificadoras cobram R\$ 500,00 uma visita para vir um técnico de lá para cá (São Paulo)”. Embora a certificação seja um atrativo, o agricultor 2PC entende que o GPC está produzindo orgânicos em primeiro lugar pela convicção, por entender que é desse modo que deve ser a agricultura, não havendo “oportunista, ou pessoa só interessada em se dar bem” no grupo.

No caso do GPC, muitos agricultores são oriundos de outras atividades/profissões, tendo uma parte significativa retornado da cidade para o campo. Os agricultores 7PC e 4PC deixaram o trabalho na cidade para se dedicar exclusivamente a essa atividade. Segundo o agricultor 7PC “é uma questão filosófica até, a minha defesa da natureza e manutenção do que temos sempre foi uma constante na minha vida, desde jovem, na década de 1980 já tinham movimentos em defesa da Amazônia”. Já o agricultor 6PC se interessou pelo tema ao conhecer os integrantes da Rede Ecovida do Paraná, no sexto encontro da rede, os quais foram um estímulo, pois segundo ele demonstravam a força dos agricultores organizados. Conforme suas palavras: “aí fomos naquele encontro lá, tinha 3000 pessoas, eu fiquei, até me arrepiava de pensar, fiquei encantado, foi o primeiro contato que tive com a rede e de lá para cá a gente batalhou para a certificação, fomos alguns encontros, foi

muito legal” (6PC). Nesse caso, verifica-se a importância da vivência, do compartilhamento de visões de mundo, como fundamentais para o fortalecimento e dinamização dessas inovações (WASSERMAN & FAUST, 1994). O referido agricultor ressalta que nunca usou insumos químicos em sua propriedade e que a sua vizinhança o chamava de

louco, trabalha, trabalha e não consegue ter folga por que é tudo manual, não, mas eu disse que iria trabalhar assim, porque meu avô trabalhou assim e criou todos os filhos, então por que eu não vou conseguir, e com saúde, eu digo trabalhar na agroecologia é saúde, porque você não vai trabalhar com todos esses venenos aí, é uma graça, uma benção (6PC).

De certo modo, o agricultor 6PC pode ser considerado um empreendedor, pois além de tornar-se um exemplo para a comunidade, também busca implementar ações coletivas como, por exemplo, a criação da COOPAVILLE (Cooperativa dos Agricultores de Joinville). Isso porque não é comum esse tipo de iniciativa no meio rural do município, pois em geral prevalece o interesse próprio, o individualismo, o que justifica o rótulo de que “existe associação, mas não existe associativismo em Joinville” (6PC).

A agricultora 2PC se interessou em participar do GPC quando viu a divulgação no jornal do lançamento do Programa Fitoterápicos, destacando que sempre produziu orgânico e que considera muito a Rede Ecovida, pois os seus integrantes são “exigentes, éticos, me identifico com a prática e com o projeto” (2PC). A agricultora 1PC se interessou pelos fitoterápicos em função de trabalhar com paisagismo onde pretende agregar essas duas atividades. Ressalta que um marco para o grupo foi a realização dos cursos proporcionados pelo projeto dos fitoterápicos, pois a partir disso passaram a entender a importância desse trabalho. No entanto, adverte que, em relação ao GPC, o foco ainda está mais voltado para a questão da saúde, principalmente por parte dos agricultores fitoterápicos, sem maior conexão com a questão ambiental. E muito menos com a dimensão sociopolítica dessas atividades, pois como mencionado os agricultores fitoterápicos ainda são muito novos na rede. Além disso, não vêm tendo nenhum tipo de formação em relação à Rede Ecovida e à agroecologia em termos mais amplos e contextualizados. Isso fica explícito quando o agricultor 9PC mencionou que a principal motivação para se integrar ao GPC foram os problemas relacionados à saúde, que a medicina tradicional não resolve. Trabalha

com aromaterapia, óleos essenciais, e pretende ampliar a produção de plantas medicinais com a sua participação no GPC.

O agricultor 7PC passou a se interessar pelo grupo ao ir à Fundação 25 de Julho buscar apoio técnico, tendo no princípio se inserido à Coopaville e, posteriormente, limitado sua participação ao GPC. Destaca que muitos agricultores que entraram com ele nessa atividade desistiram, pois “não tiveram a coragem de mudar para a agricultura orgânica em função do trabalho” (7PC). De forma semelhante, o agricultor 11PC teve conhecimento do Programa Fitoterápicos através das visitas à Fundação em busca de informações, e como já tinha interesse por esse tipo de atividade, passou a se integrar ao grupo. Na análise do agricultor 6PC

(...) se nós tiver em harmonia é melhor para todo mundo, mas muitos não perdem tempo em ir numa reunião escutar, não quer perder tempo com isso, muita gente pensa só em trabalhar. Tem que conhecer, não adianta só falar da pessoa, é que nem falar do MST, e outro é ir lá no assentamento. Os que estão hoje na rede é gente que quer continuar e fazer acontecer, bem mais do que isso, mas os que estão do lado de fora ainda estão meio desconfiados, mas não é por falta de convite (6PC).

Um dos principais benefícios destacados pelos agricultores é o diferencial do produto, que por ser agroecológico recebe o selo de qualidade, o que viabiliza a comercialização com um preço melhor. Além disso, a demanda pelos produtos agroecológicos tem aumentado, segundo a agricultora 16PL, o que contribui para motivá-los a continuar nessa atividade e ampliá-la. No caso dos fitoterápicos, são poucos grupos dentro da Rede Ecovida que estão envolvidos com essa atividade, sendo o GPC o único da Zona Costeira que está iniciando esse ramo dentro do Núcleo Litoral Catarinense. Embora os agricultores do GPC ainda não estejam comercializando, o simples fato de estarem formando um grupo já constitui um benefício.

(...) um grupo em que a gente comunga problemas e procura achar alternativas acaba sendo o maior benefício (9PC).

O aprendizado, a troca de informações, a gente não fica muito isolado, e na verdade a gente encontra pessoas que tem ideais comuns, participar disso não é um interesse comercial, de lucro. As pessoas que participam elas tem

convicção, uma consciência de que esse é a melhor forma de se trabalhar com a agricultura (2PC).

A motivação, o estímulo por parte dos integrantes da rede, também é apontado como um diferencial que contribui para manter os agricultores nessa atividade. No entanto, no caso de Joinville, por ser uma região muito industrializada, o agricultor 10PC adverte que “o pequeno agricultor não é visto, não é tipo Planalto Catarinense que o agricultor é tratado em primeiro plano”. Dessa forma, por mais positiva que seja a Rede Ecovida, o agricultor 10PC diz que ainda não viu nenhum benefício, embora seja antigo na rede e já esteja certificado. Assim como dois agricultores do grupo (9PC, 3PC), que por enquanto não esperam nada, e não veem em curto prazo nenhuma perspectiva de ter algum retorno. Em relação a contrapartida, os agricultores dizem ter consciência que para acessar o selo da Rede Ecovida é exigido compromisso e coerência com os princípios da agroecologia.

Parte significativa dos agricultores herdou essa atividade dos seus pais, sendo que o agricultor 9PL já está na quarta geração da sua família que tem engenho e produz farinha de mandioca. No entanto, os seus seis filhos não pretendem dar continuidade a essa atividade. Numa época, trabalhou com fumicultura, paralelamente à produção de farinha, tendo a partir de 2000 se voltado exclusivamente para a agricultura orgânica. A entrada na Rede Ecovida foi um marco muito importante, sendo uma referência fundamental na sua trajetória, pois deixou a fumicultura e passou a dedicar-se à agroecologia. De forma semelhante, o agricultor 3PL que trabalhava com fruticultura convencional, produção de laranja, após entrar na Rede Ecovida fez a conversão para o modelo orgânico.

A agricultora 6PL entrou há pouco tempo no GPL, tendo migrado da França para o Brasil. No seu país de origem já praticava agricultura orgânica, participava em redes, tendo uma boa experiência nessas atividades. Mas diferente da França em que existem investimentos em qualidade, a fim padronizar os produtos, estabelecer um padrão de qualidade, profissionalizando os agricultores, no Brasil não há essa preocupação, segundo ela. Adverte que no seu país de origem tem

escolas profissionalizantes onde agricultores podem fazer cursos gratuitos. Além dos agricultores se prepararem melhor, também é uma forma de ficarem no campo, mas no Brasil não há esse tipo de preocupação, sendo raros os cursos oferecidos aos agricultores (6PL).

Observou que há uma tendência na França de permanecer no campo dois tipos de agricultores, aqueles que usam insumos químicos, praticam monocultura e os “agroinovadores” que valorizam as tradições, a sabedoria, utilizando cadeias curtas de comercialização. Com esse intuito, tendo em vista a boa localização e infra-estrutura de Paulo Lopes, a agricultora começou a organizar um projeto coletivo para a construção e um laticínio cooperativo. A ideia é produzir queijo orgânico em função da pouca diversidade desse produto no Brasil, e por já estar trabalhando com essa atividade há muito tempo.

Embora sendo novo na rede, o agricultor 8PL pretende fazer a conversão do leite convencional para orgânico, pois pode garantir um preço melhor. Assevera ainda que esse interesse pela rede não foi somente pelo resultado econômico, foi também pela saúde. O agricultor 7PL relatou que sua decisão em trabalhar com orgânico foi devido a qualidade do produto, e especificamente com leite em função de ter uma cadeia organizada. A sua participação na Rede Ecovida é para buscar aprender mais sobre sua atividade, ver como outros agricultores estão atuando, pela organização social dos produtores, e pela certificação participativa.

Grande parte dos agricultores optou pela produção agroecológica por não fazer uso de insumos químicos e por ser uma atividade já praticada por seus pais/avós.

Meus avós, pais, eram agricultores, não colocavam veneno, nem existia, e se existisse não tinham dinheiro para comprar. (...) minha mãe tinha dois lotes na cidade, um a gente morava e num a gente plantava e nesses dois lotes ela conseguiu criar 9 filhos. A nossa comida saía 80% desse lote e o restante o pai comprava que era carne, sal....) (13 PL).

No entanto, a continuidade desse processo em termos de passagem dessa atividade à próxima geração parece vir sendo quebrada, pois a maioria dos jovens não quer permanecer na agricultura. No caso da agricultora 13 PL que tem 4 filhos, nenhum deles quer dar continuidade ao trabalho dos pais. A sua filha mais velha já está apenas “50% no sítio, faz a parte da contabilidade e os outros 50% faz os biscoitos e dá aula 2 a 3 vezes por semana” (13 PL). Não se trata de querer ir embora para a cidade, eles só não querem permanecer na agricultura, pois tem muito prejuízo, segundo a agricultora.

(...) A alface se não vendeu essa semana está estragada, ela vê o prejuízo que a gente tem com chuva, granizo, então ela não quer ficar nessa

atividade, além de ser uma atividade muito pesada, maltrata muito o corpo, não pode sair para nada, a gente não tem férias, não tem folga, é bem complicado. (...) A outra de 18 anos não quer nem ouvir falar em agricultura, quer fazer outra coisa, o menino de 16 anos está na roça por falta de opção, a gente não vê ele muito feliz na roça não, ele ajuda 100%, é nosso braço direito, faz tudo. Tem 100% de chance de ele não ficar aqui, quando ele fizer 18 anos quer ir embora, fazer outras coisas, ele gosta de mecânica e eu não vou impedi-lo. Ninguém tem orgulho de dizer que é agricultor, muito menos jovem, agricultor no nosso país é muito mal visto, por falta de opção parece que se é agricultor. É bem difícil, não tem orgulho nenhum, isso é decorrente da nossa cultura, é preconceituoso. Vou ao centro fazer um crediário e por mais bem vestida que esteja, digo que sou agricultora e a moça levanta a cabeça e pergunta 'qual é a sua renda'? É difícil, o preconceito está encarnado, está no sangue. Esses projetos pró-jovem não atingem, não conseguem mudar isso, de jeito nenhum. O agricultor no nosso país é visto com negatividade, como ignorante, desdentado, analfabeto, nunca se viu falar de um agrônomo na roça, esse está na Epagri, na Cidasc, nos escritórios, o "sem opção", o ignorante que está no campo (13 PL).

Ao invés da agricultura, a sua filha está investindo na produção de bolachas artesanais, pois é mais garantido a venda, e se caso não conseguir comercializar o produto pode deixar guardado no depósito que não deteriora. Ressalta que seu esposo é formado, tendo condições de assumir qualquer emprego em estatais, mas que prefere trabalhar na lavoura.

É uma exceção, (...) ganha muito menos no sítio do quê se estivesse numa estatal como ele estava, trabalhava na CIDASC e ele saiu para ir para o campo. Ai, nossa, mas ele gosta de trabalhar na terra, de fazer as coisas, ele nunca olhou a questão financeira. Ninguém assumiria a propriedade, ele está com 50 anos, mas para um homem do campo são quase 70. É muito serviço pesado, são sacos de esterco de 50 k que tem que carregar. A capina é um serviço sozinho. Eu já não faço nada, tem

um braço que eu não posso contar com ele por que de tanta enxadada detonei com o braço. A gente vai numa festa e por mais que tenta melhorar a aparência, as mãos estão duras, preta, olha que passo cloro, tento tirar um pouco, mas é uma mão feia, suja, e hoje parece que está aumentando mais essa coisa. Quando antigamente você apertava a mão de um agricultor, você sentia a mão grossa, hoje é visto como feio, sujo, e é muito pior hoje, pois a artificialidade está muito forte. Quem não gosta de ir ao shopping, de se vestir bem? Aqui a gente trabalha mais de 8h por dia, trabalha 16h por dia. Quando não dá para carpir, vai para o galpão, para a serralheira, então a gente trabalha muito mais que todo mundo. O campo obriga você trabalhar muito mais, não tem como trabalhar 8h por dia, e ainda trabalhando assim não dá. Eles não vão conseguir nunca mais atrair os jovens para o campo, é tarde demais o que está sendo feito, o agronegócio vai tomar conta. Nós aqui quando estamos prestes a perder toda a produção no campo, quem sofre somos nós, quem fica revoltado somos nós, e aí o governo não diz, quantos pés de alface você perdeu, a gente vai devolver esse dinheiro, porque você plantou, você perdeu. O banco, quando tem uma falência o agricultor se ferra. Não acredito que dá tempo de fazer mais nada. Preciso ser realista, não é questão de iludir, é de acreditar ou não. Eu não acredito que dê tempo, talvez desse há uns 15 anos. Está muito tarde, está tudo muito sedutor, eles estão atraindo as pessoas para a cidade por causa disso. O pequeno agricultor incomoda o grande agricultor, daqui um pouco vai desaparecer qualquer tipo de diversidade que levamos para feira hoje. Ao invés de duas qualidades, nós levamos várias qualidades para a feira, mas no Angeloni (supermercado) você só encontra tomate longa vida. Os agricultores começam a levar tomate bolinha, tomate pera, italiano, santa clara, gaúcho, enfim são variedades que o grande agricultor não vai produzir nunca e, além disso, acabam se irritando, pois os clientes reclamam. O Angeloni quer que as pessoas comprem quietas, caladas e se contentem com isso. Nós

incomodamos, o feijão, temos várias variedades (13 PL).

A primeira família do GPL a iniciar a produção agroecológica em Paulo Lopes foi da agricultora 13PL e na sua avaliação o Núcleo do Litoral Catarinense não está muito bem, mas também não sabe dizer onde a rede está funcionando melhor. Entende que o núcleo deveria divulgar mais a rede, pois a maioria das pessoas não tem conhecimento da sua dimensão e potencialidade.

Eles não têm noção do que participam, não reúnem o pessoal e dizem o que é a rede, do que estão fazendo parte, como funciona. Nos encontros de Florianópolis são tratadas questões mais pontuais, e às vezes se perde muito, depende de quem está na coordenação. Mas tem reuniões que são bem produtivas, em geral tem 2 ou 3 por ano (13PL).

Para ocorrer os encontros em Florianópolis de modo a reunir todos os grupos da zona costeira são necessários recursos para aluguel de ônibus, alojamento, alimentação, enfim não é uma tarefa simples, ressalta a agricultora. E desabafa, “eu não sei por que não se investiu mais energia na rede, dinheiro, recursos mesmo. (...) se eles não cuidar, tenho muito medo que a rede se dissolva na zona costeira” (13PL).

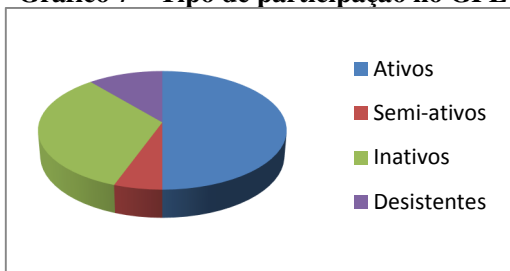
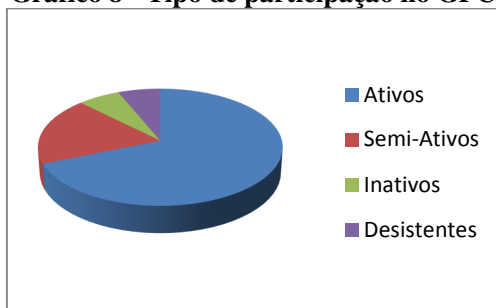
Pode-se observar que a agricultora 13PL não sente como sua responsabilidade a divulgação da rede, mas ao núcleo, ao Cepagro, o que é uma evidência da defasagem em termos de atuação em rede. Assim como da ineficiência na circulação de informações sobre o desempenho dos demais grupos da rede, uma vez que a agricultora 13PL, a mais antiga do GPL, diz desconhecer essa realidade. Para a existência da rede enquanto tal é importante que as informações fluam permanentemente, o que requer a existência de estruturas distribuídas (FRANCO, 2008a; MENDIZAEL, 2008). No caso da indagação da referida agricultora sobre investimentos, de fato, essa é uma questão pertinente, pois afinal por que o governo não investe mais nessas iniciativas, se são alternativas de inclusão social e benéficas ao meio ambiente? Uma das explicações reside no fato de que o projeto hegemônico de desenvolvimento rural está voltado para o agronegócio, sendo essa a prioridade devido às exportações, ao mercado internacional de *commodities*. Além disso, há pouca demanda por parte dos agricultores em termos de organização política e reivindicação de um projeto capaz de viabilizar a transição agroecológica. Os agentes

públicos atuam a partir da pressão e da demanda popular, sendo o PRONAF um exemplo de conquista devido esse tipo de mobilização.

Um pouco diferente do GPL, a maioria dos agricultores que iniciou no GPC e desistiu dessa atividade, em geral, eram mais simpatizantes que queriam conhecer a proposta, mas ao ver que os resultados eram lentos e exigentes, foram desistindo. Já o agricultor 15PC chegou a trabalhar doze anos com a agricultura orgânica, mas por não receber certificado, pelo desinteresse dos filhos em continuar nessa atividade e pela idade avançada, resolveu parar com a produção. Sobre a participação no GPC ressalta que

eu não tenho mais vontade de ir nisso, pois só se empurra com a barriga, o negócio precisava funcionar, aí seria uma beleza. Você esse mês vende, aí tinha como fazer um dinheiro, mas sem vender como vai fazer alguma coisa. Você vê agora a merenda escolar, isso era para passar para os agricultores, mas passaram para o pessoal de Garuva, dos Sem-Terra, e daqui não compram. Não compram dos agricultores da Rede Ecovida, mas dos Sem-Terra. Não adianta estar brigando mais, não resolve. Os Sem-Terra tem bastante gente para trabalhar e tem produto e os agricultores como estão mal de produto, ninguém se ofereceu mais (15PC).

Alguns agricultores que começaram a participar nas atividades junto ao grupo dos fitoterápicos estão inativos na rede, pois não costumam ir às reuniões e não foram encontrados para serem entrevistados, tais como a 12PC e a 13PC. No caso das agricultoras 2PC e 14PC, estão semi-ativas em função de que a 14PC entrou recentemente na rede e ainda está conhecendo o grupo. A 2PC está participando pouco, pois está envolvida em outras atividades pessoais que dificultam a sua maior atuação no GPC. Ou seja, os benefícios e a contrapartida dos nós da rede não são homogêneos, pois há uma diversidade de atuações, sendo alguns agricultores mais ativos, outros menos, conforme gráficos a seguir.

Gráfico 7 – Tipo de participação no GPL**Fonte:** autora**Gráfico 8 - Tipo de participação no GPC****Fonte:** autora

A razão para a inatividade no GPL seria devido a mudança na gestão da rede (Núcleo Litoral Catarinense), de mais ou menos uns cinco anos atrás. Dessa época em diante, para alguns agricultores, a rede não estaria mais se organizando e atuando como nos seus primeiros anos, estando pouco ativa. No entanto, um dos agricultores inativos disse que participou no encontro ampliado da Rede Ecovida realizado na UFSC em 2012 e que tem muito interesse em retomar as atividades da rede, mas que não tem condições de liderar esse processo. Retornaria à rede se caso fosse convidado para atividades mais dinâmicas, de formação, de conhecimento de novos grupos. Segundo ele, a rede

(...) atuou muito, foi legal, fantástica, aí depois trocou os dirigentes, os diretores, aí relaxaram um pouco, mudou uns 5 anos para cá, antes tinha outro perfil, era outra coisa, tinha um rapaz antes, que era um baita de um profissional só que tem

muita ocupação, aí ele relaxou um pouco mais, mas ela estava indo muito bem. Agora ela tá meio capenga (10PL).

Um dos novos integrantes do grupo alega que não vem sendo convidado para as reuniões do GPL e que não vê muita perspectiva na possibilidade de fazer a conversão para a pecuária orgânica, a fim de atender o laticínio da agricultora 6PL, de modo que não teria muito sentido continuar na rede. Outra agricultora alega problemas de saúde, demora na viabilização do laticínio cooperativo, e desconhecimento de como funciona a rede, conforme fica evidente na sua fala: “eles tiveram aqui para fazer esse negócio da Ecovida, mas a filha do 2PL não veio mais aqui. Ela veio aqui, falou, explicou e depois não me disse mais nada. Ela convidou para participar, pegou os dados e depois não falou mais nada” (15PL). Como tem pecuária leiteira, a agricultora pretendia produzir leite orgânico e vender para o laticínio que estava sendo proposto pelo GPL, tendo inclusive possibilidade de um dos seus filhos se integrar a essa atividade, “se der certo o trabalho do leite é capaz que filho mais velho retorne” (15PL). No entanto, devido a demora na viabilização dessa iniciativa e em função de problemas de saúde, a agricultora 15PL desistiu de dar prosseguimento a essa atividade e não pretende mais participar no GPL. O segundo agricultor desistente diz que não teve apoio, pois

o começo foi muito legal, mas depois começou a puxada no tapete, que eu estava pegando a freguesia (...). O maior carrasco que são é um agricultor contra o outro, por que o próprio agricultor no núcleo de Paulo Lopes, um derruba o outro, (...) um quer puxar o tapete do outro, não tem união, não funciona como rede, e eles (técnicos) também não explicam direito. Por exemplo, eles falavam que tinha de fazer a cerca verde, mas eu não sabia o que era, não entendia, e na verdade era só plantar capim ao redor da lavoura (17PL).

Além disso, ressaltou que a demora na liberação da certificação prejudicou muito as suas vendas, mas segundo ele “reclamei que se não saísse o certificado iria sair da rede, aí eles liberaram” (17PL). A feira que realizava no Sul da Ilha, em Florianópolis, era difícil, pois faltava produto e sozinho não conseguia dar conta, só levava suas hortalças, mas os clientes exigiam uma variedade maior de produtos.

Segundo o técnico do Cepagro (TC1), de fato, existem esses “micropoderes de boicotar o outro, ao invés de um colaborar com o

outro. O 17PL, ninguém estava ali para dar uma mão a ele, vamos lá, vamos seguir na rede, vamos fazer essa transição, ah, a família dele já conheço, isso aí não vai dar em nada” (TC1).

A questão da concorrência entre os agricultores foi levantada pelo agricultor 17PL, como referido, e pelas agricultoras 4PL e 5PL. Segundo a agricultora 4PL: “eu não tenho horta, por que não tenho horta, por que o 2PL tem. Prefiro comprar dele, a fim de ajudá-lo para mantê-lo no campo. Meu diferencial é ter outra coisa para não ser concorrente do colega”. Já a agricultora 5PL embora integre o GPL, reside no município vizinho, em Antônio Carlos, ressaltou que

o maior concorrente nosso é o 2PL por que ele já conquistou uma tradição nessa área e a gente sempre compra do 2PL. Quem é pequeno, está dentro de uma cidade com poucos lugares que compra orgânico, não estamos em São Paulo. Sempre tem o 2PL e o de Anitápolis. O produtor orgânico aqui de Antônio Carlos não quer vender o produto para nós, por que não éramos fiel em termos de comprar só dele, ‘todo mundo compra do tal do 2PL, então quero fidelidade aqui em Antônio Carlos’. Eu disse a ele que compraria de onde achasse que deveria comprar, e o cara não nos vende (5PL).

E, de fato, atualmente no GPL há apenas um agricultor que trabalha com hortaliças, sendo que o receio da concorrência ao invés de somar, de agregar novas potencialidades à rede, acaba desagregando. No entanto, o agricultor 2PL tem consciência da importância da ampliação da rede, segundo ele “quem tá no grupo sempre pensa em ampliar o grupo, sempre há necessidade, tem uma deficiência de produto enorme, precisa cada vez mais, há pedidos para entregar na merenda que não existem, restaurantes”. Se isso de fato é real, então por que a questão da concorrência se há tanta demanda, o que explicaria essa disputa? Estaria a rede funcionando como rede no discurso e muito pouco na prática? Segundo a agricultora 5PL

está chegando um ponto em que a parte teórica da rede foi tão pensada que ela está muito mais a frente do que está acontecendo realmente, então agora as pessoas estão querendo correr atrás para recuperar o tempo perdido, ideologicamente a rede é fantástica, mas na prática ela não está sendo executada.

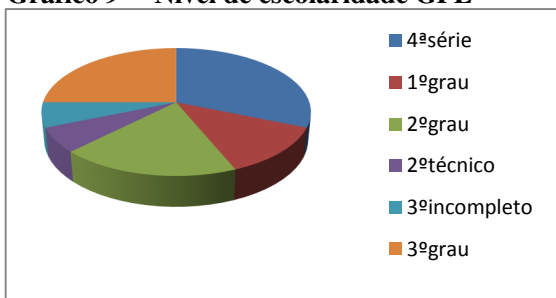
Nesse ponto observa-se mais uma tensão na rede, entre o trabalho cooperativo e competitivo. Ou seja, percebe-se um dilema entre manter-se restrito aos interesses próprios ou contribuir para os objetivos estratégicos da rede (BERGER et al, 2008). Do mesmo modo, parece não estar claro aos agricultores que a colaboração em rede propicia a obtenção de mais com menos custos (ADULIS, 2011; SOUZA, 2011).

Outro aspecto é a questão da linguagem, pois boa parte dos agricultores tem baixa escolaridade e ficam com receio de questionar e/ou dizer que não entenderam como, por exemplo, a construção da “cerca verde” mencionada pelo agricultor 17PL. Para ele a “cerca verde” seria algo caro, diferente, quem sabe uma nova tecnologia, quando na realidade era só “plantar capim ao redor da lavoura” (17PL), ou seja, um meio utilizado para isolar as propriedades de qualquer forma de contaminação. A agricultora 5PL expressa bem essa situação ao destacar que há uma defasagem entre a linguagem dos técnicos e dos agricultores.

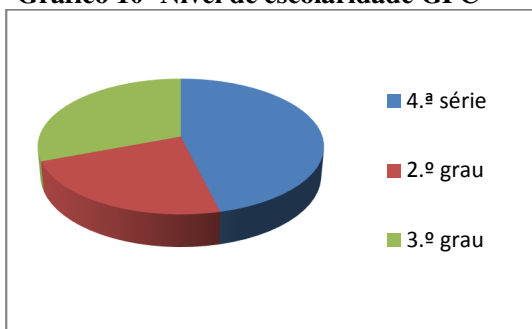
A linguagem que as vezes se usa dentro da Rede Ecovida, eventos, atinge determinado padrão dos agricultores, outro padrão social que são analfabetos, não entendem nada, estão ali por que é muito bacana, mas tem coisas que não entendem. Eu que fui professora universitária que tem coisas nas planilhas que se dá já por sabido, então você não dá liberdade, poder aos agricultores, pois está fundamentada nisso que ele não entende. Falta alguém chegar lá e falar a língua deles (5PL).

Nos gráficos a seguir pode-se verificar a escolaridade dos agricultores, sendo que em ambos os grupos boa parte tem o primeiro grau.

Gráfico 9 – Nível de escolaridade GPL



Fonte: autora

Gráfico 10- Nível de escolaridade GPC

Fonte: autora

Em relação a contrapartida da participação na rede foi destacado o respeito aos princípios e conceitos da agroecologia, a disseminação do trabalho em rede de modo a incluir mais pessoas, o cuidado para que a rede não tenha descrédito em função de falhas e má condutas de seus integrantes. Esses aspectos devem ser considerados, segundo o agricultor 1PL, pois o custo da certificação é muito baixo.

Se fosse pagar para uma certificadora seria R\$ 2500 a 3000 reais, em torno disso. Não pagamos nada para o Cepagro, eles trabalham para várias entidades que financiam projetos deles. A gente só paga o que a rede exige, R\$36,00 para o produtor e R\$50,00 para o dono de agroindústria, por ano (1PL).

Além do incentivo para que novos agricultores se conectem à rede, também é importante que os consumidores se envolvam nesse processo. Isso porque se

o consumidor entendesse esse processo da certificação da rede teria mais segurança no processo, entende, tem consumidor que questiona se será que é orgânico mesmo, se entendesse o processo, eles valorizariam mais o produto da gente. Toda a feira tem alguém que pergunta, mas é orgânico mesmo? Tudo aqui é orgânico? Aí a gente pega a pastinha e mostra a certificação de cada produto e sua procedência (1PL).

No entanto, embora saibam da sua importância, os grupos não vem construindo nenhuma estratégia em termos de agregação de novos nós à rede como, por exemplo, consumidores, ou outros agricultores.

Nesse caso parece haver uma tensão em termos de abrí-la a novos membros ou mantê-la restrita aos agricultores (BERGER et al, 2008).

Embora os benefícios de participar na rede sejam destacados como positivos pela maioria dos agricultores, a contrapartida nem sempre vem sendo efetuada, de acordo com os propósitos da Rede Ecovida. Ainda que os agricultores mais veteranos conheçam a filosofia da rede, os seus objetivos, parece que nem sempre são colocados em prática. Outro aspecto importante é que, diferente do GPL, a principal motivação para os agricultores do GPC participarem na rede é a qualidade de vida, tendo a dimensão ambiental/ecológica mais peso que a econômica. Isso pode ser explicado pelo fato da maioria dos integrantes do GPC serem aposentados, sendo essa atividade um complemento, além de terem suporte técnico, de formação por parte das instituições públicas locais. Esses aspectos irão se refletir na estrutura gráfica da rede, conforme consta na seção de dados relacionais, sendo nitidamente perceptível a maior proximidade desse grupo a uma estrutura reticular distribuída (FRANCO, 2012). Outro aspecto a observar é o fato de que esses agricultores em função de já estarem inseridos economicamente, tendo certa estabilidade, passam a valorizar mais outros aspectos propiciados pela rede como a troca de conhecimentos, aprendizagem, alimentos limpos, e não tanto a certificação. Isso não significa que o GPL não considere esses aspectos, mas é nítido por parte dos agricultores desse grupo a preocupação com a inserção produtiva no mercado, o que se justifica, pois no caso deles essa é a principal fonte de renda.

Ambos os grupos tinham mais membros no início de sua formação, tendo o GPC se estabilizado com 6 agricultores e recentemente vem se ampliando devido a inserção dos fitoterápicos ao grupo. Nesse caso pode-se considerar que não apenas os agricultores estão consolidados, pelo menos os mais antigos no grupo, como também o GPC, pois a maioria dos seus participantes são ativos no grupo, conforme gráfico anterior sobre “Tipo de participação no GPC”. Já o GPL, embora tenha em torno de 5 agricultores consolidados, tendo recebido novos integrantes, em especial os interessados em produzir leite orgânico, o grupo ainda é pouco ativo o que dificulta a sua consolidação, de fato, enquanto grupo. Conforme gráfico referido, apenas a metade do grupo se diz ativa, e a outra inativa, semi-ativa, e/ou desistente, enquanto no GPC 75% do grupo se diz ativo. Essa análise também fica evidente na estrutura gráfica dos grupos na seção sobre dados relacionais, pois irá conformar diferentes tipos de redes.

5.2.5 Gestão e governo na Rede Ecovida de Agroecologia (GPL e GPC)

Nessa seção é analisado como são tomadas as decisões no âmbito interno dos grupos, se existem comissões, assembleias, instâncias de diálogo, códigos de conduta, etc. Além disso, procura entender como as ações propostas são efetivadas, se há algum controle em termos de análise dos resultados, ferramentas de avaliação, entre outros.

As reuniões do GPL ocorrem quando tem demanda por parte do grupo, acontecendo num período intercalado de mais ou menos 3 ou 4 meses, sendo realizadas na residência de um dos seus integrantes. Segundo a agricultora 1PL,

é por demanda que vem dos próprios agricultores, que se comunicam por e-mail e/ou por telefone. Quando vem uma nova normativa do Cepagro aí eles fazem uma reunião para ver como é, ou o resultado do comitê de verificação que também precisa estar em ata.

Não é obrigatória a presença de todos, mas pelo menos é importante a presença do comitê de verificação e de alguém para redigir a ata, que nesse caso está sob responsabilidade do agricultor 7PL. Mas quando um integrante falta muito existe a preocupação em saber os motivos da ausência, embora não seja excluído do grupo, segundo agricultora 4PL. No caso do GPC, as faltas sem justificativa são toleradas até três vezes. Após isso o membro é considerado desligado do grupo, pelo menos teoricamente, pois na prática há uma tolerância maior. Isso porque, a agricultora 10PC que estava certificada há seis anos parou de ir às reuniões, pois segundo ela “não estava vendo sucesso” (10PC). Do mesmo modo a agricultora 2PC que não tem participado mais nas reuniões, em função de compromissos particulares, e nenhuma delas foi desligada da rede. No entanto, o técnico da Fundação 25 de Julho adverte que aqueles que não estão vindo às reuniões, não estão sabendo que têm de se recadastrar anualmente, caso contrário podem perder o selo da Rede Ecovida. Nesse caso, verifica-se que as trocas de informações, em geral, se limitam aos encontros mensais, não existindo, por exemplo, uma lista de e-mails ou uma maior diversidade de contatos entre os agricultores.

O GPL tem um coordenador, a agricultora 1PL, e um Conselho de Ética integrado pelos agricultores 1PL, 9PL, 4PL e mais um integrante do grupo de Garopaba (município vizinho à Paulo Lopes). O Conselho de ética do GPC é composto pelos agricultores 7PC, 6PC e

pelo técnico da Fundação 25 de Julho (FMPC) e por agricultores de outros grupos da Rede Ecovida, em geral do norte do estado, a fim de facilitar os encontros/contatos em termos de custos e tempo. Conforme esclarece o agricultor 6PC “eu até posso ir na propriedade do 4PC, mas não posso visitá-lo, precisa ser gente de outros municípios para fazer a fiscalização, ou vem de Araquari, ou vem de Jaraguá, pode também vir de Paulo Lopes” (6PC). O controle, o rigor é levado muito a sério, pois os agricultores que usam insumos químicos entram no processo de transição, só recebendo a certificação depois de estarem totalmente orgânicos. Se esse processo não for rigidamente controlado a rede perde credibilidade, segundo os agricultores. No caso do vizinho trabalhar com insumos químicos, o agricultor será obrigado a construir uma cerca verde (plantar várias árvores em sequência) de modo a isolar a propriedade de qualquer contágio.

Para entrar no GPC, o interessado deve redigir uma carta solicitando a adesão e, se aprovada em assembleia, já iniciam as visitas à propriedade, sendo que, em geral, demora até um ano para receber a certificação. Mas isso irá depender se o agricultor já é conhecido do grupo, se usa ou não insumos químicos, podendo esse prazo diminuir em função dessas variáveis. Do mesmo modo para saída do grupo, deve ou enviar uma carta avisando, ou expor na reunião seu desligamento da rede. No caso do GPL os interessados em participar no grupo devem comunicar à coordenadora que irá orientá-los a participar nas reuniões, a fim de irem se familiarizando com a rede.

As reuniões do GPC vêm ocorrendo mensalmente há um ano, na última quinta-feira do mês, sendo das 14h às 16h a reunião do subgrupo dos fitoterápicos, e das 16h às 18h a reunião dos agricultores. O local para a reunião mensal foi definido na Fundação 25 de Julho, a fim de facilitar para todos os membros do grupo, tendo em vista que os agricultores residem longe uns dos outros, além desse local ser uma referência, pois todos conhecem. Antes de ser estipulado esse local as reuniões ocorriam nas residências dos integrantes do GPC. Os agricultores resolveram estabilizar uma data certa para a reunião, a fim de atrapalhar o mínimo possível as suas agendas de trabalho, de forma que todos saibam que tal dia, em tal horário tem o encontro do grupo. Conforme esclarece o agricultor 6PC,

agora a gente estabilizou a data, porque a gente tem diversificada a propriedade, a gente trabalha com o turismo pedagógico, com o turismo rural e o sistema total integrado na agroecologia, onde você puder captar renda você tem de pegar, pois a

coisa não tá fácil. Se uma cultura não dá a outra ajuda, mas nós somos obrigados a fazer reunião, pois sempre tem pessoa nova no grupo e outro que quer sair.

Além disso, a reunião é dividida, a fim de ser mais objetiva e não tomar tanto tempo dos agricultores, tendo em vista a diferença entre os temas. Em geral, alguns agricultores que estavam na primeira reunião permanecem na segunda, porém a recíproca não ocorre. Quem convida todos os agricultores para a reunião, organiza pauta, marca a sala na Fundação 25 de Julho, é um técnico da própria Fundação. Além desse técnico, podem ser citados como principais referências na elaboração da pauta do grupo o agricultor 7PC, que é considerado o líder do grupo, e o técnico do Cepagro. Diferente do GPL, o GPC não tem um coordenador formal.

As reuniões do subgrupo dos fitoterápicos antes de se integrarem à Rede Ecovida eram esporádicas, sendo organizadas pela coordenação do Programa FitoJoinville, a qual ainda continua participando em algumas reuniões do GPC. No início haviam mais integrantes no grupo dos fitoterápicos, tendo posteriormente se estabilizados em torno de 12 pessoas que, em geral, costumam participar nas atividades desenvolvidas, segundo a agricultora 1PC. Além das reuniões mensais na Fundação, o subgrupo dos fitoterápicos costuma se reunir nas residências dos seus membros. No entanto, pode-se perceber que estavam mais animados no início, fazendo cursos, visitas e aos poucos esse ímpeto foi baixando, conforme enfatiza a agricultora 8PC: “está meio parado, depois começou esse negócio de análise do solo, plantas, e ficamos meio sem saber como fazer”. Mesmo assim entende que o subgrupo tem um perfil semelhante, o que vem contribuindo para a formação de laços de amizade.

A aceitabilidade desses novos agricultores ao GPC é significativa, conforme assevera o agricultor 7PC, o qual está

lutando para ver se os fitoterápicos deem certo, para que eles não percam esse ímpeto, essa vontade. O que eu vejo, o que a gente precisa é ter resultado concreto, não adianta estar discutindo, isso e aquilo e não ter nada concreto, e toda a minha luta é de buscar ter resultado (7PC)

A relação entre a Rede Ecovida (GPC) e os fitoterápicos está sendo construída. Segundo a coordenadora do FitoJoinville “ainda está meio verde, pois são perfis bem diferentes, os do fito são mais urbanos, os da Ecovida mais rurais” (FTPC). Embora as demandas não sejam

similares, como integrantes de uma mesma rede, os nós devem pelo menos partilhar objetivos centrais da rede. Além das relações entre os nós, é necessário a compreensão de que essas relações são um suporte de um projeto maior, segundo os objetivos da rede (MANCE, 1999). No entanto, essa percepção ainda é muito embrionária, sendo os esforços voltados para a viabilização da produção e comercialização.

Segundo o agricultor 7PL, os convites para as reuniões do GPL são bem antecipados, tendo uma participação média, em geral, de 5 a 6 pessoas. Embora alguns agricultores entendam que o certo seria ter uma reunião mensal, tal como ocorre no GPC, alegam que falta tempo para isso, sendo prioridade reunir o grupo quando existem demandas concretas (visitas de certificação, evento, reunião ampliada da rede etc).

As decisões dos grupos sempre são tomadas em assembleia, tendo autonomia em relação ao Cepagro, mas desde que estejam conforme às diretrizes da Rede Ecovida de Agroecologia. A fim de não haver perda de tempo nesses encontros a agricultora 1PL, coordenadora do grupo, busca ser bem objetiva. “Em geral a gente se reúne das 10h 30min até o meio-dia (1PL)”. Em relação a questões mais amplas voltadas para a agroecologia em termos sociopolíticos, conjunturais, são raramente discutidos no grupo, a exceção se um colega foi em algum congresso e deseja falar sobre sua experiência. Na visão da agricultora 1PL deveria ser cobrado um pouco mais, pois uma das exigências para ingressar no grupo deveria ser o certificado de participação em curso de formação em agroecologia. Adverte que isso não vem ocorrendo, embora seja uma proposta que vem sendo discutida na rede. Mesmo com essa lacuna, explica que se alguém demonstra interesse em participar,

(...) espera ter mais uns dois, três interessados e aí já convidamos para uma reunião. Aí a gente explica o que é a rede, fala dos processos de controle, dos processos de transição como tem de ser, a pessoa fala da sua área de trabalho (agropecuária, hortalças), aí dá uma orientada, aí se a pessoa quer entrar no grupo mesmo, aí marcamos uma visita só de orientação na propriedade, aí a gente vai lá, vê o que está fazendo de errado, dá uma sugestão, orienta etc (1PL).

Os agricultores do GPL destacam a importância da participação do técnico do Cepagro nessas reuniões, pois é uma pessoa de fora, neutra, que evita que as discussões, conflitos tornem-se pessoais. Mas, por outro lado, o agricultor 3PL destaca que

a rede vive sob o guarda-chuva do Cepagro, os nós da rede estão se afrouxando porque está faltando alguém que mantenha isso esticadinho e tal, quando era na figura....isso é função de alguém, que era o Luis Rebelatto, Marquito, e agora quem é? (...) O maior problema talvez seja essa perda da unidade, falta a liderança, animadores na rede. Minha certificação já era para estar pronta uns 4 ou 5 meses, mas está atrasada (3PL).

No caso do GPC, o agricultor 9PC ressalta que as reuniões do grupo não evoluem em termos de tocar nos pontos nevrálgicos, tais como venda de orgânico como convencional, merenda escolar, ponto de comercialização no Ceasa, demora no envio do nome dos agricultores certificados ao MAPA, entre outros. Ou seja, na sua visão

(...) Vejo que as pessoas até vão, mas é como você ir para marcar presença, pois o estatuto diz que só pode ter tantas faltas, então de chegar lá e colocar, pessoal quais são os nossos problemas, isso não é colocado. As reuniões não são eficientes, o pessoal diz que na rede é assim mesmo, mas deveria ser feito de uma maneira mais produtiva (9PC).

De forma semelhante ao GPL, os temas tratados nas reuniões do GPC são mais pontuais, sendo deixado para discussão em oficinas temas mais amplos, sobre meio ambiente, agroecologia, tendo a presença do técnico do Cepagro ou de algum facilitador, palestrante. Em ambos os grupos, não há nenhuma atividade/evento direcionado à juventude, embora todos tenham consciência que seus filhos não pretendem dar continuidade a essas atividades. Segundo o técnico da Fundação 25 de Julho isso se justifica, pois a maioria dos jovens não está mais no campo.

Para participar no GPL, segundo a agricultora 13PL “tem que se identificar com as pessoas que estão ali, que já tem certa consciência”. No entanto, esse “pré-requisito” pode inibir certas pessoas, pois nem todos tiveram oportunidade de ter uma consciência maior desse processo, de compreender a importância da agroecologia. Dessa forma, é um desafio não apenas para aquele que se insere ao grupo, em termos de aprendizagem, como dos que estão no núcleo em tolerar a pessoa iniciante, compreendendo que essa mudança de mentalidade é complexa, processual e lenta. Nesse sentido que os encontros, as trocas e o convívio mais intenso entre os agricultores são fundamentais.

Contudo, parece haver certo preconceito em relação aos agricultores não “ecologistas”, conforme pode-se perceber na análise de um dos primeiros integrantes do GPL, que já participou de todo processo de formação em agroecologia.

É sempre aquilo que nós falamos, é o dinheiro, esses caras não estão nem aí para produzir orgânico. Esses outros não vão, eles participaram de duas reuniões porque acharam que iria correr dinheiro frouxo. (...) eles não estão vendo retorno financeiro em estar na rede, não tem comprador de leite orgânico, não existe, é uma questão meramente econômica, de ganhos. Tu vê que não é tão fácil assim, a outra questão é de novo os líderes, se fosse o Marquinho, o Luís estava mobilizando esse pessoal, são caras capazes de ecologizar (3PL).

O ideal seria que todos tivessem maior conscientização, mas não é isso que ocorre, pois na sociedade atual em que impera a lógica utilitarista, parece normal as pessoas pensarem dessa forma. A agricultora 5PL expressa bem isso na sua fala

tem um viés dentro da rede que é complicado, que é um ranço que precisa ser modificado, as pessoas acharem que não podem ter lucro, então vai fazer feira para que, todo agricultor quer ter seu lucro, e tem um discurso dentro da rede que não pode ter lucro. Não se fala em rodada de negócios, pois é coisa do SEBRAE, não se fala em negócios por que é coisa capitalista, tem uma militância esquisita dentro da rede que evita falar de grana, dinheiro, evita falar da parte boa que a grana traz para todo mundo, saúde, alegria, liberdade, felicidade, não é para virar um consumista louco, desenfreado, é para entender como o dinheiro funciona e aplicar aquilo da melhor maneira possível. Tem esse ranço na Rede Ecovida, na rede solidária, até porque elas foram criadas para criticar o sistema que a gente tem, então joga tudo fora e vamos inventar um novo. A Rede Ecovida não está fora do capitalismo, está se tornando saudável dentro do capitalismo ...a gente não sabe se vai poder sair. O agricultor usa PRONAF, eles compram caminhão através do banco, que é capitalista, então a gente não pode sair desse sistema. Vai deixar o Pronaf de lado, não, a gente

tenta se tornar mais saudável e um dia que a humanidade puder a gente sai desse capitalismo, mas por enquanto falar de dinheiro é muito importante (5PL).

Seria uma exceção se os novos integrantes, boa parte com a quarta série primária, já tivessem uma formação sobre ecologia e sustentabilidade, daí a importância dessas redes alternativas que possibilitam novos horizontes, possibilidades de troca e aprendizagem. No entanto, parece haver uma defasagem por parte dos agricultores veteranos em fazer uma leitura mais ampla desse processo. Ou seja, em termos de uma politização maior desse contexto, o que é um indício a comprovar que a dimensão política vem sendo pouco considerada na rede.

Os agricultores que estão semi-ativos ou desativados no GPL não vem participando das reuniões, sendo que em geral alegam que não foram convidados. Segundo o agricultor 10PL

(...) quando vai ter reunião tem que ligar para todos, agora só passam para alguns, era diferente antigamente, ele ligava para todo mundo, avisava todo mundo, hoje não, avisam o 2PL, que avisa para os outros e assim vai. Não tem aquela pessoa central que diz, é tal dia, vamos tratar daquele assunto que vai ser levado para a reunião, a gente vai sem saber o que vai ouvir e sem saber o que vai falar. Antes tinha um objetivo, aí a gente já ia com o objetivo, já preparava uma pauta zinha para levar, para discutir os problemas que a gente tinha. Não, quase não tá mais assim, no início envolvia todo mundo, todo mundo tinha prazer de ir à reunião levar....Faltou um cabeça, a casa que morre um pai os filhos ficam desorientados. Eu convidar o vizinho é uma coisa, mas se você chegar e convidar é outra coisa, antes sempre convidava e as reuniões, em geral, eram mensais.

O agricultor 10PL se refere aos primeiros anos do GPL em que havia maior dinamismo e troca de informações, vivências entre os agricultores. Segundo a agricultora 4PL as reuniões foram mensais só nos dois primeiros anos, mas para o agricultor 10PL esses encontros fizeram toda a diferença, pois

tudo que produz hoje como palmito, mel, aprendeu na Rede Ecovida. Antes não cultivava nada, só tinha o sítio e umas vaquinhas por aí e mais nada. Depois que entrou na rede aprendeu

tudo, antes tinha a propriedade, mas não sabia executar por que não tinha estudo. O pessoal da Rede Ecovida vinha aqui, fazia almoço, ensinava, levava no campo, fazia análise do solo, ensinavam tudo, era fora de sério. As trocas de informação, as reuniões eram muito intensas, muito boas. Tinha uns 38/40 membros no início, era uma coisa linda, enchia tudo aquele meu salão de gente, era tudo tranquilo, na hora que você está começando aprender ouve um e outro, na hora da reunião a gente tava tudo ansioso para descobrir, eles ensinavam muita coisa, traziam pessoas de fora, agrônomo que dava curso de apicultura, era fora de sério. Agora só acontece uma vez na vida outra na morte, demora uma barbaridade, quando eu sei, aí ligo para o 2PL e ele diz já foi a semana passada, já passou, mas que barbaridade. Não avisam, porque vão ligar para um e para outro, aí é complicado. Aí ele dava a pauta das reuniões, dia tal, lugar tal, era tudo preparadinho, nós já ficávamos agendadinho e sabia do que ia falar, não precisava ninguém ligar para ninguém (10PL).

Embora não esteja satisfeito com as mudanças ocorridas no GPL, o agricultor 10PL participou no Encontro Ampliado da Rede Ecovida ocorrido em meados de 2012, em Florianópolis/SC. Ressalta que devido essa parada brusca nas atividades do GPL, não só ele, mas muitas pessoas se desinteressaram pela agroecologia e enfatiza que caso os novos integrantes não forem inseridos nessas dinâmicas, tendem a ficar perdidos, sem orientação, desanimando de participar. Nessa época a reunião era de um dia inteiro, na casa de um agricultor, em que faziam almoço coletivo, café, e cada agricultor colaborava com um alimento, bebida, doce. “Um ajudava o outro, e a gente pagava a mensalidade por mês, agora não pago mais nada, ninguém cobra mais, tá parado, ninguém tá fazendo nada” (10PL). O número elevado de integrantes do GPL, conforme referido pelo agricultor 10PL era em decorrência de que vinham pessoas de outros grupos para participar nessas reuniões, não sendo todos de Paulo Lopes.

Em geral, essa mudança brusca no desempenho do GPL vem sendo apontada em razão da falta de recursos, o que segundo a agricultora 5PL é um indicativo de que a rede precisa melhorar a sua gestão econômica.

Essa questão econômica e o problema financeiro precisa ser pensado por cabeças econômicas, não cabeças agroecológicas, falta um pouco econômico de modo a qualificar as pessoas dentro da rede para fazer a gestão da rede, a fim de posteriormente ver qual o próximo passo. Para ter uma visão de curto, médio, longo prazo, da sobrevivência e da sustentação dessa rede em termos econômicos para poder criar essas coisas que estão faltando, pagar técnico, círculo de comercialização, veículos para fazer essas ligações, precisa de cabeças econômicas comprometidas com a parte ideológica da rede, com a sustentabilidade (5PL).

No entanto, a falta de recursos não parece ser o principal fator para a desestruturação da rede, pois os próprios agricultores teriam recursos para organizar uma reunião, um almoço, ou mesmo uma confraternização dos grupos. Além disso, como referido, os grupos desde o seu início não se estruturaram de forma distribuída, mas descentralizada e/ou centralizada, tendo o Cepagro e/ou a Fundação 25 de Julho como principais animadores. No momento que esses elos diminuíram a frequência dessas atividades, os grupos se desestruturaram, não tendo conseguido romper com modelos mentais baseados na hierarquia, rigidez e centralidade (GUARNIERI, 2007). Uma evidência disso se expressa na fala do agricultor 10PL em que as informações, em geral, estão centralizadas em um nó que é o responsável por divulgá-las, não existindo uma cultura de rede, onde as informações fluem em malhas distribuídas.

Outra evidência desse fato refere-se ao Encontro Ampliado da Rede Ecovida realizado em 2012 na UFSC, pois a maioria dos agricultores diz não ter recebido o convite para a reunião preparatória ao evento, onde seriam discutidos e aprovados a pauta do encontro. Mesmo assim boa parte, em especial do GPC, compareceu ao evento, tendo ficado satisfeita e surpresa com a dimensão e força da Rede Ecovida.

Os encontros do GPL têm se limitado às reuniões, pois nos encontros do Núcleo Litoral Catarinense, que reúne todos os grupos, somente uma minoria participa. Em geral, esses encontros são realizados em Florianópolis e ocorrem duas vezes ao ano, nos quais são desenvolvidas várias atividades, como palestras, apresentação das atividades desenvolvidas em cada grupo, troca de ideias e experiências. No GPC embora nem todos participem desses encontros, não foi mencionado que apenas uma minoria participa, mas que costumam

participar nessas atividades. Segundo o agricultor 2PL sobre esses encontros,

até chamaram várias vezes, mas na verdade a gente tem muita limitação para estar saindo, esse é o grande problema. As outras pessoas não tem interesse, e tem a coisa do comodismo, tem alguém fazendo, não vamos fazer. Precisaria trabalhar mais essa ideia de rede, maior participação. Quando fui secretário da agricultura aqui nós conseguimos emenda parlamentar para fazer o laticínio e a biofábrica, duas coisas importantes, terreno arrumado, ministério do meio ambiente. Aí o prefeito perdeu a eleição e entrou outro, ele não fez nada, só que os agricultores vinham sendo preparados ao longo do tempo. Eu não posso sair daqui e ir lá dizer, ver o que cara está fazendo, no Brasil é sempre um que carrega as coisas, onde tem associativismo aqui no Brasil? Eu conheci a Casa Apis, um dos maiores entrepostos de mel da América Latina, mas a hora que a liderança morrer, duvido que vai continuar. Agora é cooperativismo como a Cooperativa Aurora, como ...isso para mim não é cooperativa, isso não difere de uma multinacional, a Cresol virou uma coisa politqueira, terrível. A preocupação maior da cresol é manter um poder político, e pior que no fundo se não manter, se acaba, é algo terrível, uma linha do PT. Como que o cara vai sair de uma propriedade, ter tempo para isso, não é fácil (2PL).

A seguir constam imagens dos diversos encontros/reuniões/audiências públicas/visitas às propriedades dos grupos, com suas respectivas legendas.

Fig. 8- Encontro ampliado da Rede Ecovida



Fig.9- Encontro ampliado da Rede Ecovida



Fig. 10 Reunião do NLC



Fig. 11-Audiência Pública ALESC



Fig.12-Audiência Pública ALESC



Fig.13- Audiência Pública ALESC



Fig.14- Encontro - FitoJoinville (GPC)



Fig.15 - Encontro - FitoJoinville (GPC)



Fig. 16-Reunião do GPL



Fig.17-Reunião do GPL – Certificação



Fonte: autora.

Em ambos os grupos não há nenhum encontro extra, recreativo, como almoços em conjunto, festas em comum. Conforme a fala do agricultor 2PL, acima referida, percebe-se que essas atividades não vêm mais ocorrendo, pois não se acredita na potencialidade e força do associativismo. Isso porque além de não visualizarem exemplos concretos, as várias tentativas dos agricultores em fortalecer essas práticas redundaram em perda de tempo e de recursos, o que os desestimula a continuar novamente. De forma semelhante, os agricultores do GPC alegam falta de tempo, de mão de obra, para participar em mais encontros, pois “se não produz não tem retorno”. Uma lacuna evidente é a falta de um monitoramento e avaliação desses processos, a afim de compreender por que não estão dando certo, onde estão os obstáculos, por que os resultados não foram alcançados, entre outros (WILSON-GRAU, 2011).

O agricultor 4PC ressalta que está “mais isolado, mas de início eu andava bastante, montamos a cooperativa (Coopaville), agora a gente está colhendo os frutos”. Em tempos anteriores existiram encontros ampliados de um dia inteiro na casa de um agricultor, em que faziam almoço, café, conheciam a propriedade e a produção do agricultor anfitrião. No caso dos fitoterápicos isso já vem ocorrendo, embora sem muita frequência, tendo havido um curso de dois dias na casa do agricultor 11PC em que boa parte do subgrupo participou.

Um dos novos integrantes do GPL, a agricultora 6PL, pretende retomar a ideia de fazer reuniões mensais, pois “se a gente começa se reunir cada vez por mês, a demanda vem por que todo mundo tem na cabeça um ou outro assunto”. Além disso, considera fundamental o retorno dos encontros de um dia inteiro, convivial, para troca de ideias, diálogo, de ser um momento agradável, para estar junto. Discorda da posição da coordenadora do grupo em fazer duas reuniões, uma do subgrupo do leite, e outra dos agricultores, pois embora tenham pautas diferentes, entende que devem ser juntas, a fim de unificar melhor o grupo. Na sua visão os novos integrantes sempre deveriam ser convidados para participar nos encontros da rede, a fim de conhecerem o que é a rede, como funciona, sua importância. Não obstante, contraditoriamente, a agricultora ressalta que

na verdade Rede Ecovida dá a certificação orgânica, foi por isso que a gente montou a rede, não temos outra razão, ela é só para certificar. Primeiro você entra na agroecologia como o 2PL, 1PL, aí você pode animar a rede, outros vão entrar com a opção para comercializar os produtos, a fim

de facilitar, e todo aquele papo sobre agroecologia fica muito longe (6PL).

Novamente o peso da dimensão econômica parece ser o mobilizador, o que fala mais alto, pois ainda que a agricultora 6PL considere importante a integração dos novos membros ao GPL, os quais são na sua grande maioria ligados à pecuária de leite, na prática não vem tendo nenhuma atitude para que eles compareçam, se envolvam. Inclusive eles nem sabem como está a questão do laticínio ao certo, pois praticamente não há uma interação com esses novos integrantes, embora a agricultora 6PL seja a responsável pelo laticínio. Nesse caso verifica-se uma tensão entre manter a rede ou dedicar-se aos objetivos específicos. A fim de facilitar o funcionamento da rede, não se trata de eleger um ou outro, mas de equilibrá-los, de forma que possam coexistir paralelamente (BERGER et al, 2008).

Além da agricultora 6PL, a agricultora 5PL do município de Antônio Carlos também tem interesse em retomar os encontros de um dia inteiro. Alega que não está participando nas reuniões por falta de tempo, da distância, dos custos, mas que se ocorresse um encontro a cada dois meses de um dia inteiro, participaria. Segundo ela, “seria bom para saber o que o outro está fazendo e ser um intercâmbio, por que a rede é intercâmbio, rede não é para cumprir uma burocracia” (5PL). Além disso, destaca que ficou desestimulada pois as reuniões do GPL em que compareceu, ou faltou quórum, ou avisaram dois dias antes que seria em outra data, e para ela é difícil agendar dessa forma.

No caso do GPL, a desmotivação por parte dos seus integrantes contribui para a inexistência de mais encontros e atividades conjuntas. Como há pouca participação, interação entre os membros, ou seja, um baixo *networking*, a sua estrutura torna-se debilitada. Para consolidar-se enquanto rede o GPL, além de ampliar as trocas de informações, deveria ter mais interações mútuas, diálogo, e maior empenho em fortalecer as interações por parte dos seus integrantes, pois é através disso que emerge condições propícias para a cooperação e a sinergia. Se não existir *networking* a rede será uma estrutura sem conteúdo, tendo pouco significado para os seus componentes (ADULIS, 2011).

Uma prova que os encontros frequentes da rede propiciam maior integração e troca de informações é a visualização gráfica do GPC, na parte de dados relacionais, se comparada ao GPL. Além de tornar a rede mais distribuída, com graus de conexões similares, os encontros contribuem para motivar os membros da rede, o que também se

comprova para o caso do GPC, visto seus membros estarem mais motivados e envolvidos nesse processo.

O GPL e o GPC ainda não dispõem de nenhum modelo, ou ferramentas de avaliação, de análise dos resultados das atividades efetivadas em conjunto, mas os agricultores entendem que seria uma boa ideia implementar algo parecido. Inclusive poderia existir um modelo padrão da própria Rede Ecovida, a fim de facilitar esse processo e, mais importante, fomentar uma cultura de avaliação (WILSON-GRAU, 2011).

5.2.6 Aquisição de sementes, produção, comercialização e inovação

O objetivo dessa seção é de verificar como os agricultores adquirem as sementes, se são orgânicas, crioulas ou convencionais. Assim como o tipo de produção (hortas, engenhos, alambiques, agroindústrias etc), a forma de comercialização (feiras, mercados, lojas, na propriedade) e o tipo de inovações implementadas.

5.2.6.1 Aquisição de sementes

Não existe um banco de sementes na Rede Ecovida que os agricultores possam recorrer, de modo que muitas vezes se obrigam adquirir sementes e/ou mudas convencionais e depois cuidam para torná-las orgânicas. Outra prática utilizada é a separação das sementes, as quais são guardadas de uma safra para outra, sendo que a Fundação 25 de Julho fornece algumas sementes para o GPC. Em geral os agricultores tem dificuldade em adquirir sementes crioulas, pois é raro encontrar no mercado, com exceção de empresas especializadas como a BIONATUR. Outra forma de aquisição das sementes é pelo “troca troca” nos encontros dos agricultores, feiras, congressos, visitas, em que um agricultor troca semente com outro.

Todavia, pode-se perceber que tanto no GPC, quanto no GPL, há certo conformismo, tornando-se normal a aquisição de sementes convencionais, ao invés das tradicionais, como se isso fosse inevitável. Em nenhum momento foi possível perceber a indignação dos agricultores com a destruição das sementes crioulas, e muito menos uma reação, em termos de propor uma feira sobre sementes tradicionais, uma exposição etc. Nesse ponto também se confirma a hipótese desse trabalho de que a rede não vem considerando a dimensão sociopolítica nesses processos, sendo indiferente usar semente tradicional ou convencional, vender como orgânico ou como convencional. Enfim, é nítido a falta da perspectiva sociopolítica, a qual é vital nessas dinâmicas, caso contrário o avanço dessas experiências se torna muito

mais difícil, pois parece não haver muita diferença entre o produto convencional e o agroecológico, em especial por parte do GPC. Sem o despertar da importância política não há disputas por hegemonias, em termos de enfatizar o diferencial dessas experiências, em divulgá-las, em fortalecê-las, a fim de se constituírem como estratégias de desenvolvimento. Ou seja, desfavorece o caráter transformador dessas inovações, contribuindo para um esvaziamento da proposta agroecológica (CASSARINO, 2009).

5.2.6.2. Produção e comercialização

A produção orgânica em ambos municípios é muito baixa, sendo que no caso de Paulo Lopes o agricultor que mais produz tem dificuldade em abastecer a sua feira semanal. Necessita trazer produtos de outros locais, o que dificulta, por exemplo, a disponibilização para a merenda escolar do município. Isso porque, segundo ele “ninguém quer trabalhar com ecológico porque dá muito trabalho, preferem colocar veneno do que estar na enxada. Os jovens não querem nem saber da agricultura, você vai procurar um para trabalhar e não tem” (9PL). Enfim, é nítido na fala dos agricultores que as pessoas não querem se dedicar à agricultura. Para aqueles que estão dispostos a permanecer, a principal exigência refere-se à perspectiva de mais apoio governamental. Atualmente apenas um agricultor do GPL faz feira, sendo que antes havia mais duas feiras (hortaliças e mel), ambas em Florianópolis, sendo uma de um agricultor que saiu da rede, e outra de um agricultor que resolveu parar com a feira, limitando sua venda na região, em sua residência e a conhecidos. Segundo ele,

já fiz feira, feira do mel lá em Florianópolis, fiz várias vezes. Mel, própolis, geleia, cera, tudo era vendido na feira, vendia o favo de mel. Fiz feira 3 anos, faz 2 anos que parei, fiz até 2010, era ali perto do mercado público. Parei porque era muita coisa, eram 4 dias de feira, fazia eu e a esposa, juntava com outro apicultor da Palhoça que também era da rede. Trocávamos produtos, se faltava um pegava do outro. (...) a gente chegou a participar em feiras em Blumenau, Itajaí, Tubarão (10PL).

Um dos problemas relacionados à feira está em conseguir uma maior diversidade de produtos, não se limitando aos verdes (hortaliças). A abertura de um box no Ceasa na região da grande Florianópolis, em fevereiro de 2013, deverá contribuir para a troca de produtos entre os

agricultores, pois irá funcionar como um entreposto, a fim de facilitar a distribuição de produtos ecológicos. Mas em termos de comercialização não há problema, pois tem aumentado a demanda por esses produtos, segundo a maioria dos agricultores. Isso porque os consumidores cada vez mais passam a ter consciência da importância do produto ecológico.

No entanto, embora o sucesso nas vendas, o único agricultor que faz feira em Paulo Lopes (2PL) também está desestimulado, pretendendo inclusive parar com essa atividade.

Eu não quero fazer mais feira, poderia fazer feira todos os dias, mas uma feira, é um dia de colheita e outro de feira, são dois dias, só sabe o que é o trabalho quem faz, as pessoas não tem ideia da loucura que é fazer uma feira, você acorda as 2h 30min da manhã. Sexta-feira retrasada choveu de manhã até meio-dia, com frio e nós aqui tendo de colher, porque que ninguém quer trabalhar na roça, por isso. Aqui já penso em vender a propriedade, eu vou continuar na roça, a família o que vai fazer eu não sei. Daí vou pegar uma ou duas culturas talvez que eu não dependa de mão-de-obra, se tivesse gente para trabalhar, para ir para a feira, não precisar que a família vá, estou colhendo rúcula há 17 anos, para tu treinar uma pessoa para colher rúcula, tirar todos os defeitos, não é brincadeira, não é da noite para o dia. Se a pessoa colher vinte molhe por dia, já se foi, não pagou o serviço dela. Porque não tem pagamento do serviço ambiental, por que ninguém luta por isso? Que tivesse uma renda que viesse colaborar com quem produz, te mostro que o que plantei na semana passada está quase 50% perdido, pois a lagarta comeu tudo, aí eu tô marchando com o prejuízo, não posso pegar aquilo que sobrou e cobrar o dobro porque a lagarta comeu o resto, mas todo mundo quer o benefício na cidade. Então é por isso que está se acabando, por que o agricultor convencional, ele passa veneno e mata a lagarta, não está nem aí se vai intoxicar o produto, pois quem está comprando não quer saber mesmo (2PL).

Embora em Joinville também tenha apenas um agricultor que faça feira, não é possível perceber a desmotivação e descrédito como mencionado no GPL, mas ao contrário, pois os agricultores estão empenhados em fortalecer essas iniciativas. O agricultor 7PC é o único

do grupo que faz feira duas vezes por semana em pontos estratégicos da cidade (Shopping Muller, desde 2009, e na Loja Verde Capim, desde 2010). Para suprir esses pontos o agricultor traz produtos de São Mateus do Sul, Curitiba, Araucária, Erechim e Canoinhas (Porto União). Devido a troca constante de produtos, o agricultor já sabe quem tem ou não produtos a disposição, tendo inclusive proposta para ampliar as feiras, sendo solicitado a viabilização de um desses pontos em Jaraguá do Sul. Enfatiza que os seus contatos são imprescindíveis para a concretude dessas iniciativas, principalmente com os agricultores de Curitiba, onde busca produto, e com os agricultores 16PC e 10PC, os quais disponibilizam produtos para a feira. O agricultor 16PC que desde 2011 integra o GPC, traz sua produção do município de Campo Alegre para vender na feira do 7PC.

O objetivo maior dessas trocas, e interações entre os nós da rede, é de criar uma “estação” em Joinville que funcionaria como um entreposto de comercialização, em que o GPC disponibilizaria produto para a rede, e vice-versa. Isso porque a produção é muito baixa em Joinville, o que dificulta a comercialização em maior escala, embora exista vários lugares disponíveis para comercializá-los. Em função disso o GPC tem dificuldade em trocar produtos com membros da rede, de outros locais.

Os agricultores do subgrupo dos fitoterápicos não estão produzindo ervas medicinais, com exceção do 11PC que está um pouco mais adiantado nessa parte. Os demais permanecem cultivando em sua residência para consumo doméstico não tendo ampliado sua produção. O agricultor 11PC além de estar produzindo algumas plantas medicinais, pretende fazer um horto didático que poderá ser incluído na rota do turismo pedagógico. Mas, de modo geral, os agricultores fitoterápicos estão tendo dificuldade em saber o que irão produzir, como irão ampliar a produção e como irão comercializá-la. As reuniões ordinárias desses agricultores tem se voltado para esses temas. A Fundação 25 de Julho propicia suporte técnico, informações através de cursos para auxiliar os agricultores nesse processo. Uma atividade que vem despertando o interesse de alguns agricultores desse subgrupo é o turismo rural, em especial o turismo pedagógico.

Em relação a comercialização dos fitoterápicos, o agricultor 9PC ressalta que a saída mais viável seria conseguir a certificação orgânica e vender esses produtos para o SUS (Sistema Único de Saúde), pois considera difícil vendê-los em casas de produtos naturais, pois pagam um valor irrisório. Além disso, destaca que vem sendo planejado pelo

grupo dos fitoterápicos a elaboração de um *site* para divulgação dessas iniciativas, caracterizando cada agricultor e os produtos disponíveis. A princípio o agricultor irá colocar um *site* com a sua marca (Sítio dos Araribás), divulgando a sua produção, pois produz mel, geleias, licores, chás, fitoterapia aromática e estética. Outra ideia para viabilizar esse processo é a construção de uma associação do subgrupo, pois não pretendem usar a estrutura da Coopaville em função das diferenças dos produtos e dos subgrupos (agricultores e fitoterápicos). Além disso, a Coopaville não integra somente agricultores orgânicos, mas todo tipo de agricultor.

Apenas os agricultores não envolvidos com os fitoterápicos estão comercializando os seus produtos, sendo que dos cinco agricultores do GPC, somente um comercializa seu produto como orgânico, com preço diferenciado, os demais comercializam como convencional em função de uma série de razões. Uma delas seria decorrente da maior facilidade na comercialização, sem necessidade de buscar mercado, de fazer feira, de colocar selo no produto. Outra razão seria que existe uma pequena faixa de consumidores, de fato, interessados nesses produtos, que aceita pagar mais caro. Segundo a agricultora 1PC

falta comprometimento com a própria rede, por isso que eles estão vendendo como convencional, se pode vender isso com um valor melhor e se vai favorecer a todos, então acho que não é justo por o preço do convencional e nem com ele próprio. (...) O produto orgânico tem uma dificuldade maior de ser produzido, então ele merece um valor melhor, mesmo por que ele também é melhor, e isso deveria ser uma necessidade geral dos colegas e buscar a venda nos locais certos, por que se quiser vender num bairro onde as pessoas não têm condições de pagar por aquele valor, socialmente é legal, mas e os outros?

O agricultor 6PC comercializa seus produtos em sua residência e para a Coopaville, a qual não diferencia orgânico de convencional. Isso porque os investimentos para diferenciar esses produtos seriam maiores, a começar pelo transporte, pois não podem ser colocados na mesma unidade de carga. Devido a produção ser muito baixa no município, a Prefeitura alega que não se justifica fazer outro circuito desses produtos, pois envolve gastos e toda uma logística de operacionalização. No entanto, o agricultor 9PC ressalta que vender produto agroecológico como convencional é uma forma de não valorizar o produto vindo dos próprios agricultores. Além disso, observa que isso parece não vir

preocupando os integrantes do GPC, pois em nenhuma reunião do grupo essa questão foi levantada, e nem sobre a venda para a merenda escolar. Todavia, o agricultor 4PC ressaltou que pretendem mudar essa situação.

A gente quer ver se consegue o caminhão pelo Banco do Brasil e a cooperativa para já poder fazer a distribuição para as escolas. O caminhão do circuito (da Rede Ecovida) seria mais para a troca de produtos, e o caminhão da merenda para entrega nas escolas. Aqui tem falta de produto, e muitas regiões tem dificuldade de comercialização, então aqui a gente poderia ser um consumidor desses produtos, aí eles trariam produtos e colocariam no box da Ceasa. Na verdade depende de nós, ainda não conseguimos um ponto, não queremos pagar aluguel, e a gente quer na Ceasa (4PC).

Para colocar esse sistema em funcionamento o GPC se responsabilizaria pela logística de entrega nas escolas, e a Rede Ecovida por disponibilizar esses produtos. Sobre esse tema o técnico da Fundação 25 de Julho adverte que

quem tem selo hoje é um pessoal que está vendendo como convencional, o 4PC e o 6PC não utilizam selo, e a 10PC está começando a vender alguma coisa, quem está vendendo o produto como agroecológico é só o 7PC. Não é que não consegue, o 4PC tem o mercado bom sem precisar do selo, até ganharia mais, mas o trabalho que ele teria de colocar selo, então ele vende sem o selo. O selo tem um preço, aí tem de embalar. Onde ele vende como convencional ele diz que é produto orgânico e os consumidores que vem comprar na propriedade dele vem e sabem que é orgânico, tem o certificado lá para mostrar. O 6PC vende para quem vai à casa dele, se envolve mais é com o turismo rural (FMPC).

Uma forma de amenizar esses problemas seria a consolidação de uma “estação” em Joinville, não apenas para receber produtos, mas também disponibilizá-los para a rede, os quais seriam adquiridos do GPC e de contatos e parcerias com outros agricultores. A diferença entre as feiras e a “estação de comercialização”, refere-se ao fato de que enquanto as feiras precisam ser descentralizadas, a “estação” é centralizada.

No entanto, a estação não é sinônimo de um ponto no Ceasa, que seria de distribuição, pois segundo o agricultor 7PC o grupo não tem interesse em conseguir um ponto no Ceasa, pois a ideia não é vender para grandes supermercados e sim atingir a população de maneira geral. Isso porque

a rede sempre prioriza seus membros, a rede não pensa em ter um ponto fixo no Ceasa para vender, quer vender onde tenha um representante da rede e esse cara fazer um intercâmbio direto com o mercado. Hoje isso acontece em Curitiba, eles têm um ponto no Ceasa, aí o pessoal, os mercados compram deles lá. Mas a princípio é para girar na rede, e não para deixar no Ceasa e o comerciante ir lá buscar. Eles querem entregar para não ter atravessador, não ter nada, ter o produto total, seu valor total, de modo a não diminuir preço para a venda (FMPC).

De forma semelhante, os agricultores do GPL entendem que seria importante existir uma central de informação, de organização e de distribuição de produtos orgânicos, tendo inclusive já sido discutido na rede, mas não teve resultado. Essa central poderia ser acessada via internet, ou para os agricultores que não disponibilizam dessa tecnologia, através de telefone. Para isso teria de ter uma pessoa responsável em fazer esse trabalho, em manter a página atualizada com os produtos disponíveis em cada região, assim como atender os agricultores e consumidores. Dessa forma, o agricultor que não tem internet poderia ligar para a central e passar as informações sobre a produção disponível, e saber o que os demais estão ofertando. Em função das atividades, da necessidade de estar na propriedade, os agricultores não disponibilizam tempo para organizar esse tipo de atividade. Segundo ressalta o agricultor 2PL “só que como vou estar todo dia correndo atrás, como vou saber que tem um edital aberto, é outras pessoas que tem de fazer isso da sociedade, não somos nós que temos de fazer, o consumidor reclama que o preço é caro, é caro porque ele também não se organiza.”

Um exemplo de êxito na organização da comercialização agroecológica, destacado pelo agricultor 7PC, são os grupos da Rede Ecovida de Curitiba. A Prefeitura vem investindo na organização desses agricultores, tendo estipulado locais específicos para a comercialização de produtos orgânicos, com bancas estruturadas, com mesmo formato, com fiscalização semanal para controlar se não estão sendo vendidos produtos convencionais por orgânicos. No caso dos grupos analisados

(GPL e GPC), para demandar estrutura similar das prefeituras de seus respectivos municípios precisariam ter uma maior densidade e capilaridade da rede. Caso contrário, serão praticamente desconsiderados pelo poder público. Daí a importância em fortalecer e dinamizar a rede para ter um efeito externo significativo (WILSON-GRAU, 2011).

Em relação a aquisição de um ponto no Ceasa (box), a maioria dos agricultores não veem com bons olhos, por que nesse local vão todas as empresas de produtos convencionais, e “quem vai lá não acredita no orgânico, tem de ser um entreposto a parte” (2PL). Inclusive o GPL já teve um espaço no Ceasa, disponibilizado pela Prefeitura de Paulo Lopes, denominado “Pavilhão da Agricultura Familiar”, tendo os agricultores se organizado e colocado sua produção à venda no local, mas não deu certo por uma série de razões, uma delas foi a dificuldade na venda desses produtos. Isso reforça a tese do agricultor de que talvez a Ceasa não seja o melhor local, uma vez que está muito rotulada a comercializar produtos convencionais e em grande quantidade. Mas essa ideia parece estar muito forte para a equipe do Cepagro, pois segundo o seu representante (TC1), há um esforço em adquirir novamente um posto no Ceasa, não apenas para o GPL, mas para todos os grupos integrantes do Núcleo Litoral Catarinense. Como essa proposta recentemente foi viabilizada, deverá pelo menos facilitar o acesso dos agricultores a uma maior diversidade de produtos ecológicos, além de estreitar os vínculos entre os nós da rede, embora pareça não ser a melhor alternativa.

Outra ideia defendida pelo agricultor 2PL, trazida do Encontro Nacional de Economia Solidária, em 2003, é da criação em Santa Catarina de zonas especiais para comercialização de produtos da economia solidária e da agroecologia no centro da cidade, em rodovias movimentadas e em pontos turísticos. Essa proposta procura diferenciar a agroecologia dos produtos convencionais, o que é difícil de ocorrer na Ceasa. Outra vantagem das zonas especiais seria de divulgação desses produtos junto à população, contribuindo para a difusão do consumo consciente.

A agricultora 5PL destaca que o ideal seria conseguir um mercado fechado, tipo um sacolão de orgânicos, mas não na Ceasa e nem na BR, mas num ponto de referência. Se isso fosse viabilizado “aí poderia funcionar o famoso circuito da rede que não saiu do papel. (...) O que falta na rede, tipo quem produz, quem distribui, quem vende,

quem cuida das finanças, *marketing*. Precisa ter uma pessoa para cada uma dessas áreas, não dá para o agricultor fazer tudo” (5PL).

O agricultor 7PL comercializa a maior parte da sua produção de leite para um laticínio de São Bonifácio e em torno de $\frac{1}{4}$ da produção na feira dos agricultores: 13PL, 1PL e 2PL na Lagoa da Conceição em Florianópolis. O agricultor 9PL comercializa sua produção em sua residência, na vizinhança e coloca uma parte na feira do agricultor 2PL.

Embora não esteja comercializando nenhum produto, a agricultora “6PL” está atuando ativamente no grupo de Paulo Lopes e está investindo na construção de um laticínio, em que pretende comprar o leite produzido no município, ajudando os agricultores a efetuarem a transição para leite orgânico. O objetivo é produzir queijo de alto padrão, para uma venda direta, ou para lojas especializadas. Depois de construído às margens da BR, pretende, junto aos demais agricultores do GPL, colocar uma loja coletiva em frente ao laticínio para divulgar e comercializar os produtos do grupo. Tem por sugestão que o GPL entre com um projeto para aquisição de recursos no SC Rural, a fim de equipar a referida loja.

A agricultora 10PC embora sempre tenha produzido banana orgânica, a comercialização sempre foi convencional. Segundo ela, a prefeitura não paga a diferença pelo produto orgânico. Também vem disponibilizando o seu produto, como convencional, para o agricultor 7PC vender em sua feira. A justificativa para vender ao 7PC como convencional é devido ao fato de que a agricultora não tem tempo e nem estrutura para levar o seu produto até a feira, e nem como auxiliar na montagem e funcionamento dessa atividade. Dessa forma, ao vender como convencional ao colega do grupo, implicitamente, estaria cobrindo os custos referidos. Outra alternativa para a venda seria a Coopaville, mas ressalta que é “um mercado pequeno, tem muito custo, então não vale a pena”. Em função das dificuldades em comercializar o produto como orgânico, do trabalho desgastante, a agricultora 10PC não pensa em ampliar essa atividade. Observa que nem precisava comercializar a banana, pois seu marido está aposentado e a maior parte da sua renda é oriunda do turismo rural, do aluguel dos chalés que tem na sua propriedade, os quais são disponibilizados somente nos finais de semana e feriados aos turistas.

O agricultor 3PL produz cachaça orgânica, tendo uma marca própria, “Dom Bueno”, sendo grande parte comercializada em sua propriedade. A agricultura 11PL começou a cultivar mudas orgânicas a pedido do GPL, porém poucos compraram, apenas dois agricultores e o técnico do Cepagro. Posteriormente, a exceção de um agricultor, todos

pararam, sem a agricultora saber ao certo a razão do desinteresse. Ao ser questionada de por que limitar a venda ao GPL, a agricultora respondeu que buscou vender em outros locais, mas não conseguiu. Novamente, pode-se perceber a necessidade de uma central, ou de um local para a disponibilização pública desses produtos, a fim de evitar esse tipo de perda. No entanto, a agricultora não demonstra interesse em mudar essa situação, pois pouco participa nas reuniões do GPL, não tendo praticamente nenhum contato com o grupo. Segundo ela, “(...) quando parei com as mudas até não participei mais. (...) só tinha vínculo com a Ecovida, mas não estou tendo, aqui em Paulo Lopes enfraqueceu muito, o pessoal parou de pegar as mudas” (11 PL). A justificativa para a desistência da compra desse produto, segundo o agricultor 2PL foi por apresentar problemas. Ressaltou que trouxeram um especialista de São Paulo para analisar o caso e orientar a agricultora 11PL, mas que não adiantou, pois de acordo com ele o “problema é cabeça, eu todo dia estou vendo coisas diferentes e aplicando, mas agora tem gente que não muda nunca, a pessoa tem de estar preparada para mudar”.

A agricultora 4PL diferencia-se dos demais agricultores do GPL, pois produz e processa Aloe vera (Babosa) em agroindústria no município de Paulo Lopes, tendo marca própria “Naturama – Produção Orgânica” e uma página na internet para divulgação do produto (www.naturamaonline.com.br). Há dez anos vem comercializando esse produto em lojas especializadas, em todo o Brasil. Ressalta que embora sua produção de Aloe vera venha tendo êxito, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) baixou uma resolução proibindo toda comercialização de produtos que contenham Aloe vera, só não proibiu o plantio. Segundo a agricultora, não existe nada comprovado que esse produto faça mal, mas o público fica com certo receio, sendo o resultado a diminuição da demanda. Esclareceu que participa em feiras especializadas em São Paulo, uma vez ao ano, como a *Bio Brasil Fair e Bio Fach* e coloca seus produtos em feira de uma amiga na Lagoa da Conceição/Florianópolis.

De forma semelhante à agricultora 4PL, a agricultora 2PC diferencia-se dos demais integrantes do GPC, pois é a única a produzir flores ornamentais. Nesse caso a demanda tem sido grande, sendo a maior parte de sua produção comercializada em Joinville.

5.2.6.3 Inovações

Em geral as inovações efetuadas pelos agricultores são mais internas, restritas às propriedades como, por exemplo, a implementação

pelo agricultor 2PL de um “sombrio de vermelho”, a fim de facilitar a produção no verão. Além disso, está buscando colocar uma estufa na propriedade para proteger as plantas das fortes chuvas de verão. Outra inovação é a aplicação de homeopatia no trato do solo, animais e plantas, sendo o resultado muito positivo. Outro exemplo é o caso do agricultor 12PL que está implementando em sua propriedade o sistema *voisin* de manejo de pastagens. A agricultora 13PL criou um pacote de alface misto. Segundo ela,

esse pacote surgiu num momento de desespero, pois a gente começou colher as alfaces e precisava amarrar dez pés para dar um, em função das chuvas, calor etc. Aí ao amarrar quebrava as folhas, então pensei em colocar num saquinho plástico, embora sempre tenha sido contra esse tipo de embalagem. Aí quando tinha pouca alface crespa, colocava a alface rocha junto, e o pessoal começou a achar bonito, hoje colocamos 6 a 7 tipos de alface e o pessoal adora (13PL).

Para a maioria dos agricultores do GPC uma inovação que fez toda a diferença foi a criação da Coopaville, pois tem ajudado muito, principalmente, em atender a demanda da merenda escolar. Juntamente com a Conab são responsáveis pela compra da merenda escolar, a qual vem sendo suprida por Joinville e pelo município de Araquari, sendo os principais fornecedores os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de Araquari e de Garuva. Outra inovação importante para esse grupo é o turismo rural, pois além de contribuir para o aumento da renda, vem sendo um estímulo para a permanência dos jovens no campo.

As feiras, embora efetuadas por poucos agricultores, não deixam de ser uma inovação importante, externas à propriedade, em que os agricultores tem oportunidade de efetuar maior contato com os consumidores.

5.2.6.4 Conclusões¹⁴

Embora ainda não tenha chegado a um consenso sobre a alternativa viável (“estação”, box no Ceasa, ou outro ponto de comercialização), o GPC está estimulado e pretende alavancar as vendas no município. Um desafio para esse grupo é a conscientização dos agricultores sobre a importância de comercializarem os produtos como

¹⁴ Referente a essa seção (aquisição de sementes, produção, comercialização e inovação).

orgânicos, a fim de valorizá-los. No caso do GPL, nenhum agricultor vende orgânico por convencional. Outro diferencial entre os grupos é o fato de que nenhum dos agricultores consolidados do GPC cogita em deixar a atividade, como é comum no GPL. Por uma razão ou por outra, o que se percebe é que os integrantes do GPL estão desmotivados, inclusive os considerados bem sucedidos, que fazem feira há anos, tendo dois desistido de fazer feira, e outro tendo de parar em função da normativa da Anvisa. Com isso apenas um continua, de fato, fazendo feira, o que evidencia certa dificuldade em consolidar essas experiências, de modo a enraizá-las no local a fim de tornarem-se um exemplo e incentivo aos demais agricultores.

Como referido, um dos principais obstáculos ao êxito dessas iniciativas é devido a não existência de uma estrutura reticular distribuída, o que dificulta a atuação da rede enquanto rede. Inclusive esse modelo, se adotado, contribuiria para o fortalecimento da identidade de projeto da Rede Ecovida, pois requer autonomia, participação, envolvimento e maior interação entre os membros (FRANCO, 2012). Muitas pesquisas e análises¹⁵ tem apontado aspectos que convergem para a importância desse tipo de estrutura reticular.

Outro aspecto a observar é o descompasso entre os anseios dos agricultores e as propostas do Cepagro, pois a maioria não vê com bons olhos a aquisição de um box no Ceasa de produtos orgânicos, no entanto, é essa a proposta que o Cepagro vem oferecendo, conforme o técnico (TC1). Do mesmo modo em relação à informatização da rede, pois tanto o GPL quanto o GPC já solicitaram à ONG que a rede seja informatizada, de modo a ter uma página com produtos disponíveis que pudessem ser acessados *on line*, o que ainda não foi viabilizado. Contudo, essa iniciativa também poderia ser iniciada pelos próprios grupos, pois nenhum deles tem uma página na internet com os produtos de cada agricultor, com a sinalização dos pontos de venda, preço, entre outros. Isso facilitaria o acesso dos consumidores à rede, além de ser uma forma de divulgar essas iniciativas.

¹⁵ “Do universo das redes às redes de educação ambiental, potencialidades e limitações da rede sul brasileira de educação ambiental, Reasul” (LIMA & VELASCO, 2009); “Capital social e redes sociais no associativismo de áreas protegidas na região sul do Estado do Amapá – Amazônia/Brasil” (RIBEIRO, 2009); “Entre la competencia y la cooperación: la construcción de redes entre las organizaciones no gubernamentales de desarrollo en andalucía” (MARTÍNEZ, 2006), entre outros.

Em termos de diversidade da produção em geral cada agricultor tem um tipo específico de produto. Ou seja, não há uma integração de diferentes culturas na propriedade, como pressupõe a filosofia da Rede Ecovida.

Ambos os grupos ainda não conseguem se integrar ao circuito de comercialização da Rede Ecovida, devido a produção ser baixa, em função de uma série de fatores, tais como falta de incentivo e, principalmente, de mão de obra. Já as inovações seguem um mesmo perfil, endógenas e restritas à propriedade, não sendo desenvolvidas em conjunto, na rede, afora as experiências de turismo rural.

A seguir fotos das atividades de ambos os grupos, incluindo feiras, alambique, engenho de farinha, hortas, produção de ervas medicinais, e pecuária leiteira.

Fig.18- Feira da Lagoa da Conceição (GPL)



Fig. 19- Engenho de Farinha (GPL)



Fig.20- Horta (GPL)



Fig.21-Horta (GPC)



Fig.22- Plantação de Aloe vera (GPL)



Fig.23-Alambique Dom Bueno (GPL)

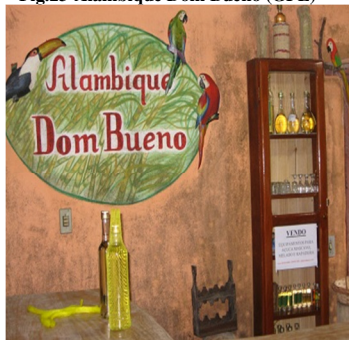


Fig.24- Horta (GPC)



Fig.25-Fitoterápico (GPC)



Fonte: autora.

5.2.7 Infraestrutura, dificuldades, recursos e patrimônio

Esse tópico aborda a infraestrutura dos municípios em que os grupos estão sediados, as principais dificuldades e a origem dos recursos, prestação de contas, financiamentos etc.

A infraestrutura no município de Paulo Lopes é considerada precária pela maioria dos agricultores, pois grande parte deles não tem acesso à internet, e quando tem é com dificuldade. O telefone pouco funciona, não há escolas e as estradas, principalmente quando chove, ficam quase intransitáveis. Segundo o agricultor 7PL “telefone é horrível, transporte tem só ônibus escolar, mas não tem ônibus de linha, a comunidade sofre com isso. Estradas estão bem ruins. Pega internet fraca, mas pega”. Em Joinville a situação parece ser um pouco melhor,

embora o telefone e a internet ainda não funcionem na maioria das propriedades.

Em alguns lugares de Joinville o correio não chega, e as estradas são mal conservadas. Segundo o agricultor 9PC “a prioridade é fazer galerias no centro e nossas ruas estão abandonadas”. Para o agricultor 4PC a “falta de internet, linha telefônica, é um fator que espanta o pessoal jovem. Transporte não tem, não colocam para não virar cidade”. Inclusive os agricultores já fizeram reunião com representantes da prefeitura sobre a questão da internet, mas ainda não foi resolvido. No momento, o agricultor 11PC está liderando um movimento no seu bairro para reivindicar internet/telefone e pretende sugerir como ponto de pauta que o GPC faça essa cobrança às autoridades. Não obstante, já tenham sido efetuadas cobranças coletivas sobre essa questão, inclusive na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), tendo um dos deputados afirmado que daqui a cinco anos teriam internet. Segundo a agricultora 10 PC,

(...) eu achei uma ofensa isso, só daqui cinco anos, então significa que nós não valemos nada. Já teve audiência na Câmara de Vereadores, mas não adianta, é interesse, eu tenho telefone aqui, mas não pega. Essa questão envolve todos os agricultores do Estado que não tem acesso à internet, já se reuniram, pediram e não adiantou. Peguei a 3G para ver se funcionava e não pega, seria a solução colocar uma torre, mas eles dizem que por causa de três gatos pingados não vão fazer isso.

A audiência pública na ALESC foi realizada através de uma parceria entre a CPOrg/SC (Comissão da Produção Orgânica de Santa Catarina) e a Rede Ecovida de Agroecologia, na Semana Nacional de Alimentação Orgânica, incluindo um café da manhã orgânico e exposição de produtos dos membros da rede no local. Esse evento ocorreu no dia 31/05 de 2011, tendo por tema central debater a "Necessidade de políticas públicas para o avanço da produção agroecológica em Santa Catarina".

Os agricultores tiveram oportunidade de ocupar a tribuna da Casa para fazer as reivindicações coletivas, com ênfase nos problemas referentes à educação, merenda escolar, internet, subsídios das políticas públicas, entre outros. Nesse evento participaram agricultores do GPL, do GPC e de outros grupos da rede. No entanto, esse tipo de reivindicação, de cobrança é muito pouco efetuado, afora uma ou outra ocasião, não sendo recorrente em nenhum dos grupos (GPL e GPC).

Devido à falta de apoio das instituições públicas locais, da precária infra-estrutura, alguns agricultores acabam tendo prejuízo na produção, como é o caso do agricultor 8PL em que a incidência de morcegos em sua região é intensa, sendo muito prejudicial aos animais. Segundo suas palavras,

(...) aqui é muito ruim, a prefeitura não ajuda em nada, não tem um veterinário, só tem prático. Aí pouco adianta, comprei umas vacas e já morreu quatro. Fui atrás da CIDASC para resolver o problema dos morcegos que toda noite atacam as vacas, me incomodei, pois perdi o dia todo e não resolvi, e não soube porque a vaca morreu. Muitos animais estão morrendo, principalmente os melhores. Acho que não deve ser do morcego, pois contra a raiva estão vacinadas, mas não tenho ideia do que pode ser e ninguém ajuda. Liguei para SDR Laguna colocar a rede, mas até hoje não vieram. Só venho um Sr da CIDASC, tirou umas fotos, mas até agora nada (8PL).

No entanto, ao questionar o agricultor 8PL sobre como os demais agricultores que também são do GPL e trabalham com pecuária de leite estão lidando com essa situação, ele não soube dizer, pois não tem nenhum contato com eles.

Nunca mais conversei com 7PL, não tenho contato com ele, embora more perto. O 12PL também disse que tem problema de morcego, mas não tenho contato com ele. Todo ano quando chega de setembro a janeiro morre gado aqui (8PL).

A inexistência de contatos entre os nós, a centralidade das informações em nós específicos configuram o modelo de rede descentralizada, comum à maioria das organizações tradicionais como Igrejas, governo, o que dificulta uma maior dinamização dessas inovações (FRANCO, 2008b).

A falta de apoio das instituições públicas, em Paulo Lopes, é quase unanimidade entre os agricultores, sendo recorrentes os mesmos problemas. Além da falta de apoio externo, muitos agricultores reclamam, pois entendem que o GPL deveria ser mais ativo, dinâmico, de modo a ser um estímulo ao grupo. Quando o agricultor 17PL começou a participar no GPL tinha uma média 10 a 15 pessoas, sendo que a maioria tinha alguma relação com o orgânico. Adverte que “hoje quase ninguém quer em função das dificuldades” e no seu caso se sente

desestimulado, sem vontade de trabalhar em grupo. O agricultor 12PL relatou, na primeira etapa de coleta de dados dessa pesquisa, que gostaria muito de participar nas reuniões do GPL, e que só não compareceu mais por que não foi convidado. As duas reuniões que ele foi não se realizaram, pois faltou quórum, e depois nunca mais o chamaram, embora tivesse dito aos integrantes do GPL sobre seu interesse em produzir leite orgânico. Na segunda etapa, o referido agricultor se recusou a responder a entrevista e questionários alegando que não se considera mais integrante do GPL.

Outro desafio para a expansão dessas atividades é o êxodo rural, principalmente dos jovens. A agricultora 15PL tem três filhos e nenhum quer ficar na propriedade, estando todos trabalhando em outras atividades. Segundo ela “meus filhos podiam estar trabalhando aqui, mas não querem, preferem estar no caminhão. Falo para voltar, o mais velho até que gosta, mas ele preferiu trabalhar no caminhão”. Na sua análise a agroecologia continua “no mesmo”, são sempre os mesmos agricultores, os jovens continuam deixando o campo, e a prefeitura pouco contribui para alterar esse processo.

A falta de mão de obra é outro entrave apontado pelos agricultores, pois as pessoas que permanecem no campo são “pessoas que não sabem capinar, que não tem conhecimento do campo”(3PL). Além disso, “é uma mão de obra desqualificada e cara”, adverte a agricultora 13PL. Segundo a agricultora 2PC “esse trabalho é manual, não consigo alguém que faça esse trabalho de arrancar as sujeiras. Esse é o problema da agricultura orgânica tudo é manual, não gosto de usar máquina, enxada”. Devido as oportunidades existentes de emprego nas indústrias, a maioria dos jovens não quer ficar na agricultura, sendo inclusive incentivados por muitos pais a desistirem dessa atividade. Isso se expressa bem na fala de um agricultor de Joinville, não integrante do GPC, que foi entrevistado na fase da pesquisa exploratória desse trabalho.

Quem enxerga um pouquinho mais que um palmo na frente do nariz ele vê oportunidade melhor nas empresas, ele trabalha o seu horário, diferente do que nós agricultores fazemos, mesmo na nossa atividade, as vezes a jornada vai acima de 15 horas e isso numa empresa não há necessidade, se trabalhar mais tem hora extra. Você pode ir embora a qualquer momento, você tem direito a um seguro desemprego e no atual momento onde só não está empregado quem não quer trabalhar, pois emprego tem sobrando, você tem direito ao

décimo terceiro, à férias, você tem em caso de algum acidente um seguro/pagamento. Com toda certeza é muito melhor os jovens irem para o meio urbano. (...) É o que está acontecendo, não posso tapar o sol com a peneira por que a realidade é essa, a salvação da agricultura familiar está nesses pontos, turismo, nessas associações que produzem alimentos (AJAAR) (Agricultor convencional).

Além do problema da falta de mão de obra, falta assistência técnica, pois não tem técnicos preparados para orientar nesse tipo de produção, com especialização na área.

Não temos nenhum técnico agrícola preparado para trabalhar com a agroecologia, ninguém tem, é muito difícil, pois precisa de um cara específico para isso. Estamos tentando trabalhar com o técnico da Fundação, agora o governo federal lançou verbas justamente para isso, para treinamento, para preparar professores dentro das faculdades de agronomia que não existe. Nos cursos técnicos agrícolas não existe cadeiras específicas para a agroecologia, pode existir uma disciplina ou outra perdida no meio do currículo, mas eles não são definidos para isso. Então a área técnica é fundamental, o agricultor de maneira geral tem um conhecimento daquilo que ele faz, mas ele não tem conhecimento técnico que é fundamental (7PC).

A experiente agricultora 13PL entende que as políticas públicas não tem um diferencial para a agricultura familiar, sendo os agricultores tratados como empresários. Além disso, ressalta que os principais entraves estão na legislação, ou seja, na inspeção sanitária e tributária incompatível com a realidade dos produtores, em especial no processamento e agroindustrialização dos produtos. De forma semelhante a agricultora 5PL reclama da legislação em que o agricultor familiar é regido, pois não pode fazer artesanato ou outra atividade, a não ser do meio agropecuário, como sendo produtor rural. Dessa forma, a agricultora tem dificuldade em vender o seu artesanato e receber nota fiscal pelo trabalho. A agricultora 4PL adverte que está na agricultura por opção, pois não depende disso para viver e também considera que as políticas públicas não são favoráveis aos agricultores. Na sua análise,

a agricultura familiar que eles falam é muito MST, agricultura familiar tipo eu, o pequeno agricultor que quer ter uma tecnologia a mais, que

quer fazer um produto diferenciado, não tem. Assim como também um pequeno agricultor, em Garopaba, que no ano passado com as enchentes perdeu todas as lavouras, aí não tinha dinheiro para pagar o banco e nem para conseguir o seguro. Quando conseguiu já tinha passado, feito outro financiamento para cobrir aquelas despesas. Veio enchente e acabou de novo. Você tem que pagar o seguro, então é muito difícil de pensar como vai fazer (4PL).

Na opinião da agricultora 13PL essas experiências (redes de agroecologia) estão “indo cada vez mais para traz”. Observa que tem aumentado os sacolões de hortifrutigranjeiros em Paulo Lopes, pois as pessoas vêm aprendendo a consumir mais frutas e legumes, mas ainda não consomem nada de orgânico. Um detalhe destacado pelo agricultor 17PL é de que os referidos sacolões não são organizados por agricultores do município.

Em relação a melhoria no meio rural, conforme mencionado por alguns agricultores, em geral é decorrente da migração de aposentados para o campo, e de uma parcela de pessoas que trabalham na cidade e vem morar no rural, adquirem sítios, deixam caseiros e vem final de semana, ou no final do expediente. Segundo a agricultora 13PL,

isso tem aumentado muito por aqui, eles vêm nos finais de semana para andar a cavalo. Isso significa que o potencial, ao invés da agricultura, seria o do turismo rural, que vai levar a manutenção de práticas rurais, tipo assim a 13PL vai receber turismo rural, mas a 13PL vai precisar ter queijo colonial, um bolo de mandioca, terá de apresentar o pomar, as hortas, senão ele não vai vir aqui. Comer bem, dormir bem, talvez seja a saída é de colocar isso na propriedade, mas vai precisar de muito investimento. Nós fizemos turismo rural, temos um espaço lá atrás que a gente faz isso, só que não tem uma agenda que viabilize a manutenção, inclusive daquele espaço lá, precisava ter um roteiro, eles vão chegar aqui meio dia para almoçar, a gente precisa manter eles aqui pelo menos três horas (13PL).

Se por um lado, os agricultores não veem potencialidade para a agroecologia, tendo para a maioria deles diminuído ou se mantido estável no município, o turismo rural é apontado por poucos agricultores como uma alternativa, pois vários já tentaram realizar essa atividade e

não deu certo. O ideal para aqueles que pretendem agregar essa atividade seria continuar com a agroecologia, ao invés de deixar essa atividade para iniciar o turismo, pois elas se complementam. Quanto mais diversidade, inovação, maior será o atrativo e a valorização do local, de modo a facilitar a vinda de turistas e a permanência dos jovens no campo. Trata-se de fortalecer a pluriatividade nessa região, que devido sua localização estratégica, possui um potencial latente para esse tipo de atividade.

Entretanto, o turismo rural requer incentivos dos órgãos públicos, pois é preciso preparar/formar os agricultores para essa atividade, propiciar boa infra-estrutura, auxiliar na divulgação dessas atividades. Em Paulo Lopes as poucas pessoas que estavam desenvolvendo turismo rural vêm desistindo, segundo a agricultora 13PL “aqui do meu lado tinha um pesque-parque maravilhoso que já fechou por falta de incentivo, de turista. A prefeitura precisava incentivar, pois as pessoas não podem fazer por si só” (13PL). Esclarece que atualmente há um movimento na região que está procurando organizar novamente o conselho de turismo.

Uma única exceção dos agricultores do GPL que está sendo bem sucedido, conseguindo ampliar a atividade turística, é o agricultor 10PL, que investiu em pousadas para finais de semana, férias, feriados. Na visão de outros agricultores, esse sucesso é decorrente do público alvo (religiosos) ligados à religião do agricultor 10PL. Para outro agricultor esse êxito é em função de que o agricultor 10PL tem recursos para investir, sendo o turismo uma segunda opção, pois ele é funcionário público, não necessitando disso para sobreviver. Dessa forma, essa experiência acaba não sendo um exemplo para os demais agricultores, os quais ficam com medo de se envolver nessa atividade em função dos custos e da dúvida se terá ou não retorno. Conforme esclarece o agricultor 17PL “tenho medo de pegar empréstimo para investir em turismo. Com menos de 100 mil reais você não faz nada.”

Segundo a agricultora 4PL o “turismo rural depende da prefeitura querer, depende do foco da prefeitura, se ela não quer não acontece, mesmo que tenha todas as condições. (...) Nós tentamos, éramos em 10 proprietários de sítio que fizemos tudo, estruturamos tudo para isso. Faltou o restante.” Inclui-se se demonstra desanimada, pois essa ideia de turismo rural já foi construída em parceria com o SENAR, tendo sido elaborado um projeto de turismo rural para Paulo Lopes que envolvia praia/campo, mas a prefeitura não apoiou. Embora o município tenha vocação turística, pois tem o Parque da Serra do Tabuleiro, praia,

campo, morro, cachoeiras, um polo próximo aos principais centros urbanos do estado, isso não funciona, segundo ela. Cita exemplos de pousadas que fecharam, que não eram visitadas, pois as estradas são muito ruins. Em função de tudo isso a agricultora 4PL resolveu se afastar dessas atividades junto à comunidade e permanecer apenas no GPL. “Há 2 anos atrás eu me desliguei 100% das atividades, pois ao invés de ganhar qualquer coisa, só gastava. Aí começou os comentários que diziam que estava ganhando dinheiro”.

O agricultor 7PL compreende que não há potencial para essa modalidade de turismo na zona costeira, pois compete com a praia, sendo uma opção para regiões da Serra Catarinense em diante. Em relação à agroecologia não vê que esteja se expandindo, pois “há dez anos que estou aqui, vejo que quem trabalha com orgânico é o Dom Natural¹⁶. Na visão do agricultor 3PL a dificuldade em ampliar essas atividades decorre da mentalidade das pessoas, pois muitas entram na rede em função apenas da questão financeira, e na medida em que percebem que o retorno é lento, que exige empenho, acabam desistindo. Somado a isso adverte que não há muito interesse por parte da população nessas atividades. Na condição de ex-presidente da Associação Rural de Paulo Lopes e do Conselho de Desenvolvimento Rural observa que, embora bem sucedidas no início, essas iniciativas não tiveram apoio da prefeitura. Além disso, existem disputas internas, as quais se revelam no seguinte comentário:

(...) pois tínhamos uma organização nossa mesmo que não dividia isso com o poder municipal, o qual achava que deveria mandar em tudo e dizer o que todo mundo deveria fazer, que era o prefeito. Ele me convidou para secretário porque achava que iria trazer grandes coisas de lá para cá, mas sempre achei que as coisas deveriam ser daqui para lá, pois nós precisamos estar organizados. Eu fui me desgostando, e aí se polarizou uma questão político partidária, a associação era muito forte, muita adesão e os participantes eram os companheiros (petistas) e aí ficou essa coisa assim, parecia que a associação era um grupo de petistas e na verdade ou as pessoas eram petistas, ou eram simpatizantes (3PL).

A desmotivação em decorrência de vários projetos, discussões que não deram certo e da própria inatividade do grupo faz com que as

¹⁶ Agroindústria familiar que integra os agricultores 1PL, 2PL e 13PL.

dificuldades pareçam maiores do que são na realidade. Isso porque existe mercado para esses produtos na zona costeira, não podendo essa região ser comparada ao interior catarinense, ou outros locais do meio rural onde as dificuldades são maiores, devido as distâncias, em que muitas vezes os consumidores não tem condições de pagar um pouco mais pelos produtos. Em geral, há consenso por parte dos agricultores que é fácil escoar a produção nessa região, seja através de feira, seja pela venda direta nos mercados, sendo exceção um ou outro agricultor que alega ter dificuldade nessa parte. Em relação aos incentivos das instituições públicas locais, diferente do GPC, o GPL não vem tendo nenhum apoio. No entanto, é importante mencionar que dois integrantes do GPL já foram secretários de agricultura do município, o 2PL e o 3PL e em suas gestões não conseguiram alterar esse quadro. Isso significa que essa relação entre instituições públicas e população local é mais complexa do que simplesmente falta de vontade em contribuir, em dar apoio. Tendo em vista que essa questão extrapola o foco desse trabalho, compreende-se que o ideal seria o desenvolvimento de uma pesquisa focada nessa relação, a fim de demonstrar os entraves que estão dificultando esse processo.

No caso do GPC um dos principais desafios vem sendo a implementação, organização e comercialização dos fitoterápicos. Embora exista mercado para esses produtos, é preciso definir bem quem irá comprar, pois em função disso deverá ser planejada a produção, segundo o agricultor 9PC. Ressalta que

produzir milho, você acha alguém que queira comprar, agora você plantar um hectare de hortelã sem ter onde colocar isso, então isso é um sistema diferente. As vezes que tentei comercializar em casas de ervas medicinais, eles dizem que compram em grandes centros por que lá acha tudo o que precisa (9PC).

Outro desafio para esses agricultores refere-se ao crédito, pois esse tipo de produção não está contemplado nas linhas de crédito do PRONAF. “Na burocracia do PRONAF as plantas medicinais ainda não estão sendo contempladas, estão tentando sensibilizar onde for necessário para que surjam linhas para financiamento específico, aí entra a dimensão política” (9PC). Outras dificuldades para esse tipo de empréstimo é de que a maioria dos agricultores é aposentada, sendo que muitos residem em áreas urbanas. Em função disso, a coordenadora do Programa FitoJoinville vem negociando com os técnicos do Banco do Brasil para que façam uma visita às propriedades, a fim de verificar uma

alternativa a esses agricultores. Entretanto, não apenas os agricultores fitoterápicos reclamaram do PRONAF, o agricultor 7PC que produz alimentos ressaltou que é

crítico ferrenho ao PRONAF, ele está aí, mas cai na mão do gerente do Banco do Brasil e esse gerente trabalha com esse dinheiro politicamente, ele libera esse dinheiro conforme a vontade comercial do banco, não a necessidade do agricultor, então a liberação do PRONAF na ponta é comercial, como se fosse buscar uma grana em qualquer instituição financeira, e com mais um detalhe, por exemplo, o “Mais Alimento”, que tem conhecido que tem comprado carro com o “Mais Alimento”, porque precisava do veículo, o banco faz uma chantagem, que ele libera o crédito se o cara comprar o seguro do Banco do Brasil que é o mais caro de todos, então o dinheiro do PRONAF, o dinheiro do “Mais Alimentos” está nas mãos do gerente do BB (Banco do Brasil) e conforme a política econômica, capitalista, vigente no mercado. Se vocês não tiver segurança, se você não tiver garantia, uma pessoa que avalize, eles não te liberam o dinheiro, por mínimo que seja a quantidade, se você não for cliente do Banco do Brasil você não recebe dinheiro. Então o governo libera o dinheiro, faz toda uma propaganda, discurso de não sei quantos milhões que estão disponíveis, mas o agricultor na ponta não tem acesso, esse é muito difícil (7PC).

A proposta de criar uma linha de crédito para plantas medicinais é interessante, segundo o agricultor 11PC, mas de acordo com o técnico do Banco do Brasil a linha de crédito é para quem tem 70% da renda oriunda da propriedade rural, sendo voltada justamente para manter os agricultores no campo. Não existe uma linha de crédito para quem está na cidade e quer investir no campo, se fixar na zona rural. Em função disso que os agricultores estão com a intenção de levar essas questões para um representante do governo federal, de modo a verificar o que poderia ser feito. Assim como a Rede Ecovida vem buscando reduzir esse percentual de 70% para 50% junto aos órgãos responsáveis, segundo o técnico da Fundação 25 de Julho.

Em face desse contexto, o agricultor 9PC vê a ideia de rede como poesia por enquanto, por que talvez sejam muito poucos participantes, de quantas pessoas

estejam participando, vamos excluir o fitoterápico, porque ele está a zero vamos dizer assim. Esses outros são cinco/seis pessoas, então existe uma área disponível para a comercialização, temos produtos orgânicos, mas aí é preciso pensar na logística disso, por que com cinco caras que não tem produto suficiente sozinho, aí precisa pensar assim, como que vamos fazer um ponto no mercado municipal para vender esses produtos? (9PC).

O consumidor exige diversidade de produtos e frequência, pelo menos os produtos da estação, caso contrário ele não irá buscar na feira na semana seguinte. O que está faltando para os agricultores utilizarem a estrutura da rede para trazer os produtos de outros locais é o “*start*”, estando o problema em iniciar esse processo, pois há todas as condições propícias para isso, mas precisa começar, assevera o agricultor 9PC.

O problema está em dar o pontapé inicial, o grupo tem de definir o trabalho em conjunto, ver se isso interessa a todo mundo que está ali e daí a gente tropeça, o cara pensa assim que prefere vender um caminhão de banana, mesmo sendo orgânica pelo preço do produto convencional do que eu levar dez caixas lá da minha propriedade, porque mesmo ele tendo um diferencial de preço, isso vai dar mais trabalho para ele do que vender um caminhão pelo preço convencional. Nós não estamos conseguindo criar esse ponto de comercialização para conduzir o produto para ali. Aqui no Ceasa de Joinville está disponível para se criar um espaço ali, é viável, só que não há um pontapé inicial. O problema talvez seja o receio do trabalho que vai dar, eu imagino que o pessoal saiba, se você consegue comercializar todo o seu produto mesmo sendo convencional, mesmo não ganhando um diferencial, aí dá para dizer que a pessoa não tem muito interesse, pois está com o problema dele resolvido, se não conseguisse canalizar o produto como convencional, aí de repente ele se mobilizaria, pois iria pensar que tem de fazer alguma coisa (9PC).

Em relação ao programa dos fitoterápicos, alguns agricultores teceram certas críticas, pois foi efetuado um enorme evento de divulgação desse programa (FitoJoinville), mas na prática não veem

tendo muito resultado. Inclusive os produtos fitoterápicos já poderiam estar sendo disponibilizados nos postos, trazidos de outros locais, mas isso não vem ocorrendo, enfatiza a agricultora 1PC. Ficou parecendo mais “um marketing político de fazer mega evento e na prática isso não acontece” (1PC), embora a intenção tenha sido de divulgar essa atividade. Além disso, segundo a agricultora esse evento ficou muito elitizado, pois as inscrições foram feitas pela internet, sendo pouco divulgado nas comunidades, a exceção do Padre Nivaldo que fez um trabalho mais direto, mobilizando as comunidades. Em relação a gestão desse programa, um dos problemas foi a troca de coordenação, pois com a antiga coordenadora o grupo estava mais afinado, tendo mais interesse por parte dos agricultores.

Quando a outra coordenadora estava, nós já estávamos montando como produzir, como seria isso, e aí como nós íamos na casa de um colega e outro, após a saída dela teve outras direções, daí acabou se dispersando o que havia sido planejado, algumas pessoas saíram, ou então o grupo não aumentou, não foi ampliado o grupo para que realmente ele se consolidasse. Com a nova coordenadora ele tomou outra direção, quem direciona precisa ser gente que gosta daquilo e que tem interesse próprio também que aquilo desenvolva, não só na teoria, não pode ser trabalho burocrático (1PC).

A troca de coordenação parece não ter ficado bem explicada, pois segundo a coordenadora geral do Programa foi devido à ineficiência, incapacidade de cumprir prazos por parte da coordenadora anterior, e para uma boa parte dos agricultores foi devido a questões políticas. “A saída da antiga coordenadora acho que foi político, de modo que a questão política está muito forte, interesses de candidatos, os agricultores sentem isso” (1PC). Segundo a agricultora 2PC a referida coordenadora tinha um “dom de saber lidar com a pessoa, ela era delicada, simpática, mas saiu porque a coordenadora geral não quis mais que ela ficasse. Aí colocou um técnico da Fundação, mas ele não tem perfil para coordenação”(2PC).

A agricultora 1PC observa que se por um acaso mudar a atual administração pode ser que o próximo prefeito não tenha interesse em continuar esse programa, não disponibilizando um coordenador para consolidar esse processo. Nesse caso, enfatiza que uma das saídas será os agricultores continuarem do GPC sendo os fitoterápicos mais um produto disponibilizado na Rede Ecovida, e nesse caso não existiria

mais o Programa FitoJoinville, ficaria apenas Rede Ecovida. Um dos aspectos positivos dessa mudança, se porventura ocorrer, é de maior liberdade por parte dos agricultores em tomarem as decisões, de forma mais autônoma, independente de uma coordenação. Mas para isso a rede precisa estar estruturada e fortalecida, a fim de contribuir na dinamização dessas atividades.

Embora Joinville esteja à frente em relação a legislação referente a plantas medicinais, ainda falta assistência técnica, de pessoas que saibam selecionar e definir as plantas para cada tipo de solo e região. A produção de ervas medicinais é complexa, não sendo semelhante a produzir milho, por exemplo, pois qualquer alteração do clima, do solo, a planta pode perder seu princípio ativo, não tendo efeito nenhum em termos de eficácia como medicamento. O agricultor 9PC ressalta que a ideia é boa, mas é um processo lento, sendo que o esforço dever ser no sentido de acelerar esse processo. Segundo ele,

a falta de vontade política em nível de Brasil para fazer as plantas medicinais andar, existe pouca pesquisa disso, estamos ainda num imperialismo cultural, simplesmente usamos estrutura de outros países para dizer se uma planta medicinal vale ou não vale, o que a gente escuta falar é que antes de 10 anos a gente não faz nada. Temos de achar maneira de acelerar isso, de nos tornarmos independente do imperialismo externo, de modo a achar uma maneira de quebrar isso, mas falta vontade política (9PC).

Em relação a Rede Ecovida (Cepagro) a agricultora 2PC ressaltou que há muita burocracia na liberação do selo junto ao MAPA, que a rede demora muito para enviar os nomes dos agricultores para o Ministério. Além disso, para o agricultor 3PC a rede

não pega para comercializar produto fitoterápico, Ecovida é só agricultura, nada mais. O 11PC e o 9PC ficaram dois dias na reunião da rede em Florianópolis, e disseram que orgânicos eles aceitam, mas ervas não. Nem fui mais na reunião da Ecovida, e para mim não interessa, pois não produzo nenhum alimento, mandioca, batata (3PC).

Somado a isso o referido agricultor (3PC) se diz muito desestimulado, pois as coisas não vêm acontecendo na prática, existindo muitas reuniões, ideias e pouca ação concreta. Em função disso, entende que o maior interesse nesse programa parece ser político, um *marketing*

de divulgação o que contribui para o mau andamento dessas atividades, assevera.

Afora as dificuldades destacadas, os agricultores do GPC não vem conseguindo produzir a compostagem para colocar como adubo nas lavouras. Além disso, não disponibilizam de tempo para fazer a própria compostagem, sendo esse tema discutido nas reuniões do grupo, pois terão de encontrar uma forma de viabilizar essa demanda. Outro desafio do GPC refere-se a produção de mudas, pois há dificuldade em conseguir mudas orgânicas, de modo que o ideal seria que existisse uma equipe responsável por produzir mudas e o composto para a rede, assevera o agricultor 7PC.

Face ao exposto, pode-se colocar que as dificuldades referidas contribuem para confirmar a hipótese dessa pesquisa, entre outros pontos destacados no decorrer dessa análise dos dados, de que os grupos não vem atuando em rede o que dificulta a ampliação dessas experiências. Isso porque as conexões entre os nós propiciam além da troca de elementos, o fortalecimento recíproco e, em consequência, a multiplicação dessas unidades (MANCIE, 1999). Como, por exemplo, o fato do agricultor 7PC destacar a importância de existir uma equipe na rede responsável por produzir mudas orgânicas, enquanto em Paulo Lopes a agricultora 11PL que produzia mudas orgânicas, parou de produzir alegando falta de compradores. Ou seja, não há integração em rede entre esses nós, havendo um buraco estrutural entre esses grupos, o que fica nítido na visualização gráfica dessa rede¹⁷. Outro aspecto que corrobora com a hipótese de pesquisa é o fato de vários agricultores veteranos no GPC estarem comercializando a produção orgânica como convencional, o que não converge com a filosofia da Rede Ecovida de Agroecologia. Para atuar em rede, de modo a dinamizar e fortalecer essa estrutura, é preciso existir objetivos comuns, clareza do que está em jogo, em termos de compreender o que é a rede, seus propósitos e objetivos. Isso porque os princípios da Rede Ecovida podem ser considerados uma estratégia em termos de fortalecer a concentração de esforços, a liberdade de ação e a economia de forças, contribuindo para a multiplicação das interações (MARCON & MOINET, 2001). Daí a necessidade de serem seguidos por seus nós, a fim de somar, de contribuir para o avanço do coletivo.

Outros fatores que contribuem para explicar a vigência dessas dificuldades referem-se ao aumento da demanda por produtos orgânicos, a necessidade de inserção nos mercados, a falta de recursos e de

¹⁷ Vide dados relacionais – dinâmica da rede.

estrutura técnica adequada, as quais dificultam a manutenção dos ideais e princípios da agroecologia. No entanto, deve-se atentar para o fato de que essas inovações, ao não considerarem a dimensão sociopolítica, em termos de identidade de projeto, correm o risco de “debilitação de seu caráter transformador e contra-hegemônico” (CASSARINO, 2009, p.06).

Além disso, no caso do GPL, a questão mais delicada não é o maior ou menor número de nós conectados ao grupo, mas a desmotivação por parte dos seus integrantes, em especial os mais antigos, podendo ser expressa na fala da seguinte agricultora

(...) está só velhinho no campo. Na verdade o que eu sinto na região, nenhum pai dali quer que seu filho continue como agricultor. Querem que o filho seja tudo menos agricultor, ainda tem aquele preconceito. (...) Hoje esses adolescentes estão trabalhando na cidade, na BR. O projovem rural não funciona (4PL).

O descrédito, a falta de perspectivas contribui para a desagregação do grupo, para o baixo número de encontros o que se expressa no sociograma desse grupo, na parte de dados relacionais.

Em termos de patrimônio e recursos, os grupos não dispõem de recursos e não administram nenhum projeto para captação de recursos, sendo somente cobrada uma taxa anual dos agricultores (R\$ 50,00 para as agroindústrias e R\$ 36,00 para os demais agricultores).

5.3 DINÂMICA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA – GPL e GPC

5.3.1 Estratégia-rede

Nesse tópico a análise procura verificar a visão dos agricultores sobre a rede enquanto estratégia para o fortalecimento e difusão da agroecologia. Ou seja, em termos de se constituir como um modo de mobilização, que propicia aos agricultores uma visão global das relações de força presentes no território. Isso porque as interações em rede desencadeiam intercâmbios econômicos, culturais, políticos, além de contribuírem para maior colaboração, solidariedade, facilitando a expansão dessas inovações (MANCE, 1999).

No entanto, como já destacado na análise anterior, a rede não vem atuando enquanto rede, o que dificulta a sua constituição enquanto estratégia de ação. Isso se confirma na análise da maioria dos agricultores. Segundo o agricultor 3PL, o foco da Rede Ecovida

parece ter mudado um pouco, pois não teria mais lideranças como no período em que a rede era mais ativa.

Os líderes não tem mais essa visão. Lá no oitavo encontro naquela oficina que participei foi dito isso que a questão é que a rede está se dirigindo para uma outra coisa exclusiva que é a certificação. O meu receio é que ela se torna uma entidade certificadora, teve um cara inclusive da própria OPPAC que falou isso e eu reforcei, que era um risco que estávamos correndo, indo para a vala comum das auditoras (3PL).

A agricultora 4PL, de certo modo, ratifica essa análise ao mencionar que, em geral, as pessoas procuram a rede em função do selo ecológico barato, “então a maioria quer isso, quer viver dessa maneira como um selo do governo barato, que não paga nada”. No caso de Paulo Lopes, os agricultores mais antigos tiveram alguma formação em agroecologia, sobre a Rede Ecovida, entre outros. Mas os novos integrantes estariam mais em função do selo, em geral, limitando a agroecologia a questões econômicas (nicho de mercado), à saúde ou ao meio ambiente.

Os agricultores têm consciência que precisaria haver mais participação na rede, mais encontros, mas para isso “teríamos que mudar nosso comportamento e cada dia que passa fica mais difícil, porque cada dia que passa parece que essa loucura, essa correria” (2PL). Porém, a falta de resultados concretos, o fato da maioria dos próprios agricultores do GPC estarem vendendo seu produto como convencional, a inexistência de uma estratégia para colocar os produtos no mercado, acaba inibindo a participação nessas ações. Segundo o agricultor 9PC “quando não agrega resultados ninguém é motivado para participar, mas se você não vê vantagem nenhuma, se você não consegue nada a mais pelo fato de estar ou não participando, se não dá diferença, porque você vai participar de uma reunião dessas”?

Na visão do agricultor 7PC, as “redes de agroecologia podem ser consideradas, uma estratégia de desenvolvimento rural, são viáveis, não utópicas”. No entanto, há uma dificuldade na viabilização prática dessa estratégia, conforme a análise da maioria dos agricultores. Além disso, alguns agricultores entendem que as ações da rede são pouco divulgadas, pois muitos agricultores não sabem dessas iniciativas. Inclusive a agricultora 10PC destaca que na sua comunidade tem vários agricultores que seriam potenciais integrantes do grupo, pois não usam insumos químicos.

A maioria dos agricultores daqui não trabalha com produtos químicos, falta alguém no grupo ter iniciativa, por que fica tudo para o técnico da Fundação, o grupo se apoia nele e ele não dá conta de tudo. Um dos membros ou dois teriam de ter iniciativa de captar essas pessoas, pois enquanto ficar ali esperando que só os órgãos públicos vão ajudar, ele não vai trabalhar. Eles tem o horário deles, as coisas deles (10PC).

No caso do GPC se, por um lado, o apoio institucional contribui para o andamento do grupo, por outro, muitas vezes acaba limitando seu protagonismo, pois os agricultores se apóiam muito nos técnicos da Fundação 25 de Julho, conforme mencionou a agricultora 10PC. Como se trata de uma rede descentralizada e não distribuída, no momento que for retirado esse nó (aporte público) é provável que ocorra uma desintegração do grupo, tal como já ocorreu no passado. Nesse sentido que se verifica a importância de fortalecer e valorizar dinâmicas de redes distribuídas, sem centros de controle rígidos e permanentes (ADULIS, 2011; FRANCO, 2008a).

Uma esperança para maior dinamização do GPL na percepção dos agricultores é o funcionamento do laticínio cooperativo, o qual ainda está em fase de construção, pois se der certo muitas outras pessoas poderão se inserir ao grupo. Embora Paulo Lopes tenha potencialidade para desenvolver a agroecologia, em função de uma série de aspectos mencionados na situação problema dessa pesquisa, o agricultor 2PL alega que faltam pessoas com potencialidade para tal. Diz que não consegue entender como um integrante do GPL que participava nas reuniões, eventos da rede, simplesmente desistiu da agroecologia e voltou a usar agrotóxico. Em sua opinião o que faltou foi vocação para esse agricultor.

Embora os agricultores do GPC se esforcem para passar as informações adiante, do funcionamento do grupo, da importância da agroecologia, nem sempre as pessoas se interessam, segundo o agricultor 4PC. A explicação para esse desinteresse estaria de acordo com o agricultor 6PC na

ganância do dinheiro porque tu não consegue fazer a produção que eles fazem, só que a qualidade que nós temos, essa é imbatível, ninguém tem igual. (...) É mais ganância, muitos não sabem da agroecologia, mas já sentiram na própria pele o que não é trabalhar com agroecologia, preguiça em primeiro lugar, uma

grande parte aqui é de arroz, e os caras são folgados eles trabalham três meses por ano e depois não fazem mais nada, entendeu. Tem rizicultura e tudo com veneno (6PC).

A fim de motivar as pessoas o agricultor 8PL ressalta que deveria ser uma atividade bem organizada, que fosse uma referência, pois “tudo começa e acaba parando, precisa ter uma coisa que a gente veja que vai melhorar”. Nesse sentido é muito importante que o laticínio da agricultora 6PL funcione, assim como as experiências de turismo rural.

A agricultora 1PC destaca que a fim de divulgar as ações do grupo, de modo a incluir novos agricultores, seria importante um trabalho de divulgação continuado, com informações precisas, mais detalhadas. Em sua opinião “tinha de ser um projeto interno dessa rede de estar realmente mostrando que é possível fazer regionalmente, em parcerias com as prefeituras, colocando responsabilidade para cada grupo”. Tem muitas pessoas, aposentados, que estão comprando sítios no meio rural e desenvolvem agricultura familiar, mas que em geral não sabem da existência da rede. Ou mesmo agricultores que usam insumos químicos e que poderiam entrar num processo de transição e não tem conhecimento dessas possibilidades, ressalta a referida agricultora.

A coordenadora do GPL adverte que a única atividade em rede do grupo são as reuniões e auditorias (certificação participativa). Segundo ela,

a gente não tem nenhuma iniciativa em rede aqui no município, cada um trabalha com o seu produto, cada um do seu lado, não tem uma atuação todo mundo junto, já chegou perto outras vezes, com outras iniciativas, mas não necessariamente ligada à rede, como o exemplo do turismo, projeto Caminhos da Natureza, mas não era por sermos um grupo da rede, era um grupo de pessoas que tem empreendimentos e coincidentemente alguns eram membros da rede. (...) Aqui no nosso grupo o pessoal se volta mais para a sua atividade, cada um voltado para o seu trabalho (1PL).

Para a agricultora 4PL, a rede não tem muito potencial, pois há poucas pessoas interessadas nessa atividade em Paulo Lopes. Diferente dessa análise, o agricultor 10PL ressalta que a rede tem potencial para se desenvolver, de modo a tornar-se estratégica, o que falta é um líder, alguém para orientar. Ou seja, falta um animador no grupo. Segundo ele,

os nativos que faziam parte da rede tão tudo aí trabalhando, conheço quase todos eles, trabalham por aí, na Tigela tem uns quantos, os que já tavam no início, seu Ivaldo, e outros. Agora deu uma parada, mas no início saiu bastante gente, tem vindo muita gente que vem comprar sítio, que são aposentados, querem se envolver com alguma coisa, um deles veio aqui comprar mel e até estávamos sentado na mesa e ele comentou que pena a rede parou, era tão bom né, ele tem um sítio ali no Cedro, tudo ele aprendeu com a Rede Ecovida, nós plantamos junto, é o José Edson, então aí nós começamos tudo junto (10PL).

A agricultora 5PL cita como exemplo de ressurgimento o caso do grupo de Ratores que tinha se desintegrado e agora está retornando, pois tem uma liderança que está mobilizando, que está dando certo, e os outros vendo isso também querem entrar nessa atividade. Nesse caso se percebe a importância dos animadores na rede, mas desde que não reproduzam a lógica das redes descentralizadas, pois nesse caso, na medida em que o animador tiver de deixar o seu posto, a rede poderá retroceder ao seu marco inicial. Já outros agricultores entendem que o problema para os grupos tornarem-se estratégicos é a baixa produção, pois não basta incluir qualquer pessoa ao grupo, pois “as pessoas que gostam elas participam e buscam essas atividades” (2PC).

De modo geral, a falta de resultados concretos e de maior divulgação dessas atividades não favorece o potencial estratégico da rede nos municípios. No caso do GPL, além de não vir atuando como rede, parece não saber como viabilizar esse processo, o que fica explícito na demanda por lideranças. Outra hipótese, novamente confirmada, refere-se a não consideração da dimensão sociopolítica por parte dos grupos, o que contribui para aproximar a Rede Ecovida a uma simples certificadora, tendo isso sido inclusive destacado pelos próprios agricultores. Ou seja, eles mesmos sabem que os grupos não estão correspondendo à filosofia da Rede Ecovida de Agroecologia. Nesse caso ao invés de contribuir de forma estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável, essas experiências tendem a se restringir a pequenos grupos que se agregam à rede em busca de um selo a baixo custo, em geral, visando nichos de mercado.

5.3.2 Networking

Além da troca de informações, o *networking* pressupõe a interação, o diálogo, o empenho e cooperação entre os integrantes da rede. A não vigência desse indicador significa que a rede tem pouco significado para os seus componentes (ADULIS, 2011). No caso dos grupos analisados, em razão de não estarem afeitos a uma cultura reticular, é forte a tendência de demandas por técnicos e/ou lideranças. Embora esse tipo de suporte seja fundamental, por si só não irá possibilitar a emergência de uma estrutura distribuída, a qual requer o empenho e proatividade de todos os nós da rede.

Segundo a agricultora 5PL, para existir maior fortalecimento na rede, dos elos dentro do núcleo, é necessário mais técnicos para auxiliar os integrantes. Em sua opinião o GPL só poderia ser considerado uma rede se pelo menos os que estão produzindo orgânico estivessem fortalecidos, “mas não estão, eu não me sinto fortalecida. Se vejo 2PL que não está fortalecido então não acredito que nenhum outro esteja fortalecido, consolidado, seguro”. Dessa forma, reafirma que é fundamental um animador que nesse caso deveria ser um técnico que pudesse fazer mais visitas aos agricultores (8 ou 10 ao mês), de modo a acompanhá-los até que consigam se fortalecer e andar sozinhos. Além disso, ressalta a importância dos almoços coletivos que antes integravam um todo (aprendizado, cursos, reunião) e do maior empenho de todos os membros da rede. Alega que fez três visitas ao grupo de Ratoles e nenhuma vez as pessoas desse grupo foram visitar seu sítio, enfim assevera que há um descompromisso por parte dos membros da rede. Nesse caso percebe-se a tensão entre trabalho coletivo e individual, pois tem nós que se voltam para a sua atividade restrita. O desafio consiste em equilibrar essas dicotomias, a fim de fortalecer a rede e, em consequência, todos os integrantes (BERGER et al, 2008).

Em relação ao Cepagro, a agricultora destaca que “faz uma mágica porque a rede não tinha dinheiro, é tudo com muito sacrifício, de fazer projeto para busca de recursos, gente por amor a causa que fez a coisa funcionar, mas chega uma hora que o fôlego acaba, cansa e vê que aquilo ali não está sendo sustentável” (5PL). Isso explicaria a importância que o Cepagro está conferindo à agricultura urbana esclarece a agricultora, pois consegue ver retorno, sendo essa iniciativa um sucesso, divulgada na mídia, ampliada nas comunidades. Embora todos na rede tenham vontade e doação, a agricultora compreende que o problema estrutural da rede é de gestão, de linguagem e de cultura.

Atualmente, os integrantes do GPL estão mais voltados para o seu fortalecimento individual, tendo talvez no início, segundo o

agricultor 2PL, se voltado mais para o fortalecimento das conexões da rede. Mas no momento há poucas conexões, diálogo, “cansamos de fazer reuniões, eventos, isso parou devido à falta de liderança, de iniciativa” (2PL). Em sua opinião o técnico da Epagri do município deveria estar fazendo esse trabalho de conexão entre os nós da rede, caso as instituições estivessem interessadas no desempenho da rede isso poderia ocorrer, observa o agricultor. Novamente se percebe que ainda está muito forte, em especial no GPL, a demanda por lideranças, enfim por alguém que faça as coisas acontecerem. Parece não haver uma percepção de que todos são fundamentais para a dinamização da rede. Dessa forma, ao invés de esperar que outros tomem iniciativas, efetuem ações, poderiam estar sendo construídas iniciativas como, por exemplo, a criação de espaços, encontros, virtuais e presenciais para troca de informações, entre outros. Mesmo não existindo um amplo acesso à internet, a maioria dos agricultores dispõe de meios e condições para acessar esse tipo de tecnologia (GUARNIERI, 2007; MARCON & MOINET, 2001).

No caso do GPC, embora a relação entre os agricultores seja positiva, os novos integrantes do subgrupo dos fitoterápicos ainda se sentem um pouco deslocados, como expressa o agricultor 9PC: “sinto que a gente não faz parte do dia a dia deles, porque quando você pensa nessa Rede Ecovida, você pensa em maçã, laranja, limão, frutas, verduras, cereais, e plantas medicinais é um palavrão, ou seja, não existe comercialização, dificilmente alguém vai comprar os fitoterápicos na rede”. Em relação ao subgrupo dos agricultores, devido a diferença dos principais produtos que cada um produz, não há uma sinergia em termos de compartilhar problemas semelhantes, efetuar trabalho conjunto. Além disso, com exceção de um ou outro membro do GPL, não existe contato com outros grupos da rede em termos de auxílios diversos, não limitado a comercialização como, em geral, vem ocorrendo. Segundo o agricultor 9PC “é difícil você achar as pessoas para saber como faz esse produto para combater as formigas carregadeiras, o que já gastei de telefonema para conseguir informações, você não tem ideia”.

Para a maioria dos agricultores a preocupação principal é com a sua produção devido uma série de dificuldades já elencadas na seção anterior, o que dificulta uma maior interação entre os membros do grupo, em termos de fortalecimento dos nós da rede. Conforme a agricultora 10PC a rede ou GPC “ela está meio que parada, deveria ser mais dinâmica, cada nó se concentra mais no seu objetivo, cada um batalhando para vender o seu produto e a gente não está assim

trabalhando em rede mesmo”. A fim de fortalecer os vínculos, a agricultora 1PC destaca a importância das reuniões do GPC serem realizadas na residência de um de seus membros, num período maior, como um dia inteiro, ou uma tarde inteira, podendo ser num sábado, por exemplo. Na sua análise as pessoas deixam o grupo, pois não vêem retorno, não visualizam perspectivas, e acabam desistindo. O agricultor 6PC também entende ser importante que as reuniões sejam efetuadas na casa dos agricultores, a fim de facilitar o maior conhecimento entre eles, as propriedades de cada um, enfim considera que pelo menos uma vez ou outra deveria ter esse tipo de atividade. Antes as reuniões eram efetuadas dessa forma, tendo recentemente mudado, assim como mudaram as visitas de um grupo a outro. Havia uma dinâmica maior de troca entre os agricultores, pois os do norte visitavam os do sul e vice-versa. Mas no momento os nós do norte se restringem a sua região, e assim em outras regiões, de modo a diminuir os custos e o tempo gasto em viagens, o que acaba limitando os contatos entre os grupos.

Os agricultores tem consciência da importância do coletivo, de somar forças, e se não estão acontecendo coisas melhores na rede, segundo a agricultora 10PC, é porque há “falta de dinamismo, é muito centrado no eu, no grupo nós temos de trabalhar com todos iguais, por isso é grupo. Deveria se inteirar mais dos assuntos, e estar todo mundo junto” (10PC). O GPC ainda está muito atrelado/dependente da Fundação 25 de Julho, de tal modo que um de seus técnicos destacou que

se tirar o governamental a rede vai se acabar, ou ficar na mão de um ou dois, e só dois participando e tentando tocar, ela não tem como caminhar sozinha. Eles vão ficar forte quando todo mundo estiver produzindo e terem a necessidade de vender o produto deles, porque hoje são gente aposentado que tem uma renda extra, que vive daquilo (FMPC).

Na visão da agricultora 2PC não é correto criar muitas expectativas, pois GPC ainda é muito jovem, requerendo um trabalho lento e a longo prazo para sua maturação. Nessa fase entende que “é preciso que o grupo se mantenha unido e tenha paciência” (2PC).

O agricultor 3PL enfatiza que o grupo de Garopaba quando iniciou também era forte, mas que aos poucos foi diminuindo, se estabilizando, “fica naquele patamar de que as coisas estão prontas, quando tu está plantando está num crescer intenso”. Além disso, o grande interesse dos agricultores vem sendo o selo, sendo baixo o

estímulo para participar em todas as reuniões da rede, enfatiza o agricultor. Em relação aos encontros frequentes que ocorriam no passado, a agricultora 4PL ressalta que

(...) nós não temos mais tempo de fazer aquilo que eu fiz no passado, fiquei dois anos indo de oficina em oficina, de dois em dois meses íamos a um local participar, ou era eu, 2PL, 13PL, 9PL cada um estava se fortalecendo, aprendendo para poder passar aos demais. Esse tipo de coisa nenhum daqui tem mais esse tempo (4PL).

Porém, observa que se esses encontros ocorressem semestralmente até daria para participar, mas ratifica que o GPL “é um grupo formado, todos poderiam ser instrutores, orientadores, então hoje não tem mais a necessidade da gente estar se reunindo mensalmente para fazer oficina” (4PL). A importância de um mediador externo nesse caso, segundo o agricultor 10PL, é de que “sempre tinha e vinha com coisa nova, trazia pessoas de fora, levava os agricultores para outros lugares”.

(...) tudo quanto é coisa que tenho aqui aprendi com eles (mediadores da Rede Ecovida). Faziam almoços na casa do pessoal quando tinha reunião, era o dia inteiro, aí tinha café da manhã caprichado com coisa da colônia e vinha uma turma, e o almoço era tudo com orgânico, a rede pagava o almoço. Íamos para Camboriú, Joinville, São Paulo, para tudo quanto é lado nós íamos, tudo pela rede (4PL).

O mediador, ou animador é fundamental, pois os agricultores não têm tempo e condições para fazer tudo, pois ainda não existe uma cadeia organizada, em que cada um faça sua parte, em geral os agricultores fazem todo o processo, desde o plantio à comercialização. Isso fica evidente quando o agricultor destaca que

a culpa é nossa, a gente participava de quase tudo. A rede passou por um período muito difícil há um tempo, não sei precisar quando, o núcleo teve problema financeiro, porque Ituporanga voltou para trás? Em função disso, pois eles pediam e não tinham resposta, entendeu, e aí você fica meio sem pai, nem mãe. E coisa demais, precisa do Cepagro para motivar, um não tem computador, não tem telefone. Tem gente que não tem dinheiro no bolso para pegar um ônibus. A coisa foi indo para trás, lembro do pessoal de Ituporanga

reclamando que ninguém dá resposta, não sei o que, claro chega aonde você tá dizendo, as pessoas deveriam aprender a andar com suas próprias pernas, só que é tanta da coisa que é cobrada de quem produz orgânico que o cara fica quase louco. O cara que passa veneno não precisa apresentar nada, quem produz orgânico tem de apresentar relatório de plantio (2PL).

Os agricultores sentem que está faltando mediações/animadores, mas ao mesmo tempo não sabem muito bem por que isso parou, e nem como retomar essa dinâmica da rede. “Não sei te dizer por que parou tanto, não sei se é a falta de interesse das pessoas, desestímulo” (2PL). Uma explicação possível segundo o agricultor seria de que todo mundo está estressado, com pressa, tendo que vender o máximo possível, não predomina a perspectiva da permacultura de produzir para o sustento e vender o excedente. Enfatiza que seu avô produzia para viver, sem essa preocupação de ganhar dinheiro com a produção, embora fosse considerado “pobre”. “Mas pobre do que, ele tinha de tudo, fartura de tudo, não pagava luz, telefone, internet, não tinha dívida em banco, tinha tempo para conversar, para visitar” (2PL).

De certo modo, a agricultora 6 PL atua como *networking* da rede devido seu empenho, sua proatividade em agregar, conectar novos membros e procurar mobilizar os demais atores do GPL, pelo menos os nós mais ligados à produção de leite. Em função disso a agricultora conseguiu agregar pessoas da comunidade, vizinhos, amigos para auxiliar na construção do laticínio. Na sua análise, a não participação/cooperação dos novos agricultores ligados ao laticínio é decorrente do fato de que “ninguém coopera se ninguém tem razão de cooperar”, ou seja, essas pessoas ainda não estão produzindo orgânico, não estão vendo a “coisa” acontecer, logo não tem razão para cooperar. Novamente é valorizado a dimensão econômica como principal interesse para participar na rede. A vivência, o processo de aprendizado coletivo, de troca de informações é deixado em segundo plano e/ou desconsiderado. Com isso ratifica-se a tendência de que essas inovações parecem estar perdendo seu caráter alternativo (BRANDENBURG, 2012).

No GPC além da reunião mensal, há contatos via telefone, e-mails, embora não existam encontros recreativos. O subgrupo dos fitoterápicos faz mais encontros, cursos com instrutores, viagens, o que favorece maior integração dos seus membros. Com a inserção dos fitoterápicos no GPC passou a existir mais motivação e inclusive

participação, segundo o agricultor 4PC. No GPL as reuniões ocorrem apenas quando tem uma pauta específica, ou algum problema a ser resolvido. Embora existam contatos eventuais por e-mail, para troca de produtos, entre outros, conforme exposto nos sociogramas da rede na seção sobre dados relacionais.

5.3.3 Efeito interno

Nesse tópico, considerando os pressupostos da Rede Ecovida, é analisado até que ponto a participação na rede contribui para uma mudança de percepção, de atuação e atitude dos agricultores.

Segundo o agricultor 7PL, embora as conexões entre o grupo contribuam para o fortalecimento de sua atividade, isso nem sempre ocorre na prática, tendo em vista a diminuição dos contatos/encontros do GPL. Segundo ele, os encontros, as atividades mais recorrentes no início da rede compreendiam uma “questão filosófica, eles estavam tentando convencer as pessoas, mas isso gasta muitos recursos e não reverte em resultados. As pessoas estão mais preocupadas em resultado, em questões práticas” (7PL). Ou seja, em resultados econômicos, imediatos, o que contribui para confirmar a hipótese de que a Rede Ecovida de Agroecologia caminha a passos largos para se tornar uma certificadora a baixo custo.

Para outros agricultores há muito individualismo no GPL, conforme destaca a agricultora 11PL “Na rede é cada um para si, poucos se ajudam. As reuniões ocorriam nas casas, mas acho que eles estão meio parados”. Já para a agricultora 4PL todos procuram se ajudar, existindo consideração e respeito por todos, independente do nível de escolaridade. Ressalta que as oficinas propiciadas pela Rede Ecovida sobre agroecologia no GPL foram muito importantes, pois não tinha nenhum conhecimento, tendo sido treinada pela Rede Ecovida. Segundo ela, essas oficinas foram um diferencial, possibilitaram a criação de uma amizade no grupo, tendo oportunidade de visitar grande parte dos agricultores orgânicos de Santa Catarina, conhecer sua forma de trabalho e dinâmica de cada grupo. No entanto, a mesma agricultora ressaltou no tópico anterior que não há necessidade de promover iniciativas similares, pois a maioria dos agricultores já estaria formada. Mas como ela mesmo coloca, são esses encontros, essas oficinas que fazem um diferencial em termos de aprendizado e engajamento no grupo. Além disso, parece haver certo equívoco na ideia de pessoas já formadas, considerando os enormes desafios na organização e implementação da agroecologia. Nesse sentido, trata-se de um aprender

a fazer constante, caso os propósitos sejam a difusão e consolidação dessa inovação.

No caso do GPC, em termos de aprendizagem, de mudanças internas, foram destacados os cursos propiciados pelo Programa dos Fitoterápicos, as reuniões do GPC e os encontros ampliados da Rede Ecovida ou do Núcleo Litoral Catarinense. No entanto, a agricultora 1PC ressalta que os cursos oferecidos ao subgrupo dos fitoterápicos também poderiam ser aproveitados pelos demais membros do GPC. Isso parece não ter ficado claro para os demais agricultores, pois a agricultora 10PC frisa que “fui convidada para os cursos dos fitoterápicos, mas não é interesse meu, da agroecologia não teve nada”. Mas, em termos de conteúdo, esses cursos se limitam a manejo do solo, combate a insetos, época de plantio, entre outros, não existindo em nenhum momento uma abordagem mais ampla sobre sustentabilidade.

Tem muito pouco essa dimensão política, eu tenho um pouco mais porque vem desde a minha participação no Fórum da Economia Solidária, desde a Rio 92, acho importante isso, assim como outras oportunidades que eu tive que procuro passar aos colegas. Mas acho que precisava sim mostrar todo esse contexto internacional, da necessidade da sustentabilidade, tem muito pouco, é como se só se preocupasse com esse umbigo aqui, está ainda muito preso ao local (1PC).

A falta de estrutura do Cepagro, a mudança frequente de técnicos, contribui para dificultar as atividades, pois embora sejam considerados excelentes profissionais, parece não haver continuidade no trabalho, segundo destacam alguns agricultores.

(...) a turma que estavam lá não está mais, tentamos contato, mas nem atende o celular. Os técnicos são excelentes pessoas. Esse trabalho é de uma ONG, então eles só podem fazer as coisas quando vem dinheiro, senão...teve vezes que eles não tinham dinheiro nem para comida. Aí a gente bancava (17PL).

Outro desestímulo é a pouca valorização do trabalho e dos produtos orgânicos por parte dos consumidores, pois o que conta mesmo é o preço. Segundo um ex-integrante do GPL, entrevistado na fase exploratória desse trabalho,

dá mais vantagem, muito menos trabalho, ficar se estressando com mato por causa do orgânico, hoje sai num restaurante, eles não querem nem saber, querem preço mais barato. Nós pegamos um

restaurante lá em São José que só fazia comida orgânica, ele faliu, o que é um exemplo que a demanda por esses produtos ainda é baixa (17PL).

Na análise do agricultor 3PL, as pessoas que saíram do GPL foi por que tinham interesse meramente financeiro, no seu caso esclarece que “pela minha consciência eu não saía mais do orgânico, tenho ação, ecologia pela minha decisão, comportamento, e isso não muda mais”. Na condição de ser um dos agricultores mais antigos do GPL, diz que a rede já teve um desempenho melhor, estando hoje carente de animador. Além disso, entende que seria necessário que a Rede Ecovida passasse coisas mais profundas, básicas sobre agroecologia, para que as pessoas não retrocedessem, em termos de voltar a usar insumos químicos. Um ponto chave em sua opinião para a formação da consciência ecológica é a educação, mas o que vem ocorrendo, segundo ele, é o reverso, pois o município está retirando a educação do meio rural e levando para o meio urbano.

Esse contexto de desvalorização do rural é uma questão mundial, adverte o agricultor 7PL, pois

desde a década de 1950 estão fazendo propaganda de que ir para a cidade é bom, então os filhos de agricultores preferem trabalhar de balconista, ganhando R\$ 800,00, e trabalhar limpinho do que vir para o campo e ganhar R\$ 1000,00 sendo dono do próprio negócio, pois tem de acordar cedo todo dia para tirar leite, trabalho sujo, e tem a questão do *status*, tipo o que você faz, não sou agricultor, não, eu trabalho no comércio. Tem mais *status*, por isso que o pessoal prefere trabalhar na fábrica com carteira assinada, tem décimo terceiro, fundo de garantia etc. A questão do *status* é muito forte, tem um preconceito altíssimo por ser agricultor (7PL).

Por ser um agricultor jovem que decidiu sair da cidade, pois viu possibilidades melhores no campo, inclusive pela sua formação em agronomia, considera-se uma minoria, pois os jovens não fariam esse tipo de percurso. Embora considere positivo os encontros para as pessoas se integrarem, se conhecerem, se motivarem, no seu caso as discussões não somam muito, pois

já estou cansado de ouvir essas palestras, todo mundo sabe o que tem de fazer, a palavra de ordem que falo para todos não é mais conscientização, é atitude, todo mundo sabe o que

tem de fazer para saúde, não tomar isso, não comer aquilo. Todo mundo sabe, mas atitude nem todo mundo toma, estou cansado de discurso e informação todo mundo tem, então cada um vai tomar atitude que acha que é certo (7PL).

Já o agricultor 6PC analisa a participação na rede como um divisor de águas em sua vida, pois aprendeu muita coisa e tem muito orgulho de participar no grupo, tendo sido muito valorizado por produzir corretamente. Segundo ele,

mudou muita coisa para melhor, tive até na França, foi uma grande valorização. Lá eles estão vinte anos na nossa frente, eles têm uma usina de leite orgânica, o jeito de trabalhar lá é diferente do Brasil, só que nós temos uma coisa que eles não têm lá, liberdade, eles lá estão amarrados, lá o governo dá o norte. Por um lado, é positivo, só que a nossa liberdade aqui é que andamos o ano todo de lá para cá sem problema nenhum e eles lá tem seis meses que é neve, não tem nem como produzir, mas o pessoal é mais associado, não tem tanto individualismo. Tivemos doze dias lá, dez dias no interior, apresentamos na volta para o pessoal daqui, também foram outras duas famílias de agricultores daqui (6PC).

De modo geral, a limitação dos encontros, as poucas conexões, a desconsideração da dimensão sociopolítica nesses processos contribui para uma certa apatia e desinteresse dos agricultores em se envolver mais na rede. Nesse tópico se confirma a hipótese de que a agroecologia, em geral, vem sendo limitada a manejo do solo, combate aos insetos, não utilização de insumos químicos e cuidado com a saúde. Ou seja, está muito restrita a aspectos pontuais e locais o que diminui o seu potencial.

5.3.4 Efeito externo

O efeito externo refere-se ao impacto da rede na comunidade em termos de parcerias, projetos e ações efetuadas em conjunto, tanto com organizações da sociedade civil, quanto com instituições como prefeituras, câmaras de vereadores etc.

Para a maioria dos agricultores do GPL, em termos de impacto na comunidade, o grupo não existe, inclusive porque os produtos não são comercializados no município. “Eu acho que a comunidade nem sabe que a rede existe, eles nos reconhecem como produtores orgânicos, mas

eles não sabem que a gente tem uma rede, que precisa ser certificado por essa rede, não, eles não fazem ideia disso” (1PL). A comunidade não tem acesso a esses produtos, pois são muito caros e os agricultores tem consciência desse fato. Segundo a agricultora 6PL “em Ribeirão todo mundo fala do nosso trabalho, do nosso projeto, mas eles não vão comprar nosso queijo porque eles não têm condições, é uma comunidade pobre, a gente vai fazer coisa para vender fora”.

No GPC, a situação parece não ser muito diferente, pois a maioria das pessoas não conhece essas atividades, e nem sabe que a Rede Ecovida existe em Joinville, como funciona, quem organiza etc. Segundo o agricultor 3PC “quando falo para o pessoal, eles já dizem, se é coisa da prefeitura, então é politicagem. Essa visão é quase 100%”. De forma semelhante, assevera o agricultor 9PC “até onde eu percebo nós não existimos, (...) não existe uma divulgação dos produtos”. Embora concorde que a maioria das pessoas não sabe da existência do GPC, a agricultora 2PC entende que antes de divulgar, fazer mídia, é preciso organizar, fortalecer/motivar as pessoas que estão no grupo, pois tudo é muito recente, principalmente, o subgrupo dos fitoterápicos.

Em relação ao GPL, além de não ter impacto nenhum na comunidade, o agricultor 3PL assevera que também não tem nenhum impacto nas instituições e que há grande resistência da equipe do Cepagro em se aproximar da prefeitura, da Epagri, por exemplo. Reconhece que essas instituições não estão muito interessadas, inclusive porque nem existe secretário de agricultura no município. No entanto, afirma que são imprescindíveis como suporte para qualquer projeto que se pretenda efetivar. Considera que

a rede foi um pouco prepotente, com críticas à Epagri. (...) Nós perdemos o bonde de se aliar a esses caras, talvez agora seja um pouco tarde ou precise de um líder mais convincente. (...) O que vejo sempre é gente metendo pau na prefeitura e na Epagri, então eu ficaria envergonhado de ir lá e propor alguma coisa, mas eu acho que isso é um erro estratégico (3PL).

Com a experiência de ter sido secretário de agricultura do município, presidente da associação rural e do conselho de desenvolvimento rural, o agricultor 3PL entende que não é fácil colocar esses projetos em prática, há disputa política, interesses, pouca participação e envolvimento da comunidade. Um reflexo disso é que nenhuma dessas entidades/secretarias está funcionando no município, embora existam no papel. Em Paulo Lopes, os contatos com as

instituições locais são restritos e quando ocorre, como por exemplo, com a Epagri, é mais para sanar alguma dúvida. Não existe uma referência, um ator chave em alguma instituição que os agricultores possam contar em termos de auxílio.

A perspectiva dos agricultores mais antigos no GPC é um pouco mais otimista. No caso do agricultor 6PC que iniciou a difusão da agroecologia, primeiramente na associação do seu bairro, depois em parceria com outros agricultores construíram a Coopaville, adverte que “é gratificante ver que a coisa está andando, e hoje todo mundo quer, as pessoas veem a gente com bons olhos (6PC)”. As plantas medicinais também são muito bem vistas pela população, tendo inclusive o agricultor 11PC participado de programas na TV (RIC TV RECORD) “Caminhos da Natureza”, tendo sido consultado pela comunidade sobre a importância dessas plantas. Observa que essa atividade é “algo muito simpático à comunidade, fala em plantas medicinais, nossa, o pessoal gosta muito e produtos agroecológicos, tem uma simpatia muito grande pela comunidade, o que facilita as parcerias”(11PC). Segundo o agricultor 6PC,

quando nós começamos a trabalhar aqui o povo dizia que a gente iria passar fome, e hoje a gente mostra que tudo é possível, somos uma referência (4PC). Hoje em dia quando eles falam com a gente eles enchem os olhos de orgulho, porque aqui temos um leque de pessoas que querem adquirir o produto orgânico nosso, desde que a gente começou para hoje aumentou barbaridade. A gente está bem visto, então muitos gostam de vir na propriedade para ajudar na colheita (6PC).

Dessa forma, a agricultora 16PC analisa que essas atividades, somada a outras como o turismo rural, vem surtindo um impacto positivo nas comunidades de Joinville, tendo alguns pais conseguido trazer seus filhos de volta para ajudar na propriedade.

Agora no momento no nosso povo daqui, quem foi, foi, quem não foi está se mantendo na propriedade, pelo menos os da nossa região. O que está atraindo eles aqui, porque já está se vendo um resultado na produção, aí já consegue uma rendinha a mais e os pais conseguem dar um troquinho a mais para o filho, aí ele fica, sem isso eles vão, pois as firmas estão próximas. Existem também filhos que não gostam de trabalhar na agricultura, mas dando resultado eles tendem a ficar (16PC).

Os novos projetos como o Viva Ciranda, contribuem para divulgar o trabalho dos agricultores em *folders*, programas de televisão, de rádio, em jornal. Além das próprias crianças, as quais passam a tomar conhecimento dessas iniciativas e também divulgam em suas comunidades, famílias etc. “A gente faz atividade com eles, tem um custo de R\$5,00 por criança e está crescendo a demanda” (16PC).

De forma semelhante a agricultora 4PL avalia que as atividades realizadas junto ao SENAR tiveram impacto positivo nas comunidades em Paulo Lopes, abrindo alternativas de renda para algumas pessoas que até hoje continuam nessas atividades. Assevera que não cabe ao GPL fazer eventos comunitários para a cidade, mas de fazer com que os seus integrantes se tornem agroecologistas, de modo a se ampliarem no município e na região.

O agricultor 8PL participou de um projeto “jundiá orgânico”, mas não sabe dizer ao certo se o proponente foi a Rede Ecovida. Lembra que participava de várias reuniões no município até começar a produção do peixe nas propriedades, mas embora tivessem êxito nessa etapa, não tiveram para quem comercializar o produto. Adverte que

você criar peixe orgânico, aí a ração é mais cara, tudo é mais caro, para você vender por convencional, não dá. Aí desmanchou tudo, é assim começa uma coisa, jogam um fogo e depois tudo some, se acaba. A pessoa fica meio desacreditada, chamaram, incentivaram e depois não aconteceu, perdi várias viagens em função disso, em reuniões, tinha bastante gente interessada, mas em vez de ser alguma coisa para melhorar os pequenos, ficam só os grandes, no fim os pequenos desistiram e não sei como ficou (8PL).

As diversas iniciativas que não prosperam acabam surtindo um efeito negativo nas comunidades, desestimulando os agricultores a se inserirem em atividades similares como é o caso de muitos nós do GPL que estão desmotivados. Dessa forma, a agricultora 18PL entende que deveria haver maior divulgação dos empreendimentos bem sucedidos em Paulo Lopes, tais como, por exemplo, de alguns engenhos de farinha, do turismo rural, da agroecologia e muitos outros. Nesse ponto, em Joinville o GPC tem um diferencial maior, pois a prefeitura, a PROMOTUR, contribuem na divulgação dessas iniciativas, seja via mídias diversas, seja promovendo e/ou apoiando festas no meio rural.

No entanto, mesmo não tendo nenhum suporte das instituições públicas locais, um dos integrantes do GPL, a agricultora 13PL, foi reconhecida, em âmbito internacional, com o prêmio “*criatividade da mulher no meio rural*” em 2003, pela Fundação de Mulheres de Genebra/Suíça. Essa conquista foi decorrente do seu protagonismo, e de sua liderança no âmbito familiar. Além disso, não deixa de ser um reflexo das mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, conforme destacado no primeiro capítulo desse trabalho, ou seja, da importância do agir local e do seu impacto em âmbito global.

Contudo, a agricultora ressalta que o empenho em divulgar as atividades relacionadas à agroecologia em cursos, palestras, reuniões, em ter contatos/parcerias com outras entidades vem prejudicando o seu trabalho no sítio. Enfatiza que embora essa participação, esses contatos, sejam favoráveis, também prejudicam, pois os retira das atividades, e na maioria das vezes não recebem nenhum retorno dessas organizações/entidades, ou pelas palestras proferidas. Dessa forma, para participar de qualquer atividade a primeira questão a responder, segundo a agricultora, é se irá trazer algum benefício para o sítio. “(...) Há um ano a gente participava dos eventos, hoje é 100% o sítio, faz um ano que tomamos essa decisão. (...) cansei de tanto investir e não ter nenhum retorno, ou a gente fica no sítio, ou ele quebra” (13PL). Adverte que apenas continua participando nas reuniões sobre aquisição de um Box no Ceasa, sem ter rendimento, pois tem interesse em comprar os produtos que vão ser trazidos para o Box de outros locais, tais como do Oeste Catarinense e outros lugares.

A agricultora 5PL está desenvolvendo um projeto no sítio em que pretende vender uma parte da propriedade para pessoas interessadas em produzir coisas diferentes do que já está produzindo, a fim de dinamizar e consolidar um novo grupo da rede no município de Antônio Carlos. Também está investindo em turismo rural, tendo contatado pessoas em Biguaçu, na Grande Florianópolis, que estão envolvidas nessa atividade. Por enquanto a produção ainda é pequena, mas se conseguir agregar mais gente, poderá aumentar, observa a agricultora. A ideia é construir um anel ecológico com famílias que tenham projetos, valores e práticas semelhantes.

No início do GPL havia um maior reconhecimento por parte da comunidade, segundo a agricultora 10PL, “eles admiravam, pois a gente já tinha conhecimento, união, todo mundo fazendo junto, vendo as coisas acontecerem, todo mundo gostava, era bem positivo, quando tinha 7 de setembro a gente fazia desfile, tinha caixa de abelha, todas as plantas nativas, exóticas, era bacana.” Mas, atualmente, o GPL não atua

dessa forma e nem vem sendo pensado para ter uma maior interação com a comunidade, embora seja uma expectativa da Rede Ecovida, conforme esclarece a agricultora 1PL

hoje o grupo aqui não é pensado dessa forma, acho que é uma das expectativas da rede também, mas a gente não atua dessa forma. Hoje vejo nosso grupo só como organizador dos processos de certificação. (...) não vejo como referência em formação, estratégia, nada. Seria importante, e deveria ser, mas falta perna para a gente, é preciso correr atrás, mandar e-mail já é uma trabalhadeira. Eu sou assim, sou centralizadora, busco a responsabilidade para mim, acho que tenho de resolver tudo. Do nosso grupo, em geral é sempre os mesmos que tomam iniciativa, poucos se habilitam para fazer as coisas acontecer (1PL).

O GPC, embora tenha uma visibilidade um pouco mais positiva nas comunidades, a situação não é muito diferente do GPL. De acordo com a agricultora 1PC, as comunidades não sabem da existência do GPC, sendo esse grupo quase indiferente em termos de impacto nas dinâmicas locais. Assevera que deveriam ser usadas as rádios comunitárias em que seria apresentado o grupo, a programação das atividades, dos cursos, das oficinas. Ainda que tenha repassado essa proposta para a Fundação 25 de Julho, não recebeu nenhum retorno. No ponto de venda em que o agricultor 7PC faz feira, o próprio estabelecimento se encarrega de divulgar em várias mídias o dia e horário da feira. Na sua perspectiva, a dificuldade em agregar novos membros está no fato de que o trabalho é muito mais intenso e exigido. Mas mesmo assim acha que vem se fortalecendo em todo o país e inclusive no seu município, pois existem um excelente mercado consumidor e um forte anseio da população em adquirir produtos orgânicos, apesar de ainda serem poucas as organizações de consumidores em busca desses produtos.

Se comparado ao GPL, o GPC tem um efeito externo um pouco maior e mais positivo devido a motivação, empenho dos seus integrantes, sendo o ambiente institucional propício em função dos diversos apoios recebidos pelo grupo. Isso pode ser demonstrado no fato de que nenhum agricultor diz ter pensado em sair da rede, enquanto no GPL o desestímulo, a ideia de se afastar do grupo é recorrente. Segundo Wilson-Grau (2011), o efeito externo da rede é um indicador de seu êxito, o que se confirma nesse caso, considerando que o GPC tem uma

melhor performance, em termos de estrutura reticular. Isso pode ser confirmado nos sociogramas da rede na parte sobre dados relacionais que ora segue.

5.3.5 Análise das redes sociais: sociocêntrica e egocêntrica

Nessa parte do trabalho será aplicada a metodologia de Análise de Redes Sociais, a fim de melhor compreender como se estabelecem as relações no âmbito interno da rede (relações sociocêntricas), e no âmbito externo (relações egocêntricas).

5.3.5.1 Redes sociocêntricas

A apresentação gráfica das redes sociocêntricas obedece sempre o mesmo padrão, sendo a representação de cor vermelho do GPC, de cor azul do GPL e de cor preta dos técnicos. As figuras geométricas diferenciadas servem para destacar os subgrupos internos aos grupos. Dessa forma, o triângulo representa o subgrupo da agricultura em ambos os grupos, e o quadrado o subgrupo dos fitoterápicos do GPC, e o subgrupo do leite do GPL. A exceção do TC, os demais técnicos (1FTPC, 2FTPC e FMPC) são representados por figuras dos subgrupos que estão mais próximos, por atuarem com maior intensidade e proximidade aos agricultores. O TC se diferencia desses técnicos, pois atua no Núcleo Litoral da Rede Ecovida, e não em um grupo ou subgrupo específico. O questionário para dados relacionais foi aplicado apenas aos agricultores, ficando “excluídos” os técnicos, os quais responderam uma entrevista específica, em função da frequente rotatividade desses atores. Além disso, a análise privilegiou a compreensão da integração dos agricultores em rede e não das mediações ou aportes técnicos, embora esses também tenham sido considerados. Desse modo, não irão constar nos sociogramas os *outdegree* (laços que partem dos nós) desses atores, embora eles constem nos gráficos, em razão de terem sido indicados pelos demais nós.

Na sequência consta o modelo de questionário aplicado para redes sociocêntricas e a análise em separado de cada questão, sendo ao final efetuado uma síntese dos principais aspectos evidenciados pelos dados relacionais em consonância com os resultados dos dados convencionais (entrevistas semi-estruturadas).

Quadro 26 – Questionário Redes Sociocêntricas

<p>Núcleos da Rede Ecovida de Joinville (GPC) e de Paulo Lopes (GPL)</p>

Nome:				
Localidade:				
Favor responder o questionário abaixo, considerando as questões a seguir:				
Questão 1 – Informação: A fim de obter informações referentes ao seu trabalho você contata com qual, ou quais das pessoas listadas abaixo, e em que frequência? 1 - Raro 2- Bimestral/Semestral 3- Quinzenal/mensal 4- Diária/semanal				
Questão 2 – Comunicação: Com quais das pessoas você gostaria de se comunicar mais, a fim de melhorar a efetividade do seu trabalho?				
Questão 3 – Netweavers: Das pessoas listadas, quem você considera como animador, articulador da rede?				
Questão 4 – Reciprocidade: Com quais dessas pessoas você costuma trocar favores em termos de ajuda mútua?				
	Questão 1 – Informação	Questão 2 – Comunicação	Questão 3 – Netweavers	Questão 4 – Reciprocidade
Agricultor				
Agricultor				

Fonte: Adaptado de Guimarães e Melo, 2005.

5.3.5.2 Rede Sociocêntrica Informação

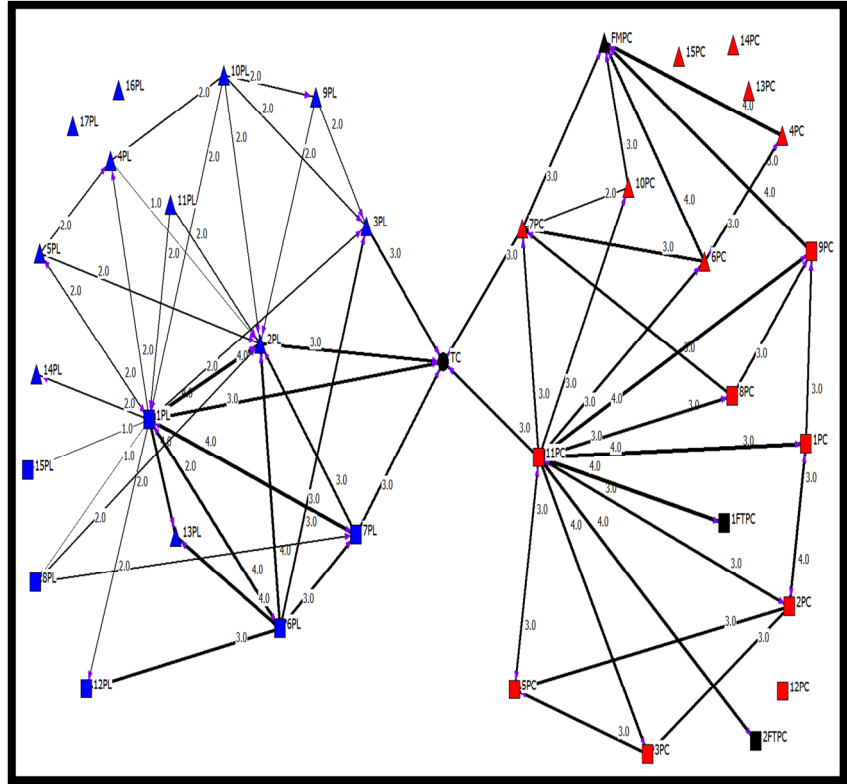
Questão 1- Informação: A fim de obter informações referentes ao seu trabalho você contata com qual, ou quais das pessoas listadas abaixo, e em que frequência?

Os fluxos de informações são fundamentais para criar gratificação e compromisso dos elos na rede. Dependem da intensidade (frequência/relevância dos intercâmbios) e da reciprocidade (cumprimento mútuo dos acordos, obrigações previstas, de valores). Quanto maior a troca de informações, mais a rede tende a ser dinâmica, colaborativa, mas para isso é preciso um sentido, um objetivo comum, que possa fazer diferença em termos de estímulo para participar na rede. Dessa forma, não se limita a ser somente uma reunião de pessoas, com propósitos vagos, esparsos ou específicos/pontuais (MARCON & MOINET, 2001). No entanto, como pode-se perceber na estrutura gráfica da rede a troca de informações entre os seus membros é muito baixa e limitada a cada grupo, não existindo nenhum tipo de troca, de conexão entre os nós do GPC com os do GPL, nem por telefone, nem por e-mail, a exceção de algum encontro anual do Núcleo Litoral Catarinense em que todos os grupos participam. Entretanto, nenhum dos

agricultores destacou esses encontros como sendo utilizados para trocar informações com esses atores, o que pressupõe que ocasionalmente podem ou não trocar algum contato, mas sem muita densidade em termos de firmar parcerias e ações em conjunto.

A estrutura relacional da Questão 1, conforme referida, pode ser verificada no gráfico 16 seguida das métricas, tais como densidade, centralidade e clique. A razão de alguns nós estarem desconectados no gráfico é em decorrência de não terem sido encontrados para responder o questionário.

Gráfico 11 – Questão 1: Informação



Fonte: Elaboração própria – *software Ucinet 6*

Os números que acompanham os laços servem para indicar a intensidade da frequência do contato, sendo 4 de maior frequência

(diária/semanal), 3 de média frequência (quinzenal/mensal), 2 de baixa frequência (bimestral/semestral), e 1 de mínima frequência (raro).

5.3.5.2.1. Densidade

A densidade compreende os laços existentes em relação ao número de laços possíveis, tendo por fórmula:

$$D = \frac{r}{N(n-1)/2}$$

A letra N corresponde ao número de nós da rede e o r ao número de laços vigentes. O índice de densidade pode variar de 0 (mínima) a 1 (máxima) densidade (MOLINA, 2001).

A densidade da referida rede é de 0.1475, o que significa que existem uma média de 15 laços na rede por 100 dos laços possíveis, ou seja, trata-se de uma densidade muito baixa em que as trocas de informações são muito limitadas.

No caso do GPL percebe-se de acordo com a estrutura gráfica, assim como os dados da tabela 1 (no próximo tópico) uma concentração das informações em certos nós (1PL, 2PL, 13PL, 6PL e 7PL), os quais em geral possuem laços fortes e com alta frequência (3 e 4). Ao mesmo tempo, a exceção do 3PL, são os que possuem laços com o principal nó da rede, o TC (Técnico do Cepagro). A fim de compreender como se constitui essa estrutura no GPL, é importante que a leitura sociológica considere os atributos dos nós, pois não se trata de uma análise simplesmente abstrata, matemática. Dessa forma, considerando que o 1PL, 2PL e 13PL estão conectados por laços fortes (parentesco de primeiro grau), além de trabalharem na mesma propriedade, podem nesse caso serem identificados por um nó, que será denominado família GPL. Além disso, foram os primeiros a iniciar essa atividade no município, sendo a única família do grupo a ter uma feira, o que lhe confere um potencial de liderança e informação superior aos demais nós. O 6PL é um nó estratégico em função dos diversos contatos, como pode ser visto pelo seu alto *outdegree* no quadro 27, e pela sua experiência em atuação em redes de agroecologia, pois já atuava nesse campo quando residia na França. O 7PL é outro nó que se integrou há pouco ao grupo, tal como o 6PL, tendo um diferencial, pois é o único com pós-graduação (mestrado em agronomia) e um dos que mais investe na propriedade, em termos de melhoria da pastagem, da pecuária etc. Em função disso é o único dos integrantes do subgrupo do leite que está em

fase de transição para a produção de leite orgânico, sendo que os demais ainda nem iniciaram esse processo.

Outro aspecto explicativo refere-se ao fato de que os nós 1PL, 7PL e 6PL são os mentores que estão procurando viabilizar a nova cooperativa (Coopertabuleiro) no município, sendo que a 1PL é coordenadora do GPL. Em função desses atributos, adicionados a estrutura dos laços evidenciadas pelo sociograma, pode-se concluir que esses nós (família GPL, 7PL, 6PL) integrados por laços fortes tendem a se fecharem sobre si mesmos, em termos de terem as mesmas informações (GRANOWETTER, 1973). A margem desse núcleo duro pode ser visualizada a grande maioria dos nós, o que constitui uma forte hipótese de que essa estrutura reticular vem contribuindo para fomentar o desinteresse e o pouco conhecimento da rede por parte desses integrantes, os quais atuam mais como coadjuvantes desse processo. Ou seja, essa estrutura relacional não vem favorecendo a dinâmica da rede, em termos de maior frequência das reuniões, encontros, pois as trocas de informações estão limitadas a poucos atores.

Dessa forma, as decisões, em termos de estratégia, de tratar dos principais assuntos do GPL como, por exemplo, da estruturação da nova cooperativa, do novo laticínio, vem sendo tratado por esses atores. Os demais podem ou não serem, posteriormente, comunicados dessas decisões, como fica explícito na fala da agricultora 15PL que “eles tiveram aqui para fazer esse negócio da Ecovida (laticínio), mas a filha do 2PL (está se referindo a 1PL) não veio mais aqui. Ela veio aqui, falou, explicou e depois não me disse mais nada. Ela convidou para participar, pegou os dados e depois não falou mais nada” (15PL).

Essas evidências, por um lado, demonstram o desinteresse dos demais atores em tornarem-se mais protagonicos, por uma série de razões. Podem envolver desde comodismo, em termos de esperar que outros façam, falta de informação, limites simbólicos implícitos para aqueles que ainda não adquiriram o *habitus* do grupo. Assim como, por outro lado, evidencia que os atores mais ativos também não estão muito preocupados em que a rede funcione enquanto rede, de modo a agregar todos os atores ativamente nesse processo. Isso fica evidente na fala de vários agricultores, referida na seção anterior, que não são convidados para as reuniões, da inexistência de uma data fixa para esses encontros, o que poderia facilitar a agenda de todos, pois saberiam que tal dia, em tal horário tem o encontro do grupo.

Em relação a estrutura reticular do GPC pode-se colocar que está um pouco mais distribuída, pois os laços são similares, não existindo uma variação muito grande da frequência dos contatos, o que também é

confirmado no quadro 27 (tópico centralidade de grau). No entanto, é nítida a divisão entre o subgrupo dos agricultores e o subgrupo dos fitoterápicos, os quais têm pouco contato, a exceção dos nós 11PC, 8PC e 9PC. Uma das razões para isso é devido ao fato dos fitoterápicos serem novos no grupo, cultivarem produtos diferentes, e estarem tendo um pouco de dificuldade de se integrarem à Rede Ecovida. Corroborando para essa análise a fala do agricultor 3PC “Nem fui mais na reunião da Ecovida, e para mim não interessa, pois não produzo nenhum alimento, mandioca, batata”. Ou seja, ainda para alguns agricultores não existe a compreensão dos propósitos e objetivos comuns da rede, em termos de funcionamento enquanto rede, e da filosofia da Rede Ecovida de Agroecologia. Para outros, a justificativa é a falta de tempo para acompanhar os problemas e discussões de cada subgrupo, o que os obriga a limitar-se ao campo específico. Como as reuniões ocorrem impreterivelmente toda a última quinta-feira do mês, não há razão para se formar núcleos de poder, o que explica a semelhança das frequências na quase totalidade das conexões, não estando uns atores muito mais informados que outros.

5.3.5.2.2 Centralidade de grau

A centralidade de grau (*degree*) mede as conexões diretas de cada ator, sendo o ator mais central o que possui maior número de conexões diretas com outros atores. No caso do gráfico em análise, pode-se observar, segundo o quadro 27, a variação do *outdegree* e do *indegree*. Embora o *outdegree* seja importante, o que mais interessa é o *indegree*, ou seja, quantos laços chegam ao ator, pois evidencia a sua importância estratégica na rede, sendo mais demandado pelos demais atores.

Quadro 27 - Variação do *outdegree* e do *indegree*

GPL	<i>InDegree</i> GPL	<i>OutDegree</i> GPL
2PL	23	7
1PL	18	29
TC*	12	0
3PL	10	3
7PL	9	9
13PL*	8	0
4PL	7	1
12PL*	5	0
9PL	3	4
5PL	2	6

6PL	2	21
14PL*	2	0
8PL	1	4
15PL*	1	0
10PL	0	15
11PL	0	4
16PL*	0	0
17PL*	0	0
GPC	<i>InDegree</i> GPC	<i>OutDegree</i> GPC
FMPC*	18	0
11PC	12	41
7PC	11	6
9PC	10	4
5PC	9	3
1PC	8	9
3PC	7	3
6PC	6	10
2PC	6	13
TC*	6	0
1FTPC*	4	0
2FTPC*	4	0
4PC	3	7
8PC	3	9
10PC	3	5
12PC*	0	0
13PC*	0	0
14PC*	0	0
15PC*	0	0

*Para esses nós o questionário não foi aplicado, conforme explicado anteriormente. **Fonte:** Autora

Conforme os dados do referido quadro, pode-se verificar que o técnico do Cepagro é bem solicitado, em especial pelo GPL, em função dos conhecimentos técnicos, da experiência e por estar a par do que ocorre na rede, funcionando como um elo de ligação entre os demais grupos. Além disso, enquanto o GPC tem um suporte técnico local (Fundação), o GPL só dispõe do TC, o que explica a maior demanda por parte desse grupo. No caso dos dois grupos (GPL/GPC) existe um “buraco estrutural” entre ambos, sendo o único elo ponte o técnico do Cepagro (TC). Segundo Burt (1992 apud MOLINA, 2001), os buracos estruturais não existem nos grupos em que predomina os laços fortes,

sendo mais comuns nos grupos com densidade fraca, o que se justifica para esse caso tendo em vista a baixa densidade da rede.

Além do TC, se destacam no GPL a família GPL (1PL, 2PL 13PL), o 7PL, o 3PL a 4PL e o 12PL. Em relação a análise anterior, baseada nos padrões dispostos no sociograma, embora esses três últimos nós apresentem um grau elevado de centralidade, inclusive superior ao 6PL que nesse caso tem *indegree* 2, são de frequência 2, ou seja, de contatos bimestrais ou semestrais. Dessa forma, ainda que sejam solicitados, não conformam laços fortes, sendo um exemplo emblemático o caso do 12PL que se diz desistente do grupo, em função de uma série de aspectos já mencionados anteriormente. Mesmo assim aparece com um *indegree* alto o que revela o quanto o grupo vem tendo dificuldade em atuar enquanto rede, em termos de propósitos e objetivos. Isso porque não basta apenas a existência de relações entre os atores. Além disso precisa existir a compreensão de que essas relações são um suporte de um projeto formatado, segundo os objetivos da rede (MANCE, 1999).

Afora os nós 1PL, 2PL, 13PL, 6PL e 7PL, a grande maioria dos nós tem baixa frequência em termos de troca de informações, conforme pode ser nitidamente observado no sociograma do grupo. Inclusive os atores que se dizem ativos ou semi-ativos na rede (4PL, 9PL, 5PL, 11PL, 8PL) tem a mesma frequência de interações dos atores inativos (10PL, 14PL e 15PL).

Uma exceção a essa análise é o nó 3PL que apresenta duas conexões (forte e semi-forte), uma com o técnico do Cepagro e outra com a agricultora 6PL. A conexão forte com o Cepagro se justifica, pois o 3PL é tesoureiro do Núcleo Litoral Catarinense. Mas a conexão com a 6PL é bem provável que seja mais de ordem pessoal, ou de troca/venda de produtos artesanais, pois o 3PL está filiado à Cooperlagos, a cooperativa “rival” à Coopertabuleiro que vem sendo projetada pelos agricultores 6PL/1PL/7PL. Ou seja, não há uma tendência para a transitividade, pois houve uma quebra de afinidade entre esses nós com a filiação do 3PL à referida cooperativa (LEMIEUX & OUIOMET, 2008). Outro aspecto a observar é de que se trata de uma conexão semi-forte que parte do 6PL, semelhante a efetuada com o 12PL. Como nesse caso o contato parece não ter propiciado resultado, considerando que o 12PL se diz desistente do grupo, é provável que o contato com o 3PL seja mais ou menos semelhante.

Esses aspectos contribuem para reforçar o diagnóstico da existência de um núcleo com laços fortes no GPL que vem centralizando

as informações, o que explica em parte o desestímulo da maioria dos nós, transcritos na seção anterior, estando muitos desorientados, sem saber ao certo o que é a Rede Ecovida, o porquê da demora na viabilização do laticínio cooperativo, entre outros.

Uma pergunta que poderia ser colocada é de por que esses nós e não outros, que razões implícitas estariam conferindo suporte a esses laços fortes? A resposta, considerando a posição desses atores na rede e os seus atributos, seria por que detém um maior capital social. Ou seja, maior capacidade relacional, podendo mobilizar sem intermediação os outros atores (STEINER, 2006). No caso da família GPL (1PL/2PL/13PL) a principal característica é o prestígio, o reconhecimento, pois são os protagonistas dessas experiências no município, enquanto o nó 6PL em função de seu histórico pressupõe-se que detenha muitos conhecimentos, capacidade de articulação e de empreendedorismo. Isso de fato se comprova, pois a sua facilidade em estabelecer contatos com outros atores, instituições, vizinhança, vem sendo admirada inclusive por outros agricultores do GPL. No caso do agricultor 7PL o diferencial é de ser o único no GPL a ter pós-graduação e o que mais parece estar investindo na transição para pecuária orgânica. Ou seja, trata-se de atores estratégicos, com forte capital social, os quais como demonstra o sociograma vem sendo o eixo de sustentação do GPL. Se porventura esses nós forem removidos da rede, dificilmente ela conseguirá se reestruturar novamente, pelo menos não em curto prazo devido essa forte centralização.

Outra pergunta que poderia ser colocada é de por que não há reação dos outros nós, em termos de formar estruturas semelhantes? A hipótese é de que os nós mais antigos (4PL, 9PL, 10PL...) estão desestimulados, pois as iniciativas, os diversos projetos (turismo rural, associação, box do Ceasa, peixe orgânico) não prosperaram. Outra hipótese explicativa é de que o Cepagro vem adotando outro perfil, menos “centralizador”, diferente do que vinha sendo adotado no início da formação do grupo, tendo por consequência a desagregação, ou inação dos elos. Isso porque a estrutura não foi e não vem sendo gestada para atuar enquanto rede, de forma distribuída, mas de forma descentralizada, o que explica o alto *degree* de certos atores.

Além disso, parece estar implícito que todos sabem atuar/interagir em rede, não sendo necessário maiores esforços para o aperfeiçoamento da dinâmica reticular. O que corrobora essa análise é o fato de que das 34 oficinas e dos 4 seminários desenvolvidos no 8º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, de 28 a 30/12 em Florianópolis/SC, em nenhum deles foi tratado da organização,

dinâmica e gestão em rede. Outra hipótese é de que os novos nós, em especial do subgrupo do leite, como bem ficou explícito em suas falas na seção anterior, estão completamente desorientados, sendo que muitos inclusive se dizem desistentes, que não fazem mais parte do grupo, como o 12PL e a 15PL.

Nesse contexto, a justificativa, por parte de alguns agricultores, de que a densidade das trocas de informações seria baixa em razão dos diferentes tipos de produtos desenvolvidos por cada agricultor, o que não necessitaria de muito contato, parece pouco procedente. Isso porque a Rede Ecovida de Agroecologia não se limita à produção, e muito menos a ser uma simples certificadora. Esse tipo de análise e de justificativa revela uma baixa compreensão dos objetivos da Rede Ecovida, em especial da sua identidade de projeto, tal como consta nos seus Cadernos de Formação (ECOVIDA, 2007). Além disso, confirma o diagnóstico de que o GPL não vem colocando em prática a ideia elementar de rede, pois pouco considera a integralidade. Ou seja, de que cada um trabalhe dentro das suas especificidades, mas sempre considerando o objetivo central da rede em que está inserido (MANCE, 1999).

Em relação ao GPC o nó que mais se destaca é o técnico da Fundação Municipal 25 de Julho (FMPC) o que confirma a análise da forte dependência e atrelamento do grupo a essa instituição. Outro destaque é do nó 11PC, pois além de ser o que mais busca informações com nós do seu subgrupo, também é um dos poucos nós que possui conexão com o subgrupo da agricultura (conexão com três nós - 7PC, 10PC e 6PC). Além disso é o único do subgrupo dos fitoterápicos que tem conexão com o técnico do Cepagro. Isso justifica o protagonismo desse ator, o qual em termos de produção de plantas medicinais é o que está mais à frente do seu grupo.

Em função desses aspectos, pode-se colocar que esse nó é o que mais atua segundo a dinâmica de rede, devido a frequência e diversidade dos contatos, diferente, por exemplo, do 7PC que embora tenha alto *indegree*, pouco interage com os demais nós. Não obstante, o 7PC é um nó estratégico no grupo, pois contata o técnico do Cepagro e o técnico da Fundação 25 de Julho (FMPC), além de ser antigo no GPC e ter muitos contatos com outros grupos da rede, no Paraná e no Rio Grande do Sul, o que justifica sua referência no grupo. No entanto, em termos de troca de informações, de fortalecimento das conexões internas do GPC, esse nodo parece deixar a desejar, pois se limita a buscar informações no âmbito institucional (TC e FMPC), interagindo pouco

com os demais nós. Embora seja estratégico e muito importante ter contato com os técnicos, também é fundamental levar em conta os laços com os demais nós da rede, de modo a fortalecer o capital social do grupo (DURSTON, 2000; KLISBERT, 1999).

Outro ponto a destacar refere-se ao fato de que os nós do subgrupo da agricultura não tem relações com os nós dos fitoterápicos, o que contribui para explicar a dificuldade da integração mais harmônica desses atores. Um exemplo que corrobora essa análise refere-se ao esforço que os subgrupo dos fitoterápicos está fazendo para estruturar uma associação, a fim de comercializar os seus produtos, sendo que poderiam utilizar a estrutura da Coopaville em que os nós 4PC e 6PC, do subgrupo da agricultura, são os coordenadores. No entanto, isso não vem ocorrendo por falta de afinidade entre esses subgrupos, embora isso não seja dito explicitamente por nenhuma das partes. O 9PC é outro ator chave da rede, pois sempre está trabalhando para viabilizar os projetos, tendo participação ativa em todos os encontros.

Em relação aos técnicos citados, pode-se observar que o FMPC tem mais prestígio, sendo bem mais solicitado que os técnicos do FitoJoinville (1FTPC, 2FTPC), os quais foram referidos apenas uma vez e pelo mesmo nó. Isso evidencia o que de certo modo ficou explícito nas entrevistas com os agricultores, em termos de existir certo desconforto com esses técnicos. Entre as várias críticas efetuadas pelos nós, em especial dos fitoterápicos, está a falta de preparo em termos de combinar mais com a função, no sentido de ter maior proximidade com o meio rural.

Outra crítica foi referente ao uso político do programa FitoJoinville, pois além das evidências destacadas pelos agricultores, conforme transcritas anteriormente na parte de dados convencionais, a técnica 1FTPC era candidata a vereadora pelo partido da situação (PT), sendo a outra técnica 2FTPC assessora e indicação política da 1FTPC. Mesmo tendo boa parte dos integrantes do grupo se identificados como filiados ao PT, pode-se observar que as correntes internas ao partido que as referidas técnicas estão filiadas não são as mesmas dos agricultores. Além disso, enquanto ambas são indicação política, tendo vínculos estreitos com a gestão do Prefeito Carlito Merss, o técnico da Fundação (FMPC) é um funcionário de carreira, técnico agrícola concursado, e que vem acompanhando a rede há mais tempo, o que explica o maior prestígio.

5.3.5.2.3 Centralidade de proximidade

A centralidade de proximidade baseia-se na distância geodésica, ou caminho mais curto que liga dois atores. Nesse caso o técnico do Cepagro tem maior centralidade, pois em relação aos demais tem 6 caminhos mais curtos que facilitam o acesso a outros nós. Em razão de tratar-se de um grupo pequeno não há muita dificuldade de um nó chegar a outro, o que justifica a variação da centralidade de proximidade da maioria dos nós variar de 3,5 a 2 caminhos.

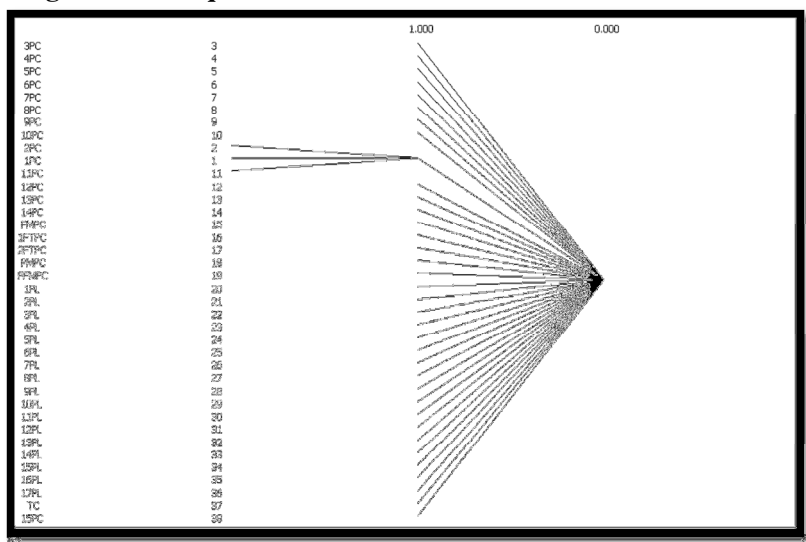
Quadro 28 - Closeness

GPL/GPC	Closeness
TC	6
FMPC	3,5
3PL	3,5
1PL	3,5
2PL	3,5
7PC	3,5
6PC	3,0
4PC	3,0

Fonte - autora

5.3.5.2.4 Clique

O clique refere-se a uma estrutura compacta da rede em que os atores estão fortemente conectados, sendo necessário no mínimo três atores para existir esse tipo de estrutura. No caso dos grupos analisados somente nessa rede, sobre informação (questão 1), que pode ser identificado um clique, conforme figura abaixo.

Figura 26 – Clique

Fonte: Elaboração própria – *Software Ucinet 6*

Trata-se dos nós 2PC, 1PC e 11PC que estão conectados simetricamente, sendo ambos do subgrupo dos fitoterápicos, ou seja, são nós que trocam mais contatos e informações com maior reciprocidade. Contudo, tendo por base a estrutura gráfica e as entrevistas de dados convencionais, pode-se concluir que esses nós mesmo tendo laços fortes não chegam a formar estruturas de poder de modo a se diferenciarem na rede, em termos de deterem mais informações que os outros nós.

No caso do GPC as trocas de informações entre os membros do grupo poderiam ainda ser mais intensas se tivessem outros encontros, não restritos à reunião mensal. Segundo o agricultor 9PC “inexiste isso em Joinville. Falta integração das pessoas do grupo, de não ter só uma reunião padrão, que talvez fosse importante fazer outros tipos de encontros, comemorações periódicas para as pessoas se afinarem, inclusive de ideias, pois o espaço da reunião é muito pouco”. Ressalta que pretende criar alguma maneira de agregar o grupo e seus familiares, de modo a se conhecerem mais, o que pode gerar ideias de como estruturar melhor o GPC, de como montar um plano de ação para ser efetuado no decorrer do ano.

Além disso, teria de ser viabilizado uma forma de ampliar o contato com os demais grupos da rede, pelo menos da zona costeira

catarinense, em termos de semestralmente alguns grupos organizarem um encontro, não apenas restritos aos encontros efetuado pelo Cepagro, mas como iniciativa dos próprios agricultores.

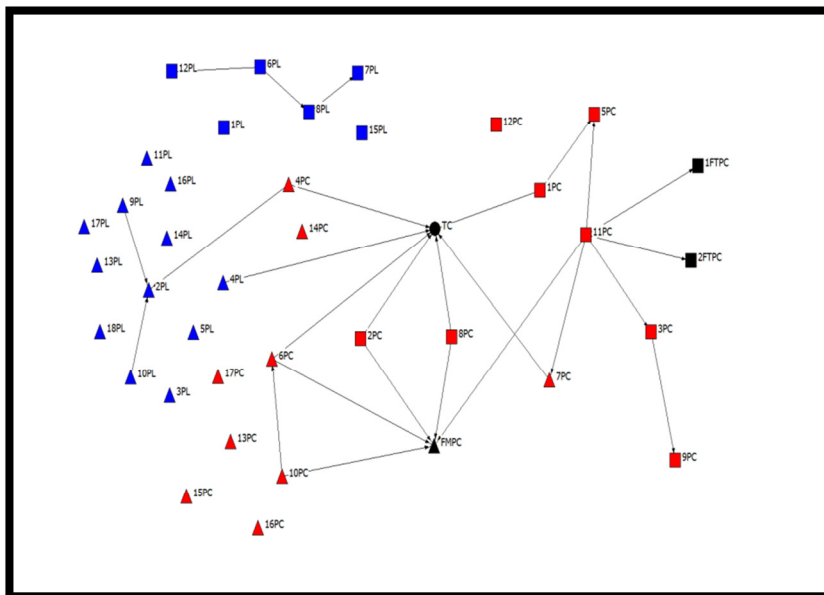
Em termos de conexões pode-se colocar que, de modo geral, no GPC existem mais laços fortes do que laços fracos, e no GPL ao contrário, com exceção do referido núcleo de nós (1PL, 2PL, 13PL, 7PL e 6PL). Nos laços fortes as relações são mais frequentes, com maior dedicação de tempo, há mais confiança, intimidade, maior reciprocidade, segundo a teoria de Granovetter (1973).

5.3.5.3 Rede Sociocêntrica Comunicação

Questão 2 - Comunicação: Com quais das pessoas você gostaria de se comunicar mais, a fim de melhorar a efetividade do seu trabalho?

Referente a comunicação na rede, pode-se observar conforme o gráfico 17 que existem em ambos os grupos atores que não foram indicados.

Gráfico 12- Questão 2: Comunicação.



Fonte: Elaboração própria – *Software Ucinet 6*

No caso do GPC os atores (12PC, 13PC, 14PC, 15PC, 16PC, 17PC) integram o subgrupo dos fitoterápicos, com exceção do 12PC que é da agricultura, sendo que todos eles são novos na rede. Em geral esses nós ou não quiseram responder o questionário alegando serem novos no grupo, ou não foram encontrados para serem entrevistados, como no caso da agricultora 12PC. Em função de sua condição de principiante na rede, a maioria ainda está no GPC como semi-ativo.

Vários nós responderam que gostariam de se comunicar com todos, como foi o caso do (2PL, 3PL, 5PL, 11PL, 5PC e 9PC). Essa resposta foi interpretada como sendo muito vaga, e de difícil análise, tendo sido desconsiderada. Em função disso, as conexões desses nós não constam no gráfico, assim como as conexões dos nós (13PL, 14PL, 15PL, 16PL e 17PL). O 13PL não quis responder o questionário, tendo se limitado a participar na primeira fase da pesquisa em que respondeu as questões da entrevista. O 14PL e o 16PL não foram encontrados, pois na época da coleta de dados o 14PL estava viajando para o exterior, e o 16PL reside no município de Imbituba, não sendo possível o contato. Ambos podem ser considerados nós inativos na rede devido a pouca participação e envolvimento. O 15PL e o 17PL desistiram de participar no GPL, por uma série de razões já mencionadas nas seções anteriores. O nó 1PL, embora tenha um alto grau de centralidade, conforme demonstrado na questão 1, disse que não costuma se comunicar com os demais nós sobre o seu trabalho (confeitaria), em função da especificidade dessa atividade.

No GPL praticamente não existe interesse em maior troca com os nós do grupo em relação ao aperfeiçoamento do trabalho, a exceção do subgrupo do leite que se destacam separadamente. Isso significa que ao iniciar as atividades do laticínio, em termos de produção, a troca e interação entre esses nós pode aumentar, e inclusive alguns que se dizem desistentes, como é o caso do 12PL e da 15PL, podem retornar ao GPL. Outras conexões existentes são com o 2PL e o TC, as quais são devido a experiência e conhecimento desses atores, pois o primeiro é o mais antigo e ativo nó do GPL, e o segundo é o técnico do Cepagro, uma das principais referências do grupo.

No GPC os nós chaves são os institucionais, ou seja, o FMPC (técnico da Fundação 25 de Julho) e o TC (Técnico do Cepagro). Em termos de padrões relacionais pode-se verificar uma maior demanda dos integrantes do GPC a esses técnicos, transparecendo certa dependência, tendo isso inclusive ficado explícito nas entrevistas com os agricultores, o que parece vir se confirmando nos sociogramas. A impressão é de que se esses nós forem removidos o GPC poderá se desestruturar. Além

disso, os padrões relacionais se repetem em parte, como no caso do 7PC que novamente recorre ao TC; e o 11PC que recorre a diversos nós do GPC.

5.3.5.3.1 Centralidade de grau – *Outdegree* e *Indegree*

Nessa análise foi privilegiado o *Indegree*, pois é o mais importante na verificação de qual nó foi indicado como sendo aquele que os demais gostariam de ter maior comunicação, conforme quadro abaixo.

Quadro 29 - *Indegree*

GPC	<i>Indegree</i>
TC	6
FMPC	5
5PC	2
GPL	<i>Indegree</i>
2PL	3
TC	1
6PL	1

Fonte: autora.

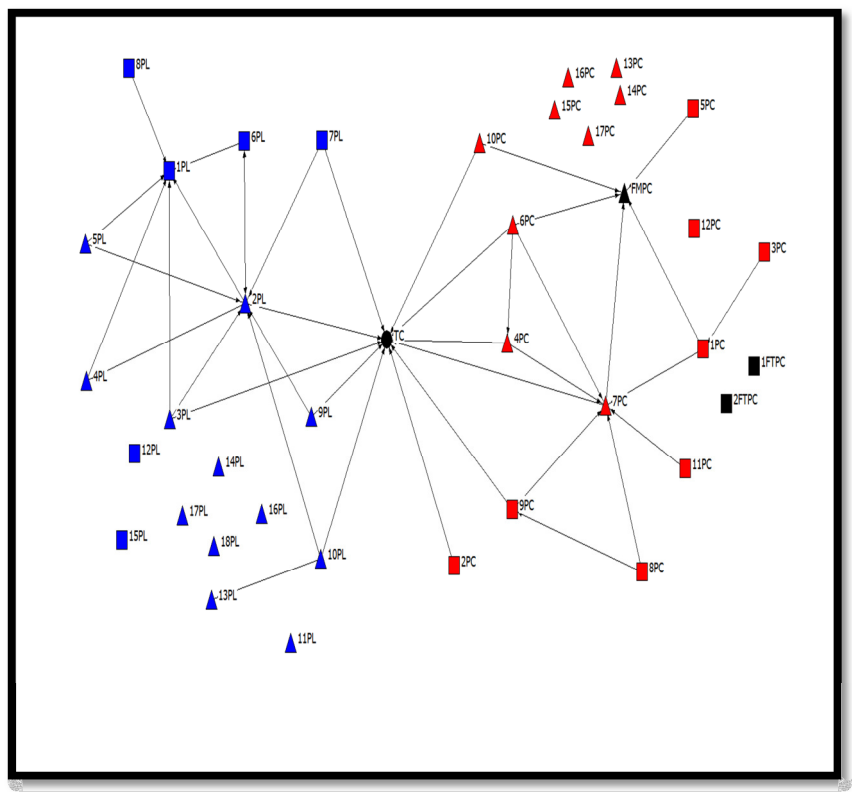
Como destacado anteriormente, o GPC demanda mais suporte técnico do que o GPL, sendo os *indegree* mais alto do TC e do FMPC. Isso pode ser explicado pelo fato de que tradicionalmente Joinville sempre propiciou suporte e apoio aos agricultores, sendo a Fundação Municipal 25 de Julho uma referência desde 1966, e um diferencial, pois nenhum outro município de Santa Catarina disponibiliza esse tipo de estrutura. Se, por um lado, esse apoio é positivo, como já destacado nas seções anteriores, por outro, gera uma certa dependência por parte dos agricultores em relação a essas estrutura. No GPL o destaque é para o 2PL em função de sua posição estratégica na rede decorrente de seus atributos, tais como antiguidade no GPL, tendo sido o primeiro agricultor a iniciar essa atividade em Paulo Lopes, maior conhecimento da área (agroecologia) etc.

5.3.5.4 Rede Sociocêntrica *Netweavers*

Questão 3 – *Netweavers*: Das pessoas listadas, quem você considera como animador, articulador da rede?

No caso dessa rede os nós que não apresentam nenhum laço é por que não foram indicados, conforme consta na estrutura gráfica, ou por que são desistentes, ou por terem se recusado a responder o questionário. Devido a especificidade dessa questão, apenas foi considerado a métrica centralidade de grau (≥ 2), sendo as demais desprezíveis para esse caso. Na sequência consta o gráfico dessa rede e o grau de centralidade.

Gráfico 13 – Netweavers



Fonte: Elaboração própria – Software Ucinet 6

5.3.5.4.1 Centralidade de grau

Quadro 30 - Outdegree e indegree

GPC	Indegree	Outdegree
TC	6	0

FMPC	5	0
7PC	6	2
6PC	0	4
GPL	<i>Indegree</i>	<i>Outdegree</i>
1PL	6	0
TC	5	0
2PL	6	4
10PL	0	3
3PL	0	3

Fonte: autora.

Como era esperado no GPL se destacam como referência em termos de animação e articulação da rede o 1PL, o 2PL, os quais em geral estão à frente dessas atividades no município e o TC, considerado um dos principais animadores do grupo. Em relação ao *outdegree*, enquanto o 2PL faz referência a 4 nós, o 1PL não faz nenhuma referência, embora esteja na coordenação do GPL, o que lhe propicia um bom conhecimento da atuação de todos os nós. Em sua opinião não existe nenhum nó no GPL que possa ser considerado, de fato, animador da rede, pois essa função exige um pouco mais que uma mera participação no grupo, requer uma dedicação maior, o que não vem ocorrendo segundo a agricultora. Mesmo tendo nós mais protagônicos em termos de tomar iniciativa como o caso do 6PL em construir o laticínio, ou do 7PL em se engajar para estruturar a Coopertabuleiro, isso não significa necessariamente que esses nós atuem como *netweavers*. Embora os dados convencionais demonstrem que esses nós sejam empreendedores, os dados relacionais evidenciam que nem por isso podem ser considerados animadores da rede.

Em relação aos grupos (GPL e GPC), em ambos o técnico do Cepagro é considerado uma referência em termos de *netweavers*, sendo a maior demanda por parte do GPC, pois enquanto 5 nós do GPL destacam o TC, do GPC são 6 nós. Novamente o GPC se demonstra atrelado aos técnicos, tendo além das conexões destacadas com o TC, mais 5 conexões com o FMTC. Afora os técnicos, a principal liderança/animador do grupo é o 7PC, sendo inclusive mais destacado que o técnico da fundação. Como já referido na questão 1, referente a primeira rede, o nó 7PC funciona como a “estação” do GPC, pois é o elo de ligação entre vários grupos da rede, sendo o único que comercializa produtos com os demais grupos da Rede Ecovida de Agroecologia, e que faz feira no município. Outro ponto interessante a observar é que se

comparado aos agricultores 6PC e 4PC (mais antigos no GPC), o agricultor 7PC é bem mais novo no grupo, tendo menos experiência e se inserido na agricultura há pouco tempo, mas mesmo assim é uma referência na rede. Ou seja, no GPC não são sempre os mesmos que estão à frente do grupo como no caso de Paulo Lopes, em que de modo geral são sempre os mesmos atores mencionados como centrais (1PL e 2PL). Outro detalhe a observar é que os agricultores 6PC e 4PC não somente são os fundadores do GPC, como também são agricultores consolidados, muito bem sucedidos na rede, mas nem por isso estão à frente desse processo, em termos de serem a principal referência.

Uma curiosidade em relação ao GPC é o nó 11PC, pois embora como visto nas demais redes faça referência a vários nós da rede, tendo sempre alto *outdegree*, nessa rede não teve nenhuma referência em termos de ser um animador do grupo. Isso demonstra que o agricultor 11PC, mesmo estando à frente do grupo dos fitoterápicos em termos de já estar produzindo, de participar de todos os encontros, de parecer colaborativo, o seu êxito está voltado mais para o seu próprio fortalecimento. Ou seja, não vem sendo visto como um nó capaz de, além de se desenvolver, animar o grupo, sendo um diferencial, não restrito ao bom exemplo daquele que está dando certo, mas que também seja capaz de dinamizar mais o processo. Essa lacuna pode ser explicada pelo fato do agricultor 11PC ser muito novo no grupo, tendo entrado em 2011 no GPC, o que pode estar causando certa inibição em termos de querer fazer muito, além do seu exemplo. Isso porque envolve maiores contatos com atores estratégicos da rede, uma maior capacidade propositiva, mais protagonica, o que para quem está iniciando pode parecer meio constrangedor, pois pouco conhece a equipe, o funcionamento do grupo. No entanto, o 11PC tem potencial para com o tempo passar do bom exemplo a uma posição mais propositiva, caso seja seu interesse. Trata-se de uma possibilidade, visto que nem todos tem pretensão de ser liderança, referência, embora queiram contribuir com o grupo, fazer sua parte na equipe, mas isso só o tempo poderá dizer.

5.3.5.5 Rede Sociocêntrica Reciprocidade

Questão 4 – Reciprocidade: Com quais dessas pessoas você costuma trocar favores em termos de ajuda mútua?

Da mesma forma que a questão anterior, nessa questão só será considerada a centralidade de grau, pois as outras são redundantes nesse caso. A exceção dos demais nós da rede, apenas o nó 3PL e 8PL disseram não ter nenhum tipo de relação recíproca com os demais nós e,

portanto, estão postos no gráfico destituídos de conexão, tal como os nós que não responderam o questionário.

Essa questão propicia outra estrutura de sociograma, bem diferente dos demais, tendo os técnicos um baixo *indegree*, conforme quadro 31.

5.3.5.5.1 Centralidade de Grau

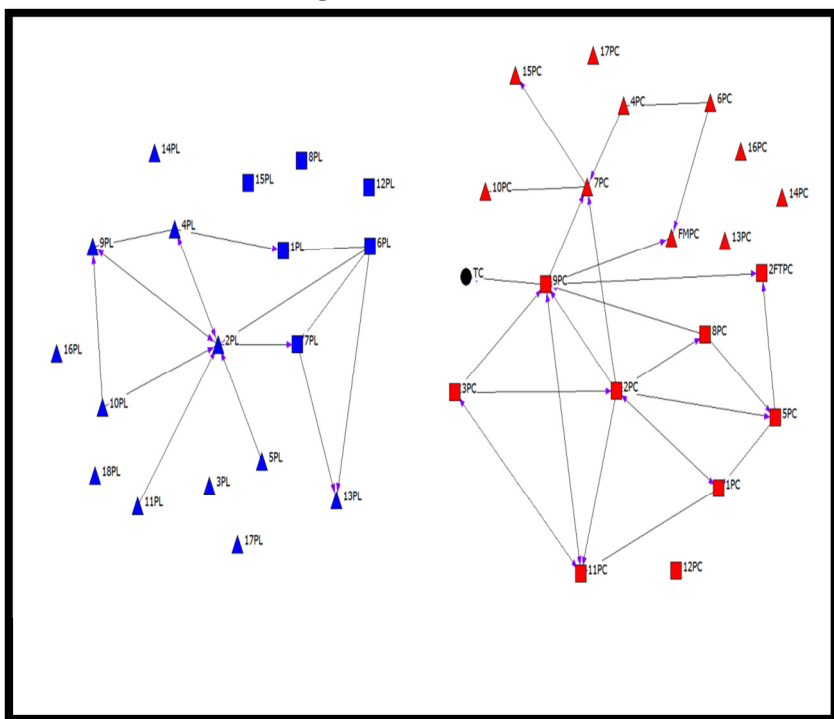
Quadro 31 - *Indegree e Outdegree*

GPC	Indegree	Outdegree
9PC	4	5
11PC	4	2
7PC	3	2
1PC	2	2
2PC	2	6
2FTPC	2	0
FMPC	2	0
3PC	1	3
TC	1	0
GPL	Indegree	Outdegree
2PL	7	3
9PL	3	1
1PL	2	0
13PL	2	0
7PL	2	0
4PL	1	3
6PL	0	4

Fonte: autora.

No entanto, mesmo nessa questão os técnicos ainda continuam sendo uma referência no GPC, o que o diferencia do GPL que não tem nenhuma conexão com o técnico. Trata-se de mais um aspecto a corroborar a hipótese de que enquanto o GPC está muito dependente das instituições, o GPL aparenta ter maior autonomia, recorrendo sempre em menor vezes ao técnico se comparado ao GPC. A visualização gráfica desses laços constam no sociograma a seguir.

Gráfico 14 – Questão 4: Reciprocidade



Fonte: Elaboração própria – *Software Ucinet 6*

Além disso, aparecem relações que justificam a proeminência de alguns nós, como no caso do 11PC, que agora é citado por quatro nós. Embora esse nó não seja considerado um animador da rede, é visto como solidário, como aquele que disponibiliza algum apoio, ou ajuda no grupo, tendo um dos maiores *indegree* da rede. De forma semelhante se encontra o nó 9PC, pois é outro nó com alto *indegree*, citado quatro vezes, podendo esse alto índice ser explicado em função da proatividade desses atores em colocar em prática, ou buscar meios concretos para efetivar o que estão se propondo. Tal como o 11PC, o 9PC pode ser considerado um potencial animador da rede, os quais ainda não se destacaram mais nesse quesito em função de serem muito novos no GPC. Ainda estão se enturmando, conhecendo como as coisas funcionam, mas tem potencial para fortalecer o GPC, torná-lo mais dinâmico e quem sabe uma referência no município, tal como as experiências de turismo rural. O 7PC além de ser considerado animador

da rede, também é indicado como um colaborador na rede, sendo que os nós por ele indicados são o 15PC que reside em Campo Alegre, e a agricultora 10PC, ambos parceiros na disposição de produtos para sua feira semanal. O 7PC não apenas revende os produtos do nó 10PC, mas também lhe viabiliza novos mercados como, por exemplo, levar o seu produto para vender em Curitiba. Assim como com o nó 15PC, sendo que nesse caso as trocas recíprocas se referem mais a contatos e ajuda mútua. O técnico da Fundação (FMPC) é citado duas vezes, pois um diferencial desse nó é o seu envolvimento com os agricultores, que não se limita a parte técnica, burocrática. Trata-se de um nó colaborativo, próximo aos agricultores, em quem eles têm muita confiança e afinidade a ponto de o solicitarem para ser o técnico exclusivo do GPC.

No GPL novamente se destaca o 2PL. A explicação para essa recorrência do mesmo nó já foi destacada nas análises anteriores, sendo importante acrescentar que em geral as trocas efetivadas nesse caso são de produtos que a família do 2PL (1PL e 13PL) agrega para colocar em sua feira semanal. Como, por exemplo, o 7PL e o 9PL colocam seus produtos na referida feira, sendo que os demais nós os procuram por serem uma referência no grupo, com maior potencial, em especial o 2PL por ser o empreendedor dessa atividade no município. Além disso, possui muitos contatos, internos e externos à rede o que lhe confere um forte capital social contribuindo para o seu alto índice de reciprocidade. Isso porque a reciprocidade, em termos de ajuda mútua, não se limita a trocas materiais, podendo envolver acesso a novos contatos, a novas ideias e recursos diversos.

Com essa quarta e última rede sociocêntrica se confirma a hipótese dessa pesquisa de que os grupos (GPL e GPC) não vêm atuando em rede, existindo um buraco estrutural entre ambos, tendo por nó ponte o técnico do Cepagro. Afora os encontros ampliados do Núcleo Litoral Catarinense, ou da Rede Ecovida de Agroecologia, não há nenhum contato entre esses atores. Em termos de comparação pode-se dizer que o GPC apresenta uma estrutura um pouco mais distribuída, estando mais próxima à estrutura em rede, enquanto o GPL se centraliza em poucos nós, além de haver muita desagregação entre eles, com poucos laços, nitidamente explícitos nos sociogramas. Outro dado que favorece o GPC em termos de se assemelhar mais a uma estrutura reticular, é a ausência de um coordenador formal no grupo e a abertura para o surgimento de novas lideranças. Ou seja, no GPC não são os mais antigos que estão à frente desse processo, embora continuem participando ativamente no grupo, pois parece haver um ambiente

propício para o florescimento de novas lideranças em função da estrutura da rede.

4.3.5.6 Redes egocêntricas

Nessa parte do trabalho serão analisadas as redes egocêntricas, ou seja, os laços efetivados por cada nó dos grupos, não restritos à Rede Ecovida. Para os propósitos dessa análise só serão considerados a centralidade de grau (*degree*), pois as demais métricas não se aplicam a esse caso e/ou não teriam real interesse para a análise, podendo ser consideradas redundantes. Diferente das redes sociocêntrica, nesse caso cada rede terá um questionário específico, com pontos pré-estabelecidos de acordo com a teoria de redes e a metodologia de ARS. Para essas redes foram incluídos somente os nós que responderam ao questionário, sendo os demais excluídos para facilitar a visualização, tendo em vista que são muitos nós. As redes são padronizadas, sendo todos os nós representados na figura geométrica do círculo, e os nós da rede coloridos em vermelho. Cada rede terá sua legenda específica, a fim de diferenciar os diferentes *alters* citados pelos nós. No entanto como seria impossível colocar o nome de todos os *alters* no sociograma, foi elaborado uma legenda com o nome de cada sigla referida no gráfico, a qual consta nos anexos desse trabalho.

As redes egocêntricas analisadas nessa pesquisa podem ser classificadas como Redes Egocêntricas (somente indivíduos), pois são obtidas informações dos vínculos do indivíduo com outros, mas não sobre as conexões entre esses outros indivíduos (HANNEMAN, 2000).

A análise das redes egocêntricas é importante, a fim de se obter uma visão das conexões externas dos nós, não restritas à Rede Ecovida de Agroecologia, de modo a verificar a abrangência da rede, o que facilita a sua caracterização em termos de ser mais endógena ou exógena. Embora o adensamento dos vínculos locais propicie a criação de um padrão produtivo local e a configuração de ações coletivas, são os vínculos com o mundo externo, com os centros dinâmicos, que de fato irão diversificar, trazer recursos para ampliar essas inovações (VALE, 2006). Além disso, contribui para verificar até que ponto os nós da rede fazem referência uns aos outros em termos de ajuda, discussão de temas relacionados à rede, se participam ou não das mesmas organizações, entidades, partidos políticos etc. Enfim, esse tipo de rede traça um perfil externo do nó, o que não é possível verificar com a modalidade de rede sociocêntrica. Dessa forma, as implicações dos padrões relacionais estabelecidos são fundamentais na dinâmica e amplitude da rede, servindo para ajudar a compreender o seu *modus operandi*, assim como

explicar alguns bloqueios e êxitos em cada estrutura relacional (GPL e GPC).

4.3.5.6.1 Rede Egocêntrica - Ajuda

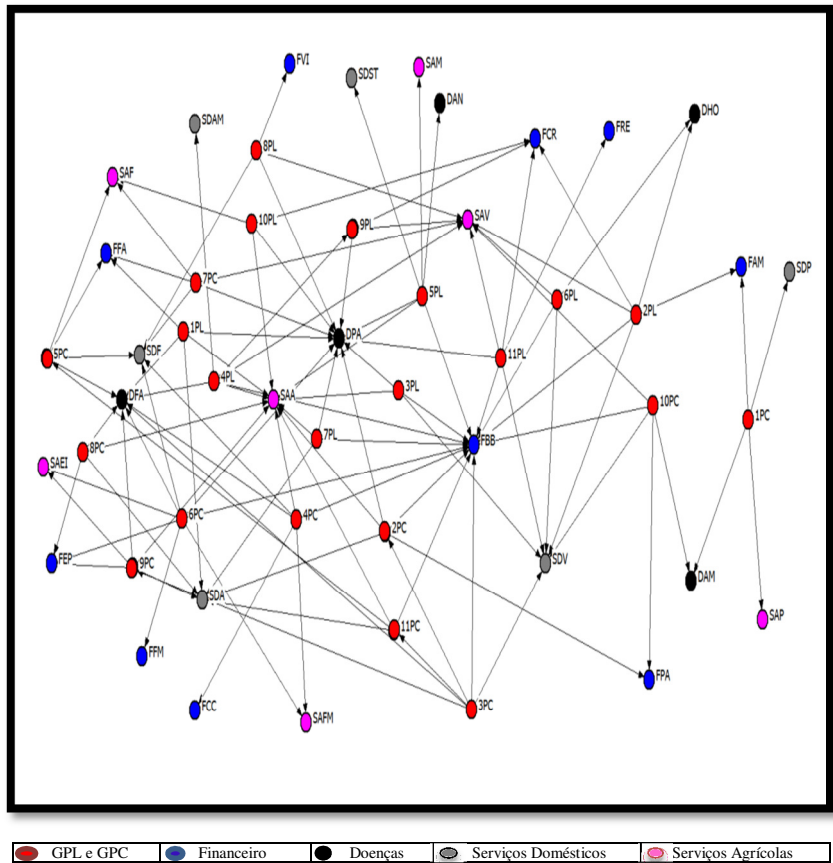
Quadro 32 – Questionário Rede Egocêntrica - Ajuda

Questão 1: Se o Senhor precisa e/ou se precisasse de ajuda no seu cotidiano, a quem recorre e/ou recorreria?			
Tipos de ajuda	A qual alter recorre (parente, amigo...)?	De qual região? (bairro, município..)	Em que frequência? (diária, semanal...)
1 – financeira			
2- doenças			
3- serviços domésticos			
4- serviços agrícolas			
5- outros			

Fonte: Elaboração própria com base na literatura sobre metodologia de ARS

Em relação a esse primeiro bloco de questões, de modo geral pode-se colocar que o foco principal de análise será a primeira questão (A qual *alter* recorre?), pois a grande maioria dos *alters* citados eram da região e/ou de Santa Catarina, sendo uma minoria de outros locais. Em relação a frequência dos contatos, a maior parte dos agricultores destacou que são esporádicos, sem saber dizer ao certo uma frequência definida. O item 5 (outros) não foi utilizado por nenhum entrevistado. O sociograma desse questionário, com sua respectiva legenda, pode ser verificado na sequência.

Gráfico 15 - Ajuda



- Centralidade de grau

Em razão do grande número de *alters* citados apenas foram considerados aqueles com o *outdegree* ≥ 5 , a exceção para o *indegree* quando a referência é um membro do GPL ou do GPC, pois esses laços evidenciam o nível de capital social vigente na rede. No caso específico dessa rede foram citados uma vez o 5PC no tópico sobre doenças, o que se justifica, pois esse é o nó que mais experiência tem na área dos fitoterápicos. Na parte de serviços agrícolas foram citados o 9PL, 11PC, 2PC, sendo os nós do GPC todos do subgrupo dos fitoterápicos o que corrobora com a análise de que há pouca troca e interação com o

subgrupo dos agricultores. Esses três nós do GPC já haviam sido referidos anteriormente na rede sobre reciprocidade, sendo confirmados nesse sociograma, inclusive a referência ao 2PC foi feito novamente pelo nó 3PC. Do mesmo modo o 9PL, o qual foi citado três vezes nessa rede, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 33 – Indegree e Outdegree

	<i>Indegree</i>	<i>Outdegree</i>
FBB	13	0
DPA	11	0
SAA	11	0
DFA	8	0
SAV	8	0
SDVI	6	0
SDAU	6	0
SDFA	5	0
9PC	1	5
2PC	1	5
5PC	1	4
11PC	1	4
9PL	1	3
6PC	0	8
2PL	0	6
4PL	0	6
5PL	0	6
7PC	0	5
1PL	0	5

Fonte: autora.

No âmbito externo à rede tem destaque o FBB (Financeiro Banco do Brasil), pois muitos agricultores utilizam o PRONAF, o qual é efetuado via esse banco. A Cresol, embora muito destacado por alguns agricultores do GPL, foi citado apenas quatro vezes. Na parte de doenças a maioria busca apoio do Posto de Atendimento que inclui desde SUS à Unimed, e uma boa parte solicita apoio à família (DFA – Doenças Família). Na parte se serviços domésticos são citados primeiro a família (SDFA – Doméstico Família), depois auxiliar (SDAU – Serviço Doméstico Auxiliar) que em geral é pago por dia, e por último vizinhos (SDVI – Serviço Doméstico Vizinhos), os quais residem próximos às propriedades dos agricultores, sendo que nenhum deles

integra os grupos (GPL ou GPC). Na parte de serviços agrícolas foram citados os nós da rede como já referido (9PL, 9PC, 11PC, 2PC), e amigos (SAA – Serviços Agrícola Amigos) e vizinhos (SAV - Serviços Agrícola Vizinhos).

De modo geral há pouca referência aos nós da rede (GPL/GPC), sendo que a modalidade SAA (Serviços Agrícola Amigos) não inclui nenhum nó da rede, nem a modalidade SAV (Serviços Agrícola Vizinhos). Por um lado, a distância entre as propriedades dos agricultores contribui para essa baixa conectividade. Por outro, a falta de tempo e o pouco incentivo a essas práticas coletivas nos grupos, sendo os encontros em geral limitados a uma vez ao mês e com pauta pré-definida o que também contribui para esse distanciamento. No caso do GPL existiram mutirões quando estava sendo implementado o Projeto de turismo “Caminhos da Natureza”, em especial na propriedade do agricultor 9PL, mas como o projeto não teve êxito esse tipo de prática não tem sido mais recorrente.

Os maiores *outdegree* da rede são dos nós finais do quadro 33, tendo destaque o 6PC que é um dos principais empreendedores nesse campo, tendo sido um dos protagonistas na construção do GPC. Novamente se destacam os nós 1PL e 2PL com maiores *outdegree* do grupo, mais o 4PL. Mas, de modo geral, a variação desse índice foi de 5 a 4 *alters* destacados.

Os contatos dessa rede são quase todos endógenos, sendo a maioria restritos ao próprio município, havendo poucas referências a conexões externas em termos de região, estado, a exceção do nó 5PL que tem contatos com amigos de vários lugares, inclusive de fora do estado e do país. Isso porque participa de Sistema de Trocas e/ou intercâmbio com outras propriedades que desenvolvem o turismo rural. Além disso, possui amigos em Ecovilas, participa na rede de economia solidária o que lhe propicia apoio na área de serviços domésticos e agrícolas, por exemplo.

4.3.5.6.2 Rede Egocêntrica - Comunicação

Quadro 34 - Questionário Rede Egocêntrica - Comunicação

Questão 2: Se o Senhor precisa e/ou se precisasse discutir temas relacionados ao trabalho, a quem recorre e/ou recorreria?			
Tipos de temas	A qual alter recorre (parente, amigo...)?	De qual região? (bairro, município..)	Em que frequência? (diária, semanal...)

1 - inovações			
2- empréstimos			
3- manejo agrícola			
4-comercialização			
5- Outros			

Fonte: autora.

Embora a maioria dos laços continue sendo endógenos, aparecem vários laços exógenos na questão sobre inovação e comercialização, tendo destaque os Estados do Paraná, em especial com contatos do agricultor 7PC em Curitiba, e do 2PL em São Paulo, o qual presta assessoria a empresa Cultivar Orgânicos com sede nesse estado.

- Centralidade de grau

Quadro 35 – *Indegree e Outdegree*(≥ 5)

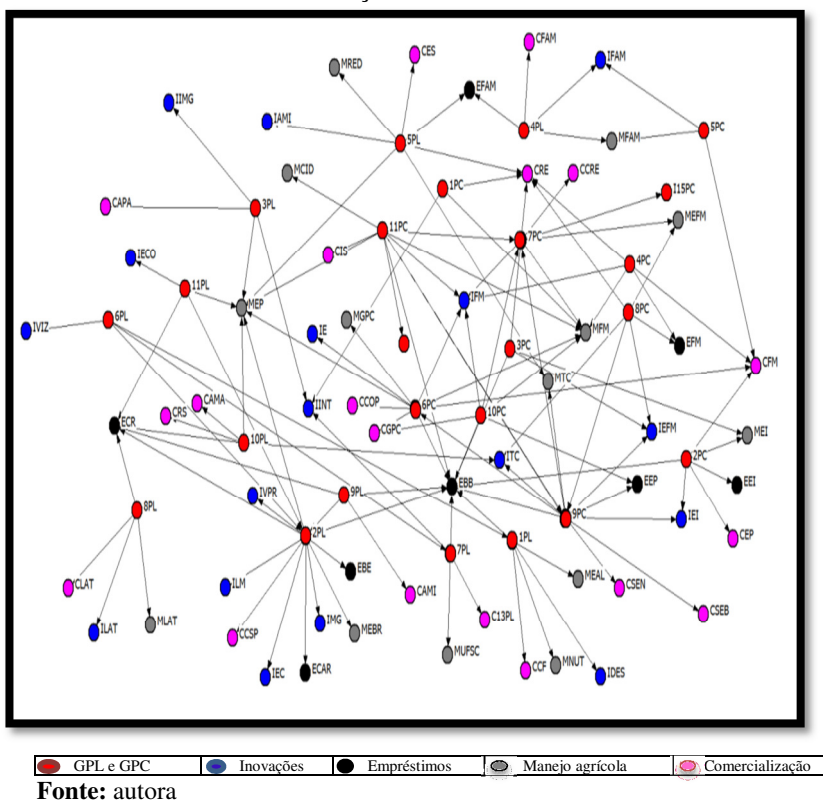
	<i>Indegree</i>	<i>Outdegree</i> (≥ 5)
EBB	10	0
MEP	7	0
MFM	6	0
ECR	5	0
CRE	5	0
IFM	5	0
7PC	3	5
2PL	3	11
9PC	3	10
6PC	1	9
3PC	1	0
15PC	1	0
1PL	1	5
7PL	1	0
5PL	0	7

8PC	0	6
2PC	0	6
10PC	0	6
11PC	0	10
4PC	0	5
10PL	0	5

Fonte: autora.

Em relação ao *indegree* os nós da rede mais citados foram o 2PL na parte de manejo agrícola (1 *indegree*) e de comercialização (2 *indegree*); o 9PC na parte de comercialização (1 *indegree*) e de inovação (2 *indegree*); o 7PC na parte de manejo agrícola (1 *indegree*) e na parte de comercialização (2 *indegree*). O 7PC e o 2PL embora estando em grupos diferentes, são dois nós considerados animadores dos seus respectivos grupos. Além disso, são os principais responsáveis por fazer girar os produtos na rede, sendo os únicos dos grupos a organizarem feira, o que requer muitos contatos. Já o 9PC se destaca mais na inovação, pois como já referido está sempre a procura de novidades, de maneiras de aperfeiçoar sua atividade.

Os nós com maior *outdegree* do GPL são o 2PL e o 5PL, ambos antigos no grupo e dedicados exclusivamente a esse tipo de atividade, diferente de muitos agricultores que ou são aposentados, e/ou são pluriativos. Nesse caso os dois são exclusivos do ramo da agroecologia e lideram essa atividade no âmbito familiar, principalmente, na efetivação de contatos, de fechamento de negócios, de visitas externas etc. No GPC se destacam o 11PC, o 9PC e o 6PC, os quais são aposentados e tem tempo disponível para efetuar contatos, são nós ativos, com espírito empreendedor em termos de buscar coisas novas, de aprender novas atividades, embora a renda dessa atividade (fitoterápicos) seja mais secundária. Essas relações também podem ser visualizadas no sociograma a seguir.

Gráfico 16 -Rede: Comunicação

O destaque para os laços externos à rede na parte de inovação é para a IFM (Inovação Fundação Municipal 25 de Julho); os empréstimos no EBB (Empréstimo Banco do Brasil) e ECR (Empréstimo Cresol); no manejo agrícola o mais citado é a MFM (Manejo Fundação Municipal 25 de Julho) e MEP (Manejo Agrícola Epagri) e na comercialização a Rede Ecovida (CRE). Esses laços confirmam o que vem sendo destacado nesta pesquisa, a forte presença de laços endógenos, com significativo atrelamento às instituições públicas, em especial por parte do GPC. A Cresol se destaca no âmbito do GPL, sendo forte a filial da Penha no município de Paulo Lopes. Outro aspecto interessante que o gráfico revela é que a maioria dos *indegree* do MEP (Manejo Agrícola Epagri) são oriundos dos nós do GPL, os quais foram os que mais teceram críticas a essa instituição,

conforme descrito na parte de dados convencionais. No entanto, são os que mais a procuram para auxílio na área de manejo agrícola. Outro dado interessante é a endogeneidade dos nós à rede, sendo a maior parte da comercialização tratada no âmbito da Rede Ecovida, via troca de produtos com outros grupos, mesmo que ainda o circuito de comercialização da rede não passe nesses municípios devido a falta de produto. Nesse caso os agricultores, em geral o 2PL e o 7PC, precisam fazer todo um esforço para ir ao encontro do circuito, contatando com outros grupos, negociando a venda por antecedência etc. Se caso o Cepagro conseguir um box no Ceasa como vem sendo negociado, irá facilitar esse processo, pois o circuito deverá passar nessa região.

4.3.5.6.3. Rede Egocêntrica Apoio

Quadro 36 – Questionário Rede Egocêntrica Apoio

Questão 3: Quais pessoas, organizações e/ou instituições o Sr recorreu, nos últimos anos, para o desenvolvimento da sua atividade?			
Tipos de organizações	Tipo de alter (empresa, prefeitura..)	De qual região? (bairro, município...)	Em que frequência? (diária, semanal...)
1 – Âmbito do mercado			
2- Âmbito do Estado			
3- Âmbito da sociedade civil			
4-Âmbito familiar e pessoal			
5- Outros			

Fonte: Elaboração própria.

- Centralidade de Grau

Quadro 37 – *Indegree e Outdegree* (≥ 5)

	<i>Indegree</i>	<i>Outdegree</i> (≥ 5)
SCCEP	12	0
FPFAM	12	0
EEP	11	0
EFM	10	0
EUFGSC	6	0
SCMST	2	0
MVB	1	0
4PC	0	5
5PC	0	5
2PC	0	5
7PL	0	5
5PL	0	10
10PL	0	8
6PL	0	8
11PC	0	7
9PC	0	6
6PC	0	11
1PL	0	12

Fonte: autora

A centralidade de grau apresenta os maiores *outdegree* nos nós 1PL, 6PC e 5PL. No caso do 1PL esse alto índice é devido ser o nó “relações públicas” da sua família (2PL e 13PL), que em geral participa de audiências públicas, encontros, reuniões, entrevistas, o que lhe confere uma gama maior de contatos com as diferentes esferas do questionário dessa terceira rede. O 5PL se destaca devido sua trajetória, em termos de residir em vários locais (Argentina/Florianópolis/Antônio Carlos), de tornar-se agricultora mais tarde, sendo proveniente do meio urbano, onde era professora universitária. O alto índice do 6PC pode ser explicado em função das características apontadas na matriz anterior.

No âmbito externo, podendo ser considerados laços fortes em função da frequência dos contatos, tem destaque a SCCEP (Sociedade Civil – Cepagro), um dos principais nó da rede, e a FPFAM (Familiar Pessoal – Família). No âmbito do estado se destacam a EEP (Estado Epagri), a EFM (Estado Fundação Municipal 25 de Julho) e a EUFGSC

(Universidade Federal de Santa Catarina). Conforme pode-se verificar no sociograma a Epagri é novamente mais referida pelos nós do GPL, assim como a EUFSC é somente citada por esses nós, enquanto os nós do GPC se limitam mais a Fundação 25 de Julho. Se por um lado, reforça o perfil endógeno do GPC em se manter restrito a essa instituição, por outro revela o seu potencial em termos de propiciar respostas a demanda dos agricultores, pois disponibiliza auxílio, pesquisa e extensão, não sendo necessário recorrer a outras instituições. Uma das razões da UFSC ser citada é devido o apoio logístico da instituição, seja em termos de pesquisa, seja na parte de extensão. Inclusive o NMD (Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Desenvolvimento e Meio Ambiente) da UFSC vem há anos trabalhando nessa região, em especial no Litoral Centro Sul Catarinense, onde fica o município de Paulo Lopes e onde essa instituição foi referida.

De modo geral as conexões são endógenas, à exceção de alguns nós como o 5PL que novamente reforça seus contatos externos nesse gráfico com as feiras do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), feiras de economia solidária, fóruns (municipal, estadual e federal) de economia solidária. O 2PL citou dois contatos na parte de comercialização em São Paulo, assim como o 3PL que citou um contato nessa área e nesse estado (MPG – Produtor de Gráficos em São Paulo).

4.3.5.6.4 Rede Egocêntrica Participação

Quadro 38 - Questionário Rede Egocêntrica Participação

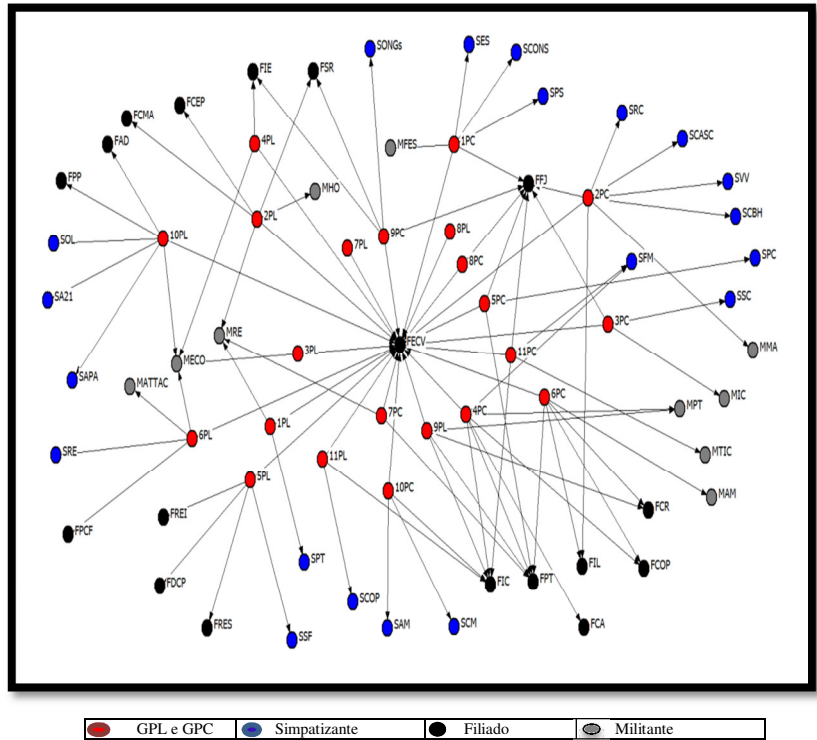
Questão 4: Em quais instituições/organizações/entidades/cooperativas o Senhor tem participado?			
Tipos de participação	Tipo de alter (partido, cooperativa...)?	De qual região? (bairro, município..)	Em que frequência? (diária, semanal...)
1 – Simpatizante			
2- Filiado			
3- Militante			

4- Outros			

Fonte: autora

Nessa rede é verificado as instituições/organizações/entidades/cooperativas em que os agricultores participam, e do modo como participam, se são simpatizantes, filiados ou militantes, conforme sociograma a seguir.

Gráfico 18 - Rede: Participação



Fonte: autora

De modo semelhante as demais redes a maioria dos *alters* destacados são endógenos a exceção da agricultora 6PL que tem contatos exógenos com *alters* na França, sendo filiada ao Partido

Comunista Francês em decorrência de ser nativa desse país. Pela primeira vez os maiores *outdegree* da rede são do 2PC, do 10PL e do 4PC, conforme quadro 39, os quais pouco se destacaram no âmbito interno da rede.

- Centralidade de Grau

Quadro 39 – *Indegree e Outdegree* ≥ 5

	<i>Indegree</i>	<i>Outdegree</i> ≥ 5
FECV	22	0
FFJ	7	0
FPT	5	0
FIC	5	0
2PC	0	8
10PL	0	7
4PC	0	7
1PC, 2PL, 6PC	0	6
9PL, 5PL, 11PC, 9PC, 6PL	0	5

Fonte: autora.

Ambos são agricultores consolidados, e embora a 2PC integre o subgrupo dos fitoterápicos do GPC, vem há anos produzindo flores ornamentais orgânicas, não tendo nunca utilizado insumos químicos em sua propriedade. O 4PC é um dos mais antigos no GPC, tendo sua produção aumentado devido a maior demanda do mercado, o que tem lhe estimulado a permanecer nessa atividade. O agricultor 10PL, ainda que esteja inativo no GPL, continua produzindo as mesmas coisas e do mesmo modo, orgânico e para uma clientela específica. Não expandiu sua produção, a exceção do turismo rural, onde fez maiores investimentos como ampliação de pousadas e de melhorias na propriedade para atender os turistas. Esses agricultores em função do êxito de suas atividades, do tempo que já estão envolvidos nessa área, lhes facilita o estabelecimento de maiores conexões com atores diversos. Em relação ao 10PL, um detalhe interessante é o fato de ser a primeira vez que um nó da rede se diz simpatizante de organizações surgidas em meados da década de 90 na zona costeira catarinense, tais como Agenda 21 de Ibiraquera (SA21), APA da Baleia Franca (SAPA) e do Observatório do Litoral (SOL). A maioria dos agricultores, pelos menos

do GPL, sabem da existência dessas entidades na zona costeira catarinense, mas nenhum as citou como simpatizante, afora esse nó. Assim como nenhum nó do GPC citou o MST como simpatizante, embora existam dois assentamentos próximos à Joinville, em Garuva e Araquari. Seguido a esses destacam-se com maiores *outdegree* os nós 1PC, 2PL, 6PC, sendo que o 1PC é o único nó que se diz militante do Fórum de Economia Solidária, procurando sempre fazer a ponte entre essa entidade e a Rede Ecovida. O 2PL, o 1PL e o 7PC são os únicos que se consideram militantes da Rede Ecovida, sendo que os nós 2PC, 10PL, 6PL, 3PL, 4PL se dizem militante do meio ambiente (MMA/MECO), mas sem fazer referência ao nome da Rede Ecovida. O 4PC e o 9PL se declaram além de filiados, também militantes do PT.

Há uma diferença entre ser filiado ao partido e ser militante do partido, pois no primeiro caso a ligação é mais distante, podendo ter diferentes variações, se é filiado porque algum conhecido o filiou, porque participou de alguma campanha etc. Já ser militante subentende um maior envolvimento e proximidade, indo além da simples filiação, pois nesse nível os atores atuam no sentido da construção de um projeto comum e/ou pelo menos semelhante, seja do partido, da ONG etc. Trata-se de uma fidelidade e engajamento com os propósitos do grupo, o que impulsiona a militância, que não deixa de ser sinônimo de defesa de ideias, de disputa por hegemonias e de participação espontânea.

Em relação aos *indegree* o maior índice foi de filiação à Rede Ecovida de Agroecologia (FECV) e ao FitoJoinville (FFJ), seguido da filiação ao PT (FPT) e à Igreja Católica (FIC). Um dado que pode exemplificar a análise anterior sobre a diferença entre ser filiado e ser militante, é do nó 11PC que se diz militante do teatro da Igreja Católica e do nó 3PC que se diz militante da Igreja Católica, em relação aos somente filiados a essa Instituição. Enquanto esses apenas mencionaram a Instituição, os nós 11PC e 3PC percorreram sobre o seu envolvimento e colaboração de forma espontânea nas dinâmicas internas da Igreja, colaborando de algum modo com o grupo. Ou seja, há um comprometimento maior com as ideias e práticas da Instituição. Nesse sentido, parece emblemático o fato de apenas três agricultores se denominarem militantes da Rede Ecovida, sendo que a grande maioria se identificou apenas como filiado, embora essa questão tenha sido bem marcada no questionário, o qual foi aplicado pela autora desse trabalho. Isso revela que ainda não há um reconhecimento da dimensão sociopolítica da proposta agroecológica, sendo esse aspecto muito embrionário e pouco considerado por parte dos agricultores. Em geral, limitam a agroecologia a alimentos saudáveis, a ausência de insumos

químicos, sem alertar para a dimensão estrutural em termos da construção de novas sociabilidades. Isso porque a relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico é pouco compreendida, o que justifica o fato de agricultores consolidados e antigos na rede estarem vendendo sua produção orgânica como convencional.

Face ao exposto, com base nos gráficos das redes egocêntricas verifica-se um perfil fortemente endógeno da rede, comum aos dois grupos, o que não deixa de ser um aspecto negativo, pois dificulta a dinâmica desses processos em termos de inovação e de ampliação dessas experiências. Além disso, a dimensão política, tal como a atuação em rede, vem sendo consideradas secundárias, sendo a primeira vista ou de forma pejorativa, ou como sendo coisa de pessoas idealistas, e referente a segunda, subentende-se que todos saibam atuar em rede. Em geral a justificativa para não inserir essas questões nas pautas dos eventos, ou nas oficinas dos técnicos com os agricultores é a falta de tempo o que, aos poucos, vai contribuindo para afastar a rede do seu ideário inicial, em termos de constituir-se como uma nova estratégia de desenvolvimento rural.

Outro aspecto demonstrado pelos sociogramas e que confirma a primeira hipótese desta tese, refere-se à inexistência de laços com outros atores territoriais como o MST, a Agenda 21, APA da Baleia Franca, entre outros, que se estabeleceram na zona costeira a partir da década de 1990. Em geral são organizações, entidades progressistas que se expressam como defensoras de novas modalidades de desenvolvimento, menos predatório ao meio ambiente, que poderiam incentivar, agregar apoio à rede caso existisse alguma parceria. No caso do MST, por exemplo, embora um agricultor tenha feito referência ao movimento, a parceria com os assentados é da Fundação 25 de Julho que compra a produção dos assentados para a merenda escolar. Mas da parte do GPC não há nenhuma parceria em termos de apoios mútuos, organização de mutirão, ou evento, oficina, palestra em comum. Em razão do MST disponibilizar técnicos que trabalham gratuitamente junto aos assentados, de conseguir manter sua juventude no campo, de ter apoio de várias redes, poderia ser um exemplo às famílias do GPC, as quais não conseguem despertar o interesse dos seus filhos pela agroecologia. De todos os integrantes desse grupo, nenhuma dessas experiências terá continuidade se for depender do interesse dos seus filhos, pois os que ainda não saíram da propriedade, estão saindo ou pretendem sair, sendo uma exceção as propriedades que possuem turismo rural.

5.4 CONCLUSÕES

Conforme exposto no segundo capítulo, as redes constituem indicadores de capital social dos territórios. Dessa forma, em locais onde é forte o associativismo, onde as práticas de reciprocidade estão mais presentes, pode-se deduzir que as potencialidades dessas iniciativas serão maiores. Contudo, esse não parece ser o caso da zona costeira catarinense, em função de uma série de fatores já elencados que contribuíram para a desestruturação das comunidades locais. Sendo assim, embora essa região apresente diversos aspectos favoráveis para o florescimento das redes de agroecologia, como referido na situação problema dessa pesquisa, isso não vem ocorrendo. Ainda que isso não invalide o potencial dessas iniciativas, contribui para explicar as dificuldades na sua difusão e consolidação.

Além disso, outro aspecto a ser observado que corrobora essa análise explicativa refere-se ao espontaneísmo da atuação em rede, em termos de não considerar pontos nevrálgicos para o bom andamento dessas iniciativas, como destacado no segundo capítulo desta tese. De modo geral, há um discurso do senso comum de que basta haver conexões para a existência da rede, desconsiderando os esforços necessários para que essas estruturas funcionem, de fato, enquanto rede. Sem isso, é forte o risco dessas inovações se limitarem aos mesmos grupos, tendo uma inércia em termos de protagonismo e de fortalecimento do capital social. Mesmo que os esforços despendam tempo, o retorno tende a ser maior, pois como demonstram várias pesquisas, em locais com maior capital social todos saem ganhando (DURSTON, 2000; PUTNAM, 2006; VALE, 2006).

Como pode ser demonstrado pelos sociogramas, a estrutura da rede irá refletir a sua dinâmica, assim como o capital social presente no território, conforme explicado no item sobre redes egocêntricas. A fim de alterar essa estrutura, faz-se necessário uma reestruturação dessas inovações, de modo a possibilitar a emergência de uma nova dinâmica reticular, segundo indicações mencionadas no decorrer da análise dos dados desta pesquisa. O ideal seria que essa iniciativa partisse do coletivo (Rede Ecovida), ao invés de limitar-se a um ou outro grupo, em termos de ser construída a longo prazo constituindo uma estratégia de ação, a fim de fortalecer os nós, a rede e, em consequência, o capital social desse território.

6 POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS À LUZ DO ENFOQUE DE DTS

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo a intenção é focalizar, à luz do enfoque de prospectiva territorial, a interação dos grupo com os demais atores sediados no território analisado, ou seja, com o conjunto das instituições governamentais e não-governamentais. Trata-se de verificar o impacto dessas inovações na busca de fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável, além de identificar os obstáculos correspondentes. No entanto, considerando que os grupos ainda são embrionários, com poucas ou inexistentes iniciativas territoriais, em termos de construção de projetos, de administração de recursos, a análise será estritamente prospectiva. Ou seja, irá destacar os principais desafios e potencialidades para um possível fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável a partir do que existe de concreto na realidade de cada uma dessas iniciativas.

6.2 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DO DTS

A dificuldade dos agricultores atuarem politicamente em termos de construção de novas hegemonias reflete, em parte, o contexto atual. Segundo pesquisa de Lara Junior (2012), os movimentos sociais contemporâneos, no Brasil, estão passando por transformações profundas. Dessa forma, estariam

abandonando o discurso religioso, utópico, marxista-cristão e assumindo o discurso pragmático-capitalista neoliberal. Então, o discurso da maioria dos militantes é praticar uma política pragmática, embora muitas vezes eles nem se deem conta disso (LARA JUNIOR, 2012, p.04).

Essa mudança teria sido decorrente da inserção de lideranças de movimentos sociais, ONGs, entidades, no estado, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, na análise do referido pesquisador. Se, anteriormente, essas organizações tinham um discurso de crítica, de contraposição ao estado, agora integram, fazem parte desse poder. Em função disso se arrefeceu a importância conferida à dimensão política nessas organizações, o que ajuda a explicar a forte presença da lógica instrumental na atitude e ação desses atores, no caso desta pesquisa, dos agricultores familiares.

Afora isso, os movimentos sociais que nasceram influenciados pela teologia da libertação, baseados no comunitarismo Cristão, se pautam pelo particularismo o que acaba sendo um obstáculo para a articulação com outros atores e demandas presentes no território (RICCI, 2010).

6.2.1 Os desafios: formação de parcerias internas e externas à rede e a revalorização da identidade de projeto

Segundo boa parte dos agricultores do GPL, além de não colaborar para o fortalecimento do grupo, as instituições públicas locais muitas vezes contribuem para inviabilizar as iniciativas, conforme esclarece o agricultor 2PL.

(...) se eu te falar para ti que o laticínio não saiu, a biofábricas não saiu, 300 mil reais que estava na Caixa Econômica e que o prefeito não quis pegar. O terreno tá lá ainda, é da prefeitura. Precisaria uma associação assumir para daí fazer um comodato com a associação, só que nem saiu o dinheiro, parou tudo, faz 4 anos que está tudo parado. Veio uma retro para piscicultura, já paguei as horas, mais de 6 meses, não vem, trator agrícola eu consigo ainda, mas outras coisas não. Isso tudo em função da política, porque não vou beijar a mão do prefeito. Mas não é só aqui, é na maioria dos municípios. Olha a gente faz, sobre o nosso trabalho, não lembro, mas alguma coisa já foi feito, como os Caminhos da Natureza, era outro prefeito e não deu em nada, por que a gente fez o que pode fazer, mas chegou um momento que precisava de um respaldo (2PL).

Os empreendimentos a que o agricultor se refere foram viabilizados na época em que foi secretário de agricultura do município, mas como o prefeito não se reelegeu, o seu sucessor não deu continuidade a essas atividades. Segundo o representante da prefeitura municipal de Paulo Lopes, os recursos não foram liberados devido a uma série de irregularidades existentes na documentação de posse do terreno, pois tornava-se necessário dispor de uma escritura pública legalizada. Ele esclareceu que

aquele dinheiro não chegou a vir, porque para liberá-lo a Caixa Econômica precisava de escritura e uma série de documentos como liberação de FATMA e tudo. Era uma proposta do governo federal de 100 mil reais, e o município

entraria com uma contrapartida de 90 mil, parece, a gente foi prorrogando prazo, mas é muito difícil primeiro precisa regularizar a multa do IBAMA no terreno, a documentação (PMPL).

A agricultura parece não ser um item prioritário na agenda do governo municipal, sendo um indicativo a inexistência de um secretário responsável pelo setor. Quem está respondendo por essa pasta é o secretário de obras, o qual não tem muita afinidade ou relação com a área agrícola/rural. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Lopes, “o nosso município, está há dois anos sem secretário da agricultura, e o projeto do prefeito municipal é que a partir do mês de janeiro já tenha um secretário porque a gente está pedindo, para articular e coordenar mais os nossos agricultores” (SIPL). Segundo a agricultora 13PL,

prefeitura é zero, ao contrário, quando iniciamos aqui foi proibido trator no nosso sítio por causa da questão política. A prefeitura precisa ter foco na agricultura, mas aqui não tem nada disso. O sindicato só serve para aposentar, e em relação a SDR Laguna, desconheço o trabalho (13PL).

A mesma agricultora advertiu que seu esposo foi secretário de agricultura do município de Paulo Lopes por seis meses, que tentou reverter essa situação, mas não conseguiu. Ressalta que, atualmente, ele vem sendo novamente solicitado para ocupar esse cargo, mas tem recusado. Pois além de não dispor de estrutura para trabalhar, a Prefeitura não disponibiliza equipamentos, técnicos e sementes.

A versão do representante da prefeitura é de que “a população acha que a prefeitura tem de fazer tudo” (PMPL). Cita como exemplo o jogador de futebol Alceu, que tinha um projeto de construir uma escolinha de futebol no município, mas ao invés de solicitar recursos à prefeitura procurou as empresas e a Câmara de Vereadores, a fim de formar parcerias. Ressalta que a maioria das pessoas não participam nas reuniões, embora sempre cobre resultado. “(...) se você faz uma reunião aqui no centro e vai de casa em casa convidando, você convida a pessoa, convida trinta e vem três, e só se você for na casa buscar” (PMPL).

Embora o escritório da Epagri sediado na região ofereça cursos de formação para os agricultores, em Paulo Lopes a maioria dos agricultores destacou que a atuação desta entidade vem se mostrando muito aquém do que seria desejável.

Na Epagri eles ficam de vir, de ajudar, mas falta um pouquinho de vontade, eles estão acomodados ali. A Epagri sempre distribui milho, mas aqui só consegui pegar uma vez porque peguei pela Epagri de Garopaba, porque aqui não tinha. As instituições públicas são muito fracas, o apoio aqui é fraquíssimo, a prefeitura está há dois anos sem um secretário da agricultura, o último desistiu (8PL).

Em geral, os agricultores entendem que os técnicos da Epagri pouco contribuem para a consolidação da produção agroecológica. Segundo a agricultora 6PL “o cara da Epagri de Paulo Lopes não ajuda em nada. Fizemos a cooperativa, Coopertabuleiro, para fornecer a merenda escolar e ele conseguiu pegar a merenda de Imbituba” (6PL). Uma exceção, segundo a agricultora 4PL é o Programa Microbacias da Epagri, que constitui uma referência positiva e muito importante para a comunidade.

Alguns agricultores vêm se empenhando na indicação de um secretário de agricultura para a Prefeitura de Paulo Lopes, embora a versão da prefeitura seja de que essa função estaria sendo ocupada pelo secretário de obras. No entanto, o GPL não está organizado enquanto rede para o cumprimento desta demanda, pois segundo o agricultor 7PL: “nem pensar em fazer uma pauta para o prefeito, é perda de tempo, pois ninguém está nem aí. Precisamos de coisas mais práticas”.

A falta de políticas públicas para a agricultura familiar, e de suporte técnico, é apontado por muitos agricultores como sendo um dos principais desafios a serem superados. Esse fato evidencia que as políticas públicas para esse setor são incipientes, tendo iniciado apenas na década de 1990 (MATTEI, 2006; BONNAL, 2008). Inclusive as inovações que os agricultores tentaram implementar coletivamente¹⁸, na gestão anterior, não tiveram êxito, pois o prefeito atual se recusou a dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido, segundo os agricultores do GPL. Houve um enorme empenho na liberação de recursos para esses empreendimentos, tendo os agricultores se deslocado até Brasília para reivindicar essas demandas, mas depois não tiveram aval da prefeitura. De acordo com o agricultor 10PL, “o outro prefeito que ajudava mais, mas esse de agora não quis nada, isso é um pouco em

¹⁸ Como referido na seção anterior, essas iniciativas embora efetuadas coletivamente, não foram de autoria do GPL, mas de alguns integrantes desse grupo. De forma semelhante ao turismo rural em Joinville, em que apenas alguns nós atuam nessa atividade, não sendo uma iniciativa do GPC.

função da oposição, tipo fulano não votou em mim então não vou perder tempo com isso”.

O laticínio está parado em função política, pois quem apoiava foi um lado e quem se elegeu foi outro, tem uma guerra política no meio, um não quer fazer para não beneficiar o outro. (...) a prefeitura deixa muito a desejar, na outra gestão era melhor, mas não muito, aqui é um município que vive da agricultura, não tem indústria, não tem nada, vai viver de que? E não ajuda em nada na agricultura, é terrível. (...) Uma vez tive de jogar 300 litros de leite fora por quê não tinha estrada, a prefeitura colocou material ruim, fiquei preso aqui. A SDR Laguna, nem conheço. A Epagri já levou nós para conhecer outros produtores aqui para Braço do Norte, é ainda a única que funciona (8PL).

Na gestão anterior, o secretário de agricultura era bem atuante, contribuía para o funcionamento das atividades, tendo sido construída inclusive uma escola ambiental no Bairro Bom Retiro, aberta a visita de escolares. Nessa época, por meio de um convênio da Apivalle com a Eletrosul e a Petrobrás, foi possível a aquisição de vários computadores, que foram colocados no local para uso dos visitantes. Quem organizava o atendimento dos visitantes era a prefeitura, mas com a mudança de gestão este apoio foi suspenso. Nessa época, a prefeitura chegou a custear o aluguel de um box no Ceasa para a venda dos produtos da agricultura familiar de Paulo Lopes. O GPL dispunha de um espaço nesse local, mas não conseguia comercializar os produtos. Outra iniciativa que não prosperou foi o projeto de criação de uma associação dos produtores no município, a qual era presidida pelo agricultor 3PL. Mas a maioria acabou se desligando da entidade, que permanece desativada.

No caso do GPC, embora tenham um significativo apoio da Fundação 25 de Julho, o agricultor 9PC entende que poderia ser melhor. Cita como exemplo a prefeitura de Jaraguá do Sul em que não existe fundação e a assistência aos agricultores é maior. Menciona o caso do seu parente que reside nesse município e que tem visitas periódicas para análise da produção de leite e apoio na comercialização. “Isso eu não vi acontecendo aqui, então o apoio que a Fundação está dando no sentido agora do FitoJoinville, acho que está bom, é a primeira vez que a gente está participando de um treinamento” (9PC).

Embora os grupos em ambos municípios, Joinville e Paulo Lopes, sejam similares em termos de tamanho e atuação, essas regiões são completamente diferentes em relação à população e ao seu PIB, como referido no terceiro capítulo dessa tese. Dessa forma, qualquer ação organizada coletivamente do GPL tende a ter um impacto maior se comparado ao GPC. A tendência das ações do GPC é diluírem-se, tendo uma projeção menor, considerando o peso da indústria e de outras atividades presentes em Joinville. Em função disso os agricultores do GPC alegam que, em geral, não participam em audiências públicas ou reuniões para tratar temas polêmicos como Plano Diretor, merenda escolar, em função da inexpressividade do grupo. Segundo o técnico da Fundação “é um grupo muito pequeno, numa cidade de 600 mil habitantes, vai lá 4 ou 5 produtores certificados, não tem peso nenhum”(FMPC). Desse modo, algumas negociações como, por exemplo, referente à merenda escolar deveria, segundo o técnico da Fundação 25 de Julho, ser uma iniciativa da Rede Ecovida em negociar junto às prefeituras, pois o GPC não tem estrutura para tratar desse tema. Essa sugestão também poderia ser aplicada para o GPL, pois o peso da Rede em termos de uma estratégia coletiva, abrangendo os três Estados (RS, SC, PR) é muito superior a atuação dos grupos de forma individualizada.

Um projeto que o GPL vem procurando viabilizar refere-se à construção de uma cooperativa própria, a Coopertabuleiro. Como demonstra a literatura, as cooperativas passam a ser priorizadas pela produção familiar, a fim de fomentar as inovações locais (VILELA, 1998). Embora já exista uma cooperativa na região, a Cooperlagos, os agricultores alegam que ela funciona atrelada à Epagri. Como destaca a agricultora 6PL “ela é dependente da Epagri, e nós queremos uma cooperativa orgânica, local, é um papo diferente”. Ressalta que ao invés de adquirir produtos oriundos do próprio município para a merenda escolar, a direção da Cooperlagos optou por privilegiar agricultores de outros municípios. A justificativa para isso, segundo o representante da prefeitura, é de que não existe oferta de produto com essas características no município. Segundo a agricultora 1PL “a Cooperlagos foi fundada pela Epagri dentro da Secretaria de Imbituba, sendo coordenada por interesses políticos. Procuramos como Cresol fazer parceria com a Cooperlagos, mas eles não tinham a intenção de comprar orgânicos, então achamos que não devíamos utilizar essa estrutura”. O técnico da Epagri no município enfatiza que ainda não existe demanda para duas cooperativas na região. Pois a Cooperlagos em Paulo Lopes dispõe de apenas seis sócios. O ideal seria que a Coopertabuleiro se

integrasse à cooperativa já existente, que está legalizada, funcionando com base numa estrutura pronta, assevera.

Em relação aos contatos do GPL e do GPC com os novos atores que a partir da década de 1990 vêm se instalando na zona costeira como ONG's, associações, MST, e o Fórum da Agenda 21 de Ibraquera, não foi constatada nenhuma relação de parceria, conforme demonstrado na estrutura gráfica das redes egocêntricas. Essa evidência demonstra que esses atores não vem atuando na busca de hegemonias. Ou seja, em termos de apontar direcionamentos na construção de novas territorialidades (PECQUEUR, 2003). O território não é pensado como base de organização, mas o tema pontual de cada organização (RICCI, 2010). No caso do GPC existem apenas contatos de parte de um ou dois agricultores com o MST, de outros que admiram o movimento, mas não existe parcerias, em termos de ações conjuntas. Segundo o agricultor 3PL, essas organizações apenas contribuem para reforçar o trabalho das entidades voltadas à problemática socioecológica. De acordo com o agricultor 2PL, “a Agenda 21 foi uma pena porque Imbituba não deu a mínima, em Paulo Lopes menos ainda. Essas entidades criadas não fizeram muita diferença.” Embora considerem interessante o trabalho dessas entidades, não mantêm vínculos de cooperação. A agricultora 1PL entende que precisava de alguém para fazer esse contato, mas não o Cepagro, pois eles têm dificuldade em manter um técnico para a visita as propriedades, permanecendo concentrados no fortalecimento da agricultura urbana.

Eles se voltaram bastante para a agricultura urbana, pois deu uma mídia boa, um resultado bacana, então ficou a menina dos olhos, e como aqui não rendeu muito, meio que desarticulou e o povo também é meio acomodado, ficou esperando tudo por eles, eles fizeram essa análise aqui também de que ficamos esperando que eles fizessem tudo pela gente, e aí quando eles saíram de cena ninguém sabia fazer nada, aí ninguém fez nada mesmo (1PL).

Nessa fala da agricultora 1PL pode-se observar que o modelo de rede que vinha se constituindo no GPL nem era descentralizado, mas centralizado, pois no momento que foi retirado o elo condutor do processo (Cepagro), o grupo praticamente se desfez.

Na visão da agricultora 13PL, embora as lideranças do Cepagro tenham muita vontade e empenho em fortalecer a rede, falta assistência

técnica. O problema é a falta de recursos, segundo ela, pois a Rede Ecovida

precisava ter mais dinheiro, mais recurso, ela tem vida própria, é como se fosse uma tribo, cada um se vira, liga, dá carona e vai. Embora tenha vida própria, mas essa vida precisa de um gerenciamento para saber o rumo que está tomando, por que é grande (13PL).

Além disso, persiste a instabilidade dos técnicos vinculados à rede, dificultando sobremaneira a continuidade dos trabalhos.

Entra e sai, entra gente boa, entra gente ruim, entra qualquer um, entra gente maravilhosa e não fica, os que permanecem lá já estão procurando outros caminhos, outras alternativas, que não seja essa da agricultura familiar, horta urbana que está mais próxima, é menor, mais fácil de cuidar, isso está crescendo (13PL).

A situação de abandono dos agricultores reflete-se na fala do agricultor 17PL: “A coisa ficou difícil para a agricultura por que não tem apoio. Achei que ia ter um grande apoio de Cepagro que era uma ONG. Foram ótimos no começo, deram apoio, depois abandonaram tudo, deixaram tudo a ver navios” (17PL). Novamente nesse caso se evidencia os problemas decorrentes de redes centralizadas ou descentralizadas, pois quando são retirados nós estratégicos, a tendência é o retorno ao marco zero, sendo os avanços mínimos.

O agricultor 2PL destaca que se buscou criar uma associação na Guarda do Embaú para mobilizar a comunidade contra os agrotóxicos. Todavia, ela não prosperou. A única atividade coletiva que conseguiram efetivar consistiu na paralisia da BR 101 em certa ocasião, reagindo contra a intenção de construir uma penitenciária em Paulo Lopes. A intenção era transformar essa manifestação num fórum de atuação permanente, mas esta proposta também não vingou, tendo se restringido a alguns grupos sediados em Palhoça.

Nesse contexto, em que várias iniciativas não vêm tendo êxito e continuidade, a Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária) tornou-se uma exceção. Embora fosse vista com descrédito no início, tornou-se uma referência na região centro-sul da zona costeira catarinense. Segundo a agricultora 18PL, esse êxito é decorrente de alguns poucos que acreditaram e avançaram o projeto. Segundo ela,

quando tem reunião o presidente me liga, já conseguimos bastante gente para ser sócio, até meus gurijs fizeram caderneta de poupança ali, e a

gente está tentando trazer mais gente, para colocar mais coisa no banco. Já tem gente trabalhando, e está indo, mas se a maioria fosse atrás dos cabeçudos não funcionaria. Do mesmo modo que a Cresol foi para a frente a rede também poderia ir, porque antes era uma beleza, mas aí o Luís desistiu, pois lutava sozinho, aí na hora que ele queria as coisas não era fácil, mas ele trabalhava, aí depois começou estudar, fazer faculdade e desistiu. É muito ruim, o pessoal não contribui. Se não tem um que tem braço firme, não acontece. Se continuar desse jeito a rede vai acabar em Paulo Lopes, pois não ouvi falar mais nada (18PL).

Ao ser questionada sobre por que não assumia a coordenação do GPL, considerando sua experiência e do seu esposo com a Cresol, respondeu que “ele não pega, pois trabalha e ainda tem a pousada no sítio” (18PL). Seu esposo trabalha na Eletrosul, e ela é responsável pelo cuidado da casa, o que dificulta assumir mais essa responsabilidade. Além disso, eles já presidem a Apivalle (Associação de Apicultores de Paulo Lopes) que também é uma experiência exitosa na região. Em relação a sua participação na Apivalle, salienta que sempre fazem encontros, confraternizações. “O almoço da Apivalle a gente fez, mas se a maioria não veio, não importa, a gente faz igual” (18PL). Além disso, observa que “na Apivalle a gente faz assim, marcou uma reunião e na terceira não veio, cai fora. Na Ecovida não tem controle, nada” (18PL). Inclusive um dos diretores da Cresol, o 9PL, é também integrante do GPL, mas enquanto na Cresol eles vem conseguindo ampliar o seu potencial, com aumento do número de integrantes, no GPL isso não vem ocorrendo. Uma das razões, segundo a agricultora 18PL, é “porque ele vê que as coisas não andam, aí ele está se dedicando mais a Cresol”.

Na visão da agricultora 1PL o êxito da Cresol é decorrente da sua localização, pois no bairro onde está inserida não havia nenhum sistema bancário, o que obrigava as pessoas a se deslocarem para o centro de Paulo Lopes. Para a agricultora 4PL é devido seu vínculo com o Banco do Brasil (BB), sendo respaldada por esse banco, pois “quando estava só a Cresol sem o respaldo do BB ela estava fechando as portas” (4PL). Já o agricultor 9PL enfatiza que é devido a caderneta de poupança que paga mais que os bancos, e ao atendimento que é considerado muito bom, pois não tem caixa eletrônico. Observa que muitas pessoas, em especial os analfabetos, tem dificuldade em fazer uso do auto-atendimento, preferindo locais que disponibilizam atendentes.

Em relação ao sindicato dos trabalhadores rurais de ambos os municípios a atuação é desprezível ou indiferente, tendo por função apenas organizar e encaminhar a previdência social. Um diferencial, no caso de Joinville, é o fato de que o mesmo presidente está há quarenta anos à frente do sindicato. Conforme destaca o agricultor 4PC “o sindicato é que está fora, a gente paga, é o dinheiro mais mal empregado, fala muito e não vejo retorno nenhum”. Para o presidente da Fundação 25 de Julho esse fato reflete uma característica da cultura Joinvillense, pois quando tinha mais gente no campo eles também não tomaram o sindicato. Ou seja, “é uma questão de cultura do alemão, tradicional que não quer se envolver com política, que não quer se organizar, que é individualista, é toda uma questão cultural do município. O pensamento político deles é de direita, de não se agregar”(PFMPC). Ressalta que existem lideranças na área rural ligadas às associações de moradores, ou de núcleos de produção, as quais participam, atuam de forma proativa, mas não a ponto de fazer frente às estruturas tradicionais. Além disso, os agricultores esperam muito pela Fundação, sendo difícil a iniciativa partir deles. Para a agricultora (EEB), não integrante do GPC e entrevistada na fase de entrevistas exploratórias, em Joinville tem associação e não tem associativismo. Cita exemplos que presenciou em reuniões de agricultores do município, não relacionadas ao GPC.

(...) Você está numa reunião de associação, as pessoas pedem a palavra, aí elas falam assim, porque eu acho, porque eu precisava que na minha rua, que na minha calçada, não é assim, olha eu acho interessante, que moro lá, tem tantas pessoas que moram lá e a gente precisava de um orelhão. Não é essa visão, é visão do eu reclamar no conjunto, e não do eu dividir com o conjunto uma responsabilidade que eu também vou colocar a mão para melhorar (EEB).

Nesse contexto, embora o GPC trabalhe com espírito coletivo, apresentando uma estrutura reticular um pouco mais distribuída, não consegue fazer muita diferença em termos de por em questão esse tipo de mentalidade. Isso porque são raras as ações coletivas do grupo em termos de propor uma audiência pública, de construir uma oposição às lideranças sindicais, de buscar consolidar novas parcerias com organizações afins, entre outros. Ou seja, não se luta por questões mais amplas, o que dificulta a formação de uma rede de cidadania, capaz de formar novas lideranças (RICCI, 2010).

Além disso, no GPC os agricultores são muito dependentes dos técnicos da Fundação e do Cepagro como pode ser confirmado na estrutura gráfica das redes. No entanto, se comparado ao GPL tem mais conexões, embora tímidas, com outras entidades e instituições, tais como a Promotur, a Coopaville, e o MST. O que parece estar faltando é um maior fortalecimento desses laços, com trocas mais frequentes, ajuda mútua, e maior integração. Mesmo que tenham algumas conexões com esses atores, ainda não conseguiram agregá-los ao GPC em termos de parceria, com vistas a ampliar o grupo. Tal como o GPL, a dimensão sociopolítica é pouco considerada, estando os grupos ainda muito longe de poder constituírem-se como um movimento social, de modo a obterem maior hegemonia e reconhecimento. Entretanto, em termos de análise prospectiva, o GPC parece estar mais fortalecido e com maior potencial de ampliação e consolidação, pois além do apoio das instituições públicas, a agroecologia é uma das principais prioridades a serem fomentadas no município, segundo o presidente da Fundação 25 de Julho. Dessa forma, seria importante que ao invés de se manter atrelado às instituições, em especial à Fundação, o GPC atuasse de forma mais autônoma e protagonista, por meio de fortalecimento e integração a outras iniciativas vigentes no município e na zona costeira.

No caso do GPL, o desestímulo, as dificuldades em firmar parcerias sólidas, colaborativas, vem desmotivando a participação dos agricultores em entidades externas ao grupo. A maioria está buscando apenas fortalecer a sua atividade, despendendo o mínimo possível de tempo na interação com outras entidades. Os agricultores mais antigos se dizem cansados de discussões, reuniões, encontros, sem visualizarem nada de concreto. Outro aspecto que contribui para explicar essa inércia, e desmotivação em estabelecer maiores conexões é a ausência de uma maior politização desses processos, pois como referido em seções anteriores, essa dimensão vem sendo muito pouco trabalhada na rede. Em geral, a agroecologia vem sendo reduzida a produtos sem insumos químicos, ao meio ambiente, a um novo nicho de mercado e muito pouco como um potencial para mudanças estruturais, não limitada a questões pontuais. O resultado é que ao invés dos esforços fortalecerem o coletivo, acabam se voltando apenas para o fortalecimento dos nós individuais, pois não existe uma atuação em rede. Nesse caso a Rede Ecovida vem se aproximando a uma simples certificadora, tendo em vista que os principais encontros do GPL são para tratar de temas relacionados a esse âmbito, da certificação. Dessa forma, ao invés de constituir-se como um movimento social que interage com os demais

atores no território com vistas a fortalecer sua identidade de projeto, em geral vem se limitando ao grupo, ao GPL e/ou ao GPC.

6.2.2 Potencialidades: fortalecimento das parcerias e construção de novos espaços coletivos

A Fundação 25 de Julho é apontada pelos agricultores como uma referência no meio rural. Segundo o agricultor 7PC,

o que eu mais me admirou com relação a Fundação, é que a partir do momento que eu cheguei, eu fiquei, eu entro lá, vou lá, e as pessoas me conhecem, nunca ninguém me colocou limite e mesmo quando a gente não é bem recebido, de que há uma divergência no que a gente está reivindicando e o que eles estão oferecendo, mesmo nesse momento a gente consegue abrir espaço, discutir. O que é possível dentro da Fundação a gente tem conseguido, então a Fundação nos apoia politicamente, senão a gente não teria o desenvolvimento da rede, consegue verba para fazer convênio com o Cepagro para que a gente possa ter o Cepagro nos apoiando, é o apoio logístico da rede. A fundação tem peso fundamental (7PC).

Além da Fundação, os agricultores do GPC citaram em segundo lugar o Cepagro como sendo a entidade que mais contribui na organização do grupo, em terceiro a Epagri de Itajaí, e em quarto a Promotur e a Coopaville. Conforme a agricultora 2PC, a Fundação 25 de Julho paga um convênio para a Epagri num valor de R\$ 26 mil por ano para a empresa disponibilizar cursos de extensão rural, pesquisas, gratuitamente aos agricultores. Outro programa da Epagri destacado pelos agricultores é o Microbacias, atualmente denominado SC Rural, que vem beneficiando muitos agricultores. Segundo o agricultor 11PC, há interesse na construção de um projeto coletivo com vistas a captar recursos desse programa.

Em Paulo Lopes não existe nenhuma instituição que seja referência, um aporte para o grupo. Dessa forma, embora a Cooperlagos seja apontada pelo técnico da Epagri local como uma alternativa de inserção dos agricultores, não há por parte deles esse entendimento. Isso porque não existe uma relação de confiança com essas instituições locais, as quais em nenhum momento fizeram a diferença em termos de aportes reais ao grupo. Se, por um lado, isso é negativo em termos de fortalecer o capital social das comunidades, por outro, tem propiciado

maior protagonismo aos agricultores a ponto de estarem viabilizando uma nova cooperativa, a Coopertabuleiro. Após a sua formalização, os agricultores pretendem construir um projeto através do Programa SC Rural, a fim de captar recursos para o GPL. As principais pessoas envolvidas nessa atividade são os agricultores 1PL, 7PL e 6PL, sendo que o agricultor 3PL já está filiado à Cooperlagos. Ou seja, não há uma unidade no GPL em prol dessa nova cooperativa, estando mais próxima da equipe que produz leite, conforme visualização gráfica na seção anterior. Apesar dessas divergências, a maioria concorda que seria interessante o GPL dispor de uma estrutura para a comercialização dos seus produtos, pois a Cooperlagos além de priorizar produtos convencionais, quase não trabalha com hortaliças, produtos perecíveis. Dessa forma, embora seja responsável pela compra dos produtos da merenda escolar, não vem pagando o diferencial pelos orgânicos, num cenário pouco atrativo (financeiramente) para os produtores.

Outra potencialidade para o GPL é o projeto do laticínio cooperativo da agricultora 6PL, a qual irá disponibilizar uma pessoa que será o elo de ligação entre os agricultores de Paulo Lopes e região interessados em se integrar a essa atividade. A princípio a agricultora pretende iniciar com leite convencional e aos poucos fazer a transição para pecuária orgânica. O agricultor 8PL espera que esse projeto dê certo, mas destacou que só poderá se engajar se, de fato, prosperar. Segundo ele,

a questão é saber o que de crédito ela tem, como um laticínio ali de Garopaba que quer pegar meu leite, mas o que adianta se ele é fraquinho, aí paga um mês e outro não paga, eu não posso, não tenho situação financeira para ficar um mês sem receber. Esse paga todo mês certinho, tenho ração para comprar, carro, filha, e não é fácil. (...) Se para ela não der certo ela pega as coisas e vai para a França, e nós, como fica? (8PL).

A intenção dos agricultores do GPL, que estão viabilizando a Coopertabuleiro, é de através dessa estrutura, construir uma loja em frente ao laticínio para comercializar os produtos do GPL. Assim como, captar recursos para a melhoria dos instrumentos de trabalho de cada produtor, tais como a reforma de alambiques, a aquisição de fornos mais eficientes para o preparo em larga escala de bolachas, melhoria das pastagens etc.

Uma novidade que pode contribuir para fortalecer os laços entre os atores territoriais é o Programa Desenvolvimento Territorial

Sustentável com Identidade Cultura (DTS-IC). Segundo o agricultor 3PL, “é sério e tem recursos disponíveis”. Contudo, apenas ele fez referência a esse programa, o que não invalida o seu potencial se bem planejado e aplicado. No entanto, trata-se de um programa de revitalização e fortalecimento das comunidades tradicionais, de modo a contribuir para sanar o impacto negativo ao meio ambiente e valorizar as especificidades dessa região. Todavia, não tem por propósito mudanças estruturais em termos de fomentar a construção de novas hegemonias a exemplo do que, em tese, se propõe a Rede Ecovida de Agroecologia. Dessa forma, embora aparente ser positivo, ainda é cedo para saber se, de fato, trata-se de construção de novas territorialidades, ainda que seja na linha da economia verde.

Embora o individualismo seja apontado como uma característica do Joinvillense, o agricultor 6PC ressalta que de 1997 em diante esse aspecto tem melhorado, pois os agricultores estariam mais abertos. Segundo ele, antigamente esses agricultores foram muito iludidos, tendo a bacia leiteira em que trabalhavam se desestruturado devido a ineficiência das administrações, o que contribuiu para aumentar o individualismo. Esclarece que muitos agricultores em função de sua baixa escolaridade eram ludibriados e assinavam papéis/documentos na confiança, pois muitos não sabiam ler. O agricultor 6PC alerta que esses casos devem servir de exemplo para não voltar a ocorrer fato semelhante.

Diferente do GPL em que os seus integrantes não citaram nenhuma referência em termos de potenciais parcerias, alguns integrantes do GPC, em especial o 6PC, destacaram a importância do MST na região.

Quando começou aqui em Joinville o pessoal dizia que era uma turma de baderneiro. Conheci os assentados em Garuva, quando eles estavam fazendo as casas deles, acho que foi em 1995, mas ali foi gratificante. Tinha gente no nosso meio que classificavam os sem-terra como bandido, aí eu disse viram como eles são aqui? Araquari tem terreno melhor que Garuva, que a terra é ruim, mas eles estão conseguindo produzir, o que é? É a força (6PC).

Os assentados trabalham coletivamente, embora tenham certificados individuais, o que propicia, de acordo com o agricultor 6PC “ausência de individualismo. A consciência agroecológica deles é bem mais forte, um ponto positivo que vejo com eles lá é que são gente formada que está lá com eles, técnicos”. O agricultor compara esse

sistema ao existente na França em que os técnicos trabalham junto aos agricultores, sendo pagos pelo governo. No caso do MST os técnicos são colaboradores do movimento, não sendo pagos por terceiros. Outros agricultores também admiram o trabalho dos assentados, mas compreendem que não é possível se comparar a eles, pois têm mais mão de obra, lideranças ativas, com maior cobrança, em função de que vivem daquela renda, diferente dos agricultores do GPC, a maioria aposentados, segundo a agricultora 10PC.

Além da admiração, do contato e alguma vivência com o MST, o agricultor 6PC e sua esposa (16PC) através do projeto “Viva Ciranda”, da PROMOTUR, tiveram a oportunidade de visitar a França, a fim de conhecer como os agricultores vêm implementando às inovações sociotécnicas. Segundo a agricultora 16PC,

lá eles estão bem mais adiantado que nós, estão mais organizados, já funciona há 18 e 20 anos projeto semelhante. É praticamente igual ao daqui, eu fui visitar uma propriedade em que justamente chegou uma escola, e lá os alunos ficam o dia inteiro, fica mais fácil, aqui é só três horas, é muito rápido. Eles aprendem a mexer com animais com tipo que nem nós temos aqui, como limpar, tratar os bichinhos (16PC).

De forma semelhante ao estigma sofrido pelo MST em Joinville, conforme mencionado pelo agricultor 6PC, a primeira família do GPL não teve boa receptividade por parte dos nativos. O principal desconforto, segundo a agricultora 13PL, foi a questão partidária, pois eram filiados ao PT e na época o partido era muito mal visto.

Quando chegamos aqui o PT comia criancinha, onde o PT ia tinha guerra e o jeito diferente de plantar, de fazer as coisas. Mas com o tempo foram vendo que não é nada disso. Mas ainda hoje tem vizinhos que nos ignoram, que não compreendem nosso trabalho. Esses dias ouvi um dizer para outro, ‘esses são uns relaxados, olha o matagal que está aí? Não entendem que a gente precisa dessa proteção, a fim de evitar que o veneno que ele coloca em suas plantas não chegue na nossa horta. E a gente já falou, mas eles acham que é bobagem (13PL).

No entanto, mesmo com restrições, aos poucos as comunidades vão aceitando e compreendendo essa nova forma de organização, no caso do MST, de um movimento social, e da agroecologia como sendo

um novo modo de produção. Dessa forma, embora tímidas essas experiências vão tendo um certo impacto externo, sendo o desafio a soma de esforços em termos de construção de parcerias. Ou seja, da Rede Ecovida (GPL e GPL) conseguir tecer laços em especial com essas novas experiências, a fim de se ajudarem mutuamente, de modo a fortalecer essas inovações, tendo um impacto maior frente à sociedade e às instituições públicas locais.

No caso do GPL, o laticínio, a nova cooperativa (Coopertabuleiro) e o DTS-IC constituem fatores preponderantes para revitalizar o grupo, de modo a motivá-lo, em especial os nós inativos ou semi-ativos. Além disso, conferem potencial e justificativa para a existência de mais encontros no grupo, os quais se bem conduzidos podem fortalecer o capital social e, em consequência, a dinâmica da rede. Em função de ser cumulativo, o capital social tende a se ampliar na medida em que a rede prospera. Daí dizer que as redes são estratégicas, pois contribuem para uma cultura cívica. Ou seja, de participação na busca de soluções cooperativas para os problemas (PUTNAM, 2006).

6. 3 A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO ECOLÓGICA DO DTS

A dinâmica hegemônica de desenvolvimento na região vem comprometendo a diversidade dos ecossistemas ainda preservados, assim como a pesca e a agricultura familiar (PEREIRA, 2010). A urbanização desordenada, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a erosão, a presença de grandes enclaves ou empreendimentos, as monoculturas, são evidências da degradação desses espaços. Nesse cenário, a agroecologia vem sendo apontada como uma referência na construção de novas territorialidades, sendo a organização em rede um potencial significativo para fomentar “territórios construídos” (PECQUEUR, 2003; CORDEIRO, 2010; ADRIANO, 2006).

No entanto, a fragilidade e, principalmente, a fragmentação das inovações sociotécnicas vem dificultando a consolidação de novas dinâmicas de desenvolvimento. Não obstante, a longo prazo a própria sobrevivência do turismo sazonal poderá estar ameaçada a continuar as tendências vigentes de uso e gestão dos recursos naturais.

6.3.1 Desafios: motivação, valorização dos produtos orgânicos e a importância de uma visão sistêmica da agroecologia

Como referido, os agricultores de Paulo Lopes estão desmotivados, não vendo muito potencial para a agroecologia. Na visão da agricultora 4PL é a produção orgânica (limitada a nicho de mercado)

que tende a se disseminar no campo, e não a agroecológica. Explica que são pessoas oriundas das cidades que compram pequenos lotes dos agricultores e passam a plantar em larga escala, com certificação paga. Nesse caso o desafio é a produção agroecológica se diferenciar, demarcar espaços e mostrar suas potencialidades, sendo importante a consideração da dimensão sociopolítica como destacada anteriormente.

Embora considere as redes de agroecologia uma alternativa viável, o agricultor 11PC ressalta que “manca muito, vai levar mais um tempo, porque o outro lado é muito mais forte”. No seu caso está participando na rede em função de já estar aposentado, pois não tem nenhum apoio em termos de financiamento. Além disso, como referido na seção sobre produção, no capítulo anterior, a maioria dos agricultores do GPC comercializa a sua produção orgânica como sendo convencional.

O êxodo rural invertido (cidade – campo) que passa a caracterizar a neoruralidade em função dos atrativos do meio rural como ar puro, água limpa, acesso a transporte coletivo, tem feito com que muitos agricultores em Joinville vendam parte de sua propriedade. O resultado foi que da década de 1990 em diante aumentou a população em certas regiões do município de Joinville, as quais passaram a residir no meio rural, embora continuassem trabalhando nas indústrias. De acordo com a agricultora 10PC “quando viemos morar aqui não tinha energia, não tinha nada, nós contava 22 moradores, hoje temos cento e pouco”. Com a vinda desses novos moradores foram sendo construídos pequenos lotes em um mesmo terreno, sendo que muitas vezes se dissemina a construção ilegal, em beiras de rios, córregos, não existindo nenhuma vigilância por parte do estado. Atentos a esse problema, o GPC pretende enviar uma carta aos candidatos a prefeito solicitando providências para essa questão e reivindicando mais infra-estrutura para o meio rural como internet, telefone, e um técnico específico para atender o GPC.

A maioria dos agricultores sabem da importância da agroecologia para o meio ambiente, mesmo aqueles que entraram recentemente na rede, no entanto, o agricultor 8PL vê essa transição como sendo muito cara. No seu caso, “não estava mais banhando vaca, estava só com homeopático, mas é muito caro. Se a gente se juntasse e pegasse a empresa que se propôs a ajudar, aí daria, ele poderia conseguir um preço melhor”. Alguns agricultores, em especial os novíssimos, integrantes do GPL não tem muita compreensão da problemática ecológica, conforme esclarece a agricultora 15PL “a gente não tem uma relação com o ambiental e essas coisas. Não estamos a par das discussões sobre meio

ambiente.” Como referido, no GPL apenas os agricultores mais antigos tem, de fato, uma formação mais densa sobre meio ambiente e agroecologia. Como o grupo não vem atuando em rede, os novos integrantes ainda não sabem direito do que se trata, em especial aqueles que tem apenas formação primária.

A agricultora IPL ressalta que o Plano Diretor do município de Paulo Lopes foi alterado, tendo muitas áreas rurais passado a ser consideradas urbanas. “Tem aquela área do banhado da Gamboa, eles estão prevendo a liberação de prédios de 12 andares para construir lá, tem uma coisa que eles não podem mexer é o parque (PEST)” (IPL).

Embora os agricultores considerem a questão ecológica, sendo a saúde e o bem estar muito valorizados, as suas concepções e práticas ainda não refletem uma visão sistêmica em termos de reconhecer o potencial das conexões para o seu fortalecimento (CAPORAL, 2004; TAGNI & SOUZA, 2011). Isso porque essas ações ainda se apresentam muito fragmentadas e um pouco confusas, o que muitas vezes se expressa na diferença entre o discurso e a prática dos agricultores, conforme já mencionado no decorrer dessa análise. Ou seja, ainda estão longe de constituírem-se como uma alternativa de desenvolvimento, pois ainda não vem conseguindo se “articular com outros grupos, com a mesma identidade social e política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania” (SCHERER-WARREN, 2005, p.04).

6.3.2 Potencialidades: contribuição para mudanças de hábitos e para a valorização das especificidades territoriais

Os agricultores agroecológicos utilizam várias técnicas não agressivas ao meio ambiente como plantio direto, uso de compostagem, sistema extensivo (gado criado a solta), recuperação e valorização de técnicas tradicionais no manejo dos recursos naturais. É unanimidade entre os agricultores que uma das principais vantagens da agroecologia está relacionada à saúde, tendo muitos agricultores optado por essa atividade em função desse aspecto.

Segundo a agricultora 6PL a urbanização desordenada na zona costeira é inevitável, devendo essa região ser cada vez mais urbanizada. Mas salienta que os alimentos orgânicos, a produção local pode contribuir para uma mudança de hábitos, o que favorece a agricultura familiar e o meio ambiente. Trata-se de um meio para alertar as pessoas, fazê-las refletir sobre a origem dos produtos, se são ou não da estação, da importância de reduzir a carne, entre outros. Em Paulo Lopes um exemplo de atuação em prol do meio ambiente são as ações efetuadas

pela Apivalle. Além de produzir e disponibilizar mudas, organiza reuniões públicas sobre sustentabilidade, embora as autoridades do município pouco contribuam na ampliação desse processo.

Na percepção dos agricultores (fitoterápicos) o programa FitoJoinville constitui uma nova alternativa que pode contribuir muito para a sustentabilidade, pois quem produz plantas medicinais não pode usar insumos químicos.

O agricultor 11PC trabalhou treze anos na polícia ambiental e adverte que presenciou o momento em que houve a transição da agricultura tradicional para a convencional. Segundo ele,

há muito tempo atrás, a empresa Monsanto mandou o técnico e perguntou quanto eles colhiam de arroz, e se eles não gostariam de duplicar a produção. Então passaram os defensivos agrícolas, só que acabou com todo o predador natural, e hoje eles se obrigam a comprar o tal de defensivo agrícola para continuar produzindo. Isso resulta nessa alimentação que temos hoje. A maioria dos agronegócios da vida passa veneno de aviões, carregam muito veneno em nossa alimentação. Isso é complicado e para reverter isso aí não está sendo fácil. Essas redes são uma luz no fim do túnel (11PC).

O desafio é justamente de como ampliar essas redes a fim de que possam fazer frente a essa situação de degradação ambiental e social já alertada por vários pesquisadores, documentários, manifestações de entidades e movimentos sociais como referido no terceiro capítulo dessa tese. Daí a importância do fortalecimento da rede (GPL e GPC), sendo fundamental a atitude e ação de cada nó nesse processo, pois irá fazer toda a diferença em termos de resultado final. Assim como, a concessão de maiores aportes públicos para a agricultura familiar.

Face ao exposto, pode-se colocar que as atividades do GPL e do GPC podem contribuir para o consumo consciente, para uma mudança de hábitos, e para maior valorização da agroecologia, colaborando para o fortalecimento dessas inovações em rede.

6.4. A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DO DTS

Embora com menos intensidade, se comparado a épocas passadas, ainda está muito presente a desvalorização do meio rural, sendo para muitos sinônimo de atraso e de arcaísmo. A importância do

meio ambiente, as feiras de agroecologia, o contato direto com os consumidores, a migração para áreas rurais (cidade-campo) tem contribuído para reverter esse estigma e para estimular os agricultores a permanecerem nessas atividades. Em especial nos municípios da zona costeira há um *continuum* entre campo e cidade, tendo forte presença da pluriatividade e da multifuncionalidade. Essas características contribuem favoravelmente para a consolidação e difusão das inovações sociotécnicas. Em função disso se justifica a percepção de que as redes de agroecologia constituem uma inovação estratégica para fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável nessas regiões.

6.4.1 Desafios: valorização da agroecologia e fortalecimento da Rede Ecovida, a fim de motivar os jovens a se inserirem nessas inovações

A agricultora 13PL observa que as pessoas não valorizam mais o conhecimento tradicional, “se ofereço uma semente de milho crioulo para um agricultor, ele vai dizer que ninguém quer, que ninguém gosta de comer esse tipo de milho, que não vende” (13PL). Cita como exemplo o Estado de Minas Gerais em que existe uma lei municipal que valoriza os queijos da região, a produção local, com valor agregado. Embora isso seja importante, pois é um estímulo para o agricultor, no seu município não existe nenhuma legislação que valorize as especificidades locais, a fim de fortalecer a “cesta de bens” desse território (PECQUEUR, 2003). Adverte que as pessoas preferem comprar pronto, embalado, ou então colocar insumos químicos para auxiliar na produção, sem preocupação com as consequências dessas ações. Além disso, destaca que costumam divulgar a importância dos alimentos ecológicos na feira semanal, embora entenda que os consumidores deveriam se organizar mais, ter maior comprometimento.

Mesmo existindo muitas informações disponíveis em vários meios de comunicação sobre o meio rural, ainda é forte a ideia de que o meio urbano é melhor, superior ao rural. Isso evidencia a falta de um projeto de desenvolvimento rural. Sem alternativas, a migração acaba sendo uma saída de sobrevivência (SAUER & BALESTRO, 2009a). No caso da zona costeira, em geral, a juventude confere mais importância aos espaços urbanos, em função do *status*, da oportunidade de emprego, e das aparentes facilidades propiciadas para os que residem nesse locais. Mas segundo relato de alguns agricultores e representantes das instituições, nos últimos anos, tem diminuído a evasão dos jovens, tendo muitos se interessado em retornar ao campo. Talvez fosse interessante a realização de uma pesquisa a fim de compreender as transformações no mundo desses jovens em função dessas mudanças, observando o

impacto na sua identidade e perspectiva de futuro. Um exemplo empírico que valeria a pena ser tomado para análise é o caso de Joinville, pois a maioria dos jovens trabalha nas indústrias, sendo que alguns ficam a maior parte do tempo em função dessa atividade. Outros trabalham meio período na indústria e outra parte do tempo na propriedade. Atualmente, segundo técnicos da PROMOTUR, muitos jovens tem deixado a indústria para se dedicar às atividades de turismo rural, além de auxiliar nas demais tarefas efetuadas pela família. Nesse caso também seria interessante um acompanhamento desse processo, de modo a verificar a opinião desses sujeitos sobre as potencialidades dessas atividades e do seu futuro nesse meio. Esses dados poderiam servir como subsídios no fomento e potencialização de redes de redes no meio rural, em termos de agregar as diferentes inovações, as quais podem conformar um SPL (Sistema Produtivo Local).

No caso do agricultor 11PC, egresso do meio urbano, pode-se perceber a diferença entre o meio rural e o urbano, pois segundo ele estar no campo, trabalhar com a terra, é um prazer. No seu entendimento é uma ilusão a ideia de que a cidade é melhor que o campo, pois “quem tem um sítio ou uma roça, as vezes não tem dinheiro, mas fome e qualidade de vida isso ele vai ter, se não tiver é por que é muito vadio. Se tiver empenho e vontade é uma vida bem melhor, nem se compara. Na empresa você é apenas uma peça”(11PC).

Embora em Joinville os agricultores disponham de um suporte técnico de excelente qualidade, em especial na área do turismo rural, de apoio institucional, o GPC é praticamente inexpressivo. Um dos fatores que contribui para isso é o potencial industrial do município, seguida dos tradicionais problemas do meio rural, como falta de mão de obra, exigência de muito trabalho, pouco incentivo público à agroecologia, valorização dos espaços urbanos. Mesmo assim, se o GPC conseguir se aproximar mais dessas experiências de turismo rural, aproveitando os incentivos das instituições públicas locais poderá se dinamizar e se fortalecer no município. Conforme destacado pelo técnico da Promotur, em especial a juventude é muito atraída pelo turismo rural, o qual vem sendo um meio para mantê-los na propriedade.

Mas, de modo geral, os grupos não vem conseguindo aproveitar todo o potencial e recursos disponíveis nos territórios, de forma a transformá-los em ativos territoriais. Além das frágeis conexões com os demais atores, não vem conseguindo agregar consumidores, a fim de construir um trabalho conjunto, sistemático. Ou seja, de valorizar

outras formas de consumo como mediação ao bem-viver pessoal e coletivo (MANCE, 1999).

6.4.2 Potencialidades: formação de redes de redes, envolvendo agroecologia, turismo rural e consumidores

Não obstante as dificuldades na consolidação e difusão dessas inovações, o aprendizado coletivo, a aquisição de uma marca, e certificado para os produtos e o maior acesso à assistência técnica contribuem para o empoderamento em termos de fortalecer a cidadania e o capital social dos agricultores. A proximidade entre produtores e consumidores favorece a valorização dos produtos e o modo de vida dos agricultores. Assim como, reforçam a identidade territorial, contribuindo para que o agricultor tenha uma percepção mais positiva de suas atividades.

Em termos de divulgação, de esclarecimento sobre a importância dos produtos orgânicos, os agricultores de Paulo Lopes entendem que está adequado, pois na internet, nos diversos meios de comunicação tem muita informação sobre esse tema. Mas para ambos os grupos a interação com os consumidores ainda é embrionária, embora tenha aumentado nos últimos anos, em especial para os agricultores que fazem feira e para os que trabalham com o turismo rural. No caso de Joinville, tendo em vista que o grupo está motivado, dispondo de apoio das instituições públicas, a tendência é que essas experiências se ampliem no município, tal como o turismo rural, que vem sendo uma referência. No entanto, frente ao poder e a força da indústria, essas inovações são uma alternativa que contribuem para a sustentabilidade e maior equilíbrio entre os espaços rural e urbano. Todavia, tem potencial para somar forças com outras iniciativas similares, de modo a constituírem redes de redes, contribuindo para fortalecimento de novas dinâmicas territoriais.

O turismo rural vem sendo uma referência em Joinville, conseguindo agregar muitos jovens e famílias nessa atividade. Uma das explicações para esse êxito é a qualificação técnica da equipe responsável pelo fomento desses projetos. Como destaca uma ex-técnica que já trabalhou nessa área, é preciso ter sensibilidade para trabalhar com esse tema, de modo a não construir “um parque de diversão no meio rural, não ver o agricultor como um show”. É preciso valorizar suas especificidades culturais, e mostrar que eles também devem valorizá-las. Assim como, seus interesses, objetivos e a diversidade de famílias, de gostos e quereres existentes no meio rural, pois o que parece ser bom para o técnico, nem sempre é para o agricultor. Em sua

opinião deveria ser trabalhado mais nas escolas o lado positivo do rural, das crianças aprenderem a valorizar esse espaço, principalmente nesse contexto em que estão em voga as discussões sobre meio ambiente. Segundo ela, “se a criança valorizar o rural, ela não vai deixar o pai trocar aquelas janelinhas lindas de canela por janelas de alumínio” (EEB). Contribui para esse “novo olhar” a vivência das crianças em espaços que valorizem esses aspectos, como vem ocorrendo no projeto “Viva Ciranda”. Além disso, coloca que são os técnicos que devem se adaptar aos agricultores e não o contrário, pois as pessoas tem suas atividades e não podem estar saindo, em determinados horários, para reuniões, encontros. Nesse sentido a extensão rural é muito importante, em termos de visitar as famílias, saber quais os projetos, as dificuldades, o melhor horário para reunião.

Considerando esses aspectos, o representante da Promotur (PMPC) destaca que é preciso motivar os agricultores apresentando casos bem sucedidos para que eles tenham vontade/prazer em participar nas reuniões. Cita como exemplo o Projeto Viva Ciranda em que foi criado um site, material de divulgação, de capacitação, além dos agricultores ganharem cursos de capacitação, visitas técnicas, o que contribuiu para incentivá-los por que eles viram resultado prático. Em geral as reuniões desse projeto ocorrem mensalmente, no final da tarde, não podendo ser muito demoradas. Durante a semana fazem visitas às propriedades, a fim de verificar as dificuldades, as melhores formas de adequar a propriedade, de adaptar o agricultor para se inserir nessa atividade. Além disso, deve-se levar em conta que existem agricultores desestimulados, agricultores que estão iniciando, e agricultores consolidados. Para cada um deles é preciso ter um relacionamento, uma interação diferente. No caso dos consolidados é preciso estimular novos clientes, novos produtos; os que estão começando é preciso ajudá-los a se estruturar, começar a se organizar; e os desestimulados é preciso mostrar que dá certo, levá-los a conhecer outras propriedades no município. Ressalta que desde o início vem frisando aos agricultores que a PROMOTUR, as parcerias, estão ajudando, mas que eles devem assumir e tocar esses projetos, pois a qualquer momento pode mudar a administração e se essas ações não estiverem enraizadas, fortalecidas, podem se desestruturar. Embora os agricultores “ainda não estejam 100% fazendo por conta”, assevera que “o avanço foi significativo, o que contribuiu para fortalecer o associativismo” (PMPC).

A experiência, a troca de informações, a valorização do conhecimento dos agricultores também é fundamental na viabilização

dessas iniciativas. Um exemplo foi o curso de beneficiamento e agregação de valor ministrado pela agricultora 13PL em Canoinhas/SC. O curso foi de oito dias, com duração de 4 meses, custeado pela empresa Planejar que tem um projeto com o governo federal (ATER Mulher) para retirar os agricultores da produção de fumo. O objetivo principal do curso foi ensinar os procedimentos para a inserção dos produtos coloniais/artesanais no mercado. Em geral, segundo a agricultora, o público foi muito receptivo, não tendo baixado de 50 mulheres por dia, mesmo sendo na época de plantio do fumo. Com essa formação tiveram a oportunidade de agregar valor aos seus produtos, de modo a inserir na feira geleias, temperos prontos, de qualidade e baratos. Além disso, observou que a agricultura é muito forte nesse município sendo a principal opção, pois as pessoas não têm outras alternativas, como serviços, empregos. Outro aspecto favorável salientado pela agricultora é de que as pessoas gostam do local, não tendo interesse em migrar para as cidades. Em função disso observa que

é nesses locais que o governo deve jogar dinheiro, aqui é jogar dinheiro fora, é só para as ONGs ganhar dinheiro, é uma característica da zona costeira, aqui é turismo e está acabado, não dou 10 anos para não ter mais nada. O governo tem de jogar dinheiro lá, porque quem saiu do campo lá é mínimo (13 PL).

Nesse caso, embora a referida agricultora tenha consciência da importância dessas atividades, pode-se perceber o descrédito na difusão dessas inovações na zona costeira. No entanto há vários exemplos de inovações exitosas, capazes de agregar a pluriatividade e a multifuncionalidade no meio rural, como é o caso de Joinville na parte de turismo rural, agroecologia, fitoterapia, e produção de flores etc. Dessa forma, os bons exemplos constituem uma motivação para que outros agricultores se agreguem a essa atividade, sendo fundamental a articulação em rede para a difusão dessas iniciativas. Mas no GPL, como já destacado, a desmotivação parece ser geral, sendo os casos bem sucedidos limitados aos mesmos nós, não havendo ainda nenhum dos agricultores novos no grupo obtido êxito, em termos de tornar-se uma referência. Além disso, muitos dos agricultores mais consolidados vêm demonstrando cansaço, falta de motivação em dar prosseguimento a essas atividades. O que ainda os mantém estimulados, segundo a agricultora 13PL, é o contato com os consumidores, em vendas diretas.

A feira está conseguindo se manter esse tempo todo em função desse diferencial, pois se o consumidor ir na feira e encontrar o que ele

encontra no supermercado, ele não vai, porque também tem produto orgânico no mercado. Eles dão muito valor para a gente, e se a feira se mantém há tanto tempo é por causa do consumidor, porque eles chegam lá, elogiam, elevam a autoestima lá em cima. Se não fosse por eles, já teríamos desistido. Se todo agricultor tivesse esse contato direto com o consumidor, ele não desistiria. O agricultor tem contato com dono do mercadinho que não valoriza o seu produto. Essa relação com o consumidor é o que mantém a gente no campo (13PL).

Nesse contexto, em termos prospectivos, uma alternativa viável seria seguir exemplos de casos bem sucedidos que se difundem em várias regiões do país, inclusive na própria zona costeira como mencionado. Ao agregar turismo rural e agroecologia os agricultores estariam fortalecendo a pluriatividade, sendo que em termos socioculturais poderia ser um meio de conscientizar as famílias, escolas sobre a importância dessas atividades, tendo maior impacto na comunidade ou efeito externo (MANCE, 1999; WILSON-GRAU, 2011). Nesse sentido, a Epagri, através do Projeto DTS-IC poderia estar fomentando iniciativas desse porte, trazendo consultorias de regiões que estão conseguindo alavancar com êxito essas iniciativas, de modo a constituir um roteiro turístico, a viabilizar a formação dos agricultores, adequação das propriedades, divulgação, entre outros.

6.5 REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (GPL E GPC) E A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DO DTS

Em função da desmotivação devido às várias ações coletivas que não deram certo, em especial no GPL, os agricultores tem pouco interesse em retomar iniciativas coletivas de longo fôlego. No entanto, essas inovações tendem a reforçar processos de cooperação, principalmente no GPC, sendo superiores à presença de relações competitivas. As diversas experiências destacadas como o turismo rural, a fitoterapia, a coopertabuleiro, o laticínio cooperativo, são fundamentais para reforçar a economia plural nesse território (SAUVAGE, 1996).

6.5.1 Desafios: fortalecimento da pluriatividade e multifuncionalidade no meio rural

A maioria dos agricultores destaca que há muita demanda pelos produtos orgânicos, tendo mercado acessível, sendo toda produção vendida. Porém, ainda falta para viabilizar esse processo uma melhor estrutura em termos de gestão dessas atividades, a fim de evitar que se venda orgânico por convencional, e de divulgação em diferentes mídias, assim como maior organização por parte dos consumidores.

O Cepagro tem procurado trabalhar no sentido de valorizar a produção local como é o caso do apoio concedido ao agricultor 9PL para divulgação do seu engenho de farinha. Segundo o agricultor, se tivesse mais tempo divulgaria mais a sua atividade, porém isso é difícil, pois assevera que o “agricultor não tem hora para trabalhar, começa de manhã e larga à noite, quando faz farinha vai até 1h, 2h da manhã. É trabalhado de mais e se ganha pouco, esse é o problema, por isso que ninguém quer ficar” (9PL). Observa que as pessoas que tem ou tiveram alguma doença valorizam mais os produtos orgânicos e os consumidores na sua análise já estão “cansado de saber, não vem buscar esses produtos por que não querem” (9PL).

Além da frágil organização dos consumidores, o desinteresse pela agricultura no município de Joinville reflete o contexto local, pois a cidade é industrial, sendo a mão de obra formada para esse campo, sobrando muito pouco para a área rural, inclusive em função do PIB, que no rural não corresponde a 0,5% do PIB do município. Mas o agricultor 11PC vê essa realidade de forma positiva, pois segundo ele sobra mais espaço para o empreendedorismo na área rural, sendo a produção agroecológica um nicho com enorme potencial.

Em relação a um dos principais financiamentos utilizado pelos agricultores, o PRONAF, o agricultor 8PL ressalta que

é muita burocracia, o Pronaf é bom, mas do jeito que está não funciona. No caso, eu pedi dinheiro para comprar as vacas, mas demorou tanto tempo que comprei as vacas de 3 pessoas e devolvi, porque o dinheiro não saía, aí então, é muita burocracia, todo dia pedem um papel diferente, para um agricultor que não tem estrutura, estudo, complica (8PL).

As dificuldades não se limitam a essa forma de crédito, pois o agricultor 12PL discorreu sobre as dificuldades do crédito agrícola.

Na época do arroz comecei a pegar crédito em agosto para plantar em novembro e recebi o dinheiro em fevereiro. Então não sei se o banco fica prendendo o dinheiro, ou o que acontece. É muito violento, e se não pago eles vem aqui e me

tiram um pedaço do arroz. Deveria ter um Banco da Terra. Pedi um projeto em junho, mostrei e os caras nem olharam, depois que entenderam já se passou dois meses. Não dão assistência (12PL).

Já o agricultor 7PL vê o PRONAF de forma muito positiva, sendo um meio para viabilizar novos projetos na propriedade, tais como melhoria genética, das pastagens, do solo, podendo ser acessado por qualquer pessoa, basta ter um projeto e vontade de inovar, segundo o agricultor. Mas faz uma ressalva destacando que muitas vezes os pequenos agricultores são prejudicados, pois para solicitar recursos para melhorar, por exemplo, uma pastagem é preciso um valor elevado que evade as possibilidades de garantia do agricultor, em termos de comprovar ao banco que poderá pagar. Por isso que a agricultura em grande escala é mais vantajosa, segundo ele, pois o custo de produzir dois hectares de milho, feijão, é muito alto e a escala é muito pequena. Dessa forma, para a agricultura familiar o que viabiliza é a diferenciação do produto para ter um preço final maior, a fim de cobrir o preço de produção.

As dificuldades elencadas pelos agricultores confirmam a análise de que o PRONAF trouxe poucos avanços, além de não contribuir para mudanças estruturais. Ou seja, em termos de desconcentração da estrutura agrária, de interferência no poder local e de maior consideração da dimensão ambiental (MATTEI, 2006).

Em relação ao turismo rural em termos de potencialidade para Paulo Lopes, a agricultora 4PL destaca que é necessário o apoio da prefeitura, não bastando apenas o agricultor ter boa vontade. Ressalta que o Projeto Caminhos da Natureza, em parceria com o SENAR não funcionou, pois não teve apoio.

Nós chegamos a criar folders específicos, pagamos, fizemos trabalho, criamos nossa logomarca, Caminhos da Natureza, chamei o SENAR, foi feito tudo esquematizado, todos os portais, projetos e não aconteceu nada. O Paulo que é um médico aqui em Florianópolis e tem um sítio perto do 3PL, transformou o sítio numa pousada belíssima com cavalos, carruagem, o 3PL arrumou o espaço dele para receber café colonial, tem outra pessoa que fez um chalé, outro uma pousada com hidromassagem, mas não funcionou porque a prefeitura não focou nisso, sai prefeito, entra o outro e acaba com tudo que o outro fez (4PL).

Segundo o técnico da Epagri esse projeto não prosperou devido ao fato de que os agricultores

esperam tudo pelo poder público, enquanto eles não começar a caminhar com as próprias pernas, não vai para frente, o poder público hoje é uma pessoa e amanhã é outra, então eles mesmo tem de se organizar e tocar para frente. Faltou eles, a prefeitura pagou o folder...daí um fica esperando pelo outro, é difícil, se alguém não pegar a frente, não assumir, eles não fazem nada (EPPL).

Ressalta que ajudou na construção desse projeto, Caminhos da Natureza, tendo se reunido várias vezes com os agricultores, “nós nos reunimos mais de 20 vezes, trabalhamos bastante, tentamos organizar uma rota, fizemos até *folder* e tudo” (EPPL), mas não prosperou.

A família da agricultora 13PL tem realizado algumas atividades que envolvem o turismo rural, mas falta apoio, infra-estrutura, de modo que tem se limitado a receber poucas visitas, uma ou outra escola. Nos dias de visitas faz lanche e/ou serve almoço em restaurante construído para essa finalidade aos fundos da propriedade.

Em geral há um descrédito por parte dos agricultores em investir nessas atividades, pois já o fizeram no passado e não tiveram bom retorno.

Isso é o que eu sei, que os agricultores estão desanimando, a impressão é que a rede vai acabar em Paulo Lopes, os filhos não querem ficar. E vai, pois eu já não tenho mais saúde para estar tocando o sítio, meus filhos nem pensar, meu marido está estressadíssimo. O 9PL também já tá idoso e cansado. A 13PL e o 2PL já estão com muitos conflitos (...). Então vai acabar que cada um vai saindo, ainda como a gente está resistindo, mas se olhar dos lados vai ver que estamos cheio de casa, e com isso a nossa água está sendo poluída, então como que a gente vai ser orgânico com água poluída? (4PL).

Essa impressão negativa da potencialidade da rede no município também é expressa pelo agricultor 9PL:

não, na rede ninguém quer entrar, tem mais para sair do que para entrar, porque o convencional eles estão vendendo. O 17PL saiu da rede e está trabalhando com convencional, ele disse que vende até mais rápido, embora venda mais barato,

mas vende mais rápido, colheu tá vendido e não dá tanto trabalho.

Tem aumentado o número de construção de casas em Paulo Lopes, pois muita gente está saindo da cidade, quer um lugar mais sossegado para descansar, sendo que muitos desses migrantes são nativos do município que saíram na infância e agora estão retornando. Na opinião da agricultora 4PL, as pessoas gostam da cidade como ela é, com essas características, não querem mudar, tanto que o prefeito anterior que era ecologista não foi reeleito. Nesse sentido que o agricultor 9PL assevera que

turismo aqui não dá para perder tempo, não funciona, aqui já teve, foi começado o Seu Dionísio fez trilha no mato, acampamento ali, de vez em quando vinha gente para acampar ali, mas não deu em nada, o pesque parque que tinha também fechou, e agora está trabalhando só com a babosa. Turismo rural aqui não funciona. Lá dentro, outra tem uma pousada que está fechada por que não vai ninguém para lá (9PL).

Novamente se percebe a desmotivação e descrédito por parte dos agricultores em relação a essas atividades, daí a importância das mediações/técnicos que pretendem fomentar essas iniciativas já estruturarem algo concreto, de modo a fornecer subsídios para que o processo funcione na prática. Tal como referido, os agricultores não tem mais ânimo para participar em reuniões, palestras, eles querem ver as coisas se efetuando na prática. Nesse caso Joinville pode ser um auxílio, pois tem técnicos capacitados para desenvolver esse tipo de iniciativa, uma vez que não basta boa vontade e recursos. É preciso formação na área, experiência em campo, sensibilidade, capacidade de articular, de fazer parcerias com outras instituições, de buscar patrocínio, entre outros. Além disso, é importante que sejam consideradas as especificidades de cada contexto e a diversidade de atores envolvidos nesses processos (NAVARRO, 2011).

6.5.2 Potencialidades: fortalecimento do turismo rural como complemento da agroecologia

Uma exceção do GPL, que está tendo êxito com o turismo rural, é a família do agricultor 10PL. Sua esposa assevera que embora “a mão de obra seja difícil, muitas pessoas estão dispostas a ficar, pois já foram para a cidade viram que é só ilusão, meu filhos não querem sair, eles estudam fora, já sabem como é, e aqui é outro mundo, outra coisa”

(18PL). Para a agricultora 4PL o êxito dessa atividade se explica por tratar-se de turismo religioso, e não turismo rural. Segundo ela, “quem vai lá, ele aluga o espaço dele para a Igreja dele que aluga para retiros, encontros de jovem, é turismo religioso. É outra coisa” (4PL).

Como já referido, o Projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) visa incentivar a formação de uma rota de turismo na região, o que aos olhos da agricultora 1PL é bem visto, pois o município é estratégico em função de estar entre os principais pontos turísticos da zona costeira (Guarda do Embaú, Pinheira, Florianópolis, Garopaba e Imbituba). Mas o que a preocupa é se conseguem dar conta de todas essas atividades (turismo, produção, beneficiamento e venda), pois são responsáveis por toda a cadeia produtiva, uma vez que a mão de obra é cara e escassa. Tem por sugestão que seja criado um pacote de roteiro turístico, tendo alguém responsável por fazer a gestão desse processo, cabendo aos agricultores apenas receber as pessoas em suas propriedades. O agricultor 7PL destaca como referência nessa área o Projeto Acolhida na Colônia em que existe um escritório que agenda as visitas e passa aos agricultores o dia, horário e número de pessoas que irão em sua propriedade.

Em Joinville o turismo rural pedagógico vem sendo agregado as demais atividades como agroecologia, apicultura etc. Segundo o técnico da PROMOTUR há necessidade dessa integração, pois o meio ambiente, a valorização de alimentos limpos, ar puro, água limpa são requisitos cada vez mais buscado pelos consumidores, de forma que a agroecologia vem favorecer esse novo nicho de mercado. Trata-se do crescimento das atividades não-agrícolas, as quais conferem uma dinâmica multifuncional ao meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 2002; CAZELLA, 2009a). Em função disso, um dos objetivos da Promotur e da Fundação 25 de Julho é de incentivar a transição dos agricultores convencionais para agricultura ecológica, por ter se tornado um atrativo maior, e devido a maioria das propriedades rurais do município serem pequenas, familiares.

O que precisa é achar motivação, exatamente na área do turismo, para mim o turismo é complemento de renda para alguns e alternativa para permanecer na agricultura para outros, eu não quero dizer que o turismo é a salvação, mas uma alternativa e precisa ser estimulada (EEA).

Outra vantagem do turismo rural, se comparada à agricultura, é de que não há necessidade de muitas pessoas para trabalhar, sendo que os jovens vem demonstrando interesse em se inserir nessas atividades.

Com isso diminui o êxodo rural, além dessas atividades terem certa continuidade, podendo ser passadas de uma geração para outra. Segundo o agricultor 15PC, o sucesso dessa atividade é tanta que “não tem o que chega, se tivesse 20, 30 casas, estaria tudo alugada. Tenho liberação para 5 casas”. A agricultora 10PC tem um chalé enorme, capaz de abrigar 30 pessoas, e tem disponibilizado mais para grupos de Igrejas no valor em média de R\$ 400,00 por final de semana.

Dá mais dinheiro o turismo rural do que a agricultura, quero ver se no ano que vem construo mais um chalé. (...) Não faço divulgação, é só no boca a boca, não tenho cartão, nada. Nem quero divulgar, pois quero um povo mais pacato, não quero aquele povo muito urbano que não sabe nada e só te prejudica, gosto de lidar com povo mais crioulo. Se eles pedirem eu faço almoço, mas aí aumenta o preço. Todo o final de semana é uma renda certa, R\$ 300, 400 reais. Minha intenção é só aumentar o turismo, e por isso que não desisti da banana, só o fato da minha propriedade se orgânica, ter trilhas e de eles poderem caminhar em meio ao bananal, é para eles muito bom, eles vão, as vezes eu vou junto, eles passeiam domingo o dia inteiro, tem rio para tomar banho, também tenho piscina de 10 m², tem para adulto, criança, campo de futebol, sinuca, vôlei (10PC).

Embora a Fundação 25 de Julho dê apoio a essas iniciativas, a agricultora 10PL destaca que no seu caso todo o investimento foi particular. A fim de valorizar mais as riquezas do local usa água natural (mineral) na piscina, vinda direta do rio. O interesse dos turistas é tanto que nem precisa fazer qualquer divulgação dessa atividade, como enfatiza a agricultora “é só vim um que ele já passa para outro grupo de Igreja, ou ele é amigo, vem uma família, e depois indicam para os amigos, eles nem vem ver, já vai pelas fotos do que o outro tirou e do que o outro disse”(10PC).

De forma semelhante, o agricultor 6PC pretende ampliar as atividades de turismo rural em conjunto com a agroecologia, tendo intenção de no futuro deixar os estudantes o dia inteiro em sua propriedade, a fim de conhecerem melhor o local, ajudar na colheita, no preparo do solo etc. A ideia é mostrar para as pessoas como é viver no campo, como se trabalha na agricultura, como funciona e a importância da agroecologia para o meio ambiente. A motivação para integralizar essas atividades, de modo a ficar com os estudantes o dia inteiro na

propriedade veio dos exemplos de turismo rural conhecidos na França em que isso já ocorre. Nesse caso pode-se perceber a importância dos laços fracos, das conexões externas, as quais contribuem para dinamizar essas inovações (VALE, 2006)

O turismo rural, segundo o técnico da Promotur, se comparado à agroecologia, está bem mais desenvolvido em Joinville, com mais agricultores inseridos. Ressalta que não é preciso uma grande estrutura para integrar a propriedade ao turismo rural, basta ter vontade e algum tipo de conhecimento para passar às crianças, seja na área dos fitoterápicos, da apicultura ou da agroecologia. Além disso, disponibilizam uma pedagoga para atuar junto às propriedades orientando sobre o tipo de atividade que podem executar, e também nas escolas incentivando os professores a levar os alunos, a cobrar essas atividades em forma de tarefas, exigindo que os alunos façam uma reflexão sobre essa experiência. Num primeiro momento foram contempladas quatro escolas com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do município, tendo posteriormente sido ampliado. Dessa forma, as crianças além de irem interiorizando na prática a importância da sustentabilidade, vão se tornando multiplicadores, pois passam esse aprendizado aos pais, vizinhos, colegas. Os recursos para manter esses projetos são captados em diversos locais, não se limitando apenas à PROMOTUR, como Ministério do Turismo, parcerias com empresas, entidades, entre outros.

Os agricultores que participam desse projeto estão inseridos na Associação de Turismo Ecorural de Joinville, ligada a PROMOTUR. Outro projeto importante mencionado pelo referido técnico é Projeto dos Condutores Locais que vem capacitando jovens da área rural para atuarem no turismo receptivo, a fim de orientar os turistas sobre os atrativos existentes, a melhor rota a ser utilizada, entre outros. Esses jovens podem tornarem-se guias de turismo, pelo menos estão sendo formados para chegar a esse nível, de acordo com o técnico.

Cada vez mais o povo tem buscado os lugares naturais, caminhadas, trilhas, rios, cachoeiras, e assim o jovem entra mais nesse tipo de atividade. Temos aqui recantos de lazer que trabalham quase só com isso, fazer uma caminhada, trilha, algumas empresas operam em montanhas da região para propiciar rapel, escalagem. Há restaurantes, venda de produtos coloniais, muitas propriedades estão abertas para visitas, você paga uma entrada e fica o dia inteiro visitando a propriedade (PMPC).

Em termos de engajamento e participação dos agricultores nessas atividades, o técnico destaca que é preciso sempre estar estimulando e cuidando para que as atividades propostas sejam, de fato, postas em prática, pois os agricultores querem ver resultado.

Ele está cansado de ir sempre em reunião, do turismo, da apicultura, da Ecovida, enche o saco e uma hora ele acaba desistindo, desestimula porque é um processo muito lento e se ele estivesse trabalhando estaria rendendo mais. Tem uns que quando veem o carro da prefeitura se escondem (PMPC).

Outro aspecto positivo das atividades relacionadas ao turismo rural é de que o agricultor é obrigado a preservar a propriedade, não jogando esgoto no rio, separando o lixo, enfim precisam mostrar aos turistas uma propriedade preservada, organizada, limpa, caso contrário irão perder clientela para outros agricultores. A estrutura oferecida pela PROMOTUR tem sido um diferencial, pois produz material de apoio e vão aos poucos expandindo essa atividade, a qual iniciou na Estrada Bonita, depois se expandiu para a região do Piraí, Dona Francisca e agora pretendem incluir a Estrada da Ilha, conforme pode ser visualizado nas fotos a seguir.

Fig. 27 - Turismo rural (GPC)



Fig.28 -Turismo rural(GPC)



Fig.29- Turismo rural (GPL)**Fig.30 -Turismo rural (GPL)****Fig. 31- Turismo rural (GPL)****Fig. 32 - Casa Krüger (GPC)****Fig. 33 -Agroindústria filiada a AJAAR****Fig. 34 -Agroindústria filiada a AJAAR**

Fonte: autora.

Segundo o agricultor EEA, entrevistado na fase exploratória da pesquisa, o Projeto Viva Ciranda contribui para integrar as atividades

existentes na propriedade, seja agroecologia, seja produção de doces, pães, e mais importante, ajuda a formar uma nova mentalidade, pois trabalha com crianças. Ressalta que

não adianta querermos colocar alguma coisa na cabeça de alguém que já está com a mentalidade formada, quem acha que o primeiro passarinho que aparece por aí deve ser destruído, vai ser difícil mudar. (...) O projeto com crianças é muito válido, pois vai criar uma mentalidade diferente, que vem de dentro (EEA).

Em Joinville a pluriatividade vem sendo uma alternativa para a permanência e valorização dos agricultores, capaz de gerar renda e reconhecimento do trabalho no meio rural. Além da parte econômica, também contribui para a dimensão cultural, ecológica do local, como posto na seção anterior, em que as crianças passam a ser os principais multiplicadores dessa nova consciência. E o mais importante, estão desde cedo aprendendo, vivenciando na prática a importância da agroecologia, dos fitoterápicos, do ar puro, água limpa, de que não é feio e arcaico ser agricultor. Enfim, passam a conhecer o lado positivo do meio rural e a valorizar esses espaços. Considerando esses aspectos, o GPC tem enorme potencial para se fortalecer e se consolidar no município, bastando seguir os princípios da Rede Ecovida, em termos, por exemplo, de não vender orgânico por convencional e de considerar a identidade de projeto da rede. Assim como em ampliar os laços com os atores e iniciativas locais, com os demais grupos da Rede Ecovida e, na medida do possível, com novas experiências externas, a fim de fortalecer os laços exógenos da rede. Um exemplo nesse sentido é a parceria com agricultores franceses, os quais podem agregar muitos ganhos ao GPC, como inclusive já vem ocorrendo. Essas referências também servem para o GPL. Além disso, para esse caso é fundamental que o grupo retome suas atividades, com encontros mais frequentes e passe agregar essas inovações (turismo rural) à agroecologia. Embora as dificuldades sejam um pouco maiores, o laticínio cooperativo e a Coopertabuleiro são trunfos importantes para a dinamização e fortalecimento dessas inovações e do grupo.

6.6 CONCLUSÕES

Nesse cenário, em termos prospectivos, parece existir três possibilidades para o futuro desses grupos ou dessa rede na zona costeira catarinense. A primeira, é de continuar como estão, permanecendo em geral com essa média de agricultores, com pouco ou

nenhum impacto nas dinâmicas territoriais vigentes na região. A segunda, é dos grupos se expandirem, agregando mais nós, em função da crescente demanda por produtos orgânicos e se consolidarem tendo por principal objetivo a inserção nos mercados. Nesse caso a agroecologia, como qualquer outra atividade, seria considerada um nicho de mercado, sendo a Rede Ecovida estratégica, pois além do prestígio, propicia selo a baixo custo. A terceira possibilidade é da recusa de reduzir a agroecologia e a Rede Ecovida à lógica instrumental, não admitindo que seja simplesmente subsumida à economia verde. Dessa forma, como reação a Rede pode retomar a sua identidade de origem, a qual vem sendo compreendida nesse trabalho como identidade de projeto. Todavia, não se trata de um simples retorno às raízes, ou ao passado. Mas uma forma de manter a especificidade e o caráter transformador da agroecologia, evitando uma confusão de valores e de discursos por parte de seus membros na contrução dos territórios.

Além disso, a atuação em rede de forma mais horizontalizada e participativa (distribuída), pode-lhes garantir resultados mais expressivos. Como, por exemplo, no nível organizacional através da promoção do empreendedorismo individual e coletivo, da mobilização de recursos. Assim como no nível institucional, exercendo efeitos sobre as políticas públicas e a regulação dos mercados. Dessa forma, munida do intuito de reforçar a sua identidade de projeto, a Rede Ecovida poderá viabilizar e fortalecer novos caminhos e novos horizontes para o desenvolvimento rural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vem sendo consenso entre estudiosos do desenvolvimento rural que, a partir da década de 1990, houve um fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, incluindo a agroecologia. Esses avanços são decorrentes, principalmente, da organização e demanda da sociedade civil. Outro ponto consensual refere-se à relação rural-urbano que passa a ser vista como um *continuum* e não mais de forma separada, ou setorializada, sendo a pluriatividade e a multifuncionalidade características marcantes dessa “neoruralidade”. Nesse contexto, as regiões rurais próximas aos centros urbanos vêm sendo apontadas como locais mais propícios para a dinamização do meio rural, em contraste às áreas rurais isoladas onde, em geral, estão as menores rendas e a baixa qualificação da mão de obra. Nesses locais é difícil o acesso, assim como a integração entre agricultura, indústria, comércio e turismo, o que remete ao fato de que pensar o desenvolvimento rural significa considerar as especificidades das regiões (KAGEYAMA, 2008; GRAZIANO DA SILVA, 2002; SCHNEIDER, 2007).

Face a esse panorama, pode-se colocar que os territórios rurais da zona costeira catarinense apresentam condições favoráveis ao desenvolvimento rural e ao DTS em função das suas características, conforme elucidadas nos capítulos anteriores. Considerando esses aspectos, a pesquisa procurou compreender o que poderia estar dificultando a difusão das inovações presentes nesse local, tais como a organização dos agricultores em rede. Dessa forma, teve por questão norteadora entender *por que a rede de agricultores agroecológicos vem tendo dificuldade em se consolidar e se difundir na zona costeira catarinense?* A fim de respondê-la a análise foi organizada em três eixos (descritivo, explicativo e prospectivo).

Na parte descritiva foram privilegiadas questões voltadas para as mudanças ocorridas após a década de 1990 nessa região, tais como os novos aportes públicos (Pronaf, SDRs), e a inserção de novas organizações sociais como o MST, ONGs, Fórum da Agenda 21 de Ibraquera, Fórum de Economia Solidária, entre outros. Dessa forma, procurou-se verificar o impacto dessas iniciativas na estrutura e dinâmica da Rede Ecovida (GPL e GPC).

Em relação a essas primeiras questões de cunho descritivo, as hipóteses de trabalho foram confirmadas. A maioria dos agricultores desconhece o trabalho das SDRs, as quais parecem ser inexpressivas nesses locais. O PRONAF foi apontado por poucos agricultores como positivo, tendo a maioria mencionado as enormes dificuldades no uso

desse programa, em função da burocracia e do distanciamento da realidade dos agricultores. Ou seja, há pouca consideração do contexto desses atores, como pode ser expresso na fala de um agricultor “o PRONAF cai na mão do gerente do Banco do Brasil e esse gerente trabalha com esse dinheiro politicamente, ele libera esse dinheiro conforme a vontade comercial do banco” (7PC). Além disso, o PRONAF não contempla certas atividades como, por exemplo, as plantas medicinais, o que acaba contribuindo para limitar a multifuncionalidade do meio rural.

Referente às parcerias com os novos atores territoriais, pode-se colocar que ou são frágeis, ou são inexistentes, como bem representados nos sociogramas das redes egocêntricas. Esses resultados confirmam a hipótese desta pesquisa de que os impactos das mudanças ocorridas após a década de 1990 na zona costeira catarinense foram insignificantes e/ou negativos na ampliação e fortalecimento das conexões externas dos grupos (GPL e GPC). Embora tenham perfil similar, em razão de propósitos e raízes semelhantes, não vêm construindo com essa diversidade de organizações (MST, Agenda 21, Economia Solidária) pautas comuns, com um caráter mais universal. O que se percebe são ações fragmentadas, em que cada grupo trabalha por sua pauta, mas sem capacidade de integrá-las em prol da construção do território. Dessa forma, se confirma a análise dos *experts* de que as lutas das organizações da sociedade civil tem se limitado a temas pontuais, referentes a um grupo, ao invés de lutarem por questões mais amplas. Isso porque “não se pensa o território como base de organização, mas o tema” (RICCI, 2010, p.04).

A terceira questão procurou explicar por que as conexões entre os nós, internas e externas aos grupos (GPL e GPC), pouco vem contribuindo para a sua consolidação e difusão, em termos de enraizamento territorial. A primeira explicação, tendo por base os sociogramas das redes sociocêntricas, é de que a rede não se configura enquanto tal, o que confirma a hipótese desta pesquisa. Embora um dos grupos (GPC) apresente uma estrutura um pouco mais distribuída, as evidências indicam que ele não dispõe de nenhum contato com o GPL o que o aproxima do modelo de uma “quase rede”. No caso do GPL, pode-se concluir, em função das suas características e estrutura gráfica, que ele se aproxima de um “quase aparelho”, estando sempre os mesmos atores à frente dos processos de tomada de decisão (LEMIEUX & OUMET, 2008).

Essas evidências comprovam que a Rede Ecovida de Agroecologia, afora os grupos (GPL e GPC), não se configura como

uma rede distribuída, modelo P2P (*peer-to-peer*), em que os nós estão ligados ponto a ponto, sem a existência de um centro coordenador ou articulador. Segundo os *experts*, a rigor somente esse tipo de rede pode ser denominado enquanto tal, sendo essa a principal novidade que justificaria a ideia de que as redes constituem uma revolução social. Isso porque o modelo de rede descentralizada é a forma tradicional de organização da maioria das estruturas hierárquicas conhecidas como Igrejas, empresas e governo. Através desse modelo, por exemplo, há várias redes descentralizadas e conectadas entre si, em que alguns nós centralizam e distribuem informações, podendo filtrá-las ou usá-las segundo seus interesses (FRANCO, 2008a; UGARTE, 2008). Mas com as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, conforme exposto no segundo capítulo desse trabalho, há uma forte tendência de que o modelo de rede distribuída suplante os modelos de redes descentralizadas e centralizadas.

Embora a difusão das novas tecnologias tenham facilitado a emergência do padrão de redes distribuídas, essa estrutura reticular sempre esteve presente nos ecossistemas, e na maioria dos sistemas complexos, pois propicia maior resiliência, facilitando a adaptação às mudanças e a autoregulação. No caso das redes sociais contribui para converter competição em cooperação, fortalecendo o capital social nos territórios (FRANCO, 2012; VALE, 2006; PRAZERES, 2004; PUTNAM, 2006). Dessa forma, parece valer a pena o esforço em favorecer esse tipo de rede, conforme destacado no segundo capítulo dessa tese. Nesse sentido, embora os animadores sejam importantes, deve-se cuidar para que não formem um centro coordenador, mas que contribuam para uma dinâmica que possa se evidenciar numa estrutura de rede distribuída.

Além desse aspecto, outro fator que contribui para explicar a baixa densidade da rede e as suas frágeis conexões externas é a pouca consideração da dimensão sociopolítica nesses processos. De modo geral, a agroecologia não vem sendo considerada em termos de identidade de projeto de acordo com os pressupostos da Rede Ecovida de Agroecologia. Ou seja, em termos de mudanças estruturais, no sentido de fomentar novas modalidades de desenvolvimento, sendo geralmente limitada à produção de alimentos saudáveis, à conservação do meio ambiente e à abertura de novos nichos de mercado. Além disso, quando há a percepção sociopolítica desses processos, tende na maioria dos casos a se limitar à teoria, sendo pouco colocada em prática, como demonstraram os dados desta pesquisa. Dessa forma, ao não apresentar

uma estrutura distribuída, ao não considerar a dimensão sociopolítica, consequentemente a rede não interage com os demais atores territoriais, o que confirma a hipótese deste trabalho.

Esses obstáculos além de dificultarem a ampliação dessa inovação, acabam contribuindo para fortalecer o sistema hegemônico vigente que outrora esses atores criticavam, mas que no momento parecem estarem sendo assimilados pela tendência de consolidação da economia verde. A fim de ilustrar esse ponto de vista, pode-se destacar o fato de alguns agricultores compreenderem a Rede Ecovida como sendo uma certificadora a baixo custo. Esses aspectos contribuem para explicar as dificuldades da rede no fortalecimento de novas dinâmicas de desenvolvimento, pois o objetivo principal e os esforços da maioria dos elos se voltam para o fortalecimento individual, principalmente em termos de melhor inserção econômica nos mercados.

A fim de evitar essas contradições, é fundamental a autonomia, a participação e a emancipação social, de modo a favorecer a construção de sujeitos capazes de atuar enquanto um movimento social. Ou seja, pautados pela identidade de projeto, de modo a transcender as particularidades, contribuindo para a formação de “territórios construídos”. Nesse sentido as redes distribuídas são estratégicas, pois facilitam as conexões (internas e externas) e a constituição de sujeitos sociais empoderados (PECQUEUR, 2003; SCHERER-WARREN, 2012). Todavia o que se percebe é um forte discurso sobre redes e atuação em rede, mas na prática isso não vem, de fato, ocorrendo, como pode ser demonstrado por esta pesquisa. Isso porque a organização e a dinâmica da rede vêm tendo pouca relevância, pois se subentende que todos saibam atuar em rede, não sendo necessários maiores esforços no aperfeiçoamento dessas estruturas.

Contudo, além dos aspectos referidos, ainda é importante considerar que o descaso da dimensão sociopolítica nesses processos parece ter raízes mais profundas, estando relacionada a transformações na matriz identitária dessas iniciativas. Entre as principais mudanças responsáveis por esse fato, segundo Lara Junior (2012), estariam a crise da Teologia da Libertação, a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT), e o crescimento da força política dos evangélicos. Como é sabido, no Brasil, a religiosidade foi marcante na formação dos movimentos sociais, tendo na década de 1960 em diante forte influência da Teologia da Libertação. Através dessa ala progressista da Igreja Católica foram organizadas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), tendo por ideologia uma mescla de cristianismo e marxismo. Assim como, contribuiu para o nascimento do MST, do PT e da CUT, assevera

o referido pesquisador. Porém, na última década ocorreram mudanças que propiciaram novos rumos à “ideologia cristã-marxista”. Uma delas foi a chegada ao poder do PT, o qual passou integrar sindicalistas, representantes de movimentos sociais à estrutura de poder, a qual outrora criticavam. Isso favoreceu uma desmobilização na formação dos quadros de militantes, sendo a ideologia política descartada ou deixada em último plano. Dessa forma, ressalta que “a formação dos movimentos sociais da última década está se tornando instrumental, ou seja, uma formação para ensinar o militante a se movimentar dentro das burocracias das políticas públicas” (LARA JUNIOR, 2012, p.03). Outra mudança, segundo esse pesquisador, foi o recuo do incentivo da Igreja Católica às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em função da ala conservadora estar no comando da instituição, tendo a Teologia da Libertação perdido espaço. A terceira e última mudança foi o aumento do número de Evangélicos que passaram a ter uma força política (institucional) muito expressiva, embora sua matriz seja totalmente pragmática, se limitando a temas pontuais, evitando questões mais amplas relacionadas à política. Desse modo, participam junto aos movimentos sociais, mas sem considerar o caráter transformador inicialmente proposto por essas organizações. Esse aspecto, ou fica em segundo plano, ou é desconsiderado, o que contribui para um esvaziamento dessas iniciativas (LARA JUNIOR, 2012; CASSARINO, 2009).

Além das questões referentes à situação interna do país, é importante considerar a ausência de alternativas concretas, de outros modelos a serem seguidos. Afora as críticas ao sistema hegemônico por parte de ambientalistas e de outras organizações, não existe uma referência concreta de outros caminhos a serem trilhados, a exceção de alguns “territórios vitoriosos” (VALE, 2007). Na realidade o que existe de concreto, em especial no campo do desenvolvimento rural, são iniciativas esparsas que, mesmo dispondo de potencial capaz de induzir processos de reterritorialização, ainda não estão consolidadas. Desse modo, podem convergir para a construção de novas territorialidades mais sustentáveis e equitativas, ou para consolidar a nova estrutura baseada na economia verde.

Outro aspecto que contribui para a ausência de alternativas políticas é o descrédito dos sistemas socialistas, que outrora representavam uma escolha viável, mas que no momento parecem não estarem à altura dos desafios atuais. A crise socioambiental, o aumento das desigualdades sociais, e a velocidade das mudanças que atingem as

sociedades contemporâneas contribuem para esse descrédito. Nesse contexto de instabilidade, de incertezas e de riscos fazem-se necessários modelos capazes de considerar esses aspectos, como pressupõe o paradigma sistêmico-complexo aplicado ao enfrentamento da crise. Dessa forma, o ecodesenvolvimento, ou o desenvolvimento territorial sustentável, vem se constituindo como alternativa possível.

Face ao exposto, embora as hipóteses desta pesquisa tenham sido confirmadas, permanecem alguns questionamentos que podem alimentar novas pesquisas como, por exemplo:

- Qual é o perfil dos agricultores que integram a Rede Ecovida de Agroecologia na atualidade, tendo em vista seu crescimento e a consequente heterogeneidade dos seus participantes? Esses agricultores tem limitado a agroecologia a um nicho de mercado, à promoção da saúde, ou consideram o seu caráter transformador inicialmente proposto pelas suas organizações?

- Quais são as consequências da institucionalização da agroecologia, considerando o seu reconhecimento na sociedade, a disponibilização de políticas públicas e de cursos em universidades? Essa institucionalização tem fortalecido e/ou enfraquecido o seu caráter alternativo?

- De que forma as mediações (ONG's, universidades, movimentos sociais) estão contribuindo para o fortalecimento das redes de agroecologia? Que pressupostos orientam essas mediações e como os agricultores reagem frente às proposições desses mediadores?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

_____. Colocar a vida econômica a serviço do desenvolvimento sustentável: o eixo estratégico da Rio + 20. In: **IHU, Cadernos em formação**. Rio + 20: “Que futuro queremos”? Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ano 08, n.º 42, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>. Acesso em: janeiro de 2012.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada** — n.º número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000. Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf. Acesso em 26/05/2011.

_____. Para uma teoria de los estudios territoriales. In: **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios** / compilado por Mabel Manzanal y Guillermo Nierman. 1.ª ed. – Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura e Sociedad – CICCUS, 2006.

_____. A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura. **Revista de Administração Pública** – n.º 6, 2000:159-177, novembro-dezembro. Disponível em: http://search.babylon.com/?q=%E2%80%99CHist%C3%B3rico+da+Rede+TA%E2%80%99D+&s=web&as=0&rlz=0&babsrc=SP_ss. Acesso em 20/11/2012.

_____. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

ABRAMOWAY, Ricardo et al. **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial**. 2006. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/2006/10/movimentos-sociais-governanca-ambiental-e-desenvolvimento-territorial/>. 20/06/2012.

ABRASCO – **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Carneiro, F F; Pignati, W; Rigotto, R M; Augusto, L G S. Rizzolo, A; Muller, N M; Alexandre, V P.; Friedrich, K; Mello, M S C. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

ABATI, Samuel. **Experiências com geoprocessamento aplicado ao Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina – GERCO / SC**. Trabalho final de estágio. Florianópolis, 2005.

ADRIANO, Juliana. **Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense**: estudo de caso sobre a experiência do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, no período de 2001 a 2010. 238 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011.

_____. **A formação de sistemas locais de conhecimento agroecológico na zona costeira centro-sul do estado de Santa Catarina**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2006.

ADULIS, Dalberto. A profusão das redes: gestão e fomento na promoção do desenvolvimento. In: MARTINHO, Cássio [Et al.]. **Vida em rede**: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.24, n.º02, p. 499-520, 2003. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/665.pdf>. Acesso em 20/04/2011.

_____. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. IN: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALTMANN, Rubens; MIOR, Luiz Carlos; ZOLDAN, Paulo. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**: percepção, de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Epagri, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/sistema%20agroalim.pdf>.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia** – bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

_____. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. In: MOURA, E.G; AGUIAR, A.C.F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo**: princípios e tecnologias. São Luís, UEMA, 2006.

_____. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista Nera – ano 13, nº. 16 – janeiro/junho de 2010 – ISSN: 1806-6755

ALTIERI, Miguel & MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

AMARAL, Juaci do. **Transformações na paisagem no município de Imaruí**. SC. Florianópolis, SC, 2002. Dissertação. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Departamento de Geociências. Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.

AMARAL, Felipe Patela. Rio+20: as soluções podem surgir dos locais de discussão promovidos pela sociedade. Entrevista. In: **IHU, Cadernos em formação**. Rio + 20: “Que futuro queremos”? Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ano 08, n 42, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>. Acesso em: janeiro de 2012.

AMORIN, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Adronio Raimundo. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n.º01, p. 15-29, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/729.pdf>. Acesso em: 20/04/2011.

ANDION, Carolina et al. Space and Inequality: A Case Study of Territorial Development in Santa Catarina. **Administrative Theory & Praxis** / June 2009, Vol. 31, N.º 2.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoit. O debate sobre economia plural e sua contribuição para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

ANDION, Maria Carolina Martinez. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio Rural de Santa Catarina:** os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARAÚJO, Guilherme Pinto de. **Trajetória do Turismo no Litoral Centro – Sul de SC:** Impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Dissertação, UFSC - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, 2008.

BARABÁSI, Albert-László. **Linked:** a nova ciência dos networks. Como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências. São Paulo: Leopard, 2009.

BARROS, Larissa. É preciso disseminar as experiências de sucesso na solução de problemas sociais. Entrevista. **Revista SEBRAE Agronegócios**, n.º 07, dezembro de 2007. Disponível em: http://www.rts.org.br/noticias/destaque-3/arquivos/rev_agronegocio_7.pdf. Acesso em: 11/11/2008

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** RJ: Zahar, 1999. _____ . **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. IN: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. SP: Unesp, 1995.

BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain. Geografia socioeconômica ou economia geográfica? In: BENKO, G. e LIPIETZ, Alain (orgs). **La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique**. Paris: PUF, 2000.

BERGER, Gabriel; JONES, Mercedes y BROWNE, Marcela. **Relevamiento de Modelos de Colaboración entre Organizaciones Sociales**. Universidad de San Andrés. Centro de Inovação Social. Buenos Aires. Nov. 2008. Disponível em: <http://www.gestionsocial.org/>. Acesso em: 20/01/2011.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getulio Vargas, 1976.

BEUS, Curtis E; DUNLAP, Riley E. Agricultura convencional versus alternativa: as raízes paradigmáticas do debate. **Rural Sociology**, vol.55, n.º 04, Winter, 1990.

BITENCOURT, Sônia Gomes. **Comunidade do Espraiado, Paulo Lopes – SC: sua história antes e depois da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Paulo Lopes: Alternativa Gráfica Ltda, 2006.

BONANNO, A. A Globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agro alimentar. In: Cavalcanti, J.S.B. (org) **Globalização, trabalho e meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife, Ed. da UFPE, 1999, p. 47-94.

BONNAL, Philippe. Territórios da cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro? In: **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. nº 14 - fevereiro 2008. Disponível em:

<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files/014TerritCidadaniaMeioRural.pdf>. Acesso em: 10/04/2009.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. IN: VIEIRA, P.H.F et al [Orgs]. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf. Acesso em 20/10/2012.

BURT, S.R. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University, 1992.

BUSTELO, S. Eduardo. Planejamento e política social: a dialética do possível. In: BROMLEY, Ray e BUSTELO, Eduardo S. **Política e técnica no planejamento: perspectivas críticas**. Brasiliense, 1982.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CANAL RURAL. **Convênio entre SC e BRDE permitirá exportação de bovinos vivos para Europa**. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/canalrural/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=2662730§ion=capa>. Acesso em: 03/01/2010

CANUTO, João Carlos. **Bases conceituais da agroecologia**. Grupo de trabalho de agroecologia. Definição do marco referencial de agroecologia. EMBRAPA. 12/11/2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004a. Disponível em http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/CaporalCostabeberMDA_Final.pdf. Acesso em: 09/09/2009.

Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.); PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, DF, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes** – ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARRIÈRE, Jean-Paul e CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CARNEIRO, Fernando Ferreira. Alternativa agroecológica contra os agrotóxicos e transgênicos. Entrevista. **IHU On-Line.** Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate. Revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo. Outubro de 2011. Edição 377.

CARTA CAPITAL. **Deputados criam a Frente da Produção Orgânica.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-criam-a-frente-da-producao-organica/>. Acesso em: 18/09/2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASSARINO, Julian Perez. **Dimensões iniciais necessárias à agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil**. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Julian%20Perez%20Cassarino.pdf>. Acesso em 20/01/2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAZELLA, A. Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. Olhares disciplinares sobre territórios e desenvolvimento territorial. In: **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, Ademir Antonio. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia – a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senas, 2010.

_____. Estamos usando em um ano o que a natureza demora um ano e meio para recompor. **IHU, Cadernos em formação**. Rio + 20: “Que futuro queremos”? Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ano 08, n 42, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>.

CEPAGRO. Cepagro 20 anos. **Boletim Informativo**. Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Agosto 2012, n.º04, ano 20.

CEPAGRO ON LINE. **Núcleo Litoral Catarinense**. Disponível em: <http://www.cepagro.org.br/nucleo-litoral-catarinense/>. Acesso em: 2011.

CERDAN, Claire; FREIRE, Paulo; POLICARPO, Mariana et al. Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina. **Documento de Trabajo N° 87**. Programa Dinámicas Territoriales Rurales Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/DTR/N87-2011-Acesso em: 02/06/2011>.

CERDAN, Claire et al. **Sinergias y conflictos entre dinámicas territoriales: rumbo al desarrollo sustentable en la zona costera del Estado de Santa Catarina – Brasil**. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/DTR/N87-2011-desarrollo-sustentable-zona-costera-Santa-Catarina-Cerdan-Freire-Vieira-Policarpo.pdf> Acesso em: 20/11/2011

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHRISTAKIS, Nicholas A; FOWLER, James. **O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Mirela Carvalho Pereira da. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COCCO, Giuseppe. As biolutas e a constituição do comum. **Revista Global Brasil, n.º 16, ano 2012**. Disponível em: <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=651>. Acesso em: 20/02/2013.

CORDEIRO, E. F. **Sistemas Alimentares Territorializados (salt's) no litoral centro-sul de Santa Catarina - um estudo de caso do sistema agroecológico de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências

Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2010.

CORONEL, Daniel Arruda; FILIPPI, Eduardo Ernesto. O desenvolvimento rural nas óticas da Cepal e do Banco Mundial. **XLV Congresso da Sober "Conhecimentos para agricultura do futuro"**. Julho de 2007, UEL, Londrina, Paraná.

COSTA, Paulo Sérgio de Oliveira. **Redes na promoção do desenvolvimento sustentável**. Redes e Desenvolvimento - ABDL, 2008. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/article/frontpage/11?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso em: 20/10/2011

COSTA, Auricélio. **A nossa história...do nosso jeito**. Projeto Resgate Histórico das Comunidades da Paróquia de Imaruí – SC. Tubarão: Humaitá, 2005.

COURLET, Claude. **Os sistemas produtivos localizados**: da definição ao modelo. Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CROZIER, Michel y FRIEDBERG, Erhard. **El actor y el sistema**: las restricciones de la acción colectiva. Editorial Patria, S.A . 1990. México, D.F.

DC, Diário Catarinense. **PIB dos municípios de Santa Catarina é o que mais cresce no sul**. 12/2012, ano 27, nº 9.734.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. **A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento**. Artigos – PGDR/UFRGS, 2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/textos_para_discussao.php?menu=4&cod=23&cod_docente=0&ord=1. Acesso em 20/05/2012.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro da [org.]. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. Artigos - 11/2010. Disponível em <http://dowbor.org>. Acesso em: 10/10/ 2007.

_____. **Capitalismo**: novas dinâmicas, outros conceitos. Artigos - 01/2000. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/article/frontpage/11?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso em: 20/08/2011.

_____. **O conceito de redes para o desenvolvimento sustentável**. Artigos - 09/2008. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/article/frontpage/11?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso em: 20/04/2010.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitário?** CEPAL – División de Desarrollo Social. Santiago de Chile, Julio de 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/4885/lc11400.pdf>. Acesso em 20/05/2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ECOVIDA, Rede de Agroecologia. Uma identidade que se constrói em rede. **Caderno de Formação 01**. Lapa/PR, Julho de 2007.

_____. **Cultivando sonhos, dando eco à vida**: Relatório do 8.º Encontro Ampliado da Rede Ecovida. Florianópolis, 28 a 30/05/2012.

_____. **Núcleos**. 2012b. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/nucleos/>. Acesso em 20/2012.

ESTEVES, Valéria König. **No caminho do sabor e da cultura**: uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba – Joinville/SC). Dissertação – Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville – Univille, 2010.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo – 500 anos Litoral Catarinense**. Florianópolis: FAPEU/UFSC

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FAVARETO, Arilson [et. al]. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2012. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**; v.12. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/91048408/Serie-DRS-vol-12-Politicas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avancos-e-Desafios>. Acesso em 20/08/2012.

FLÁVIO, Márcio. **Litoral de Santa Catarina - Pesca com Auxílio dos Botos**. Minhalaguna.blogspot.com. 2012. Disponível em: <http://minhalaguna.blogspot.com.br/2009/06/pesca-com-auxilio-dos-botos.html>. Acesso em: 02/02/2012.

FLEURY, Sonia Maria Teixeira et al. **A gestão de uma rede de políticas**: o caso do Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela vida. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002

FLEURY, Sonia. El desafío de la gestión de las redes de políticas. **Revista Instituciones y Desarrollo**. N° 12-13. Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya, Barcelona (2002).

FOLDER, SC. **Programa SC Rural – competitividade e qualidade de vida no campo**. Governo do Estado de Santa Catarina, 2012.

FONTAN, Jean-Marc; VIEIRA, Paulo Freire. Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (orgs). **O papel das universidades no desenvolvimento local**: experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**, UNICAMP, 2003. Disponível em:

<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/931/93100702.pdf>. Acesso em 04/05/2010.

FRANCO, Augusto. Escola de Redes. **Tudo que é sustentável tem o padrão de rede**. Sustentabilidade empresarial e responsabilidade corporativa no século XXI. 2008a. Disponível em: <http://escoladeredes.ning.com/>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Escola de Redes**: Novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e o mundo glocalizado. Escola-de-Redes, 2008b. Disponível em: <http://api.ning.com/files/6SJugan6lqffpKAveqAAovasVisoes.pdf>. Acesso em 20/11/2012.

_____. **A rede**. Série Fluzz. Volume 1 (2012). Disponível em: <http://api.ning.com/files/ozuLmGL9D4b6eI8-jVK8cAV2Q2JE6tFHX6d45NffM6V>. Acesso em 20/06/2011.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, Vol.24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo (SP): Comp. Ed. Nacional, 1974.

GUARNIERI, Maria Cristina de Lourdes. **Redes**: novo paradigma. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/>. Acesso em 20/10/2011.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. SP: Unesp, 1995.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001

_____. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 13, n.38. São Paulo Oct. 1998. Print version ISSN 0102-6909. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-690919980003000002&script=sci_arttext&tlng=em. Acesso em 29 de abril de 2010.

GOMES, Marcel. Agricultura familiar combate inflação: está na hora de se falar mais disso. **Carta Maior On-Line**, Economia – 06/10/2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21027. Acesso em 04/10/2012.

GRANOVETTER, Mark S. "The strength of weak ties". **American Journal of Sociology**; vol 78, nº 6. (pp. 1360 - 1380), 1973.

_____. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, v.91, p.481-510, 1985.

GRAZIANO SILVA, José. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998.

_____. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____. **Lições de uma década singular**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20932. Acesso em 21/09/2012.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUIMARÃES, F.J.Z & MELO, E.S. **Diagnóstico utilizando Análise de Redes Sociais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Engenharia de Produção, 2005. Disponível em: <http://www.google.com>. 18/04/2006

GURISATTI, Paolo. O Nordeste Italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAESBAERT, Rogério Costa. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HANNEMAN, R.A. Introducción a los Métodos del Análisis de Redes Sociales. Materiales - Redes. **Revista hispana para el análisis de redes sociales.** Disponível em: <http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html>. Acesso: 2000, 2002 e 2009.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2006. Tradução: Berilo Vargas.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola: 5.º Edição. São Paulo, 1992.

HOLZ, Nelson. **A comunidade conta sua história – percorrendo o caminho da ilha.** Joinville: Edições Toda letra, 2011.

IANNI, Otávio. **A sociedade global.** Civilização Brasileira. 10º Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2008.shtm.(2008). Acesso em: 05/01/2010.

_____. **Projeto Gerenciamento Costeiro:** diagnóstico ambiental do Litoral de Santa Catarina. Relatório Final 1 e 2: integração dos domínios natureza e sociedade. Julho de 1997.

_____. **Cadastro de Municípios da Zona Costeira.** 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/costeira.htm>. Acesso em 20/04/2011.

_____. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em 04/10/2012.

IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:**

questões para debate. Antônio Márcio Buainain; colaboração de Hildo Meirelles de Souza Filho. Brasília: IICA, 2006.

IPCC. **Cambio climático 2007**: Informe de síntesis. IPCC, Ginebra, Suíça, 2007.

IPPUJ, Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville** – cidade em dados. Prefeitura Municipal, 2009. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br/>. Acesso: 2012.

JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios. 4. ed Rio de Janeiro (RJ): UFRJ, 2006.

JONES, Mercedes. **Desafios de la articulación social** – fuerzas em tensión y costos ocultos de la colaboración en red. Centro de Innovación Social, 14/09/2009. Disponível em: <http://www.gestionsocial.org/>. Acesso em: 20/01/2011.

JORNAL, Diário do Planalto. **Planalto Norte Catarinense conquista Território da Cidadania**. Disponível em: http://www.adjorisc.com.br/jornais/diariodoplanalto/noticias/index.phtml?id_conteudo=153430. Acesso em: 20/03/2009.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS – PPGDR, 2008.

KEIL, Ivete Manetzeder. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão das teorias. In: BAQUERO, Marcello [Org]. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre. Brasília: Ed da Universidade /UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, n.69, Diciembre, 1999.

KNYAZEVA, Helena. O pensamento complexo não-linear e sua aplicação nas atividades de gestão. In: CARVALHO, Edgard de Assis e MENDONÇA, Teresinha. **Ensaio de Complexidade 2**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998. V. 2.

LANGER, André. Para além da lógica mercantil – rumo a uma economia plural. **Revista vinculando**. Ciudad de México, D.F.; México, 2004. Disponível em: http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/alem_da_logica_mercantil.html. Acesso em 23/06/2010.

LARA JUNIOR, Nadir. Religião e política no Brasil: o novo paradigma dos movimentos sociais. Entrevistas **IHU On-line**: 12/08/2012. Disponível em: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=21937&cod_canal=41. Acesso em: 20/01/2013.

LASA, Claudio Gustavo; BONNAL, Philippe; ZIMMERMANN, Silvia A. Colegiados de desenvolvimento territorial, nova institucionalidade, novos desafios. **OPPA: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. N. 22; Janeiro de 2009. Disponível em: http://www.eduardoferrao.com.br/oppa/artigos/portugues/art_oppa_022-01_2009-lasa-bonnal-zimmermann.pdf. Acesso em: 20/01/2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 25, p.5-10, 1997.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2009.

LEMIEUX, Vincent; OUIMET, Mathieu. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa, Instituto Piaget, 2008.

LÉVESQUE, Benoit. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. In: VIEIRA, Paulo Freire et al (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

LIMA, Anabel & VELASCO, Sirio Lopez. Do universo das redes às redes de educação ambiental, potencialidades e limitações da rede sul brasileira de educação ambiental, Reasul. **Revista ambiente & educação** | vol. 14| 2009.

LINS, H. N.; NICOLAU, J. A.; CAMPOS, R. R.; CÁRIO, S. A. F.; BARBOSA, C. R. F. Turismo em Santa Catarina: Caracterização e Problemática. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p. 209-261.

LOIOLA, E. & MOURA, S. **Análise de rede(s): uma contribuição aos estudos organizacionais**. Disponível em <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/nucleos/metodologias-nao-convencionais-para-gestao-social>. Acesso em 02/03/2008.

LOZARES, Carlos Colina. **Bases socio-metodológicas para el Análisis de Redes Sociales**. Universidad Autónoma de Barcelona. **EMPIRIA**. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N. 10, julio-diciembre, 2005, pp. 9-35. ISSN: 1139-5737. Disponível:<http://www.google.com.br/searchsocio+Universidad+Aut%C3%B4noma+de+Barcelona.&hl=pt-BR>.2005. Acesso: 05/2010.

LUGO-MORIN, Diosey Ramón. Análisis de redes sociales en el mundo rural: Guía inicial. **Revista de Estudios Sociales**, nº 38, enero de 2011. ISSN0123-885x, Bogotá, Pp. 129-142.

MACHADO, Manoel Venâncio. **Paulo Lopes – Breve histórico de uma terra e de seu povo**. Florianópolis, Santa Catarina. Editora Lunardelli/Assembleia Legislativa, 1993.

MADAIL, João Carlos Medeiros; BELARMINO, Luiz Clovis; BINI, Dienice Ana. Evolução da produção e mercado de produtos orgânicos no Brasil e no mundo. **RCA – Revista Científica da AJES**. ISSN – 2177-5923. Juína – Mato Grosso. Disponível em: http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo_20110220123621.pdf. Acesso: 2011.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MANSUR, Vinicius. Governo aumenta crédito ao agronegócio para R\$ 115 bi e reduz juros. **Revista Carta Maior On-Line.** Economia, 28/06/2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20487. 2012.

MARCON, Christian & MOINET, Nicolas. **Estratégia-Rede:** ensaio de estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARINGONI, Gilberto. **Desenvolvimento, planejamento e atores sociais:** conceito e experiências. Friedrich Ebert Stiftung, n.º 36, 11/09. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07112.pdf>. Acesso em: outubro de 2009.

MARIOTTI, Humberto. **Pensamento complexo:** suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Eduardo. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 22, n.º 64, São Paulo, Junho de 2007.

MARTELETO, Regina Maria. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.,** Brasília, v.33, n. 3, p. 41-49, set/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em: 20/04/2011.

MARTÍNEZ, Beltrán Roca. Entre la competencia y la cooperación: la construcción de redes entre las organizaciones no gubernamentales de desarrollo en Andalucía. **REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales.** Vol.11, Diciembre 2006. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>.

MARTÍNEZ, J. I. P. **Policy network o red de políticas públicas:** una introducción a su metodología de investigación. Curso Análise de Redes Sociais ARS: www.campus-arschile.cl, (2001).

MARTINS, J. Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, Paulo Henrique. Ação pública, redes e arranjos familiares. In: FONTES, Breno e MARTINS, Paulo Henrique (org.). **Redes, práticas associativas e gestão pública**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006

MARTINS, Sergio Roberto. **5º Evento do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera** - Oficina de Agroecologia. Ocorrido nos dias 26 e 27 de setembro de 2009, no Salão Paroquial de Ibiraquera, Imbituba SC.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

MATHEUS, R. F. et al. **Fundamentação teórica para a análise de redes com ênfase na Análise de Redes Sociais**: ARS. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em <http://www.rfmatheus.com.br/doc/fundamentacaoarsv0.55.pdf>. Acesso: 2005.

MATOS, Kelly. Agricultura familiar terá R\$ 18 bilhões de financiamento. **Jornal Folha de São Paulo On-Line**, 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1114194-agricultura-familiar-tera-r-18-bilhoes-de-financiamento.shtml>. Acesso: 2012

MEDINA, José I. Garcia-Valdecasas. Una definición estructural de capital social. **Redes – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**. Vol.20, n. 6, Junho 2011.

MELLO, Fátima. Cúpula dos povos: uma agenda alternativa à Rio + 20. In: **IHU On- Line**, Cadernos em formação. Rio + 20: “Que futuro queremos”? Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ano 08, n 42, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>.

MEIRELLES, Laércio. **Agroecologia, mercados locais e soberania alimentar**. Disponível em: [http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=article-details.tpl&p\[readOnly\]=1&p\[_id\]=66943](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=article-details.tpl&p[readOnly]=1&p[_id]=66943). Acesso em: 10/10/2010.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar e a construção de mercados locais para produtos da agricultura familiar. **Boletim Informativo**. Centro Ecológico – Núcleo Litoral Norte: Dom Pedro de Alcântara (RS). v. 1, ed. 1, out. 2008.

MENDIZABAL, Enrique. **Apoyando Redes**. Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças - ABDL. Painei - Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/article/frontpage/11?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso 20/09/2011.

MESQUITA, Zilá; BAUER, Márcio. Associativismo em rede: uma construção identitária em territórios da agricultura familiar. **Pampa** - Revista Interuniversitaria de Estudos Territoriales, Año 1, nº 1, Santa Fé, Argentina, UNL (pp. 147-166), 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/bitstream/1/49/1/pampa_a1_n1_p147-166.pdf. Acesso em 20/12/2012.

MINHOTO, Laurindo Dias; MARTINS, Carlos Estevam. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, n.º22, 2001, p. 81-101. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/article/frontpage/11?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso em 20/7/2011.

MIOR, Luis Carlos. Das teorias da globalização e localização às redes de desenvolvimento rural: trajetórias do debate acerca da mudança rural. In: **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

_____. A agricultura familiar e o rural não agrícola como estratégias de desenvolvimento rural: as controvérsias do debate. IN: **Annals of World Congress of Rural Sociology**, Rio de Janeiro, 2000.

MOLINA, J. L. **El Análisis de Redes Sociales**. Una Introducción, Barcelona, Bellaterra, 2001.

_____. El estudio de las personales: contribuciones, métodos y perspectivas. **Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. 10: 71-105, 2005.

MONTERO, Cecília; MORRIS, Pablo. **Território, competitividade sistêmica e desenvolvimento endógeno. Metodologia para o estudo dos sistemas regionais de inovação.** Seminario Internacional "Instituciones y actores del desarrollo territorial en el marco de la globalización" (Concepción, 14 y 15 de Enero de 1999). Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>. Acesso em 10/01/2011.

MORAES FILHO, Evaristo. **Introdução:** Formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: SIMMEL, Georg. Sociologia. Org. Evaristo de Moraes Filho. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

MORIN & KERN, Anne Brigitte. **Terra – Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo? In: CARVALHO, Edgard de Assis e MENDONÇA, Teresinha. **Ensaio de Complexidade 2.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOTTA, Fernando C.P. Redes organizacionais e Estado amplo. **Revista de Administração de Empresas.** FGV. Vol. 02, p. 5-13. Abr/jun. 1987.

MUSSOI, Eros Marion. Agricultura familiar: reflexões a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

N'DIAYE, Aly. **A agroecologia é uma atividade econômica em plena expansão.** Entrevista – 14/03/2008. Disponível em: http://www.rts.org.br/noticias/destaque-3/arquivos/rev_agronegocio_7.pdf. Acesso em: 11/11/2008

NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1997.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar.** Texto para discussão 42. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF. 2011.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B.S.S [Org.] **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43, São Paulo: 2001.

_____. O “desenvolvimento rural sustentável”: uma promessa fugaz ou a possibilidade real de um outro padrão de desenvolvimento. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

NEGRI, Antonio. O empresário político. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Coloca-se hoje o problema da reapropriação da riqueza comum**. Entrevista de Verónica Gago e Diego Sztulwark. Rede Universidade Nômade. Disponível em: www.uninomade.br. Acesso: 20/12/2012.

NEGRI, Antonio & COCCO, Giuseppe. **Biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Record, 2005.

NETO, Francisco Gelinski. **A agricultura Alternativa em Santa Catarina**. Texto para discussão, n.º10/2002. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~fgelneto/Agricultura%20alternativa%20em%20Santa%20Catarina.pdf> Acesso em: 20/07/2012.

NLC, Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. **Grupos integrantes**. CEPAGRO On-Line. Disponível em: <http://www.cepagro.org.br/nucleo-litoral-catarinense/>. Acesso em 2012.

NORGARRD, Richard B; SIKOR, Thomas O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia – bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

NÚÑEZ - ESPINOZA, Juan Felipe. **Acercamiento a una Red social de comunicación para el desarrollo rural**: Red Nacional de Desarrollo Rural Sustentable (RENDRUS). México. Tese de doutorado. Terrassa, Barcelona. España. Julio del 2008.

_____. **Manual para operaciones básicas con visone en el análisis de redes sociales para el desarrollo rural**. Un acercamiento a una herramienta de apoyo para la evaluación de proyectos de desarrollo rural. Documentos del Taller de ARS – 2011. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/talleres/MANUAL-VISONE.pdf>. Acesso em 20/04/2011.

OLIVIERI. L. A importância histórico-social das Redes. **Revista do Terceiro Setor**. Disponível em: www.rits.org.br, jan/2003. Acesso em 2005.

PANITCPAKDI, Supachai. **Agricultura orgânica para produzir mais e melhor**. Rede de Tecnologia Social. Disponível em: [HTTP://www.rts.org.br/artigos/artigos](http://www.rts.org.br/artigos/artigos). Acesso em: 11/11/2008.

PASSADOR, João Luiz et al. Capital social e desenvolvimento rural sustentável: uma abordagem sistêmica da verticalização da agricultura familiar. **Anais do XII SIMPEP** (Simpósio de Engenharia de Produção) – Bauru, 2005.

PAULA, Juarez. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (Orgs). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

_____. A guinada territorial da economia global. In: **Revista Eisforia**. v. 4 n. Especial – Desenvolvimento Territorial Sustentável,

conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p.81-103, 2006.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Maiara Leonel. **Diagnóstico dos setores da agricultura familiar e pesca artesanal na zona costeira catarinense**: estudo de caso no município de Paulo Lopes. Relatório do Estágio de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Zootecnia de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Marinaldo; MATOS FILHO, João. **Reestruturação produtiva, redes de cooperação e desenvolvimento territorial endógeno na agropecuária do Rio Grande do Norte**. ENAPEGS. IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Lavras/MG, maio de 2010.

PETERSEN, Paulo; MUSSOI, Eros Marion & DAL SOGLIO, Fabio. **Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: Advances and Challenges** Agroecology and Sustainable Food Systems. Mortimer House, 37-41 Mortimer Street, London W1T 3JH, UK. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/12/9_PetersenMussoiDalSoglio.pdf. Acesso em 20/02/2013.

PINAZZA, Luiz Antonio. A questão ambiental o agribusiness. IN: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/>: Acesso em: 12/04/2008.

PINHEIRO, Sergio L. & PEREIRA, G. José Cezar. O Projeto Desenvolvimento Local Sustentável/Microbacias 2 e a Perspectiva Agroecológica em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**. V2, n. 01, (2007) Disponível em: <http://www.aba->

agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/6245/0
Acesso em: 15/03/2009.

PINHEIRO, Sérgio L. et al. Oportunidades e perspectivas do desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural (DTS – IC) em Santa Catarina. **Revista Agropecuária Catarinense**, v. 25, n. 1, mar. 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **“Aonde vai o Desenvolvimento Rural Brasileiro**: Estado, organizações, atores sociais e sua ação no espaço rural”. Palestra de abertura do Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGRD/UFRGS, de 18 a 20 de novembro de 2009.

PNUMA, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. **Perspectivas del medio ambiente mundial**: medio ambiente para el desarrollo - GEO4. Phoenix Design Aid, Dinamarca, 2007.

PORRAS, J. I. **Gestión de Redes Sociales**. Curso Análise de Redes Sociais (ARS) – Universidad Bolivariana do Chile. www.campus-arschile.cl. Acesso: agosto-outubro de 2005.

_____. **Las propiedades estructurales de las redes sociales**. Curso Análise de Redes Sociais ARS - Universidad Bolivariana do Chile. www.campus-arschile.cl. Acesso: agosto-outubro de 2005.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Curso Análise de Redes Sociais ARS – Universidad Bolivariana do Chile.. www.campus-arschile.cl. Acesso: agosto-outubro de 2005.

PORTALBRASIL. **Estados brasileiros**: Santa Catarina. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/estados_sc.htm. Acesso em 17/10/2012.

PORTAL TERRA. Lei dos Orgânicos completa dois anos. Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/2013/01/lei-dos-organicos-completa-dois-anos/>. Acesso em 20/10/2012.

PORTUGAL, Silvia. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. In: FONTES, Breno e MARTINS, Paulo Henrique (org.). **Redes, práticas associativas e gestão pública**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense. 18ª Edição. (19--).

PRAZERES, Michelle. **Desafios da atuação em rede**. RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor. Disponível em: www.rits.org.br. Acesso em: 05/09/2004.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUIOTO, Protocolo de. **Protocolo de Quioto à convenção do clima**. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17331.html>. Acesso em 10/01/2010.

QUIROGA, Águeda. Introducció al Análisis de Datos Reticulares. **Revista Hispana para el análisis de redes sociales**. Talleres, 2003. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/talleres/redes.htm>. Acesso: 2003.

QUIST, David & CHAPELA, Ignacio H. Transgenic DNA introgressed into traditional maize landraces in Oaxaca, Mexico. **Nature** 414, 541-543 (29 November 2001) | doi:10.1038/35107068; Received 26 July 2001; Accepted 31 October 2001.

RANDOLPH, Rainer. **Sociedade-rede: paraíso ou pesadelo?** Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. IV Semana de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR / UFRJ, RJ – dez. de 1997.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil:** perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RECUERO, R. C. **Redes sociais na internet:** considerações iniciais. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da XXVII INTERCOM, set/2004. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://pontomidia.com.br/raquel/intercom2004final.pdf>. Acesso em: 20/11/2008.

ROSSET, Peter & ALTIERI, Miguel. Agroecologia versus substituição de insumos: uma contradição fundamental da agricultura sustentável. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia** – bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

RTA-SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

REQUENA SANTOS, Félix. **Redes sociales y cuestionários.** Colección Metodológicos. N.º 18. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1996

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital social e redes sociais no associativismo de áreas protegidas na Região Sul do Estado do Amapá** – Amazônia/Brasil. VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. 5 a 7 de agosto, 2009. Cuiabá, Mato Grosso – Brasil. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT1-72-19-20090513102734.pdf>. Acesso em: 20/03/2011.

RIBEIRO, Maurício Andrés; COURA, Márcia Fernandes. A importância da gestão integrada costeira e marinha no controle de impactos socioambientais e seus aportes para o fomento do desenvolvimento sustentável. In: **Conservação da Diversidade Biológica e cultural em zonas costeiras.** Enfoques e experiências na América Latina e no Caribe. Florianópolis: APED, 2003, p. 265-270.

RICCI, Rudá. **Os desafios dos movimentos sociais hoje**. Entrevista: IHU On-Line – edição 325, 21-04-2010. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=3164. Acesso em: 22-04-2010.

RICCI, Rudá; SOTERO, Frederico; BARBOSA, Leonardo A. **A gestão participativa em rede**. Descentralização e participação popular em gestões municipais. CPP, 2001. Disponível: <http://www.abdl.org.br/article/frontpage/11?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso em 10/08/2011.

ROJAS, Mario et al. Red ibero-americana de reservas de biosfera. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe**. Florianópolis: APED, 2003.

ROSAR, Daniel Bampi. **Gestão participativa e política substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraguera (Imbituba/Garopaba – SC)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – UFSC, 2007

ROSTOW. W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Zahar editores, (19--).

ROVER, Oscar José. **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia**. Revista Ciências Sociais Unisinos, 47 (1):56-63, janeiro/abril 2011.

SABOURIN, Eric. Face aos Impérios Agro-alimentares: o principio camponês. Resenha VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora UFRGS, Nov. de 2008. Série “Estudos Rurais”. Publicado em 12/03/2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=568>. Acesso em: 04/03/2010.

_____. **Práticas de reciprocidade e economia da dívida em comunidades rurais do Nordeste brasileiro**. Raízes, Ano XVIII, N.º 20, novembro 1999, pp. 41 – 49.

_____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Marcel Mauss:** da dádiva à questão da reciprocidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.23, nº.66, São Paulo. Fev. 2008 Acesso em 29/04/2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092008000100008.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Brasil rural:** da redescoberta à invenção. Estudos Avançados, vol 15, nº 43, São Paulo, sept./dec. 2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 11/11/2008.

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos; DOWBOR, Ladislau. **Crises e oportunidades em tempos de mudança.** Documento de referência para as atividades do Núcleo Crise e Oportunidades no Fórum Social Mundial Temático – Bahia. Disponível em: <http://dowbor.org/>. Acesso em: 12/01/2010.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano:** princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTIN, Laci. **O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável.** Estudo de caso junto a agricultores familiares no Litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

SANTOS, B.S.[org.]. **Democratizar a Democracia:** Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Durvalina Maria Mathias dos. **A revolução verde**. Unesp, Jaboticabal, 2006. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXTO-86.pdf>. Acesso em 15/02/2009.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos Santos. **A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela rede ecovida de agroecologia** – limites e desafios. Monografia. Curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

_____. **Formação e consolidação da rede ecovida de agroecologia e a sua experiência de certificação participativa**. Faces do Brasil – por um comércio justo e solidário, 2004. Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Rede%20Ecovida%202003.pdf>. Acesso em: 17/01/09.

_____. **Projeto n.º 520847/01-6 - Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado a agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil – Relatório Técnico Final**. Junho de 2005.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUVAGE, Patrice. Synthèse. **Réconcilier l'économie et le social – vers une économie plurielle**. Paris, OCDE, 1996.

SENNETT, Richard. **Juntos** – os rituais, os prazeres e a política da cooperação. São Paulo: Record, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Appris, 2012.

_____. Redes, Sociedades e Territórios. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005.

_____. **Gestão em rede.** Texto síntese da Conferência ministrada no Seminário Nacional de “Experiências na Atenção a Violência Doméstica e Sexual”, Curitiba, 24 a 26 de maio de 2006

SCHMIDT, Wilson; CERDAN, Claire. Da política pública à ação pública: o caso da construção do território das encostas da Serra Geral em Santa Catarina. In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (org.). **Agricultura familiar** - interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMIDT, Wilson et al. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; LÍRIO, Viviani Silva. (Org.). **Desigualdades sociais:** pobreza, desemprego e questão agrária. Viçosa, 2003, p. 151-188

_____. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. In: Políticas públicas, Estado e sociedade. **Civitas:** Revista de Ciências Sociais. V.05, n.º 01, janeiro a junho de 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCOTT, John. Social network analysis and intercorporate relations. *Hitotsubashi Journal of Commerce and Management* 23 (1988), pp. 53-68. In: MINELLA, Ary Cesar. **Introdução à análise de rede social e rede transcorporativa a partir de John Scott**. Julho de 1999.

SDRs, Secretarias de desenvolvimento regional. **Governo do Estado de Santa Catarina**, 2010. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/laguna.htm>. Acesso em: 22/01/2010.

SERVA, Maurício. A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável. **Anais do I EBANGRAD – I Encontro dos Cursos de Graduação em Administração**, Salvador, 1999.

SERVA, Mauricio y ANDION, Carolina. El papel de los consumidores en el fortalecimiento de la economía plural: el caso de las asociaciones de consumidores de productos orgánicos en el sur de Brasil. **Cayapa**. Revista Venezolana de Economía Social. Año 7, N° 14, Julio-Diciembre 2007, 5-36. ISSN 1317-5734. Universidad de Los Andes (ULA) NURR-Trujillo. CIRIEC-Venezuela.

_____. **O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos**. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/mauricio_serva.pdf. Acesso em 20/12/2012.

SILVA, Marina. Novas lentes. **Jornal Folha de São Paulo On-Line**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marinasilva/1227843-novas-lentes.shtml>. Acesso em 20/02/2013.

SILVA, Marcos José Pereira da. **Onze passos do planejamento estratégico-participativo**. Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. Disponível em: <http://www.aspsolutions.com.br/cdhep/upload/Planejamento%20Estrategico%20Participativo.pdf>. Acesso em 28/01/2010.

SILVA, Vinicius Lummertz. Rumo ao desenvolvimento local integrado e sustentável. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

SILVEIRA, M.A. da & VILELA, S.L. de O. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer. **A construção do sujeito no MST: assentamento eldorado dos carajás**. Dissertação (110p). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Org. Evaristo de Moraes Filho. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, JÚLIA COELHO. **Redes: circulação da informação e enraizamento**. Disponível em: <http://neaufrgs.files.wordpress.com/2011/01/circulac3a7c3a3o-da-informac3a7c3a3o-e-enraizamento.pdf>. Acesso em 10/11/2011.

SPG, Secretaria de Planejamento. **Plano Catarinense de Desenvolvimento SC – 2015**. Disponível em: http://www.spg.sc.gov.br/plano_desen.php. Acesso em: 13/01/2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: DURAND, Jose Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 121-136.

STEWART, Corrina. Nuevos Agricultores, Nuevos Consumidores, Nuevas Redes. In: COHN, Avery et al. **Agroecología y la Lucha por la Soberanía Alimenticia en las Américas**. IIED, CEESP y Yale F&ES, 2006. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/doc/citado/books/yale.pdf>. Acesso em 20/11/2012

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

STIVILL, Jordi. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: BALSÀ, C. Marques, et al. (Orgs). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí, Unijuí, 2006.

TAGNIN, Renato & SOUZA, Lourdes. Conectividade. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (orgs). **O papel das universidades no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

TC1, Cepagro. **Entrevista** – técnico do Cepagro. 2012.

THEYS, Jacques. O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

TYGEL, Daniel. Agronegócio, transgênicos, agrotóxicos e a alternativa da agroecologia. **IHU On-Line**. Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. São Leopoldo. Outubro de 2011. Edição 377.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis. Vozes, 1998.

UGARTE, David de. **O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

UNEP YEARBOOK. **An overview o four changing environment**. Disponível em: <http://www.unep.org/yearbook/2009/>. Acesso em 05/01/2010.

VALE, G. M. V; AMÂNCIO, R.; LAURIA, M. C. P. V. Capital Social e suas implicações para o estudo das organizações. Salvador: **Revista Organizações & Sociedade**, v. 13, nº.36, p. 45-63, janeiro/março, 2006

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social**. Tese de doutorado em administração. Universidade Federal de Lavras – MG, 2006, 388p.

_____. **Territórios vitoriosos:** o papel das redes organizacionais. São Paulo: Garamond, 2007.

VALENTE, Rubens. Bancada ruralista cresce 58% e barra combate a escravidão. **Jornal Folha de São Paulo On-Line**, 10/2007. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/clipping.php?id=398>. Acesso em: 21/10/2007.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico:** o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2000.

_____. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campins, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **Mundo em transe:** do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009.

_____. Brasil na rota da economia de baixo carbono. In: **IHU, Cadernos em formação**. Rio + 20: “Que futuro queremos”? Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ano 08, n.º 42, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>.

VIÉGAS, Osvaldo. Empreendedorismo Coletivo em áreas protegidas: uma proposta para a zona costeira brasileira e o papel do SEBRAE. In: **Conservação da Diversidade Biológica e cultural em zonas costeiras**. Enfoques e experiências na América Latina e no Caribe. Florianópolis: APED, 2003, p. 155-162.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania**. A Sociedade Civil na Globalização. São Paulo: Record, 2001.

VIEIRA, Paulo Freire e CAZELLA, Ademir Antonio. **Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais:** subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Santiago do Chile, abril de 2006. Disponível em: http://lemate.ufsc.br/wa_files/art3.pdf. Acesso em: 10/11/2009.

VIEIRA, Paulo Freire et al. **Diagnóstico socioambiental exploratório e subsídios para a definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Paulo Lopes**. Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, NMD/UFSC. 2007

VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Filkret; SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIEIRA, Paulo Freire et al (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

VIEIRA, Paulo Freire, CUNHA, I. J. Posfácio – Repensando o desenvolvimento catarinense, In: VIEIRA, P. F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**; Florianópolis: APED, 2002

VIEIRA, Paulo Freire. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação – de Estocolmo a Joanesburgo. In: SACHS, Ignacy. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. – Ano 4, v 4, n.1, dezembro de 2006. Florianópolis.

_____. **5º Evento do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera**. Oficina de Agroecologia, ocorrido nos dias 26 e 27 de setembro de 2009, no Salão Paroquial de Ibiraquera, Ibituba SC.

_____. Os pilares do ecodesenvolvimento. In: SACHS, Ignacy. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Limites e possibilidades da agricultura familiar ante a globalização. IN: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.

WALLERSTEIN, Immanuel. A crise do capitalismo e o efeito-borboleta. **Jornal Brasil de Fato – On-Line**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11863>. Acesso em 06/02/2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, número 15, outubro 2000.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

_____. **A modernização sob o comando da terra**: os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Idéias*, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul-dez. 1996.

WASSERMAN, Stanley e FAUST, Katherine. **Social network analysis**. Methods and applications – Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

WEID, Jean Marc von der. Estudio de caso - De lo Local a lo Nacional: Aumentar la Escala de la Agroecología en Brasil. In: COHN, Avery et al. **Agroecología y la Lucha por la Soberanía Alimenticia en las Américas**. IIED, CEESP y Yale F&ES, 2006. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/doc/citado/books/yale.pdf>. Acesso em 20/11/2012.

WELLMAN, Barry. **El análisis estructural**: del método y la metáfora a la teoría y la substancia. Curso de Análise de Redes Sociais - ARS. Universidad Bolivariana do Chile. www.campus-arschile.cl. Acesso: agosto-outubro 2005.

WETTER, Jo Kathy. Rio + 20: os equívocos da economia verde e das tecnologias. In: **IHU On-Line**, Cadernos em formação. Rio + 20: “Que futuro queremos”? Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Ano 08, n 42, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Nº 21, Outubro de 2003. Rio de Janeiro: Mauad.

_____. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo – Salvador: HUCITEC, CEPA-BA, 1986

WILSON-GRAU, Ricardo. O desafio da complexidade na avaliação das redes. In: MARTINHO, Cássio [et al.]. **Vida em rede:** conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

WHITAKER, Francisco. O que são redes? Rede: uma estrutura alternativa de organização. **Revista Mutações Sociais**, CEDAC, Rio de Janeiro, Ano 2/nº3/1993. Disponível em: <http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/mediateca/artigos/organizaredes.pdf>. Acesso em 03/2006.

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento para que e para quem?** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976.

WWF-Brasil. **Redes** – uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003

ZANATA JR, Rui & KUNRATH SILVA, Marcelo. “Longe dos olhos, longe do coração”: invisibilização e homofilia nas redes associativas. **Revista Redes**. Vol 22 (4), Junho 2012. Disponível em: www.revista-redes.rediris.es. Acesso em 20/07/2012.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L.C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina.** Florianópolis: Epagri, 2012. 94p. (Epagri. Documentos, 239).

ANEXOS

Anexo 1 – Síntese das Entrevistas

1.^a FASE (agricultores)

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Origem:
- 4) Escolaridade:
- 5) Endereço:
- 6) E-mail:
- 7) Atividade (s) em que está ocupado: (agroecologia, artesanato, fitoterápico, turismo, outros):
- 8) Período Integral?
- 8) Há quanto tempo está nessa atividade?
- 9) O Senhor (a) herdou essa atividade dos seus pais e/ou parentes? Se afirmativo, isso lhe trouxe vantagens ou algum tipo de benefício?
- 10) Sobre a Unidade Familiar (Quantos filhos? Quantos estão na propriedade?)
- 11) Existem sócio-fundadores?
- 12) Existem empregados? Se afirmativo, quantos? Desde quando utiliza esse tipo de mão de obra?
- 13) Por que o Senhor (a) resolveu trabalhar com agroecologia?
- 14) O que motivou sua participação na Rede Ecovida?
- 15) O Senhor (a) participa em outros projetos/programas/parcerias? Quais?
- 16) Quais os produtos produzidos em sua propriedade?
- 17) Considera algum desses produtos uma inovação que tenha um diferencial especial?
- 18) Quais inovações o Senhor (a) tem agregado a sua atividade? Os seus produtos têm algum tipo de selo, ou marca própria? O Senhor (a) faz algum tipo de propaganda, divulgação dos seus produtos? Se afirmativo, em que locais? Há quanto tempo?
- 19) Onde o Senhor (a) comercializa os seus produtos? Há quanto tempo?
- 20) Há algum outro meio que o Senhor (a) utiliza para chegar aos seus clientes, além dos destacados?
- 21) Indicar qual parcela de seu tempo útil (interno ou externo a sua propriedade) que o Senhor (a) dedica a contatos (de toda natureza: comerciais, profissionais, pessoais, podendo ser

efetuados por e-mail, telefone, fax etc) dirigidos para dentro ou fora de sua região?

- 22) Quantos agricultores desse seu ramo estão aqui próximos, nessa região?
- 23) O que é preciso para participar no grupo (GPL/GPC) (propriedade/tamanho, ter conhecimento da agroecologia etc)?
- 24) Como funciona a gestão desse núcleo? Há coordenador, quem? Quando se reúnem? Onde?
- 25) Poderia já aproveitar para fazer um retrospecto histórico dessa atividade aqui na região, em especial no seu município, em termos de histórico (como começou, quando, quantos eram); divergências (monoculturas, urbanização, político partidário, rivalidades entre famílias), convergências (parcerias, políticas públicas)?
- 26) Como funciona a aquisição das sementes (crioulas)? Existem bancos comunitários de sementes?
- 27) Favor destacar o papel da Prefeitura, da Rede Ecovida, da SDR Laguna, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de outras entidades que o Senhor entende que foram importantes para forjar esse processo.
- 28) Quais as principais linhas de crédito e de financiamento que acessa (PRONAF, Cresol etc)?
- 29) Com base no exposto o Sr entende que a agricultura familiar, em especial a agroecologia, vem se fortalecendo no município? Ou seja, essas atividades vêm se expandindo? De que forma (merenda escolar)?
- 30) As condições de vida das comunidades têm melhorado? Tem aumentado o consumo desses produtos aqui no município, ou mais na região? Os jovens ainda continuam deixando o campo?
- 31) Teria algum nome de um ator chave na comunidade, e/ou município que tomou a iniciativa de inovar e empreender nessa área? Em geral, as iniciativas, proposições e inovações partem de quem? São sempre os mesmos atores, ou há uma grande diversidade e dinamismo dos atores?
- 32) O que o Senhor acha da infraestrutura existente na região (estradas, luz, telefone, internet, meios de transporte, distâncias entre vizinhos, escola etc)?
- 33) De modo geral, quais seriam as principais dificuldades para alavancar essa atividade?
- 34) Em relação a interação com os consumidores, há um diálogo pedagógico com a sociedade (escolas, associações, Igrejas etc)?

Há campanhas na mídia sobre consumo consciente? Os consumidores do município vêm se organizando para o acesso e obtenção desses produtos?

- 35) Como a questão ambiental é vista pelo núcleo? Existe uma preocupação em fortalecer ações para um novo tipo de desenvolvimento, mais sustentável, e menos desigual?
- 36) Como ocorre o diálogo entre saberes (populares, tradicionais, acadêmicos e institucionais) na Rede Ecovida?

2.^a FASE (agricultores)

- 1) Nome:
- 2) Ano em que entrou na rede:
- 3) Tamanho da propriedade:
- 4) O que o Sr entende por agroecologia?
- 5) O que o Sr entende por rede social, enfim o que é uma rede social para o Senhor?
- 6) Em relação à Rede Ecovida, quais são:
 - a) Seus objetivos:
 - b) Os resultados esperados:
 - c) Benefícios e contrapartida da sua participação na rede:
 - d) Considera uma rede horizontal ou coordenada por entidades indutoras?
- 7) O Senhor entende que o grupo (GPL ou GPC), ou o Núcleo Litoral Catarinense vem, de fato, atuando enquanto rede?
- 8) Até 2010 o Núcleo Litoral Catarinense era composto por apenas um grupo que ia de Garopaba até Joinville, depois foi dividido em vários grupos. O Senhor poderia explicar como eram as reuniões dos agricultores antes dessa separação? O grupo existia informalmente? Houve mudanças, quais (estatuto/oficinas)? Como era a troca de informações, discussões e comunicação na rede?
- 9) Tendo em vista que o Senhor é um dos mais antigos membros do grupo, saberia informar a data da sua fundação? Em relação aos demais municípios da zona costeira, pode ser considerado um dos mais antigos? Quantos membros havia no início, e em meados da atividade do grupo?
- 10) Existia e ainda existe no grupo pessoas indicadas para o conselho de ética, para a coordenação, secretaria, ou inexistem essas indicações?

- 11) As reuniões do grupo vêm ocorrendo mensalmente, ou é comum falhar vários meses? O que ocorre se o integrante da rede falta em várias reuniões sem justificativa?
- 12) Como é construída a pauta das reuniões? Há uma flexibilidade em termos de inclusão de novos pontos no decorrer da reunião?
- 13) Os agricultores reclamam que nesses encontros há muita conversa e pouca prática. Quem organiza a pauta das reuniões considera esses aspectos? Como são inseridos temas mais transversais como o meio ambiente, desenvolvimento sustentável, há um encontro mais específico para tratar desses temas? São convidados palestrantes, enfim como são organizados?
- 14) Quando ocorre encontro com temas transversais, com escopo mais amplo, as famílias dos agricultores são estimuladas a participar? Se afirmativo há uma programação especial para cada público, tais como juventude, donas de casa?
- 15) Quais dispositivos existem para a mediação de conflitos, tais como elementos formais como código de conduta, instâncias de diálogo? Poderia exemplificar um conflito existente na rede e como foi resolvido.
- 16) Em relação aos encontros ampliados do Núcleo Litoral Catarinense, existe a solicitação de colaborações, em termos de sugestões, críticas, pontos importantes, dos diversos membros do grupo para a composição da pauta do evento?
- 17) O grupo era maior no início em decorrência da agregação de agricultores de outros municípios que não possuíam núcleo na rede, ou eram agricultores apenas do seu município?
- 18) O Sr entende que a rede pode ser considerada estratégica, em termos de agregação e mobilização de novos membros? Enfim, em termos de estratégia, como o Senhor vê a rede?
- 19) Em sua opinião a rede/grupo está mais voltada para o fortalecimento dos próprios membros, ou para ampliar a participação conjunta dos participantes?
- 20) Como o grupo está organizado, em termos de gestão, há um líder, uma comissão de ética, as decisões são tomadas por uma comissão e/ou em assembleia, enfim como o núcleo se estrutura? Existe independência na tomada de decisões, ou se ficam sob os desígnios do Cepagro?
- 21) A que se deve o fato dos encontros, almoços e viagens do grupo terem parado e/ou diminuído? Como essa mudança foi tratada pelo grupo?

- 22) Como funciona a inclusão de novos membros à rede, o recebimento da certificação (processos que devem passar), assim como a desvinculação?
- 23) Em relação as pessoas que ainda não produzem orgânicos, mas querem se adaptar, participando da rede com intuito de iniciar a transição para a agroecologia, são consideradas, convidadas para os encontros da rede, ou apenas depois que iniciam a produção orgânica?
- 24) Como funcionam as orientações, informações sobre a Rede Ecovida, seus objetivos, histórico e estrutura interna de funcionamento, para as pessoas novas que ingressam na rede?
- 25) Como funciona o *networking* da rede, ou seja, os diálogos, as interações mútuas, a participação, cooperação e empenho dos membros da rede?
- 26) Como são efetuados os contatos na rede, são presenciais, à distância (internet, telefone)? Qual a frequência (semanal, mensal, semestral)?
- 27) Existe no núcleo modelos, ferramentas de avaliação, análise dos resultados das atividades efetivadas em conjunto, e socialização aos demais nós do grupo?
- 28) Sobre a prestação de conta, mobilização de recursos, financiamentos, como são gerenciados na rede? Existe alguém responsável?
- 29) Para muitos agricultores a demanda na zona costeira por produtos orgânicos é significativa, o que facilita a comercialização. No entanto, para outros parece haver dificuldade na venda, pois não sabem para quem vender, como oferecer o produto. Como a rede/grupo vem trabalhando essas questões, existe algum tipo de auxílio, de informação aos agricultores com dificuldades?
- 30) O Senhor vende toda a sua produção como orgânica? Sempre vendeu dessa forma, ou alguma vez como convencional? Utiliza algum tipo de selo nos produtos?
- 31) Como as feiras são organizadas, individualmente, ou coletivamente nas reuniões do grupo?
- 32) Há quanto tempo o Senhor faz feira? O Senhor é o único da rede a efetivar esse tipo de atividade? Quais são os pontos da sua feira? Os produtos que o Senhor coloca na feira são apenas de sua propriedade, ou também de outros locais, quais?

- 33) Sobre a viabilização de um ponto para comercialização na Ceasa ou na BR 101, de modo a integrar todos os agricultores num mesmo local, tornando-se uma referência na produção agroecológica. Enfim como está essa questão, e o que o Senhor acha dessa ideia?
- 34) Em relação à compostagem que o Senhor usa na sua lavoura, é produzida na sua propriedade, ou adquiri em outro local? No caso do agricultor não estar utilizando uma compostagem totalmente orgânica, isso pode inviabilizar a certificação?
- 35) O Senhor participa das rodadas de negociação do circuito de comercialização da Rede Ecovida? O Senhor acha que encontros desse tipo são proveitosos, dinâmicos, ou precisariam compor um sistema informatizado, onde todos os agricultores e consumidores pudessem acessar *on line* a produção disponível na rede?
- 36) No caso da comercialização dos produtos orgânicos em outros Estados, existem impasses, algum procedimento a ser efetuado? O Senhor comercializa em outros Estados?
- 37) A sua participação na rede tem favorecido a aprendizagem, o intercâmbio, a troca de informações? De que forma, favor comentar (relação local/global, dimensão política, atuação em rede, positividade do meio rural), existe algum tipo de vivência?
- 38) Em algum momento há encontros recreativos (atividades esportivas, almoços em comum, festas) entre os membros da rede?
- 39) Em termos de impactos na comunidade, seja através de novas parcerias, de projetos em comum, de novas interações sociais, enfim como o Senhor vê o efeito externo da rede?
- 40) Como é a relação com as instituições voltadas para o desenvolvimento rural aqui no município, tais como Epagri, Sindicato, Prefeitura, Comissão de Agricultura?
- 41) O grupo tem de alguma forma pressionado os órgãos públicos em termos de fortalecer essa atividade no município? Se afirmativo, de que forma?
- 42) Quais os principais aportes públicos que a rede já recebeu no município?
- 43) Quais os principais projetos que a rede/grupo efetivou ou esteve envolvida no município? Todos os membros da rede se envolveram, ou apenas uma minoria?

- 44) Desde a década de 1990 em diante, novos atores e dinâmicas territoriais tem se estabelecido na Zona Costeira Catarinense, tais como MST, ONGs, Fóruns, entre outros. O Senhor poderia elencar os atores que se estabeleceram aqui na região do seu município?
- 45) Existe alguma relação/parceria do grupo com esses novos atores? Se afirmativo, favor caracterizá-la?
- 46) Como é sabido a comercialização não é um problema na zona costeira. No seu caso, a comercialização continua do mesmo modo, ou o Senhor tem aumentado e/ou diminuído os pontos de comercialização?
- 47) Em relação às inovações efetivadas em sua propriedade, são mais endógenas ou exógenas? O Senhor tem algum suporte técnico (ONGs, Universidade, Prefeitura)?
- 48) O turismo rural vem tendo destaque como uma boa alternativa de renda capaz de manter as pessoas no campo. O que Senhor o acha dessas experiências, qual o potencial para o município?
- 49) Tendo em vista que você desenvolve algumas atividades relacionadas ao turismo rural em sua propriedade, o que o Senhor acha da possibilidade de conhecer as experiências de outros regiões/municípios, a fim de aprimorar essa atividade?
- 50) O Sr tem participado dos encontros do GTTUR (Grupo de Trabalho de Turismo Rural – Florianópolis/Epagri), e/ou buscado junto a Secretaria de Organização e Lazer de SC, Ministério do Turismo, inovações, novas parcerias para fomentar o turismo rural em sua propriedade?
- 51) Poderia falar um pouco sobre as cooperativas (Coopertabuleiro, Cooperlagos, Coopaville) tipo histórico, diferenças e convergências?

3ª FASE (autoridades e técnicos)

Prefeituras

Nome:

Cargo que ocupa:

Endereço:

E-mail:

Há quanto tempo está nessa atividade?

Filiação Partidária:

1- Que ações/projetos a prefeitura construiu e/ou vem construindo de modo a fortalecer a agricultura, em especial a agroecológica?

2- Tendo em vista o contexto atual de valorização da sustentabilidade, dos alimentos orgânicos, sem insumos químicos, o Senhor considera a agroecologia uma inovação estratégica para o desenvolvimento rural do município?

3- Qual sua opinião sobre o grupo da Rede Ecovida que existe aqui no município? Porque esses atores vêm tendo dificuldade em se consolidar/expandir no município?

4- Em relação às escolas no meio rural, há uma tendência de se concentrarem na região urbana, ou próxima ao centro urbano, tendo a prefeitura de disponibilizar transporte público para os alunos. Isso também ocorre no seu município? Qual a importância que o Senhor confere a educação no meio rural?

5- Como o Senhor vê o êxodo rural, principalmente, dos jovens? Que medidas vêm sendo adotadas para mitigar esse processo de evasão do meio rural?

6- Qual o potencial do turismo rural para o município, considerando que está ocorrendo um êxodo rural invertido, ou seja, muitos idosos, aposentados, estão deixando a cidade para vir morar, ou passar o final de semana no campo. Existem projetos que a prefeitura pretende implementar nessa área? Se afirmativo, como vem sendo construídos, de modo setorializado, ou em parcerias com outras atividades, tais como agroecologia, artesanato, agricultura familiar?

7- Segundo os agricultores não há uma divulgação e apoio das atividades no município, em especial para aquelas que vêm tendo êxito, como alguns engenhos de farinha, turismo rural, produção de mudas orgânicas, Projeto Caminhos da Natureza. Em sua opinião isso ocorre de fato? Se afirmativo, existe algum projeto para reverter essa situação?

8- Em relação ao laticínio, a gestão anterior estava apoiando essa iniciativa, tendo inclusive obtido tecnologia para produção de queijo, porém esse projeto não prosperou. O Senhor poderia esclarecer as razões pelas quais essa iniciativa não deu certo?

9- Na gestão anterior havia cursos de espanhol, artesanato, tear, desenho, os quais eram disponibilizados à comunidade. Por que essas atividades pararam?

10- Os agricultores reclamam da falta de apoio das políticas públicas como, por exemplo, a legislação da merenda escolar, em que a Prefeitura deveria recolher 30% da produção, porém isso não vem ocorrendo. Além disso, a Lei nº 11.947 determina que os produtos agroecológicos sejam priorizados para a merenda escolar, podendo seus preços serem até 30% a mais do que os produtos convencionais

(CEPAGRO, ON LINE). Em sua opinião por que essa lei não vem sendo colocada em prática no seu município?

11- Embora Paulo Lopes seja essencialmente agrícola, por que a prefeitura ficou um período sem secretário de agricultura? Ainda está sem secretário? Quanto tempo esse cargo ficou vago?

12- Em relação à infraestrutura local, os agricultores têm reclamado das estradas, da falta de escolas, e de apoio em geral. Em sua opinião, a dificuldade em manter uma boa infraestrutura local é decorrente de quais razões?

13- Em termos de valorização dos produtos locais, de consumir o que é do local, de modo a facilitar a venda, muitos agricultores reclamam da falta do SIF (Serviço de Inspeção Federal) e da dificuldade em se adequar a legislação padronizada para a venda desses produtos. A prefeitura tem algum projeto ou proposta para contribuir, para fomentar a venda desses produtos?

14- Qual a percentagem de agricultores existe no município? Qual o perfil? Qual a sua contribuição para o PIB do município?

Epagri Paulo Lopes

Nome:

Cargo que ocupa:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Há quanto tempo está nessa atividade?

Filiação Partidária:

1- O Senhor poderia explicar o que a Epagri entende por desenvolvimento territorial sustentável? Qual é principal foco do DTS para a Epagri? Qual o principal público que o DTS está direcionado?

2- Como a Epagri vem trabalhando com os agricultores em termos de fortalecer essa nova concepção de desenvolvimento, territorializada e sustentável, a fim de que seja internalizado pelos atores locais, de modo a valorizarem mais suas atividades, identidade, cultura e território? É através da valorização do associativismo, cooperativismo, ou outras atividades?

3- Tendo em vista o contexto atual de valorização da sustentabilidade, dos alimentos orgânicos, sem insumos químicos, o Sr considera a agroecologia uma inovação estratégica para o desenvolvimento rural do município?

4- Em sua opinião, por que o Grupo da Rede Ecovida vem tendo dificuldade de se enraizar no território, considerando que alguns agricultores desistiram dessa atividade, e poucos tem se agregado à rede?

5- O Projeto Microbacias tem sido considerado uma experiência muito positiva, e considerando que a Epagri vem trabalhando no enfoque do desenvolvimento territorial sustentável, existe a possibilidade de um maior fortalecimento das inovações territoriais por meio desse projeto, a fim de ampliá-las, tais como a agroecologia, o turismo rural, entre outros?

6- Quais ações/parcerias (IFSC-UFSC...) a Epagri vem desenvolvendo no sentido de fortalecer as inovações territoriais, como a agroecologia, a agricultura familiar, tendo em vista que a empresa vem apostando no enfoque do desenvolvimento territorial sustentável?

7- Considerando que o município de Paulo Lopes está inserido na Zona Costeira onde o turismo é muito valorizado, por que o turismo rural é tão pouco incentivado pelas instituições públicas, tendo em vista que muitos agricultores tem interesse, já tendo inclusive obtido excelentes resultados com essa atividade?

8- Como é sabido está ocorrendo um êxodo rural invertido, pois muitos aposentados estão deixando a cidade para vir morar no campo, ou passar o final de semana, ou as férias, enquanto grande parte da juventude rural está indo para as cidades. Como a Epagri vem procurando canalizar o potencial desses novos atores, e dos novos recursos com eles advindos, em termos de fomento da agroecologia e do turismo rural?

9- O conselho de turismo rural foi reabilitado? Existem atores interessados em fazê-lo funcionar?

10- A Epagri contribui para divulgar os produtos dos agricultores locais, em termos de auxiliar na formação de novos vínculos com o meio externo, de abertura de novas possibilidades, novos mercados? De que forma?

11- A empresa Naturama, em parceria com o SENAR e com a Ecovida ofereceram cursos à comunidade de artesanato, panificação, turismo rural, doces, entre outros, tendo posteriormente sido repassado esse trabalho para a Prefeitura. Em sua opinião, quais as razões dessas atividades não terem prosperado município?

12- Um dos principais problemas dos agricultores é o crédito e o apoio técnico (falta de técnicos para acompanhar, fazer visitas aos agricultores), dessa forma como a Epagri vem atuando, a fim de contribuir para sanar essas dificuldades?

13- Considerando que existem duas cooperativas no município, porque a merenda escolar vem sendo suprida por outro município, ao invés de Paulo Lopes?

14- Poderia comentar um pouco sobre o histórico das duas cooperativas (Cooperlagos e Coopertabuleiro), quais as diferenças, convergências e como vem atuando no município?

15- Percebe-se que há uma rivalidade política acentuada no município, em especial devido a pouca ou nenhuma consideração pelas boas propostas que vinham sendo implementadas pela gestão anterior? O Senhor concorda com essa percepção? Quais as razões desse forte antagonismo?

16- Qual a percentagem de agricultores no município? Qual o perfil? Qual a sua contribuição para o PIB do município?

17- Sobre as áreas rurais e urbanas, houve muitas mudanças com o novo plano diretor, quais? O município ainda pode ser considerado mais rural que urbano?

Cepagro

Nome:

Cargo que ocupa:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Há quanto tempo está nessa atividade?

Filiação Partidária

1) Você poderia discorrer sobre o histórico do Cepagro, do tipo, quando iniciou, onde, quem tomou a iniciativa?

2) Quais as principais entidades/parcerias que o Cepagro reúne e/ou já integrou:

2.1) Na região:

2.2) No Estado:

2.3) No país:

2.4) No âmbito internacional:

3- Como é a relação do Cepagro com as demais organizações, entidades, e projetos existentes na zona costeira, como, por exemplo, as duas modalidades de DTS (Epagri/UFSC-NMD)?

4- O trabalho, o direcionamento das atividades no Núcleo Litoral Catarinense, vem tendo como eixo norteador mais as diretrizes da Rede Ecovida, ou o Cepagro tem certa independência, em termos de criar suas

próprias diretrizes? Enfim fale um pouco da relação entre Cepagro e Rede Ecovida. Os encontros da Rede Ecovida são anuais?

5- O Cepagro e/ou a Rede Ecovida possuem diretrizes, formas de atuação junto aos núcleos pré-definidas, ou há uma mudança, conforme assumem novas lideranças/mediadores?

6- Quando trocam as lideranças na rede, ou os encarregados por determinadas regiões, existem regras de como deve ser essa transição, em termos de dar continuidade ao trabalho que vinha sendo efetuado?

7- Para os novos membros da rede, há um procedimento padrão de apresentação da rede, em termos de origem, tamanho, amplitude, objetivos? Como isso é feito?

8- Existe alguma norma, ou diretriz que determina que cada núcleo deve ter um coordenador, um conselho de ética, um secretário, um regimento interno, ou isso fica aberto para decisão dos grupos?

9- Segundo os agricultores, o Cepagro não vem tendo um contínuo e sistemático acompanhamento dos grupos na rede. Em sua opinião isso se deve a qual motivo, falta de recursos, troca de pessoas, ou outros obstáculos?

10- Há uma defasagem entre os discursos, as propostas, projetos e sua viabilidade prática, segundo alguns membros da rede. A que se deve esse fato, a falta de recursos, de protagonismo dos atores da rede, ou outros motivos?

11- Os agricultores reclamam da falta de apoio das políticas públicas, como por exemplo, a legislação referente à merenda escolar, em que a Prefeitura deveria recolher 30% da produção, porém isso não vem ocorrendo. Em sua opinião isso se deve a que razões? O Cepagro vem construindo ações para reverter essa situação, quais?

12- Quem são as pessoas que ocupam a função de animadores da rede, e como suas atividades vêm sendo exercidas, por meio de encontros, palestras, *folders* etc? Em relação à assistência técnica, é apenas um técnico que acompanha todos os agricultores na zona costeira ou tem outros?

13- Como a Cepagro/Ecovida vem trabalhando a consciência ecológica junto aos agricultores, tendo em vista que na rede existem pessoas com níveis diferentes de escolaridade e de consciência ecológica?

14- Em relação a juventude, vocês vem desenvolvendo algum tipo de trabalho em termos de conscientização, politização, mostrando a importância da agroecologia como um novo modo de vida, de ser e estar no mundo, de valorização do pequeno agricultor, dos conhecimentos tradicionais, da sua identidade e cultura?

15- Considerando que a consciência ecológica está diretamente ligada a questão da educação, o Cepagro tem se articulado no sentido de pressionar as prefeituras para que mantenham as escolas no meio rural, ou se tem feito parcerias com as universidades e IFSC para valorizar a educação no campo e a agroecologia?

16- Pode-se verificar que os agricultores do Núcleo Litoral Catarinense vêm tendo dificuldades em se consolidar nos seus territórios, em termos de agregar novos membros, tendo inclusive muitos desistido dessa atividade. O Senhor acha que isso é decorrente de qual (is) motivo (s)? Essa situação se limita a esse núcleo ou também é comum em outras regiões?

17- Uma das razões que os agricultores têm apontado que dificulta a consolidação dessas experiências na zona costeira é a grande oferta de empregos e atrativos existentes na região, tais como turismo de massa, construção civil, indústria etc. O Senhor concorda com essa análise? Que atividade o Cepagro vem desenvolvendo para tentar reverter essa situação, em termos de conscientizar esses atores da importância da permanência no campo, de manter as atividades tradicionais e familiares?

18- O grupo de Paulo Lopes há uns cinco anos poderia ser considerado, segundo um dos integrantes mais antigos da rede, um dos mais fortes do núcleo, porém atualmente apresenta sinais de debilidade, de enfraquecimento. Você concorda com essa análise? Se afirmativo, em sua opinião qual (is) grupo (s) desse núcleo está mais forte?

19- Hoje em dia as tecnologias estão cada vez mais inseridas na vida das pessoas, como o Cepagro vem informatizando a rede? Por que ainda não existe um banco de dados sobre o que é produzido, por quem, em que local, e sobre o que está disponível para a venda (produto, quantidade, preço), a fim de facilitar a comercialização, além de dinamizar mais a rede?

20- Em sua opinião como está a questão da comunicação e da informação na rede?

21- Os agricultores são incentivados a participar de feiras nacionais e internacionais para divulgar seus produtos? Quais as principais feiras que o Cepagro apoia e incentiva a ida dos agricultores?

22- O turismo rural vem tendo destaque como uma boa alternativa de renda capaz de manter as pessoas no campo. O que você acha dessas experiências, qual o potencial para a zona costeira?

23- Para muitos agricultores foi nas oficinas da Rede Ecovida, nas visitas aos demais agricultores, na troca de ideias, que aprenderam a

plantar, vender, e conhecer melhor a agroecologia. No entanto, segundo o relato dos agricultores e a observação própria, parece que essas oficinas/encontros situam-se numa dimensão mais técnica, pragmática, tendo pouco espaço para discussão da agroecologia como um movimento social, que visa a construção de novas formas de sociabilidade e de territorialidades. Você concorda com essa análise?

24- Embora a comercialização não seja uma dificuldade na zona costeira, pois existe muita demanda, ainda muitos agricultores vendem seus produtos orgânicos como convencional. Nesse contexto, que alternativa a rede ecovida/cepagro vem propondo, tendo em vista que o circuito de comercialização da rede não atinge esses agricultores?

25- O Cepagro faz algum trabalho com os consumidores, em termos de incentivar a sua organização para aquisição dos produtos agroecológicos?

26- Para ter o apoio do Cepagro os grupos precisam efetuar algum tipo de pagamento? Se afirmativo, qual é o valor, e se é o mesmo para todos os grupos?

27- Quais projetos e ações estão em vigor no Cepagro (Convênio Miserreor; Convênio Fundação Interamericana/IAF; Base de Serviços; Diversificação das lavouras de tabaco; Reciclagem de óleo de fritura; oficinas de tecelagem)? Poderia falar um pouco de cada um desses convênios e projetos? São esses os principais financiadores do Cepagro?

Fitoterápico

Nome:

Cargo que ocupa:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

1- Está correto afirmar que o Programa dos Fitoterápicos é fruto de uma demanda latente da sociedade civil organizada de Joinville, tendo sido colocado em prática devido o protagonismo dessa gestão pública? Favor comentar sobre a construção desse projeto (histórico), destacando seus principais mediadores (prefeitura – secretarias; Igreja; Universidades; Empresas; Sociedade civil).

2- Atualmente, como está funcionando o Programa dos Fitoterápicos, como vem sendo colocado em prática, e quais os seus avanços e desafios?

3- Considerando que esse projeto tem diferentes “frentes” (saúde, educação, plantio, venda etc), como essas diferentes áreas vêm sendo

integradas, de modo que os envolvidos tenham uma visão do conjunto desse processo? Como funciona a interação entre esses atores, quando se reúnem? Como essas diferentes parcerias vêm contribuindo para o programa?

4- Em relação a pesquisa de mercado realizada pela Univille sobre os fitoterápicos, qual o resultado, há uma boa receptividade desse produto no mercado?

5- Os agricultores, integrantes do grupo dos fitoterápicos, chegaram a criar uma associação, e/ou se integraram à Coopaville, tal como vinha sendo discutido, a fim de facilitar a comercialização desses produtos?

6- A integração do grupo dos fitoterápicos junto aos agricultores da Ecovida tem sido eficaz, em termos de somar forças, ou essa relação ainda está meio confusa, dispersa e conflitiva? Como é construída a pauta das reuniões, de modo a contemplar os diferentes projetos?

7- Os agricultores elogiaram muito os cursos recebidos na área dos fitoterápicos. No entanto, tendo em vista que passaram a integrar a rede ecovida, existe algum curso ou apresentação da rede, seu funcionamento, da agroecologia e da importância dessas experiências para o desenvolvimento rural sustentável?

8- A certificação participativa da Rede Ecovida é suficiente para a comercialização dos fitoterápicos nas farmácias de manipulação?

9- Na sua avaliação, quanto tempo vai demorar para a comercialização desses produtos?

10- A matéria-prima para esse projeto, tais como adubo, mudas, embalagens será adquirida de que forma? Como será a divisão entre os agricultores, do tipo quem irá produzir o que, a quantidade e a quem irá vender?

11- Sobre a construção do horto, existe viabilidade, será implantado na Fundação?

12- Um dos principais desafios do Programa fitoterápicos é o suporte técnico, em termos de saber o que plantar, como plantar, como cuidar dessas plantas, entre outros. Os agricultores reclamam que faltam extensionistas, pessoas que tenham tempo de ir às propriedades, conversar com os agricultores, ver o que está faltando, o que poderia ser feito para melhorar as suas atividades. Além disso, segundo eles, há falta de recursos para implementar essas ações. Em sua opinião como isso pode ser resolvido?

13- No início o grupo dos fitoterápicos, segundo alguns agricultores, era maior, mais dinâmico, com uma sintonia muito forte

entre os agricultores e a coordenação. No entanto, não foi possível dar prosseguimento a esse ritmo, tendo alguns agricultores se afastado do grupo, assim como a coordenadora, entre outros. Enfim, a que se devem essas mudanças, você entende que no início o desenho do grupo era um e depois tornou-se outro?

14- Se por um acaso ocorrer mudanças na gestão atual do município, o programa tende a continuar? As organizações sociais já tem um pouco mais de condições de tocá-lo, independente da gestão pública vigente?

Anexo 2 - Legendas Redes Egocêntricas

Primeira Rede Egocêntrica - Ajuda

1	Financeiro Banco Brasil/HSBC	FBB
2	Financeiro Cooperativa de Crédito Credialves	FCC
3	Financeiro Cresol	FCR
4	Financeiro Amigos	FAM
5	Financeiro Parentes	FPA
6	Financeiro Família	FFA
7	Financeiro Epagri	FEP
8	Financeiro FM 25 Julho	FFM
9	Financeiro Vizinhos	FVI
10	Financeiro Rede Ecovida	FRE
11	Doenças - Amigos	DAM
12	Doenças - PA	DPA
13	Doenças - Família	DFA
14	Doenças - Teresinha	D5PC
15	Doenças - Homeopatia	DHO
16	Doenças - Antroposofia	DAN
17	Serviços Domésticos – Sistema de troca – rede de economia solidária/rede de ecovilas	SDST
18	Serviços Domésticos - Família	SDF
19	Serviços Domésticos - Auxiliar	SDA
20	Serviços Domésticos - Parentes	SDP
21	Serviços Domésticos - Vizinhos	SDV
22	Serviços Agrícolas - Amiga	SDA
23	Serviços Agrícolas - Mutirões	SAM
24	Serviços Agrícolas - Parentes	SAP
25	Serviços Agrícolas - Auxiliar	SAA
26	Serviços Agrícolas – (9PC)*	SA9
27	Serviços Agrícolas - (11PC)*	SA11
28	Serviços Agrícolas – (2PC)*	SA2

29	Serviços Agrícolas – FM 25 de Julho	SAFM
30	Serviços Agrícolas – Epagri (Itajaí)	SAE
31	Serviços Agrícolas - Vizinhos	SAV
32	Serviços Agrícolas – 9PL*	SA (9PL)

Segunda Rede Egocêntrica – Comunicação

INOVAÇÕES		
1	Epagri - Itajaí	IEI
2	Internet	IINT
3	Elder FM 25 de Julho	IEFM
4	FM 25 de Julho	IFM
5	Família	IFAM
6	Epagri	IE
7	Agricultor 15 PC*	I15PC
8	Técnico do Cepagro (TC)	ITC
9	Agricultor 9PC	I9PC
11	2 Design de Florianópolis	IDES
12	Valdemar Curitiba - PR	ICPR
13	Maria Guazelli - Floripa	IMG
14	Indústria de Minas Gerais - moenda	IIMG
15	Amigos	IAMI
16	Agricultor 7PL*	I7PL
17	Agricultor 1PL*	I1PL
18	Vizinhos	IVIZ
19	Laticínio (Do Hérnio)	ILAT
20	Ecovida (Marquito)	IECO
EMPRÉSTIMOS		
21	Epagri - Itajaí	EEI
22	Banco do Brasil	EBB
23	Epagri	EEP
24	FM 25 de Julho	EFM
25	Cresol - Penha	ECR
26	Banco do Empreendedor -Palhoça	EBE
27	Caritas - Fundo Mini Projetos	ECAR
28	Família	EFAM
MANEJO AGRÍCOLA		
29	Fundação 25 de Julho	MFM
30	Epagri - Itajaí	MEI
31	Família	MFAM
32	Epagri	MEP
33	Elder FM 25 de Julho	MEFM
34	6PC*	M6PC

35	7PC*	M7PC
36	Técnico do Cepagro (TC)	MTC
37	Grupo Piraí Cubatão	MGPC
38	CIDASC	MCID
39	Engenheira de alimentos	MEAL
40	Nutricionista	MNUT
41	Embrapa - Canoinhas	MEBR
42	Cepagro	MCEP
43	UFSC (orientador)	MUFSC
44	Redes(biodinâmica, antroposofia, permacultura)	MRED
45	Laticínio (Do Hérnio)	MLAT
46	2PL*	M2PL
COMERCIALIZAÇÃO		
47	Rede Ecovida (Cepagro)	CRE
48	Epagri	CEP
49	Fundação 25 de Julho	CFM
50	Coopaville	CCOP
51	Grupo Piraí Cubatão	CGPC
52	Circuito de comercialização da rede ecovida	CCRE
53	SEBRAE	CSEB
54	SENAR	CSEN
55	7PC*	C7PC
56	9PC*	C9PC
57	Ivo Secato	CIS
58	Clientes Florianópolis	CCF
59	Cultivare - SP	CCSP
60	Associação de Produtores de São Pedro de Alcântara	CAPA
61	Família	CFAM
62	Economia solidária	CES
63	2PL*	C2PL
64	13PL*	C13PL
65	Laticínio do Hérnio	CLAT
66	Amilton - Penha	CAMI
67	Amarildo Associação Mel	CAMA
68	Rosa de Saron	CRS

Terceira Rede Egocêntrica – Apoio

MERCADO		
	Big, Angeloni	MSUP
	Hotéis	MHOT
	Floriculturas	MFLO

	Atacadistas	MATA
	Verde Capim	MVC
	Banco do Brasil	MBB
	Casas de Ervas	MCE
	Panificadora	MPA
	Ivo Secato	MIS
	Mercadinho Pimentel	MMP
	Verdureiro do Bairro	MVB
	Via Pax Bio Joinville	MVP
	Primor - Tijucas	MPT
	Padaria P Lopes	MPPL
	Loja Espaço Mais Saúde	MES
	Loja Quintal da Ilha	MQI
	Loja Agreco e CIA (internet)	MAC
	Cultivare - SP	MCULT
	Korin - SP	MKOR
	Produtor de Vidraria - Blumenau	MPV
	Produtor de Rótulos - Florianópolis	MPR
	Produtor de Gráficos – São Paulo	MPG
	Lojas de produtos naturais	MLPN
	Escola Anabá - Florianópolis	MEA
	Dom Natural – 2PL	M2PL
	Mundo Verde - Florianópolis	MMV
	Laticínio Doerner- São Bonifácio	MLAT
	Casa do Pica Pau	MCPP
	Mina Mel - Içara	MMM
	Gaia Village	MGV
ESTADO		
	Epagri Itajaí	EEI
	Fundação 25 de Julho	EFM
	Epagri	EEP
	Comissão de Agricultura da Câmara de Vereadores de Joinville	ECAJ
	SENAR	ESEN
	MAPA	EMAPA
	UFSC	EUFSC
	Programa de Melhoria da Cachaça Catarinense	EPMCC
	MDA - Federal	EMDA
	UDESC	EUDESC
	CIDASC	ECIDASC
	Eletrosul	EES

	Petrobrás	EPTB
SOCIEDADE CIVIL		
	Fórum da Economia Solidária	SCFES
	Mercaflor	SCMER
	Pastoral da Saúde	SCPS
	Cepagro / Rede Ecovida	SCCEP
	Igreja Católica	SCIC
	Pastoral da Criança	SCPC
	MST	SCMST
	Associação de moradores da estrada dos morros de Joinville	SCAM
	Coopaville	SCCOP
	Ajaar - Joinville	SCAJ
	Instituto Sara Kura	SCISK
	Mercado Mata Atlântica	SCMM
	Associação Arquidiocesana de Florianópolis - ASA	SCASA
	PROCAD	SCPR
	Feiras de economia solidária	SCFES
	Feiras do MDA	SCFMDA
	Fóruns (municipal, regional, estadual) de economia solidária	SCFOR
	Acolhida na Colônia	SCAC
	Apivalle	SCAPV
	Cresol - Penha	SCCR
FAMILIAR E PESSOAL		
	Família (mãe, filho, irmã..)	FPFAM
	Vizinhos	FPVIZ
	4PC*	FP4PC
	Técnico Fundação (FMPC)	FPFM
	Amigos	FPAM
	Parentes	FPP
	Comunidade de Ribeirão	FPCR

Quarta Rede Egocêntrica – Tipos de Participação

SIMPATIZANTE		
1	Conselhos (criança/saúde)	SCONS
2	Pastoral da Saúde	SPS
3	Escola de Saúde	SES
4	Comitê de Bacias Hidrográficas	SCBH
5	Cooperativa dos Agrônomos de SC	SCASC
6	Vida Verde (ONG)	SVV
7	Rotary Clube	SRC

8	SICREDI Joinville	SSC
9	Fundação 25 de Julho	SFM
10	Pastoral da Criança	SPC
11	Apréma e Jacatirão (Ongs)	SONGS
12	Clube de Mães	SCM
13	Associação de Moradores	SAM
14	Partido dos Trabalhadores	SPT
15	Slow Food	SSF
16	Rede de Europeus	SRE
17	APA da Baleia Franca	SAPA
18	Observatório do Litoral	SOL
19	Agenda 21 de Ibiraquera	SA21
20	Cooperlagos	SCOP
FILIADO		
21	Igreja Luterana	FIL
22	Ecovida/cepagro	FECV
23	Fito Joinville	FFJ
24	Coopaville	FCOP
25	Credialves	FCA
26	PT	FPT
27	Cresol	FCR
28	Sindicato Rural	FSR
29	Igreja Católica	FIC
30	Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	FCMA
31	CEPORG (membro do Conselho)	FCEP
32	Igreja Evangélica	FIE
33	Redes de Economia Solidária	FRES
34	Danças Circulares e da Paz	FDCP
35	Redes de Ecovilas Sul Americanas e Internacionais	FREI
36	Partido Comunista Francês	FPCF
37	Partido Progressista - PP	FPP
38	Assembleia de Deus	FAD
MILITANTE		
39	Fórum de economia solidária	MFES
40	Meio Ambiente em Joinville	MMA
41	Igreja Católica	MIC
42	PT	MPT
43	Associação de moradores	MAM
44	Rede Ecovida	MRE
45	Teatro da Igreja Católica	MTIC
46	Homeopatia	MHO

47	Ecológico/Agroecologia	MECO
48	ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos	MATTAC

*Nos sociogramas constam somente os laços desses nós, seguido da explicação particularizada de cada um deles no decorrer do texto.